

ANAIS

COLÓQUIO

INTERNACIONAL

CONHECIMENTO

INOVAÇÃO

TECNOLOGIAS

23 A 25 DE OUTUBRO DE 2018

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES**Reitor**

Arnaldo Nogaro

Pró-Reitor de Ensino

Edite Maria Sudbrack

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

Neusa Maria John Scheid

Pró-Reitor de Administração

Nestor Henrique de Cesaro

Comissão Organizadora

Ana Luci Santos da Silva

Cinara Dal Santo Pes

Cristiane Menna Barreto Azambuja

Jean Lucas Poppe

José Severiano Borges da Rosa

Leonardo Silveira Farias da Silva

Renata Barth Machado

Corpo de avaliadores**Administração** – Gestão administrativa, empreendedorismo e inovação

Luciane de Oliveira, Roberto Carlos Dalongaro, Sônia Bressan Vieira, Cirino Rebello, Luís Fernando Wesz, Estela Steinke

Ciências Contábeis – Gestão contábil das finanças

Luciane de Oliveira, Roberto Carlos Dalongaro, Sônia Bressan Vieira, Cirino Rebello, Luís Fernando Wesz, Estela Steinke

Direito – O direito e a cidadania como instrumentos de construção e de transformação da sociedade;

Cristiane Menna Barreto Azambuja, Juliana Bedin Grando, Larissa Nunes Cavalheiro

Saúde – Saúde e movimento humano

Bruno Costa Teixeira, Ana Helena Braga Pires, Rodrigo Casales Vieira

Engenharia Elétrica – Soluções energéticas e inovação tecnológica;

Diego Roberto Morais, Alison Marchioro e José Severiano Borges da Rosa

Meio Ambiente e Educação – Ciências ambientais e estratégias de inovação para a educação

Jean Lucas Poppe, Cinara da Santo Pes e Daniela Bortoli Tomasi



ISSN: 978-85-63977-05-2

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – São Luiz Gonzaga

José Bonifácio, 3149. CEP 97800-000.

São Luiz Gonzaga – RS

Tel: (55) 3352-8150. Site: <http://urisaoluiz.com.br/site/>



PALAVRAS DA COMISSÃO ORGANIZADORA

No mês de outubro de 2018, foi realizado o XII Colóquio Internacional na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga. Esta 12ª edição manteve a temática “Conhecimento, Inovação e Tecnologias” utilizada nos anos anteriores, tendo em vista a necessidade de fomentarmos constantemente esses três grandes objetivos no meio acadêmico.

O XII Colóquio contou com aproximadamente 600 inscritos, entre os quais alunos, docentes e funcionários da URI - SLG, professores das redes estadual e municipal de ensino, bem como de representantes da comunidade em geral. Foram realizadas 5 conferências e 3 palestras com renomados palestrantes.

Nesta edição de 2018, foram oportunizados dois momentos para o compartilhamento das pesquisas entre os pesquisadores da URI e de outras universidades. Com resumos e artigos completos aprovados, o XII Colóquio cumpriu a sua missão ao incentivar a pesquisa entre os alunos, docentes e o público externo.

Frente a esses números, a Comissão Organizadora agradece a todos que confiaram no trabalho e deseja que as pesquisas constantes nestes anais sirvam como subsídio aos pesquisadores e de estímulo para que as pesquisas continuem e novas surjam no decorrer do próximo ano.

É com imensa satisfação que publicamos estes anais do XII Colóquio Internacional – Conhecimento, Inovação e Tecnologias da URI São Luiz Gonzaga, na expectativa de um novo encontro no XIII Colóquio Internacional em 2019.

Comissão Organizadora

Ana Luci Santos da Silva

Cinara Dal Santo Pes

Cristiane Menna Barreto Azambuja

Jean Lucas Poppe

José Severiano Borges da Rosa

Leonardo Silveira Farias da Silva

Renata Barth Machado

SUMÁRIO

1 ARTIGOS COMPLETOS.....	10
1.1 Administração.....	11
1.2 Gestão administrativa, empreendedorismo e inovação.....	11
Modelo teórico baseado en los atributos del producto y sus relaciones con el comportamiento del consumidor.....	12
As relações do consumidor com hábitos alimentares saudáveis.....	23
Um modelo teórico baseado na avaliação de desempenho no varejo de supermercados.....	35
Análise da formação do preço de venda através do mark-up em um comércio varejista de tintas.....	36
Formação empreendedora: uma análise do perfil dos acadêmicos do curso de administração.....	44
Implantação do controle de estoque de uma organização localizada em santo ângelo – RS.....	58
Perfil do empreendedor gaúcho e as taxas de desenvolvimento do empreendedorismo no rio grande do sul.....	69
Provisão de recursos humanos: ênfase no recrutamento e seleção de pessoas.....	81
1.3 Ciências Contábeis.....	91
1.4 Gestão contábil das finanças.....	91
A importância da lei da transparência.....	92
Sped: o uso e as vantagens de um sistema que foi criado para auxiliar contadores.....	102
Os indicadores de inadimplência nas regiões brasileiras.....	112
A história e as repercussões do tributo icms no brasil e no Rio Grande do Sul.....	113
Análise das demonstrações contábeis: método que evolui constantemente nas empresas.....	120
1.5 Direito.....	135
1.6 O direito e a cidadania como instrumentos de construção e de transformação da sociedade.....	135
O dever do advogado: um estudo comparado do texto de rui barbosa e das normativas atuais.....	136
A segurança viária na constituição brasileira: uma análise da emenda constitucional 82/14 sob a égide do direito fundamental ao trânsito seguro.....	146

A imigração no Brasil sob a ótica sócio-jurídica da ética da alteridade.....	153
Núcleo interdisciplinar de estudo e assessoria sobre gênero.....	164
Os direitos humanos da mulher na legislação brasileira ao longo do século XX e início do século XXI.....	176
Tematizando aspectos históricos dos direitos humanos da mulher: da pré-história ao século XIX.....	188
Marcos legais no combate à violência contra a mulher, após a Lei Maria da Penha.....	200
Os tratados internacionais de direitos humanos frente ao controle da constitucionalidade.....	212
Empoderamento em rede: a insurgência feminina através do movimento #Elenão e a afirmação dos seus direitos.....	224
Pornografia da vingança: ética, moral e justiça na concepção de Emmanuel Lévinas...	225
Impactos do abuso e situações de violência no desenvolvimento infantil.....	235
As consequências psicológicas enfrentadas pelas mulheres vítimas de violência doméstica.....	245
O amparo constitucional do direito à saúde e da judicialização de medicamentos.....	254
1.7 Saúde.....	264
1.8 Saúde e movimento humano.....	264
Efeitos do treinamento de força no fluxo sanguíneo e produção de óxido nítrico em mulheres pós-menopáusicas.....	265
Análise da concentração extracelular dos nucleotídeos da adenina de indivíduos submetidos ao exercício de força.....	277
Saúde da mulher: a presença das mulheres em praças públicas para a prática de atividades físicas.....	291
Treinamento funcional: percepção e capacidade funcional na qualidade de vida de idosas.....	299
Fatores fisiológicos relacionados à ocorrência de lesões na prática do karate.....	312
Resposta hipotensora pós-exercício aeróbico contínuo e intervalado de alta intensidade de mesmo volume em indivíduos sedentários.....	321
Jogo da vida: cidadania e inclusão social através do esporte.....	332
1.9 Engenharia Elétrica.....	341
1.10 Soluções energéticas e inovação tecnológica.....	341
Distorções harmônicas em um sistema elétrico: uma análise baseada em cargas não lineares.....	342

Análise da operação de sistemas hvdc <i>back-to-back</i> no contexto do sistema interligado nacional.....	355
Estudo técnico e econômico, de viabilidade de geração de energia elétrica através de micro geradores hidráulicos instalados nas tubulações de abastecimento de água.....	367
A geração de termelétricas frente às mudanças climáticas: desafios tecnológicos para um desenvolvimento sustentável – um exemplo <i>made in china</i>	375
Influência econômica da redução do custo dos helióstatos na implantação de uma usina heliotérmica na cidade de Prata – MG.....	384
1.11 Meio ambiente e educação.....	397
1.12 Ciências ambientais e estratégias de inovação para a educação.....	397
Orientação profissional como projeto de vida: Indagações sobre as expectativas de futuro.....	398
Educação e formação de líderes: Contribuições de paulo freire para pensar a liderança.....	411
Experiência pedagógica com gamificação baseado no trabalho de multiplayer classroom, do autor Lee Sheldon.....	424
Os benefícios da atividade de monitoria no desempenho acadêmico de alunos de fisioterapia.....	436
A acessibilidade na uri – são luiz gonzaga percursos, conquistas e desafios.....	442
Certificação agroflorestal e de extrativismo no estado do Rio Grande do Sul.....	455
Da casa à escola: o que as crianças falam sobre o mundo rosa e azul.....	468
Como os recursos tecnológicos podem interferir nas estratégias de educação ambiental?.....	481
2. RESUMOS.....	489
2.1 Administração.....	490
2.2 Gestão administrativa, empreendedorismo e inovação.....	490
A avaliação institucional enquanto importante instrumento de gestão às instituições de ensino superior: Uma análise da URI São Luiz Gonzaga.....	491
Empreendedorismo: diversidade social nas organizações.....	493
2.3 Ciências Contábeis.....	495
2.4 Gestão contábil das finanças.....	495
Álcool e direção entre universitários.....	496
A importância da lei do portal da transparência.....	499
Um estudo sobre a corrupção: Reflexões sobre o histórico das práticas ilícitas.....	501
Percepções sobre o porte de armas.....	503

2.5 Direito.....	505
2.6 O direito e a cidadania como instrumentos de construção e de transformação da sociedade.....	505
Marcos legais no combate a violência contra a mulher, após a lei maria da penha.....	506
Direitos humanos na escola: análise da abordagem de questões culturais no ensino médio.....	509
Igualdade: a busca de sua materialização nos 30 anos da constituição federal de 1988.....	511
A precarização do mercado de trabalho e a população idosa: um olhar a partir dos direitos humanos.....	513
Limites dos recursos: uma atualização do novo código de processo civil.....	515
A ortotanásia no ordenamento jurídico brasileiro: E as suas implicações perante a bioética.....	517
As consequências psicológicas enfrentadas pelas mulheres vítimas de violência doméstica.....	519
A pessoa com deficiência e a tomada de decisão apoiada.....	521
Alteração no código penal militar pela lei 13.491/2017 e sua (in)congruência no cenário atual.....	523
Prazer, realidade e consumo: sobre o mal-estar social em Freud e Bauman.....	525
O conselho nacional de justiça e suas atribuições dentro do poder judiciário brasileiro.....	527
As medidas protetivas como instrumento para erradicação da violência de gênero e promoção dos direitos da mulher.....	529
A proteção constitucional dos direitos dos índios no Brasil.....	531
Núcleo interdisciplinar de estudos e assessoria sobre gênero.....	533
Os direitos humanos da mulher na legislação brasileira ao longo do século XX e início do século XXI.....	535
Tematizando aspectos históricos dos direitos humanos da mulher da pré-história ao século XIX.....	537
2.7 Saúde.....	539
2.8 Saúde e movimento humano.....	539
Sensibilização dos adolescentes sobre promoção de saúde no ensino médio bem estar e qualidade de vida na adolescência.....	540

Avaliação do desenvolvimento motor de praticantes de equoterapia do centro de equoterapia dragões do rio grande de São Luiz Gonzaga – RS.....	541
A massoterapia no tratamento da dor fibromiálgica: uma revisão integrativa.....	543
Atuação fisioterapêutica em idosos institucionalizados: relato de experiência.....	546
Atuação fisioterapêutica na síndrome de Werdnig-Hoffmann.....	548
Intervenção fisioterapêutica no paciente com mal de Parkinson: relato de experiência.....	550
Efeito subagudo de duas sessões de exercício intervalado sobre o perfil lipídico em mulheres pós menopáusicas.....	552
Tipos de partos e a incidência de incontinência urinária em mulheres.....	554
Influência da atividade física em mulheres no período da menopausa.....	556
Gênero e sexualidade nas escolas: a visão dos professores.....	558
Esporte de aventura: alterações e respostas fisiológicas na prática do rafting.....	560
Recursos terapêuticos com uso do espelho como instrumento de reabilitação no ave: revisão bibliográfica.....	562
Ativismo judicial e a tutela do direito à saúde.....	565
Inserção da fisioterapia no mercado de trabalho no município de São Luiz Gonzaga...	567
Atividades lúdicas para um grupo de idosos: relato de experiência.....	568
2.9 Meio ambiente e educação.....	570
2.10 Ciências ambientais e estratégias de inovação para a educação.....	570
Acessibilidade atitudinal sensibilizando educandos por meio de contos de fadas inclusivos.....	571
Da casa à escola: o que as crianças falam sobre o mundo rosa e azul.....	573



1 ARTIGOS COMPLETOS

1.1 Administração

1.2 Gestão administrativa, empreendedorismo e inovação

1.3 Avaliadores:

**Luciane de Oliveira, Roberto Carlos Dalongaro, Sônia Bressan Vieira,
Cirino Rebello, Luís Fernando Wesz, Estela Steinke**

**MODELO TEÓRICO BASADO EN LOS ATRIBUTOS DEL PRODUCTO Y SUS
RELACIONES CON EL COMPORTAMIENTO DEL CONSUMIDOR**
**MODELO TEÓRICO BASEADO NOS ATRIBUTOS DO PRODUTO E SUAS
RELAÇÕES COM O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR**

Roberto Carlos Dalongaro¹

Lurdes Marlene Seide Froemming²

Gildimar de Oliveira Ramos³

Daniel Knebel Baggio⁴

Juedir Viana Teixeira⁵

Resumen:

El acercamiento a esta investigación necesitó de métodos científicos cualitativos. Con una revisión bibliográfica basada en conceptos y modelos teóricos que aportaron para la construcción de un modelo relacionado a los atributos del producto. La investigación es descriptiva, porque describe los aspectos de un modelo teórico pertinente en el constructo investigativo, la respectiva descripción aporta para el desarrollo conceptual y analítico del presente modelo. El objetivo principal del trabajo es analizar los atributos del producto y sus relaciones con el comportamiento de los consumidores, buscando la comprensión de que en una manera particular, cada atributo analizado puede influenciar en la toma de decisión de compra por parte de los consumidores.

Palabras-Claves: Marketing; Comportamiento del Consumidor; Atributos del Producto

Resumo

A abordagem desta pesquisa precisou de métodos científicos qualitativos. Com uma revisão bibliográfica baseada em conceitos e modelos teóricos que contribuíram para a construção de um modelo relacionado aos atributos do produto. A pesquisa é descritiva, pois descreve os aspectos de um modelo teórico relevante no construto da pesquisa, a respectiva descrição contribui para o desenvolvimento conceitual e analítico do presente modelo. O objetivo principal do trabalho é analisar os atributos do produto e suas relações com o comportamento dos consumidores, buscando compreender que, de um modo particular, cada atributo analisado pode influenciar a tomada de decisão de compra por parte do consumidor.

Palavras-Chave: Marketing; Comportamento do Consumidor; Atributos do produto

¹ Pós-Doutorando em Desenvolvimento Regional. Doctor en Administración. Professor da URI – Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: robertocarlosad@hotmail.com

² Doutora em Administração. Professora de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional - UNIJUI. E-mail: lurdesfr@hotmail.com

³ Graduando em Administração – URI – Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: neitintas@outlook.com

⁴ Doutor em Contabilidade e Finanças. Professor do Mestrado em Gestão Estratégica das Organizações – URI – Campus Santo Ângelo. E-mail: baggiod@unijui.edu.br

⁵ Doctorando en Administración UNaM – Argentina. Professor da Universidade Candido Mendes – Rio de Janeiro. E-mail: juedir@me.com

1 Introducción

Para la delimitación conceptual de la calidad de servicio, la Satisfacción del cliente con precios, atención, variedad de productos ofrecidos y todo lo que se relaciona con el consumo, muestra una relevante y profunda discusión con vistas a poder llevar a cabo una gestión adecuada de la calidad de servicio, de las estrategias utilizadas para conquistar el cliente.

Con este ánimo, se establece una concepción del comportamiento del ser humano, utilitarista en este sentido, desde una postura utilitarista o racional cognitiva, el ser humano es considerado como un procesador de la información, que toma decisiones buscando la máxima utilidad. Por su parte, desde una concepción hedonista, se concibe el comportamiento del ser humano desde las emociones, es decir, un cliente buscador de emociones a través del consumo (Cantos, 2001).

En el planteamiento del problema de investigación es estudio enfoca la siguiente pregunta: ¿Cuáles son los atributos del producto que pueden influenciar en la toma de decisión por parte de los consumidores?

Como objetivo el trabajo plantea una situación de presentar un modelo teórico relacionado al comportamiento del consumidor, y también identificar la fortaleza de los atributos propuestos.

2 Marco teórico

2.1 Los atributos intrínsecos

Hay una tendencia entre los investigadores de marketing para explicar la preferencia por las marcas en términos de preferencia de los consumidores para los atributos de la marca. Por lo tanto, es posible predecir la respuesta del consumidor a una marca nueva, que consiste en un conjunto de atributos (Chrzan y Elrod, 1995). Estos mismos investigadores analizan los productos con la visión en sus atributos, que generan beneficios y valores a los consumidores.

Los atributos de un producto son el principal estímulo que influye en el consumidor en la toma de su decisión de compra, porque el evalúa de acuerdo con sus propios valores, creencias o experiencias pasadas (Peter y Olson, 1996). El estudio y la medición de atributos son fundamentales para la comprensión de las creencias de los consumidores sobre un producto en particular (Assael, 1998).

Ya los beneficios son dominios distintos de valores, o utilidades, derivados de la pose o el consumo de un producto, siendo considerando a partir de la elección entre alternativas (Wu, Día y MacKay, 1998). Según Czinkota, Kotabe y Mercer (1997), cuando

alguien compra un producto, la principal motivación no es guiada por sus atributos físicos, pero por los beneficios que ofrecen estos atributos.

Para reforzar esta propuesta se puede ver cómo están dispuestos los atributos, beneficios y valores dentro de un modelo estructural cognitivo del consumidor (Wu, Día y MacKay, 1998), como muestra la figura 01.

Figura 01: Estructura cognitiva del consumidor



Fuente: Adaptada de (Wu, Día y MacKay, 1998)

En la figura 01 el modelo presentado es la estructura que conecta el conocimiento del consumidor sobre los atributos del producto, con sus consecuencias, (beneficios y riesgos) y sus valores, siendo que el significado de un atributo se entiende a partir de los beneficios percibidos (Peter y Olson, 1996).

Con experiencias acumuladas de una forma intrínseca los consumidores tienden a ser más selectivos y exigentes al elegir las marcas a su disposición. Como resultado, las industrias necesitan innovar y desarrollar productos que se anticipan a estas necesidades para sorprender al consumidor y ganar mercado por delante de la competencia. (Athayde, 1999).

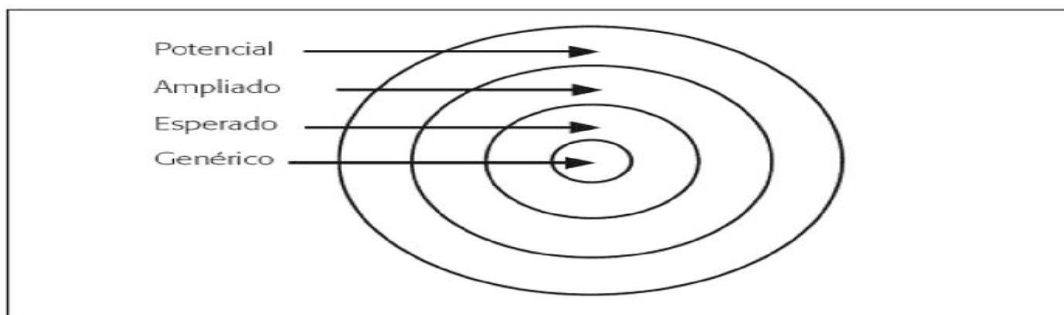
2.2 Los atributos extrínsecos

Sin experiencia previa el consumidor vive una situación extrínseca. Los atributos extrínsecos son empleados como indicadores de calidad, esto sucede cuando no se dispone de los conocimientos y medios suficientes para evaluar eficazmente los atributos intrínsecos, cuando la experiencia del consumidor con el producto evaluado es baja, cuando los costos de búsqueda de información requieren un elevado sacrificio. (Cox, 1967).

En esta situación, surgen factores como la diferenciación del producto. Dicha diferenciación busca aumentar el valor del producto o servicio ofrecido al cliente Irigaray *et al.* (2011), sugieren que los productos y servicios pueden ser vistos en 04 diferentes niveles. Son ellos: producto genérico, producto esperado, producto aumentado o

ampliado y producto potencial. La figura 02 muestra los respectivos niveles, siendo posible la diferenciación en todos estos aspectos.

Figura 02: Niveles del producto



Fuente: Irigaray *et al.* (2011).

La figura 02 muestra que, en el centro del modelo está el producto genérico, que puede ser en el caso de productos alimenticios la gaseosa, el pan, la carne, el azúcar, la verdura, etc. Que de una forma genérica tiene el básico que un producto puede ofrecer. En el nivel que sigue existe la expectativa de los consumidores en relación a algo que les pueda ser ofrecido a más por el producto esperado, o sea, algo atractivo que diferencie del genérico. (Irigaray *et al.*, 2011).

En el nivel siguiente, los autores identifican el producto ampliado. Este nivel es construido por todas las demás características y servicios extras que van más allá del esperado por el consumidor, adjuntando un valor adicional al producto, por lo tanto, este nivel puede hacer la diferencia entre los competidores en el mercado.

Finalmente, los autores describen el producto potencial como la suma de todas las características y beneficios ofrecidos, o sea, un conjunto de atributos y valores agregados a un determinado producto que nadie en el mercado lo tiene.

El país de origen de un producto es una señal extrínseca básica, tales como información sobre quién es el vendedor, o sea, la empresa fabricante del producto (Mehmet; Pirtini; Erdem, 2010).

2.3 Calidad y marca

La calidad está relacionada con el concepto de producto, que es un conjunto de beneficios que satisfazan un deseo o una necesidad del consumidor, que por lo cual dicho consumidor está dispuesto a pagar por el atributo calidad, porque el consumidor piensa que está haciendo una inversión cuando compra calidad y no un simple gasto desnecesario. (Basta *et. al.*, 2005).

La marca es un atributo que tiene la finalidad de distinguir productos y servicios semejantes de las más diversas procedencias. Registrada en los institutos nacionales de propiedad industrial, la marca no puede presentar coincidencias con registros ya existentes. Ella asegura al titular la propiedad y el derecho exclusivo, se constituyendo en un activo de la organización. (Basta et al., 2005).

Para (Basta et al., 2005), una marca puede englobar hasta cuatro niveles de significado:

- ✓ **Atributos:** buena concepción, durabilidad, prestigio, velocidad;
- ✓ **Beneficios:** los consumidores no compran atributos, pero beneficios, por lo tanto, los atributos corresponden a los beneficios funcionales y emocionales;
- ✓ **Valores:** identifican los grupos específicos de compradores, cuyos valores coinciden con el paquete de beneficios ofrecidos;
- ✓ **Personalidad:** la marca también proyecta la personalidad, visto que, conquista al consumidor por la imagen real o deseada, combinando está imagen con la marca.

2.4 Embalaje y Design

El embalaje, a lo largo de su historia, fue variando no sólo por los materiales que comenzaron a utilizarse para su fabricación sino por la importancia que poco a poco alcanzó. En sus inicios fue considerado simplemente como un contenedor o protector pasando luego a ocupar un lugar asociado mucho más a la presentación del producto, ya que es lo primero que se observa, y a partir de ahí comunica las cualidades y los beneficios que se obtienen al consumirlo. Por eso llegó a llamársele “el vendedor silencioso”. (Mathon, 2012).

Según Krucken (2009), el aporte del Design para la valoración de los productos puede ser:

- ✓ La promoción de la calidad de los productos, la promoción de los territorios de fabricación y de comercialización;
- ✓ El apoyo a la comunicación, acercando consumidores y productores e intensificando las relaciones territoriales;
- ✓ Apoyo al desarrollo del sector productivo y cadenas de valor buscando el fortalecimiento de los productos en sus mercados de actuación.
- ✓ Promocionar la visibilidad del producto, como también el desarrollo de condiciones para que el potencial de los recursos locales sea convertido en beneficios reales y duraderos para los consumidores.

2.5 Precio

El precio es el valor agregado que justifica la compra. La transferencia de propiedad de un producto es planeada y adecuada por los siguientes elementos, (valor percibido versus costos versus beneficios). (Basta et al., 2005).

2.6 Sabor; Color; Olor

Cada alimento que se conoce y se identifica por su sabor y aroma, las propiedades organolépticas de los alimentos tiene un efecto determinante sobre su consumo y éxito comercial. El poder del sabor ejercido en la elección de alimentos juega un papel muy importante para la determinación de gusto o desagrado de un alimento. Se entiende por sabor al conjunto de percepciones de estímulos olfato-gustativos y táctiles que permiten a un sujeto identificar un alimento y establecer un criterio a distintos niveles de agrado y desagrado. (Manuel, Pérez, 2008).

Teniendo presente que la apariencia representa todos los atributos visibles de un alimento, se puede afirmar que constituye un elemento fundamental en la selección de un alimento. (Anzaldúa, 1994).

El olor es la percepción por medio de la nariz de sustancias volátiles liberadas por los alimentos (Anzaldúa, 1994).

El sabor consiste en la percepción de las sustancias olorosas o aromáticas de un alimento después de haberse puesto éste en la boca. (Manuel, Pérez, 2008).

La textura es la propiedad sensorial de los alimentos que es detectada por los sentidos del tacto, la vista y el oído y que se manifiesta cuando el alimento sufre una deformación. (Anzaldúa, 1994).

El color también puede influencia en la elección de un alimento, porque dicha característica del producto sumada con la textura resulta en el aspecto del producto, y dicho aspecto puede ser un criterio en la evaluación por parte del consumidor.

Según Manuel y Pérez, hay ciertas sustancias químicas, normalmente presentes en la naturaleza, que, aunque en sí mismas no tienen mucho efecto, al ser añadidas a algunos alimentos producen una modificación de su sabor, color y olor natural. (Manuel, Pérez, 2008).

3 Diseño metodológico

El desarrollo de este estudio se fundamenta en la revisión bibliográfica. Por medio del abordaje cualitativo de las referencias investigadas, se intentó desencadenar hechos históricos, relaciones e interpretaciones acerca de la temática abordada.

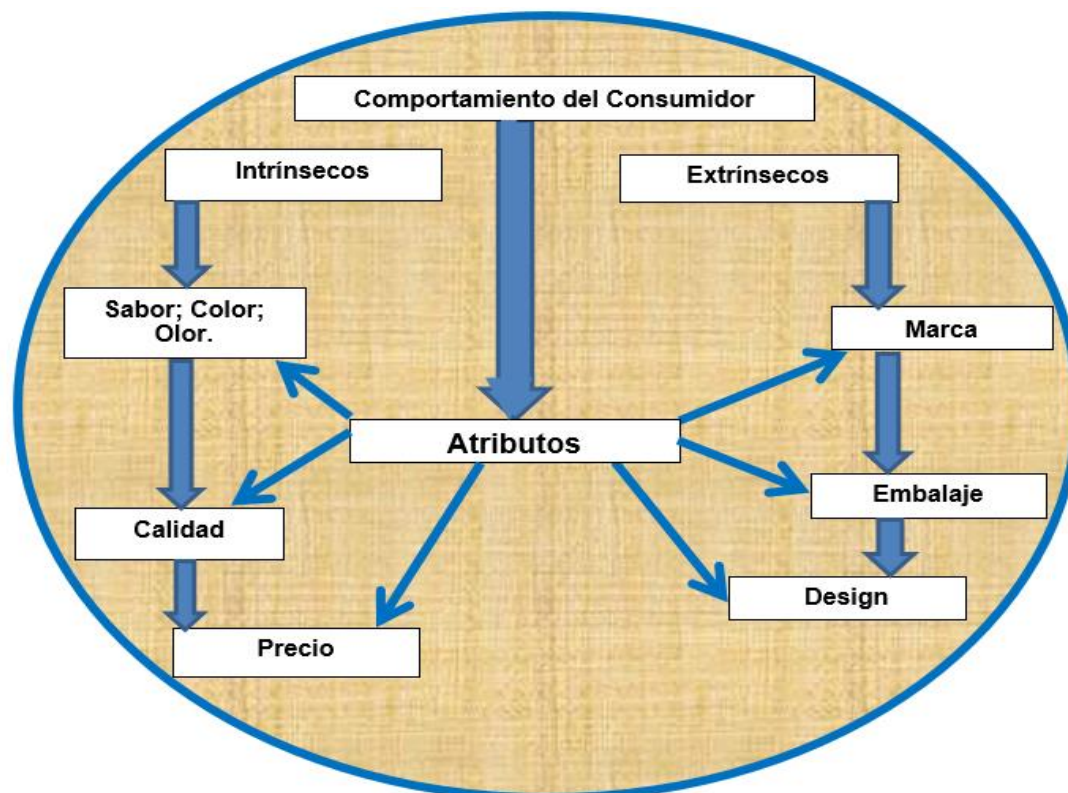
Se argumenta que la investigación cualitativa y sus métodos de recolección y análisis de datos son apropiados para una fase exploratoria de la investigación. La investigación cualitativa también es apropiada para la evaluación formativa, cuando se trata de mejorar la efectividad de un modelo propuesto, o plan, y también cuando se trata de relatar una evolución histórica de determinado tema y construir consideraciones críticas sobre su aspecto evolutivo (Roesch, 2015).

La investigación bibliográfica fue realizada en libros, artículos y sitios especializados con la temática en destaque. Con los datos e informaciones obtenidas se realizaron las consideraciones críticas, buscando producir su adecuada interpretación y desdoblamientos relacionados con la evolución y contribuciones del tema estudiado.

4 Análisis y discusión del modelo teórico

En este capítulo está presentado el modelo teórico que muestra el comportamiento del consumidor basado en los atributos del producto. El respectivo modelo destaca relevantes atributos del producto, los cuales influyen el consumidor en la decisión de compra. Entre ellos se evidencia los factores intrínsecos como el sabor, color, olor, calidad y precio. Como también los factores extrínsecos como la marca, embalaje y el design. Todos estos atributos están presentados en la figura 03 correspondiente al respectivo modelo teórico propuesto.

Figura 03: El comportamiento del consumidor basado en los atributos del producto



Fuente: Creado por los autores con base en la literatura estudiada

Con base en la figura 03 oportunamente, es primordial tener en cuenta que el consumidor está cada día más sofisticado, o sea, con más informaciones disponibles, en el internet o en cualquier otro medio de comunicación. Esto posibilita al consumidor agregar conocimiento a respecto de los productos, servicios y prácticas de marketing ofrecidas por las organizaciones. Con esto, el consumidor queda más exigente en relación a los productos y servicios ofertados, presentando mayores niveles de insatisfacción y menores niveles de lealtad. (Larentis y Fabiano, 2012).

El aporte de dicho modelo teórico presentado en la figura 03, fortalece la atención en los atributos del producto, hace reflexionar sobre todo, en las cosas que justamente determinado producto tiene a ofrecer al consumidor.

Por lo tanto, es posible observar en el modelo arriba que los atributos están conectados con el comportamiento del consumidor. Y por su vez, los atributos de relevancia en relación a un determinado producto están destacados en el modelo teórico presentado.

Los atributos son las características, componentes, partes o aspectos de los productos o servicios que los consumidores describen sobre el producto en cuestión. Por lo tanto, el estudio de un producto específico a profundase al detallar el grado de análisis

por la descomposición en términos de sus atributos. Son los atributos que definen el producto, y pueden ser tipificados como sus características, funciones y beneficios (Luce; Schneider, 2014).

5 Consideraciones Finales

Las organizaciones enfrentan a un escenario altamente competitivo, cuyo éxito depende de la velocidad en que pueden adaptarse a los cambios. La lealtad de los consumidores gana importancia como una forma de las empresas busquen un diferencial competitivo. El cliente satisfecho seguirá comprando nuevos productos y servicios y también recomendará a sus conocidos. Por otro lado, si son clientes insatisfechos, no sólo dejan de comprar en la empresa, pero también pueden difamar la empresa junto a sus conocidos.

El objetivo que trató de presentar un modelo teórico relacionado al comportamiento del consumidor, muestra la presentación de un modelo teórico relacionado con los atributos del producto y sus relaciones con la influencia en la decisión de compra de los consumidores, aportando de una forma más profundizada mostrando la importancia de los atributos de los productos en relación a los aspectos de calidad, marca, embalaje, design, precio, sabor, color, olor, y factores intrínsecos y extrínsecos.

El modelo presentado puede ser utilizado como base de consulta para futuros trabajos científicos, como también por los profesionales de marketing que buscan continuamente conquistar a los consumidores, queda la opción por fijarse en los atributos del producto para lograr influenciar al consumidor en la hora de decisión de compra o no compra.

Bibliografía

ANZALDÚA, Morales. **Evaluación sensorial de los alimentos en la teoría y la práctica**. 1ª Ed. Acribia. pp. 36-45.1994.

ASSAEL, H. **Consumer behavior and marketing action**. 6 th ed. Cincinnati: South-Western College Publishing. 1998.

ATHAYDE, A. **Indústrias agregam conveniências aos novos produtos**. Engenharia de Alimentos. São Paulo: n. 24, p. 39-41. 1999.

BASTA, Darci et. al. **Fundamentos de marketing**. 4. ed. FGV Management. Rio de Janeiro, RJ: EDITORA FGV. 2005.

CANTOS, Carolina Moliner. **Calidad de servicio y satisfacción del cliente**. *Revista de psicología del trabajo y de las organizaciones*. Volumen 17, nº 2 – p. 233 – 235.



2001. Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=231324550006>>. Página visitada en 05/08/2018.

CHRZAN, K.; ELROD, T. **Choice-based approach for large numbers of atributes**. Marketing News, Vol. 29, January 2. 1995.

COX, D. F. **The sorting rule of Consumer product evaluation process, risk tasking and information handing in consumer behavior**. Harvard University, Graduate School of Business Administration. 1967.

CZINKOTA, M.R.; KOTABE, M.; MERCER, D. **Marketing management: text and cases**. Cambridge: Blackwell Business. 1997.

IRIGARAY, H. Arthur.; VIANNA, Alexandre.; NASSER, J. Eduardo.; LIMA, L. P. Moreira. **Gestão e desenvolvimento de produtos e marcas**. 3ª ed. FGV Management. Rio de Janeiro, RJ: EDITORA FGV. 2011.

KRUCKEN, Lia. **Design e território: valorização de identidade e de produtos locais**. SEBRAE São Paulo: Studio Nobel. 2009.

LARENTIS, Fabiano. **Comportamento do consumidor**. Curitiba: IESDE. 2012.

LUCE, Fernando Bins.; SCHNEIDER, Gustavo. **Administração de Produto**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EA/UFRGS. 2014.

MATHON, Yamila. **Envases y embalajes**. 1ª ed. San Martín: Inst. Nacional de Tecnología Industrial. Buenos Aires: INTI. 24 p. ISBN 978-950-532-171-1. 2012. Disponible en: <http://www.inti.gob.ar/atp/pdf/cuadernilloEnvasesyEmbalajes.pdf>. Página visita el 03/04/16.

MANUEL, J.; PÉREZ, P. **Sabor en los alimentos**. Facultad de Estudios Superiores Zaragoza. Universidad Nacional Autónoma de México. UNAM. 2008. Disponible en: <http://pt.scribd.com/doc/15487779/Sabor-en-los-Alimentos-bromatologia#scribd>. Página visitada el 04/08/18.

MEHMET, T.; PIRTINI, S.; ERDEM Y. C. **The perceived country of origin images in Turkey**. International Business and Economies Research Journal, v. 9, n. 8, p. 127-133. 2010.

PETER, J.P.; OLSON, J.C. **Consumer behavior and marketing strategy**. 4th ed. Chicago: Irwin. 1996.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: estágios, tcc, dissertações e estudos de caso**. 1. ed. São Paulo: Atlas. 2015.

SCHIFFMAN, L.G.; KANUK, L. **Consumer Behavior**. Prentice Hall. 1983

SCHIFFMAN, L. G.; LAZAR, L. **Comportamiento del Consumidor**. México: Prentice Hall. P. 66. 2010.



WU, T.W.; DAY, R.L.; MacKAY, D.B. **Consumer Benefits Versus Product Attributes: An Experimental Test.** Quarterly Journal of Business & Economics, Vol. 27, pp. 88 -113. 1998.

AS RELAÇÕES DO CONSUMIDOR COM HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS THE CONSUMER RELATIONS WITH HEALTHY FOOD HABITS

Gildimar de Oliveira Ramos⁶

Roberto Carlos Dalongaro⁷

Luciane de Oliveira⁸

Resumo: O presente estudo enfoca um questionamento que dá origem a seguinte indagação. Quais são os alimentos mais saudáveis comprados pelos consumidores nos supermercados na cidade de São Luiz Gonzaga - RS? Este estudo está relacionado ao projeto de iniciação científica da URI – São Luiz Gonzaga proveniente do EDITAL / PROPEPG N° 03 de 06 de fevereiro de 2017, e com situação do parecer número 2.242.936 aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com o registro no CAAE de número 66224417.5.0000.5354. O artigo também levanta a problemática de Como se comporta o consumidor em relação a compra de produtos alimentícios disponíveis para a venda nos supermercados da cidade de São Luiz Gonzaga- RS? O objetivo do presente artigo é analisar o comportamento do consumidor em relação a compra de produtos alimentícios nos supermercados da cidade de São Luiz Gonzaga - RS, no período de agosto a outubro de 2018. Para isso, lança mão de uma pesquisa de abordagem quantitativa.

Palavras-chave: ALIMENTOS. CONSUMIDOR. SUPERMERCADO

Abstract: This study focuses on a questioning that gives rise to the following question. What are the healthiest foods purchased by consumers in supermarkets in the city of São Luiz Gonzaga - RS? This study is related to the project of scientific initiation of the URI - São Luiz Gonzaga from the EDITAL / PROPEPG N° 03 of February 6, 2017, and situation of opinion number 2,242,936 approved by the Research Ethics Committee with registration in the CAAE No. 66224417.5.0000.5354. The article also raises the question of How does the consumer behave in relation to the purchase of food products available for sale in the supermarkets of the city of São Luiz Gonzaga - RS? The objective of this article is to analyze the behavior of the consumer in relation to the purchase of food products in the supermarkets of the city of São Luiz Gonzaga - RS, from August to October 2018. To this end, he uses a quantitative approach.

Keywords: FOODS. CONSUMER. SUPERMARKETS

⁶ Graduando do VI semestre de Administração da URI São Luiz Gonzaga e bolsista do projeto de pesquisa. E-mail: neitintas@outlook.com

⁷ Pós-Doutorando em desenvolvimento regional pelo PPGDR-UNIJUI. Doutor em Administração. Mestre em Gestão Estratégica das organizações. Professor dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da URI São Luiz Gonzaga. Orientador do projeto de pesquisa. E-mail: Robertocarlosad@outlook.com

⁸ Mestra em Gestão Estratégica das organizações. Professora dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da URI São Luiz Gonzaga. Co-Orientadora do projeto de pesquisa. E-mail: luciane@viacom.com.br

1 Introdução

A pesquisa está direcionada a uma parcela de consumidores preocupadas com o comportamento alimentar, e com a influência das estratégias mercadológicas dos supermercados na vida de cada um.

A forte mídia exercida junto aos consumidores, faz com que eles possam ser influenciados a comprar produtos fora do seu comportamento alimentar, e com isso, em algum momento poderá haver consumo excessivo de determinados produtos, algo que pode não ser benéfico para a saúde.

Com isso o comportamento do consumidor é influenciado em relação aos seus hábitos alimentares, que implica diretamente no consumo de produtos alimentícios nos mais diversos setores dos supermercados.

No entanto, compreender o comportamento humano ligado ao consumo, é um esforço desafiador.

Principalmente em um momento oportuno para conscientizar a sociedade sobre a importância em se ter hábitos de alimentação saudáveis, e que estes hábitos influenciam na qualidade de vida da população, na sua longevidade, como também podem propiciar aos consumidores desses alimentos, um organismo fortalecido e imune contra diversas doenças.

O estudo está direcionado no respectivo questionamento: Quais são os produtos alimentícios mais comprados pelos consumidores dos supermercados na cidade de São Luiz Gonzaga - RS? Qual é o comportamento do consumidor em relação aos produtos oferecidos nos supermercados da cidade de São Luiz Gonzaga- RS?

Para confrontar os dados de consumo nos diferentes setores supermercadistas, que segundo Kristensen *et al.* (2001) se relacionam com a capacidade de compra do consumidor.

O tema focado no estudo desse projeto tem grande relevância e importância para o setor estudado, pois a pesquisa buscara revelar dados de interesse de toda a sociedade.

O estudo leva em conta fatores relacionados ao consumo de produtos alimentícios, poder de compra do consumidor, comparativo de compra de produtos saudáveis com os demais produtos comprados. Contemplando informações relevantes relacionados ao varejo supermercadista e ao consumo de alimentos na cidade de São Luiz Gonzaga – RS.

O objetivo do presente artigo é analisar o comportamento do consumidor em relação a compra de produtos alimentícios nos supermercados da cidade de São Luiz

Gonzaga - RS, no período de agosto a outubro de 2018. Analisar o comportamento do consumidor em relação a compra de produtos alimentícios mais saudáveis nos respectivos períodos.

2 Referencial Teórico

2.1 Supermercados varejistas em uma visão geral

O varejo supermercadista é considerado um tipo de varejo que tem como atividade básica a venda de mercadorias para consumo pessoal ou doméstico e a prestação de serviços ligados à venda de bens (ROSENBLOOM, 2002). Assim, no canal de distribuição de produtos alimentícios, os supermercados desempenham papel de intermediário entre o consumidor final e os níveis de produção ou atacado.

Entende-se por varejo “Todas as atividades que englobam o processo de venda de produtos e serviços para atender a uma necessidade pessoal do consumidor final” (PARENTE, 2000, p.22). Levy e Weitz (2000) complementam que esta atividade de negócio adiciona valor aos produtos e serviços que são vendidos aos consumidores para o uso tanto pessoal quanto familiar. Churchill e Peter (2003, p. 417) afirmam que “os varejistas precisam oferecer benefícios que realmente interessem aos consumidores”.

Para definir sua estratégia, o varejo deve desenvolver um conjunto de variáveis capazes de satisfazer as necessidades e influenciar as decisões de compras de seus segmentos-alvo melhor do que seus concorrentes. Essas variáveis ou elementos da estratégia de varejo incluem os tipos de mercadorias e serviços oferecidos, preço dos produtos, divulgação e ações promocionais, desenho

E formato de loja, arranjo físico das mercadorias, funcionários para auxiliar os consumidores e a conveniência da localização da loja (LEVY; WEITZ, 2007).

A abertura do mercado brasileiro e a estabilização da economia geraram a oportunidade de o varejista desenvolver e implementar ações cada vez mais voltadas para superar as expectativas de seus clientes, pois qualidade nos produtos e preços baixos já não é o bastante para a atração e retenção de clientes. Segundo Souza e Serrentino (2002, p.95), “as empresas passaram a tentar conhecer melhor seus clientes a partir de hábitos, atitudes e padrões de comportamento, e a estratégia voltou-se para o atendimento de suas necessidades”. A criação de melhores serviços de atendimento que facilitem o processo de compra e proporcionem conveniência, prazer e novas experiências ao consumidor tornou-se uma prática constante no cotidiano do gestor de varejo.

O varejo representa 32,60% do total de empreendimentos do país, cuja atividade de maior número é o setor de vestuário e acessórios com 6,22%, seguida da atividade de Comércio Varejista de Mercadorias (Minimercados, Mercearias e Armazéns) com 3,78% do total e Lanchonetes, Casas de Chá, Sucos e Similares com 2,72% (IBPT, 2012).

Varejo define-se, portanto, como sendo um negócio onde as mercadorias são adquiridas através de fabricantes ou atacadistas e os mesmos são difundidos por um canal de distribuição, chegando às mãos dos consumidores finais (COBRA, 1997).

As respectivas definições se aplicam aos diversos formatos de varejo, incluindo o setor supermercadista, varejo esse de grande importância para economia do país.

2.2 Definições e conceitos de supermercados

As definições que podemos encontrar sobre supermercado são numerosas, umas mais amplas que outras. Uma delas é que se diferenciam no volume de vendas anual. Isto é compreensível devido a que cada uma delas pertence a uma margem temporal diferente na qual se formularam (GUTIÉRREZ CARRIZO, 2004).

Existem vários tipos de supermercados. Os de tamanho médio e os minimercados, esses são estabelecimentos comerciais onde se encontram um número básico de produtos, já os hipermercados, são os maiores de todos, eles agregam outros produtos não tão comuns em seu mix, como por exemplo, indumentários e calçados, comidas elaboradas, produtos importados, bazar e utilidades, componentes para automotores, artigos de decoração, eletrodomésticos, etc. (CASARES e MARTÍN, 2003).

2.3 A importância dos alimentos saudáveis e orgânicos

Os alimentos saudáveis tem sido alvo de estudos por acadêmicos ligados a diferentes áreas, como Administração, Nutrição, Agroecologia, Economia, dentre outras, conforme apontam Soares (2010) e Ceschim e Marchetti (2009). Os autores destacam como os principais temas estudados em relação ao alimento saudável a questão da saúde, preservação ambiental, valorização da agricultura familiar, redução da contaminação dos alimentos e demanda de mercado. Ademais, pesquisas e reportagens sobre os possíveis benefícios do alimento orgânico são frequentes na área acadêmica e no cotidiano de uma sociedade que tende a se preocupar cada vez mais com a saúde (WILLIAMSON, 2007).

Apesar da relativa baixa produção de produtos orgânicos, pode-se considerar que o Brasil está despertando para o setor. De acordo com Penteadó (2003), além das feiras

específicas e de pequenos varejos especializados em produtos orgânicos, as grandes redes de varejo de autosserviço estão aderindo aos produtos orgânicos. Isto pode ser visto no caso das duas maiores redes de supermercados e hipermercados instaladas no Brasil – Pão de Açúcar e Carrefour –segundo a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS, 2012).

2.4 o comportamento dos consumidores de alimentos

O estudo do comportamento do consumidor envolve estudos multidisciplinares de diferentes áreas científicas (MOWEN; MINOR, 2003). Para os autores, o estudo mercadológico do comportamento do consumidor é ligado principalmente a algumas áreas científicas como Administração, Psicologia, Economia, Antropologia e Sociologia.

Solomon (2002) defende os consumidores como atores no palco do mercado, possuindo diferentes papéis dependendo das circunstâncias envolvidas. Para o autor, o comportamento do consumidor é um processo contínuo que envolve questões de pré-compra, compra e pós-compra.

Nesse sentido, Bagozzi, Gürhan-Canli e Priester (2002) consideram que o comportamento do consumidor é baseado nas trocas e benefícios mútuos entre os agentes envolvendo aspectos simbólicos fundamentais aos consumidores. Os autores destacam as atitudes e intenções comportamentais, pois estes aspectos estão diretamente ligados à intenção de compra, que deve ser considerada nas três fases destacadas por Solomon (2002).

Krischke e Tomiello (2009) buscaram em sua pesquisa identificar as motivações das escolhas dos consumidores por alimentos orgânicos. Os autores chegaram à conclusão de que os consumidores optam pelo alimento orgânico principalmente segundo algumas características: (a) vida saudável; (b) qualidade de vida; (c) confiança na marca; e (d) qualidade do produto.

3 Metodologia

3.1 Tipo de pesquisa

Este estudo está relacionado ao projeto de iniciação científica da URI – São Luiz Gonzaga proveniente do EDITAL / PROPEPG Nº 03 de 06 de fevereiro de 2017, e com Situação do Parecer número 2.242.936 aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com o registro no CAAE de número 66224417.5.0000.5354.

Quanto à forma de abordagem, essa pesquisa se enquadra como quantitativa, porque está embasada em dados e informações numéricas, classificando-os e analisando-os essas informações através de números percentuais e absolutos.

Na concepção Roesch (2015, p. 123), diz que a pesquisa quantitativa é apropriada para avaliar a mudança organizacional. Quando se trata de abordagens integradas, com expressão dos resultados, envolvendo a análise de relações evolutivas entre dois ou mais períodos.

3.2 Levantamento de dados

As amostragens com os dados de origem primária foram coletadas de maneira online, com um questionário inserido em um formulário gerado através do Google Drive, que foram enviados a uma amostra 52 entrevistados consumidores de supermercados na cidade de São Luiz Gonzaga – RS.

Essa foi a terceira fase de pesquisa do projeto de iniciação científica. Que se estenderá por 2 anos da pesquisa, com isso, busca-se realizar uma análise comparativa entre os períodos analisados, buscando-se identificar mudanças e evoluções nos respectivos períodos.

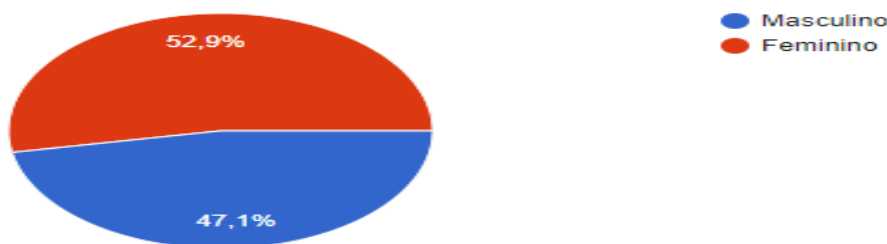
3.3 Forma de análise dos dados

Os dados foram tabulados e analisados a partir dos gráficos gerados pelo formulário de pesquisa Google Drive, sendo realizadas as primeiras análises da pesquisa através dos respectivos gráficos. A pesquisa identificou o perfil e o comportamento do consumidor de supermercados na cidade de São Luiz Gonzaga na hora da compra no período de Agosto a outubro de 2018, buscou-se analisar o comportamento do consumidor em relação ao consumo de produtos saudáveis no respectivo período da pesquisa.

4 Análise dos resultados

4.1 Análise do perfil dos consumidores

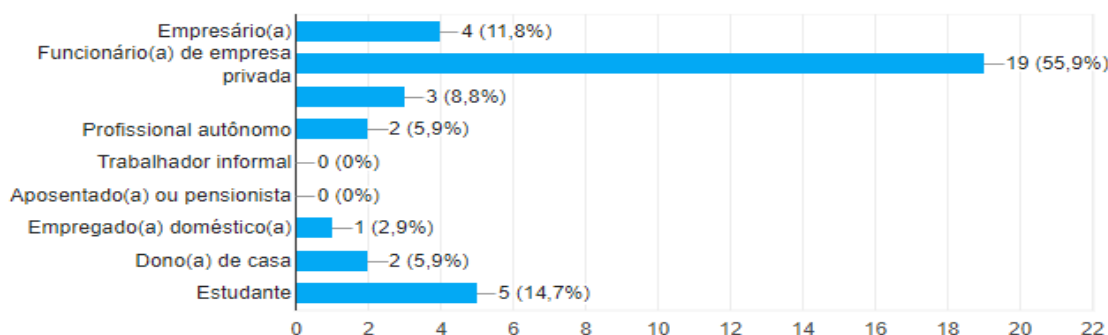
Gráfico 1: Gênero do consumidor



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Segundo mostra o gráfico 1, é possível destacar que 52,9% dos entrevistados são do gênero feminino, e 47,1% pertencem ao gênero masculino, considerando um total de 52 entrevistados. Predominando o gênero feminino com 5,8% a mais.

Gráfico 2: Ocupação atual do consumidor



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

O gráfico 2 nos mostra que 55,9% dos entrevistados são funcionários de empresa privada, 11,8% são empresários, 8,8% se dá para funcionários de empresas públicas, 14,7% são estudantes, 5,9% são profissionais autônomo e o restante se divide em aposentados/pensionistas, trabalhadores informais, agricultores, donos (a) de casa, ou estão desempregados.

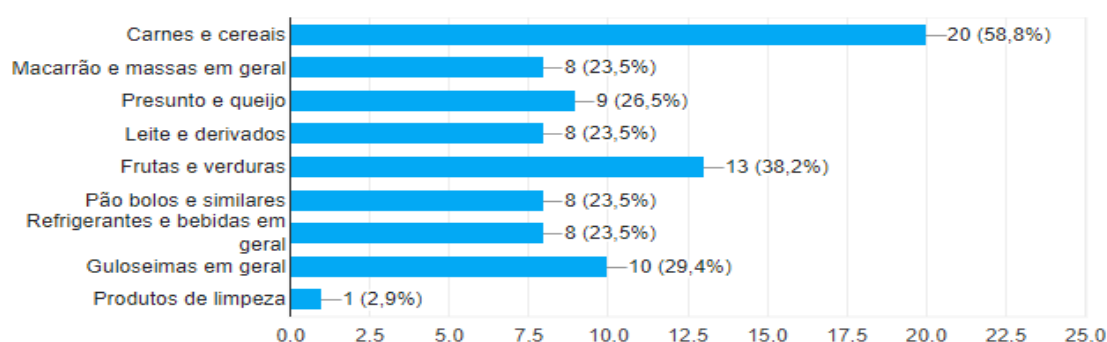
Gráfico 3: Por que razão você compra produtos saudáveis ou sustentáveis



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Segundo o gráfico 3, 32,4% dos entrevistados compram produtos saudáveis e sustentáveis visando incorporar esses produtos em seus hábitos de consumo, e 47,1% deles se consideram preocupados com a saúde, enquanto os outros 20,5% dividem suas preferências e preferem analisar preços, qualidade e variedade dos produtos, ou não compram produtos saudáveis.

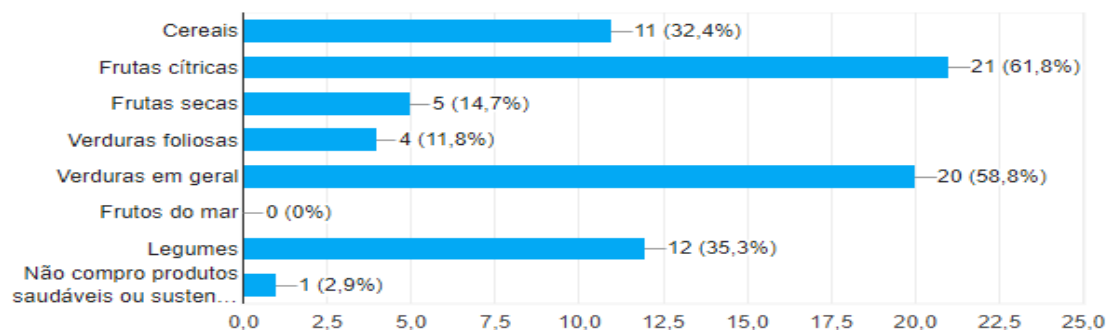
Gráfico 4: Combinações dos produtos mais comprados nos supermercados



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Conforme o gráfico 4, 58,8% dos entrevistados preferem carnes e cereais na hora das compras, o restante está dividido entre as combinações, com uma leve vantagem na opção frutas e verduras com 38,2% da preferência.

Gráfico 5: Quais as classes de produtos saudáveis e sustentáveis são os mais comprados

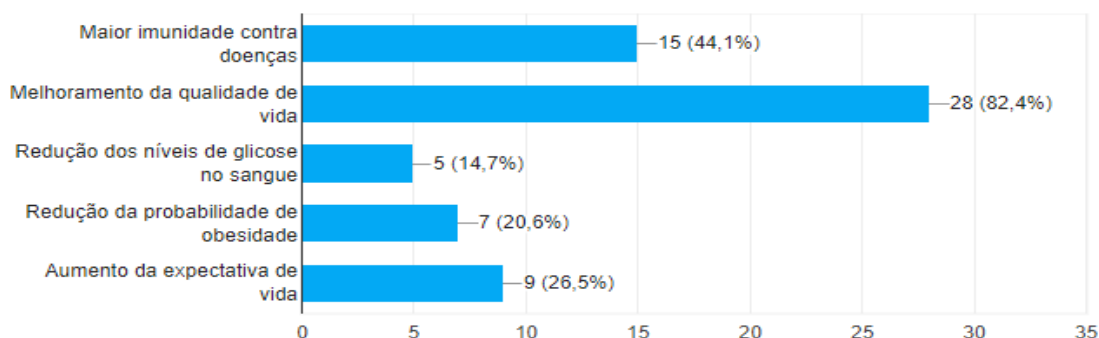


Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

O gráfico 5 apresenta uma grande vantagem na classe Frutas cítricas com 61,8%, quando se fala em compra de produtos saudáveis e sustentáveis, seguido de verduras

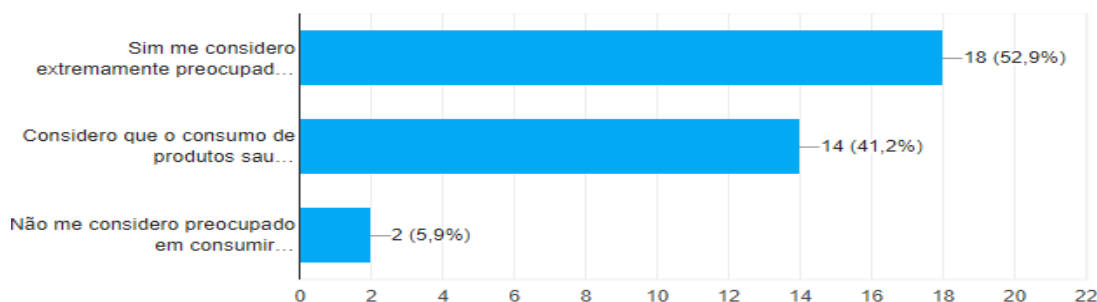
em geral com 58,8% e legumes com 35,3% de preferência, sendo as demais classes de produtos menos lembrada pelos entrevistados.

Gráfico 6: Na sua percepção quais são os benefícios mais importantes ao consumir produtos alimentícios mais saudáveis?



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

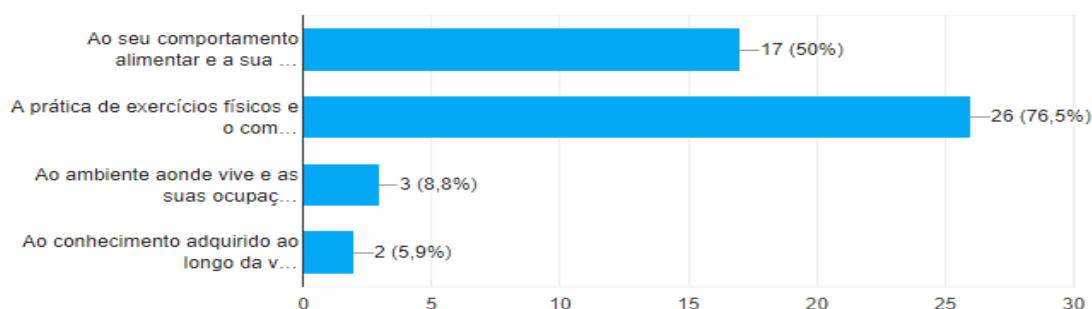
Gráfico 7: Você se considera consciente e/ou preocupado em consumidor alimentos saudáveis?



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

No gráfico 7 é possível visualizar que 52,9% dos entrevistados se consideram extremamente preocupados e/ou conscientes em consumidor produtos saudáveis, sendo que 41,2% consideram que o consumo de produtos saudáveis deve ser intercalado com o consumo de outros produtos alimentícios, já 5,9% dos mesmos não se consideram preocupados em consumir tais produtos.

Gráfico 8: Você considera que a longevidade de vida do ser humano está relacionada com:



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

O gráfico 8, apresenta que 76,5% dos entrevistados atribui a prática de exercícios físicos e o comportamento alimentar, como responsável pela longevidade de vida do ser humano.

5 Considerações Finais

O estudo respondeu os questionamentos: Pois, os alimentos mais saudáveis comprados pelos consumidores nos supermercados na cidade de São Luiz Gonzaga – RS são: frutas cítricas e verduras em geral, já o consumidor em relação a compra de produtos alimentícios disponíveis para a venda nos supermercados da cidade de São Luiz Gonzaga- RS, mostrou que a razão principal é por se considerar preocupado com a saúde.

O objetivo do artigo também foi contemplado, pois a análise do comportamento do consumidor em relação a compra de produtos alimentícios nos supermercados da cidade de São Luiz Gonzaga -RS, no período de agosto a outubro de 2018, mostrou que predomina a existência de uma preocupação com a saúde do consumidor, que foi incorporado produtos saudáveis no cardápio do dia a dia, e que com um comprometimento de até 35,3% da renda com gastos de supermercado, os consumidores buscam fazer uma combinação de produtos saudáveis, como carnes e cereais, frutas e verduras, macarrão e massas.

O trabalho mostrou que o consumidor da atualidade está mais preocupado com a longevidade e a saúde, e com isso, ele está modificando os seus hábitos alimentares, esse comportamento influência nas vendas dos supermercados, os quais necessitam se adaptar para atender a uma demanda crescente, que se fortalece ao passar do tempo e aquece a movimentação do mercado de Alimentício saudáveis.

REFERÊNCIAS

- ABRAS. **Associação Brasileira de Supermercados**. 2012. Disponível em: <<http://www.abrasnet.com.br/economia-e-pesquisa/consumidor/>>. Pagina visitada em 20/06/18.
- BAGOZZI, R. P.; GÜRHAN-CANLI, Z.; PRIESTER, J. R. **The social psychology of consumer behavior**. Buckingham: Open University Press, 2002.
- CASARES RIPOL, J.; MARTÍN CERDEÑO. **Evolución de la distribución comercial y de los hábitos de compra: del dualismo al polimorfismo**. ICE, nº 811, Diciembre, 2003. pp. 323-347.
- CESCHIM, G.; MARCHETTI, R. Z. **O comportamento inovador entre consumidores de produtos orgânicos: uma abordagem qualitativa**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 33, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo:ANPAD, 2009.
- COBRA, M. **Marketing Básico: Uma Abordagem Brasileira**. 4ª Ed., São Paulo: Atlas, 1997.
- GUTIÉRREZ CARRIZO, I., LORENZO GARDÓN, P. **La expansión de los supermercados, ¿Sólo una cuestión de gustos?** ICE, septiembre-octubre, 2004. pp. 57-66.
- IBPT - **Censo das Empresas Brasileiras**. 2012. Disponível em:<https://www.ibpt.org.br/noticia/372/Censo-das-Empresas-Brasileiras.2012>. Acesso em 20/06/2018.
- KRISCHKE, P. J.; TOMIELLO, N. **O comportamento de compra dos consumidores de alimentos orgânicos: um estudo exploratório**. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar de Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC. v. 10, n. 96, p. 27-43, 2009.
- KRISTENSEN, K.; JUHL, H.; OSTERGAARD, P. **Customer satisfaction: some results for European retailing**. Total Quality Management. 2001, 7/8, pp. 890-897.
- MOWEN, J.; MINOR, M. S. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
- LEVY, Michael; WEITZ, Barton A. **Administração de varejo**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- PARENTE, Juracy. **Varejo no Brasil: gestão e estratégia**. São Paulo: Atlas, 2000.
- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: estágios, tcc, dissertações e estudos de caso**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- ROSENBLOOM, B. **Canais de marketing – uma visão gerencial**. São Paulo: Atlas, 2002. 557 p.



SOARES, W. L. **Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao ambiente: uma avaliação integrada entre a economia, a saúde pública, a ecologia e a agricultura.** Tese. (Doutorado em Ciências de Saúde Pública e Meio Ambiente) – Escola nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SOUZA, Marcos G.; SERRENTINO, Alberto. **Multivarejo: na próxima economia.** São Paulo: Pearson, 2002.

WILLIAMSON, C. S. **Is organic food better for our health?** British Nutrition Foundation, Nutrition Bulletin, n. 32, p. 104-108, 2007.

UM MODELO TEÓRICO BASEADO NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO VAREJO DE SUPERMERCADOS

Juedir Viana Teixeira⁹

Roberto Carlos Dalongaro¹⁰



Este artigo foi premiado no grupo de trabalho, sendo publicado na Revista Interdisciplinar Contabilidade, Administração e Direito – RICADI – ISSN 2526-1851, publicada em dezembro de 2018.

⁹ Doctorando en Administración UNaM – Argentina. Professor da Universidade Candido Mendes – Rio de Janeiro. E-mail: juedir@me.com

¹⁰ Pós-Doutorando em Desenvolvimento Regional. Doctor en Administración. Professor da URI – Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: robertocarlosad@hotmail.com

ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA ATRAVÉS DO MARK-UP EM UM COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS

ANALYSIS OF THE TRAINING OF THE PRICE OF SALE THROUGH THE MARK-UP IN A TRADE RETAILER OF INKS

Gildimar De Oliveira Ramos¹¹

Roberto Carlos Dalongaro¹²

Resumo: O presente estudo tem como tema analisar a formação do preço de venda em um comércio varejista, um tema de grande relevância pois, é primordial para uma empresa conhecer seus vários custos, analisar e utilizar os melhores métodos e técnicas para formação de seus preços. Ao se procurar formar o preço de venda é preciso observar a base escolhida para essa formação, a partir do custo, ou a partir do mercado. Escolhido o custo do produto como base para formação do preço de venda, pressupõe-se que o mercado está disposto a absorver os preços de venda determinados pela empresa. Sendo o custo, o ponto de partida, deve-se procurar utilizar um método adequado para que se atenda os objetivos da empresa. O objetivo deste trabalho é evidenciar como é utilizado o método do mark-up na formação do preço de venda em um comércio varejista na cidade de São Luiz Gonzaga-RS. E demonstrar os tipos de custo que existem dentro desta empresa. A metodologia utilizada neste trabalho consiste na pesquisa bibliográfica aplicada, descritiva, quali-quantitativa e estudo de caso.

Palavras-chave: Preço de venda. Produto. Mark-Up.

Abstract: The present study has had as a training theme the price of a sales promotion, a subject of great relevance by, is paramount for a company that benefits its costs, and uses the best methods and techniques for the formation of its prices. Price is required to get a basic training, from cost, or from the market. Chose the price as the basis for the formation of the selling price, which is the cost of acquisition for the selling prices by the company. Since the terminal is the starting point, a suitable model must be used so that the objectives of the company are fulfilled. The objective of this work is to highlight how marketing method in the promotion of the sale price in the city of São Luiz Gonzaga-RS. And demonstrate the types of consumption that are within the company. The record is subject to applied, descriptive, qualitative and quantitative bibliographic research and case study.

Keywords: Sale Price. Product. Mark-Up.

1 Introdução

Nos dias de hoje vivemos em um mundo globalizado, onde a competitividade é cada vez maior nos mais diversos segmentos da nossa sociedade, por isso é de extrema

¹¹ Graduando do VI semestre de Administração da URI São Luiz Gonzaga e Bolsista do Projeto de Pesquisa. E-mail. neitintas@outlook.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/1003583785541097>.

¹² Pós-Doutorando em Desenvolvimento Regional – UNIJUI. Doutor em Administração – UNAM – Argentina. Professor da Universidade Regional Integrada URI. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com CV: <http://lattes.cnpq.br/4949432187560448>.

importância o aperfeiçoamento da qualidade em todos os aspectos, buscando a aceitação e a permanência de um produto ou serviço pelo mercado consumidor. O preço de venda de um bem ou serviço não pode ser muito maior que os preços de seus concorrentes, por isso, é possível dizer que os preços de venda são determinados diretamente pelo mercado. Entretanto, o mercado só sugere esses preços, mas não determina o preço de venda de um produto.

Este artigo vem demonstrar os tipos de custos que existem dentro de uma empresa. Através de critérios se formulará o preço de venda ideal, dando possibilidade para que o administrador tome suas decisões gerenciais, com maior segurança, e esteja mais preparado para a concorrência do mercado globalizado.

O presente trabalho tem como objetivo geral mensurar o custo real do produto, para isso utilizou métodos como a margem de contribuição, e o mark-up.

2 Fundamentação teórica

2.1 Contabilidade de custos

A Ciência Contábil se divide em vários ramos, dentre eles destaca-se a contabilidade de custos, que visa mensurar e analisar os gastos provenientes do processo produtivo. Esse ramo da contabilidade é de suma importância para o desenvolvimento de uma empresa, pois possibilita a avaliação dos estoques, mensuração do resultado, planejamento e controle dos gastos e atua no processo de tomada de decisão. (MARTINS, 2010).

A contabilidade de custos surgiu há alguns séculos. De acordo com Bomfim e Passarelli (2006, p. 25), seu início ocorreu “em princípios da Idade Média prolongando-se até fins do século XVI, compreende os sistemas de produção conhecidos como Familiar, Corporações e Domésticos”.

Segundo Martins (2010, p.19), para calcular custos nessa época era necessário fazer,

Estoques iniciais (+) compras (-) Estoques finais (=) custo das mercadorias vendidas. O cálculo basicamente por diferença, computando o quanto possuía de estoques iniciais, adicionando as contas do período e comparando com o que ainda restava, apurava o valor de aquisição das mercadorias vendidas, na clássica disposição:

Porém, com a Revolução Industrial outros fatores passaram a compor o custo dos produtos, como valor da matéria-prima, mão de obra entre outros. Logo, aperfeiçoou-se a contabilidade de custos para suprir essa necessidade de mensuração do valor do estoque e apuração do resultado nas indústrias.

Leone (2010, p. 13), descreve que a contabilidade de custos é um instrumento disponível poderoso porque utiliza, em seu desenvolvimento os princípios, os critérios e os procedimentos fundamentais da ciência contábil.

2.2 Classificação dos custos

Custos é todo gasto econômico que representa a fabricação de um produto ou prestação de serviço. Conhecer seus custos é fundamental para saber se determinado produto ou serviço é rentável ou não, e se há possibilidade de diminuir seus custos. (MARTINS, 2010).

Martins (2010, p. 25), diz que custo é um gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.

2.3 Custo fixo

São custos que não se alteram pelo volume de atividade, não se alteram conforme a retração ou volume de produção. Deve-se analisar sua aplicação com relação a cada caso, de acordo com a circunstância. Geralmente são fixos os custos como aluguel, pois costuma-se contratar seu valor por período, salários também ajustados por período, arrendamento mercantil, seguro de edifícios, salários e encargos sociais e benefícios do pessoal ligado ao planejamento e controle da produção, etc. (MARTINS, 2010).

2.4 Custo variável

Todo o custo que se altera em relação à quantidade produzida. A variabilidade dos custos refere-se à sua dimensão física, quantitativa: a variação monetária é consequência. Geralmente é possível citar exemplos como material direto, material de embalagem, matéria prima, energia, combustível, etc. (MARTINS, 2010).

2.5 Formação do preço de venda

A formação do preço de venda é uma questão de suma importância para as entidades, pois essa é a remuneração da empresa. Cabe ao gestor ter em mente que esse valor deve se refletir em uma maior satisfação do cliente, pois a competição mercadológica é muito grande, e é neste cenário, que o preço se torna o maior atrativo na decisão da compra por parte dos clientes (GRAZZIOTIN, 2004).

Segundo Horngren (2006, p. 385) “o preço de um produto ou serviço depende da oferta e procura. As três influências que incidem sobre a oferta e procura são: clientes,

concorrentes e custos”. Clientes, no momento em que estes demandam determinado produto ou serviço; concorrentes, pois a empresa está inserida em um ambiente competitivo; e custos, de uma vez que estes influenciam preços por afetarem a oferta.

As empresas devem em primeiro lugar conhecerem seu ponto de equilíbrio e a margem de contribuição de seus produtos de forma isolada, para poder ponderar esses produtos pelo seu peso respectivo no faturamento total, identificando a média geral. É importantíssimo que as empresas conheçam a rentabilidade de cada produto ou serviço, pois só assim, saberão quais produtos ou serviços dão mais ou menos lucros e aqueles que geram prejuízos. Martins (2010) afirma que para administrar preços de vendas, sem dúvida é necessário conhecer o custo do produto.

A formação tradicional do preço de vendas é realizada com a soma dos custos e despesas necessária para a manutenção das atividades acrescida de uma margem de lucro desejada, este modelo, hoje é utilizado basicamente em empresas que possuam um diferencial em seus produtos ou serviços.

Nesse modelo a técnica do Mark-up é utilizada como ferramenta de apoio dos cálculos, já que a maioria das empresas na hora da formação do preço de venda, utiliza como base os preços impostos pelo mercado. Logo a competitividade torna-se mais acentuada. E o Mark-Up é um método que pode ser utilizado afim de reduzir o arbitramento utilizado por tais empresas.

2.6 Mark-Up

O Mark-up é um método utilizado para calcular o preço de venda, tendo como base o custo. Dada a sua fácil implantação, este método se tornou um dos mais difundidos no mundo dos negócios e hoje é uma das práticas mais comuns de política de preços. Em uma tradução aproximada desse termo inglês seria remarcar para cima (BRAGA, 2008).

Conforme Santos (2005, p. 128) “o Mark-up é um índice aplicado sobre o custo de um bem ou serviço para a formação do preço”. Mendes (2009, p. 127) complementa ao dizer que: “pela política de Mark-up, o preço de venda de um produto é determinado pela adição de um percentual – geralmente fixo, mas que pode ser variável – sobre o custo unitário de produção ou sobre o preço de compra, nos casos de revenda”.

O Mark-up conforme Santos (2005, p. 129) tem for finalidade cobrir as seguintes contas:

- Impostos sobre vendas;
- Taxas variáveis sobre vendas;

- Despesas administrativas fixas;
- Despesas de vendas fixas;
- Custos indiretos de produção fixos; e
- Lucro.

Mendes (2009, p. 127) afirma que “entre os principais fatores que podem influenciar o valor do Mark-up podem-se citar o tamanho da planta industrial, o valor do custo fixo total (CFT) e a elasticidade-preço da demanda por esse produto. Quanto maior for o CFT, maior será o do Mark-up”. O percentual do Mark-up é diretamente proporcional ao valor do custo fixo total, pois quanto maior for este, maior será aquele. Também quanto mais inelástica for a curva de demanda, maior será o Mark-up.

2.6.1 Como calcular o Mark-Up

Segundo Santos (2005), como todos os percentuais incidem sobre o preço de venda e não temos o preço, se faz necessário o uso de uma fórmula matemática. (Regra de três simples).

$$\text{Mark-up} = 1 / (1 - \text{soma } \%)$$

$$\text{Mark-up} = 1 / (1 - 0,6071)$$

$$\text{Mark-up} = 1/0,3929$$

$$\text{Mark-up} = 2,54518$$

A fórmula para calcular o preço de venda utilizando o MARK UP

$$\text{PV} = \text{PC} / 1 - (\text{Mark-up})$$

$$\text{PV} = 51 / 1 - (0,40)$$

$$\text{PV} = 51 / (0,60)$$

$$\text{PV} = 85,00$$

Legenda:

PC= preço de custo

PV= preço de venda

2.7 Margem de contribuição

Estabelecidas as estratégias de precificação, é importante mensurar os resultados econômicos com a finalidade de aperfeiçoamento ou de novas ações. Segundo Viceconti e das Neves (2010), a Margem de Contribuição unitária indica o quanto que a venda adicional de determinado produto produzido auxilia a organização a

abater de seus custos fixos. Assim, podemos concluir que a margem de contribuição nada mais é que a diferença entre o preço de venda e a soma de todos os custos e despesas variáveis, podendo ser representado da seguinte forma:

$$MC = PV - CDV$$

Essa ferramenta pode ser utilizada como forma de verificação da rentabilidade de cada produto tendo como base o preço praticado e os custos e despesas ligadas diretamente à produção e venda dos produtos.

3 Metodologia

Na metodologia é definida a classificação da pesquisa, o sistema de coleta de dados e de que forma os dados serão analisados e interpretados, na fase teórica e na fase prática.

Dessa forma, para Boaventura (2004, p.64) “nessa etapa, o pesquisador irá definir onde e como será efetuada a investigação, o tipo de pesquisa o universo abrangente, a população, a amostra, os instrumentos de coleta de dados”. A seguir, apresenta-se a classificação da pesquisa.

3.1 Classificação da pesquisa

De acordo com Gil (2002, p.17) “pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar resposta aos problemas que são propostos”.

Quanto a natureza, na realização deste trabalho foi utilizada a pesquisa aplicada, do ponto de vista de seus objetivos é uma pesquisa descritiva, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, quanto a forma de abordagem do problema este trabalho classifica-se em pesquisa quali-quantitativa, a qual faz relação da teoria com a prática.

3.2 Coleta de dados

As amostragens com os dados de origem secundárias foram coletadas junto ao departamento financeiro da empresa.

4. Análise dos resultados

Tabela 1: Cálculo do preço de venda com base no Mark Up

Produtos	Preço Unitário	Custo	MarK UP %	Preço Venda R\$
Tinta automotiva	51,00		0,40	85,00

Verniz Automotivo	27,00	0,30	38,57
Thinner forte	5,00	0,40	8,33
Primer PU	24,95	0,30	35,64
Massa plástica	8,00	0,40	13,33
Lixa d'agua	0,82	0,50	1,64
Spray	7,84	0,40	13,07
Estopa de polimento	2,90	0,40	4,83
Massa de polir	18,00	0,30	25,71
Fita crepe	3,75	0,25	5,00

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados contábeis da empresa

A tabela 01 mostra a formação do preço de venda com base no Mark Up de 10 produtos de destaque na empresa pesquisada, com isso é possível ter a estimativa matemática do preço de venda final com relação ao preço de custo unitário. Sendo o produto analisado com maior preço de custo unitário a tinta automotiva de R\$ 51,00 e o produto de menor preço de custo unitário analisado foi a Lixa d'agua de R\$ 0,82.

5 Considerações Finais

A correta formação dos preços de vendas dos produtos pode proporcionar as empresas uma maior competitividade no mercado ao qual estão inseridas, fortalecer os negócios de maneira atrativa para os consumidores e demais parceiros comerciais.

A tabela 01 expressa a contemplação do objetivo geral do estudo proposto que, se deteve em mensurar o custo real do produto, para isso utilizou os métodos como a margem de contribuição, e o mark-up.

Com a determinação dos preços de venda via Mark Up a empresa pode ter uma noção mais precisa da mensuração dos seus custos e despesas, como também estimar um preço de venda dentro da realidade mercadológica atual.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2004.



BOMFIM, Eunir de Amorim; PASSARELLI, João. **Custos e formação de preços**. 4 edição. São Paulo: Thomson, 2006.

BRAGA, Roberto M. M. **Gestão da Gastronomia: Custos, Formação de Preço, Gerenciamento e Planejamento de Lucro**. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAZZIOTIN, Gilson. **A Arte do Varejo: O Pulo do Gato Está na Compra**. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Curso de contabilidade de custos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia: Fundamentos e Aplicações**. 2ª Ed. São Paulo: Pearson, 2009.

NEVES, S. D.; VICECONTI, P. E. V. **Contabilidade de Custos: um enfoque direto e objetivo**. 9. ed. São Paulo: Frase Ltda., 2010.

SANTOS, Joel J. **Análise de Custos**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas. 2005.

SANTOS, Joel J. **Fundamentos de custos para formação de preço de venda e lucro**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

**FORMAÇÃO EMPREENDEDORA: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS
ACADÊMICOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**
**ENTREPRENEURSHIP TRAINING: AN ANALYSIS OF THE PROFILES OF THE
ACADEMICS OF THE ADMINISTRATION COURSE**

Luciane de Oliveira¹³

Lucélia Ivonete Juliani¹⁴

Amanda Oliveira Ramadam¹⁵

Roberto Carlos Dalongaro¹⁶

Rafael De Grandis Turchielo¹⁷

Resumo: O tema empreendedorismo tem se propagado nas discussões de âmbito universitário e no meio empresarial, já que a disseminação do espírito empreendedor impacta diretamente na geração de emprego e renda, e conseqüentemente no desenvolvimento econômico e social de uma localidade. Diante desta realidade, a universidade pode, através do ensino, estimular e desenvolver habilidades empreendedoras. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o perfil dos acadêmicos do curso de graduação de Administração da URI - São Luiz Gonzaga perante as características empreendedoras. O estudo caracteriza-se quanto aos fins, como uma pesquisa descritiva e quanto aos meios enquadra-se como uma pesquisa de campo. Como resultado, o estudo demonstra que os alunos possuem o desejo de empreender, ressaltando portanto, a importância do ensino do empreendedorismo no contexto universitário.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Educação empreendedora. Perfil empreendedor.

Abstract: The entrepreneurship subject has been propagated in the discussions of university scope and in the business environment, since the dissemination of the entrepreneurial spirit has a direct impact on the generation of employment and income, and consequently on the economic and social development of a locality. In face of this, university can encourage, stimulate and develop entrepreneurship skills. Thus, the study aims is analyzing the profile of the undergraduate students of the URI - São Luiz Gonzaga Administration before the entrepreneurial characteristics. The study is characterized in terms of the ends, as a descriptive research, as the means fits as a field research. As a result, the study demonstrates that students have the desire to undertake, emphasizing, therefore, the importance of teaching entrepreneurship in the university context.

Keywords: Entrepreneurship. Entrepreneurship education. Entrepreneur profile.

¹³ Mestra em Gestão Estratégica. Docente na URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: lucoliveira06@gmail.com

¹⁴ Doutora em Energia. Docente da Unipampa – Santana do Livramento. E-mail: lucelia.juliani@gmail.com

¹⁵ Graduada em Administração. Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: amandaramadam@gmail.com

¹⁶ Mestre em Gestão Estratégica. Docente na URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: robertocarlosad@hotmail.com

¹⁷ Acadêmico do Curso de Administração da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: rafaeldegrandes@hotmail.com

1 Introdução

Na análise do cenário mundial verificam-se mudanças sociais, culturais e econômicas, sendo o emprego cada vez mais, uma preocupação para todos os que ingressam no mercado de trabalho. Nesta visão, o campo dos negócios também sofreu alterações, deixando de ser predominantemente composto por grandes organizações, passando a ter uma valiosa contribuição das micro e pequenas empresas. Segundo Dornelas (2012), as micro e pequenas empresas representam 98% das existentes no país e são criadas por pessoas que anseiam por independência profissional ou que por necessidade criam suas empresas como sua fonte de renda.

Esta conjunção de fatores somados à importância das micro e pequenas empresas na economia do país, desperta a discussão para o tema empreendedorismo. Para Itelvino et al. (2018) o empreendedorismo pode ser vinculado ao desenvolvimento local, já que é, sem dúvida, um agente gerador de riquezas, visto que possibilita a criação de novos postos de trabalho e de transformação social.

No que tange ao ensino do empreendedorismo, seus valores também podem ser introduzidos na sociedade pelos agentes educacionais, além de agentes culturais e sociais. De acordo com Machado, Lenzi e Manthey (2017) os bancos escolares tem um grande papel no que se refere ao ensino do empreendedorismo. Visto que, a formação de empreendedores está intimamente relacionada à educação.

Possuir o perfil empreendedor não implica, necessariamente, ter intenção de empreender ou vice-versa. De acordo com Schaefer e Minello (2017) a formação empreendedora está preocupada com o “saber ser”, o “aprender a aprender”, o “saber tornar-se”, entretanto a formação universitária tradicional preocupa-se apenas com a transmissão de conhecimentos.

Partindo-se desta premissa e, contrapondo com a realidade regional, onde predominam as micro e pequenas empresas, a busca de formas de aperfeiçoamento do estudo de empreendedorismo mostra-se promissora, sem isso, perdura o risco de que ela seja pouco (ou contra) produtora, podendo priorizar caminhos de formação

pouco coerentes com o contexto, a capacidade e os interesses do país, das IES, dos professores e dos estudantes (LIMA et al., 2012).

Assim, reconhecendo que é possível desenvolver ações que possibilitem a formação de pessoas capazes de gerir, inovar, buscar alternativas de viabilidade com visão empreendedora, e assim, impulsionar o desenvolvimento regional, o presente estudo objetiva analisar o perfil dos acadêmicos do curso de graduação de Administração da URI - São Luiz Gonzaga perante as características empreendedoras.

Por fim, acredita-se que estudar a contribuição universitária no que tange ao empreendedorismo tem caráter extremamente contributivo, tanto para a universidade quanto para a sociedade, já que acredita-se que as influências da educação pode encorajar e capacitar atitudes e habilidades empreendedoras aos universitários, estimulando o desenvolvimento, seja por meio da construção de novas empresas e da geração de empregos, como da inovação, ou de seu posicionamento dentro do mercado de trabalho, justificando assim, esta pesquisa.

2 Referencial Teórico

2.1 Empreendedorismo e Perfil Empreendedor

Ao longo dos anos, o empreendedorismo vem sendo conceituado sob diferentes enfoques, de acordo com o entendimento dos autores, diante do seu contexto e da época.

Para Shane e Venkataraman (2000), o empreendedorismo refere-se à descoberta e exploração de oportunidades lucrativas, desvinculando, dessa forma, a definição do empreendedor, unicamente, como a pessoa que cria negócios. Conforme o *Global Entrepreneurship Monitor*, o empreendedorismo é considerado como qualquer tentativa de criar um novo negócio que pode envolver o auto emprego, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio já existente, por um indivíduo ou equipe de indivíduos (GEM, 2012).

Com a expansão do empreendedorismo para outras áreas como: a sociologia, a psicologia e demais ciências do comportamento humano, o termo ganhou outras configurações. Fillion (1999), traduz duas vertentes em relação ao empreendedorismo, a econômica e a comportamentalista. Os economistas, baseados nos preceitos de Say (1816), Schumpeter (1961) e Cantillon (2002)

associam o empreendedor à agentes econômicos evidenciando processos de gestão e inovação. Enquanto os comportamentalistas, preocupam-se com os aspectos psicológicos que os diferenciam dos demais indivíduos.

Dentre as características ditas empreendedoras destaca-se: capacidade de assumir riscos calculados, planejamento, percepção de oportunidades, persistência, socialização, inovação e liderança (DORNELAS, 2008; DOLABELA, 2008).

2.3 Ensino do Empreendedorismo

O cenário econômico e social da atualidade demanda uma readequação de capacidades que otimize o papel dos agentes produtivos, visando o desenvolvimento organizacional, econômico e social. Neste contexto, a educação empreendedora surge como importante aliada, possibilitando por meio de processos, práticas e atividades o desenvolvimento do comportamento empreendedor.

Uma das discussões quanto ao ensino do empreendedorismo está na questão, se o mesmo pode ser ensinado ou não. Até alguns anos atrás, acreditava-se que o empreendedor nascia com um diferencial e era predestinado ao sucesso nos negócios. Hoje, acredita-se que mesmo considerando que alguns indivíduos podem nascer com características empreendedoras mais desenvolvidas que outros, o empreendedorismo pode ser ensinado e entendido por todos (DORNELAS, 2008).

Degen (2009), defende que ninguém nasce empreendedor, somos fruto do capital social, que é tudo aquilo que herdamos ao longo da vida (formação familiar, religiosa e escolar, convívio com amigos e sociedade, experiências, conhecimento...). O mesmo autor acrescenta que, embora alguns indivíduos apresentem maior facilidade que outros, o comportamento empreendedor não é inato, e sim, pode ser adquirido (DEGEN, 2009).

Assim, a universidade pode capacitar os alunos, desenvolvendo ou fortalecendo as aptidões básicas para o empreendedor, através de uma metodologia de ensino que vise o perfil do aluno, seu aprendizado e suas perspectivas futuras, tendo por objetivo, além do ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento econômico através de novas empresas e de novas posturas. Para tanto, é necessário que o aluno esteja motivado para tal (GUIMARÃES, 2002).

Acredita-se que para se desenvolver as competências empreendedoras, é necessário aliar métodos tradicionais de ensino que visam o desenvolvimento de

habilidades e conhecimentos técnicos, às formas alternativas de ensino que aproxime o indivíduo à realidade empreendedora (LOPES, 2010).

Mintzberg (2006), sinaliza que não se cria um empreendedor apenas numa sala de aula, mas é possível criar, em uma universidade crítica e criativa, profissionais com uma mentalidade empreendedora. Da mesma forma, Dolabela (2008, p.14), contribui afirmando que “a educação empreendedora dinamiza, torna disponível e utilizável um potencial presente em todo o ser humano, porém, é necessária uma metodologia específica para o ensino do empreendedorismo que seja diferente da didática convencional”.

Estudiosos da educação empreendedora enfatizam a possibilidade de aprender e ensinar as pessoas a serem empreendedoras por meio de uma linha pedagógica voltada para a prática, que permita o autoaprendizado, como mais indicada para o ensino do empreendedorismo. Uma educação empreendedora requer que os alunos tenham exposição substancial, que não fiquem apenas na teoria, que atuem no mundo dos empreendedores através de experiência, em suma, a prática é um elemento importante, afirma Leite (2012). Assim, a adoção de práticas didáticas que disponibilizem abordagens dinâmicas e ativas que proporcione ao aluno aprender fazendo é o ideal para a aprendizagem empreendedora (BASCI; ALKANB, 2015).

Filion (1999), declara que a universidade não deve transformar o empreendedorismo em um tema, exclusivamente, acadêmico e o faça parecer como qualquer outra disciplina. Para o autor, os projetos pedagógicos do ensino fundamental ao superior são desenvolvidos apenas em função dos empregos existentes sem considerar a vontade de empreender do estudante (FILION, 1999),

Diante dessa realidade, fica claro que a educação para o empreendedorismo não pode ser confundida e limitada com a educação para gerenciar pequenos ou grandes negócios. Os empreendedores são gestores de oportunidades e não apenas gestores de recursos. Os pressupostos da formação do empreendedor baseiam-se mais em fatores motivadores e habilidades comportamentais, do que em um conteúdo puramente instrumental (GRETTI, GRALIK, VIEIR, SELA, 2010).

Dessa forma, o desafio e propósito da educação empreendedora está em dominar formas de incorporar ao processo de aprendizagem, elementos

transformadores que ultrapassem os limites da universidade e atinjam o consciente coletivo de toda a sociedade.

3 Método

No intuito de atender ao objetivo delineado neste estudo, optou-se por uma pesquisa de caráter descritivo. Segundo Gil (2010) a pesquisa descritiva tem como propósito estudar as características de um grupo, levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. No que se refere a abordagem, o estudo configura-se pela utilização de dados quantitativos de coleta e análise. A pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A população deste estudo foi constituída pelo estudantes do Curso de Administração da URI - SLG. A amostra do estudo foi definida por 108 alunos presentes em sala de aula, na data da pesquisa, totalizando 84,37%.

As perguntas referiam-se ao perfil empreendedor dos discentes e foram analisadas segundo os indicadores de autorrealização, habilidade de detectar oportunidades, persistência, liderança, planejamento, inovação, assumir riscos e socialização, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1- Indicadores para avaliar o perfil empreendedor

Indicadores	I t e n s	Caracterização
Autorrealização	Tenho vontade de abrir meu próprio negócio.	É a estimativa cognitiva que uma pessoa tem das suas capacidades de mobilizar motivação, recursos cognitivos e cursos de ação necessários para exercer controle sobre eventos na sua vida.
	Pretendo procurar emprego em grande empresa.	
	Pretendo procurar emprego em pequena e média empresa.	



<p>Detecta oportunidades</p>	<p>Creio que tenho uma boa habilidade em detectar oportunidades de negócios no mercado.</p>	<p>Habilidade de capturar, reconhecer e fazer uso efetivo de informações abstratas, implícitas e em constante mudança.</p>
<p>Persistência</p>	<p>Profissionalmente, considero-me uma pessoa muito mais persistente que as demais.</p>	<p>Capacidade de trabalhar de forma intensiva, sujeitando-se até mesmo a privações sociais, em projetos de retorno incerto.</p>
	<p>Entendo que só conseguirei me aprimorar pessoal e profissionalmente se me propuser metas cada vez.</p>	
<p>Liderança</p>	<p>Frequentemente sou escolhido como líder em projetos profissionais ou atividades escolares.</p>	<p>Pessoa que, a partir de um objetivo próprio, influencia outras pessoas a adotarem voluntariamente esse objetivo.</p>
	<p>As pessoas pedem minha opinião sobre assunto de trabalho ou escola.</p>	
	<p>Nas atividades que executo, normalmente influencio a opinião de outras pessoas a respeito de um assunto.</p>	
<p>Planejamento</p>	<p>No meu trabalho e /ou escola sempre planejo muito bem tudo o que faço.</p>	<p>Pessoa que se prepara para o futuro.</p>
	<p>Sempre procuro estudar muito a respeito de cada situação que envolva qualquer tipo de risco.</p>	
	<p>Incomoda-me muito ser pego de</p>	

	surpresa por fatos que eu poderia ter previsto.	
Inovação	Prefiro um trabalho repleto de novidades a uma atividade rotineira.	Pessoa que relaciona ideias, necessidades e demandas de mercado de forma criativa.
	Gosto de mudar minha forma de trabalho sempre que possível.	
Assume riscos	Eu assumiria uma dívida de longo prazo, acreditando nas vantagens que uma oportunidade de negócio me traria.	Pessoa que diante de um projeto pessoal, relaciona e analisa as variáveis que podem influenciar o seu resultado, decidindo, a partir disso a continuidade do projeto.
	Admito correr riscos em troca de possíveis benefícios.	
Socialização	Relaciono-me muito facilmente com outras pessoas.	Grau de utilização da rede social para suporte à atividade profissional.

Fonte: Elaborado pelos autores baseado em Rocha e Freitas (2014)

Optou-se pela utilização de uma escala do tipo Likert de quatro pontos onde: (1) discordo totalmente, (2) discordo parcialmente, (3) concordo parcialmente e (4) concordo totalmente.

Para o tratamento dos dados foi realizada a codificação e representação por indicadores numéricos, organizado com o auxílio do *software Windows Excel*. Em seguida, realizou-se análise por meio de estatística descritiva.

4 Análise e Discussão dos Resultados

A seguir apresenta-se a análise e discussão dos resultados referente a pesquisa feita junto aos alunos do Curso de Administração. Quanto ao perfil empreendedor dos discentes foram analisados os indicadores de autorrealização, habilidade de detectar oportunidades, persistência, liderança, planejamento, inovação, assumir riscos e socialização.

No que se refere a autorrealização, seja sendo dono de seu próprio negócio ou trabalhando em grandes, médias ou pequenas empresas, percebe-se que do

total de 108 alunos que responderam as questões, 49% possuem o desejo de abrir seu próprio negócio e 34% concordam parcialmente com a questão, o que demonstra a intenção de ser um empreendedor em 83% dos pesquisados, reforçando a importância do ensino do empreendedorismo. Lopes (2010), afirma que a universidade empreendedora tem por objetivo além do ensino, da pesquisa e da extensão, o desenvolvimento econômico e, também desenvolve recursos humanos para a academia e para as empresas no mercado, formando empreendedores para criar as próprias empresas.

Ao analisar a perspectiva dos discentes em relação à empregabilidade, observa-se que a busca por empregos em grandes empresas supera a expectativa de trabalhar em pequenas e médias empresas, já que mais de 80% assinalam o desejo de se realizar profissionalmente trabalhando em uma grande empresa, contrastando com 51,85% que gostariam de trabalhar em pequenas e médias empresas.

Dessa forma, fica evidente que a educação empreendedora pode ser um diferencial para a promoção da autorrealização dos discentes, já que viabiliza a realização das suas perspectivas profissionais no que tange a abertura de sua própria empresa, bem como uma proporciona uma formação que une conhecimento, habilidades e atitudes que possibilitam trabalhar com diferencial competitivo em uma grande empresa se assim for desejável e possível.

Quanto a habilidade de detectar oportunidades de negócios no mercado, foi possível verificar que os alunos pesquisados, em sua maioria (84,48%), acreditam possuir tal capacidade.

No que se refere a persistência em relação ao cumprimento de uma tarefa, os alunos consideram-se pessoas mais persistentes que as demais (82,4%). Em se tratando do aprimoramento pessoal e profissional, pode-se dizer que 67,59% dos pesquisados acreditam totalmente e 26,85% acreditam parcialmente que é necessário o aperfeiçoamento contínuo através de metas mais ousadas. Salienta-se que a persistência é uma característica de extrema importância para aqueles que desejam obter êxito como empreendedor, já que, raramente trabalha-se com todas as condições ideais para vencer os desafios do dia a dia dos negócios.

No que se refere a liderança, Araújo (2004, p. 219) afirma, o “empreendedor é capaz de persuadir como verdadeiro líder, possui alta capacidade de influenciar ou persuadir os outros com bons argumentos, de forma a fazer de seus objetivos

os objetivos comuns”. Diante do questionamento sobre o exercício da liderança em projetos pessoais ou atividades escolares, percebe-se que 50% dos alunos responderam à questão de forma afirmativa, concordando em possuir esta característica, no entanto 50% dos respondentes acreditam não exercer características de líder. Assim, evidencia-se a importância da universidade estimular e desenvolver a liderança entre os acadêmicos através de atividades e dinâmicas.

Quando questionados sobre a intervenção pessoal em assuntos de trabalho ou escola, conclui-se que, um número expressivo de alunos (78,7%) posiciona-se afirmativamente, ou seja, são solicitados a opinar sobre assuntos de escola e/ou trabalho, somente 20,37% discordam desta abordagem.

No que tange a influência exercida frente à opinião de outras pessoas a respeito de um determinado assunto, 78,7% dos discentes responderam positivamente, ou seja, a maioria acredita influenciar de alguma maneira a opinião de outra pessoa. Porém, deste percentual 50% concordam parcialmente, assim, é viável que a universidade proponha ações que fortaleçam esta característica. Dolabela (2008, p.113), salienta que no processo empreendedor, “o líder é alguém capaz de convencer seus colaboradores de que podem chegar a um ponto no futuro favorável para todos e que conhece os meios para isto”.

No que se refere a capacidade de planejamento, considera-se planejador a pessoa que se prepara para o futuro (FILION, 2000; KAUFMAN, 1991; SOUZA et al., 2004). Neste sentido, quando questionados sobre a execução de planejamento ao realizar atividades no trabalho ou na escola, os números apresentados mostram que, a maioria dos alunos considera que realizam planejamento prévio de suas atividades, já que as respostas afirmativas totalizaram 90,74%.

Quanto ao comportamento em situações que envolvam qualquer tipo de risco, verifica-se que os discentes procuram estudar com cuidado as situações buscando evitar riscos, totalizando 86,11% de respostas afirmativas.

Questionados sobre a conduta diante de surpresas em fatos previsíveis, 82,40% dos alunos responderam incomodar-se quando são pegos de surpresa diante de algo que poderiam ter previsto. Em se tratando de empreendedorismo, o planejamento proporciona redução de risco e maiores garantias de sucesso. Assim, esta habilidade deve ser trabalhada a fim de oferecer segurança ao empreendedor, já que possibilita a captação prévia de informações.

Quando indagados acerca de aspectos de rotina no trabalho percebe-se que 85,18% dos alunos preferem um trabalho repleto de novidades a uma atividade rotineira, sendo que 81% desejam mudar a forma de trabalho sempre que possível. Para o empreendedor a inovação é apresentada como uma urgência em se adaptar constantemente às novas exigências dos consumidores e do mercado. Portanto, inovar é um atributo fundamental para o empreendedor.

Quando indagados sobre o compromisso de assumir uma dívida de longo prazo, acreditando nas vantagens que uma oportunidade de negócio traria, os alunos pesquisados apontaram não estarem totalmente preparados. Do total de alunos questionados, 56,55% dos discentes concordam com a possibilidade, porém, destes, 38,89% responderam concordar parcialmente. Neste item, também houve um número representativo de discentes que discordaram com a pergunta, distribuídos em 29,63% alunos que discordaram parcialmente e 12,96% totalmente.

Na questão sobre a possibilidade de correr riscos em troca de possíveis benefícios, 70,37% dos entrevistados responderam que aceitam correr riscos, porém, somente 19,44% concordaram com a questão totalmente. Assumir riscos é uma das maiores qualidades do verdadeiro empreendedor. Arriscar conscientemente é ter coragem de enfrentar desafios, de tentar um novo empreendimento, de buscar, por si só, os melhores caminhos. Os riscos fazem parte de qualquer atividade e é preciso lidar com eles (DORNELAS, 2007).

Quanto a sociabilidade, Lizuka e Moraes (2014), consideram que, quanto maior e melhor for a rede de contatos profissionais, melhores serão as chances de o estudante empreender. Na questão sobre a habilidade em se relacionar facilmente com outras pessoas, 85,18% dos respondentes acreditam possuir fácil relacionamento interpessoal, o que pode beneficiar as atividades como empreendedor.

5 Considerações Finais

Buscou-se neste estudo verificar o perfil empreendedor dos alunos do Curso de Administração da URI – São Luiz Gonzaga. Para tal, este trabalho apoiou-se em aspectos teóricos relevantes para entendimento e compreensão do universo pesquisado. Percebe-se que os alunos possuem intenções empreendedoras, porém, algumas habilidades como: liderança, tendência a assumir riscos, percepção de oportunidades e planejamento, podem ser desenvolvidas ou

aprimoradas durante o decorrer do curso, possibilitando maior tranquilidade e domínio na execução de atividades comuns ao mundo empreendedor. Porém, para este fim, as instituições formais de ensino devem ter em mente que as metodologias tradicionais não se apresentam como estratégias ideais para o desenvolvimento destas habilidades.

Assim, a educação empreendedora, voltada para o ambiente, aliando o ensino tradicional à práticas e experiências empreendedoras, coloca-se como uma possível proposta para uma nova forma de formação de administradores. Observou-se, durante a realização deste estudo, o quão importante é o estabelecimento de uma estratégia voltada ao empreendedorismo, a fim de minimizar lacunas profissionais oriundas da formação fornecida aos estudantes diante da capacidade real de empregabilidade dos discentes, visto a realidade local.

Diante do exposto, sugere-se que a exposição do tema empreendedorismo na comunidade acadêmica seja ampla e discutida, pois não pode ser vista como uma decisão burocrática, e sim, uma mudança de posicionamento de toda a instituição de ensino, sendo tratado com toda a seriedade e com visão de longo prazo, para que seja consciente e engrandecedora, respeitando as diversas formas de aprender.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, L. C. G. de. **Teoria Geral da administração**: aplicação e resultados nas empresas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2004.
- BASCI, E.S.; ALKANB, R. M. Entrepreneurship Education at Universities: Suggestion for A Model Using Financial Support. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, n. 195, p. 856 – 861, 2015
- CANTILLON, R. **Ensaio sobre a natureza do comércio em geral**. (F. G. Figueira, Trad.). Curitiba: Segesta Editora Ltda, 2002.
- DEGEN, R. J. **Empreendedor**: empreender como opção de carreira. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2009.
- DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 4º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas – RAE** v.34, n.2, abril/Junho 1999.

FILION, L. J. Empreendedorismo e gerenciamento: processos distintos, porém complementares. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 7, n.3, p. 2-7, 2000.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed. São Paulo, Atlas,2010.
GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Estudo sobre o empreendedorismo.** Disponível em:
http://www.empresender.aip.pt/irj/go/km/docs/sitemanager/www_empresender_aip_pt/documentos/pt/barometro/destaque/GEM_Portugal_Final.pdf.

GREATTI, L; GRALIK, E; VIEIR, F.G.D; SELA, V.M. Aprendizagem em empreendedorismo dos Acadêmicos do Curso de Administração de uma Universidade Estadual no Sul do Brasil. In: Em Anpad, XXXIV, 2010. Rio de Janeiro. **Anais.** Rio de Janeiro: Anpad, 2010.

GUIMARÃES, L. O. A experiência universitária norte-americana na formação de empreendedores. Contribuições das universidades de Saint Louis, Indiana e Babson College. 316fls. Tese. (Doutorado em Administração). Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo: 2002

ITELVINO, L. S.; COSTA, P. R.; GOHN, M. G. M.; RAMACCIOTTI, C.; PORTO, G. S. Formação empreendedora para geração de Inovações Sociais. **Gestão e Regionalidade**, v. 34, n.101, mai./ago. 2018.

IIZUKA, E. S.; MORAES G. H. S. M. **Análise do Potencial e Perfil Empreendedor do Estudante de Administração e o Ambiente Universitário:** Reflexões para Instituições de Ensino, 2014.

KAUFMAN, L. **Passaporte para o ano 2000.** São Paulo: Makron Books.1991.
LEITE, E. **O fenômeno do empreendedorismo: criando riquezas.** São Paulo: Saraiva, 2012.

LIMA, E.; LOPES, R. M. A.; NASSIF, V.; SILVA, D. **Opportunities to Improve Entrepreneurship Education in Higher Education: Addressing Brazilian Challenges.** ICSB World Conference. São Paulo: UNINOVE, 2012.

LOPES, R. (org.) **Educação Empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010.

MACHADO, A. C. A.; LENZI, F. C.; MANTHEY, N. B. O Ensino do Empreendedorismo em cursos de Graduação: panorama das práticas dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas. **Revista Alcance**, v. 24, n. 4, out./dez. 2017.

MITZBERG, H. **MBA, não obrigado!** Porto Alegre: Bookman, 2006.

SAY, J. A. **A treatise on political economy**. London: Sherwood, 1816.

SCHAEFER, R.; MINELLO, I. F. A Formação de Novos Empreendedores: natureza da aprendizagem e educação empreendedoras. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v.11, n.3, p. 2-20, 2017.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of management review*, v. 25, n 1, p. 217-226, 2000.

SOUZA, E. C. L.; SOUZA, C. C. L.; ASSIS, S. A. G.; ZERBINI, T. Métodos e técnicas de ensino e recursos didáticos para o ensino do empreendedorismo em IES brasileiras. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, Curitiba, PR, Brasil, 2004.

**IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE DE ESTOQUE DE UMA ORGANIZAÇÃO
LOCALIZADA EM SANTO ÂNGELO – RS**

**IMPLANTATION OF THE STOCK CONTROL OF AN ORGANIZATION LOCATED IN
SANTO ÂNGELO - RS**

Alceu de Oliveira Lopes¹⁸

Roberto Carlos Dalongaro¹⁹

Luiz Lorimar Lucca²⁰

Marinalva Matos²¹

Carla Milene de Oliveira Amam²²

Resumo: A competitividade do mercado está cada vez maior e o estudo de todo o processo, inclusive a estocagem dos produtos, pode apresentar alternativas para fazer com que os preços se tornem mais competitivos e atraentes aos clientes. Assim, este artigo relata a implantação do controle de estoque no Show do Real Confecções, com o objetivo de propor um método mais adequado para o controle de estoque da organização. Como objetivos específicos foram definidos de fazer o levantamento de todos os produtos comercializados pela empresa; identificar qual método de controle de estoque mais adequado para a empresa; editar o cadastro dos produtos separando por grupos. Tratou-se de uma pesquisa interpretativista caracterizando-se como pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa de dados. Foi um estudo de caso. O novo sistema permitiu um controle muito mais efetivo do volume comercializado. A partir dos dados de produção se permite que se processem atividades de gestão com mais rapidez, para que se tomem decisões amparadas nestas informações de forma mais rápida e segura.

Palavras-chave: Controle de estoque. Produtos. Administração de Material.

Abstract: The market competition is increasing and the study of the whole process, including the storage of products, can present alternatives to cause prices to become

¹⁸ Mestre em Engenharia da Produção. Professor do Curso de Administração da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: alceulopes17@hotmail.com

² Mestre em Gestão Estratégica das Organizações. Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: robertocarlosad@hotmail.com

³ Mestre em Engenharia da Produção. Professor do Curso de Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: luizlucca@gmail.com

⁴ Especialista em Contabilidade e Gestão Tributária. Faculdade CNEC Santo Ângelo. E-mail: marinalva@cambai.com.br

⁵ Bacharel em Administração. Faculdade CNEC Santo Ângelo. E-mail: mileneamam@hotmail.com.

more competitive and attractive to customers. Thus, this article reports the inventory control deployment in the Show do Real, with the following general objective: to propose a more appropriate method for inventory control of the organization. It also has the following specific objectives: take stock of all the products marketed by the company; identify what inventory control method best suited for the enterprise; Edit the registration of products by separating groups. Treatment for an interpretative research, characterized as exploratory and descriptive research with qualitative and quantitative approach to data. It was a case study. The new system has a much more effective control of the traded volume. From the production data is allowed to be conducted in management activities faster, in order to take decisions supported this information more quickly and safely.

Keywords: Inventory control. Products. Material Management.

1 Introdução

Grande número de empresas nasce todos os dias no Brasil, muitas não conseguem sobreviver e fecham suas portas com menos de cinco anos de atividades. Entre os vários fatores que levam essas empresas a fecharem suas portas, pode-se destacar a falta ou a forma incorreta de gestão e do controle dos estoques, tendo em vista que nem sempre essas empresas têm em seu quadro de funcionários pessoas qualificadas para desempenhar tal função, sendo que uma mesma pessoa desempenha várias funções como: comprador, gerente, financeiro, almoxarife, etc.

Assim, existe a possibilidade de colaboradores não terem tempo e nem conhecimento para concluir as etapas e fazer uma boa gestão, nem tão pouco agir estrategicamente, pois ocupam parte de seu tempo com outras funções que mudam o foco, fazendo perder oportunidade no mercado e de concluir grandes negócios. No entanto, esses hábitos podem influenciar de maneira negativa toda saúde financeira da empresa, causando insuficiência de recursos em caixa e investimento demasiado em estoques, que gerido de maneira incorreta pode não transformar em receitas com rapidez como deveria, se eventualmente fosse necessário, sendo assim percebe-se a importância deste tema nesta organização.

Buscou contextualizar a problemática a fim de responder de forma a compreender de importância de implantar o controle de estoque e oferecer à organização formas de solucionar, amenizar ou ao menos buscar alternativas que melhorem esse processo.

A investigação foi desenvolvida pelo paradigma interpretativista, caracterizando-se como pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa de dados. Tratou-se de um estudo de caso.

2 Aspectos conceituais

2.1 Estoques

Os estoques são “acúmulos de recursos materiais entre fases específicas de processos de transformação” (CORRÊA; CORRÊA, 2005, p.355). O armazenamento se constitui, então, uma forma de garantir que a demanda existente, tanto no que se refere à venda quanto à produção não deixem de ser atendidos.

Segundo ainda (ARNOLD 2009, p.265), “(...) os estoques são materiais e suprimentos que uma empresa ou instituição mantém, seja para vender ou para fornecer insumos ou suprimentos para o processo de produção”.

(VIANA 2002) destaca que manter itens em estoque para o caso de consumidores ou programas de produção é uma espécie de garantia contra o inesperado. Desta forma, os estoques desempenham grande importância no processo de gestão da empresa, garantindo o processo produtivo, bem como a entrega de valor ao cliente e isso impacta diretamente no desempenho da mesma.

Em termos financeiros, os estoques também possuem importância acentuada e a partir do momento que a empresa promove o giro desses estoques, o seu valor se transforma em dinheiro, o que vem a beneficiar o fluxo de caixa trazendo o retorno sobre o investimento.

2.1.1 A gestão de estoque

Segundo (SLACK 2009, p.356) o termo estoque é “(...) definido como a acumulação armazenada de recursos materiais em um sistema de transformação”. Segundo ele, o motivo pelo qual grande parte das organizações mantém variados níveis de estoque é reflexo de suas necessidades, e que não importa o que é armazenado no estoque, ou onde é posicionado na operação, pois ele existirá porque existe uma diferença de ritmo entre fornecimento e demanda.

O autor vê a criação do estoque como forma de compensar diferenças de ritmo entre fornecimento e demanda, ou seja, se entre estas duas operações as taxas de fornecimento e de demanda conseguissem se igualar à quantidade e estoque conseguiria ser reduzida.

Assim, “(...) entende-se por estoque quaisquer quantidades de bens físicos que sejam conservados, de forma improdutiva, por algum intervalo de tempo; constituem estoques tanto os produtos acabados” (MOREIRA, 2008, p. 67).

Para Slack (2009, p. 360), existem algumas desvantagens de manter estoque tais como:

- Estoque congela dinheiro, na forma de capital de giro, que fica indisponível para outros usos;
- Estoque acarreta custos de armazenamento (aluguel de espaço);
- Estoque pode torna-se obsoleto á medida que novas alternativas de produtos apareçam;
- Estoque pode danificar-se ou deteriorar-se;
- Estoque pode ser perdido ou caro para recuperar;
- Estoque pode ser perigoso para armazenar (solventes inflamáveis, explosivos, químicos, drogas);
- Estoque consome espaço que poderia ser usado para agregar valor;
- Estoque envolve custos administrativos e securitários.

Sendo assim, entende-se que é preciso muita atenção e cuidado para que as desvantagens apontadas no armazenamento não sejam impedimento no desenvolvimento da empresa.

2.1.2 Planejamento e controle de estoque

Segundo (SLACK 2009, p.283) “(...) o planejamento é a formalização do que se pretende que aconteça em determinado momento no futuro”. Um plano não garante que um evento vá realmente acontecer. Enquanto o controle é o processo de lidar com essas variações. O controle faz os ajustes que permitem que a operação atinja os objetivos que o plano estabeleceu, mesmo que os pressupostos assumidos pelo plano não se confirmem.

Entende-se que o planejamento e controle de estoque continuam sendo um grande desafio para as empresas, que atualmente pode influenciar no mercado competitivo. Entretanto, o principal objetivo de estoque é maximizar o capital investido das empresas. Diante disso, (DIAS 2010) declara que os estoques não geram retorno, pois o simples fato de aumentar os estoques não provoca o aumento de vendas e nem dos lucros.

2.2 Ferramentas para gerenciamento de Estoques

2.2.1 Curva ABC

Segundo Martins (2009), a análise ABC é uma das formas mais usuais de examinar estoque. Essa análise consiste na verificação, em certo espaço de tempo (normalmente 6 meses ou 1 ano), do consumo, em valor monetário ou quantidade, dos itens de estoque, para que eles possam ser classificados em ordem decrescente de importância. Aos itens mais importantes de todos, segundo a ótica de valor ou quantidade, dá-se a denominação itens classe A, aos intermediários, itens classe B, e aos menos importantes, itens classe C.

Para Arnold (2009) o princípio ABC baseia-se na observação de que um pequeno número de itens frequentemente domina os resultados atingidos em qualquer situação. Aplicada à administração de estoques, observa-se geralmente que a relação entre a porcentagem de itens e a porcentagem da utilização anual em valores monetários.

Essa ferramenta gerencial, de acordo com Arnold (2009), classifica estatisticamente os materiais, através do Princípio de Pareto, a fim de justificar os itens quanto a sua relativa importância. Ela é representada pelas letras A, B e C, que se classificam da seguinte forma:

- Classe A: Principais itens em estoque e de alta prioridade. 20% dos itens correspondem a 80% do valor;
- Classe B: itens que ainda são considerados economicamente preciosos. 30% dos itens correspondem a 15% do valor;
- Classe C: 50% dos itens em correspondem a 5% do valor.

2.2.2 Lote econômico de Compra

Lote econômico é a "(...) quantidade ideal de material a ser adquirida em cada operação de reposição de estoque, onde o custo total de aquisição, bem como os respectivos custos de estocagem são sempre mínimos para o período considerado" (BRAZ, 2010, p.19).

Segundo Pozo (2010), quando se tem estoque-reserva, toda vez se aumenta a quantidade a ser comprada, aumenta-se o estoque médio da empresa, e isso propicia também aumento de custos de manutenção de armazenagem, juros, obsolescência, deterioração e outros. Por outro lado, aumentando-se as quantidades de lote de compra, diminuem-se os custos de pedido de compra, o custo por unidade comprada, de mão de obra e manuseio.

De acordo com Pozo (2010), pode-se calcular lote econômico de compra pela seguinte fórmula:

$$LEC = \sqrt{2C \times 2CP} \\ CA$$

Onde:

LEC= Lote Econômico de compra

C= Quantidade consumida do produto

CP= Custo do pedido

CA= Custo de Armazenagem unitária anual

2.2.3 Estoque mínimo e máximo

Para Dias (2010), o estoque mínimo também chamado de estoque de segurança é a quantidade mínima que deve existir em estoque, que se destina a cobrir eventuais atrasos no ressuprimento, objetivando a garantia do funcionamento ininterrupto e eficiente do processo produtivo, sem risco de faltas.

Segundo Pozo (2010) o estoque máximo é o resultado da soma do estoque de segurança mais o lote de compra. O nível de máximo de estoque é normalmente determinado de forma que seu volume ultrapasse a somatória da quantidade do estoque de segurança com o lote em um valor que seja suficiente para suportar variações normais de estoque. Já o estoque de segurança é uma quantidade mínima de peças que tem que existir no estoque em função de cobrir as possíveis variações do sistema, que pode ser: eventuais atrasos no tempo de fornecimento, rejeição do lote de compra ou aumento na demanda do produto.

É consenso que o nível de estoques não pode ser muito elevado, pois implica em desperdício e capital parado sem necessidade, portanto, o estoque máximo deve ser bem analisado para se evitar esse desperdício. Segundo Slack (2009, p. 407), “(...) os principais custos de manutenção de estoques estão geralmente associados com capital de giro”. Além das implicações financeiras, também há dificuldades de ordem física, já que os excessos precisam ser devidamente armazenados.

2.2.4 Ponto de Pedido

Para Tubino (2009) o modelo de controle de estoque por ponto de pedido consiste em estabelecer uma quantidade de itens em estoque, chamada de ponto de pedido ou reposição, que quando atingida dá a partida ao processo de reposição do

item em uma quantidade preestabelecida. Outra contribuição é de Pozo (2010), quando afirma que ponto de pedido é a quantidade de peças que existe em estoque e que garante o processo produtivo para que não sofra problemas de continuidade, enquanto se aguarda a chegada do lote de compra durante o tempo de reposição.

2.3 Critérios de avaliação de estoques

2.3.1 Giro de estoque

O giro de estoque é um dos indicadores mais significativos da eficiência para as empresas sejam qual for o segmento de atuação. Quando bem rápido e eficiente, com o mesmo valor investido, gerará mais lucro.

De acordo com Pozo (2010), giro de estoque, ou rotatividade, é a avaliação do capital investido em estoques comprados com o custo das vendas anuais (R), ou da quantidade média de materiais em estoque dividido pelo custo anual de vendas.

A rotatividade, este é o termo mais comumente utilizado tanto pelas empresas multinacionais como nacionais, é expressa por meio da quantidade que o valor de estoque gira no ano, ou seja, investido em estoque ou sua quantidade de peças que atenderá um determinado período de tempo.

2.3.2 Custos de Armazenagem

Dentro da gestão de estoque são ainda discutidos os custos com o armazenamento e a manutenção dos estoques, com destaque para custo de pedido, custo de armazenagem, custo de falta de produtos, etc. Arnold (2009, p.276), salienta que, “(...) um esvaziamento de estoque pode ser potencialmente caro por causa dos custos de pedidos não atendidos, de vendas perdidas e de clientes possivelmente perdidos”.

Isso é, caso a demanda aumente excessivamente durante o lead time (tempo de reposição), pode acarretar em falta de produtos e por consequência a insatisfação do cliente em não encontrar o produto desejado no ponto de venda.

2.3.3 Acurácia de estoque

É preciso que os valores físicos de estoques e seus registros no sistema sejam os mais parecidos possíveis. A falta de cuidado das empresas com a alimentação do sistema acaba gerando uma falta de confiança no usuário que acaba muitas vezes abandonando o uso do sistema. A movimentação de itens do estoque deve ser feita em

tempo real para que se mantenha a acuracidade dos estoques (CORRÊA, GIANESI; CAON 2001).

3 Metodologia

A investigação foi desenvolvida pelo paradigma interpretativista, caracterizando-se como pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa de dados. Tratou-se de um estudo de caso.

O referido estudo teve como objetivo apontar para a empresa alternativa de implantação do controle de estoque, verificando possíveis problemas na busca de novas soluções, objetivando uma análise do andamento de todo o setor, tratando assim de uma pesquisa descritiva.

A pesquisa foi de cunho bibliográfico com base em materiais utilizados em livros e artigos, auxiliando no alcance dos objetivos propostos.

A abordagem da pesquisa foi qualitativa e quantitativa, pois se ocupou do levantamento dos dados e dos fenômenos e suas ocorrências para formação das informações úteis, com base no levantamento e análise dos dados para a caracterização dos fatores determinantes na implantação do controle de estoque da organização.

Em seguida foram registrados e demonstrados em tabelas, e por fim, analisados a partir dos conceitos e abordagens teóricas apresentadas no referencial bibliográfico do presente estudo.

4 Análise dos Resultados

4.1 Identificação e classificação dos estoques

Foi identificado o programa gerenciador informatizado dos estoques. O Show do Real Confecções conta com um sistema informatizado, contudo era usado apenas para controle de caixa. Com a aplicação do proposto, foram utilizadas as ferramentas de controle de estoque, que há no sistema de automação comercial Máster Key utilizado pela empresa. A partir da existência do gerenciador procedeu-se à classificação e cadastramento de todo o estoque da empresa através dos respectivos códigos de barra. Para tanto foi necessário criar grupos de mercadorias categorizadas por sua utilidade em:

- Toalha de Banho;
- Toalha de Rosto;

- Toalha Lavabo;
- Vestuário Feminino;
- Vestuário Masculino;
- Vestuário Infantil;

A classificação procedeu ao cadastramento de todas as mercadorias componentes do estoque.

4.2 Contagem do estoque da empresa

Assim como propôs o estudo, foi realizada a contagem de todas as mercadorias de comercialização da empresa. Começando pelas toalhas, depois pelas roupas expostas na loja e por último com todas as mercadorias que tem nos estoques dentro da organização. Enquanto era feita a contagem, os dados também eram lançados no sistema. Ademais, durante as vendas igualmente eram lançadas as mercadorias, dessa forma, o sistema já dava baixa no estoque.

Deu-se início à contagem do estoque pelas toalhas de banho. A empresa vende três marcas de toalhas, ao todo são 37 modelos, com várias cores de cada modelo e aproximadamente em estoque 2425 unidades de toalhas de banho. Para ficar mais prático o cadastramento das toalhas, elas foram separadas por modelos e por cores, pois cada modelo tem de 5 a 7 cores diferentes e todas precisam ser cadastradas.

Depois do cadastramento, contagem e lançamento no sistema das toalhas de banho, deu-se início ao mesmo processo com as toalhas de rosto. Cabe salientar que foi mais prático e rápido, pois já se tinha conhecimento do que precisava ser feito. As toalhas de rosto têm menos modelos e menos quantidades em estoque. Na loja em estudo existem 25 modelos e 2032 unidades em estoque.

As toalhas lavabo são as mais vendidas na empresa, uma vez que a empresa oferece de brinde o bordado de um nome em cada toalha que é comprada. Dessa forma, este tipo de toalha é bastante adquirido para lembranças de casamento, formatura, nascimento, aniversário e qualquer ocasião especial. A empresa trabalha com 3 marcas de toalhas lavabo, 3 modelos e no momento em estoque há o total de 2356 unidades de toalhas lavabo. Na sequência encontra-se a tabela 3 com o modelo e quantidades de cada um:

Após concluir a contagem das toalhas, deu-se início à contagem do vestuário feminino, masculino e infantil. Todas as mercadorias do vestuário quando chegam são cadastradas, é gerado um código de barra interno e todas as peças são etiquetadas

uma por uma. Constatou-se que o vestuário feminino é o que tem mais mercadorias em estoque, pois é também o que mais gira. A seguir a tabela 4 simplificada com os modelos e quantidades de mercadorias do vestuário feminino, masculino e infantil.

Diante da pesquisa foi possível perceber as quantidades que o Show do Real Confeções possui em estoques. Assim, elaborou-se uma primeira contagem do estoque, uma vez que esse estudo revelou a importância que existem em gerir de forma adequada os estoques de uma organização.

Uma apuração correta das quantidades estocadas é de suma importância. Também para um melhor conhecimento dos rendimentos da empresa, é importante que a quantidade de produtos comprados, e em estoque seja conhecida. Quando levantados os números de compras dos últimos dois anos, pode-se perceber o tamanho que o negócio assumiu e a importância de um melhor processo de controle de estoque.

O estoque quando bem administrado é um fator primordial para a diminuição de custos na empresa. E, como toda empresa busca formas de maior obtenção de lucro, com menor custo possível, a implantação de um método para o controle do estoque fará com que a empresa fique cada vez mais preparada para competir com os concorrentes. Uma vez que ela administra com eficiência seus estoques, pode-se dizer que está com uma vida financeira estável.

A pesquisa também foi de grande valia para a continuidade dos controles do estoque da empresa, já que antes eram inexistentes. A partir do momento, cabe aos gestores instruir seus colaboradores a dar continuidade nos controles, por meio da “alimentação” do sistema já existente.

5. Considerações finais

A empresa Show do Real Confeções viveu uma rápida e contínua expansão desde a abertura de sua loja. Desta forma, muitos processos que eram característicos de uma pequena empresa familiar, tornaram-se inadequados para a dimensão assumida pelo negócio. Hoje, há uma preocupação do gerente e sócios com a gestão eficiente do negócio. Para o auxílio na tomada de decisões e no acompanhamento do desempenho, é necessário que haja informações precisas sobre o que acontece na empresa, o que é obtido através de processos estruturados e sistemas de informação.

A empresa conta atualmente com um sistema de informação destinado ao controle do caixa. Através deste sistema é possível saber as quantidades vendidas e seu preço, além de gerar relatórios diários, semanais ou mensais.

O estudo envolveu a codificação e implantação de sistema de controle de estoques informatizado que teve abrangência todas as mercadorias de comercialização que opera a empresa. O sistema informatizado possibilitou um melhor controle dos estoques existentes, auxiliando na comercialização, pois evita a aquisição de unidades excedentes ou de baixa rotatividade, contribuindo para a melhor alocação de recursos de capital de giro.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de Materiais: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 2009.

CORRÊA, Henrique L, CORRÊA, Henrique A. **Administração de produção e de operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica**. São Paulo: Atlas, 2005.

CORRÊA, Henrique L.; GIANESI, Irineu G. N.; CAON, Mauro. **Planejamento, programação e controle da produção – MRP II / ERP**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de Materiais: uma abordagem logística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, P. G. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Administração da Produção e Operações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SLACK, Nigel. **Administração da Produção**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TUBINO, Dalvio Ferrari. **Planejamento e Controle da Produção: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIANA, João José. **Administração de Materiais: um enfoque prático**. São Paulo: Atlas, 2002.

PERFIL DO EMPREENDEDOR GAÚCHO E AS TAXAS DE DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDORISMO NO RIO GRANDE DO SUL

Julia Gracieli Ourique dos Santos²³

José Konzen²⁴

“O empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será, para o século XXI mais do que a revolução industrial foi para o século XX”.

Dornelas, 2001, pg.19

Resumo: A palavra empreendedorismo esta relacionada diretamente na capacidade de criar e de gerir empresas, entretanto sabe-se que sua abrangência repassa este enfoque, exigindo assim do administrador capacidades e habilidades comportamentais. Desta forma presume-se que o empreendedor deva ter características ousadas, ter capacidade de planejar, trabalhar com criatividade, ter iniciativa e que possa desenvolver um espirito de liderança. Estas características estão cada vez sendo mais exigidas no mercado de trabalho e transformam-se em crescimento pessoal e profissional cooperando para o desenvolvimento local e regional. À globalização trouxe consigo a batalha pela conquista dos mercados, exigindo cada vez mais pessoas capazes de vencer estes desafios, e empreendedores que possam oferecer produtos de melhor qualidade a preços mais competitivos. Para tanto, as organizações vêm passando por processos de ajustes estruturais e fusões, permanecendo nos empregos, em geral, os mais qualificados. Na tecnologia, os avanços das últimas décadas vêm substituindo não só o esforço físico como também boa parte da atividade intelectual, possibilitando às organizações aumentar a produtividade sem que isso se traduza em maior número de postos de trabalho, desvinculando assim a produção do emprego. E o que acontece com os empregos? Uma das consequências da "era do conhecimento" no Brasil é o crescimento exponencial da informalidade no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Rio Grande do Sul, Perfil do Empreendedor

Abstract: The word entrepreneurship is directly related to the capacity to create and manage companies, however, it is known that its scope permeates this approach, thus requiring the administrator capacities and behavioral skills. In this way it is assumed that the entrepreneur must have bold characteristics, be able to plan, work with creativity, have initiative and that can develop a spirit of leadership. These characteristics are increasingly being demanded in the labor market and transform into personal and professional growth by cooperating for local and regional development. Globalization has brought with it the battle for the conquest of markets, demanding

²³ Bacharel em Administração de Empresas. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. ouriquejulia@gmail.com

²⁴ Bacharel em Administração. Acadêmico de Ciências Contábeis. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Bolsista de Iniciação Científica. Josekonzen41@gmail.com.

more and more people capable of meeting these challenges, and entrepreneurs who can offer better quality products at more competitive prices. To this end, organizations have been undergoing structural adjustment and merger processes, remaining in jobs, in general, the most qualified. In technology, the advances of the last decades have been replacing not only physical effort but also a large part of intellectual activity, enabling organizations to increase productivity without translating into more jobs, thus disengaging the production of employment. And what about jobs? One of the consequences of the "knowledge age" in Brazil is the exponential growth of informality in the world of work

Keywords: Entrepreneurship, Rio Grande do Sul, Entrepreneur Profile

1 Introdução

A diferenciação, a competitividade e o uso racional e consciente dos recursos disponíveis são de fundamental importância às organizações. É importante ressaltar o papel do empreendedorismo na geração de processos inovadores, inteligentes e criativos que dão origem ao valor ofertado ao mercado. A competitividade global leva os empreendedores a configurarem seus negócios através da criação de novos produtos, processos, melhoria de práticas de produção, gestão e qualidade. O mercado atual deixou de ser composto somente por grandes organizações ou multinacionais, mas passou a ter uma contribuição de grande importância de pequenas e microempresas, fortalecendo desta forma a economia mundial. Na maioria dos países este fortalecimento se dá através de centros, núcleos ou órgãos de inovação tecnológica de Universidades ou Centros de Pesquisas, onde estes atuam como fonte adicional de informações, e ideias inovadoras.

O cenário atual confirma que o empreendedorismo por necessidade prevalece sobre o empreendedorismo de oportunidade. O desconhecimento por parte dos empreendedores dos recursos essenciais para o seu crescimento e desenvolvimento dentro do mercado de atuação, resulta em empecilhos para o desenvolvimento local e o crescimento econômico da sociedade. Não encontrando trabalho e incapaz de gerar renda, esta população permanece em total desalento e sem motivação para novas iniciativas. Isso significa que grande parte do empreendedorismo desenvolvido no Brasil resulta de uma questão de sobrevivência, uma vez que não há trabalho para todos e há necessidade de geração de renda.

2 Empreendedorismo

A teoria do empreendedorismo e o termo empreendedor, que a partir da idade média até 1985, foi definida como: "processo de criar algo diferente e com valor

dedicando tempo e o esforço necessário, assumindo riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequências e recompensas da satisfação econômica e pessoal.” (CHURCHILL E PETER, 2005, p. 29). Algumas situações esclarecem o processo de empreendedorismo que segundo Dornelas (2008), Marco Polo foi o precursor desse contexto, ou seja, ele estabeleceu rotas para o Oriente, assumindo riscos emocionais e físicos.

Segundo Chiavenato (2012), no século XVII o empreendedor era aquele que assumia riscos, pois firmava acordos contratuais, ao qual, o empreendedor quando realizava algum produto ou serviço, a responsabilidade de lucro ou prejuízo caía sobre o mesmo. No século XVIII o capitalista e empreendedor foram diferenciados por consequência da industrialização.

Entende-se que o significado da palavra empreendedor sofreu alterações de acordo com o país e a época, pois é a atividade de qualquer pessoa que está na base de uma empresa, desenvolvendo planos estratégicos a fim de tornar o negócio estruturado, desde um dono de uma oficina até aquele que criou e desenvolveu uma multinacional (DOLABELA, 2008).

Na percepção de Shumpeter (1998), está um dos conceitos mais conhecidos, que define com mais clareza o empreendedorismo, ou seja ele define como um processo de “destruição criativa”, ao qual a partir dos métodos de produção existentes, novos produtos são substituídos. Dolabela (2010), corrobora afirmando que o empreendedorismo nada mais é que o processo de transformação de sonhos em realidade, e também riqueza. Para Barreto (1998, p. 190) “empreendedorismo é habilidade de criar e constituir algo a partir de muito pouco ou de quase nada”.

Quando fala-se em atitude empreendedora destaca-se uma pessoa que tem um sonho pautado em uma ideia ou um projeto pessoal, que está disposto a assumir riscos, para que ao extrair sua ideia do papel, transforma-a em realidade, contudo as responsabilidades advindas nessa ação devem ser executadas com consciência. O principal desafio do empreendedor que está desenvolvendo uma nova empresa, é torna-la rentável, transformá-la em uma empresa que gere resultados e cresça em responsabilidade sustentável. Portanto: “[...] nenhuma empresa pode crescer sem funcionários talentosos e motivados, [...] então se tornam cruciais as questões como atrair tais pessoas, motivá-las e evitar que deixem a empresa.” (BARON, 2007, p.14)

Baron (2007), ressalta que a competitividade deve ser adotada de maneira justa, racional e coerente com os resultados, visando o desenvolvimento sustentável da

organização e do mercado como um todo.

2.1 Características empreendedoras

Chiavenato (2008), aborda que o espírito empreendedor é composto por três características básicas: necessidade de realização, disposição para assumir riscos e autoconfiança. Dornelas (2008, p.17) destaca as características dos empreendedores:

- São visionários: Eles tem a capacidade de visualizar o futuro do seu negócio e têm a habilidade de implantar as suas ideias.
- Sabem tomar decisões :Não são inseguros, sabem tomar as decisões na hora certa, principalmente em meio as dificuldades.
- Sabem explorar ao máximo as oportunidades: São aqueles que conseguem ver as ideias que todos veem mas não conseguem transformar aquilo em uma oportunidade;
- São otimistas e apaixonados pelo que fazem: Combustível que os mantem animados e autodeterminados é a paixão por aquilo que fazem. Devido a esse otimismo sempre enxergam o sucesso
- São líderes e formadores de equipes :Destacam-se pelo seu perfil de liderança incomum, sendo respeitados e agraciados pelos seus empregados. Querem a melhor equipe, os funcionários mais competentes.
- São bem relacionados: Sabem construir uma rede de relacionamentos forte;
- Planejam: Eles estão sempre planejando cada passo do seu negócio.
- Possuem conhecimento: Querem saber e aprender frequentemente, pois quanto mais sabem do seu ramo de negócio, maior será a possibilidade de sucesso.
- Assumem riscos calculados: A característica mais conhecida e a mais forte. Quanto maior o desafio, mais estimulante será a jornada empreendedora.
- Criam valor para a sociedade: Geram empregos, geram dinamismo para a economia, inovam. Sempre usando a Criatividade em busca de soluções para melhorar a vida das pessoas. (Dornelas 2008, p.17-18)

Nessa percepção, os empreendedores são muito mais preocupados com seus aspectos estratégicos do seu negócio, e demonstram muito mais comprometimento. Não é necessário possuir todas essas características para ser um empreendedor, mas a visão sistêmica do seu negócio, ter a habilidade de visualizar o futuro do seu negócio e a razão pelo qual ele existe, resulta em um empreendimento de sucesso.

2.3 A importância do empreendedorismo

“Atualmente os empreendedores são reconhecidos como componentes essenciais para mobilizar capital, agregar valor aos recursos naturais, produzir bens e administrar os meios para administrar o comércio”. (SEBRAE, 2007, p.2).

Conforme Longenecker; Moore; Petty (2004):

Os empreendedores são heróis populares da moderna vida empresarial. Eles fornecem empregos, introduzem inovações e estimulam o crescimento econômico. A presença do empreendedor torna-se cada vez mais fundamental para as organizações, quando as mesmas avaliam a necessidade cotidiana de criatividade, do trabalho eficiente, da inserção de novas possibilidades, da criação de uma nova postura de trabalho, fazendo com que a empresa tenha um centro espontaneamente criativo, gerando soluções rápidas, constantes e funcionais a estas organizações.

Habilidades e características empreendedoras, são portanto, essenciais para a empresa, pois permite que a mesma mantenha-se competitiva no mercado, através de atitudes inovadoras.

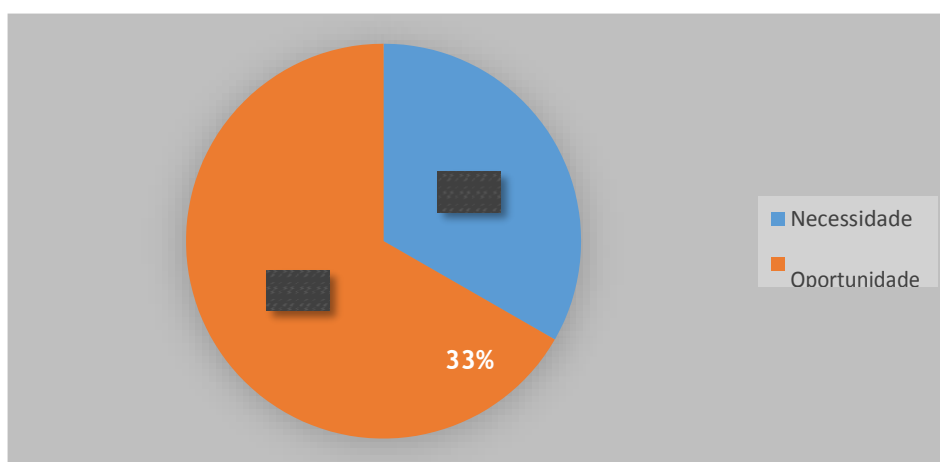
3 Taxas gerais do Empreendedorismo no Rio Grande do Sul

O GEM-RS inicia pela primeira vez o panorama de empreendedorismo no estado, visando medir taxas de empreendedorismo, descobrir as motivações que impulsionam a empreender, traçar o perfil dos empreendedores gaúchos, visa também identificar as atividades econômicas e o grau de inovação. De acordo com o GEM- Global Entrepreneurship Monitor, edição especial de pesquisa, realizada pelo Sebrae RS, em parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), o Rio Grande do Sul possui cerca de 1,9 milhão de empreendedores entre 18 e 64 anos. No ano de 2016, o número de empreendedores no Rio Grande do Sul, dentro desta faixa etária correspondiam cerca de 26% da população. No entanto, esse número de empreendedores atua principalmente em serviços voltados para o consumidor final, representado por atividades como comércio varejista, serviços de alimentação/bebidas e cabeleireiros.

A seguir, o GEM-RS, apresenta gráficos que possibilitam através de dados quantitativos, conhecer o perfil do empreendedor gaúcho. O gráfico a baixo demonstra o que motiva os empreendedores a empreender no estado. Essa motivação para empreendedores iniciais se dá por necessidade ou por oportunidade, ou seja, segundo Ângelo (2003), os empreendedores foram divididos de acordo com a motivação existente em adquirir o próprio negócio, para então determinar se essa iniciativa é o resultado da percepção da oportunidade, ou se está relacionado ao desemprego ou a escassez de outras fontes de ganho, no caso uma necessidade. Entretanto, os empreendedores por necessidade se caracterizam pelo fato de não terem melhores alternativas de emprego, não se encaixando ao mercado formal de trabalho, dirigem-se para atividade empreendedora, a fim de gerar rendimentos

visando a sua subsistência e a de sua família. Já os empreendedores por oportunidade, identificam um nicho de mercado compatível ao seu desejo de empreender, mesmo possuindo fontes de renda. No RS para cada um empreendimento criado por necessidade foram estruturados dois por oportunidade.

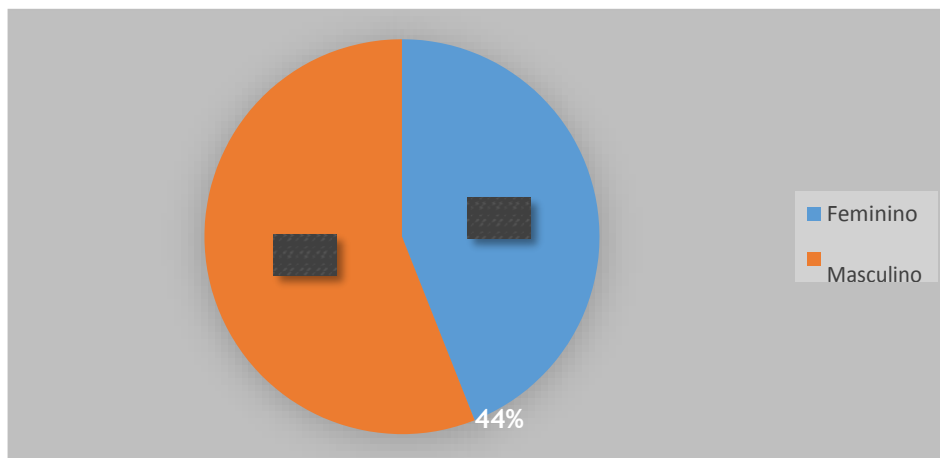
Gráfico1: Motivação para empreender no estado



Fonte: GEM – Empreendedorismo no Rio Grande do Sul, IBQP – Sebrae RS, 2016.

É imprescindível identificar, como as mulheres tem se destacado como empreendedoras no estado. Conforme o gráfico, em 2016 elas representavam 44% do total de empreendedores gaúchos, representando um número razoável em relação ao público masculino (56%). De acordo com a revista EXAME (2017), as empresárias são agentes de desenvolvimento e tem ampliado um impacto positivo sobre a economia, ou seja, elas tem se sobressaído em inovações nas mais variadas formas de trabalho, aumentando assim a sua representatividade no mundo dos negócios, surgindo assim novas oportunidades a serem exploradas. Na mesma medida em que as mulheres contribuem para o crescimento e desenvolvimento do país, elas investem na educação de sua família, possibilitando, assim o crescimento de mais pessoas. Afinal, o empreendedorismo feminino tem essa força, destacando-se em termos numéricos.

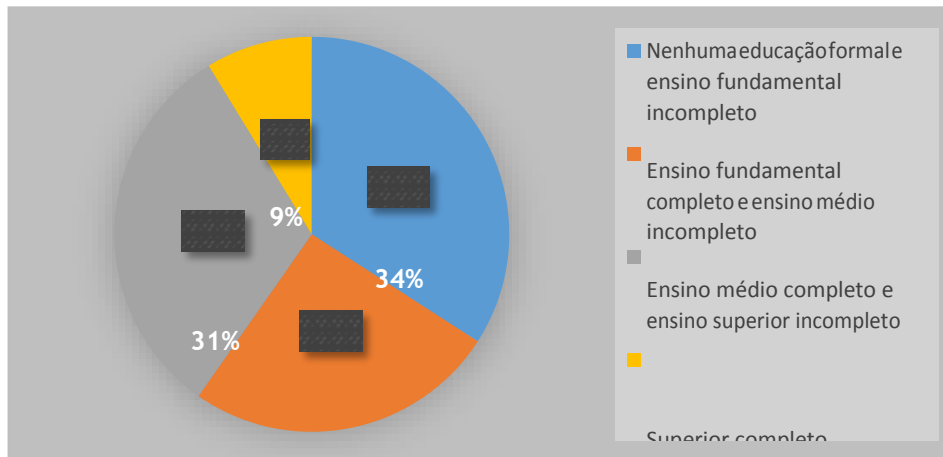
Gráfico 2: Gênero dos empreendedores gaúchos



Fonte: GEM – Empreendedorismo no Rio Grande do Sul, IBQP – Sebrae RS, 2016.

Quando se fala em grau de instrução, passa pela mente que para ser dono do seu próprio negócio é necessário curso superior, mas na realidade grandes empreendedores desenvolveram seus grandes negócios com base em suas ideias e valores advindos seus antepassados. Conforme Dornelas (2008), não é necessário ter curso superior em Administração de Empresas para ser empreendedor, pois para o autor, todo empreendedor deve ser um bom administrador, mas nem todo administrador é um bom empreendedor. Entretanto quanto maior a escolaridade dos empreendedores, maior é a chance de sobrevivência dos negócios. Os empreendedores de alta escolaridade tendem a iniciar sua empresa mais por oportunidade do que por necessidade, tendem a planejar mais e melhor o seu negócio e conhecem melhor os instrumentos de gestão. No Rio Grande do Sul aproximadamente, 31% possuíam em 2016, ensino médio completo e superior incompleto, e somente 9% com formação superior, incluindo especialização, mestrado e doutorado.

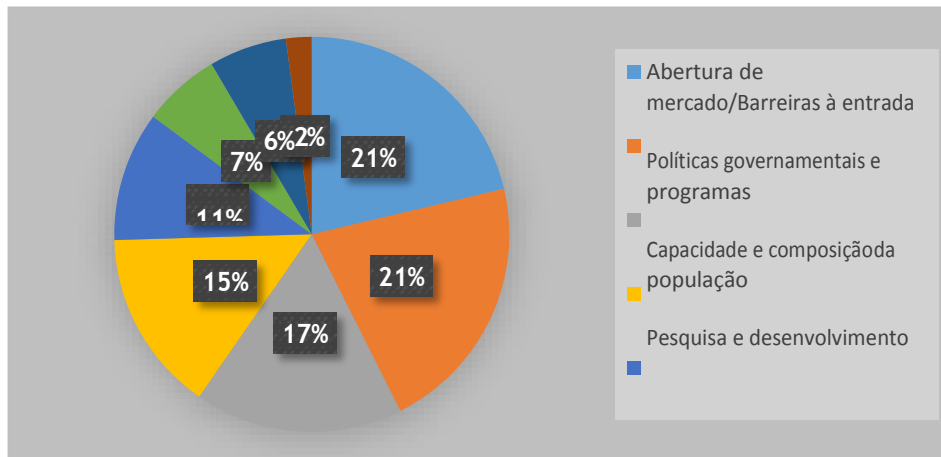
Gráfico 3: Escolaridade dos empreendedores gaúchos



GEM – Empreendedorismo no Rio Grande do Sul, IBQP – Sebrae RS, 2016.

Fatores favoráveis que merecem destaque para a manutenção de novos negócios no estado são as “Políticas governamentais e programas” representando 21%, esse fator refere-se às políticas públicas que interferem nas condições de abrir e manter novos negócios, levando em consideração questões relacionadas a burocracia, impostos, registro de empresas, agências reguladoras e as pessoas ou os agentes envolvidos no atendimento das demandas dos empreendedores, bem como toda a regulamentação.

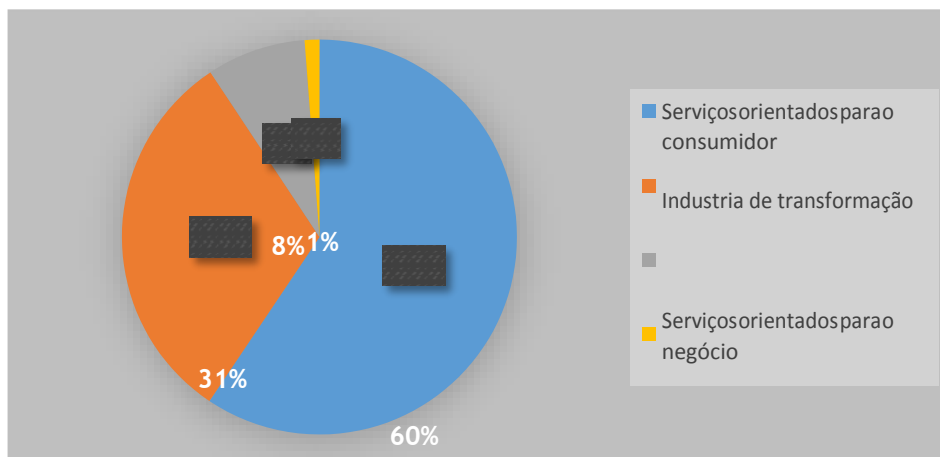
Gráfico 4: Fatores favoráveis



GEM – Empreendedorismo no Rio Grande do Sul, IBQP – Sebrae RS, 2016.

No gráfico a seguir apresenta os seguimentos que concentram mais negócios que estão iniciando no estado, com maior representatividade concentra os segmentos de serviços orientados ao consumidor (60%) que segundo o GEM (2016), é representado por atividades como o comércio varejista, serviços de alimentação/bebidas e cabelereiros. Atividades dessa natureza requerem, menos requisitos técnicos, escala e investimentos iniciais. Apresentam mercados com pequenas barreiras de entrada, e também um nível baixo de produtividade. E também o segmento da indústria de transformação correspondendo 31,3%. No entanto, é importante ressaltar que as micro e pequenas empresas do Rio Grande do Sul, representam 37,5% do PIB, conforme dados do SEBRAE, e que estão em constante crescimento.

Gráfico 5: Segmentos de serviços



GEM – Empreendedorismo no Rio Grande do Sul, IBQP – Sebrae RS, 2016.

Considerações Finais

O presente estudo propôs identificar o perfil do empreendedor do Estado do Rio Grande do Sul. No transcorrer da pesquisa tornou claro o papel do empreendedorismo no desenvolvimento local e no crescimento econômico do setor ou da indústria em que esta inserida. O que se deve fazer, na realidade, é voltar à atenção para o futuro. O modelo do desenvolvimento industrial não vai se repetir e o "novo trabalho" será diferente daquele vivenciado na era industrial, com novos conceitos e melhor perspectiva de qualidade de vida.

Estamos criando um novo modelo, e uma de suas bases é justamente o empreendedorismo, o trabalho por conta própria, a capacidade de gerar o próprio negócio, os próprios recursos e contribuir para a sociedade de forma mais pessoal. O empreendedorismo se tornou um grande incentivador da inovação, responsável pela capacitação e desenvolvimento humano para a geração da cultura empreendedora do País. Nota-se que quanto mais intensa, profunda e divulgada for a ação empreendedora, maiores serão os ganhos entregues as comunidades envolvidas no processo de desenvolvimento e incremento da competitividade.

Por fim é necessário que a ideia das novas formas de trabalho, e não exclusivamente de emprego, seja levada para o jovem desde o ciclo básico até a Universidade, de modo que ele seja educado para a mudança e não para estabilidade. Desta forma ele deve ser ensinado a conviver com o risco e aprender com ele, a

pensar grande, a ter auto-estima, coragem, confiança e capacidade para gerir sua própria vida, vendo na mudança a oportunidade e não a ameaça. Precisamos olhar o empreendedorismo de uma maneira um pouco menos mistificada e mais popularizada, desenvolvendo atitudes empreendedoras e ampliando as possibilidades de escolha para a realização pessoal e profissional. Abrir um pequeno negócio deveria ser objeto de realização pessoal de não de falta de opção.

REFERÊNCIAS

ÂNGELO, E. B. **Empreendedor Cooperativo: a nova postura de quem faz a diferença.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 250p

BARRETO, L. P. (1998). **Educação para o empreendedorismo.** São Paulo: Educação Brasileira, 1998, p. 189-197.

BARON, Robert A. **Empreendedorismo: uma visão do processo.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BERNARDI, Luiz Antonio. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas.** São Paulo : Atlas, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendendo.** 4 ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

_____. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor.** São Paulo : Saraiva, 2004.

_____. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações.** 2ª edição – Rio de Janeiro : Elsevier, 2005.

CHURCHIL, PETER, J. Paul. **Marketing: criando valor para os clientes.** Tradução da 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CONTENT, Branded. Disponível em:
<<https://exame.abril.com.br/negocios/o-cenario-do-empreendedorismo-feminino-no-brasil/>> Acesso em 08 de outubro de 2018.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa.** São Paulo : Cultura, 1999.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza.** São Paulo : 2ª edição. Cultura Editores Associados, 2000.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**: A metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

_____. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 2008.

_____. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 2001.

FERREIRA, M. P.; SANTOS, J. C.; SERRA, F. A. R. Ser empreendedor: pensar, criar e moldar a nova empresa. São Paulo: Saraiva, 2010

LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J.W. **Administração de pequenas empresas**: ênfase na gerência empresarial. São Paulo: Pearson, 2004.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores**: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos (orgs.). **Política internacional contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo : Saraiva, 2006.

SCHUMPETER, J. A. (1988). A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo, Nova Cultura.

SOARES, J. C. V. **Desenvolvimento empreendedor – uma proposta para a formação de empreendedores**. Disponível em: XXI COBENGE – Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, 2003, Rio de Janeiro (RJ). Anais.

SOUZA, Eda Castro Lucas de; GUIMARÃES, Tomás de Aquino (orgs). **Empreendedorismo além do plano de negócio**. São Paulo : Atlas, 2005.

SEBRAE. **Disciplina de empreendedorismo**. São Paulo: Manual do aluno, 2007.

_____. Disponível em:

<http://sistema.datasebrae.com.br/sites/novo_datasebrae/#Economia/As_micro_e_p Pequenas_empresas_no_PIB/Mapa> Acesso em 09 de outubro de 2018.

_____. Disponível em:

<<http://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Livro-GEMRS.pdf>
sebraers.com.br/momento-da-empresa/conheca-o-empreendedorismo-gaucha-2/>
Acesso em 08 de outubro de 2018.

**PROVISÃO DE RECURSOS HUMANOS: ÊNFASE NO RECRUTAMENTO E
SELEÇÃO DE PESSOAS
HUMAN RESOURCES PROVISION SUBSYSTEM: EMPLOYMENT IN
RECRUITMENT AND SELECTION**

Rosiane Moraes Carlotto²⁵

Estela Steinke²⁶

Resumo: Há um crescente investimento na busca e atração adequada de pessoas para as organizações. O recrutamento e seleção são o processo mais importante da área de recursos humanos, pois a escolha certa do ativo humano que dá sequência aos demais subsistemas. O objetivo do estudo foi ressaltar a importância do processo de recrutamento e seleção. A metodologia utilizada para a abordagem foi pesquisa qualitativa e bibliográfica que constituiu livros sobre o assunto abordado. O adequado planejamento de recrutamento e seleção poderá tornar a empresa mais competitiva, produtiva e eficiente, pois é a entrada das pessoas certas que as organizações agregam o capital intelectual, podem antecipar suas ações e alcançar sucesso nas atividades. O recrutar é importante, sendo que as organizações precisam atrair candidatos que almejam fazer parte da sua equipe, motivadas por sua imagem e filosofia organizacional. A técnica de seleção é agrupada em categorias que permitem conhecer melhor o candidato em formas extrínsecas e psicológicas que resultarão no processo de escolha, alinhado com as tendências e com as práticas observadas em estudos comportamentais. Reitera-se que a eficiência no recrutar e selecionar pessoas ocorre quando o resultado desse processo é comprovado, com melhorias e entrega de resultados almejados pelas organizações.

Palavras-chave: Processo. Recrutamento. Seleção. Subsistema.

Abstract: There is a growing investment in the search and appropriate attraction of people to organizations. Recruitment and selection are the most important process in the area of human resources, because the right choice of the human asset that gives sequence to the other subsystems. The objective of the study was to highlight the importance of the recruitment and selection process. The methodology used for the approach was qualitative and bibliographical research that constituted books on the subject addressed. Proper recruitment and selection planning can make the company more competitive, productive and efficient, because it is the right people's entry that organizations aggregate intellectual capital, can anticipate their actions and achieve success in the activities. Recruitment is important, and organizations need to attract candidates who want to be part of their team, motivated by their image and organizational philosophy. The selection technique is grouped into categories that allow to know the candidate better in extrinsic and psychological ways that will result in the process of choice, in line with the trends and practices observed in behavioral studies. It

²⁵ Acadêmica do 6º Semestre do Curso de Administração da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Brasil. E-mail: rosy_moraes@live.com

²⁶ Mestre em Desenvolvimento pela Universidade do Noroeste do RS- UNIJUÍ. Professora de Administração na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI Campus São Luiz Gonzaga-RS. Orientadora do estudo. E-mail: estelasteinke@yahoo.com.br

is reiterated that efficiency in recruiting and selecting people occurs when the result of this process is proven, with improvements and delivery of results sought by organizations.

Keywords: Process. Recruitment. Selection. Subsystem.

1 Introdução

Um dos problemas nas maiorias das organizações da administração é o processo de avaliar seu funcionamento por meio de resultados de adotar o recrutamento e seleção com mais rapidez e agilidade sem dá muito custo operacionais para escolher ótimos candidatos. O recrutamento é a seleção a partir das organizações que apresentam alguma necessidade, através de uma pesquisa que fornece um número de pessoas, que procuram atrair cada vez mais novos candidatos de uma quantidade certa para que o processo seja suficiente e sobre isso ter as informações de cada indivíduo para ver se há oportunidade que preencha novos cargos qualificados.

De acordo com Chiavenato (2009, p. 154) recrutamento é um conjunto de técnicas e procedimentos que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização.

A partir de então, surgiu a necessidade de desenvolver um estudo mais aprofundado sobre este processo de recrutar e selecionar os futuros colaboradores da empresa. Candidato deve apontar com a consciência que pode ser escolhido pelas suas habilidades e conhecimentos na área que buscam ou não, pois o recrutamento tem a responsabilidade de examinar as informações de cada um para atender as expectativas da organização. Independentemente de ser ou não escolhido é uma fase de enriquecimento de estar ali conhecendo e proporcionando uma nova mudança e alternativas que vai facilitar para outro processo de recrutamento quando tiver.

Recrutamento é bem abrangente, principalmente na estrutura de pesquisa em termo de relação ao mercado de trabalho para a empresa, de ter a competência de assumir cargos que consiga antecipa as ações futuras para alcançar sucesso nas atividades.

2 Desenvolvimento

Esse capítulo abordará os assuntos para atender ao objetivo do estudo. Sendo respectivamente: fontes de recrutamento; recrutamento interno, externo e misto; seleção e técnicas de seleção, entrevista, provas de reconhecimento, testes psicológicos, de personalidade e técnicas de simulação.













2.1 Fontes de recrutamento

As fontes dizem a respeito aos candidatos, a identificação e a manutenção consistem nas maneiras pelas quais a RH pode elevar o rendimento do processo (candidatos triados para seleção, admitidos), diminuição de tempo de recrutamento, e reduzir custos operacionais de recrutamento. Daí as três etapas: recrutamento interno, externo e misto, possuindo características como vantagem e desvantagens.

2.2 Recrutamento interno

O recrutamento interno já pelo nome diz, é aberto internamente da organização para que preenche determinada vaga de um colaborador, por meio de promoções, transferência, programas de desenvolvimento de RH e planos de carreiras. Conforme a figura abaixo que demonstra os pontos fortes e pontos fracos.

Figura 1: Recrutamento interno (pontos fortes e fracos)

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
 Aproveita melhor o potencial humano da organização	 Bloqueia a "oxigenação" da empresa
 Motiva e encoraja o desenvolvimento profissional dos funcionários	 Aumenta o conservadorismo e favorece a rotina
 Incentiva a permanência dos funcionários e a sua fidelidade	 Não altera o patrimônio humano da organização
 Ideal para situações de estabilidade e pouca mudança ambiental	 Conserva a cultura organizacional existente
 Não requer socialização organizacional de novos membros	 Diminui a reciclagem do quadro de funcionários
 Probabilidade de melhor seleção pois os candidatos são bem conhecidos	
 O custo é menor do que o custo do recrutamento externo	

Fonte: Adaptado de Ribas e Salim, 2012.

As Vantagens do recrutamento interno é a movimentação que traz as vantagens econômicas (evitar despesas), vantagens mais rápidas (evitar recrutamento lento), vantagens de apresentar maior índice de validade e de segurança (candidato avaliado por determinado tempo e reduzir volume de erros), vantagem de uma fonte poderosa de motivação (estimula pessoal com auto aperfeiçoamento), vantagens de aproveita os

investimentos da empresa em treinamento (empregados passa ocupar cargos mais elevados), vantagens de desenvolver um sadio espirito de competição (oportunidades oferecidas que mostram condições merecidas).

As Desvantagens de recrutamento interno é a demonstração da motivação de empresa ao funcionário, para oferecer oportunidade de crescimento e não houver consequências, pode gerar conflitos de interesses por outro funcionário ter ganhado uma promoção pela motivação, mesmo que esse também tenha a motivação, mas por ter tido alguma falha que o deixou fraco em relação a outro. A desvantagem pode leva a situação de princípio de Peter: ao promover incessantemente seus funcionários, a empresa os leva ate a posição onde demostram o máximo de sua incompetência.






De acordo com Chiavenato (2009) o funcionário tem que se adaptar nos problema e situações que podem ocorrer, mas sem deixar de lado a sua criatividade para entrar apenas nos padrões de organizações, que é, achar problemas e solucionar problemas, desmotivando a eles de ser competentes. A medida em que os candidatos internos tenham condições aos candidatos externos.

2.3 Recrutamento externo







O recrutamento externo funciona com os candidatos de fora para preenche uma nova função na organização, se o funcionário não tem condições e nem comprometimento, o aproveitamento não e favorável, a empresa deverá substituir em busca de outros candidatos de mercado.

Figura 2: Recrutamento externo (pontos fortes e fracos).

PONTOS FORTES

-  Introduz sangue novo à organização
-  Diversifica o patrimônio humano
-  Aumenta o capital intelectual
-  Renova a cultura organizacional
-  Incentiva a interação da organização com o mercado de trabalho

PONTOS FRACOS

-  Pode interferir na motivação dos funcionários
-  Reduz a fidelidade dos funcionários
-  Requer aplicação de técnicas seletivas aprimoradas
-  Mais caro
-  Mais trabalhoso
-  Mais inseguro

Fonte: Adaptado de Ribas e Salim, 2012.

A vantagem de recrutamento externo traz sangue novo (são experiências novas para organização, ideias), vantagens em renovar e enriquecer os recursos humanos (funcionários com capacidade igual ou maior do que os existentes da empresa), vantagens em investimentos, treinamento e desenvolvimento pessoal de outras empresas (recrutar externamente, pagando a mais para evitar despesas de treinamento).

As Desvantagem de recrutamento externo é mais demorado que recrutamento interno, por apresentação e entre outros fatores. É o mais caro pois exige inversões e despesas imediatas com anúncios, jornais, cronogramas sendo menos seguro que o recrutamento interno, porque são desconhecidos que a empresa não tem condições de verificar.

2.4 Recrutamento misto

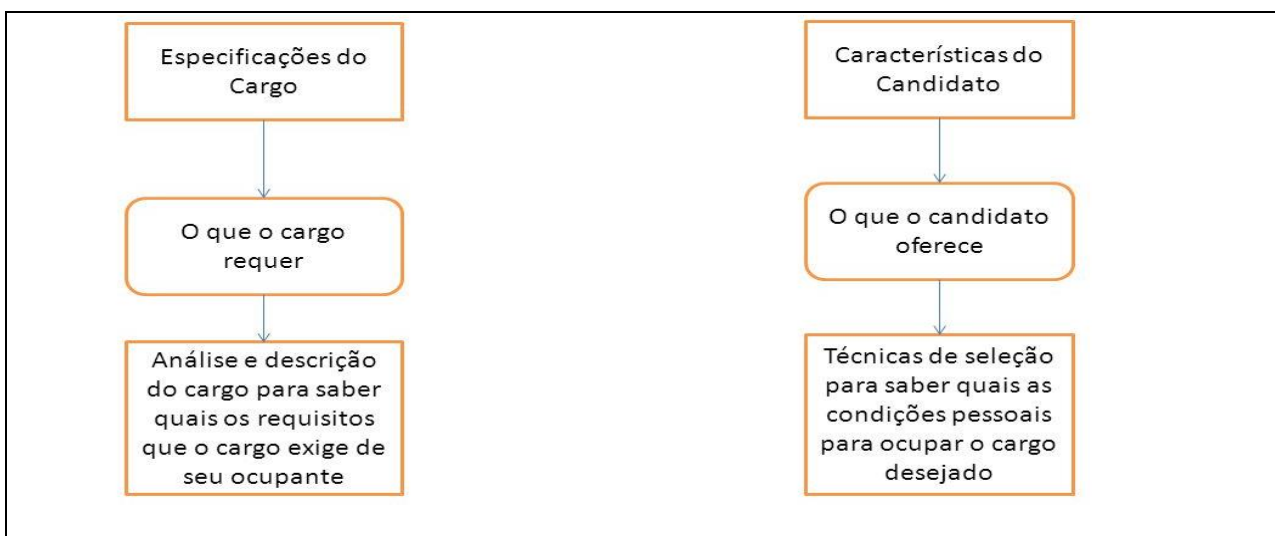
Nas organizações, nunca recruta nem interno e nem externo, ambos se complementam, pelas vantagens e desvantagens que as empresas veem no eterno e interno, é a solução de vista de recrutamento misto porque é uma fonte para o RH, sendo adotado as alternativas de sistemas, recrutamento externo e recrutamento interno não representa resultados agradáveis, as organizações estão mais interessadas no RH que nas transformações. Organizações se preocupa com entradas e transformações nos recursos humanos, dando condições de saída.

3 Seleção de pessoas

Na seleção de pessoas é definida algumas pessoas para integrarem na organização, candidatos certos para cargos certos, para eficiência e desempenho do pessoal. Possuem diferenças nos comportamentos físicos e psicológicos, disputando o mesmo emprego.

A seleção pessoal comparada apresenta duas variáveis, os critérios da organização (cargos a ser preenchidos) e o perfil (as características) como mostra a figura:

Figura 3: seleção de pessoas



Fonte: Adaptado de Chiavenato (2014)

Quando o critério é maior que o perfil, o candidato não atinge o perfil escolhido nas condições necessárias. Quando é igual o perfil, o candidato é ideal, aprovado nas condições bem como quando o critério é menor que o perfil, o candidato é perfeito nas condições.

Essas comparações mostra a análise dos cargos em relação a pessoa, para que possa se estruturar o processo seletivo.

A seleção é responsabilidade de linha que são os chefes e função que são os órgãos especializados, comportando três modelos de comportamento.

Figura 4: modelo de seleção



Fonte:

Adaptado de CHIAVENATO, Idalberto, *Gestão de Pessoas* (2014, p.122)

O Modelo de Colocação é um candidato a uma vaga que preencha os requisitos que a organização quer.

O Modelo de Seleção é vários candidatos a uma vaga, os candidatos que não estiver nos requisitos serão rejeitados, até achar aquele que preencha as proporções da organização.

O último Modelo de Classificação é vários candidatos a várias vagas, mostrando qual cargo é o que em caixa nos requisitos, até então esgotarem os demais cargos.

4 Técnicas de seleção

Seleção de recursos humanos é obtida informações a respeito do cargo para preencher as competências e as informações do candidato, após conhecer, comparar, analisar e escolher os candidatos adequados. A técnica de seleção é agrupada em cinco categorias como: entrevistas, provas de conhecimento, teste psicológicos, testes de personalidade e técnicas de simulação.

4.1 Entrevista de seleção

A entrevista de seleção ou pessoal é umas das técnicas de seleção mais utilizadas que influência na decisão final para avaliar conhecimentos, especializações e o desempenho, com perguntas para verificar as suas reações ao responder. A construção do processo de entrevista proporciona maior ou menor grau de liberdade ao candidato com as entrevistas totalmente padronizadas (para obter respostas definidas), entrevistas diretiva (respostas desejadas, mas não específicas as questões), entrevista

não diretiva (é totalmente livre, que não especifica nem de questões e respostas) ou treinamento dos entrevistadores (são gerentes treinados com perguntas formuladas para entrevista diretas ou não diretas).

4.2 Provas de reconhecimento

São instrumentos de avaliação aos conhecimentos gerais dos candidatos como informática, alguma linguagem ou um curso de especialização. As provas buscam o teste para verificar o desempenho e procuram medir o grau de capacidade. Daí a necessidade de classificar a forma de aplicação, avaliação, e a organização.

A forma de aplicação são provas tanto orais, escritas ou de realizações que pode ser em digitação ou desenho. A forma de avaliação podendo ser gerais (avaliação da cultura geral) e as específicas (avaliação do conhecimento do cargo a preencher) e por último a forma da organização que traz provas objetivas (forma de teste objetivos de preencher lacunas ou múltiplas escolhas) ou tradicionais (são questões com respostas longas).

4.3 Testes psicológicos

São utilizados como medida de desempenho em resultados em percentuais. O Preditor, quer dizer comportamento futuro do candidato ao cargo em funções dos resultados obtidos a essa técnica. Já a validade representa a relação no que se pretende medir e a precisão é resultado semelhante em várias aplicações diferente na mesma pessoa. Esse teste psicológico, servem para determinar se está presente a cada pessoa o jeito do comportamento em relação a formas de trabalho. Analisam as diferenças individuais de resultado de amostras para receber um diagnóstico futuro do seu potencial de desenvolvimento.

4.4 Teste de personalidade

Os testes de personalidade são traços que revelam personalidades de uma pessoa, determinado com caráter e temperamentos, equilíbrio, frustrações e motivações, são usados apenas nos processos seletivos em razão do tempo de avaliação. Quase sempre usado nos cargos executivos de alto nível.

4.5 Técnicas de simulação

As técnicas de simulação é a última forma de técnicas de seleção como complemento de resultados de entrevistas e teste psicológicos. São técnicas em grupos, em simulação que cada pessoa vivencia um papel quando esta sozinho ou em grupos, que analisa então a forma de comportamento. Essa técnica é mais utilizada na forma de relacionamento interpessoal no caso de gerencia, vendas, compras, tudo que estiver relacionado com o público.

5 Considerações Finais

Quando se fala em Recursos Humanos dentro das organizações, tende-se que focar a importância dessa área que é responsável pelo recrutamento e seleção, que requer novos desafios para chegar a um profissional de recursos humanos qualificado.

As empresas devem estar atentas em quais estratégias de utilizar, para chamar atenção dos novos candidatos para assim construir uma relação boa e duradoura, em busca de melhoria e entrega de resultados desejados pelas organizações.

O recrutar é importante, sendo que as organizações precisam atrair candidatos que almejam fazer parte da sua equipe, motivadas por sua imagem e filosofia organizacional. A técnica de seleção é agrupada em categorias que permitem conhecer melhor o candidato em formas extrínsecas e psicológicas que resultarão no processo de escolha, alinhado com as tendências e com as práticas observadas em estudos comportamentais.

Reitera-se que a eficiência no recrutar e selecionar pessoas ocorre quando o resultado desse processo é comprovado, com melhorias e entrega de resultados almejados pelas organizações.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luiz César G. de **Gestão de pessoas: estratégias de integração organizacional** / Luiz César G. de Araujo, Adriana Amadeu Garcia. - - 2.ed. - - São Paulo : Atlas, 2009.

CARVALHO, Antonio Vieira, **Administração de recursos humanos** / Antonio Vieira, Luiz Paulo do Nascimento, Oziléa Clean Gomes Serafim.- - 2. Ed. Ver.- - São Paulo : Cengage Learning, 2013

CHIAVENATO, Idalberto, **Gestão de Pessoas: novo papel dos recursos humanos nas organizações** / 4.ed.- - Barueri, SP : Manoele, 2014



_____. **Planejamento, recrutamento e seleção e pessoal** : como agregar talentos à empresa / 4.ed. São Paulo : Atlas, 1999.

_____. **Recursos humanos: capital humano das organizações** / 9.ed. – Rio de Janeiro : Elsevier, 2009.

1.4 Ciências Contábeis – Gestão

Contábil das Finanças

1.5 Avaliadores:

**Luciane de Oliveira, Roberto Carlos Dalongaro, Sônia Bressan Vieira,
Cirino Rebello, Luís Fernando Wesz, Estela Steinke**

A IMPORTÂNCIA DA LEI DA TRANSPARÊNCIA LA IMPORTANCIA DE LA LEY DE TRANSPARENCIA

Bianca de Brum Neto²⁷

Patrícia Daniela Arbo²⁸

Luciane de Oliveira²⁹

Sonia Bressan Vieira³⁰

Resumo: O estudo trata sobre a temática da Contabilidade Pública abordando a Gestão Pública, seus Princípios Constitucionais, e especialmente a Importância da Lei e do Portal da Transparência. Objetiva identificar os meios de publicação das contas públicas bem como demonstrar os benefícios proporcionados pelo Portal da Transparência. A metodologia do trabalho envolveu pesquisa bibliográfica e descritiva. Procura-se, neste trabalho, refletir sobre os conceitos de Gestão Pública, Legislação, Servidores públicos e Princípios que norteiam a gestão pública segundo a Constituição Federal de 1988. Abrange ainda o estudo do Portal da Transparência e sua importância, bem como um comentário de Leis e artigos que asseguram à população, esse direito. O estudo está alicerçado na visão teórica de Barreto Lima, Martins, Nascimento e Piscitelli. Os resultados do estudo apontam que o mesmo contribuiu para a divulgação da importância da Lei do Portal da Transparência, para despertar o interesse dos servidores públicos, para a compreensão por parte do cidadão das formas de acesso ao mesmo, para o esclarecimento de dúvidas a respeito da contabilidade pública e principalmente para o entendimento e conscientização da população sobre a utilização e investimento do dinheiro público diminuindo a falta de interesse dos servidores em conhecer.

Palavras-chave: Gestão pública. Portal da Transparência. Princípios. Legislação. Servidor Público.

Resumen: El estudio trata sobre la temática de la Contabilidad Pública abordando la Gestión Pública, sus Principios Constitucionales y especialmente la importancia de la Ley del Portal de la Transparencia. Objetivo de identificar los medios de publicación de las cuentas públicas, así como demostrar los beneficios proporcionados por el Portal de la Transparencia. La metodología del trabajo implicó investigación bibliográfica y descriptiva. Se busca, en este trabajo, reflexionar sobre los conceptos de Gestión Pública, Legislación, servidores públicos, y principios que orientan la gestión pública según la Constitución Federal de 1988. Aborda el estudio del Portal de la Transparencia y su importancia, así como un comentario de leyes y artículos que aseguran la población ese derecho. El estudio está basado en la visión teórica de Barreto Lima, Martins, Nascimento e Piscitelli. Los resultados del estudio apuntan que

²⁷Acadêmica do 2º Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. E-mail: biancadebrumneto.slg@gmail.com

²⁸Acadêmica do 2º Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. E-mail: patriciaarbo923@gmail.com

²⁹Mestre em Administração, UFSM/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. E-mail: luciane@viacom.com.br

³⁰Doutora em História. PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. E-mail: soniabressanvieira@gmail.com

el incluso contribuye a la divulgación de la importancia de la Ley del Portal de la Transparencia para despertar el interés de los funcionarios públicos, para la comprensión por parte del ciudadano de las formas de acceso del mismo para la aclaración de dudas acerca de la Contabilidad Pública y principalmente para el entendimiento y concientización de la población sobre la utilización y la inversión del dinero público disminuyendo la falta de interés de los servidores públicos.

Palabras-clave: Gestión Pública. Portal de la Transparencia. Principios. Legislación. Servidor público.

1 Introdução

O estudo trata sobre o tema *Contabilidade Pública* abordando a *Gestão Pública*, seus *Princípios Constitucionais*, e especialmente a *Importância do Portal da Transparência*.

Tem como objetivo identificar os meios de publicação das contas públicas bem como demonstrar os benefícios proporcionados pela observação do Portal da Transparência.

O trabalho envolve uma pesquisa descritiva e bibliográfica levantando informações através de livros e artigos científicos, para a obtenção da compreensão teórica do assunto.

Procura-se, neste trabalho, refletir sobre os conceitos de Gestão Pública, Servidores públicos e quais os Princípios que norteiam a gestão pública segundo a Constituição Federal de 1988. Abrange ainda o estudo do Portal da Transparência e sua importância, bem como um comentário de Leis e artigos que asseguram à população, esse direito.

Espera-se com o estudo contribua para que a população obtenha um maior esclarecimento sobre a temática.

2 Reflexões Teóricas

O trabalho concentra-se em algumas reflexões sobre aspectos da doutrina no que diz respeito a questões conceituais que alicerçam este estudo - Gestão Pública, Portal da Transparência, Princípios. Legislação e Servidor Público nas seções que seguem.

2.1 Gestão Pública

Para Lima (2006), *gestão seria a capacidade de fazer o que se é necessário fazer*. Com isto entende-se que é o ato de coordenar os estados, é a capacidade de os melhorarem, para que a administração ou gestão pública seja feito com sucesso, a

mesma deve ser de forma planejada e organizada para que a missão dos gestores seja cumprida de forma satisfatória.

A Gestão Pública atua nas organizações do Estado existentes para fornecer à população subsídios para a sua sobrevivência como alimentação, educação, transporte, segurança, saúde e saneamento básico. Dentro desse contexto, a Gestão Pública aparece como um importante instrumento de acompanhamento e supervisão dos serviços prestados por esses órgãos. (MARTINS, 2005).

Cabe ainda ao gestor público, na visão de Manoel Martins:

- Planeja e gerencia processos e serviços de organizações públicas.
- Coordena equipes de trabalho.
- Promove a competitividade das instituições, com incrementos na produtividade e qualidade dos serviços.
- Elabora e coordena políticas públicas, como o combate ao analfabetismo e à desnutrição.
- Controla o orçamento e acompanha licitações.
- Organiza a logística e operação de campanhas públicas, como a de vacinação, por exemplo.
- Assessorar parlamentares.
- Administra e gerencia projetos de entidades do terceiro setor ligados às políticas públicas (2005, p.3).

O ato administrativo realizado pela gestão pública pode ser unilateral ou bilateral. Entende-se por ato administrativo unilateral a atividade que envolve apenas a Administração Pública (SÉRGIO PINTO, 2004). Enquanto o ato administrativo bilateral refere-se aos contratos realizados pela administração, tendo por fim a satisfação de algum interesse público (SÉRGIO PINTO, 2004).

Segundo Pinto (2004) a administração pública subdivide-se em: direta e indireta. A administração pública é denominada direta quando exercida pelos órgãos estatais, e é denominada indireta quando exercida por entidades paraestatais ou autarquias.

Para o autor Edson Ronaldo (2010, p. 1),

Gestão pública é a prática que deve ser aprimorada para alcance de determinados fins: para reduzir a pobreza, para melhorar a educação, para aumentar a competitividade da economia, para aumentar a conservação de recursos naturais, para preservar, estender e expandir a cultura.

Para ser um bom gestor é preciso ter conhecimento sobre a administração pública nas três esferas do governo brasileiro. Terá também que visar sempre à melhoria de uma forma que beneficie a todos e não só as classes mais ricas.

A Administração pública segue algumas teorias que são propostas por autores como: Taylor, Fayol, Mayo e Weber. Estas teorias são conhecidas como principais pilares da administração (RONALDO, 2014).

Para Taylor as tarefas deveriam apresentar maior eficiência, enquanto Fayol priorizava a divisão de setores. Já Mayo, priorizava as relações humanas e Weber visava a eficiência do trabalho mediante a normatização advinda da burocracia (RONALDO, 2014).

2.2 Princípios constitucionais

Segundo a Constituição Federal- 1988, em seu artigo 37, a administração pública deve seguir alguns princípios constitucionais que são:

- Legalidade: Qualquer ato da gestão pública só terá validade se estiver previsto na lei.
- Impessoalidade: O gestor terá que ser impessoal e agir em favor do bem comum.
- Moralidade: Tanto os gestores como a própria Administração devem agir conforme os princípios morais e éticos.
- Publicidade: Obrigatoriedade de dar total transparência a todos os atos praticados.
- Eficiência: Impõe à administração pública o dever de prestar serviços de qualidade.

“Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades”. (Planalto, Lei nº 8.429).

Por isto deve lembrar alguns dos deveres exigidos para com os servidores públicos.

- O dever de lealdade exige do servidor maior dedicação ao serviço e o integral respeito às leis e as instituições.
- O dever de obediência impõe ao servidor o acatamento às ordens legais de seus superiores e sua fiel execução.
- Dever de conduta ética decorre do princípio constitucional da moralidade administrativa e impõem ao servidor de jamais desprezar o elemento ético de sua conduta.
- Dever de eficiência decorre do inciso LXXVIII do art. 5º da CF, acrescentado pela EC 45/2004.
- Outros deveres são comumente especificados nos estatutos, procurando adequar à conduta do servidor (MEIRELLES,2004.)

Outros deveres são comumente especificados nos estatutos, procurando adequar a conduta do servidor.

Consoante que serão estes que deverão manter a ética do servidor ou do indivíduo que irá formular os papéis ou documentos do portão, com isso será necessário que o mesmo tenha em seus princípios os anteriormente citados.

2.3 Servidores Públicos

Servidor público é a pessoa física que presta serviços ao estado, tanto para a administração direta como para as indiretas, tem vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos. O servidor público é ocupante de cargo público, mantém relação estatutária ou celetista e integra o quadro de empregados da administração direta ou indireta. (SANTIAGO, 2014).

A doutrina entende que há três tipos de servidores públicos, conforme especifica Bacchelli (2011 p.1):

1 – os servidores estatutários, ocupantes de cargos públicos providos por concurso público, de acordo com o art. 37, II, da constituição federal. São regidos por um estatuto, estabelecido em lei, para cada uma das unidades da federação. Os novos servidores, ao serem investidos no cargo, já ingressam numa situação jurídica previamente delimitada.

2 – os empregados públicos, ocupantes de emprego público, e também providos por concurso público (art. 37, II, da CF). São também chamados de funcionários públicos, e contratados sob o regime da CLT. Seus cargos são preenchidos através de concurso público e submetem-se a todos os demais preceitos constitucionais referentes à investidura, acumulação de cargos, vencimentos e determinadas garantias e obrigações previstas no Capítulo VII da constituição. O servidor público celetista subordina-se a dois sistemas, integrados e dependentes: o da administração pública e também ao sistema funcional trabalhista. O primeiro impõe regras da impessoalidade do administrador, da publicidade, da legalidade, da moralidade administrativa, da oportunidade, bem como motivação do ato administrativo. No segundo temos os contornos dos direitos e deveres mútuos na execução do contrato e dos efeitos da extinção do mesmo. A administração Pública quando contrata pela CLT, equipara-se ao empregador privado, sujeitando-se aos mesmos direitos e obrigações deste.

3 – já os servidores temporários são contratados para exercer funções temporárias, por meio de um regime jurídico especial, disciplinado em lei de cada unidade da federação. “Não é admitida a posterior admissão deste servidor para cargo efetivo sem a realização de concurso público.”

Há diversos tipos de servidores, os mais comuns são os admitidos por meio de concursos públicos, mas também temos os contratos provisórios. Os servidores passam por um determinado estágio de três anos chamado Estágio Probatório, uma espécie de teste para saber se está apto a executar as tarefas. Todo servidor público deve obedecer aos princípios constitucionais estabelecidos por lei. Cabe lembrar que é contra lei admitir servidores contratados quando passado o tempo de seu contrato.

2.4 Portal da Transparência

O Portal da Transparência do Governo Federal é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União e foi lançado em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar (BRASIL,2018).

O Governo acredita que a transparência nas contas é a melhor forma de combater a corrupção, dado que ela é mais um mecanismo indutor de que os gestores públicos ajam com responsabilidade e permite que a sociedade, com informações, colabore com o controle das ações de seus governantes, no intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam.

Neste portal é possível para o cidadão encontrar as seguintes informações:

- Informações sobre Transferências de Recursos, para estados, municípios, pessoas jurídicas, e feitas ao exterior, ou diretamente a pessoas físicas. Estão disponíveis dados de todos os recursos federais transferidos da União para estados, municípios e Distrito Federal. Pode-se consultar, por exemplo, quanto foi repassado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do Ministério da Educação para qualquer município do país ou mesmo quem são os beneficiários da Bolsa Família, quanto receberam e em que meses (recursos federais transferidos diretamente ao cidadão).
- Informações sobre Gastos Diretos do Governo Federal: contratação de obras, serviços e compras governamentais, que podem ser vistas por órgão, por ação governamental ou por favorecidos (empresas privadas ou pessoas físicas). Também detalha as diárias pagas e os gastos feitos em cartões de pagamento do Governo Federal.
- Informações diárias sobre a execução orçamentária e financeira das com dados detalhados e diariamente atualizados sobre os atos praticados pelas unidades gestoras do Poder Executivo Federal no decorrer da execução das suas despesas. O cidadão poderá saber quanto e com o que está sendo comprometido o recurso do orçamento. É possível, inclusive, conhecer a fase em que a despesa se encontra: empenho, liquidação e pagamento
- Informações sobre Receitas previstas, lançadas e realizadas pelo Governo Federal, organizadas por Órgão e por categoria das Receitas, e atualizadas diariamente.
- Informações sobre Convênios registrados no SIAFI e no SICONS firmados nos últimos anos, com descrição sucinta do objeto, datas e valores envolvidos, desde 1º de janeiro de 1996.
- Informações sobre a lista de Empresas Sancionadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas.
- Informações sobre cargo, função e situação funcional dos Servidores e agentes públicos do Poder Executivo Federal.
- Informações sobre Transparência no Governo – relação dos órgãos e entidades do Governo Federal que possuem Páginas de Transparência Pública próprias
- Informações sobre Participação e Controle Social
- Informações sobre projetos e ações no âmbito do Poder Executivo Federal, que são divulgadas pelos órgãos em suas respectivas páginas eletrônicas – Rede de Transparência.

- Páginas de Transparência de Estados e Municípios - dados de cada ente federativo, sobre transferências de recursos recebidas do governo federal e cadastro de convênios, extraídos do Portal da Transparência. (Portal da Transparência do Governo Federal. 2017).

Portanto, os cidadãos podem saber no que está sendo investido o dinheiro público. Através dele é possível acompanhar os balancetes de cada mês, saber o que cada município recebe, repassando segurança à população, quanto a investimentos, podendo se necessário, reclamar seus direitos.

2.5 Importância da Transparência

A transparência no setor público é um dos princípios que visam aperfeiçoar os mecanismos de informações dos bens públicos, tendo em vista mostrar o quanto o governo está ocupando de verbas públicas em seus projetos (NETO, 2004).

De modo geral, estas informações devem assinalar todas as atividades feitas pelos gestores, de forma que os cidadãos tenham acesso e tenham fácil entendimento daquilo que os gestores públicos estão realizando a partir do poder de representação que lhes foi assegurado (CRUZ; SILVA e SANTOS, 2009).

No campo da transparência fiscal, isto significa a possibilidade do acompanhamento claro, transparente, da execução orçamentária e das finanças públicas (NETO, 2004).

Entende-se que dar publicidade às contas públicas não significa, necessariamente, ser transparente ou ser correto. Portanto, estas informações prestadas para a população terão de serem capazes de comunicar o real sentido, de uma forma que não impliquem dúvida e nem origem enganosas como corrupção (NETO, 2004).

De acordo com alguns autores sobre o tema- transparência, algumas características devem ser destacadas como: informação livre, compreensível, de fácil acesso aos cidadãos, prestadas de forma completa e em meios de comunicação adequados. Exemplos jornais, internet, entre outros (NETO, 2004).

Além dos aspectos de governança, o acesso à informação pública, faz se eficiente para o combate à corrupção, pois permite ao cidadão conhecer e acompanhar o desempenho do estado, fazendo com que possíveis anormalidades sejam notadas, julgadas e corrigidas, proporcionando assim maior controle social sobre a Administração Pública.

2.6 Leis e artigos que asseguram a Transparência à população

Algumas legislações têm sido elaboradas bem como artigos têm sido escritos visando esclarecer e assegurar aos cidadãos o direito à transparência das contas públicas.

Khair (2000, p. 62), por exemplo, adverte que “é através da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que se estabelece maior transparência na ação governamental, por meio da ampla divulgação das prestações de contas, e especialmente pelo incentivo à participação da sociedade”.

Entre as legislações cita-se a Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF que estabelece o direito do cidadão estar a par das contas e o que está previsto na Constituição Federal no artigo 37 que trata sobre publicidade na administração pública brasileira que detalha em seu § 1º:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Já no artigo 5º da Constituição federal de 1988, têm-se os incisos que tratam especificamente e com muita clareza dos direitos de cada um em saber onde é empregado o dinheiro público.

Art. 5º da Constituição Federal, incisos XIV e XXXIII: XIV- é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao serviço profissional. XXXIII- todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da Lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Ressalta-se ainda que segundo o parágrafo único do art. 48 da LRF (2000):

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (1988).

Portanto a transparência das contas públicas está assegurada pelas leis citadas acima que proporcionam a população um acompanhamento dos investimentos feitos com dinheiro público, e assim possibilitando que os cidadãos percebam se não há corrupção por meio dos governantes. Com estes aparatos a população está segura para cobrar os seus devidos direitos e acompanhar a economia de nosso país.

3 Considerações finais

O estudo proporcionou um aprofundamento no modo de conhecer e de informar-se sobre as contas públicas, e também, demonstrou os benefícios da nova lei e do portal do governo, criado especialmente para dar publicidade e transparência- fato da maior importância no atual contexto de governabilidade no país.

Acredita-se que se a população estiver esclarecida sobre os gastos e ações públicas, ela irá conseqüentemente estar mais atenta e vigilante, assumindo sua função como cidadã.

4 REFERÊNCIAS

a) Obras citadas

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **Excelência em Gestão Pública**. Recife: Fórum Nacional de Qualidade, 2006.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública: gestão pública aplicada**. 2. ed. São Paulo-SP: Saraiva, 2010.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública: gestão pública aplicada**. 2. ed. São Paulo-SP: Saraiva, 2014.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 13. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo-SP: Atlas, 2014.

b) On-line

BACCHELLI. Artigo. Servidor público. São Paulo-SP. (2011) Disponível: <<http://www.casadosmunicipios.com.br/blog/servidor-publico-conceito-e-terminologia-segundo-professor-bacchelli/>> Acesso em 14 de maio de 2018.

BRASIL, 2017. **Portal da Transparência**. Disponível: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun 2018.

CONEGUNDES, Jucimara Souza; CARVALHO, Hamilton Andrade; MORAES, Luciana da Silva. **Contabilidade Pública: práticas de transparência governamental da**

prefeitura municipal de Barreiras – Bahia. Artigo. Barreiras-BA. (2013) Disponível: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_jucimara_documento_do_microsoft_word.pdf> Acesso em: 14 de maio de 2018.

CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa ; SILVA, Lino Martins; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. **Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros.** Artigo. Rio de Janeiro-RJ. (2011) Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/apb1542.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2018.

MARTINS, Manoel Henrique. **O que é gestão pública e administração pública.** Artigo. São Paulo – SP (2005). Disponível em: <http://gestaopublica.net/blog/o-que-e-gestao-publica/> Acesso em: 04 de out de 2018.

MEIRELLES. **Direitos e deveres dos servidores públicos.** Artigo. São Paulo – SP (2004) Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/direitos-e-deveres-dos-servidores-publicos-educacao/36802>. Acesso em: 02 de out de 2018.

NETO, Orion Augusto Platt; CRUZ, Flávio; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo. **Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira.** Artigo. Santa Catarina-SC. (2004) Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos52005/89.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2018.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; VIEIRA, Audi Luiz. **Transparência das contas públicas das universidades: um enfoque no uso da internet como instrumento de publicidade. Anais do IV Colóquio Internacional sobre Gestão universitária na América do Sul.** INPEAU. Artigo. Florianópolis, 2004. Disponível: <<http://www.redalyc.org/html/762/76200508/>> Acesso em: 19 de maio de 2018.

SANTIAGO, Emerson. **Servidor Público.** Artigo. Disponível: <<https://www.infoescola.com/direito/servidor-publico/>> Acesso em: 15 de maio de 2018.

c) Legislações

BRASIL, Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011. Dispõe sobre: **Os procedimentos a serem observados, a fim de garantir o acesso a informações.**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Princípios Constitucionais.** Constituição (1988).

BRASIL. Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre: **A lei da improbidade administrativa**

**SPED: O USO E AS VANTAGENS DE UM SISTEMA QUE FOI CRIADO PARA
AUXILIAR CONTADORES**

**SPED: EL USO Y VENTAJAS DE UN SISTEMA QUE SE CREÓ A CONTADORES
AUXILIARES**

Camila Regina da Rocha³¹

Vando Knob Hartmann³²

Luís Fernando Peixoto Wesz³³

Roberto Carlos Dalongaro³⁴

RESUMO: O presente artigo aborda o tema: Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), dando ênfase as suas vantagens, ao Programa Validador de Arquivo e como se realiza a escrituração diária. O SPED Contábil e o Fiscal, e também a Nota Fiscal eletrônica. Esse tema tem uma temática bastante abrangente, considerando que é preciso esclarecer dúvidas frequentes a respeito do uso do Sistema Público de Escrituração Digital, que atualmente é muito utilizado no meio contábil, as empresas tiveram que contratar pessoas aptas para exercer as tarefas utilizadas no SPED, o programa do governo é bastante complexo necessitando de técnicos para trabalhar com o programa. O artigo foi desenvolvido através de revisão bibliográfica confrontando citações e ideias relacionadas ao assunto de diversos autores.

PALAVRAS-CHAVE: PVA. SPED. Vantagens. Escrituração. NF-e.

RESUMEN: El presente artículo aborda el tema: Sistema Público de Escritura Digital (SPED), dando énfasis a sus ventajas, al Programa Validador de Archivo y cómo se realiza la contabilización diaria. El SPED Contable y el Fiscal, y también la factura electrónica. Este tema tiene una temática bastante amplia, considerando que hay que aclarar dudas frecuentes sobre el uso del Sistema Público de Escritura Digital, que actualmente es muy utilizado en el medio contable, las empresas tuvieron que contratar personas aptas para ejercer las tareas utilizadas en el SPED, el programa del gobierno es bastante complejo necesitando de técnicos para trabajar con el programa. El artículo fue desarrollado a través de revisión bibliográfica confrontando citas e ideas relacionadas al asunto de diversos autores.

PALABRAS CLAVE: PVA. SPED. Ventajas. Escrituración. NF-e.

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi criado em 22 de janeiro de 2007, entrou em vigor em 2008 para empresas dispostas a aderir o sistema. O SPED

³¹ Aluna do 8º Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, São Luiz Gonzaga, RS, Brasil. E-mail: camilarocha1704@hotmail.com

³² Doutorando em Administração - UNaM – Contador. E-mail: vando_hartmann@hotmail.com

³³ Doutorando em Administração – UnaM – Contador. Professor do Curso de Ciências Contábeis da URI – SLG. E-mail: l-fernando-wesz@bol.com.br

³⁴ Pós-Doutorando Em Desenvolvimento Regional – UNIJUÍ. Doutor em Administração. Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis – URI. E-mail: robertocarlosad@hotmail.com.

veio contribuir com o desenvolvimento da relação do fisco com o contribuinte, foi implantado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O SPED tem um grau de complexidade bastante grande. Esse programa tem por objetivo auxiliar contadores na escrituração diária, proporcionando a eles uma facilidade em ter acesso a informações mais antigas, para o governo ele auxilia na investigação das empresas para que as mesmas não burlem o fisco, tornando assim mais fácil a constatação de roubo e fraude. Segundo Baldini (apud Duarte; 2012) os principais objetivos do SPED são a simplificação das obrigações acessórias, combate à sonegação e integração entre autoridades fiscais.

O SPED é um programa de suma importância para o governo e para as empresas, tornando mais rápido e acessível o trabalho do contabilista.

O Sistema é dividido em quatro principais subgrupos, entre eles os que iremos abordar nesse artigo, como o SPED Contábil, o SPED Fiscal, e a Nota Fiscal eletrônica que é o mais antigo programa do Sistema, e também o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) Ambiente Nacional. Dentro desses programas existe ainda a DANFE e o DACTE.

O SPED conta com a assinatura digital que é um documento eletrônico assinado digitalmente por um terceira pessoa, que é responsável por associar uma entidade a uma chave pública.

2 Revisão da literatura

2.1 SPED Fiscal

O SPED Fiscal foi instituído pelo Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006, com as alterações introduzidas pelos Convênios ICMS nº 123/07, 13/08 e Ajuste SINIEF nº 02, de 03.04.2009.

SPED Fiscal é utilizado pelo Governo para ter um controle sobre os impostos e tributos que devem ser pagos pelas empresas, ele tem como objetivo dar informações aos responsáveis que determinada empresa está ou não fora da lei, se ela está sonegando impostos.

O objetivo do SPED Fiscal não é apenas arrecadar dinheiro com impostos, ele tem razões econômicas, como por exemplo, a economia com papel, tempo e tem uma causa justa que é a defesa do meio ambiente, pois todo o papel que era gasto para fazer a escrituração diária, hoje é substituído por um computador que tem instalado

nele um software que substitui os livros diários e razão. Para Baldini (apud Duarte p. 06, 2012):

A Escrituração Fiscal Digital (EFD ICMS/IPI) é um arquivo digital, com validade jurídica, formando um conjunto de escriturações de documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Receita Federal do Brasil, bem como registros de apuração ou impostos referentes as operações e prestações praticadas pelo contribuinte. A EFD ICMS/IPI contém:

- Livro de Registro de Entradas
- Livro de Registro de Saídas
- Livro de Registro de Inventário
- Livro Registro de apuração do IPI
- Livro Registro de apuração do ICMS
- Documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (Ciap).

A partir do uso de notas fiscais, protocolos e dados básicos da empresa a mesma deve gerar um arquivo digital para demonstrar as suas finanças, tendo assim, o governo acesso a essas informações. Conforme Filho (P. 37, 2010):

A partir de sua base de dados, a empresa deverá gerar um arquivo digital de acordo com o leiaute estabelecido em Ato pela Comissão Técnica Permanente do ICMS e IPI. Esse arquivo deverá ser submetido a importação e validação pelo programa validador fornecido.

E para Baldini (apud Duarte p.07, 2009):

O fisco poderá analisar dados contábeis, financeiros, fiscais e trabalhistas sobre qualquer tributo, e validar ou até mesmo surgir o valor a ser recolhido pela empresa, relativo a um ou mais impostos.

O SPED Fiscal serve basicamente para controlar o fisco, auxiliando o governo.

2.2 SPED Contábil

É o sistema utilizado por empresas para substituição dos livros legais por arquivos digitais.

Os livros registrados no SPED são arquivados através de uma numeração que os identifica, essa numeração independente do livro deve ser sequencial.

Todos os arquivos digitais são submetidos ao PVA (Programa Validador e Assinador) pelo SPED. Para Filho (p.36, 2010):

Por meio do PVA, deverão ser executados os seguintes passos: validação do arquivo contendo a escrituração, assinatura digital do livro pela (s) pessoa (s) que tem (têm) poder (es) para assinar, de acordo com os registros da Junta Comercial e pelo contabilista, geração dirigido à Junta Comercial de sua jurisdição. Para geração do requerimento é indispensável, exceto para a Junta Comercial de Minas Gerais, informar a identificação da documentação do preço autenticado.

A escrituração deve ser assinada por pelo menos dois signatários, a pessoa física que estiver registrada na Junta Comercial e ter autorização para isso, e o contabilista.

Após ser realizados esse passos e após os documentos assinados, e realizada a transmissão para o SPED, então será fornecido o recibo para ser impresso, contendo informações, para atos posteriores.

O livro Digital é classificado em três situações;

- Autenticação do livro;
- Indeferimento; e
- Sob exigência.

O livro colocado (sob exigência) deve ser corrigido pela empresa e novamente enviado a Junta Comercial, não havendo nova cobrança de taxa de autenticação. Após o livro ser gerado e validado pela junta comercial, o livro fica impedido de retificação. Segundo Young (p.27, 2009):

A partir do dia 14.07.2009, os livros digitais enviados para o SPED podem ser substituídos (retificados), desde que não estejam em uma das seguintes etapas: em análise (pela Junta Comercial), autenticado ou substituído.

Todo documento enviado a Junta deve ser feito uma cópia do arquivo de requerimento e do recibo de entrega, para que a empresa tenha uma cópia sempre em mãos. O documento registrado no SPED deve ser salvo em pelo menos dois arquivos fundamentais: o livro digital e de autenticação.

O SPED Contábil auxilia o contador além da escrituração no acesso rápido das informações que são fornecidos ao sistema diariamente.

Todas as informações contidas no programa são de acesso nacional, conforme Young (p.28, 2009) o programa manterá os registros dos eventos de acesso, pelo prazo de 6 anos, contendo no mínimo:

- Identificação do usuário;
- Autoridade certificadora emissora do certificado digital;
- Número de série do certificado digital;

- Data e hora da operação; e
- Tipo de operação realizada (acesso integral ou parcial).

2.3 Nota Fiscal eletrônica

A NF-e (Nota Fiscal eletrônica) é um documento emitido e armazenado eletronicamente, que tem por objetivo documentar prestações e operações diárias da empresa, exemplo: compra e venda de mercadorias. Ela tem valor judicial, e para sua confirmação deve conter a assinatura digital do emitente e autorização do uso pelo órgão competente. O mesmo é considerado o mais antigo programa do SPED.

Após a geração da NF-e, a Secretaria da Fazenda poderá monitorar as etapas de circulação, proporcionando segurança e rapidez.

Dentro do programa da NF-e, existe a DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), que é uma representação simplificada da mesma, pode ser utilizado para prestação de contas junto ao Tribunal de Contas.

É dever das empresas possuir a nota fiscal eletrônica, determinado pelo protocolo do ICMS.

Uma NF-e pode conter até 990 itens, e 500 kbites de tamanho de arquivo “XML”. Já a DANFE pode usar quantas folhas forem necessárias para discriminar os produtos.

2.4 Conhecimento de Transporte Eletrônico – (CT-e)

O CT-e é um documento digital, com objetivo de documentar, a prestação de serviço de transporte de carga por qualquer meio de transporte. Possui validade jurídica após ser assinado, recepcionado e autorizado pelo Fisco.

O Conhecimento de transporte pretende substituir 100% o conhecimento adotado até então pelas transportadoras.

Esse arquivo deve ser transmitido ao SEFAZ para realizar a validação do serviço, que deverá devolver um protocolo de recebimento, que servirá de Autorização de Uso, sem a mesma não poderá haver transporte de carga e nem prestação de serviço de transporte.

Para realizar o transporte de carga deve ser impresso um Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte de Cargas Eletrônico (DACTE), que conterà a chave de acesso para consulta do CT-e na internet que captura e a confirmação de informações do CT-e pelos Postos Fiscais de Fronteira e demais Estados.

3 Metodologia

O desenvolvimento deste estudo fundamenta-se na revisão bibliográfica. Por meio da abordagem qualitativa das referências pesquisadas, procurou-se desencadear fatos históricos, relações e interpretações acerca da temática abordada.

Argumenta-se que pesquisa qualitativa e seus métodos de coleta e análise de dados são apropriados para uma fase exploratória da pesquisa. A pesquisa qualitativa também é apropriada para a avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa, ou plano, e também quando se trata de relatar uma evolução histórica de determinado tema e construir considerações críticas sobre o seu aspecto evolutivo (ROESCH, 2015).

A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, monografias, revistas científicas, e sites especializados com a temática em destaque. Com os dados e informações obtidas realizou-se as considerações críticas, buscando produzir sua adequada interpretação e desdobramentos relacionados a evolução e contribuições do tema estudado.

4 Análise e discussões sobre o SPED

4.1 O SPED e a Gestão da Informação

O gerenciamento das informações depende do grau de evolução e do porte da empresa. Quanto maior for a empresa, a forma de gerenciar a informação é mais profissional e se dá muito valor a isso. Com o uso do SPED as empresas tiveram que se preparam melhor, gerenciar melhor as informações corporativas para que isso ocorra é necessário que os invistão em tecnologia quanto em novos processos para tornar a informação mais qualificada e assim, poder tomar decisões que sejam melhores para a empresa.

É oportuno ressaltar que o SPED, por meio do Projeto de NF-e, tem contribuído para a melhoria no uso de recursos da TI nas organizações, promovendo um avanço.

Relação entre SPED e GI, com a implantação do SPED exige-se maior responsabilidade por parte dos usuários ao incluir os dados ao sistema. Por sua vez, a base de dados torna-se mais completa e estruturada. Por outro lado, são necessárias mudanças nos processos e no tratamento das informações fiscais e contábeis, novos processos de controle e gestão são implantados. Essas mudanças alteram a cultura da organização e pode causar transtornos no início, mas, ao

mesmo tempo, pode representar uma oportunidade para a empresa modernizar seu SI.

As principais vantagens proporcionadas pelo sistema SPED para as empresas são: redução de custos (impressão, armazenamento dos livros) e dos entraves burocráticos, benefícios da certificação digital, a assinatura digital dá garantia do envio dos arquivos a RFB, integração entre as diversas áreas e processos gerenciais com o contábil, aumento na confiabilidade da nota fiscal, rapidez ao acesso das informações, aumento na qualidade do fluxo das informações, aumento da confiabilidade e otimização das informações devido a integração de dados e processos em um único sistema, transparência nas informações, fisco e empresas estão mais próximos, atuando juntos, necessidade de ter uma TI organizada na empresa, redução de fraudes e erros, padronização, sincronização, consistência e racionalização de dados e informações.

Vantagens ao fisco: auditoria e fiscalização mais eficiente e eficaz, aumento da arrecadação, combate a sonegação, compartilhamento das informações, fortalecimento do controle e da fiscalização, possibilidade de cruzamento eletrônico de informações, integração dos fiscos federal, estadual e municipal. Há um avanço tecnológico e moderno para a administração pública brasileira, assim como o SPED padroniza o processo de informações que as empresas repassam ao governo.

As desvantagens mencionadas para as empresas são: risco de vazamento das informações, segurança do sistema a panes, custo de adaptação dos usuários, custo de implantação: custo alto para as empresas para ajustar-se ao SPED, com gastos com assessoria em TI e fiscal, mudanças no *lay-out* dos ERPs da empresa para adequar-se a exigência e padrão do fisco, inclusive à linguagem XML, a fim de minimizar conflitos de informação. Longo tempo de mudança e adaptação dos SI e pessoas na empresa ao SPED.

Apesar da demanda de pessoal envolvido e inicialmente ser oneroso para as empresas se adequarem as novas exigências do fisco, esse projeto não traz apenas ônus, mas possibilita as empresas obterem maiores controles sobre seus processos internos. Existe uma maior confiança nas informações geradas pelo sistema, melhorando com isso tomada de decisões através de uma melhora nos controles gerenciais.

Um dos principais pontos problemáticos do SPED está relacionado com a insuficiência de critérios balizadores para o compartilhamento de informações, uma

vez que não está clara a forma pela quais os diversos órgãos fiscais acessarão os dados compartilhados no sistema.

O SPED exige das empresas transparência, que a médio e longo prazo pode garantir maior qualidade nas informações financeiras e possibilidade de gerenciar a empresa com mais precisão. A curto prazo é ruim devido ao ônus financeiro de adaptação e adoção e o ônus cultural. Há necessidade de mudança de processos e tratamento das informações fiscais e contábeis dentro dos sistemas de origem, um maior rigor com os dados imputados pelas corporações em seus sistemas, pois esses devem apresentar confiabilidade e consistência.

Pequenas e médias empresas devem sentir mais o impacto, porque normalmente elas têm SI mais rudimentares. Com o SPED terão que investir pesadamente em tecnologia e o custo disto será alto para essas categorias de empresas. Os profissionais contábeis têm a necessidade de atualizar-se tanto na sua área quanto na área de TI.

Necessidade de mudança nos processos da empresa, pois possibilita maiores controles e torna a informação mais confiável, mais qualificada, integração entre as diversas áreas da empresa. A relação contribuinte-governo ficou mais transparente, com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica as informações são fornecidas em tempo real.

4.2 Análise Geral dos Resultados

A informação deve atender a alguns atributos que são essenciais como a tempestividade e a confiabilidade (Freitas et al., 1997). Tais atributos são citados pelos entrevistados como uma vantagem no que diz respeito ao SPED, pois este projeto torna a informação mais acessível e confiável.

Destaca-se como vantagem a diminuição no custo com impressão das notas fiscais e livros, corroborando com Padoveze (2002), que salientou que é incongruente automatizar processos de uma empresa e continuar mantendo arquivos físicos. Ainda, diversas mudanças pelas quais as empresas estão passando para aprimorar seus SI a fim de atender ao SPED (adaptação/capacitação dos funcionários, adaptação de sistemas e alteração de processos), confirma também com Padoveze (2002), quando se refere que um SI não é apenas o software e a tecnologia utilizada, mas também recursos humanos e financeiros.

Diversas são as relações de uma empresa com o mundo externo mediante

troca de informações. Entre elas está a relação Empresa-Governo, conforme Foina (2006). Com a implantação do SPED essa relação com o Fisco tornou-se ainda maior, pois há um número elevado de informações são disponibilizadas continuamente.

Finalmente, pelo fato de o SPED ser um tema recente, há poucas pesquisas e os materiais disponibilizados têm um viés ou de consultoria ou do agente arrecadador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todo o estudo para realização do artigo, é possível perceber que o Sistema Público de Escrituração Digital é um programa com vários subitens que vem auxiliando o contador diariamente com dados atualizados e com bastante agilidade dos mesmos.

Tendo em vista a necessidade de apurar dados com bastante rapidez, em uma realidade que a cada minuto perdido na busca de arquivos é uma perda em dinheiro e minutos a menos no prazo de entrega dos documentos necessários. O SPED vem para facilitar o trabalho do contador. Para que o mesmo possa realizar outras atividades no período de tempo em que ele perderia procurando arquivos e realizando o cálculo para o Imposto de Renda.

O SPED também traz benefícios para as empresas que vinham realizando planejamento tributário o SPED sendo um aliado; aquelas que estavam mais abertas ao uso da TI sente menos os efeitos da implementação e mudanças necessárias. Contudo, isto pode ser um fator competitivo frente aquelas empresas que atuam na informalidade ou estão defasadas no uso de SIs.

O sistema traz também mecanismos de armazenamento por maior tempo e menor risco de perdas e extravios, do que os livros realizados em papel. Sendo o SPED um arquivo digital onde todo o território nacional tem acesso, facilita a fiscalização pelos órgãos públicos quanto o pagamento dos impostos devidos, e auxilia as empresas dando maior exatidão nos números apurados, auxiliando o contabilista a dar informações mais precisas e ágeis sobre a situação empresarial.

REFERÊNCIAS

BALDINI, Alfredo. **Sistema Público de Escrituração Digital SPED FISCAL – Vantagens e importância.** Pesquisado em

<<http://semanaacademica.org.br/artigo/sistema-publico-de-escrituracao-digital-sped-fiscal-vantagens-e-importancia>> acesso em 23 de maio de 2015.

FIESP, CIESP, **Sistema Público de Escrituração Digital e Nota Fiscal Eletrônica ESPED - NF-e**. Pesquisado em http://www.escriital.com.br/pdf/cartilha-duvidas_sped.pdf acesso em 13 de maio de 2017.

FILHO, Arthur Nardon, **Da escrituração manual ao SPED: A relação do Fisco com as empresas**. Ed. Evangraf: 2010.

FREITAS, Henrique *et al.* **Informação e decisão: Sistemas de apoio e seu impacto**. Porto Alegre: Ortiz, 1997.

FOINA, Paulo Rogério. **Tecnologia de Informação: Planejamento e Gestão**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

YOUNG, Lúcia Helena Briski, **SPED Sistema Público de Escrituração Digital**. Pesquisado em <https://www.jurua.com.br/bv/conteudo.asp?id=21260&pag=19> acesso em 14 de maio de 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: estágios, tcc, dissertações e estudos de caso**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OS INDICADORES DE INADIMPLÊNCIA NAS REGIÕES BRASILEIRAS

Roberto Carlos Dalongaro³⁵

Alceu de Oliveira Lopes³⁶

Yasmin Burin³⁷

Celena Camargo da Cunha³⁸

Gyane Borges³⁹



Este artigo foi premiado no grupo de trabalho, sendo publicado na Revista Interdisciplinar Contabilidade, Administração e Direito – RICADI – ISSN 2526-1851, publicada em dezembro de 2018.

³⁵ Pós-Doutorando em desenvolvimento regional pelo PPGDR-UNIJUI. Doutor em Administração. Mestre em Gestão Estratégica das organizações. Professor dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: robertocarlosad@hotmail.com

³⁶ Mestre em Engenharia da Produção. Professor do curso de Administração da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: alceulopes17@hotmail.com

³⁷ Graduada em Administração pela URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: yasmimburin@outlook.com

³⁸ Acadêmica do curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: celenaccunha-13@hotmail.com

³⁹ Graduada em Administração pela URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: gyborgesf@gmail.com

A HISTÓRIA E AS REPERCUSSÕES DO TRIBUTO ICMS NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

THE HISTORY AND THE IMPACT OF THE ICMS TRIBUTE IN BRAZIL AND RIO GRANDE DO SUL

Celena Camargo da Cunha⁴⁰

Aline Machado da Rosa⁴¹

Roberto Carlos⁴²

Resumo: A presente pesquisa discorre sobre o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Aborda-se o conceito de tributos definido internacionalmente e um breve histórico dos tributos no Brasil. Apresentar-se-á a quem compete as obrigações de criar, alterar, arrecadar e fiscalizar os tributos na esfera governamental. O que prevê a Constituição de 1988, a Lei Complementar referente ao tributo ICMS, e demais especificações do tributo em questão como fato gerador, incidência, alíquota entre outros, impactos do tributo sobre as receitas e custos das empresas e de que forma os resultados obtidos pela arrecadação deste tributo vêm impactando especificamente no Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Tributo. ICMS. Empresas. Estado. Arrecadação.

Abstract: The present research deals with the ICMS (Tax on Circulation of Goods and Services). It addresses the concept of internationally defined taxes and a brief history of taxes in Brazil. It will be presented to those who are responsible for the creation, alteration, collection and monitoring of taxes in the governmental sphere. The provisions of the 1988 Constitution, the Complementary Law related to ICMS tax, and other specifications of the tax in question as a taxable event, incidence, rate, among others, impacts of the tax on company revenues and costs and how the results obtained by the collection of this tribute have been impacting specifically in the State of Rio Grande do Sul.

Keywords: Tribute. ICMS. Companies. State. Collection.

1 Introdução

O impacto dos tributos acarreta uma sobrecarga de impostos para os consumidores brasileiros, sendo esse evento macroeconômico um grande mecanismo de arrecadação para a máquina pública. A qual gere as suas receitas oriunda de impostos arrecadados dos contribuintes ativos.

⁴⁰ Graduanda em Direito – URI – São Luiz Gonzaga. E-mail. celenaccunha-13@hotmail.com

⁴¹ Graduanda em Ciências Contábeis – URI – São Luiz Gonzaga. E-mail. aline_machado_r@hotmail.com

⁴² Pós-Doutorando em Desenvolvimento Regional – UNIJUI. Doutor em Administração – UNAM – Argentina. Professor da Universidade Regional Integrada URI. E-mail. robertocarlosad@hotmail.com

Com isso, este trabalho vem fazer uma revisão no tributo ICMS (Imposto sob a circulação de mercadorias e serviços). Com o objetivo de discutir um pouco sobre a história e as repercussões do ICMS na vida do contribuinte ao longo dos tempos.

2 Revisão da Literatura

2.1 Conceito de tributo

Segundo o art. 3º do Código Tributário Nacional (CTN), tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa e plenamente vinculada. Prestação pecuniária, pois, é uma contribuição em dinheiro a qual alguém está obrigado. Compulsório significa que seu pagamento é obrigatório, no caso dos tributos o contribuinte é obrigado ao pagamento pelo poder coercitivo (coagente) do Estado.

A obrigatoriedade do pagamento do tributo nasce da prática de um ato lícito, por exemplo, a multa por infração fiscal é considerada sanção pela prática de ato ilícito, por tanto, não é tributo, e estes, somente podem ser instituídos ou alterados por meio de lei válida e eficaz. Cabe à administração pública efetuar a cobrança de tributos, agindo na forma e nos limites fixados em lei. (Rezende et al, pag. 46)

Os tributos podem ser classificados a partir da arrecadação que geram, da competência do ente público para os instituir, do tipo de riqueza alcançada e assim por diante. A classificação mais comumente utilizada é a que os agrupa nas seguintes espécies: impostos, taxas, contribuições de melhorias, contribuições e empréstimos compulsórios. (Machado Segundo, pag. 43)

O art. 16 do CTN diz que, o imposto, espécie de tributo que está sendo analisada neste trabalho a partir do ICMS, tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Isto quer dizer que o imposto é derivado de atividade prática, por parte do contribuinte, de fato que gere obrigação do pagamento de imposto, como obtenção de renda, ser proprietário de imóveis, veículos, comercializar mercadorias ou serviços, realizar importações etc.

2.2 Histórico de tributos no Brasil

Segundo Rezende et al (pag. 20), compreender a história dos tributos propicia uma melhor compreensão da nossa própria história, pois possibilita uma análise dos principais fatores sociais, econômicos, religiosos e culturais. Estudar os tributos nos

permite compreender melhor estes relacionamentos passados e a construção de como estamos e por que conduzimos os fatos hoje.

Foi durante o período denominado Brasil Colonial (1500–1822) que surgiram os primeiros tributos brasileiros, e o primeiro da história brasileira foi o Quinto, tributo pago pelos concessionários que realizavam a exploração do pau-brasil, primeira atividade econômica deste período. O Quinto consistia na quinta parte do produto da venda desta madeira e teve por base a legislação portuguesa.

Ainda durante o período Colonial houve criação de novos tributos, a Coroa Portuguesa criava e cobrava taxas e impostos conforme as mais diversas necessidades, alguns deles eram: pagamento pela concessão para exploração do comércio de pau-brasil, especiarias e drogas, que eram monopólio da Coroa Portuguesa; direitos das alfândegas reais, relativos a mercadorias importadas e exportadas ou naufragadas que davam à costa, que, em geral, ficava em torno de 10% do seu valor; quintos dos metais e pedras preciosas; dízima do pescado e das colheitas de todos os produtos da terra, colhidos ou fabricados.

A grande fonte de arrecadação era a cobrança de tarifas alfandegárias, principalmente sobre escravos, açúcar, couro e tabaco. Os propósitos de tais taxas iam desde contratação de mercenários para expulsão de invasores, até taxas para custear casamentos da família real.

A tributação do comércio de escravos teve diversas mudanças durante o período colonial brasileiro, e para cada escravo que entrava nas colônias portuguesas cobravam-se tributos: pela entrada do escravo na Colônia; pela mudança de atividade do escravo na Colônia; taxa adicional, com propósitos diversos, dentre eles um fundo para promover a colonização branca. Até o final do período colonial brasileiro ainda houve a criação de diversos outros tributos.

Com a chegada do período Brasil Imperial (1822-1889) de início observou-se poucas mudanças em relação aos tributos, e foi um período marcado por muitas revoluções, a maioria delas motivadas pelos altos impostos cobrados pela monarquia. Ainda neste período acontece a primeira reforma tributária, com a extinção de alguns tributos e a definição das receitas arrecadadas que cabiam a cada instância de governo (governo-geral, das províncias e dos municípios).

No chamado Brasil Republicado, que teve início em 1889, havia uma extrema autonomia estadual, cada Estado da federação tinha o poder de estabelecer sua própria política fiscal. Neste período, mais especificamente em 1922, foi criado um

importante imposto, o Imposto de Renda, que só começou a ser cobrado efetivamente em 1924. Foi um período em que as formas de tributação se tornaram mais complexas, em resposta às mudanças na economia, que passava pelo mesmo processo. Havia grande incentivo às indústrias e para auxílio foram criadas nesta época regras tributárias de incentivo e que facilitavam a importação de máquinas e dificultavam a importação de produtos prontos. Inaugurou-se a chamada política de isenções fiscais, visando principalmente benefícios fiscais às montadoras de automóveis, para que estas se instalassem no país.

2.3 LEI complementar 87/1996 “LEI KANDIR”

A Constituição Federal, no seu art. 155, II, atribui aos Estados e ao Distrito Federal competência para instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. Trata-se do ICMS, o tributo de maior arrecadação no Brasil.

Temos hoje duas Leis Complementares à Constituição que tratam do ICMS em âmbito nacional: Lei Complementar n. 24/1975 (LC n. 24/1975) e Lei Complementar n. 87/1996 (LC n. 87/1996). A primeira, LC24/1975, embora tenha sido sancionada antes mesmo da última promulgação da atual Constituição (1988), permanece em vigor e especialmente na parte que trata da celebração de convênios entre Estados e Distrito Federal para deliberar acerca de concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais. A segunda, LC87/1996, dispõe sobre o ICMS, exceto no que diz respeito a celebração de convênios, encargo da lei descrita anteriormente. (RIBEIRO, 2014, pag. 104)

A Lei Complementar n. 87/1996 é também conhecida por Lei Kandir, é ela que regulamenta e aponta por exemplo em quais mercadorias e serviços há ou não a incidência do ICMS, define quem são os contribuintes, fato gerador para surgimento da obrigação compulsória e a base de cálculo para o imposto.

2.4 Especificidades do ICMS

É um tributo de função fiscal, ou seja, visa apenas a arrecadação de receita aos Estados e Distrito Federal.

São considerados fatos geradores e situações em que pode haver incidência deste tributo:

- Operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;
- Prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;
- Prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;
- Fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual;
- Sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade;
- Sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;
- Sobre a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente.

A base de cálculo do imposto é o valor da operação relativa à circulação de mercadoria, ou o preço do serviço respectivo.

A definição da percentagem de alíquota fica a cargo dos Estados e Distrito Federal.

Conforme o art. 4º da LC 87/1996, contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. Pode ser considerado contribuinte também, pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial importe mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja a finalidade, seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação tenha iniciado no exterior, que adquira em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados, entre outras situações.

Outros aspectos como imunidade, não incidência, isenção, não-cumulatividade podem ser melhor verificados na própria legislação.

3 Metodologia

O desenvolvimento deste estudo fundamenta-se na revisão bibliográfica. Por meio da abordagem qualitativa das referências pesquisadas, procurou-se desencadear fatos históricos, relações e interpretações acerca da temática abordada.

Argumenta-se que pesquisa qualitativa e seus métodos de coleta e análise de dados são apropriados para uma fase exploratória da pesquisa. A pesquisa qualitativa também é apropriada para a avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa, ou plano, e também quando se trata de relatar uma evolução histórica de determinado tema e construir considerações críticas sobre o seu aspecto evolutivo (ROESCH, 2015).

A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, monografias, revistas científicas, e sites especializados com a temática em destaque. Com os dados e informações obtidas realizou-se as considerações críticas, buscando produzir sua adequada interpretação e desdobramentos relacionados a evolução e contribuições do tema estudado.

4 Discussões sobre a temática tributária

4.1 Impactos do tributo no resultado das empresas

A carga tributária é extremamente elevada nos dias atuais, as empresas apresentam consideráveis custos operacionais em função do passivo tributário gerado na comercialização dos seus produtos, com isso, muitas organizações ficam com o seu capital de giro reduzido para novos investimentos, e como consequência muitas vezes perdem a competitividade no mercado ao qual estão inseridas.

4.2 IMPACTOS DO ICMS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O estado do Rio Grande do Sul detém uma das alíquotas mais elevadas de ICMS do território nacional, muitas empresas de médio e grande porte deixam de investir e gerar riquezas no RS em função de um ICMS elevado, o qual impacta no custo operacional das empresas.

Com isso, a parte social fica desfavorecida, porque a geração de novos empregos fica inibida em função de investimentos não circularem no RS, pelo fato de

que a alíquota de ICMS é alta, ocasionando uma falta de atratividade para investir na ampliação de negócios no respectivo estado.

5 Considerações Finais

Novas política de gestão tributária deveria ser repensada por parte de governos e legisladores estaduais no RS. Pois, existem pesquisas que mostram que a elevação de uma alíquota tributária pode gerar queda de arrecadação quando fica acima de um determinado patamar, e com isso, os investidores recuam e não ariscam fazer aporte de recursos em um estado que proporciona poucos incentivos tributários, e também um alto custo nas operações comerciais.

Por outro lado, se a alíquota do ICMS reduzir ficando mais atrativas para os investidores, mais empresas passariam a abrir novas unidades de negócio no Rio Grande do Sul, e com isso, seriam mais empresas gerando receita com impostos, como também gerando mais postos de trabalho com emprego e renda para a população gaúcha.

REFERÊNCIAS

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL: Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm. Acessado em 08/10/2018.

LEI COMPLEMENTAR 87/1996: Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp87.htm. Acessado em 08/10/2018.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REZENDE, A. J., PEREIRA, C. A., ALENCAR, R. C. **Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: estágios, tcc, dissertações e estudos de caso**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: MÉTODO QUE EVOLUI
CONSTANTEMENTE NAS EMPRESAS**

**ANALYSIS OF ACCOUNTING STATEMENTS: EVOLUTS CONSTANTLY IN
COMPANIES**

Thainara Aparecida Correa Mello⁴³

Resumo: A aplicação de sistemas que auxiliam o gerenciamento e análise da evolução nas empresas através de índices, são hoje, de suma importância para uma boa gestão. Através da Análise das Demonstrações contábeis podemos identificar ou comparar a variação de uma conta ou grupo dentro dos períodos de tempo de forma a apresentar sua evolução do período e indicar sua tendência. É através desse método que se obtém informações detalhadas de extrema relevância para a identificação econômico-financeira da empresa em todas as suas áreas, possibilitando assim, aumentar com eficiência o desempenho da sua gestão internamente e externamente perante seus concorrentes. Este trabalho tem como objetivo mostrar a grande relevância dos indicadores para a tomada de decisão, apresentar os tipos de liquidez, índices, e outros pontos essenciais para a consolidação do trabalho. Para tanto, este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a Análise das Demonstrações Contábeis e acerca do tema abordado. O presente artigo detalha também a grande importância da consolidação dos conceitos deste método para reforçar a construção do conhecimento voltado à gestão dentro das empresas.

Palavras-chave: Análise. Gestão. Liquidez. Demonstrações

Abstract: The application of systems that help the management and analysis of the evolution in the companies, are today, of paramount importance for a good management. Through the Analysis of the Financial Statements we can identify or compare the variation of an account or group within the time periods in order to present its evolution of the time and indicate its tendency. It is through this method that we obtain detailed information of extreme relevance for the economic-financial identification of the company in all its areas, thus, to efficiently increase the performance of its management internally, and externally to its competitors. This paper aims to show the great relevance of the indicators for the decision making, to present the types of liquidity, indexes, and other key points. Therefore, this article presents a bibliographic review on the Analysis of Financial Statements and on the topic addressed. This article details the great importance of consolidating the concepts of this method to reinforce the construction of management knowledge within companies.

Keywords: Analyze. Management. Liquidity. Demos

1 Introdução

Com o passar dos meses as empresas tendem a ter grande preocupação com

⁴³ Thainara Aparecida Correa Mello. Universidade do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus São Luiz, contato_tacm@outlook.com

a sua evolução de um período para outro, a vista que, através de análises podem ser identificados fatores relevantes para seu desenvolvimento e seu crescimento perante seus clientes, acionistas, cooperados, funcionários, e a sociedade em geral.

Nos dias de hoje o método de Análise das Demonstrações Contábeis são de grande importância, uma vez que, a rapidez das informações precisam ser cada vez mais eficazes e consistentes. Baseando-se nas empresas de grande, médio ou até mesmo de pequeno porte, verifica-se o melhoramento e desenvolvimento através da Análise das Demonstrações com o objetivo de alcançar seus resultados e buscar excelência de mercado e produtividade em seu ramo de negócio.

Segundo Ludícibus (2013, p. 5):

Análise de Balanços é mais que uma simples técnica a ser aplicada, é a “arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso.

Com isso, muito se fala sobre a transparência e a liquidez dessas informações, e a qualidade com que as mesmas são repassadas para os interessados. Segundo Ludícibus e Marion (1999, p.53), consiste em:

(...) fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade. Esse conceito assemelha-se ao objetivo da Contabilidade citado na Deliberação CVM n.º 29, de 05.02.1986.

Dessa forma o presente trabalho tem como objetivo principal expor os principais conceitos de análises e suas características, bem como seus objetivos e métodos. Vamos ainda apresentar fórmulas e verificar os tipos de liquidez que tem uma empresa, verificando assim de que maneira as informações podem auxiliar a sua gestão na tomada de decisão.

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, mostrando os principais aspectos relacionados ao tema apresentado, assim, a problemática de estudo levanta o seguinte questionamento: De que forma a Análise das Demonstrações Contábeis pode ser útil para uma empresa?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Análise das demonstrações contábeis

Segundo ALVES, S. G., & DA SILVA, I. A. (2011): As Demonstrações

Contábeis são relatórios em que mostram a situação da empresa em determinado momento, com o intuito de fornecer informações a respeito da situação em que a empresa se encontra.

Segundo Marion (2012b), o relatório contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade com o objetivo de relatar aos usuários os principais fatos registrados pela contabilidade em determinado período. Marion (2006,p.26) considera a contabilidade como:

Um instrumento pelo qual ajuda a administração de uma empresa nas tomadas de decisões, avaliando e analisando todos os dados econômicos da organização a partir de relatórios. As demonstrações contábeis se caracterizam como os próprios relatórios ou sumários que evidenciam os aspectos econômicos e ou patrimoniais.

As principais demonstrações contábeis têm por finalidade realizar um balanço patrimonial, caracterizando assim os bens e também a posição financeira de uma determinada organização. A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um tipo de demonstração que evidencia os lucros e ou prejuízos em um tempo de exercício pré-determinado, comparando assim despesas, receitas e outras atividades econômico-financeiras do período. (BRUNI E FAMÁ, 2006, p.77).

Silva (2001, p.71) acrescenta que as Demonstrações Contábeis se constituem como um meio de comunicação, um canal pelo qual a empresa apresenta informações e dados aos diferentes usuários internos e externos, caracterizando assim transparência em suas operações, atingindo assim uma dimensão que transpassa o contexto fiscal e compreende a dimensão ética. Segundo o autor uma empresa consciente de suas funções para com seus fornecedores, clientes, acionistas, investidores e funcionários têm estabelecido informações cada vez mais precisas de sua real funcionalidade

3. índices de liquidez

Marion (2002, p. 36) argumenta que os índices são:

[...] relações que se estabelecem entre duas grandezas; facilitam sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais mais significativa (relevante) que a observação de montantes, por si só.

[...] entretanto, que o analista deverá tomar uma série de precauções quanto a interpretação dos índices.

Muitas vezes, podem dar falsa imagem de uma situação.

Gitman (2010, p. 51) dispõe que “a liquidez de uma empresa é medida em termos de sua capacidade de saldar suas obrigações de curto prazo à medida que se tornam devidas”. Então, podemos compreender que a Liquidez de uma empresa está diretamente baseada na capacidade da empresa liquidar em dia as suas obrigações.

Para Silva (2008, p. 283):

[...] a liquidez decorre da capacidade de a empresa ser lucrativa, da administração de seu ciclo financeiro e de suas decisões estratégicas de investimento e financiamento.

Perez Junio e Begali (2009) consideram os índices de liquidez como os principais indicadores por demonstrarem a situação da empresa e a capacidade de pagamento de suas obrigações. Para uma análise inteligente e efetiva, é necessário verificar índices de vários períodos de tempo, para assim, verificar se houve melhora significativa ou não no resultado. Conforme os conceitos acima, podemos verificar que o analista necessita tomar cuidado ao analisar e interpretar os índices, pois pode ser apresentado um resultado distorcido da real situação.

3.1 Liquidez Geral

O índice de Liquidez Geral indica quanto a empresa possui em dinheiro e tudo que converterá, para liquidar suas dívidas a curto e longo prazo (MARION, 2012a).

$$LG = \frac{\text{ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}}$$

Este índice demonstra quanto a empresa possui de ativos realizáveis a curto e longo prazo para cada R\$1,00 de dívida. Se o quociente for maior que 1, indica que a empresa opera com capital de giro próprio, se menor que 1, o capital de giro é de terceiros (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2009). De acordo com Iudícibus (2013), através deste índice pode-se verificar a saúde financeira da empresa de longo prazo, no que se refere à liquidez. Segundo Assaf Neto (2012) e Silva (2008), através do índice de liquidez geral é possível identificar se empresa conseguiria pagar suas dívidas com suas disponibilidades mais seus realizáveis, caso a empresa pare suas atividades naquela data. Perez e Begali (2009) ressaltam a importância de conhecer os prazos de vencimento tanto das obrigações quanto dos direitos, pois é possível que mesmo com

índice favorável, as obrigações vençam em um prazo menor que os direitos, o que pode trazer dificuldade para a empresa liquidar as dívidas.

3.2 Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente é o mais comum entre todos os tipos de índices de liquidez. De acordo com Marion (2012a), este índice demonstra a capacidade da empresa para pagar suas dívidas de curto prazo, calculado através da fórmula:

$$LC = \frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}}$$

Esse índice nos mostra quanto a empresa tem de direitos para cada R\$1,00 a curto prazo. Segundo ASSAF NETO (2012, p. 177), “quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade de a empresa financiar suas necessidades de capital de giro”.SILVA (2008) defende que o índice de liquidez corrente de uma empresa deve ser comparado entre empresas do mesmo porte, mesma atividade e mesma região geográfica, pois ele sozinho não demonstra se a situação da empresa é boa ou não.FERREIRA (2010) complementa que para se obter um índice ideal, é necessária a análise do ciclo operacional da empresa.

3.3 Liquidez Seca

O índice de Liquidez Seca mostra se a empresa tem condições de cumprir suas obrigações a curto prazo sem depender do seu estoque, ou seja, sem depender das suas vendas futuras. Mostra o quanto a empresa possui em disponibilidades e duplicatas a receber para cada R\$1,00 devido a curto prazo (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2009).

Iudícibus (2013, p. 96) ressalta que “esta é uma variante muito adequada para se avaliar conservadoramente a situação da liquidez da empresa. Eliminando-se os estoques do numerador, estamos eliminando uma fonte de incerteza”.

Para Marion (2012a) e Gitman (2010), embora um índice de liquidez seca a partir de 1,0 seja considerado bom, o valor aceitável depende do setor da empresa analisada. Se a empresa converter o estoque em caixa em pouco tempo, o índice de liquidez corrente é mais indicado. Empresas onde o investimento em estoque é elevado e a maioria das suas vendas é a vista, um índice baixo não significa uma situação financeira ruim.

3.4 Liquidez Imediata

Mostra quanto a empresa tem para cumprir suas obrigações com terceiros a curto prazo de pagamento, logo, esse índice é utilizado apenas das disponibilidades, como banco, caixa e aplicações financeiras, quanto maior, melhor. É dado pela fórmula:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4. Índices de Rentabilidade

Os índices de Rentabilidade, ou indicadores de Rentabilidade servem para apresentar a capacidade econômica da empresa, Segundo Assaf Neto (2009, p. 228), “esses indicadores têm por objetivo avaliar os resultados auferidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros que melhor revelam suas dimensões. ”O embasamento adotado para comparar o estudo dos resultados empresariais são o ativo total, o patrimônio líquido e as receitas de vendas (ASSAF NETO, 2009). Seguindo a mesma ideia, Wernke (2008), afirma:

Os quocientes da “rentabilidade” objetivam demonstrar o retorno proporcionado pelos investimentos realizados na empresa. Destarte, ao avaliar a rentabilidade os investidores terão condições de decidir se vale a pena manter o empreendimento, se é interessante economicamente aplicar mais capital no negócio ou se a companhia está proporcionando retorno inferior a outras oportunidades de investimento disponíveis.

4.1 Retorno Sobre O Ativo (Roa)

O ROA significa a “taxa de retorno gerado pelas aplicações realizadas por uma empresa em seus ativos. Indica o retorno gerado por cada \$ 1,00 investido pela empresa” (ASSAF NETO, 2008, p. 229). Logo, é calculado da seguinte forma:

$$\text{ROA} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

O autor (2009) afirma que o lucro operacional se trata do resultado da empresa antes das despesas financeiras, ou seja, “é o resultado gerado exclusivamente pelas decisões de ativos” (ASSAF NETO, 2009). E, que por critério de decisão, o retorno sobre o ativo (ROA), pode ser “interpretado como custo financeiro máximo que uma empresa poderia incorrer em suas captações de fundos” (p. 229).

WERNKE (2008, p.281), define ROA como “o indicador que evidencia o retorno

conseguido com o dinheiro aplicado pela empresa em ativos num determinado período”. O uso do ROA pode proporcionar alguns benefícios segundo Wernke (2008, p. 284-285), os quais são:

A identificação de como a margem do lucro aumenta ou se deteriora; a possibilidade de medir a eficiência dos ativos permanentes em produzir vendas; possibilidade de avaliar a gestão do capital de giro por intermédio de indicadores mensurados em dias; faculta o estabelecimento de medidas que aferem a habilidade do gestor para controlar custos e despesas em função do volume de vendas; propicia a comparação das medidas de eficiência citadas anteriormente e estabelece o patamar máximo de custo de captação de recursos que a empresa pode suportar.

4.2 Retorno Sobre O Investimento (Roi)

Para ASSAF NETO (2009), o ROI “é uma alternativa ao uso do ROA para avaliar o retorno produzido pelo total dos recursos aplicados por acionistas e credores nos negócios.” De acordo com WERNKE (2008): “o interesse por este indicador deve-se ao fato de que este combina fatores de lucratividade (como receitas, custos e investimentos) e os transforma em taxa percentual.”

O capital investido é composto pelos recursos (passivos) onerosos (dívidas da empresa que produzem juros) captados pela mesma junto a credores, e os recursos próprios aplicados por seus proprietários (acionistas), cujos valores são registrados em contas do Patrimônio Líquido (ASSAF NETO, 2009). No que concerne ao cálculo do ROI, não há um consenso a respeito dos fatores que devem ser considerados para a determinação do ROI (WERNKE, 2008).

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro operacional (antes do Imposto de Renda)}}{\text{Investimento Médio (Passivos Onerosos + PL)}}$$

Onde para encontrar o investimento médio calcula-se:

$$\text{Investimento} = \text{Ativo Total} - \text{Passivo de Funcionamento}$$

ou

$$\text{Passivo Oneroso} + \text{Patrimônio Líquido}$$

4.3 Retorno Sobre O Patrimônio Líquido (Roe)

Segundo Wernke (2008, p.267), “o ROE evidencia o retorno do capital próprio (PL) aplicado na empresa.” Ou seja, os acionistas são os que mais se interessam em acompanhar o desempenho desse indicador, uma vez que este se trata do

retorno do investimento que foi feito, analisando se foi superior às outras alternativas ou se ultrapassou as taxas de rendimento do mercado financeiro (WERNKE,2008).

Já para Assaf Neto (2009), o ROE trata-se da mensuração do retorno que a empresa tem dos recursos aplicados por seus proprietários (acionistas), ou seja, para cada \$ 1,00 de recursos próprios (patrimônio líquido) investido na empresa, quanto os acionistas embolsam de retorno.

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$$

Segundo Assaf Neto (2009, p. 231), “deve ser comparado sempre com a taxa de retorno mínima exigida pelo acionista”. Por isso, para tornar-se atraente, “todo o investimento deve oferecer uma rentabilidade pelo menos igual à taxa de oportunidade”

5. Principais elementos das demonstrações contábeis

Marion (2009 p. 159) afirma que os principais elementos das demonstrações contábeis são: Ativo - É um recurso controlado pela entidade como resultados de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade. Passivo - É uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos. Patrimônio Líquido – É o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Receitas - São aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada ou aumento de ativos ou diminuição de passivos que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade. Despesas – São decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída ou redução de ativos ou incrementos em passivos, que resultam em decréscimos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de distribuição de resultado ou de capital aos proprietários da entidade.

6. Análise Vertical E Horizontal

Segundo a Tese de doutorado CONTÁBEIS: A análise horizontal esclarece como está ocorrendo a evolução de cada conta ou conjunto de contas das demonstrações contábeis com o passar do tempo, ou seja, analisa uma conta

especifica em diferentes exercícios sociais, podendo assim, verificar como esta conta em questão está evoluindo de um ano para o outro, além de identificar certas tendências. Por sua vez, a análise vertical verifica a evolução de todas as contas contidas nas demonstrações contábeis de um determinado exercício social, através do estabelecimento de um padrão para que ocorra esta comparação. Isto ocorre da seguinte maneira, uma conta do demonstrativo é tida como base de comparação, então todas as demais são avaliadas em termos de evolução quando equiparadas àquela considerada valor padrão. (UFPA Faculdade de Ciências Contábeis - FACICON ADC – Análise das Demonstrações Contábeis).

Araújo e Neto (2010, p.225), ponderam que “apesar da existência de métodos e critérios bastante sofisticados de análise financeira de balanços, o uso da análise horizontal e vertical e construção de índices financeiros constituem-se nas técnicas mais empregadas”. Objetivo da Análise horizontal segundo Araújo e Neto (2010), é conhecer a evolução dos balanços e resultados da empresa nos últimos anos e tornar a análise financeira mais dinâmica, revelando o desempenho e as tendências da empresa.

7. Demonstrações Contábeis Lojas Renner

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Quadro 01



	2016	AV	2015	AV	AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	894.881	13,82%	737.527	12,58%	121,34%
Contas a receber de clientes	2.209.271	34,12%	2.119.836	36,15%	104,22%
Estoques	782.266	12,08%	622.534	10,62%	125,66%
Impostos a recuperar	135.841	2,10%	87.630	1,49%	155,02%
Instrumentos financeiros derivativos	366	0,01%	99.469	1,70%	0,37%
Outras contas a receber	56.654	0,87%	48.879	0,83%	115,91%
Despesas antecipadas	6.198	0,10%	5.336	0,09%	116,15%
Total do ativo circulante	4.085.477	63,09%	3.721.211	63,46%	109,79%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Total do realizável a longo prazo	244.376	3,77%	176.446	3,01%	138,50%
Investimentos	46	0,00%	63	0,00%	73,02%
Imobilizado	1.645.069	25,41%	1.544.202	26,33%	106,53%
Intangível	500.244	7,73%	421.797	7,19%	118,60%
Total do ativo não circulante	2.389.735	36,91%	2.142.508	36,54%	111,54%
TOTAL DO ATIVO	6.475.212	100,00%	5.863.719	100,00%	110,43%

Passivo					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	615.384	9,50%	317.346	5,41%	193,92%

Financiamentos - operações serviços financeiros	378.266	5,84%	380.914	6,50%	99,30%
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	2.521	0,04%	8.329	0,14%	30,27%
Fornecedores	679.721	10,50%	553.453	9,44%	122,81%
Impostos e contribuições a recolher	404.760	6,25%	342.976	5,85%	118,01%
Salários e encargos sociais	179.470	2,77%	174.704	2,98%	102,73%
Aluguéis a pagar	55.608	0,86%	51.152	0,87%	108,71%
Obrigações estatutárias	156.679	2,42%	147.858	2,52%	105,97%
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	33.656	0,52%	29.866	0,51%	112,69%
Obrigações com administradoras de cartões	291.891	4,51%	241.086	4,11%	121,07%
Instrumentos financeiros derivativos	57.530	0,89%	2.601	0,04%	2211,84%
Outras obrigações	62.265	0,96%	68.842	1,17%	90,45%
Total do passivo circulante	2.917.751	45,06%	2.319.127	39,55%	125,81%
Não circulante					
Total do passivo não circulante	920.665	14,22%	1.233.696	21,04%	74,63%
Total do passivo	3.838.416	59,28%	3.552.823	60,59%	108,04%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.178.368	18,20%	1.136.124	19,38%	103,72%
Ações em tesouraria	-19.021	-0,29%	-6.016	-0,10%	316,17%
Reservas de capital	298.289	4,61%	272.291	4,64%	109,55%
Reservas de lucros	1.216.985	18,79%	844.271	14,40%	144,15%
Ajustes de avaliação patrimonial	-37.825	-0,58%	64.226	1,10%	-58,89%
Total do patrimônio líquido	2.636.796	40,72%	2.310.896	39,41%	114,10%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.475.212	100,00%	5.863.719	100,00%	110,43%

FONTE: Demonstrações Lojas Renner e modificações pelos autores (PORTO, Lucas Ribeiro)

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016/2015

Quadro 02

	2016	AV	2015	AV	AH
Receita operacional líquida	6.451.578	100,00%	6.145.198	100,00%	104,99%
Receita líquida com vendas de mercadorias	5.721.757	88,69%	5.450.852	88,70%	104,97%
Receita líquida com produtos e serviços financeiros	729.821	11,31%	694.346	11,30%	105,11%
Custos das vendas	-2.575.083	-39,91%	-2.511.352	-40,87%	102,54%
Custos das vendas de mercadorias	-2.536.630	-39,32%	-2.466.180	-40,13%	102,86%
Custos dos produtos e serviços financeiros	-38.453	-0,60%	-45.172	-0,74%	85,13%
Lucro bruto	3.876.495	60,09%	3.633.846	59,13%	106,68%
(Despesas) outras receitas operacionais					
Vendas	-1.547.462	-23,99%	-1.389.728	-22,61%	111,35%
Administrativas e gerais	-521.149	-8,08%	-469.389	-7,64%	111,03%
Perdas em crédito, líquidas	-262.203	-4,06%	-281.141	-4,57%	93,26%
Outros resultados operacionais	-569.991	-8,83%	-560.335	-9,12%	101,72%
Resultado de equivalência patrimonial	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Despesas operacionais, líquidas	-2.900.805	-44,96%	-2.700.593	-43,95%	107,41%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	975.690	15,12%	933.253	15,19%	104,55%
Receitas financeiras	87.472	1,36%	93.853	1,53%	93,20%
Despesas financeiras	-190.782	-2,96%	-198.439	-3,23%	96,14%
Resultado financeiro, líquido	-103.310	-1,60%	-104.586	-1,70%	98,78%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	872.380	13,52%	828.667	13,48%	105,28%
Corrente	-253.651	-3,93%	-275.069	-4,48%	92,21%
Diferido	6.329	0,10%	25.240	0,41%	25,08%
Imposto de renda e contribuição social, líquidos	-247.322	-3,83%	-249.829	-4,07%	99,00%
Lucro líquido do exercício	625.058	9,69%	578.838	9,42%	107,98%
Lucro líquido por ação - Básico R\$	0,9742	0,00%	0,9066	0,00%	107,46%
Lucro líquido por ação - Diluído R\$	0,9661	0,00%	0,9038	0,00%	106,89%
Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares)	643.551	-	640.041	-	100,55%

FONTE: Demonstrações Lojas Renner e modificações pelos autores (PORTO, Lucas Ribeiro)

Segundo Porto: da análise horizontal do balanço patrimonial das Lojas Renner pode-se extrair como informação relevante como o aumento de 55% dos impostos a recuperar (AC), aumento de 21,34% do das disponibilidades financeiras (AC), aumento de 93,92% dos empréstimos, financiamentos e debêntures passivos (PC), aumento de 69,08% do arrendamento mercantil financeiro a pagar (PE), aumento das reservas de lucros em 44,15%. Estas mudanças indicam, de modo geral um avanço da dívida de curto prazo que, por conseguinte está sendo aplicada em bens e direitos de curto prazo, visto que as alterações em aplicações de longo prazo foram menos relevantes. O aumento da reserva de lucros pode indicar que o lucro não foi

distribuído possivelmente para não afetar o fluxo de caixa da empresa naquele período (PORTO).

8. Metodologia

Argumenta-se que pesquisa qualitativa e seus métodos de coleta e análise de dados são apropriados para uma fase exploratória da pesquisa. A pesquisa qualitativa também é apropriada para a avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa, ou plano, e também quando se trata de relatar uma evolução histórica de determinado tema e construir considerações críticas sobre o seu aspecto evolutivo (ROESCH, 2015) A pesquisa bibliográfica, conforme explica Marconi e Lakatos (1999, p. 73):

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografia, teses, material cartográfico etc. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito [...]

Abordaram-se no aporte teórico conceitos sobre finanças, demonstrações financeiras, aprofundando-se especificamente no índice de rentabilidade. Logo, a pesquisa foi teórica por ter havido um estudo das teorias e empírica, por ter codificado o lado mensurável da realidade. (PRESTES, 2008, p. 25). Quanto aos objetivos, foi do tipo exploratória, devido a obtenção de mais informações sobre o assunto investigado, e descritiva, por ter feito uso da observação, registro, análise, classificação e interpretação dos fatos (PRESTES,2008). E, quanto aos procedimentos, foi uma pesquisa do tipo bibliográfica, pois, como afirma o autor (2008, p. 26), “a pesquisa bibliográfica é aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material gráfico, sonoro ou informatizado”.

4. Considerações

Os resultados obtidos através dos índices apresentados são de extrema importância para a tomada de decisão em uma empresa, é através deles que o analista sabe os caminhos a serem tomados, evidenciar o que é possível mensurar relevantes indicadores econômico-financeiros e dessa forma extrair informações seguras e concretas, assim, proporcionar uma visão geral do desempenho e

desenvolvimento da instituição a ser analisada. Esse trabalho expôs uma apresentação de todos os tipos de liquidez e seus conceitos, com a finalidade de mostrar que existem vários métodos capazes de diagnosticar a situação econômica e financeira da empresa. Nesse contexto, com a realização do presente estudo, é possível constatar através dos cálculos, posterior, análise dos Índices se a empresa apresenta uma situação favorável ao se avaliar sua capacidade de saldar suas obrigações de curto prazo e a longo prazo. Este trabalho foi realizado em nível introdutório, com o intuito de ressaltar a importância da utilização dos índices econômico-financeiros como um suporte para conduzir a empresa na tomada de decisão. Diante de todas as mudanças no mundo, principalmente, mudanças financeiras, é importante que se tenha um certo cuidado por parte do analista perante sua empresa, todos devem estar atentos e engajados na implementação de estratégias que visam o alcance de objetivos e do crescimento organizacional podendo assim obter informações a respeito da situação em que a empresa se encontra com relação ao mercado e não somente informações internas.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Adriana M. **Procópio de Aprendendo Contabilidade**. Ribeirão Preto SP: Inside Books, 2010.

ALVES, S. G., & DA SILVA, I. A. (2011). **Análise das demonstrações contábeis como ferramenta gerencial para auxílio no processo de tomada de decisão**. Anais-Seminário de Iniciação Científica de Ciências Contábeis, 2.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Curso de Administração Financeira**. – São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Aprendendo Contabilidade** – Ribeirão Preto SP, 2010.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **A Contabilidade Empresária**. Volume 3 Série Desvendando as Finanças. SP: Editora Atlas, 2006

CONTÁBEIS, c. d. c. **análise das demonstrações contábeis** (doctoral dissertation, instituto de ciências sociais). Universidade Federal do Pará – UFPA Faculdade de Ciências Contábeis - FACICON ADC – Análise das Demonstrações Contábeis

FERREIRA, Ricardo José. **Análise das demonstrações contábeis: teoria e questões comentadas conforme a Lei nº 11.941 (antiga MP nº 449/08)**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012 (a).

_____. **Contabilidade básica**. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 2º ed. São Paulo: 2002.

_____. **Analise das Demonstrações Contábeis**. 2º ed. São Paulo: 2009.

_____. **Introdução à teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antônio. **Elaboração e Análise das demonstrações contábeis**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 3.ed., 1. Reimp. – São Paulo: Editora Rêspel, 2008

PORTO, Lucas Ribeiro, and Sara Alexssandra Gusmão Franca. "**Análise das demonstrações contábeis**."

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Análise financeira das empresas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

WERNKE, Rodney. **Gestão Financeira: Ênfase em Aplicações e Casos Nacionais**/ Rodney Wernke. - Rio de Janeiro: Saraiva, 2008.

1.6 Direito

1.70 Direito e a Cidadania como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade

Avaliadores:

**Cristiane Menna Barreto Azambuja, Juliana Bedin Grandó, Larissa
Nunes Cavalheiro**

O DEVER DO ADVOGADO: UM ESTUDO COMPARADO DO TEXTO DE RUI BARBOSA E DAS NORMATIVAS ATUAIS

THE LAWYER'S DUTY: A STUDY COMPARED TO RUI BARBOSA'S TEXT AND CURRENT REGULATIONS

Ariane Vargas Padilha⁴⁴

Cristiane Menna Barreto Azambuja⁴⁵

Resumo: Todo início de ano a história repete-se. Milhares de jovens chegam aos bancos universitários com a mente repleta de expectativas, dúvidas e sonhos. No Curso de Direito, dentre os tantos questionamentos que permeiam o ideário dos jovens acadêmicos, alguns deles são constantes, são eles: “Vou ter que defender assassinos?”, “Um estuprador merece defesa?”, “Sou obrigado a defender todos que vierem me procurar, ainda que não concorde com o que o acusado está alegando?”. A partir dessas perguntas, surge o interesse pela presente pesquisa. Qual, afinal, é o dever do advogado? Para executar a tarefa, será utilizada uma pesquisa de tipo bibliográfica e o método de procedimento será o histórico e, depois, o comparativo. Isso porque um estudo comparado será realizado sobre o dever do advogado, levando em conta, de um lado, a obra “O dever do advogado”, de Rui Barbosa, publicada por vez primeira em 1921 (ainda que tenha sido redigida em 1911) e, de outro lado, as normativas presentes na Constituição Federal e, principalmente, no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e no Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil. Os resultados e as conclusões encontradas com o estudo dizem respeito à relevância de conhecer tais textos e, mais do que isso, compreender o papel e o dever do advogado para a concretização do Estado Democrático de Direito e da justiça.

Palavras-chave: Dever do advogado. Direito comparado. Rui Barbosa. Estatuto da Advocacia e da OAB. Código de Ética da OAB.

Abstract: Every beginning of the year, history repeats itself. Thousands of young people arrive at university banks with their minds full of expectations, doubts and dreams. In the Law Course, among the many questions that permeate the ideas of young academics, some of them are constant, they are: "I will have to defend murderers?", "A rapist deserves defense?", "I am obliged to defend all who come, even though I do not agree with what the accused is claiming?" From these questions, the interest for this research arises. Which, after all, is the lawyer's duty? To perform the task, a bibliographic search will be used and the procedure method will be the history and then the comparative. This is because a comparative study will be carried out on the duty of the lawyer, taking into account, on the one hand, the work "The duty of the lawyer", by Rui Barbosa, published for the first time in 1921 (although it was written in

⁴⁴ Acadêmica do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. Bolsista do programa PIIC/URI. Integrante do grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. arianevpadilha@gmail.com

⁴⁵ Mestra em Direito pela UFRGS. Especialista em Direito Público pela PUCRS. Graduada em Direito pela UNIFRA. Coordenadora e Professora do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. Integrante do grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br

1911) and , on the other hand, the norms present in the Federal Constitution and, mainly, in the Statute of Advocacy and of the Order of Brazilian Lawyers and in the Code of Ethics and Discipline of the Order of Brazilian Lawyers. The results and conclusions of the study concern the relevance of knowing these texts and, more than that, understanding the role and duty of the lawyer for the realization of the Democratic State of Law and justice.

Keywords: Duty of the lawyer. Comparative law. Rui Barbosa. Statute of the Advocacy and of the OAB. OAB Code of Ethics.

1 Introdução

Um dos questionamentos que costuma acompanhar os acadêmicos do Curso de Direito, sobretudo nos primeiros semestres, é se o advogado tem o dever ou não de defender acusados, que, ao que tudo indica, são culpados. Ou mais, acusados que já se sabe são verdadeiramente culpados.

Nesse sentido, são frequentes perguntas como: “Vou ter que defender assassinos?”, “Um estuprador merece defesa?”, “Sou obrigado a defender todos que vierem me procurar, ainda que não concorde com o que o acusado está alegando?”.

Ao buscar a resposta para tais questões, um estudo acerca do dever do advogado foi efetuado. Para tanto, partiu-se da análise da obra “O dever do advogado”, de Rui Barbosa e chegou-se aos dias atuais e ao estudo da Constituição Federal, do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

Em 20 de outubro de 1911, Rui Barbosa recebeu uma carta enviada por Evaristo de Moraes (a carta foi datada de dois dias antes). Na ocasião, Evaristo consultou Rui se deveria ou não proceder a defesa de um acusado. Em 26 de outubro de 1911, Rui Barbosa, ao responder a carta, ofereceu aos profissionais do direito um dos maiores exemplos de ética e moral na defesa criminal, proporcionando, naquele momento, a base das normativas que iriam prever os deveres do advogado anos depois.

Nos dias de hoje, as normas que definem o dever do advogado estão positivadas na Constituição Federal, no Estatuto da Advocacia e da OAB e no Código de Ética e Disciplina da OAB.

Com esse trabalho, pretende-se fazer um estudo comparado sobre o dever do advogado, levando em conta a resposta redigida por Rui Barbosa (e publicada, por vez primeira, em 1921) e as normativas dos dias atuais. O tipo de pesquisa será o bibliográfico e o método de procedimento será o histórico seguido do comparativo.

Registre-se, por fim, que a presente pesquisa integra o programa PIIC/URI, tendo tido seu início no último dia 1º de agosto.

2. O dever do advogado, por Rui Barbosa⁴⁶

O caso que levou Evaristo a realizar uma consulta a Rui Barbosa foi um homicídio passional. Na oportunidade, o médico José Mendes Tavares, então acusado, teria orquestrado a morte do capitão Luís Lopes da Cruz, haja vista que sua esposa tinha lhe traído com o capitão e, por fim, lhe deixado (BARBOSA, 2002).

A imprensa, por sua vez, condenou expressamente Tavares. Em inúmeras reportagens, narrou a história trágica do crime, dissecando a vida dos protagonistas. Dentre as publicações, ressaltou a indefensabilidade de certas causas criminais, consideradas hediondas. As reportagens repercutiram na sociedade do Rio de Janeiro, gerando grande repulsa na população, que considerou Tavares culpado pelo crime e, inclusive, entendiam desnecessária a realização de um julgamento (BARBOSA, 2002).

Além da passionalidade, uma questão de ordem política também permeou o crime e o interesse da imprensa no caso. À época, estava em vigor uma disputa eleitoral. Os candidatos dividiam o país entre o credo militar e o civilista. De um lado, o candidato dos militares e do governo era Marechal Hermes da Fonseca, defensor da aristocracia. De outro lado, o candidato civilista era Rui Barbosa, cuja a campanha tinha por objetivo que a ordem social se baseasse na norma jurídica (BARBOSA, 2002).

Ocorre que, mal tinham terminado as eleições e Tavares, um dos apoiadores do candidato eleito Marechal Hermes da Fonseca, encontrava-se acusado de um crime (BARBOSA, 2002).

A carta a Rui foi escrita com o objetivo de abrandar o dilema de consciência de Evaristo, que considerava o chefe do civilismo o mestre em sua profissão. Evaristo foi procurado por Tavares, velho amigo de escola, para lhe representar contra as acusações de assassinato. Contudo, estava duvidoso, pois não sabia se deveria prosseguir com a defesa do acusado (BARBOSA, 2002).

Os companheiros militantes de Tavares negaram-lhe ajuda. Evaristo, por sua vez, era um apoiador da campanha civilista de Rui Barbosa, participando ativamente de

⁴⁶ O nome de Rui Barbosa é passível de duas grafias: Ruy ou Rui. Na certidão de nascimento, consta o nome Ruy com a letra “y”. Entretanto, conforme depreende-se do Formulário Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor, os nomes das pessoas falecidas devem respeitar a ortografia. Isso não impede que usem a grafia antiga. Em última análise, trata-se de uma decisão de caráter pessoal. De qualquer modo, em respeito às Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, de 12 de agosto de 1943 e à Lei nº 5.765/1971, que aprova alterações na ortografia da língua portuguesa, a Fundação Casa de Rui Barbosa passou a grafar com “i” o nome de seu patrono e também orienta todos os que a consultam a fazer o mesmo. (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA). Dessa forma, neste trabalho, em respeito à decisão da Fundação Casa Rui Barbosa, a grafia do nome de Rui será utilizada com a letra “i”.

seus comícios. Os companheiros civilistas de Evaristo não aceitavam que ele fosse advogado de Tavares, sendo este do partido contrário (BARBOSA, 2002).

Além da questão passional e política, Evaristo ainda afirmou, quando da carta, possuir com ele evidências que poderiam inocentar Tavares (BARBOSA, 2002).

Diante de todo esse contexto, no final da carta a Rui Barbosa, Evaristo levantou a questão: “Devo, por ser o acusado nosso adversário, desistir da defesa iniciada? Prosseguindo nela, sem a menor quebra dos laços que me prendem à bandeira do civilismo, cometo uma incorreção partidária?” (BARBOSA, 2002, p.31).

A carta repostada de Rui chegou como um presente para Evaristo que, no dia, comemorava seu aniversário (BARBOSA, 2002).

Em um primeiro ponto, Rui Barbosa apresentou o civilismo, seu foco principal. Defendeu a justiça, a ordem jurídica e a constituição acima do governo da espada. Depois, conceituou o papel fundamental da defesa. Asseverou que por mais odioso que fosse o crime, cabe à defesa ser a voz dos direitos legais do acusado. Nesse sentido, alegou que um caso criminal tende a repercutir fortemente na sociedade, trazendo exaltações fervorosas de indignação e, nesta hora, a voz dos direitos deve se fazer mais alta, pois estas exaltações podem tornar-se perigosas para a ordem jurídica, quando na sua impaciência fazem pouco caso dos ritos que são necessários para se concretizar a justiça. Finalizou dizendo que todos estão protegidos pela lei e tem o direito de ser representado por um advogado, garantindo um julgamento justo, que siga a ordem processual com imparcialidade e equidade (BARBOSA, 2002).

Rui sabia da dificuldade que Evaristo viria a passar se continuasse no caso, sobretudo a impopularidade nacional. Mas, em contraponto, tinha convicção de que ele estaria honrando a profissão, quando tantos outros negaram o amparo legal a Tavares. Para Rui, em matéria criminal, não havia causa indigna de defesa e, se Evaristo desistisse do caso, estaria traindo as leis da advocacia (BARBOSA, 2002).

Assim, Rui vai apresentando casos criminais abomináveis, em que, por mais execráveis que fossem, não faltou o patrocínio de um advogado. Isso porque, sem a presença do operante do direito, é como se estivesse se condenado o réu antes mesmo do julgamento. É indispensável para o sistema processual que o julgamento contenha acusação e a defesa, bem como todos os elementos necessários para uma análise justa e imparcial (BARBOSA, 2002).

Evaristo prosseguiu com o caso. As palavras do mestre serenaram suas dúvidas. Ao longo do processo, as provas que alegavam a culpabilidade de Tavares se

provaram inverídicas. Evaristo comprovou a inocência de Tavares em três júris sucessivos, demonstrando que ele não podia ter praticado o crime, apresentando provas que o capitão era quem perseguia Tavares e, por fim, que as testemunhas não eram confiáveis (BARBOSA, 2002).

3. O dever do advogado, na legislação dos dias atuais

O caso criminal que levou Evaristo a consultar Rui Barbosa levantou questões a respeito do dever do advogado, que antes não se encontravam positivadas claramente no ordenamento jurídico brasileiro. Atualmente, normas jurídicas estão presentes na Constituição Federal, no Estatuto da Advocacia e da OAB e no Código de Ética e Disciplina da OAB.

A Constituição Federal, no seu art. 133, contempla que “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

Possível depreender desse dispositivo legal que o advogado exerce uma função social, um múnus público, pois ele, como operador do direito, é quem garante que se figure a justiça, o direito de defesa e o devido processo legal. Para além disso, ele representa o cidadão, sendo a voz dos seus direitos. Dessa forma, é indispensável para o Estado Democrático de Direito (CAPUTO, 2013).

Assim, para que, no exercício da profissão, o advogado aja em consonância com a Magna Carta, foi elaborada uma legislação que contemplasse a função social do advogado.

O Estatuto da Advocacia e da OAB foi instituído em 4 de julho de 1994, vindo a regulamentar a atividade da advocacia, os direitos dos advogados, entre outras disposições. Nesse escopo, a legislação tem entre seus objetivos o de que os advogados, no exercício da profissão, atuem eticamente e garantam a prevalência da justiça e da ordem jurídica.

O capítulo VII trata da ética do advogado e, em seu art. 31, refere que:

Art. 31 - O advogado deve proceder de forma que o torne merecedor de respeito e que contribua para o prestígio da classe e da advocacia.

§ 1º O advogado, no exercício da profissão, deve manter independência em qualquer circunstância.

§ 2º Nenhum receio de desagradar a magistrado ou a qualquer autoridade, nem de incorrer em impopularidade, deve deter o advogado no exercício da profissão.

O *caput* do dispositivo legal manifesta como o operador do direito deve se portar para contribuir com o prestígio da classe e da advocacia. Lembre-se que, na carta resposta de Rui, ele refere que o papel que Evaristo estaria desempenhando honraria a profissão.

O advogado deve portar-se eticamente no desempenho de suas funções, nas relações com os clientes e, também, com as demais pessoas que, no decorrer de seu dia, vier a encontrar. Pode-se perguntar, então, qual a necessidade dessa regra de conduta estar normatizada no estatuto. Agir com respeito e de forma ética é regra comum a todos. A resposta está no fato do advogado exercer uma função social. Isso, por si só, lhe exige um padrão de honestidade, que não pode ser somente uma regra de senso comum, a ser seguida ou não. Necessário se faz que tal regra de conduta seja obrigatoriamente observada. Em função disso que, em sendo normatizada, a regra torna-se obrigatória e o desrespeito dela pode, inclusive, acarretar sanções (PIOVEZ; FREITAS, 2015).

Na sequência, o §1º do mesmo dispositivo de lei traz em seu bojo a independência funcional. Essa independência, aqui, desdobra-se no sentido de ter autonomia e liberdade. Isso porque o advogado tem liberdade para exercer sua função, seguindo a ordem processual, mas com as suas próprias convicções (PIOVEZ; FREITAS, 2015).

Já o §2º do dispositivo legal apresenta a questão do receio de impopularidade ou de desagradar autoridade. Cuida-se, vale rememorar, de um dos focos da consulta feita por Evaristo a Rui Barbosa.

É provável que, ao longo da carreira jurídica, o advogado venha a deparar-se com o caso de um cliente, que de algum modo lhe provoque receio de impopularidade. Pode-se cogitar, a título de exemplo, a defesa de um assassino ou mesmo de um estelionatário. Também é possível que o advogado encontre em sua frente uma autoridade e, por isso, venha a temer pelo fato de contrariar sua opinião. Imagine-se, neste peculiar, por exemplo, a figura de um magistrado ou outra autoridade. No entanto, ainda assim, é preciso coragem para prosseguir e superar obstáculos, lembrando sempre que o magistrado não é um superior hierárquico do advogado. Portanto, o temor reverencial não se justifica (PIOVEZ; FREITAS, 2015).

Dando prosseguimento à análise do estatuto, relevante citar, também, o seu art. 33, que apresenta a relação entre a advocacia, a ética e a moral.

Art. 33 - O advogado obriga-se a cumprir rigorosamente os deveres consignados no Código de Ética e Disciplina.

Parágrafo único. O Código de Ética e Disciplina regula os deveres do advogado para com a comunidade, o cliente, o outro profissional e, ainda, a publicidade, a recusa do patrocínio, o dever de assistência jurídica, o dever geral de urbanidade e os respectivos procedimentos disciplinares.

O advogado deve ater-se ao anteriormente exposto e, do mesmo modo, ao Código de Ética e Disciplina, que será apresentado a seguir. No parágrafo único do citado dispositivo de lei, constam as matérias que o Código de Ética e Disciplina regulamenta. Entre elas, o dever do advogado para com o cliente, a recusa do patrocínio e o dever de assistência jurídica, todas também presentes no texto de Rui Barbosa.

O Código de Ética e Disciplina da OAB, publicado em 2015, visa regulamentar a conduta dos advogados no exercício da profissão, por meio de normas com conteúdo ético, fundadas em princípios fundamentais de natureza deontológica, para serem empregadas na moral individual, na vida social e profissional do operador do direito.

Logo na abertura do Código encontra-se o preâmbulo, que apresenta os princípios para o exercício da advocacia, entre eles: lutar pela justiça, pugnar pelo cumprimento da Constituição, fazer com que o ordenamento jurídico seja interpretado com retidão, ser fiel à verdade, ser leal e agir de boa fé em suas relações profissionais, empenhar-se na defesa das causas ao seu patrocínio, portar-se com independência, defendendo todos de maneira igual, exercer a advocacia com profissionalismo, aprimorar-se no cultivo dos princípios éticos, agir com dignidade e correção dos profissionais que horam o seu ofício e a sua classe, dentre outros (CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB, 2015).

O art. 2º do Código de Ética e Disciplina dispõe sobre o papel do advogado e sobre os seus deveres para com o Estado, a sociedade, seus clientes e seus colegas de profissão.

Art. 2º - O advogado, indispensável à administração da Justiça, é defensor do Estado democrático de Direito, dos direitos humanos e garantias fundamentais, da cidadania, da moralidade, da Justiça e da paz social, cumprindo-lhe exercer o seu ministério em consonância com a sua elevada função pública e com os valores que lhe são inerentes.

Parágrafo único. São deveres do advogado:

I - Preservar, em sua conduta, a honra, a nobreza e a dignidade da profissão, zelando pelo caráter de essencialidade e indispensabilidade da advocacia;

II - Atuar com destemor, independência, honestidade, decoro, veracidade, lealdade, dignidade e boa-fé;

III - velar por sua reputação pessoal e profissional;

IV - empenhar-se, permanentemente, no aperfeiçoamento pessoal e profissional;

- V - contribuir para o aprimoramento das instituições, do Direito e das leis;
- VI - estimular, a qualquer tempo, a conciliação e a mediação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios;
- VII - desaconselhar lides temerárias, a partir de um juízo preliminar de viabilidade jurídica;
- VIII - abster-se de:
 - a) utilizar de influência indevida, em seu benefício ou do cliente;
 - b) vincular seu nome a empreendimentos sabidamente escusos;
 - c) emprestar concurso aos que atentem contra a ética, a moral, a honestidade e a dignidade da pessoa humana;
 - d) entender-se diretamente com a parte adversa que tenha patrono constituído, sem o assentimento deste;
 - e) ingressar ou atuar em pleitos administrativos ou judiciais perante autoridades com as quais tenha vínculos negociais ou familiares;
 - f) contratar honorários advocatícios em valores aviltantes.
- IX - pugnar pela solução dos problemas da cidadania e pela efetivação dos direitos individuais, coletivos e difusos;
- X - adotar conduta consentânea com o papel de elemento indispensável à administração da Justiça;
- XI - cumprir os encargos assumidos no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil ou na representação da classe;
- XII - zelar pelos valores institucionais da OAB e da advocacia;
- XIII - ater-se, quando no exercício da função de defensor público, à defesa dos necessitados.

O *caput* define o papel do advogado como um elemento essencial para a concretização da justiça. O parágrafo único traz os deveres do advogado, denotando como o advogado deve portar-se em seu meio social e profissional.

O capítulo III cuida das relações com o cliente e, seu art. 23, enfoca, mais uma vez, questão que foi abordada no texto de Rui Barbosa.

Art. 23 - É direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado.
Parágrafo único. Não há causa criminal indigna de defesa, cumprindo ao advogado agir, como defensor, no sentido de que a todos seja concedido tratamento condizente com a dignidade da pessoa humana, sob a égide das garantias constitucionais.

O advogado possui o dever de, caso assuma o patrocínio de uma causa, não pensar na culpabilidade do acusado. Nesse sentido, precisa ser técnico, visando o cumprimento da ordem jurídica e processual. Isso porque o Estado Democrático de Direito somente concretiza-se quando todos os elementos estão presentes para sua efetivação e um desses elementos é justamente o direito que todos os cidadãos possuem de ter o patrocínio de um advogado, não importando a matéria do crime (MARTINS, 2001).

O parágrafo único trata da questão da existência ou não de causas criminais indefensáveis. A resposta gera controvérsias, devido a existência de fatores emocionais. É plausível, por exemplo, que a indefensabilidade seja fundamentada na indignação da

sociedade, sobretudo quando exposta a um crime violento, um estupro, um homicídio, ou mesmo um atropelamento. Sabe-se que casos como estes sempre chocam a população, que se solidariza com a família da vítima. Como consequência, é difícil ver o lado da norma jurídica, das garantias fundamentais e do Estatuto de Ética e Disciplina, que, para manter a o Estado Democrático de Direito, entende como necessário o direito de defesa.

O advogado, via de regra, aparece apenas como o defensor de um criminoso, mas, em verdade, ele está realizando uma função vital, honrando a sua profissão e garantindo o cumprimento dos direitos fundamentais do cidadão, que define a obrigatoriedade do operante do direito nas causas criminais, haja vista que sem a presença deste o processo judicial seria nulo e o acusado sairia livre. Mais que isto, o papel do advogado é fundamental mesmo com provas irrefutáveis da autoria do crime, já que, diante disso, ele ainda pode zelar para que seja atribuída uma pena justa ao réu (MARTINS, 2001).

Isso posto, tem-se que as legislações referentes ao dever do advogado são essenciais para que, no exercício da profissão, o advogado se atenha aos princípios éticos e morais, que são indispensáveis para a consolidação do Estado Democrático de Direito e para a aplicação da justiça.

5 Considerações Finais

Dado o exposto, possível notar que as palavras de Rui, patrono da advocacia, são de extrema importância, principalmente para quem embarca na jornada de cinco anos para se tornar um bacharel em direito, pois, se um dia se encontrar em situação semelhante a de Evaristo de Moraes e, como ele, não tiver certeza de qual direção seguir, que possa encontrar conforto nas linhas tão bem escritas.

A obra “O dever do advogado”, possui poucas páginas, mas é rica em conhecimento. O título já nos apresenta que o advogado tem o dever de se empenhar pela ordem processual, ser ético e não recusar patrocínio de uma causa criminal por temer represálias.

No mesmo caminho, as normativas presentes na Constituição Federal, no Estatuto da Advocacia e da OAB e no Código de Ética da OAB.

De concluir, portanto, que tomar conhecimento da obra e das normativas anteriormente mencionadas é ter conhecimento do que é esperado do advogado no exercício de seu ofício. Isso porque, devido ao fato do tema atingir o exercício da

advocacia, tais fontes podem elucidar toda e qualquer dúvida moral e ética de forma clara.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rui. **O Dever do Advogado**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002.

CAPUTO, Francisco. O advogado e sua Função social, **OAB Distrito Federal**, Brasília, 16 abril. 2013. Disponível em : <http://www.oabdf.org.br/artigos/o-advogado-e-sua-funcao-social/>. Acesso em: 2 set. 2018

PIOVEZ, Giovani Cassio; FREITAS, Gustavo Tuller Oliveira. **Estatuto da advocacia e da OAB comentado**. Curitiba, 2015. Disponível em: http://www2.oabpr.org.br/downloads/ESTATUTO_OAB_COMENTADO.pdf Acesso em: 1 set. 2018.

MARTINS, João Paulo Nery dos Passos. Caso Nicolau: críticas de Bóris a Toron são injustas, diz acadêmico, **Consultor Jurídico**, São Paulo, 23 out. 2001. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2001-out-23/dever_advogado_assumir_defesa_criminal#top Acesso em 1 set. 2018.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei N. 8.906**. Brasília: Senado Federal, 1994.

BRASIL. **Código de Ética e Disciplina da OAB**. Brasília: Conselho Federal da OAB, 2015.

BRASIL. **Decreto Lei, Código de Processo Penal**. Brasília: Presidência da República, 1941.

QUAL a grafia correta, Rui ou Ruy. **Fundação Casa De Rui Barbosa**. Rio de Janeiro. Disponível em: http://casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=0&ID_M=1006 Acesso em: 20 set. 2018.

A SEGURANÇA VIÁRIA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA EMENDA CONSTITUCIONAL 82/14 SOB A ÉGIDE DO DIREITO FUNDAMENTAL AO TRÂNSITO SEGURO

ROAD SAFETY IN THE BRAZILIAN CONSTITUTION: AN ANALYSIS OF THE CONSTITUTIONAL AMENDMENT 82/14 UNDER THE STEERING OF FUNDAMENTAL RIGHT TO SAFE TRAFFIC

Luís Eduardo de Souza Cadore⁴⁷
Cristiane Menna Barreto Azambuja⁴⁸

Resumo: O trânsito em condições seguras é um direito de todos. Entretanto, todos os anos, dezenas de milhares de pessoas perdem suas vidas nas vias brasileiras. Visando mudar essa realidade, um “novo” Código de Trânsito surgiu, bem como o endurecimento da legislação, culminando com a meta de redução em 50% das mortes do trânsito em uma década. Nesse diapasão, a Constituição Federal passa, através da Emenda Constitucional 82/2014, a inserir a segurança viária como um aspecto protegido pela segurança pública nacional. Assim, através de pesquisa bibliográfica, buscou-se analisar a importância dessa Emenda sob o viés do direito (fundamental) ao trânsito seguro. Considera-se segurança viária como um direito fundamental, obtendo o reconhecimento importante com a inserção do §10 no art. 144 da Constituição Federal, pois, a partir de então, aproxima-se o Estado brasileiro do seu papel de mantenedor da segurança de seu povo, garantindo-lhe seu direito fundamental à segurança.

Palavras-chave: Segurança no Trânsito. Direito Fundamental. Emenda Constitucional. Direito Constitucional.

Abstract: Transit under safe conditions is everyone's right. However, every year, tens of thousands of people lose their lives on Brazilian roads. Aiming to change this reality, a "new" Traffic Code has emerged as well as tightening legislation, culminating in the goal of reducing traffic deaths by 50% in a decade. In this context, the Federal Constitution passes, through Constitutional Amendment 82/2014, to include road safety as an aspect protected by national public security. Then, through bibliographical research, we sought to analyze the importance of this Amendment under the bias of (fundamental) right to safe traffic. Road safety is considered as a fundamental right, obtaining the important recognition with the insertion of §10 in art. 144 of the Federal Constitution, since, from then on, the Brazilian State approaches of its role of maintaining of the security of its people , guaranteeing it its fundamental right to security.

⁴⁷Tecnólogo em Segurança no Trânsito pela UNISUL. Especialista em Gestão e Planejamento de Trânsito pela UNICESUMAR. Especialista em Direito de Trânsito pela Escola Verbo Jurídico. Acadêmico do 4º semestre do curso de Bacharel em Direito da URI-São Luiz Gonzaga. educadpsi@gmail.com

⁴⁸ Mestra em Direito pela UFRGS. Especialista em Direito Público pela PUCRS. Graduada em Direito pela UNIFRA. Coordenadora e Professora do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. Integrante do grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br

Keywords: Traffic Safety; Fundamental right; Constitutional amendment; Constitutional right.

Introdução

Segundo o Relatório Anual da Seguradora Líder (2018), em 2017 foram 41.151 mortes no trânsito brasileiro, considerando os seguros pagos, sem mencionar os inválidos permanentes (284.191) e as despesas médicas (58.651).

Esses índices, que registram um aumento se comparado com o ano de 2016, denunciam um grave problema de saúde pública (NOGUEIRA, 2018) que assola a nossa população.

Muitas ações de caráter legislativo têm surgido visando a mudança desse panorama, que anualmente comprova a insegurança promovida dentro do sistema viário⁴⁹. Tivemos, por exemplo, completando uma década, a chamada Lei seca (Lei nº 11.705/08), que “ajudara a mobilizar a sociedade pela segurança no trânsito” (LEAL, 2018, p. 94). Também neste ano de 2018, o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNTRANS), instituído pela Lei 13.614 surge visando ações mais participativas, lembrando uma versão nacional da Década Mundial de Ações pela Segurança no Trânsito, instituída pela ONU de 2011 a 2020, com vistas a reduzir em 50% o número de vítimas.

Nesse contexto, o fenômeno trânsito vai obtendo notório espaço legislativo, que culmina com a inserção da segurança viária como uma norma constitucional.

Diante disso, procura-se analisar a novidade trazida pela Emenda Constitucional nº 82/2014 sob a égide do direito fundamental ao trânsito seguro, previsto na Lei nº 9.503 de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, vigente desde 22 de janeiro de 1998. Para tanto, o tipo de pesquisa utilizado será o da pesquisa bibliográfica.

1. A Constituição Federal brasileira e as suas emendas

A Constituição de um país é um conjunto de normas e princípios de caráter fundamental responsável pela criação e organização de um Estado (MASSON, 2017). A Constituição Federal brasileira, promulgada em 05 de outubro de 1988, rompeu com

⁴⁹ Entendemos por sistema viário todo o envolvimento dos 3 fatores principais que o compõem: o homem (condutor, pedestre), veículo (automóvel, motocicleta, bicicleta, etc.) e a via (estrutura, sinalização, gestão, etc.).

um período jurídico-social não democrático, promovendo uma maior participação da população⁵⁰ e controle das ações do Estado.

Bonavides aponta para a Constituição de 1988 como sendo uma terceira fase na história do Estado brasileiro, tendo avançado enormemente como um Estado social. É, portanto, “um Estado que não concede apenas direitos sociais básicos, mas os garante” (2017, p.381).

Apesar disso, a Constituição não é imutável⁵¹. Ela surge de um contexto social, mas precisa alterar-se, atualizando-se perante a realidade da sociedade que defende.

Para isso, existe a Emenda Constitucional, que, observando as mudanças culturais e temporais da referida sociedade, contextualiza a Constituição da República (FIGUEIREDO, 2013). A Emenda Constitucional é uma forma de alteração da Constituição concedida pelo Poder Constituinte originário a um poder constituinte derivado reformador, estando este limitado ao poder emanado pelo povo (JÚNIOR & NERY, 2014).

Nesse íterim, até o presente momento, a Constituição de 1988 possui 99 Emendas aprovadas (BRASIL, 2018), o que aponta para um índice de alterações significativas na nossa Carta Magna.

Há que se mencionar que uma Constituição somente sofre alterações passando por um processo diverso ao de formulação de normas infraconstitucionais, pois está tratando de temas que sedimentam a sociedade e o Estado brasileiro. Assim, uma emenda constitucional necessariamente deve seguir o preposto no art. 60 da Constituição Federal (BRASIL, 2018).

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

⁵⁰ A Constituição Federal brasileira de 1988 é conhecida, também, pelo apelido de Constituição Cidadã, justamente por essa promoção da participação popular e do controle do poder do Estado (CASTILHO, 2015).

⁵¹ Consoante Júnior e Nery, a Constituição é um organismo vivo, em movimento submetido à dinâmica da realidade, que não é capitada por meio de fórmulas fixas. (2014, p. 572).

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Dentre as emendas, interessa-nos a de número 82, datada de 16 de julho de 2014 (cuja proposta foi apresentada em 2011, pelo Deputado Federal Hugo Motta) e publicada no Diário Oficial da União em 17 de julho de 2014, pois esta acrescentou ao art. 144 da Constituição Federal o §10, para disciplinar a segurança viária no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

§ 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)

I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)

II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014) (BRASIL, 2018)

Iremos nos debruçar sobre a segurança viária, mencionada no referido parágrafo, estendida ao inciso I, mas deixando de lado o inciso II, que trata, necessariamente, da estruturação em carreira dos agentes dos órgãos elencados nos incisos do art. 144 da Constituição.

2. A segurança viária sob viés do direito fundamental ao trânsito seguro

A temática trânsito não foi inserida na Constituição de 1988 somente com a Emenda Constitucional 82/14. Ela já estava presente no texto, ao preceituar a competência da União, em caráter privativo, para legislar sobre trânsito e transporte (art. 22, XI). Isso porque, ao assim proceder, determinou uma unificação do trânsito nacional, que antes sofria com diferenças regionais que impediam uma adequada circulação, sobretudo de veículos automotores (PAULINO, 2014).

O legislador do Código de Trânsito Brasileiro baseou-se nos princípios constitucionais quando da elaboração das propostas sobre trânsito, prevalecendo a supremacia do interesse público sobre o interesse particular, o que colocou este novo dispositivo sobre o tema num patamar de corresponsabilização, estabelecendo direitos e deveres tanto aos usuários das vias quanto aos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

Silva (2017) menciona seis aspectos desse complexo sistema que é o trânsito, relacionado ao ordenamento jurídico que o preserva, sendo elas que o a) trânsito é uma atividade de risco; b) o trânsito deve ser seguro; c) a necessidade da funcionalidade da gestão de trânsito; d) as regras de trânsito tendem à internacionalização; e) as infrações não podem ser escusadas; e f) ampla e exclusiva competência regulamentar.

Nos atemos à característica de que o trânsito deve ser seguro. O Estado, no dever de garantir a segurança, “está a serviço de um princípio geral de Direito, comum a todas as disciplinas jurídicas, mas que encontra no Direito de Trânsito significado e relevância especiais, que é o princípio da segurança coletiva” (SILVA, 2017, p. 111).

Isso posto, percebe-se que não gratuitamente o Código de Trânsito nos traz, já nos parágrafos do seu art. 1º, o dever da prestação por parte do Estado (através dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito, regulamentado no art. 7º do Código de Trânsito) de ações que priorizem a defesa da vida, incluída nela a preservação da saúde e do meio-ambiente (art. 1º, § 5º, CTB), bem como destaca o trânsito seguro como um direito de todos (art. 1º, § 2º).

Araújo & Pazetti (2018, p.4) denominam de “princípio da universalização do direito ao trânsito seguro”, mas ressaltam que, mesmo sendo considerado um direito de todos, não retira do cidadão o dever de também ser responsável pela manutenção da segurança no trânsito,

[...] pois a segurança do trânsito depende, logicamente, de uma participação de toda a sociedade, não sendo possível esperar que **apenas** os órgãos e entidades de trânsito se responsabilizem pela garantia a esse direito (ARAÚJO & PAZETTI, 2017, p.4, grifo do autor).

Nessa direção, ainda que sejam ações do cotidiano do trânsito as maiores responsáveis pelos acidentes, o Estado brasileiro, ao incluir via Emenda Constitucional a segurança viária, coloca no patamar mais elevado a necessidade de garantir a incolumidade das pessoas e seus patrimônios no trânsito.

A Emenda Constitucional 82/14, também conhecida como emenda dos Agentes de Trânsito ou emenda da Mobilidade Urbana (ARAÚJO, 2018), produz a possibilidade de uma série de implicações, sendo a principal delas a inserção da segurança viária junto a Segurança Pública, em todos os níveis da federação. Araújo (2018) aponta que, com isso, aproxima-se mais a responsabilidade de um trânsito seguro, preconizada pelo Código de Trânsito brasileiro, às ações cotidianas dos órgãos de segurança em geral.

O trânsito, nesse panorama de centenas de milhares de vítimas, necessita ser reconhecido, conforme expõe Honorato (2011), como um direito fundamental de segunda dimensão, ou seja, ter a postura de um Estado ativo, que abandone a inércia e assuma o compromisso de atuar na diminuição das desigualdades (CASTILHO, 2015). Tem-se,

[...] como natureza jurídica dos direitos sociais e econômicos, portanto, a de direito subjetivo de exigir uma prestação concreta por parte do Estado, o qual, via de consequência, deverá instituir serviços públicos respectivos (CASTILHO, 2015, p. 209).

A segurança viária, portanto, ganha, em 2014, com a supracitada Emenda Constitucional, um primeiro e importantíssimo passo em direção a esse reconhecimento do trânsito seguro como direito fundamental. Isso porque, ainda que a segurança já estivesse prevista no rol dos direitos fundamentais do art. 6º da Constituição de 1988, foi a partir da Emenda Constitucional 82/14 que o tema passou a estar explícito no texto máximo do ordenamento jurídico pátrio.

Considerações finais

Defendemos a segurança viária como um direito fundamental de segunda dimensão, da mesma forma que apontado por Honorato (2011), obtendo o reconhecimento importante com a inserção do §10 no art. 144 da Constituição Federal, pois, a partir de então, aproxima-se o Estado brasileiro do seu papel de mantenedor da segurança de seu povo, garantindo-lhe seu direito fundamental à segurança.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Julyver Modesto de; PAZETTI, Arnaldo Luis Theodosio. **Código de Trânsito Brasileiro anotado e comentado**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Letras Jurídicas, 2018.

ARAÚJO, Julyver Modesto de. Emenda constitucional dos agentes de trânsito. *In*: ARAÚJO, Julyver Modesto de. **Trânsito**: reflexões jurídicas. Vol. 3. São Paulo: Letras Jurídicas, 2018.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 32. ed., atual. São Paulo: Malheiros, 2017.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Emendas constitucionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm>. Acesso em 05 set 2018.

_____. BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 05 set 2018.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

HONORATO, Cássio Mattos. **Trânsito Seguro**: Direito Fundamental de Segunda Dimensão. RT 911, ano 100, p. 107-169, set. 2011.

JÚNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Constituição Federal comentada e legislação constitucional**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LEAL, Hugo. **Lei seca - 10 anos**: a lei da vida. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

MASSON, Nathalia. **Manual de direito constitucional**. 5. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2017.

NOGUEIRA, Fernando. **Crimes do código de trânsito**: comentários às normas gerais e aos crimes de trânsito. 4. ed. rev. e atual. Salvador: Juspodivm, 2018.

PAULINO, Luís Carlos. **Trânsito seguro**: desafios, dilemas e paradoxos. Fortaleza: Impreca, 2014.

SEGURADORA LÍDER. **Relatório Anual**. Disponível em: <<https://www.seguradoralider.com.br/Centro-de-Dados-e-Estatisticas/Relatorio-Anual>>. Acesso em 05 set 2018.

SILVA, João Baptista da. **Curso completo de direito de trânsito**. Belo Horizonte: Líder Ltda, 2017.

**A IMIGRAÇÃO NO BRASIL SOB A ÓTICA SÓCIO-JURÍDICA DA ÉTICA DA
ALTERIDADE**

**THE IMMIGRATION IN BRAZIL UNDER THE ETHICS OF ALTERITY SOCIO-
JURIDICAL OPTICS**

Daniela Bortoli Tomasi⁵²

Marcel Brum Milani⁵³

Resumo: O artigo versa sobre o aumento da imigração para o Brasil a partir de uma perspectiva sócio-jurídica contemporânea, a qual abordará a sua relação quanto aos princípios da dignidade da pessoa humana; da solidariedade e da igualdade. A partir da metodologia bibliográfica documental, tem-se como objetivo analisar a nova Lei de Migração (n. 13.445/2017) acerca de seus princípios e garantias, e como tais se relacionam à proteção de direitos humanos. Por fim, objetiva-se, também, a interação conceitual e prática da ética da alteridade, do multiculturalismo e do pluralismo jurídico quanto à temática da imigração, uma vez que se justifica ao fato em que os imigrantes, como novos sujeitos coletivos, são cidadãos e, portanto, sujeitos de direitos e deveres; devendo ser inseridos dignamente à sociedade brasileira.

Palavras-chave: Imigração. Ética da alteridade. Multiculturalismo. Pluralismo jurídico. Direitos Humanos.

Abstract: The article deals with the increase of immigration to Brazil. From a socio-legal perspective, the principles of human dignity, solidarity, and equality will be developed. Moreover, the methodology includes a research of relevant literature, as well as this writing aims to analyze the new Migration Law in Brazil (n. 13,445/2017) in a sense about its principles and guarantees, and which it relates to the protection of human rights. Finally, other goal is also making a conceptual and practical interaction between the immigration theme and the ethics of alterity, multiculturalism, and legal pluralism. This work justifies itself by the fact that immigrants are citizens and they are subjects of rights and duties; and because of it, they must be accepted with dignity.

Keywords: Immigration. Ethics of alterity. Multiculturalism. Legal pluralism. Human Rights.

1 Introdução

A primeira seção do texto apresenta dados estatísticos ofertados através da Polícia Federal acerca da imigração no Brasil entre os anos de 2006 a 2015. Demonstra-se, então, que, em dez anos, o número de imigrantes registrados pela PF

⁵² Mestre em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Advogada. Participante do Grupo de Pesquisa de Direitos Humanos da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus São Luiz Gonzaga. danielabortolitomasi@gmail.com.

⁵³ Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade de Ijuí – Unijuí. Advogado. Participante do Grupo de Pesquisa de Direitos Humanos da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus São Luiz Gonzaga. de_pesquisa. mbmilani@hotmail.com.

aumentou 160%. A partir de tal fato, então, são considerados os fatores pelos quais isso ocorre e quais são as etnias que mais imigram para o Brasil.

Como consequência ao grande aumento no número de imigrantes em território nacional, faz-se necessário o acompanhamento hermenêutico de interpretação, integração e aplicação de leis. Portanto, na segunda seção do artigo, os princípios da dignidade da pessoa humana; da solidariedade e da igualdade são trazidos à baila, a fim de discutir a implementação de tais princípios quanto à imigração (principalmente, de haitianos e venezuelanos) ao Brasil. Dessa forma, relacionam-se tais princípios à efetividade dos direitos humanos.

Prosseguindo, à terceira seção do artigo, será analisada a nova Lei de Migração (n. 13.445/2017) no tocante a seus princípios e garantias, bem como a suas relações epistemológicas à defesa dos direitos humanos. Na última seção, abarca-se a sistematização teórico-prática quanto às epistemes de cunho decolonial, abordando, assim, a ética da alteridade, o multiculturalismo e o pluralismo jurídico e como estes movimentos sociais são importantes para a ampliação dos processos de lutas identitárias, as quais reforçam o poder das minorias – contrários à globalização hegemônica.

2 Imigração no Brasil: em números estatísticos entre 2006 e 2015

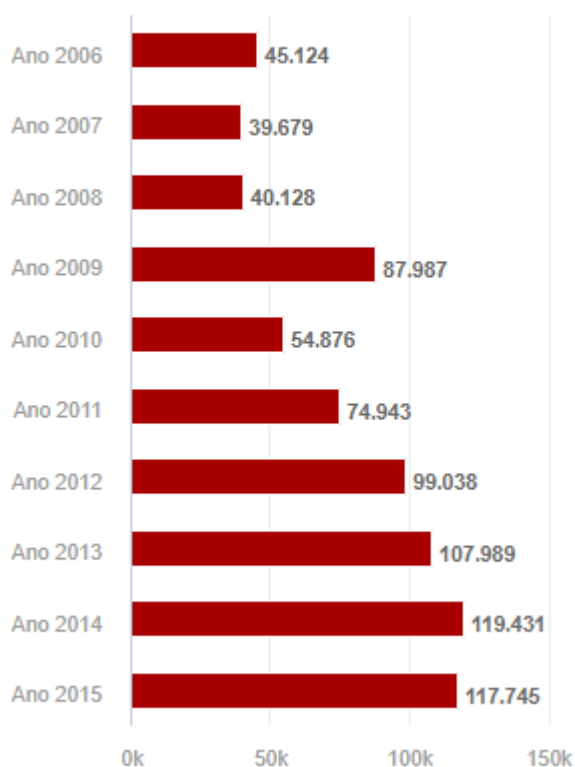
A fim de ilustrar a presença crescente da imigração no Brasil, interessante se faz demonstrá-la por meio de estatísticas. Assim sendo, afirma-se que “o número de imigrantes registrados pela Polícia Federal aumentou 160% em dez anos. Segundo dados da PF, 117.745 estrangeiros deram entrada no país em 2015 – um aumento de 2,6 vezes em relação a 2006 (45.124)” (VELASCO; MANTOVANI, 2016, s/n).

Tais dados se comprovam à visualização do gráfico a seguir:

FIGURA 1. IMIGRAÇÃO NO BRASIL (2006-2015)

Imigração no Brasil

Número de imigrantes registrados pela PF por ano



Fonte: Polícia Federal

Fonte: VELASCO; MANTOVANI, 2016, *online*.

No tocante às nacionalidades dos imigrantes, Velasco; Mantovani (2016, s/n) afirmam que:

Em 2015, os haitianos lideraram o ranking de chegada ao país pelo segundo ano consecutivo, de acordo com os dados da Polícia Federal. Foram 14.535 haitianos registrados pela PF. A nacionalidade é a que mais se destaca pelo crescimento nos últimos cinco anos. Em 2011, segundo a PF, apenas 481 haitianos deram entrada no país – ou seja, houve um aumento de mais de 30 vezes.

Os bolivianos também mantiveram a posição de 2014 para 2015: o segundo lugar. Foram 8.407 registros no país no ano passado, o que representa uma queda de 32% em relação aos dados de 2011, quando 12.465 bolivianos entraram no Brasil. Em 2015, eles são seguidos pelos colombianos (7.653), argentinos (6.147), chineses (5.798), portugueses (4.861) paraguaios (4.841) e norte-americanos (4.747).

Através dos dados citados, nota-se que os haitianos são líderes da pesquisa, por ser a etnia que mais imigrou ao país, principalmente, entre 2010 a 2015. Embora não presentes nessa pesquisa, o número de venezuelanos imigrantes também tem

aumentado ao longo dos anos, sobretudo de 2015 ao presente momento – por algumas razões, como a instabilidade política e econômica em seu país, por exemplo.

3 As ondas migratórias ao Brasil e a inserção quanto aos princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e da igualdade.

Dados os crescentes números estatísticos, as ondas migratórias ao Brasil se tornaram uma questão relevante, tanto na mídia nacional quanto internacional. Prova-se isto ao fato em que, diariamente, encontram-se notícias acerca do crescimento quanto ao número de estrangeiros que chegam ao território nacional.

Assim, a busca por melhores condições de vida; a habitação em um país democrático e a economia atraente são alguns dos fatores que podem ser citados quanto às razões pelas quais o Brasil “tornou-se” um país desejado aos imigrantes. De forma prática, como exemplo, podem ser citadas as chegadas de haitianos e venezuelanos recentemente.

Por outro lado, tais imigrantes também passam por certas dificuldades. O fato de tais sujeitos enfrentarem em seus países de origem a supressão de direitos já os mobiliza e os fomenta a não permanecer em tal realidade. Somado a isso, necessitam superar a distância de entes queridos, como também o preconceito e, muitas vezes, a não observância de políticas governamentais capazes de acolherem.

Nesse ínterim, emerge a necessidade do debate científico jurídico que proponha a realidade da imigração no solo brasileiro que, por força de lei, fundamenta-se em princípios como o da dignidade da pessoa humana, o da solidariedade e o da igualdade, a fim de proporcionar, cada vez mais, a geração motora de direitos humanos – inclusive aos imigrantes.

Quanto à dignidade da pessoa humana, analisa-se que o referido princípio serve como base aos estudos de direitos humanos e, por consequência no tocante à alteridade e ao pluralismo jurídico. Isto, pois, no Brasil, representa um dos fundamentos da República (Artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988). Como consequência, nenhuma outra decisão, jurisprudência ou lei, por exemplo, pode ser contrária a tal princípio.

Destarte, a dignidade humana abrange elementos de liberdade, na medida em que traz consigo o valor da autodeterminação consciente e responsável ante às incertezas da vida. Sobretudo, estipula que em todo e qualquer lugar, o indivíduo deve ser tratado com respeito e igualdade (princípio da igualdade) pois, todos são iguais

perante a lei e não devem sofrer nenhuma forma de exclusão ou outro determinado ato que fira a sua dignidade. É, pois, a visão filosófica kantiana de ser e de dignidade, uma vez que os sujeitos devem ser tratados fim a algo ou prática – jamais como meio.

Ao relacionar o princípio da dignidade da pessoa humana à temática de imigração proposta, relaciona-se ao fato em que os imigrantes devem ser respeitados como seres humanos e, portanto, dignos; não sendo permitida nenhuma violação à sua identidade ou patrimônio, por exemplo.

Outro princípio a ser aqui abordado é o princípio da solidariedade. Pode-se afirmar que este surgiu na evolução dos direitos humanos ao tratar os direitos de terceira geração – com esteio na fraternidade e solidariedade entre os povos. Assim, faz-se necessária a colaboração intersubjetiva social, ou seja, diferentes sujeitos colaborando não apenas para a melhor organização e estrutura de direitos (para si), mas também ao seu próximo (coletivo).

Infere-se que a proteção dos direitos de solidariedade rompe com as barreiras da soberania nacional, que vinculam os indivíduos a certo e determinado ordenamento jurídico. Isto, pois, os seres humanos passam a ser percebidos de forma ampla, com anseios e necessidades comuns a toda a humanidade. Podendo, assim, realizar um paralelo ao Direito Internacional e ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, pois convida os estados soberanos a formarem uma comunidade internacional.

Às circunstâncias atuais, como a própria temática da imigração, a solidariedade emerge como um valor, evidenciando seu caráter sistêmico e difuso. Por isso a sua compreensão interdisciplinar, uma vez que se encontra presente não somente na perspectiva vertical, de ações estatais perante o cidadão, mas ainda, sob a perspectiva horizontal, nas relações entre os indivíduos e a necessidade de superação de um modelo de mundo cindido, em prol da proteção do gênero humano, com fundamento na dignidade do indivíduo.

4 Da Lei de Migração no Brasil

A Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, institui a Lei de Migração no Brasil. Regulamentando e organizando os procedimentos à migração, a nova lei permite a abrangência de possibilidades dos imigrantes em permanecerem em solo nacional. A lei, ainda, em seu artigo 3º, determina os princípios e as garantias que todos migrantes possuem. Selecionam-se, portanto, alguns a serem analisados:

Art. 3º. A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

- I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;
- II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
- (...)
- IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;
- (...)
- VI - acolhida humanitária;
- (...)
- X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;
- XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;
- XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante;
- XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante; (BRASIL, 2017, *online*, p.s/n).

Inicialmente, cumpre ressaltar o caráter universal, indivisível e interdependente dos direitos humanos contidos na Lei de Migração (inciso I). A universalidade abarca todos os indivíduos, independentemente da raça, credo, nacionalidade ou convicção política, podendo cada sujeito ativo invocar quaisquer direitos ou garantias fundamentais em qualquer foro nacional ou internacional.

Ato contínuo, a indivisibilidade significa que todos os direitos fundamentais compõem o mesmo conjunto de normas, não podendo ser analisados isoladamente, pois o desrespeito de um constitui a violação de todos. Já a interdependência aponta para a ligação existente entre os diversos direitos humanos, uma vez que eles não são elementos separados, desconexos. Ao contrário, os direitos humanos mantêm uma inter-relação e interdisciplinaridade, formando um conjunto de normas.

Dentre as novas demandas que surgiram com a novel Lei da Migração, um problema teve de ser enfrentado, que é a questão do racismo e a aversão àquilo que é de fora, a xenofobia (inciso II). Mesmo não sendo novidade no cenário, o racismo e a xenofobia jamais podem ser dissociados um do outro, especialmente quando a questão em tela é a migratória.

O inciso IV trata da não discriminação por motivos e critérios de sua admissão, claramente assegura a igualdade de todos os estrangeiros que dão entrada no país, devidamente registrados, independente do motivo causador da sua migração.

Quanto à acolhida humanitária (inciso VI), exemplifica-se o fato à concessão de visto aos estrangeiros através do visto humanitário. Anteriormente, com a vigência do

Estatuto dos Refugiados, apenas era permitida a entrada de imigrantes pelos motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas.

Outro aspecto relevante da nova lei da migração, presente no inciso X, é a determinação expressa de que, ao imigrante, é assegurada a garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória. Para tanto, o governo brasileiro deve adotar políticas públicas para fomentar o trabalho e, conseqüentemente, a inclusão social do estrangeiro registrado, assegurando direitos fundamentais à sua sobrevivência.

Por fim, os últimos três incisos (XI, XII e XIII) abordam acerca do acesso a serviços, programas e benefícios sociais, com a difusão de seus direitos, garantias e obrigações. Objetivando, assim, a inter-relação dos imigrantes para com o poder público, a fim de fomentar a participação do migrante perante a sociedade, bem como de executar as políticas migratórias.

5 A relação histórica e a afirmação dos novos sujeitos plurais de imigração no Direito: A ética da alteridade, o multiculturalismo e o pluralismo jurídico

O fato de o Brasil receber imigrantes em seu território não pode ser considerado como “novidade” à perspectiva histórica. A exemplo disso, cita-se, a primeira e grande “leva” de imigrantes, ora portugueses, em 1530. Entre 1580 a 1640, por meio da União Ibérica, diversos portugueses e espanhóis aqui chegaram. Após, em 1824, iniciam as vindas de imigrantes alemães, principalmente, para a região sul do Brasil, a fim de incentivar a agricultura.

Nota-se que, devido ao fato de o Brasil ser um país muito extenso geograficamente, o incentivo à imigração era presente, uma vez que se fazia necessária a povoação do território – tornando-se difícil, assim, a invasão de outros povos. De forma breve, cita-se a imigração italiana, em 1875, e a japonesa, em 1908, com o intuito de tais estrangeiros não apenas povoar, mas também trabalhar na agricultura.

A Primeira Guerra Mundial, bem como a Segunda, também são fatores que fomentam a abertura de fronteiras aos refugiados de guerra e aos refugiados políticos ao Brasil. Salienta-se que o foco do presente artigo não é aprofundar fatores históricos quanto à imigração no país, mas sim abordar sinteticamente a episteme da tradição e do incentivo à imigração. Observa-se com isso que, aos mais diversos motivos

ensejastes, a convivência com o outro diferente (o estrangeiro) faz parte da identidade nacional.

Ao assim refletir, escopo se faz à miscigenação identitária brasileira. Resultado de diferentes etnias, o Brasil possui o multiculturalismo como parte integrante de seu “DNA”. É, então, nesse viés científico e humanitário das Ciências Sociais Aplicadas que, atualmente, cada vez mais, discute-se acerca de temáticas filosóficas e práticas quanto à alteridade e à cidadania. O multiculturalismo e o pluralismo jurídico são fatores de extrema importância para se pensar não apenas a o indivíduo, mas inclusive a própria organização política, social e jurídica do Estado.

Nesse sentido, afirma Wolkmer (2015, p.238):

O que importa ter presente na reordenação política do espaço público, com o consequente processo de consolidação da democracia participativa de base, é descortinar uma nova sociedade pluralista marcada pela convivência dos conflitos e das diferenças, propiciando uma outra legitimidade embasada nas necessidades essenciais dos novos sujeitos coletivos.

Prosseguindo, cabe sublinhar uma quarta condição para a composição da juridicidade emancipadora: *a formulação de uma ética de alteridade*. O esgotamento da cultura burguês-capitalista de cunho individualista leva à crise de valores civilizatórios e à crise ética da modernidade eurocêntrica. Visa-se, contemporaneamente, as consequências de uma ética calcada no individualismo, no poder, na competição, na eficiência, na produção, no relativismo etc.

A ética da alteridade é uma ética da solidariedade que parte das carências de atores excluídos e objetiva determinar uma ação transformadora apta a liberar setores vitimados, injustiçados e expropriados.

Ressalta-se que, histórica e sociologicamente, com o advento da Constituição Federal de 1988 e os seus reflexos para a implementação real da democracia e de direitos e deveres dos cidadãos, princípios como o da dignidade da pessoa humana; o da solidariedade e o da igualdade entraram em cena e vem ganhando força. Todavia, relaciona-se tal fato à ideia em que, mundialmente, o cenário de violência, de miséria e de instabilidade política e econômica são fatores presentes e de grande alcance para que as vítimas de tais agressões – físicas e morais, por exemplo – decidam migrar em países que não enfrentam tais situações.

Nessa perspectiva, a cultura burguês-capitalista – em que muitos movimentos hegemônicos se fazem presentes – encontra-se ameaçada ao perceber, em seus territórios, a imigração (não apenas, mas também) de refugiados de guerra. Nesse ínterim, tais movimentos contrários aos Direitos Humanos, alicerçados pela onda contemporânea individualista e de exclusão repercutem o discurso do ódio e, conseqüentemente, fecham barreiras e fronteiras para não receberem mais imigrantes.

A ética da alteridade, como citada nas palavras do autor anteriormente, se solidariza com os indivíduos vítimas de qualquer ato que denigra a sua dignidade – que, não por coincidência, são indivíduos inseridos em grupos das minorias. Assim sendo, tal ética permite a realização de uma política transformadora cidadã, auxiliando o imigrante que em novo território se instala. Complementando, os indivíduos ora excluídos são denominados como “novos sujeitos coletivos”. Nessa banda, argumenta Wolkmer (2015, p.236):

Ora, o novo e o coletivo não devem ser pensados em termos de identidades humanas que sempre existiram, segundo o critério de classe, etnia, sexo, idade, religião ou necessidades, mas em função de postura que permitiu que sujeitos inertes, dominados, submissos e espectadores passassem a sujeitos emancipados, participantes e criadores de sua própria história. É deste modo que, ao caracterizar a noção de sujeito como identidade que implica o “novo” e o “coletivo”, deve-se privilegiar, numa pluralidade de sujeitos, os movimentos sociais mais recentes (campeiros, indígenas, negros, mulheres, imigrantes, minorias étnicas e outros). Os movimentos sociais são, hoje, os sujeitos de uma nova cidadania, revelando-se autênticas fontes de uma nova legitimidade.

Logo, percebe-se que parte integrante dos novos sujeitos coletivos, no Brasil, são, pois, os imigrantes. O autor, então, propõe a reflexão de (re)pensar tais sujeitos não apenas como minorias por fatores existenciais de sexo, etnia ou classe, por exemplo, mas sim pelos fatos sociais, históricos e jurídicos, inclusive, que os levaram a ser considerados como inferiores perante aos demais. Eis que, neste cenário estão inseridos os sujeitos que enfrentam o discurso de ódio e a exclusão dos movimentos hegemônicos.

Para tanto, a ética da alteridade os possibilita inseri-los como indivíduos portadores de direitos e deveres. Cidadãos que, embora não estejam em suas terras natais, devem e merecem respeito. Assim sendo, determina Verás Neto (2010, p.153):

Dessa forma, nessa conjuntura da globalização neoliberal com grandes reformas do Estado e do Direito, não se afronta a noção de que nascem novas brechas para a reconstrução do poder social por novos sujeitos coletivos plurais, que reconfigurem novos espaços e lógicas democratizadoras da esfera pública insurgente, produzindo transformações locais e mesmo planetárias, na concepção de globalizações alternativas, trazidas pelo poder transformador de movimentos sociais contrários à globalização hegemônica. Isso pode ser articulado pela ampliação da democracia direta e participativa dentro da ruptura recente provocada por processos de ampliação de lutas que, continuamente, revolucionam as políticas neoliberais dentro do espectro latino-americano empreendido pelo surgimento de uma nova esquerda latino-americana.

5 Considerações Finais

Nota-se, cada vez mais, a inserção de imigrantes ao território nacional. Para tanto, deve-se observar a realização do processo de entrelaçamento de tais sujeitos em um novo território – e, conseqüentemente, novas (e diferentes) formas jurídicas de resolução de conflitos, bem como de estrutura jurídico-social. Eis que, estando, pois, a democracia direta e participativa fortemente abrangida, mais direitos assegurados serão aos imigrantes. Isto, pois, tais epistemes muito se relacionam aos princípios da dignidade da pessoa humana; da solidariedade e da igualdade (como abordados ao longo do presente artigo).

Como manifestação de direitos – dado o estudo jurídico contemporâneo – pode-se perceber que a temática ampla de direitos humanos e as suas raízes (ora específicas) declara a importância e a necessidade de movimentos sociais que incentivem o respeito ao outro diferente. Nesse ínterim, o pluralismo jurídico e o multiculturalismo são percepções que mantem acesa a luta pelo direito de todas as minorias, sobretudo, da imigração, a temática da presente escrita.

Ademais, ao cenário nacional, observa-se que a CF/88 estabelece dois pilares indispensáveis ao discutir em direitos humanos e a plena inserção do imigrante na sociedade: dignidade humana e prevalência dos direitos humanos, estes por serem universais. A partir dessa concepção de direitos humanos, constrói-se o conceito de cidadania universal, aqui entendida como aptidão para exercer direitos.

Isto, pois, para que uma pessoa (neste caso, imigrante, por exemplo) seja valorizada e integrada na sociedade como cidadãos, faz-se necessário conceder-lhe estruturas mínimas de participação e de desenvolvimento social. A própria construção da cidadania se perfaz à autodeterminação e à presença de direitos e deveres, como instiga Hanna Arendt (1978, p.381) ao afirmar que: “cidadania concede ao indivíduo o direito a ter direitos”. Por consequência, com o respeito aos direitos e com uma formação digna ou assistencialista básica, os refugiados poderão, ainda que de modo tímido, se ver como seres dotados de autoestima e dignidade.

Por fim, este artigo não possui a intenção de esgotar um tema tão complexo como o da imigração diante dos desafios dos deslocamentos, assim como não está marcado pelo pessimismo – pelo contrário, pretende ser um convite para um debate mais amplo acerca da presente temática.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **O sistema totalitário**. Tradução de Roberto Raposo. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

BRASIL. **Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm>. Acesso em: 20 set. 2018.

VELASCO, Clara; MANTOVANI, Flávia. **Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF**. São Paulo, Junho, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>> Acesso em: 20 set. 2018.

VERÁS NETO, Francisco Quintanilha. Pluralismo jurídico-comunitário participativo, emancipatório, libertador como projeto de combate ao monismo jurídico neoliberal na América Latina. In: **Espaço Jurídico**, v. 11, n. 1. Joaçaba: *online*, jan./jun. 2010. p. 149-186. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3157/Pluralismo%20Jur%C3%ADdico%20comunit%C3%A1rio%20participativo%2c%20emancipat%C3%B3rio%2c%20libertador%20como%20projeto%20de%20combate%20ao%20monismo%20jur%C3%ADdico%20neoliberal%20na%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf?sequence=1>> Acesso em: 20 set. 2018.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDO E ASSESSORIA SOBRE GÊNERO
INTERDISCIPLINARY NUCLEUS OF STUDY AND CONSULTANTSHIP ON GENDER

Rafaela Schievelbein Kivel⁵⁴

Sonia Bressan Vieira⁵⁵

RESUMO: O artigo contém as atividades realizadas na implantação/implementação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero, Projeto de Extensão que tem como objetivo tornar visível a questão de Gênero na Universidade e na Sociedade, como espaços de afirmação de cidadania envolvendo, em especial, mulheres de classes menos favorecidas. O arcabouço teórico de trabalho, fundamentado em Duby, Perrot, Foucault e Scott, tem possibilitado aprofundar conceitos como Gênero, Mulher e Núcleo de Gênero. O projeto vem consolidar, de forma prática, a realização daquilo que se constitui nos pilares de uma Universidade que é a integração entre a Pesquisa, a Extensão e o Ensino integrando três projetos. A Metodologia abrangeu como: reuniões com a Defensoria Pública/RS, elaboração de convênios, ações conjuntas com a Rede de Proteção à Mulher; e outros - a colaboração na realização de eventos interdisciplinares sobre Gênero como o II Fórum Internacional Violência de Gênero, a II Semana da Consciência Negra e outros. Os resultados do projeto, apontam que, apesar de estar em fase inicial, sem dúvidas está contribuindo, de forma significativa, na busca dos objetivos com parceria do Núcleo com a comunidade, em especial com a Defensoria Pública e a Rede de Proteção à Mulher, em São Luiz Gonzaga.

Palavras-chave: Mulher; Violência; Lei Maria da Penha.

ABSTRACT: The article contains the activities accomplished in the implementation/implementation of the Interdisciplinary Nucleus of Studies and Advice on Gender, Project of Extension that aims to make visible the issue of Gender in the University and Society, as spaces of affirmation of citizenship involving, in particular, women of lower classes. The theoretical framework of work, based on Duby, Perrot, Foucault and Scott, has made it possible to deepen concepts such as Gender, Woman and Gender Core. The project consolidates, in a practical way, the realization of what constitutes the pillars of a University that is the integration between Research, Extension and Teaching integrating three projects. The Methodology included: meetings with the Public Defender/RS, elaboration of agreements, joint actions with the Women's Protection Network; and others - the collaboration in the accomplishment of interdisciplinary events on Gender like the II International Forum Violence of Gender, the Second Week of the Black Conscience and others. The results of the project, indicate that, although it is in the initial phase, without doubt it is contributing, of in the pursuit of the objectives with a

⁵⁴ Acadêmica do 2º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Bolsista do Projeto de Extensão-Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero. URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania e da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail:rafaelakivel@gmail.com.

⁵⁵ Doutora em História. PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Orientadora do Projeto de Extensão- Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. Coordenadora da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail:soniabressanvieira@gmail.com.

partnership of the Nucleus with the community, in particular with the Public Defender's Office and the Women's Protection Network in São Luiz Gonzaga.

Keywords: Woman; Violence; Maria da Penha Law.

INTRODUÇÃO

Este artigo refere-se ao projeto do **Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero**, núcleo este, já atuante na universidade, nos anos de 2001 a 2004. Apresenta o realizado na tentativa de atingir o objetivo proposto que é dar visibilidade a questão de Gênero na Universidade e na Sociedade, como espaços de afirmação de cidadania. A **metodologia** utilizada para o desenvolvimento possibilita aprofundar conceitos como **Gênero, Mulher e Empoderamento** num processo sistêmico, através de procedimentos técnicos que envolvem a implantação de um núcleo interdisciplinar de estudos o qual prevê também uma **assessoria** às mulheres de classes menos favorecidas, em situação de violência.

O artigo envolve o relato de ações realizadas para intervenção da realidade constatada através do Projeto de Pesquisa SIIC/URI- **Violência de Gênero: direitos Humanos também para as mulheres (2016-2018)** como a implantação oficial deste **Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero** o qual, considerando estar em sua fase de implantação, já está produzindo **resultados satisfatórios** e além do esperado.

Buscou-se através de reuniões, participações/organização de eventos, formação de parcerias apresentar para a comunidade o **Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero** além de buscar um trabalho coletivo e participativo com a **Rede de Proteção à Mulher** - que envolve entidades governamentais e não governamentais, públicas e privadas constituída oficialmente pelo Projeto de Pesquisa - **Violência contra a Mulher: direitos humanos também para as mulheres no II Fórum Internacional sobre Violência de Gênero**, além de promover outras ações que visam ao encaminhamento de assessoria à mulheres em situação de violência.

1 REVISANDO OS CONCEITOS QUE ALICERÇAM OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Em épocas de crescentes e constantes mudanças conceitos como o de **mulher, gênero e núcleos de estudos de gênero**, têm sido trabalhados nas mais variadas universidades brasileiras. As alterações na teorização da questão feminina passam pela análise do conceito de gênero que, a partir de 1970 impôs revisão e novos parâmetros para o novo campo historiográfico da mulher, o que constatamos ao analisarmos as teorias feministas - liberal – radical – psicanalítica – marxista, pós-

estruturalista e terceiro - mundista (pós) colonialista, elencadas por Martha B. Calás e Linda Srmircich (1998, p.276).

Aos estudos sobre mulher, agora mais recentemente denominado “gênero”, aglutinam-se os mais distintos e contrastantes graus de competência acadêmica que, não diferem e nem destoam do meio intelectual e acadêmico do país, consolidando os estudos de gênero e alterando o discurso científico e de reflexões das mais diferentes áreas do conhecimento passando, o tema “mulher” a ser tratado como categoria analítica de “gênero”, a partir da década de 1980, em inúmeras universidades brasileiras. Mas, como ressaltam Farge e Davis (1991, p.19) a verdade é que “para onde quer que nos voltemos ela está presente, infinitamente presente, [...] no conjunto das cenas doméstica, econômica, intelectual, pública, conflitual e até lúdica da sociedade, a mulher está presente”.

A criação de Núcleos, Centros de Investigação, Grupos de Estudo, dentro das Universidades não só nos Estados Unidos como também em países Europeus ocorreu após a ONU proclamar, em 1975, a “Década Internacional da Mulher”, fato que despertou a atenção de estudiosos para os mais diferentes temas de pesquisa referente à mesma (violência, saúde reprodutiva, educação, política etc.). No Brasil, e na América Latina, não tardou a formação destes Núcleos, Coletivos e Grupos a exemplo dos demais países, como bem lembra Heilborn e Sorj:

o interesse acadêmico em pesquisar a situação das mulheres no país, já se manifesta no início dos anos 70. Zahidé Machado Neto leciona, na Universidade Federal da Bahia, a disciplina sobre Família e Relações entre os sexos em 1973; várias pesquisadoras brasileiras participam da Conferência sobre Perspectivas Femininas nas Ciências Sociais Latino-Americanas realizada em Buenos Aires em 1974; academias brasileiras estiveram presentes, também na Welsley Conference on Women and Development em junho de 1976; o Coletivo de Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas organiza um seminário, “A Contribuição das Ciências Humanas para a compreensão do papel das Mulheres”, em 1975. Algumas pesquisadoras já haviam publicado trabalhos tratando da questão das mulheres: Heleieth Saffioti, Carmen Barroso, Neuma Aguiar e Eva Blay entre outras (HEILBORN e SORJ, 1999, p.186).

Diferentemente dos Estados Unidos (onde a origem dos estudos Feministas, encontra-se nos movimentos de protestos nas universidades americanas através das *feminist* ou *Women’s studies*), as relações entre o movimento feminista e a academia deu-se de forma diferente,

ao invés de construírem espaços alternativos, procuraram integrarem-se à dinâmica da comunidade científica nacional mediante à dinâmica do

reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais pelos profissionais das Ciências Sociais ,[...] constituindo-se os estudos sobre Mulher, Estudos de Gênero ou de Relações de Gênero, as fórmulas encontradas para institucionalizar a reflexão impulsionada pelo diálogo com o feminismo na academia brasileira (HEILBORN, SORJ, 1999, p.187).

Nos dias atuais, grupos de pesquisas encontram-se espalhados pelas mais diferentes Universidades (sendo a PUC-RJ, pioneira na Introdução de Programas de Estudos na área acadêmica, tendo criado em 1981 o “Núcleo de Estudos sobre a Mulher”- NEM). Em 1991, realizou-se na USP-SP o primeiro Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre relações de gênero, que contou com a participação de vinte grupos e o eixo de discussão foi “gênero e universidade” (Rocha 1998, p.15). Em 1993, foi criada a REDEFEM - Rede de Estudos Feministas com o objetivo de congregar os vários Núcleos Universitários de Estudo sobre o tema em Encontros Nacionais.

Nas universidades gaúchas quando desenvolvemos, em 2001, pesquisa na área, totalizando setenta e cinco (75) Organizações do Movimento de Mulheres no Rio Grande do Sul - nos deparamos com a presença de grupos, núcleos e coletivos de gênero em várias universidades como: - na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em duas Faculdades: Instituto de Ciências Humanas - Núcleo Interdisciplinar de estudos sobre a mulher e gênero (em 1985) e na Faculdade de Educação- FACED- o Grupo de estudo de relações de educação e relações de gênero (em 1990);-na Pontifícia Universidade Católica- PUC- no Pós-Graduação de Psicologia- Grupo de Pesquisa em Gênero (1995) na Faculdade de Serviço Social; - na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

O conceito “gênero” que, segundo alguns, é diferente de sexo gerou controvérsias sendo que Marta Lamas (citada por Enrique Gomáriz, 1992) explica que o termo “gênero” circula nas ciências sociais e no discurso feminista com uma acepção específica e uma intencionalidade explicativa, datando de 1955 quando o investigador John Money propôs o mesmo para descrever o conjunto de condutas específicas atribuídas aos homens e mulheres; porém, explicita o autor, foi Robert Stoller que estabeleceu, de forma mais compreensível, a diferença entre sexo e gênero. Uma das primeiras propostas do Movimento Feminista, conforme nos alerta Teresita Barbieri em sua obra “*Fin de siglo*” (1992) encontrou, no sistema patriarcal suas origens arcaicas bíblicas que tinham a disposição, a vida dos filhos, escravos e rebanhos; visão esta que se estendeu ao discurso político e ao fazer acadêmico.

Gênero, na verdade, corresponde a significados que a sociedade atribui a valores, normas, representações, símbolos que ela constrói e elabora a partir da diferença sexual anatômica fisiológica. Como bem fala Scott, (1992, p.65) “a emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise”. Paralela a esta proposta, uma postura acadêmica alicerçada em buscar as carências de informação e reflexão objetivou resgatar o passado e o presente histórico das mulheres na vida cotidiana, inicialmente com uma visão empirista originando os Centros Acadêmicos, Organizações não Governamentais, Centros de Estudos, Associações, Projetos e Programas sobre a mulher em todos os países do mundo.

2 OS RESULTADOS DA IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE

O projeto iniciado em agosto de 2017, desenvolveu, até aqui, as atividades objetivando a implantação de um Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero. As ações realizadas são expostas a seguir numa relação direta com os objetivos previstos:

- **Em relação ao objetivo 1:** *Motivar e realizar atividades de extensão envolvendo uma rede de serviços, consultas e grupos de apoio, assessoria concreta à Mulher menos favorecida economicamente através de oficinas/atendimento e outros.*

Entre as ações empreendidas para a consecução deste objetivo cita-se:

- Providências quanto a instalação da **Sala Especial** para a assessoria a mulher em situação de violência no Fórum local em fase de estruturação, assinatura de convênio da URI com a Defensoria Pública do Estado do Rio grande do Sul, providências quanto a móveis, equipamentos e recursos humanos.

- **Em relação ao objetivo 2:** *Estimular atividades de extensão, como Encontros, Seminários, Fóruns, etc.*

O projeto envolveu-se ativamente em ações como:

1) Planejamento/coordenação da 2ª SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA que integrou a Escola Básica e os cursos de Graduação do Ensino Superior da URI/SLG. A programação enfatizou, em todos os momentos, a questão de *Gênero e Raça* constando de ações enumeradas na sequência:

No Ensino Superior - foi realizado o evento - **DIÁLOGO UNIVERSITÁRIO SOBRE DISCRIMINAÇÃO E RASCISMO** de forma integrada ao Projeto de Extensão- **Observatório de Estudos Culturais e Diversidades**, ocorrido no dia 20 de novembro de 2017, no Salão de Atos da URI/SLG, com o objetivo de contribuir com o combate à discriminação racial refletindo, dialogando e debatendo acerca do valor e da contribuição da população afrodescendente na construção da cultura brasileira.

A programação envolveu reflexões e estudos sendo que o Núcleo se fez representar com **apresentação oral** da bolsista do através do tema - **SER MULHER e NEGRA**. Além dessa também foram trabalhadas as seguintes questões introdutórias:



Foto nº 1 - DIÁLOGO UNIVERSITÁRIO SOBRE DISCRIMINAÇÃO E RASCISMO. 20 de novembro de 2017. URI/SLG.

Uma das Mesas de trabalho: Bolsistas dos Projetos de Pesquisa e Extensão e profª Orientadora Sonia Bressan Vieira -Bolsista Valeska Brandão Birck- Apresentação oral: Ser MULHER E NEGRA.

Fonte: Arquivo do Núcleo/2017

- **Ensaio Fotográfico denuncia Racismo universitário** - apresentação oral da acadêmica Bolsista Iara Souza da Rosa do Projeto de Extensão- **Laboratório de Estudos Culturais & Diversidades**.

- **Mulheres negras em Números** - apresentação oral da acadêmica Bolsista Regina Bassani- do Projeto de Pesquisa- **Violência de Gênero: Direitos Humanos também para as Mulheres**. O Diálogo contou ainda com a fala - **Políticas Públicas de Reconhecimento e Reparação: os Afrodescendentes no Brasil e na região Noroeste-Missões do RS** ministrada pelo Professor Doutor Leandro Jorge Daronco (Instituto Federal Farroupilha).

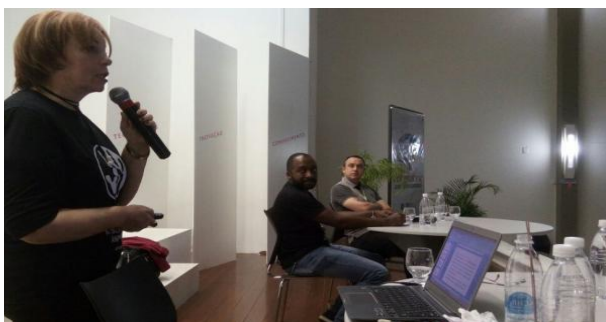


Foto nº 2- DIÁLOGO UNIVERSITÁRIO SOBRE DISCRIMINAÇÃO E RASCISMO. 20 de novembro de 2017. URI/SLG.

Coordenadora do Núcleo - Drª Sonia Bressan Vieira
Mesa ao fundo- Palestrante Leandro Daronco (IFFarroupilha) e Mediador Rodrigo Miguel.

Fonte: Arquivo do Núcleo/2017

2) Participação no **Encontro “Direito e Sociedade”** no dia 25 de novembro na URI/SLG tendo como palestrante Paulo Afonso Zarth da UNIJUI/RS que abordou a

Escravidão na região Noroeste do Rio Grande do Sul: Novas narrativas da História.

3) Participação/organização e realização do II FÓRUM INTERNACIONAL- VIOLÊNCIA de GÊNERO: um desafio à sociedade contemporânea que se realizou no dia 8 de março de 2018, na URI/SLG, em parceria com a **Rede de Proteção à Mulher do Município**, constituída pelo Projeto de Pesquisa - **Violência contra a Mulher: direitos humanos também para as mulheres. PIIC/URI** e este Projeto de Extensão - **Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero.**

O I e II FÓRUM INTERNACIONAL DA MULHER: um desafio à Sociedade Contemporânea foram realizados, com sucesso na URI-São Luiz Gonzaga em duas edições 2017 e 2018 sob a coordenação do Núcleo de Gênero e do Observatório com o objetivo de refletir sobre a questão de gênero, através de debates e relato de experiências vivenciadas na busca de alternativas de combate e diminuição da violência contra a mulher.



Foto nº 3 - II Fórum Internacional Mulheres, Violência de Gênero: um desafio à sociedade contemporânea.

Abertura oficial proferida pela profª Sonia Bressan Vieira.

Fonte: Arquivo do Projeto. 2018.

O II Fórum Internacional Violência de Gênero: um desafio à sociedade contemporânea repetindo o sucesso da 1ª edição reunindo 660 mulheres e homens. O Fórum, mais uma vez aconteceu em parceria da URI – São Luiz Gonzaga, com a Rede de Proteção à Mulher. É parte das ações do Projeto de Extensão - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero e do Observatório de Estudos Culturais & Diversidade e do Projetos de Pesquisa “VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SÃO LUIZ GONZAGA”.

Foram parceiros executores e apoiadores instituições integrantes da Rede de Proteção à Mulher. Inicialmente ocorreu uma RODA DE CONVERSA - PERFIL da MULHER em SITUAÇÃO de VIOLÊNCIA em SÃO LUIZ GONZAGA e Região com a temática-Resultados do Projeto de Pesquisa-PIIC/URI- Violência contra a Mulher em São Luiz Gonzaga, mediado pela profª Sonia Bressan Vieira que apresentou o Documento **Perfil da Mulher em situação de Violência em São Luiz Gonzaga e região** acompanhada pelas acadêmicas Daniela Kolbeck e Regina Bassani, bolsistas

do Projeto de Pesquisa Gênero, pesquisa realizada num primeiro momento na Delegacia de Polícia Civil- Posto da Mulher- e num segundo momento com as lideranças da Rede de Proteção à Mulher de São Luiz Gonzaga e região, da THEMIS/POA e UNaM/Misiones/Argentina.



Foto nº 4 - II Fórum Internacional Mulheres, Violência de Gênero: um desafio à sociedade Contemporânea. 8 de março de 2018.

Palestrantes da RODA DE CONVERSA Entrega Oficial do Documento PERFIL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM SLG por Sonia Bressan Vieira. Parte da Mesa de trabalhos.

Fonte: Arquivo do Projeto. 2018.



Foto nº 5 - II Fórum Internacional Mulheres, Violência de Gênero: um desafio à sociedade Contemporânea. 8 de março de 2018.

Palestrantes da RODA DE CONVERSA Integrantes das Líderes da Rede Proteção à Mulher em São Luiz Gonzaga e Região.

Fonte: Arquivo do Projeto. 2018.



Foto nº 6 - Coordenação da Roda de Conversa – Perfil da Mulher em Situação de Violência em São Luiz Gonzaga e Região: Bolsista Regina Bassani, Daniela Kolbeck, Orientadora do Projeto Sonia Bressan Vieira, representante da Themis-POA/POA Maria Salete Silveira; Prof. Gizela - UNaM - Posadas Misiones.

Fonte: Arquivo do Projeto. 2018.



Foto nº 7 - II Fórum Internacional Mulheres, Violência de Gênero: um desafio à sociedade Contemporânea. 8 de março de 2018.
Público presente.
Fonte: Arquivo do Projeto. 2018.

Após houve a complementação dos dados pelas mulheres líderes de Instituições que Integram a referida Rede e concederam as entrevistas constantes do 2º Instrumento da pesquisa. A seguir a Professora representante da UNAM - Gisela Elizabeth Spasiuk , Decana Facultad de Humanidades Y Ciencias Sociales. UNaM - Universidad Nacional de Misiones/Argentina - Magter Gisela Elizabeth Spasiuk da Unam/Misiones/Argentina, participou fazendo um paralelo à violência contra a mulher no contexto de Misiones/Argentina.

Logo após, ocorreu a palestra da Promotora Legal Popular Maria Salette Silveira (THEMIS/POA/RS) comentando sobre o papel das Promotoras Legais Populares e da THEMIS na luta contra a Violência de Gênero. A seguir ocorreu a assinatura do TERMO DE COMPROMISSO de criação da REDE DE PROTEÇÃO À MULHER no município de São Luiz Gonzaga e região.

- **Em relação ao objetivo 3:** *Criar e manter atualizado o acervo de Corpus Documental/Banco de Dados e documentos sobre Mulher e Relações de Gênero, com vistas a subsidiar pesquisas e outros;*

Foi iniciada a fase de coleta de artigos, materiais (como folderes, programas, cartazes, relatórios, obras bibliográficas, fotografias alusivas às questões de gênero e ONGs femininas) documentos para a montagem de acervo que posteriormente servirá para consulta sobre gênero. Cabe ressaltar a construção do Documento **Perfil da Mulher em situação de violência em São Luiz Gonzaga e região** que já integra o referido Acervo.

- **No tocante ao objetivo 4:** *Colaborar com a formulação, manutenção e fiscalização de Políticas Públicas de Gênero em nível Municipal, Estadual, Nacional e Internacional;*

Salienta-se a importância do projeto como coadjuvante no processo das políticas públicas de gênero nos vários níveis de ação - municipal, estadual e internacional:

- a) Participação no Plano Estratégico municipal 2015/2030.
- b) A nível Estadual através da integração com a **THEMIS/RS ONG** feminista na divulgação das **Promotoras Legais Populares**.
- c) A nível Internacional – discussões, debates e troca de experiências entre as polí através da roda de conversa do **II FÓRUM INTERNACIONAL - VIOLÊNCIA de GÊNERO: um desafio à sociedade contemporânea**.

- **Em relação ao objetivo 5:** *Incentivar e criar Grupo Interdisciplinar de estudos sobre a temática de Gênero;*

Na consecução deste objetivo foram propostas e realizadas as ações:

- a) Instalação oficial do **Núcleo de Estudos e Assessoria sobre Gênero na URI/SLG**, no mês de agosto de 2017.
- b) Proposição oficial ao **NDE- Núcleo Docente Estruturante** do Curso de Direito da **criação da Linha de Pesquisa "Gênero, diversidades e cidadania"** e, após aprovação pelo mesmo, encaminhada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da URI já aprovada. A referida **linha de estudos e pesquisa** proposta pelo Núcleo tem como objetivo abordar os estudos de gênero, as alterações e as mudanças nas relações de gênero entre o público e o privado, em articulação com outras categorias de análise como violência, sexualidades, poder, alteridades, crimes e legislação, observadas as perspectivas inter/transdisciplinares, dentro e fora da academia e envolvendo, ainda, abordagens feministas, movimentos sociais, políticas públicas, entre outros. Tem como setores de aplicação: Direitos humanos, Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Processual Penal e História do Direito.

- **Em relação ao objetivo 6:** *Fomentar e agilizar o processo ensino-aprendizagem através da realização de reflexões e estudos sobre a temática Gênero, incentivando a produção de textos, artigos e publicações.*

Entre as ações propostas para a efetivação deste objetivo, cita-se:

- a) A participação na Linha de Pesquisa- **Gêneros & Diversidades** Participação na organização de eventos tais como: A **II SEMANA da CONSCIÊNCIA NEGRA/2017** na URI/SLG, em 20 de novembro de 2017.

b) Publicação de textos informativos no jornal local e nos Anais do **XI Colóquio Internacional: Inovação, Conhecimento e Tecnologias**.

c) Participação em eventos educativos e de reflexões sobre o tema como, entre outros:

- Mediação na **Mesa Redonda sobre Gênero** (com a participação do palestrante Alberto da Silva (docente da *Sourbonne Paris-França* sobre “**A Mulher no período da ditadura Militar no Brasil**”, em 5 de setembro de 2017).

-Coordenação da Roda de Conversa do **II FÓRUM INTERNACIONAL-VIOLÊNCIA de GÊNERO: um desafio à sociedade contemporânea** – Através da orientadora deste projeto.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do projeto, até o momento, apontam que o mesmo, neste primeiro ano de trabalho teve entre as condições favoráveis a evolução, de forma significativa, com alterações positivas do planejamento visto que “conquistou” a deliberação de uma sala especial para o funcionamento específico do mesmo com o objetivo de assessoria jurídica psicológica e social às mulheres em situação de violência, no Fórum local. Tal fato vem comprovar a importância e a repercussão deste projeto na comunidade.

Ressalta-se a participação na oficialização do trabalho integrado a **Rede de Proteção a Mulher** oficializado no dia 08 de março de 2018 por ocasião de II Fórum Internacional da Mulher. Além desta integração ressalta-se o trabalho conjunto e parceiro do Núcleo com o Projeto de Pesquisa- **Gênero e Violência e Direitos Humanos também para mulheres** e com o **Observatório de Estudos Culturais & Diversidades** consolidando o que se almeja de uma Instituição de ensino Superior- a integração entre o **Ensino, a Pesquisa e a Extensão**. Sem dúvidas está contribuindo, de forma marcante e significativa, na busca dos objetivos traçados estando sua consolidação encaminhada para as próximas etapas do projeto, com parceria efetiva, objetiva e real do **Núcleo** com a comunidade civil, em especial com a **Rede de Proteção à Mulher** em São Luiz Gonzaga.

REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, Cristina. **O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes**. In: *Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. São Paulo: ABET Vol.1, 1994.

CALÁS, Martha B.; SMIRCICH, Linda. Texto: **Do ponto de vista da mulher;** abordagens feministas em estudos organizacionais. In: **Handbook de estudos organizacionais.** v.1. Sterwart R. Clegg, Cynthia Hardy, Walter R. Nord; Miguel Caldas, Robert Fachin, Tânia Fischer. Org. da edição brasileira. São Paulo: Atlas, 1998.

DE BARBIERI, Teresita. Texto “Sobre la Categoría Género. Una Introducción Teórico- Metodológica” in: **Ediciones de Lãs Mujeres Nº 17.** 1992. Isis Internacional.

DUBY, Georges, PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In: **História das Mulheres no Ocidente** do Renascimento a Idade Moderna. Porto. Portugal: Afrontamento, 1991.v.3.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.^a Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. 7 ed.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico.** 17. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2013/2014.

HEILBORN, Maria Luiz, SORJ, Bila: texto **Estudos de Gênero no Brasil** in: Instituto Interamericano de Direitos humanos- **Protocolo Facultativo Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra a Mulher /IIDH-** 1^a Ed.- San José Costa Rica. 2000.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. **História das mulheres.** In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas.* São Paulo, Unesp, 1992

SOARES, Vera. **Movimento Feminista. Paradigmas e Desafios.** *Revista de Estudos Feministas.* Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, N° Especial, 2° Sem. 1994.

VIEIRA, Sonia Bressan. *As Organizações de Mulheres no Rio Grande do Sul.* Dissertação de Mestrado, 2001.

OS DIREITOS HUMANOS DA MULHER NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA AO LONGO DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

THE WOMAN'S HUMAN RIGHTS IN THE BRAZILIAN LEGISLATION ALONG THE CENTURY XX AND BEGINNING OF THE CENTURY XXI

Rafaela Schievelbein Kivel⁵⁶

Sonia Bressan Vieira⁵⁷

RESUMO: O artigo aborda aspectos que norteiam a evolução da luta feminista para obter direitos e diminuir fatores que ainda estão presentes no século XXI, como a desigualdade de gênero e a violência contra a mulher. Resulta da necessidade de dar continuidade ao estudo realizado no artigo “Tematizando Aspectos Históricos dos Direitos Humanos da Mulher da Pré-História ao Século XXI”. O **objetivo** é refletir através de dados, fatos históricos e legislações o contexto na qual a mulher está inserida e seus significativos avanços expondo aspectos dessa trajetória. O estudo está alicerçado em teóricos como Mary Del Priore, Joan Scott, Angelita Maders, Gisela Bester, entre outros, na elucidação de conceitos como: **mulher na história, luta feminista, direitos das mulheres e legislações**. A **metodologia** utilizada embasou-se em pesquisas bibliográficas, como as Constituições que estiveram vigentes no Brasil, obras científicas e legislações que ampliaram os direitos das mulheres. Os **resultados** apontam para a importância do movimento feminista, intensificado na década de 70 do século XX, adentrando com conquistas consideráveis no século XXI, tais como direito ao voto, capacidade civil, cotas na política, mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Palavras-chave:** Mulher na história; Luta feminista; Direitos das mulheres; Legislações.

ABSTRACT: The article addresses aspects that guide the evolution of the feminist struggle to obtain rights and reduce factors that are still present in the 21st century, such as gender inequality and violence against women. It results from the need to continue the study carried out in the article "Thematizing Historical Aspects of the Human Rights of Women from Prehistory to the 21st Century". The objective is to reflect through data, historical facts and legislations the context in which women are inserted and their significant advances exposing aspects of this trajectory. The study is based on theorists such as Mary Del Priore, Joan Scott, Angelita Maders, Gisela Bester, among others, in the elucidation of concepts such as: women in history, feminist struggle, women's rights and legislation. The methodology used was based on bibliographical research, such as the Constitutions that were in force in Brazil, scientific works and

⁵⁶ Acadêmica do 2º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Bolsista do Projeto de Extensão - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero. URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania e da Linha de Pesquisa - Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail:rafaelakivel@gmail.com.

⁵⁷ Doutora em História. PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Orientadora do Projeto de Extensão - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. Coordenadora da Linha de Pesquisa - Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail:soniabressanvieira@gmail.com.

legislation that extended the rights of women. The results point to the importance of the feminist movement, intensified in the 70's of the XX century, entering with considerable achievements in the 21st century, such as the right to vote, civil capacity, quotas in politics, mechanisms to curb domestic and family violence against and to include femicide in the role of heinous crimes.

Keywords: Woman in history; Feminist struggle; Women's rights; Legislation.

INTRODUÇÃO

O artigo resulta na necessidade de dar continuidade ao estudo realizado no “Tematizando Aspectos Históricos dos Direitos Humanos da Mulher da Pré-História ao Século XIX” expondo aspectos das transformações ocorridas na trajetória feminina ao longo do século XX e início do século XXI citando o marco histórico do século XX que é a conquista do voto feminino, em 1932, resultado de uma incessante luta e a ascensão do movimento feminista que culminou no surgimento de fatores para acabar com a violência contra mulher, considerado um problema de proporção mundial que tende a crescer se não for combatido, com isso, o marco histórico do século XXI se dá, em 2006, quando é sancionada a Lei nº 11.340 que trata, pela primeira vez no Brasil, dessa temática.

O objetivo do artigo é o contexto histórico da mulher do século XX e início do século XXI apontando seus avanços significativos e expondo aspectos dessa trajetória de uma luta incessante. O estudo está alicerçado em referenciais teóricos, como Mary Del Priore, Joan Scott, Angelita Maders e Gisela Bester e vinculado, profundamente, com a luta feminista para obter direitos.

A metodologia envolveu pesquisas bibliográficas, como as Constituições que vigoraram no Brasil nos séculos XX e XXI, legislações como o Código Civil de 1916 e 2002 e diversas outras que serão apresentadas no decorrer do artigo que vieram dar publicidade e conferir direitos às mulheres.

Os resultados apontam que ser mulher é viver uma constante luta para se libertar das amarras opressoras e do patriarcalismo enraizado a milhares de anos na sociedade e que graças ao movimento feminista, ocorreram avanços em relação aos direitos humanos das mulheres no Brasil. Foram conferidos às mulheres direitos civis, políticos e sociais e também foram criados mecanismos especiais para tratar da violência contra a mulher e a desigualdade de gênero ainda muito presente na sociedade. Entretanto, ainda é necessário que o Estado, em conjunto com a sociedade, mude essa situação desigual em relação à mulher com políticas públicas eficientes.

A artigo está estruturado em 3 (três) itens expondo após quase 400 anos de história colonial/imperial e, na sequência, com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, as mudanças esperadas no cenário feminino, mas que não ocorreram de forma veloz. A primeira Constituição do Brasil República, em 1891, não trouxe avanços em relação às mulheres e, assim como a Constituição antecessora, não reconhecia a mulher como cidadã de direitos.

1 A MULHER NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA AO LONGO DO SÉCULO XX

1.1 O Código Civil de 1916 - Lei nº 3.071/1916

Coube a Clóvis Beviláqua a missão de elaborar o primeiro Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, em 1889. Devido à sociedade conservadora e patriarcal, era de se esperar um código no qual a mulher continuasse submissa ao homem, uma vez que ela era impedida de praticar independentemente atos da vida civil sendo sempre necessária à tutela masculina.

A **Lei nº 3.071**, de 1º de janeiro de 1916 estabeleceu o primeiro **Código Civil** e traz no artigo 6º, inciso II que “as mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal é relativamente incapaz”. O Código também previa a diferenciação entre os direitos e deveres no casamento. Nesse período “o casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como a verdadeira carreira feminina” (LOURO, 2012, p.454). A mulher precisava da autorização do marido para exercer atos, conforme estabelecido no artigo 242, como praticar atos que este não poderia sem o consentimento da mulher e exercer a profissão, mantendo o tabu da superioridade masculina “[...] o marido era considerado o chefe, o administrador e o representante da sociedade conjugal. Nosso Código Civil de 1916 foi fruto direto dessa época” (VENOSA, 2014, p. 16).

1.2 A conquista do voto feminino - Decreto nº 21.076/1932

O país pioneiro na instauração do sufrágio feminino foi a Nova Zelândia, em 1883. Entretanto, o Brasil poderia ter se tornado a primeira nação a aprová-lo se a emenda ao projeto da Constituição que conferiria direito ao voto à mulher não tivesse sido rejeitada. A emenda foi recusada pelo motivo de que seria eminente “a dissolução da família brasileira” (FREIRE, 1891, p.306). Assim, iniciou-se um período de intensa luta que se arrastaria por toda a República Velha (1889 - 1930) e que resultou no

surgimento de diversos nomes expressivos na luta feminista, como Leolinda Daltra e Bertha Lutz, além de pioneiras na política feminina brasileira.

A professora e sufragista, **Leolinda Daltra**, que lutou pela autonomia feminina e defendeu, arduamente, o direito das mulheres serem tão cidadãs quanto os homens fundou, em 1910, o Partido Republicano Feminino (PRF) acontecimento que “merece atenção especial pela ruptura que representou [...] pelo fato de ser um partido político composto por pessoas que não tinham direitos políticos, cuja atuação, portanto, teria de ocorrer fora da ordem estabelecida” (PINTO, 2003, p.18). Daltra é descrita como uma mulher que “[...] teve que lidar com as duras críticas da opinião pública [...] que relutavam em aceitar que uma mulher deixasse seu lar e filhos [...]” (ROCHA, 2002, p.4).

Em meio aos ideais que abalaram a sociedade na década de 20 surge a paulista **Bertha Lutz**, uma cientista que acabou virando líder feminista e política. Bertha foi um importante nome na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e na campanha pelo voto feminino, que talvez sem ela, teria ido além da década de 30 para se tornar realidade. Bertha afirmou que “o sufrágio feminino não é um fim em si, mas um instrumento a ser usado para melhorar o status das mulheres”, pois a condição de ser mulher era um empecilho para atingir os objetivos almejados por elas nesse período, devido ao fato de que a sociedade cultuava uma ideia patriarcal. Assim, em 1936, Bertha escreveu que:

Não é exato nem procedente declarar que, adquiridos os direitos eleitorais, a mulher abdica do lugar que a natureza lhe concedeu. O domínio da mulher, todas nós feministas concordamos, é o lar. Mas é que hoje o lar não está mais compreendido no espaço de quatro muros. Lar também são a escola, a fábrica, a oficina. Lar é principalmente o parlamento onde se elaboram leis que regem a família e a sociedade humana (LUTZ, 1936).

O marco histórico das lutas feministas do século XX é, em 1932, quando após décadas de militância, o sufrágio feminino foi instaurado por meio do **Decreto nº 21.076** do presidente Getúlio Vargas permitindo que às mulheres brasileiras votassem e fossem votadas. Nesse período, conhecido como “Era Vargas”, a insatisfação popular era eminente, entretanto, no cenário feminino foi um ano muito decisivo e marcante.

O Rio Grande do Norte foi o estado brasileiro pioneiro na instauração do voto feminino. Destacaram-se nesse período as nordestinas **Mietta Santiago** que, através de um Mandado de Segurança, adquiriu o direito de votar e de concorrer ao cargo de deputada federal, no qual, ela não conseguiu se eleger, mas, tal ato, foi considerado

um grande feito para a época. Foi incluído na legislação eleitoral do estado potiguar o sufrágio feminino estabelecendo que não houvesse mais distinção de sexo. As nordestinas **Celina Guimarães Viana** e **Alzira Soriano** também marcaram o cenário político feminino em uma época em que a mulher não poderia exercer tal ato que só veio a se consolidar como um direito, em 1932. Celina alicerça a presença feminina na política entrando para a história como a primeira mulher a votar (DIAS; SAMPAIO, 2011, p.67) e, posteriormente, em 1928, Alzira Soriano torna-se a primeira mulher a ser eleita para um mandato político em uma época dominada pelo patriarcalismo.

Em maio de 1933, as brasileiras puderam, pela primeira vez, expressar nas urnas a sua vontade reconhecida e legitimada, entretanto, com ressalvas, pelo fato de que, o voto feminino só era permitido a mulheres casadas com a autorização do marido, a viúvas e solteiras que possuíssem renda própria (PEREIRA, 2009). Bester comenta a importância da conquista do voto para às mulheres como uma forma de emancipação política e integração das mulheres na democracia, pois ao serem eleitas puderam reivindicar os direitos que ainda não possuíam (BESTER, 1996).

No cenário político, em 1934, a presença feminina alcançou o Congresso Nacional pela primeira vez. **Carlota Pereira Queiroz** escreveu um novo capítulo na história do país ao ser eleita pelo Partido Constitucionalista de São Paulo como a primeira deputada federal do Brasil acabando com um longo período de patriarcado. O seu mandato foi em defesa das mulheres e das crianças e em seu primeiro discurso, proferido em 13 de março de 1934, Carlota pronunciou:

[...] Quem observar a evolução da mulher na vida, não deixará por certo de compreender esta conquista, resultante da grande evolução industrial que se operou no mundo e que já repercutiu no nosso país. [...] O lugar que ocupo neste momento nada mais significa, portanto, do que o fruto dessa evolução.

1.3 Os avanços femininos nas Constituições da “Era Vargas” e sua sucessora

A **Constituição Brasileira de 1934** trouxe muitos avanços no cenário feminino. Pela primeira vez na história, escrevia-se em uma Constituição Brasileira o direito ao voto feminino e o princípio da igualdade entre os sexos repudiando a diferença salarial. O dia 24 de fevereiro de 1932 entra para a história, pois foi o resultado de uma incessante luta, luta esta reconhecida em 08 de janeiro de 2015, através da **Lei nº 13.086**, que instituiu o dia 24 de fevereiro, como o “Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil”.

A **Constituição de 1937** acrescentou o direito ao voto feminino, entretanto, foi somente com a Constituição sucessora que passou a ser destinado a todas as mulheres. Na **Constituição de 1946** as conquistas femininas tiveram um retrocesso. De acordo com Salete Maria da Silva, essa Constituição “limitou-se a reproduzir o texto da Constituição anterior, não avançando em absolutamente nada no que respeita às questões femininas” (SILVA, 2012, p.41).

1.4 Estatuto da Mulher Casada - Lei nº 4.121/1962

Grande parte dos direitos adquiridos pelas mulheres é recente. Há 55 anos, no dia 27 de agosto de 1962, foi sancionada a **Lei nº 4.121 do Estatuto da Mulher Casada** que desvinculava a mulher da figura masculina passando a ter autonomia, que até então era inexistente e anulando normas discriminadoras. Neste sentido, Venosa destaca que o Estatuto da Mulher Casada eliminou as desigualdades entre os cônjuges e a incapacidade relativa da mulher (2014, p.10).

1.5 Avanços em relação à mulher nas legislações da Ditadura Militar

A **Constituição de 1967** e a **Emenda Constitucional de 1969**, que para muitos doutrinadores é considerada uma Constituição, trouxe uma única mudança em relação às mulheres: à redução do prazo para a aposentadoria, passando de 35 para 30 anos. Nesse período da história brasileira, a **Lei nº 6.515**, de 26 de dezembro de 1977, que estabeleceu o **divórcio**, foi uma conquista de grande importância para as mulheres. Ela causou muitas reações negativas no país, devido ao fato de que a sociedade a via como uma mudança radical na estrutura social. Dias (2011) afirma que o matrimônio, até então, só poderia ser desfeito, de forma legítima, com o desquite que manteria o vínculo conjugal impedindo um novo casamento, mas não novos relacionamentos.

Todavia, no início do século XXI foram sancionadas a **Lei nº 11.441** e a emenda constitucional **66/10** para tratar do divórcio. A **Lei 11.441**, de 4 de janeiro de 2007, passou a possibilitar a dissolução do casamento por meio do cartório. Dias ressalta que “se os cônjuges não tiverem pontos de discordância nem filhos menores, podem obter o divórcio sem a intervenção judicial, pois é possível leva-lo perante a um tabelião” (DIAS, 2011, p. 321). A partir de 2010, através da **emenda 66/10**, o divórcio passou a ser concedido sem separação prévia prevista. Conforme Dias “o divórcio pode ser requerido a qualquer tempo. No mesmo dia ou no dia seguinte ao casamento [...]” (DIAS, 2011, p.316).

1.6 A Constituição Cidadã de 1988

Chegando ao fim do século XX e início da primeira metade do século XXI ocorrem mudanças em relação às mulheres na legislação brasileira. No dia 05 de outubro de 1988 é promulgada a **Constituição Federal Brasileira de 1988**. A Constituição Cidadã, como ficou popularmente conhecida, está em vigor atualmente e trouxe muitas conquistas às mulheres, como a isonomia, direitos humanos, direitos sociais, direitos trabalhistas, direito à propriedade e direitos políticos. Autores ressaltam que: “a Constituição de 1988 introduziu mudanças significativas nos direitos da mulher. Não se preocupou somente em equipará-las aos homens, mas em atender interesses específicos [...]” (DIAS E SAMPAIO, 2011, p.78). Como se constata, o texto constitucional da Carta Magna de 1988 contou com a participação do movimento feminista “que pressionaram a Assembleia Nacional Constituinte a incluir direitos destinados especificamente às mulheres no texto constitucional” (MADERS, 2010, p.106).

1.7 As Leis de Cotas para mulheres na política - Lei nº 9.100/95

A representatividade feminina na política brasileira é tardia, por isso, medidas para modificar esse quadro foram realizadas. A **Lei nº 9.100** foi promulgada, em 1995, estabelecendo que os partidos políticos tenham 20% dos seus candidatos representados por mulheres. Entretanto, em 1997, é substituída pela **Lei nº 9.504** que ampliou para no mínimo 30% e máximo 70% de candidatos dos ambos os sexos. Dias afirma que “para o fortalecimento do projeto democrático, é necessário que os partidos trabalhem na capacitação política das mulheres, que sempre foram alijadas do espaço público” (DIAS, 2004, p.55).

No início do século XXI, mudanças ocorreram em relação a essa questão. No dia 29 de setembro de 2009, foi sancionada a **Lei nº 12.034** que ampliava os direitos políticos das mulheres, alterando suas antecessoras. São, portanto, aproximadamente 140 anos de uma luta incessante para inserir a mulher brasileira na política, fato ainda não efetivado de forma satisfatória.

2 ASPECTOS DA MULHER NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

2.1 O Código Civil de 2002 - Lei nº 10.406/02

A **Lei nº 10.406** de 10 de janeiro de 2002 do atual **Código Civil Brasileiro** entrou em vigor após o período da *vacatio legis* de um ano. Passaram-se aproximadamente 100 anos entre os dois Códigos e nesse período a sociedade evoluiu. Com a vigência de uma Codificação totalmente reformulada, o casamento deixa de ser um destino eminente e passa a ser opcional. Se a mulher escolher casar, terá os mesmos direitos do seu marido, passando a ser capaz de exercer atos civis. Constata-se que o atual Código Civil Brasileiro trata mais igualitariamente homens e mulheres apesar de ainda enfrentarem inúmeras dificuldades.

2.2 Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006

Foi a partir da década de 70 que a violência contra a mulher passou a ser vista pela sociedade como um ato impiedoso e, devido aos acontecimentos sociais, surgiu à campanha nacional “*Quem ama não mata*” iniciando uma luta que ainda é vivenciada na atualidade. No século XX, a mulher brasileira não possuía um recurso específico para tratar da violência, pois não existia uma lei que a amparasse. Monteiro (2005) ressalta que foi somente após a realização da *Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres*, organizada pela ONU, em 1979, que a violência contra a mulher passou a ser reconhecida como um crime contra a humanidade.

A violência contra a mulher é uma realidade social que atinge todas as classes e a sua erradicação é o principal objetivo do movimento feminista. É um problema de proporção mundial e de saúde pública que tende a crescer se não for combatida, pois causa danos psíquicos, muitas vezes irreversíveis, a quem sofre a agressão e a quem está ao seu redor (GROSSI, 1996).

A violência contra a mulher brasileira tomou novos rumos quando, após sofrer diversos ataques do marido, **Maria da Penha Maia Fernandes**, buscou auxílio junto a órgãos internacionais, já que suas inúmeras tentativas de prendê-lo foram falhas. Foram árduos anos para Maria da Penha ver o seu agressor ser preso. Constata-se então que o marco histórico do século XXI se dá em 2006, quando é sancionada a **Lei nº 11.340**, denominada **Lei Maria da Penha** punindo a violência contra a mulher e resgatando a cidadania feminina esquecida no fundo da gaveta após anos de luta contra as opressões. É a primeira vez que o Brasil possui uma lei específica para amparar, repudiar e punir a violência. A Lei tem por objetivo central promover

mudanças jurídicas, políticas e culturais, além de afirmar os direitos humanos das mulheres (CAMPOS, 2009; PASINATO, 2010).

A Lei enfrentou inúmeras barreiras para ser aceita e quando ela foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), corte de justiça de maior hierarquia no Brasil, por inconstitucionalidade por ferir o direito de igualdade de gênero, a Ministra Cármen Lúcia pronunciou as seguintes palavras:

A Lei Maria da Penha não é dos Penha, não é do casal, é da dona Maria. Quando há violência, não há nada de relação de afetividade. É relação de poder, é briga por poder. Queremos ter companheiros, não queremos ter carrasco. Não queremos viver com medo. O medo gera vergonha (MINISTRA CÁRMEN LÚCIA).

2.3 Lei do Femicídio - Lei nº 13.104/15

A legislação brasileira é tardia ao tratar do feminicídio. Foi somente, em 2015, que o feminicídio passou a ser considerado crime hediondo, pois até então a **Lei nº 13.104** de 09 de março de 2015, que alterou o artigo 121 da Lei nº 2.848/40 do atual Código Penal, não existia. A **Lei do Femicídio** vem para punir homens que cometam homicídio qualificado contra mulheres e resgatar a cidadania feminina em meio a tanto sangue já derramado. A **Lei nº 13.104/15** é uma conquista recente, mas muito importante para às mulheres que, como visto no decorrer desse artigo, sofreu inúmeras discriminações, violência, rebaixamento e rejeição.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma análise da situação da mulher ao longo do século XX e início do século XXI, vemos que a mulher enfrentou diferentes problemas e sofreu inúmeras discriminações ao longo da história. Quando se menciona “direitos humanos das mulheres” é comum ouvir expressões como “hoje não faz mais sentido falar em feminismo” ou “às mulheres já conquistaram tantas coisas”. Só que em meio a tantos “jás”, há muitos “aindas” que justificam a importância e a necessidade de se falar em direitos humanos das mulheres. Ainda se é necessário porque os direitos políticos, sociais, civis e culturais das mulheres continuam sendo negligenciados.

Os avanços mais significativos em legislações e direitos humanos das mulheres ganharam notoriedade a partir do século XX, que teve como marco histórico a conquista do direito ao voto feminino e o século XXI com legislações que vieram repudiar e punir a violência contra a mulher que é o principal problema enfrentado pela sociedade feminina na Idade Contemporânea.

Como resultado desse estudo, constata-se que apesar das mulheres gozarem de direitos garantidos nas legislações e na Constituição de 1988, norma máxima do ordenamento jurídico brasileiro, é necessário o comprometimento do Estado e da sociedade, em conjunto, para inibir a realidade desigual ainda enfrentada pelas mulheres.

REFERÊNCIAS

a) Obras Citadas

CAMPOS, C. **Lei Maria da Penha: um novo desafio jurídico**. In F. Lima & C. Santos (Eds.), *Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DIAS, Joelson; SAMPAIO, Vivian Grassi. **A inserção política da mulher no Brasil: uma retrospectiva histórica**. *Estudos Eleitorais*, Brasília, DF, v. 6, n. 3, set./dez. 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MADERS, Angelita Maria; ANGELIN, Rosângela. **A construção da equidade nas relações de gênero e o movimento feminista no Brasil: avanços e desafios**. *Revista Cadernos de Direito*. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, v. 10, n. 19, jul./dez. 2010.

MONTEIRO, F. J. **Mulheres agredidas pelos maridos: de vítimas a sobreviventes**. Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2005.

PASINATO, W. (2010). **Lei Maria da Penha: novas abordagens sobre velhas propostas**. *Onde avançamos?*. *Civitas*, 10(2), 216-232.

PEREIRA, Rodrigo Rodrigues; DANIEL, Teófilo Tostes. **O voto feminino no Brasil**. São Paulo/Mato Grosso do Sul: Procuradoria Regional da República – 3ª Região, 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 14ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

b) Legislações

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1934.

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937.

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 24 de janeiro de 1967.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Código Civil. Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10406.htm Acesso em: set.2018.

BRASIL. **Código Civil. Lei nº 3.071**, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm Acesso em: set.2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 21.076**, de 24 de fevereiro de 1932. Código Eleitoral. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: set.2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.199**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1941. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=528286&id=14271060&idBinario=15709647&mime=application/rtf> Acesso em: set.2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 66**. Divórcio sem separação prévia. Brasília, 13 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc66.htm Acesso em: set.2018.

BRASIL. **Lei n. 12.034**, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Diário Oficial da União, Brasília, 30 set. 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.340**. Lei Maria da Penha. Brasília, 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm Acesso em: set.2018.

BRASIL. **Lei nº 11.441**. Divórcio consensual por via administrativa. Brasília, 04 de janeiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11441.htm Acesso em: set.2018.

BRASIL. **Lei nº 13.086**. Institui o Dia da Conquista do Direito ao Voto Feminino Brasília, 08 de janeiro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13086.htm Acesso em: set.2018.

BRASIL. **Lei nº 13.104**. Lei do Femicídio. Brasília, 09 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm Acesso em: set.2018.

BRASIL. **Lei nº 4.121.** Estatuto da Mulher Casada. Brasília, 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4121-27-agosto-1962-353846-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: set.2018.

BRASIL. **Lei nº 6.515.** Lei do Divórcio. Brasília, 26 de dezembro de 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm Acesso em: set.2018.

BRASIL. **Lei nº 9.100.** Lei de Cotas. Brasília, 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9100.htm Acesso em: set.2018.

CÂMARA DE DEPUTADOS. **Annaes do Congresso Constituinte da Republica.** 2 de janeiro ate 30 de janeiro de 1891. Segunda edição, Revista. Vol. II, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1926.

c) Teses e Dissertações

BESTER, Gisela Maria. **Direitos Políticos das Mulheres Brasileiras – Aspectos Históricos da luta sufrágica e algumas conquistas políticas posteriores.** Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas – Especialidade Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

ROCHA, Elaine Pereira. **Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859 – 1935)** – patriotismo, indigenismo e feminismo. 2002. 335 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Salete Maria da. **A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988.** Salvador, 2012. Tese de Doutorado em Direito. UFBA.

**TEMATIZANDO ASPECTOS HISTÓRICOS DOS DIREITOS HUMANOS DA
MULHER: DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XIX**

**TEMATIZING HISTORICAL ASPECTS OF WOMEN'S HUMAN RIGHTS: FROM PRE-
HISTORY TO THE CENTURY XIX**

Rafaela Schievelbein Kivel⁵⁸

Sonia Bressan Vieira⁵⁹

RESUMO: O artigo aborda aspectos históricos da trajetória feminina para conquistar direitos civis, políticos e sociais. Tem por **objetivo** investigar aspectos da luta feminista na conquista de direitos humanos da mulher da Pré-História ao século XIX. Utiliza referenciais teóricos alicerçados no pensamento de Mary Del Priore, Jacques Le Goff, Rachel Soihet, Zuleika Alambert, Michelle Perrot, Georges Duby, entre outros, expostos nos conceitos: **mulher, luta feminista, direitos humanos e legislações**. A **metodologia** utilizada neste ensaio envolveu uma pesquisa bibliográfica e descritiva cujo desenvolvimento consistiu na busca de dados, fatos históricos, relatos e legislações em obras científicas e virtuais. Os **resultados** apontam para o fato de que a mulher desde os primórdios da humanidade foi deixada a sombra da história observando-se casos específicos de atuação da mesma, como heroínas nacionais, rainhas, feiticeiras, bruxas medievais e líderes de lutas feministas as quais não são de agora, mas remontam os tempos passados de luta contra o patriarcado. Este estudo impulsionou a continuidade da pesquisa, “Os Direitos Humanos da Mulher na Legislação Brasileira ao Longo do Século XX e Início do Século XXI”.

Palavras-chave: Mulher. Luta Feminista. Direitos humanos. Legislações.

ABSTRACT: The article discusses historical aspects of the female trajectory to achieve civil, political and social rights. It aims to investigate aspects of the feminist struggle in the conquest of human rights of women from Prehistory to the nineteenth century. It uses theoretical references grounded in the thinking of Mary Del Priore, Jacques Le Goff, Rachel Soihet, Zuleika Alambert, Michelle Perrot and others exposed in the concepts of **women, feminist struggle, human rights** and **legislation**. The methodology used in this essay involved a bibliographical and descriptive research whose development consisted in the search of data, historical facts, reports and legislation in scientific and virtual works. The results point to the fact that women from the earliest days of mankind have been left in the shadow of history by observing specific cases of the same, such as national heroines, queens, witches, medieval witches and leaders of feminist struggles which are not from now on, but go back to past

⁵⁸ Acadêmica do 2º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Bolsista do Projeto de Extensão-Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero. URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania e da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail:rafaelakivel@gmail.com.

⁵⁹ Doutora em História. PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Orientadora do Projeto de Extensão- Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. Coordenadora da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail:soniabressanvieira@gmail.com.

times of struggle against patriarchy. This study fostered the continuity of the research, "The Human Rights of Women in Brazilian Legislation Throughout the 20th Century and the Beginning of the 21st Century".

Keywords: Woman. Feminist fight. Human rights. Legislation

INTRODUÇÃO

A trajetória das mulheres ao longo dos séculos tem sido marcada por emergentes transformações políticas, sociais e econômicas. Desde a Pré-História e as primeiras civilizações às mulheres sempre estiveram submissas à figura masculina, representado na figura do pai, ou em sua ausência do irmão mais velho, e quando contraísse matrimônio tal papel passava a ser exercido pelo marido. Se observado o contexto histórico, percebe-se que a mulher sempre esteve encarregada de exercer as tarefas domésticas, desempenhando o papel de mãe e de esposa. Como veremos nas próximas seções, conforme Michelle Perrot e Georges Duby, a participação da mulher na História era na sombra de um mundo dominado pelo masculino.

O **objetivo** desse artigo é investigar os aspectos da luta feminista ao longo da Pré-História, Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, suas transformações e seus significativos avanços desde os tempos primordiais até o século XIX.

Como **metodologia** de trabalho foi utilizada a análise de períodos e fatos históricos, dados e relatos embasando-se em referenciais teóricos alicerçados no pensamento de Mary Del Priore, Jacques Le Goff, Rachel Soihet, Zuleika Alambert, Michelle Perrot, Georges Duby e outros, obras científicas e legislações expondo a situação que a mulher se encontrava de acordo com o período histórico relacionado.

Os resultados apontam que a mulher foi deixada a sombra da História. De acordo com o contexto histórico as mulheres foram heroínas nacionais, rainhas, feiticeiras, bruxas medievais e líderes feministas que mostram que a luta feminista não é de hoje, ela acompanha a mulher desde os tempos antigos. Constatam-se mudanças significativas em relação aos direitos das mulheres e, por isso, impulsionou a continuidade do estudo em outro artigo, "Os Direitos Humanos da Mulher ao Longo do Século XX e Início do Século XXI".

1 NUANCES HISTÓRICAS DAS MULHERES DA PRÉ-HISTÓRIA, ANTIGAS E MEDIEVAIS

1.1 A mulher na Pré-História

Fazendo uma análise da situação da mulher nos diversos períodos históricos, percebe-se que não havia muitos registros das mulheres na **Pré-História** até a descoberta de dois fósseis, Lucy e Luzia. Nesse período “a mulher (...) trabalhava a terra, domesticava animais, cuidava das crianças, velhos e doentes, além de criar vasilhames, utilizar o fogo, preparar unguentos, poções, enquanto o homem ia à caça de alimentos” (ALAMBERT, 2004, p.27). Até então, era de conhecimento que a sociedade primitiva se centrava na mulher pela fertilidade, pois se acreditava que ela possuía o dom da vida, mas isso ia além. Foram encontrados vestígios que revelam que a mulher ocupava posições primordiais nesse período da história, como estatuetas, pinturas e objetos que cultuavam a mulher como um ser sagrado.

1.2 Antiguidade & Mulher

Com o surgimento da escrita em aproximadamente em 4000 a.C, inicia-se a **Idade Antiga** conhecida como Antiguidade e as civilizações que se destacaram nesse período com relação às mulheres foram a **egípcia**, a **romana** e a **grega**.

Os egípcios são considerados uma das civilizações mais antigas do mundo. Estima-se que eles viviam as margens do Rio Nilo entre os anos de 3200 a.C a 32 a.C. e diferente das outras civilizações que serão relatadas no decorrer deste artigo, a mulher possuía uma certa participação tanto na política como na vida social. De acordo com a pesquisadora Gloria Maria D. L. Pratas tal perspectiva é perceptível, haja vista que:

Apesar da discriminação sofrida pelas mulheres ao longo da história, a figura feminina no Egito, se comparada a outras civilizações antigas, com certeza gozava de uma posição social e jurídica privilegiada. Os textos jurídicos encontrados tratam do casamento, da gestão dos bens, sem esquecer o divórcio, o futuro do patrimônio dos filhos e as questões de herança (PRATAS, p.6, 2011).

A **mulher egípcia** detinha grande parte dos direitos delegados aos homens e **estabelecidos na lei egípcia podendo reclamá-los, caso sentissem-se desrespeitadas ou violadas. Outra característica dessa civilização em relação às mulheres era a liberdade que lhes eram atribuídas comparadas as outras civilizações, na qual, destaca-se a autonomia em administrar seus próprios bens.** Além disso, às “mulheres não só podiam adquirir bens, como, eventualmente, também gerar riqueza no interior de suas casas” (SOUZA, 2008).

Nesse meio tempo, surge com maior intensidade, na região sul da Península Balcânica, à civilização grega. A Grécia, berço de grandes filósofos via às mulheres como objeto do homem, eram menosprezadas e, desde cedo lhe era ensinado os trabalhos domésticos, com isso, a mulher grega tinha uma vida reclusa e seus direitos eram inexistentes.

Tôrres ressalta que “a ateniense, casada, vivia a maior parte do tempo confinada às paredes de sua casa, detendo no máximo o papel de organizadora das funções domésticas, estando de fato submissa a um regime de quase reclusão” (2001, p.02). Seja em Atenas, Creta ou Esparta, ressalta Torres, a mulher grega não gozava de direitos e liberdades, não eram dignas de receber educação, eram sempre tuteladas pelo homem e eram reféns em seu próprio lar sendo privadas de exercerem atividades, como participar de debates políticos e administrar propriedades, pois eram atividades exclusivamente masculinas.

A submissão da mulher ao homem era uma das características das mulheres da Antiguidade, com isso, Karina Melissa Cabral expõem que na Grécia Antiga, as mulheres estavam proibidas de assistirem as Olimpíadas que eram reservadas, exclusivamente, aos homens (CABRAL, 2008).

Já, a mulher **romana** deveria estar sempre sob o domínio de um homem na figura do pater familias (chefe do lar) representadas pelo pai ou pelo marido. Acompanhavam os maridos em banquetes, debatiam política e participavam da administração do lar, mas nada que fosse contra os costumes impostos pela sociedade antiga. Maria Berenice Dias (2000) ressalta que, para os romanos, as mulheres eram consideradas coisas, tal quais os animais e não eram quantificadas nos censos.

1.3 A mulher medieval

A queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C marca o fim da Antiguidade e início de um novo período histórico denominado **Idade Média**. Conhecida como a Idade das Trevas, nesse período que perpetuou por aproximadamente um milênio, prevalecia o sistema feudal e a Igreja era detentora de grande parte do poder político existente. Eram atribuídas às mulheres medievais dois papéis: obedecer o marido e gerar filhos. Uma das características da mulher medieval é que ela casa-se muito jovem com um homem de aproximadamente trinta anos (LE GOFF, 1989, p.22). Jaques Le Goff ressalta ainda que a mulher “é um ventre, vítima de uma elevada

fecundidade que a faz passar grávida metade de sua vida antes dos quarentas anos” (Ibid.).

Segundo autoridades eclesiásticas, às mulheres eram vistas como portadoras do pecado e disseminadoras do mal (PILOSU, 1995 p.29-43) e devido a isso, eram consideradas inferiores em relação aos homens e deveriam estar sempre sobre tutela masculina. A frase “nós somos netas das bruxas que vocês não conseguiram queimar” circula na internet por meio das redes sociais como uma forma de mostrar que a luta feminista não é de agora e, ao mesmo tempo, remete as atrocidades cometidas contra as mulheres medievais. A frase faz referência à “caça às bruxas” que teve o seu apogeu nos séculos XVI e XVII na Europa. Durante 300 anos a fogueira era o destino das mulheres consideradas bruxas. Angelin afirma segundo Eherenreich & English que as bruxas surgiram espontaneamente e que das mulheres consideradas bruxas, poucas praticavam realmente bruxaria (ANGELIN, 2005).

As mulheres consideradas bruxas eram geralmente enfermeiras, curandeiras ou parteiras que utilizavam seus conhecimentos para atender as necessidades dos seus povoados. Através das plantas medicinais curavam enfermidades e epidemias e, muitas vezes, era, a única alternativa de atendimento para mulheres ou pessoas de classes inferiores. Essas “bruxas” nada mais eram que as médicas do período medieval. Para PERROT:

Nunca, nesse tempo, uma mulher admitiria consultar-se com um homem, entregar-se a ele, confiar-lhe todos os seus segredos. As feiticeiras examinavam-se sozinhas e foram, para as mulheres principalmente, o único médico. O que melhor sabemos da medicina aplicada pelas feiticeiras é que empregavam - para os mais variados fins, para acalmar, estimular – uma grande família de ervas, misteriosa, perigosas, mas de grande utilidade (PERROT, apud ARRUDA E PILETTI, 2005, p. 144).

Tais conhecimentos eram passados de geração em geração e, com medo de perder seu prestígio no posto central do poder medieval, a Igreja iniciou através do Santo Ofício uma perseguição às mulheres que resultou em um verdadeiro genocídio contra o sexo feminino.

Não era admissível nesse período que a mulher medieval obtivesse conhecimento elevado em relação aos homens. Portanto, às mulheres não poderiam exercer uma tarefa exclusivamente masculina devido ao fato de que a sociedade a considerava inferior e incapaz. Assim, “[...] a profissão médica também se interessou na perseguição das bruxas e das curandeiras que ofereciam uma alternativa às praticas médicas ensinadas nas universidades da época” (CABOT, 1992, p.83). A Inquisição foi

instituída pelo Papa Gregório IX, no ano de 1233, e era “uma massiva campanha judicial realizada pela Igreja e pela classe dominante contra as mulheres da população rural” (EHRENREICH & ENGLISH, 1984 apud ANGELIN, 2005). Ligado a diversas circunstâncias, seu objetivo era perseguir e eliminar os hereges e os que ameaçavam a doutrina cristã ao não praticarem o catolicismo. Essa perseguição estendeu-se até o Renascimento e totalizou milhares de mortos. Nesse período, a mulher não poderia ser feminina, não poderia ser livre e não poderia expor seus pensamentos, só lhe cabia à submissão e a obediência.

Não se pode falar em Idade Média e não citar Joana D’Arc, a filha de camponeses que se tornou heroína nacional ao conduzir o exército francês na Guerra dos Cem Anos (1337 - 1453) e libertar a França do domínio inglês. Muitas figuras femininas surgiram nesse período, rainhas, camponesas e santas. Elas lutavam contra uma sociedade patriarcal querendo possuir os mesmos direitos e igualdades que eram delegados aos homens.

2 A MULHER MODERNA E A TRANSIÇÃO PARA A CONTEMPORANEIDADE

Com o passar dos anos, em 1453, com a transição do feudalismo para o capitalismo, as grandes navegações, o Renascimento e o Iluminismo veio a **Idade Moderna**. A mulher continuava submissa ao homem e lhe cabia o papel de filha, irmã, esposa e mãe.

Todavia, em meio aos movimentos liberais que ocorreram na Europa, houve uma emancipação das mulheres e uma desvinculação em relação às atividades que lhe eram atribuídas anteriormente.

Com a Modernidade, ocorre uma ruptura com a sociedade consuetudinária e, com isso, as mulheres começaram a conquistar o seu lugar na sociedade que até então não admitia que uma mulher trabalhasse, estudasse ou tivesse liberdade de expressão.

2.1 A Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã

Nesse período, surgiram às primeiras vozes feministas, como **Olympe de Gouges** (1748 - 1793) que escreveu a **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã**, em 1791, e foi guilhotinada, em 1793, acusada de querer igualar-se ao homem e esquecer as virtudes atribuídas ao seu sexo (ARAGÃO, 2001, p.244) devido ao seu posicionamento em favor da justiça e da liberdade feminina. O artigo 1º da Declaração institui que “a mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções

sociais só podem ser baseadas no interesse comum”. Assim, Tânia Machado Morin afirma que o trabalho da aristocrata Olympe de Gouges e de outras feministas desse período “se notabilizaram pelas propostas audaciosas, mas não tiveram eco popular significativo” (MORIN, 2009, p.2), ou seja, não encontrou um número expressivo de adeptos para promover suas transformações.

Outro nome conhecido da luta feminista nesse período é o de **Etta Palm d’Aelders** (1743 - 1793) que, segundo Morin, “discursou e escreveu em defesa dos direitos políticos das mulheres” (2009, p.86). Olympe e Etta tinham em comum, além da luta feminista, o fato de não serem casadas o que para os costumes da época era considerado um ato horrendo que caracterizava uma “época em que a respeitabilidade da mulher dependia da condição de esposa e mãe” (MORIN, 2009, p.88).

O período histórico vai até 1789, ano marcado pela queda da Bastilha, o pontapé inicial da Revolução Francesa, e marca um período de mudanças no âmbito feminino. As mulheres obtiveram espaço no mercado de trabalho desempenhando funções que antes eram exclusivamente dos homens.

2.2 Em tempos modernos e contemporâneos a presença da mulher brasileira

Durante 322 anos (1500 - 1822) o Brasil foi colônia de Portugal e, nesse período, a mulher colonial enfrentava uma série de discriminações praticadas por uma sociedade machista e patriarcal. Eram vistas como donas de casa, filhas e esposas exemplares, não passavam de meros objetos expostos em longos vestidos e não eram dignas de receberem educação, pois não eram consideradas inteligentes.

Diferentemente das mulheres da elite, as mulheres pobres sofriam forte repressão da sociedade devido ao fato de transitarem pelas ruas. Assim como em outros períodos históricos, a mulher que não era da elite precisava trabalhar para prover o lar junto ao marido e iam contra o que a sociedade patriarcal esperava de uma mulher, uma vez que “essa exigência afigurava-se impossível de ser cumprida pelas mulheres pobres que precisavam trabalhar e que para isso, deviam sair à procura de possibilidades de sobrevivência” (SOIHET, 2002, p.367).

No Brasil, a Igreja teve grande influência, assim como na Europa. Encontrava-se no matrimônio a base familiar, no qual, homens e mulheres detinham obrigações. A mulher estava designada ao trabalho doméstico, deveria zelar pelo lar e pela família e essa figura feminina que já era a mesma da Antiguidade ainda perpetuou por longos anos. No contexto da cultura colonial, “a fêmea não devia ser mais do que terra fértil a

ser fecundada pelo macho” (DEL PRIORE, 2000, p.82). A mulher casava-se por obrigação e geralmente o casamento era arranjado pelas famílias e, em muitos casos, era considerado um contrato de conveniência entre casais da mesma classe social ou alianças para manter a paz entre dois povoados.

No período colonial não foi diferente. Para não enfrentar dificuldades e nem ser mal vista pela sociedade, a mulher colonial casava-se cedo e em muitos casos sem amor com o marido imposto por sua família. A mulher deveria obedecer aos costumes da época: não podia demorar muito para casar-se se não ficaria para “titia”; não podia entregar-se a um homem a não ser que fosse casada com ele; e depois de casada não poderia demorar em gerar herdeiros. Viviam em uma sociedade enraizada de repressão as minorias, desigualdade e patriarcado. Eram propriedades de seus pais, maridos, irmãos ou qualquer outra figura masculina que fosse o chefe de família. Para a sociedade colonial, a mulher não precisava saber ler ou escrever elas só deveriam desempenhar perfeitamente a função de dona de casa: cozinhar, lavar e limpar e sempre exerceu um elevado grau de pressão sobre as mulheres.

A partir de 1789, iniciam-se os **tempos contemporâneos** que permanecem na atualidade. Foi o período histórico mais importante das lutas feministas, pois foram adquiridos direitos civis, sociais e políticos. Com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, o cenário feminino passou por diversas mudanças. Os costumes foram gradativamente sendo deixados de lado ganhando, assim, novos ares como, por exemplo, as mulheres começaram a serem vistas em eventos, no teatro e nas ruas. Durante o domínio imperial (1822 - 1889) que tem o seu marco inicial a Independência do Brasil, em 1822, por Dom Pedro I avanços significativos ocorreram em diversos âmbitos e em relação às conquistas femininas.

O Brasil teve 7 (sete) Constituições outorgadas e promulgadas. Após a Independência do Brasil, em 1824, é outorgada pelo imperador Dom Pedro I a primeira Constituição dos Estados Unidos do Brasil e a única do período imperial. A Carta Magna Brasileira excluía as mulheres de praticarem atos civis e inexistiram normas que reconhecessem a sua cidadania. Conforme Del Priore (2005), a mulher não poderia exercer um papel na sociedade sem o consentimento do seu marido. Nesse período, somente quem se encaixasse nas categorias de homem, branco e com posses poderia ser considerado um cidadão.

Em 1827, a mulher é autorizada, através de uma lei imperial a frequentar a escola básica e nesse período surge o nome da nordestina **Nísia Floresta**, uma

educadora, escritora e fundadora da primeira escola para meninas no Brasil. Ela é considerada a pioneira no feminismo brasileiro devido a sua incessante luta pela emancipação feminina. Nísia lutava pelo reconhecimento dos direitos das mulheres e a importância da educação e, na concepção de Duarte:

Num tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia trancafiada em casa sem nenhum direito; quando o ditado popular dizia “o melhor livro é a almofada do bastidor” e tinha foros de verdade para muitos, nesse tempo Nísia Floresta dirigia colégio para moças no Rio de Janeiro e escrevia livros e mais livros para defender os direitos femininos, dos índios e dos escravos (1989, p. 12).

Em seu primeiro livro, intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832, ela trata a questão dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho exigindo que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito. Nísia refere-se à educação às mulheres como uma emancipação social expondo:

A falta de saber e educação, que arrasta as mulheres às ações que os homens reprovam, as privam das virtudes que poderiam sustentá-las contra os maus tratamentos que eles imprudentemente lhes fazem sofrer (FLORESTA, 1989, p. 90).

Nísia ridiculariza a ideia de dependência da mulher a figura masculina relatando que homens e mulheres “são diferentes no corpo, mas isto não significa diferenças na alma”. A educação feminina estava enraizada na herança portuguesa e era comum que as mulheres fossem preparadas conforme estabelecia o ditado português: “uma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isto seria um perigo para o lar” (EXPILLY, 1935, p.401), ou seja, se uma mulher possuísse um conhecimento elevado seria considerada um perigo para a sociedade. Nesse período “a educação das mulheres concentrava-se na preparação para o seu destino último: esposas e mães” (HAHNER, 2003 p. 123).

Zahidé Muzart enfatiza que no século XIX a mulher que dominasse a leitura e a escrita já poderia ser considerada feminista devido ao fato de ir contra o que era estabelecido ao sexo feminino nessa época:

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente (MUZART, 2003, p.267).

Em 1879, meio século depois, a legislação brasileira passou a autorizar que as mulheres frequentassem a universidade. Assim, em 1887, após ser criticada pela sociedade patriarcal enraizada nos costumes de que lugar da mulher é no lar e não na universidade, **Rita Lobato Velho** torna-se a primeira mulher a se graduar médica no Brasil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que a trajetória feminina no decorrer da história foi marcada por diferentes transformações. As características que perpetuaram foram o patriarcado e a submissão da mulher a figura masculina que, de certa forma, está sendo superada aos poucos.

No cenário feminino, o século XIX fica conhecido como o pontapé inicial da aquisição de direitos humanos para as mulheres, que até então eram inexistentes. Foram necessários milhares de anos para se constatar que a mulher é tão capaz quanto o homem e que cabe a ela estar ao seu lado e não em sua inferioridade.

A mulher Pré-Histórica, Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea passou por emergentes transformações no cenário social e civil e, de acordo com o contexto que estava inserida, superou a subordinação, a rejeição e o patriarcado passando a exercer funções antes delegadas aos homens e a frequentar lugares que até então lhe era proibido.

Os direitos humanos das mulheres não foram conquistados da noite para o dia, foram árduos séculos de luta que moldaram seus direitos. A história dessa trajetória deve ser de conhecimento de todos e de todas porque ser feminista foi e é a condição que possibilitou que a cada dia às mulheres conquistem seus direitos.

REFERÊNCIAS

a) Obras Citadas

ALAMBERT, Zuleika. **A mulher na história, a história da mulher**. Fundação Astrogildo Pereira/FAP; Abaré. 2004.

ARAGÃO, S. **A vitimização da mulher**. In C. B. Leal & H. Piedade Júnior, *Violência e vitimização: a face sombria do cotidiano* Belo Horizonte: Del Rei, 2001.

ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. **Toda a história: história geral e história do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

CABOT, Laurie. **O poder da bruxa: a terra, a lua e o caminho mágico feminino**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

CABRAL, Karina Melissa. **Manual de Direitos da Mulher**. São Paulo: Editora Mundi, 1ª Edição, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres: as vozes do silêncio**. In: FREITAS, M. C. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.

DUBY, Georges e PERROT, Michelle. (orgs.) **Escrever a História das Mulheres**. In: THÉBAUD, Françoise. *História das Mulheres no Ocidente. O século XX*. Porto, Edições Afrontamento, 1995.

EXPILLY, Charles. **Mulheres e costumes do Brasil**. Tradução de Gastão Peralva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

FLORESTA, N. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil**. Trad. Eliane Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

LE GOFF, Jaques. **O homem medieval**. Lisboa: Editora Presença, 1989.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar**. Em MOREIRA, Maria Eunice (org.). *História da Literatura, teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

PILOSU, Mario. **A Mulher, a Luxúria e a Igreja na Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1995.

PRATAS, Glória Maria. Trabalho e religião: o papel da mulher na sociedade faraônica. *Revista Mandrágora*, v.17. n.17, 2011.

SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA, Aline Fernandes de. **O papel das mulheres na sociedade faraônica: a igualdade em discussão**. *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis: UFSC, 2008.

TÔRRES, Moisés Romanazzi. **Considerações sobre a condição da mulher na Grécia Clássica (sécs. V e IV a.C.)**. *Mirabilia*, Núm. 1, 2001.

a) Jornais e Revistas

ANGELIN, Rosângela. *Revista Espaço Acadêmico*, n 53 Outubro, 2005.



b) Legislações

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1891.

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 de abril de 1824.

c) Teses e Dissertações

MORIN, Tânia Machado. **Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa - 1789-1795**. São Paulo: Dissertação (Dissertação em História) - USP, 2009.

**MARCOS LEGAIS NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, APÓS A LEI
MARIA DA PENHA**

**LEGAL FRAMEWORK IN COMBATING VIOLENCE AGAINST WOMEN, AFTER THE
LAW OF MARIA DA PENHA**

Regina Tayrini Bassani⁶⁰

Sonia Bressan Vieira⁶¹

Resumo: O presente trabalho visa esclarecer o tema - violência doméstica contra a mulher - através da análise das inovações legais ocorridas após a Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 2006 – que completou 12 anos no 7 de agosto do ano corrente, discorrendo sobre sua origem e novas leis na defesa dos direitos das mulheres, bem como expondo a atual situação da violência de gênero no país. **Objetiva** explicitar o trajeto percorrido pela Lei Maria da Penha para se coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, os benefícios trazidos para as ofendidas, bem como as alterações/complementações em relação a lei. A **metodologia** envolveu pesquisa bibliográfica priorizando os conceitos de mulher, pena e violência doméstica na visão de teóricos como Joan Scott, Damásio de Jesus, entre outros. A análise dos **resultados** do estudo demonstram que a legislação avança, inclusive em 2018, mas as mulheres continuam sendo as maiores vítimas de violência física, psicológica e sexual, decorrente de diversos delitos, tais como: a lesão corporal dolosa, ameaça e estupro. Dessa forma **conclui-se**, que a violência doméstica no Brasil está longe de ser combatida, sendo, necessária uma atuação mais eficaz do poder estatal e da sociedade em reduzi-la.

Palavras-chave: Mulher. Violência Doméstica. Lei Maria da Penha.

Abstract: This study aims to clarify the theme - domestic violence against women - through the analysis of the legal innovations that occurred after the Maria da Penha Law - Law No. 11,340 of 2006 - that completed 12 years on August 7 of the current year, discussing its origin and new laws in the defense of the rights of women, as well as exposing the current situation of gender violence in the country. It **aims** to explain the path taken by the Maria da Penha Law to curb domestic and family violence against women, the benefits brought to the offended, as well as the changes / supplements in relation to the law. The **methodology** involved bibliographical research prioritizing the concepts of woman, penalty and domestic violence in the view of theorists such as Joan Scott, Damásio de Jesus, among others. The analysis of the results of the study shows that the legislation advances, including in 2018, but women continue to be the main victims of physical, psychological and sexual violence, due to various crimes such as:

⁶⁰ Acadêmica do 4º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Bolsista do Projeto de Pesquisa: Gênero e Violência: Direitos Humanos também para as mulheres URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania e da Linha de Pesquisa- Gênero& Diversidades & Cidadania. URI/SLG. Estagiária da Promotoria de Justiça Criminal de São Luiz Gonzaga/RS. E-mail: regina_bassani@hotmail.com.

⁶¹ Doutora em História. PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. Coordenadora da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail:soniabressanvieira@gmail.com.

intentional personal injury, threat and rape. In this way, it is concluded that domestic violence in Brazil is far from being countered, and a more effective action of state power and society is needed to reduce it.

Keywords: Woman. Domestic violence. Maria da Penha Law.

1 Introdução

O presente artigo versa sobre a trajetória da Lei Maria da Penha – Lei n.º 11.340/2006 – promulgada em 7 de agosto de 2006, as alterações da mesma ao longo dos 12 anos de aplicação, bem como sua eficácia constatada. Destaca-se que a referida norma trouxe consigo a bagagem de um passado de muitas tragédias, com grandes lutas do movimento feminista. A Lei Maria da Penha inovou em seu texto, regulamentando sanções mais severas, a fim de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ainda, a pesquisa expõe as inovações, alterações legais ocorridas pós promulgação da LMP e os números atuais referentes a violência de gênero no Brasil.

Objetiva explicitar o trajeto percorrido pela Lei Maria da Penha para se coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, os benefícios trazidos para as ofendidas, bem como as alterações/complementações em relação a lei.

A **metodologia** envolveu pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos científicos, entre outros materiais.

Ademais, cabe ressaltar que este estudo está alicerçado na análise do conceito de **mulher, pena e violência doméstica**.

Nesse sentido, em relação ao conceito de mulher cabe frisar que o mesmo está relacionado ao conceito de **gênero**, uma vez que este constitui-se, no seu uso recente mais simples, sinônimo de “mulheres”, como referido por Joan Scott em seu artigo *Gênero: Uma Categoria útil para a Análise Histórica*. Ainda, esclarece que:

“Gênero” como substituto de “mulheres” é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na idéia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a utilidade interpretativa da idéia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (1990, p. 1).

Por outro lado o conceito de **pena** para Damásio de Jesus consiste na “sanção aflitiva imposta pelo Estado, mediante ação penal, ao autor de uma infração (penal), como retribuição de seu ato ilícito, consistente na diminuição de um bem jurídico, e cujo fim é evitar novos delitos”. Refere também que a pena apresenta as características de

retribuição e prevenção, tendo em vista que serve para “inibir comportamento antissocial e, ao mesmo tempo, moldar comportamentos socialmente aceitos” (2015, p. 563 e p. 564).

Ainda, para se entender a **violência doméstica**, as autoras SEIXAS e DIAS (2013) aduzem que:

temos que ultrapassar os muros da família e procurar a resposta no nosso momento histórico atual, marcado por toda espécie de violência, gerador da ideia de que todos só procuram o seu próprio bem e por isso são igualmente ruins. Isto nos leva à valorização do esperto, à indiferença, ao desrespeito pelo outro e pela vida, à competição e todas estas atitudes criam a cultura da violência, que contém a não aceitação das diferenças, o racismo e a educação violenta. A violência se aprende e, sob certas circunstâncias, se aprende profundamente e desde muito cedo (2013, p. 10).

Faz-se oportuno enfatizar que entre os diversos tipos de violação à integridade e à dignidade humana das mulheres, estão a violência doméstica e familiar, violência sexual, feminicídio, violência de gênero na internet, violência contra mulheres lésbicas, bi e trans e violência e racismo. Essas diversas formas e tipos de violência de gênero ocorrem de maneira combinada.

Expostos os conceitos que alicerçam este ensaio, ressalta-se que os mesmos aspiram proporcionar maior compreensão sobre as dificuldades a serem superadas no que toca a violência de gênero.

2 Um breve histórico sobre a origem da Lei Maria da Penha

O contexto histórico da Lei n.º 11.340/2006 explicita, segundo os autores SOUZA e CORTEZ, três marcos que levaram a sua regulamentação, a saber: a implantação da primeira delegacia da mulher em São Paulo, em 1985; o surgimento dos Juizados Criminais Especiais (Jecrims), a partir de 1995; e por fim, a promulgação, em 2006, da Lei nº 11.340 – Lei Maria da Penha (2014).

Primeiramente, segundo os autores, em decorrência dos movimentos feministas, bem como da atuação do Estado, foram criadas as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (Deams), as quais materializam o reconhecimento da violência contra mulheres como um crime e imputam ao Estado a responsabilização pela implantação de políticas que permitam o combate a esse fato (2014).

O processo de implantação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres iniciou com a mobilização feminista dos anos 1970/1980, tendo a luta pela

defesa da vida das mulheres e o repúdio contra as agressões conjugais ganhado relevante destaque quando da ocorrência crimes e decisões jurídicas envolvendo casais de notoriedade na mídia (SOUZA *in* CORTEZ, 2014).

Relatam os autores Lírio de Souza e Mirian Beccheri Cortez que:

O movimento em defesa da vida das mulheres e pela punição de seus assassinos alcançou “seu auge após 30 de dezembro de 1976, quando Angela Diniz foi morta por Doca Street, de quem ela desejava se separar. Doca foi inocentado no primeiro julgamento (“matei por amor”, foi sua declaração para a imprensa), mas condenado no segundo. Esse episódio especificamente tornou-se alvo de grande debate público e gerou diversas manifestações de grupos feministas, sob o lema: “Quem ama não mata”. Outro caso de grande repercussão foi o assassinato de Eliane de Grammont por seu ex-marido, o cantor Lindomar Castilho, em março de 1981, quase um ano após a separação do casal. Preso, Lindomar afirmou que cometeu o crime por motivo passional e por legítima defesa da honra. Foi condenado a 12 anos de reclusão, cumpriu quatro e saiu em liberdade condicional por bom comportamento (2014, p. 623).

Tendo em vista os contextos frequentes de violência e as diversas denúncias, grupos feministas passam a organizar serviços, os chamados SOS Mulher, para acolher e orientar as mulheres que sofriam violência. Em agosto de 1985, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) do Brasil seria, então, inaugurada na cidade de São Paulo (SOUZA *in* CORTEZ, 2014).

No ano de 1995, continuam os autores, foram criados os Juizados Especiais Criminais (Jecrims) com o intuito de dar celeridade às infrações tidas como “de menor potencial ofensivo”, cuja pena privativa de liberdade cominada não ultrapassa dois anos, cumulada ou não com multa. Dentre os delitos que preenchem esse requisito estão a lesão corporal leve e ameaça, os quais eram os mais registrados na seara da violência doméstica e familiar, sendo encaminhados ao Jecrim “para realização de audiência de conciliação e julgamento”, sem necessidade de investigação prévia do caso e instauração de inquérito (2014).

Destarte, a violência de gênero se tornou um problema a ser mediado e conciliado entre os envolvidos e não mais investigado e julgado. Frente a isso, sobrevieram críticas referente ao conhecimento restrito dos conciliadores e juízes relativo a temática da violência no âmbito doméstico. Ainda, devido as conciliações realizadas em audiências, houve elevado número de desistências do processo criminal (SOUZA *in* CORTEZ, 2014).

Ao longo dos anos 1990, os movimentos feministas permaneciam ativos na luta por leis que enfocassem a violência contra a mulher. Neste período, aconteceram

encontros de âmbito nacional e internacional, com o objetivo de se reconhecer a violação dos direitos humanos das mulheres vítimas de violência de gênero. Entre os documentos resultantes dessa mobilização, Souza e Cortez realçam a *Convenção para a Eliminação, Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulher*, também conhecida como *Convenção de Belém do Pará*, aprovada pela assembleia da ONU, em 1994, e ratificada pelo Brasil em 1995 (SOUZA *in* CORTEZ, 2014).

Nesse cenário, em 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado brasileiro por violar direitos e deveres previstos na Convenção de Belém do Pará no caso de Maria da Penha Maia Fernandes (SOUZA *in* CORTEZ, 2014).

A mulher que deu nome à lei, Maria da Penha Maia Fernandes, foi vítima de duas tentativas de homicídio por parte de seu ex-companheiro, que passou de um marido carinhoso a uma pessoa violenta. A primeira tentativa de lhe matar ocorreu em maio de 1993, ocasião em que lhe deu um tiro enquanto dormia, tiro este que não lhe tirou a vida, porém a deixou refém de uma cadeira de rodas, Maria da Penha ficou paraplégica. Na segunda tentativa, uma vez que não havia conseguido ceifar a vida de Maria, tentou eletrocutá-la, mas, mais uma vez Maria da Penha sobreviveu (ALVES, 2016).

Em decorrência da condenação, complementam Souza e Cortez, o Estado se viu obrigado a combater a violência contra a mulher, resultando na criação da Lei nº 11.340/2006, retirando a competência para julgar os casos de violência contra a mulher dos Juizados Especiais e devolvendo para os Juizados Comuns, com a realização de todos os procedimentos de instauração de inquérito policial e investigação exigidos pela lei (2014).

3 A Lei Maria da Penha e a sua revolução no mundo jurídico

A Lei Maria da Penha traz em seu primeiro artigo a finalidade da sua regulamentação, conforme segue:

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (Planalto, 2018).

Outrossim, a lei destina-se a toda e qualquer mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião. Dessa forma, resguarda o gozo dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (PLANALTO, 2018).

Cabe clarificar que não é necessário que haja coabitação com o agressor para desfrutar da proteção da lei, mas é necessário que haja ou que tenha havido algum vínculo emocional, portanto, é possível que se enquadre um “ex-namorado”, “ex-marido” ou “ex-companheiro” (ALVES, 2016).

Contudo, a lei também atingiu outros dispositivos normativos, como o Código Penal, triplicando a pena para agressões domésticas, passando de uma sanção que antes era de no máximo um ano para três anos, sem direito a benesse da Suspensão Condicional do Processo, porquanto, consoante dispõe o artigo 41 da própria lei, sendo vedada em sede de violência doméstica e familiar contra a mulher, já tendo tal dispositivo sido declarado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos da ADC n.º 19. (Planalto, 2018).

Ainda, inovou no sentido de permitir que agressores sejam presos em flagrante ou tenham a prisão preventiva decretada. Além disso, acabou com as penas pecuniárias, considerando-se que a violência doméstica deixou de ser classificada como de "menor potencial ofensivo", não sendo mais julgada nos juizados especiais criminais, junto com causas como briga de vizinho e acidente de trânsito, e sim pelo juizado comum, o qual requer procedimentos e investigações mais detalhadas. Também modificou a Lei de Execuções Penais para permitir que o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação (Extra Globo, 2015).

Por fim, como um dos principais marcos da proteção da mulher que está em situação de agressão ou cuja vida corre riscos vítima, a lei trouxe uma série de medidas, as chamadas Medidas Protetivas de Urgência, entre elas: o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, proibição de determinadas condutas, como contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação, bem como a aproximação destes, fixando o limite mínimo de

distância entre estes e o agressor, frequência de determinados lugares, restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, etc (Planalto, 2018).

4 Marcos legais ao combate a violência contra a mulher após 12 anos da Lei Maria da Penha

Após a Lei Maria da Penha ser sancionada, em 2006, diversos marcos legais testemunham a evolução dos estudos e necessidades constatadas à questão da violência contra a mulher. A Agência Patrícia Galvão através de Dossiê divulga uma Cronologia dos Direitos da Mulher. Neste estudo frisamos as conquistas legislativas, em especial, do Movimento das Mulheres, que inovaram nas últimas décadas na questão da violência contra a Mulher, após a Lei Maria da Penha - considerada uma das mais avançadas do mundo nesses termos e que precisam ser garantidas e efetivadas na prática, no Brasil.

4.1 – Lei nº 12.015 de 07 de agosto de 2009 – sobre os crimes contra a dignidade sexual

Dispõe sobre os crimes contra a dignidade sexual e altera o Código Penal de 1940. Com a alteração, além da conjunção carnal, atos libidinosos e atentados violentos ao pudor também passaram a configurar crime de estupro.

4.2 – Decreto nº 7.393 de 15 de dezembro de 2010 – funcionamento do Ligue 180

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 é um serviço gratuito de atendimento telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), que foi criado em 2005 para que a população brasileira, em especial as mulheres, possam receber orientações e denunciar situações de discriminação e violência de gênero, em suas diversas formas. (Agência Patrícia Galvão – Cronologia de Direitos das mulheres 2018)

4.3 – Decreto nº 7.958 de 13 de março de 2013 – estabelece diretrizes para o atendimento em casos de violência sexual

O referido decreto estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. (Agência Patrícia Galvão – Cronologia de Direitos das mulheres 2018)

4.4 – Lei nº 12.845 de 01 de agosto de 2013 – atendimento obrigatório a pessoas em situação de violência sexual

Estabelece que a pessoa em situação de violência sexual têm direito a um atendimento integral, que inclui: atendimento psicossocial especializado; diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas; registro da ocorrência facilitado e encaminhamento ao exame de corpo de delito; profilaxia de gravidez e contra DSTs; coleta de material para realização do exame de HIV; preservação do material que possa servir de prova judicial contra o agressor, sob responsabilidade do médico e da unidade de saúde ou IML (Agência Patrícia Galvão – Cronologia de Direitos das mulheres 2018).

4.5 – Lei Ordinária nº 13.104 de 09 de março de 2015 – Femicídio

Esta lei, marcou época no cenário legal brasileiro, alterando o Código Penal brasileiro incluindo entre os tipos de homicídio qualificado o Femicídio, definido como o assassinato de mulheres por razões da condição de sexo feminino, quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher. O homicídio de mulheres em razão do gênero foi, assim, adicionado ao rol dos crimes hediondos. Importante frisar que, conforme o Dossiê sobre Femicídio (Instituto Patrícia Galvão - 2018), o Brasil foi o 16º país da América Latina a adotar uma lei específica para essa conduta, seguindo recomendação da Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU (CSW), que reforçou aos Estados a necessidade de ações para “reforçar a legislação nacional para punir assassinatos violentos de mulheres e meninas em razão do gênero e integrar mecanismos ou políticas específicas para prevenir, investigar e erradicar essas deploráveis formas de violência de gênero”.

Ainda cabe enfatizar que conforme o Dossiê Violência contra a Mulher publicado pela Agência Patrícia Galvão, as Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Femicídios foram especialmente adaptadas à realidade social, cultural, política e jurídica do Brasil.

4.6 – Lei n.º 13.641, de 3 de Abril de 2018

Esta Lei alterou a Lei Maria da Penha, em seu artigo 24, estabelecendo a tipificação do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência, o qual ficou com a seguinte redação:

Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.

§ 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.

§ 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.

§ 3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis.

4.7 – Resoluções setembro de 2018

Recentemente, em setembro, o **Conselho Nacional de Justiça** aprovou por unanimidade três novas resoluções que reiteram a necessidade de se fazer cumprir legislações que tratam direitos das mulheres.

Conforme a colaboradora do Universa.Uol, Camila Brunelli – a Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, Leticia Oliveira Furtado manifestou que a segunda resolução é sobre o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher e, ela vê com bons olhos o expediente do CNJ: “para os casos de violência contra mulher, por exemplo, maior acolhimento das vítimas por uma equipe multidisciplinar mais bem estruturada e preparada” (FURTADO, *apud* BRUNELLII, 2018). Braga ressalta que o Poder Judiciário Nacional preocupa-se com o efetivo cumprimento do princípio da igualdade entre homens e mulheres, previsto no artigo 5º da Constituição de 1988, deixando evidente que conforme Ana Paula Braga, que é especializada em Direito da Mulher, “a lei existe, mas ainda há uma inconformidade na hora de aplicar. Essa resolução estabelece o que deve ser feito nesses casos” (BRAGA, *apud* BRUNELLI, 2018).

4.8 – Lei 13.718 de 24 de setembro de 2018 - cria o crime de Importunação Sexual e ‘Pornô de vingança’

A Lei 13.718/2018 foi sancionada no dia 24 de setembro, e entre outros aspectos⁶², criminaliza, ainda, a divulgação de cena de estupro e estabelece causas de

⁶² Conforme o Jornal Virtual NEXO, o projeto foi elaborado a partir de casos de grande repercussão, como o estupro coletivo sofrido por quatro adolescentes no Piauí em 2015, um outro estupro coletivo contra uma jovem de 16 anos no Rio de Janeiro em 2016, filmado e divulgado na internet, e o episódio do homem que ejaculou no pescoço de uma moça quando ambos se encontravam no interior de um ônibus na Avenida Paulista, em São Paulo, em 2017.

aumento de pena para “crimes sexuais contra vulnerável e crimes contra a liberdade sexual”, na definição da lei. Duas das causas de ampliação da pena são estupro coletivo e estupro corretivo. O primeiro ocorre quando há dois ou mais agressores e, o segundo, quando a violência sexual ocorre para controlar o comportamento social ou sexual da vítima”, cometida principalmente contra a população LGBT.

Assim, esta lei altera de forma significativa o Título VI dos Crimes contra a Dignidade Sexual do Código Penal, criando quatro condutas criminosas e transforma a ação penal em pública incondicionada (independente da vontade da vítima), dentre outros aspectos.

Na visão de ANA PAULA BRAGA⁶³ entrevistada por Juliana Domingues de Lima do Jornal Virtual Nexo,

essa nova lei [...] também reconhece a existência do estupro corretivo e traz uma série de aumentos de pena para circunstâncias nas quais os crimes sexuais podem ser cometidos, agravando, por exemplo, a pena de um estupro marital. Todos esses aumentos de pena servem não só para o estupro mas para qualquer crime contra a dignidade sexual, o que é bem interessante. (LIMA, 2018)

Cabe mencionar, neste sentido a posição da promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo – Valéria Diez Scarance Fernandes, coordenadora-geral da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid) em relação ao que a nova lei determina:

- O crime de importunação sexual será punido com um a cinco anos de prisão;
- Divulgação de cena de estupro ou de imagens de sexo sem consentimento será punida com um a cinco anos de prisão para quem divulgar, publicar, oferecer, trocar ou vender esse material;
- O estupro coletivo ou corretivo será punido com um acréscimo de um a dois terços sobre a pena de estupro. O aumento também vale se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima ou afetiva com a vítima. Até então, o crime de estupro gerava pena de seis a 10 anos de prisão.

As diretrizes contribuem ainda para evidenciar as razões de gênero a partir da análise, em cada caso, das circunstâncias do crime, das características do agressor e da vítima e do histórico de violência.

⁶³ Advogada do Braga & Ruzzi, escritório de advocacia especializado em Direito das Mulheres e Desigualdade de Gênero entrevistada por <https://www.nexojornal.com.br> 2018 /09/26.

5 Considerações Finais

Os **resultados** do estudo demonstram que as mulheres continuam sendo as maiores vítimas de violência física, psicológica e sexual, exaltando números alarmantes: em 2016, uma em cada três mulheres sofreu algum tipo de violência (física, psicológica, moral, patrimonial). Em média, a cada hora, 503 brasileiras deram queixa de violência física. O Mapa da Violência, divulgado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, aponta que o Brasil continua em quinto lugar, dentre 83 países, no número de ocorrências de homicídios femininos. Por último, um dado altamente preocupante é o de que a maior parte das mulheres ainda se cala: 52% das vítimas (SILVA, 2017).

Mas, como opina Paula Cristina Araujo, Presidente da Comissão de Direito Civil da OAB de São Caetano e membro efetivo das Comissões da Mulher Advogada, inovações/legislações como resoluções aprovadas recentemente pelo Conselho Nacional de Justiça vêm ao encontro de inúmeras políticas públicas que já estão sendo implementadas com o intuito de eliminar as formas de discriminação. Mas, “não será de um dia para o outro que verificaremos a mudança. Todavia, à medida que as resoluções forem implementadas, as mulheres serão beneficiadas” (2018, p.1).

E, refletindo acerca do estudo aventado, compete ratificar o alerta de Kofi Annan, mencionado por Ronaldo Batista Pinto em sua obra, ao dizer que “a violência doméstica contra as mulheres é talvez a mais vergonhosa violação dos direitos humanos. Não conhece fronteiras geográficas culturais ou de riqueza. Enquanto se mantiver, não podemos afirmar que fizemos verdadeiros progressos em direção à igualdade, ao desenvolvimento e à paz” (2016).

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/>>. Acesso em: 29 set. 2018.

ALVES, Rúbia. **História e Finalidade da Lei Maria da Penha**. Disponível em: <<https://rubiaas.jusbrasil.com.br/artigos/335305720/historia-e-finalidade-da-lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 28 set. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 13.641, de 3 de Abril de 2018.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13641.htm#art2>. Acesso em: 01 out. 2018.

EXTRAGLOBO. **Saiba o que é e como surgiu a Lei Maria da Penha.** Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/saiba-que-e-como-surgiu-lei-maria-da-penha-476303.html>>. Acesso em: 27 set. 2018.

JESUS, Damásio de. **Direito Penal: Parte Geral.** 36ª edição. 2015.

LIMA, Juliana Domingues de. In: *Jornal Virtual Nexo.* Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br>>. Acesso em: 29 set. 2018.

PINTO, Ronaldo Batista. **Lei Maria da Penha e seus Dez Anos de Vigência.** Revista Brasileira de Direitos Humanos Nº 18, Jul – Set / 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** 1990.

SEIXAS, Maria Rita D'Angelo; DIAS, Maria Luiza. **A Violência Doméstica e a Cultura da Paz.** Editora Roca Ltda. 2013.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **11 anos de Lei Maria da Penha no Brasil.** Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/11-anos-de-lei-maria-da-penha-no-brasil/>>. Acesso em: 06 out. 2018.

SOUZA, Lídio de; CORTEZ, Mirian Beccheri. **A Delegacia da Mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso.** Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 48(3):621-639, Maio - Jun / 2014.

**OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS FRENTE O
CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE**

**THE INTERNATIONAL TRADERS OF HUMAN RIGHTS FACE THE CONTROL OF
THE CONSTITUTIONALITY**

Valeska Brandão Birck⁶⁴

Cristiane Menna Barreto Azambuja⁶⁵

Juliana Bedin Grando⁶⁶

RESUMO: O presente trabalho destina-se a estudar as temáticas da constitucionalidade e seu controle, interligando-se ao debate destes perante os tratados de Direitos Humanos. Para tanto, parte-se do objetivo central de observar o papel dos tratados internacionais de Direitos Humanos, como são inseridos no cenário brasileiro e se controle perante à Constituição Federal de 1988. Frente a isto, discute-se a interrelação entre os tratados e o texto positivo da Constituição Federal, vinculando-se com o cenário interno e internacional de Direitos Humanos. Parte-se da indagação de qual a função dos tratados internacionais e as possibilidades de decisões diversas acerca das mesmas temáticas no direito interno e no direito internacional. Com ensejador do debate, trata-se de um caso conhecido como Caso do Araguaia e que foi decidido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao passo que no plano interno debateu-se a questão da anistia pelo Supremo Tribunal Federal. Frente a isto, o presente artigo questiona-se a (des)necessidade do controle de constitucionalidade dos tratados internacionais e seu impacto perante o direito positivo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Controle da constitucionalidade; Direitos Humanos; Direito Internacional.

ABSTRACT: The present work aims to study the issues of constitutionality and its control, interconnected with the debate of these before the human rights treaties. Therefore, it is based on the central objective of observing the role of international human rights treaties, as they are inserted in the Brazilian scenario and controlled before the Federal Constitution of 1988. In view of this, the interrelationship between the treaties and the positive text of the Federal Constitution, linking with the internal and international scenario of Human Rights. It is based on the question of the role of international treaties and the possibilities of different decisions on the same subjects in domestic and international law. With the subject of the debate, this is a case known as Caso do Araguaia and was decided by the Inter-American Court of Human Rights, while

⁶⁴ Acadêmica do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. Membro do Grupo de Estudos Direitos, Transformação Social e universo plural da cidadania. Bolsista do Projeto Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a Proteção das Pessoas Privadas de Liberdade: uma análise do caso envolvendo o Presídio Central de Porto Alegre. E-mail: valeskabbirck23@gmail.com.

⁶⁵ Mestra em Direito pela UFRGS. Especialista em Direito Público pela PUCRS. Graduada em Direito pela UNIFRA. Coordenadora e Professora do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br

⁶⁶ Professora do Curso de Direito da Uri São Luiz Gonzaga. Doutoranda em Ciências Sociais pela UNISINOS. Mestre em Direitos Humanos. Membro do grupo de pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. Professora orientadora do Projeto Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a Proteção das Pessoas Privadas de Liberdade: uma análise do caso envolvendo o Presídio Central de Porto Alegre. E-mail: juliana.bedin@yahoo.com.br.

at the internal level the issue of amnesty was discussed by the Federal Supreme Court. In view of this, the present article questions the (need) of the control of constitutionality of the international treaties and its impact before Brazilian positive law.

KEYWORDS: Control of constitutionality; Human rights; International right.

1. Introdução

Através desta pesquisa busca-se reconhecer a importância da interligação do Direito Interno e o Direito Internacional no que tange os Direitos Humanos. Para tanto, aborda-se o Controle da Constitucionalidade frente aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e o Controle de Convencionalidade frente o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Para alcançar este intento, fez-se necessário o estudo bibliográfico acerca de princípios e normas do direito internacional, do direito constitucional e do relacionamento entre Estados soberanos.

No tocante dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, compreende-se que o Estado é soberano na elaboração e na execução de seu ordenamento jurídico interno. Todavia, questiona-se que, perante a comunidade internacional, o Estado assume compromissos ao ratificar tratados internacionais. Por meio deste estudo, questiona-se qual necessidade da verificação da constitucionalidade frente aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos visto que esses buscam garantir o que a Constituição Federal Brasileira já positiva. E de qual maneira acontece a vinculação entre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos frente ao ordenamento jurídico Brasileiro.

Para melhor compreensão da temática subdivide-se o trabalho abordando, primeiramente, o Controle de Constitucionalidade e, em sequência, a constitucionalidade dos tratados internacionais de direitos humanos. Após estes, estuda-se como o Sistema Interamericano de Direitos Humanos é enquadrado na temática e, posteriormente, busca-se compreender a necessidade da reflexão do respeito ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o controle de Constitucionalidade no tange o caso Gomes Lund *versus* o Estado Brasileiro.

2. Metodologia

A pesquisa realiza-se através da metodologia bibliográfica e exploratória amparando-se nas doutrinas referentes ao tema, a Constituição Brasileira e aos tratados internacionais de direitos humanos, entre outras referências necessárias.

3. O controle da constitucionalidade

Ao procurar a compreensão acerca do tema denota-se a necessidade de que fizesse compreender o conceito de constitucionalidade, e em relação a essa denominação, Mendes (2009, p. 1054) discorre:

Assim, tomando de empréstimo a expressão de Bittar, dir-se-á que constitucional será o ato que não incorrer em sanção, por ter sido criado por autoridade constitucionalmente competente e sob a forma que a Constituição prescreve para sua perfeita integração.

Através do controle da constitucionalidade busca-se, portanto, um juízo de verificação de compatibilidade formal, material e circunstancial de determinado ato estatal em comparação as convenções da Constituição, conforme comenta Bonavides (1980, p. 222-225):

É um juízo qualificado pela constatação de conformidade do ato estatal com as disposições constitucionais, partindo-se do pressuposto de que o ato emanado é válido (presunção de constitucionalidade), o que induz à parte que alega a inconformidade sua demonstração. Acerca do conceito de controle de constitucionalidade.

Logo, a existência do controle da constitucionalidade justifica-se no momento em que se faz necessário o reconhecimento da supremacia constitucional mediante invalidação daqueles atos que conflitem com o texto constitucional Bobbio (2011, p. 52), entende que “a constituição é o parâmetro da ratificação dos atos jurídicos recepcionados”. A partir desse momento, questiona-se a necessidade do controle da constitucionalidade frente aos os Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, para que estes venham surtir efeito.

4. A constitucionalidade dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos

Para os Tratados Internacionais de Direitos Humanos serem devidamente incorporados no ordenamento jurídico brasileiro, há a obrigação da adequação ao ordenamento jurídico interno. Assim, equipara-se a organização da produção das outras normas, visto que esses instrumentos estabelecem o conteúdo da norma ao informar a matéria e o sentido. Quanto à forma, estabelece-se aquela prevista na Constituição Federal de cada Estado, verificando-se assim o aspecto formal, segundo Figueiredo (2011):

As normas decorrentes dos tratados se harmonizam com a ordem constitucional primado pela prevalência da norma que traz mais proteção, esteja na constituição ou nos tratados. Em harmonia, ambos os instrumentos - tratados e Constituição – estão no mesmo patamar e determinam a legislação inferior estar em conformidade com seus comandos.

A concepção dos tratados internacionais de direitos humanos realiza-se através de um método complexo e formal e estes resguardam os direitos de modificação por parte do legislador e, ainda, não acolhem alterações que representem regresso. Muito se discutiu acerca da hierarquia normativa dos tratados referente aos direitos humanos onde Ramos (2016) demonstra que é possível resumir as discussões em quatro linhas de maior repercussão:

natureza supraconstitucional, em face de sua origem internacional (MELO), natureza constitucional, (TRINDADE, PIOVESAN, entre outros) natureza equiparada a lei ordinária federal (RAZEK e maioria dos Ministros do STF da época), natureza supralegal (acima da lei e inferior a constituição, voto do Min. SEPULVEDA PERTENCE).

Sabe-se que muito se discutiu sobre o assunto e o movimento de direitos humanos buscou a consagração da hierarquia constitucional, de tratados direitos humanos, que consolidou-se através da EC n.45/2004 que agregou o §3º art 5º com a seguinte redação:

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais (BRASIL,2018).

Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos não pretendem alterar a Constituição Federal, e sim reforçam e ampliam o rol dos direitos constitucionalmente previstos. Pode-se considerar, o §3º do art. 5º como uma lei meramente interpretativa, visto que este é destinado a encerrar as controvérsias jurisprudenciais e doutrinárias, originadas pelo art. do §2º do art. 5º. Lafer(2005, p. 16) comenta que “De acordo com a opinião doutrinaria tradicional uma lei interpretativa nada mais faz do que declarar o que preexiste, ao clarifica a lei existente”. Assim, compreende-se que os Tratados Internacionais de Direitos Humanos, que se encontram incorporados no ordenamento jurídico, são materialmente constitucionais e passaram por um processo de elaboração mais complexo em comparação ao que passam as emendas constitucionais. Permite-se observar que estes não admitem alterações que causem um retrocesso.

No entanto, embora havendo esta prerrogativa e constatação, é de ressaltar que o controle de constitucionalidade dos tratados internacionais de direitos humanos pode ser realizado através da categoria denominada de denúncia. Constata-se que a denúncia é a forma pela qual se extinguem os tratados internacionais. Nesse sentido, Razek (2005) observa que:

A exemplo da ratificação e da adesão, a denúncia é um ato unilateral, de efeito jurídico inverso ao que produzem aquelas duas figuras: pela denúncia, manifesta o Estado sua vontade de deixar de ser parte no acordo internacional.

Todavia, indaga-se qual a necessidade do controle da constitucionalidade, visto que a elaboração dos tratados internacionais de direitos humanos realiza-se através de um processo complexo e formal, que protegem os direitos de criação por parte do legislador e não aceitam que sejam feitas alterações que representem retrocesso. Segundo Figueiredo (2011), o que se assemelha claramente com a rigidez da Constituição Brasileira. Através dos tratados internacionais de direitos humanos, busca-se reforçar o que já está previsto na Constituição. Assim, nas palavras de Piovesan (2006, p. 91-92):

O direito enunciado no tratado internacional poderá: a) coincidir com o direito assegurado pela Constituição (neste caso a Constituição reproduz preceitos dos Direitos Internacionais dos Direitos Humanos); b) integrar, complementar e ampliar o universo de direitos constitucionalmente previstos; ou c) contrair preceitos de direito interno.

Porém, Antônio Cançado Trindade (2003, p. 551) salienta que “as obrigações dos tratados de direitos humanos são se resumem a adequação do ordenamento jurídico interno, e sim se apresentam em diversas funções do estado”. Constata-se, assim que o controle de constitucionalidade é intrínseco a todo o Estado democrático de direito, devendo-se primar pela interdependência entre as normas de direito interno e direito internacional. Segundo Figueiredo (2011):

É afirmar que a incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, com hierarquia de norma constitucional, cujo o aspecto mais importante é, de acordo com Mauro Capeletti, o controle de constitucionalidade.

Com este estudo, procura-se trazer a reflexão para necessidade de análise aprofundada no que tange os tratados internacionais de direitos humanos frente ao controle da constitucionalidade devido a sua pouca exploração no mundo jurídico.

5. O controle da constitucionalidade ou o controle de convencionalidade, onde se encaixa o Sistema Interamericano de Direitos Humanos?

Na busca de se compreender como é supervisionado o Sistema Interamericano de Direitos Humanos frente as normativas da Constituição, lembra-se que os tratados internacionais que visam a proteção dos direitos humanos são considerados superiores à legislação ordinária. Tendo estes efeitos espalhados pelo ordenamento jurídico, e servindo como parâmetro de controle da validade e eficácia de normas.

Compreende-se que o controle de convencionalidade consiste em analisar a conformidade de atos jurídicos, entretanto, com parâmetro distinto do controle constitucionalidade, buscando refletir sobre o ato jurídico e sua compatibilidade em face aos tratados internacionais. Alcança-se a compreensão de que o controle de convencionalidade tem a capacidade de condicionar a legislação interna e facultando aos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos o que concorda com entendimento de Valério de Oliveira Mazzuoli (2011, p. 73):

à medida que os tratados de direitos humanos ou são materialmente constitucionais (art. 5º, §2.º) ou material e formalmente constitucionais (art.5º, §3.º), é lícito entender que, para além do clássico 'controle de constitucionalidade', deve ainda existir (doravante) um 'controle de convencionalidade' das leis, que é a compatibilização das normas de direito interno com os tratados de direitos humanos ratificados pelo governo em vigor no país.

Sabe-se que o controle de convencionalidade busca o condicionamento da produção legislativa interna ao texto de tratados internacionais de direitos humanos Ingo Wolfgang Sarlet (2013, p. 798) salienta que o controle de convencionalidade não se trata de um controle exclusivamente jurisdicional e ainda afirma que:

O poder legislativo, quando da apreciação de algum projeto de lei, assim como deveria sempre atentar para a compatibilidade da legislação com a CF, também deveria assumir como parâmetro os tratados internacionais [...]. Da mesma forma, o Chefe do Executivo deveria vetar lei aprovada pelo Legislativo quando detectar violação de tratado internacional, ainda que não se cuide aqui de um veto justificado pela eventual inconstitucionalidade da lei [...]

Assim, verifica-se que o controle de convencionalidade identifica-se com o controle de constitucionalidade, inclusive no que tange aos seus elementos característicos. Porém, o controle de convencionalidade consiste em analisar a conformidade de atos jurídicos, tendo parâmetro distinto do controle

constitucionalidade, pois busca refletir sobre o ato jurídico e sua compatibilidade em face aos tratados internacionais. Tem-se como a principal característica, neste ínterim, a complementação no ordenamento jurídico interno, considerando-se um adendo à proteção dos direitos fundamentais. Perfaz-se assim que quando se trata do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e de decisões proferidas a partir desses órgãos pode-se fazer usar o controle de constitucionalidade.

6. O caso *Gomes Lund versus o Estado Brasileiro* e a discussão sobre controle de constitucionalidade e convencionalidade.

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos foi desenvolvido sob a perspectiva da Organização dos Estados Americanos (OEA) é formado por dois órgãos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ambos foram criados a partir da Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica de 1969, o documento traz em sua estrutura um catálogo de direitos civis e políticos.

O Pacto não somente dispõe acerca dos direitos, mas busca estabelecer maneiras de se garantir o cumprimento dos direitos que enuncia. Para tanto, pode-se mencionar o papel a ser desenvolvido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Ambos os órgãos supervisionam o cumprimento, por parte dos Estados, dos tratados de direitos humanos e têm competência para receber denúncias de violação desses tratados.

A Comissão tem como objetivo promover o cumprimento e a proteção dos direitos humanos, realizando esta proposta através de recomendações aos governos e determinando a adoção de medidas que entende adequadas a situação posta. Sua principal característica é receber as comunicações encaminhadas por indivíduos, grupos de indivíduos ou organizações não governamentais que denunciem violação aos direitos humanos. Frise-se aqui a importância da Comissão, que permite a denúncia por sujeitos independentemente de análise de serem Estados soberanos.

Desde o momento que o Estado ratifica a Convenção, automaticamente reconhece a competência da Comissão, e dispensa a necessidade de que a cada caso concreto seja expedido o reconhecimento. Há certos critérios para que a denúncia seja recebida pela Comissão. Entre os quais, pode-se citar o esgotamento no âmbito interno de todas as possibilidades de recursos ou que o devido processo legal tenha uma demora injustificada.

A Corte Interamericana, por sua vez, tem competência consultiva e contenciosa. A primeira, destina-se a interpretação das disposições da Convenção Americana e, a segunda, tem caráter jurisdicional, tratando de oferecer uma solução ao conflito posto acerca da interpretação da Convenção. Para ter o alcance da Corte é necessário que qualquer membro da OEA, signatário ou não da Convenção peça à Corte pareceres consultivos em relação à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos. Esta também poderá emitir opiniões sobre a compatibilidade entre a legislação doméstica em face dos instrumentos internacionais, assim chegamos ao controle de convencionalidade das leis como explana Flavia Piovesan (2007, p. 100):

Com isso, o sistema interamericano — norteado pelo chamado “controle da convencionalidade”— vê-se crescentemente legitimado em suas decisões por meio do diálogo regional-local. A Corte Interamericana exerce o controle da convencionalidade na modalidade concentrada, tendo a última palavra sobre a interpretação da Convenção Americana. Na realização do controle e convencionalidade, a Corte Interamericana guia-se pelo princípio *pro persona*, conferindo prevalência à norma mais benéfica, destacando, em diversas sentenças, decisões judiciais proferidas pelas Cortes constitucionais latino-americanas, bem como menção a dispositivos das Constituições latino-americanas.

Esta função contenciosa da Corte é restrita aos países que fazem parte da Convenção e que por este motivo já reconheceram a jurisdição da Corte. Porém, somente a Comissão Interamericana pode submeter um caso a respectiva Corte isso para que hajam filtros e se impeça o acesso direto do indivíduo à Corte.

Conforme aborda Antônio Augusto Cançado Trindade (1996, p. 8):

Por exemplo, uma decisão judicial interna pode dar uma interpretação incorreta a uma norma de um tratado de direitos humanos; ou qualquer outro órgão estatal pode deixar de cumprir uma obrigação internacional do Estado neste domínio. Em tais hipóteses pode-se configurar a responsabilidade internacional do Estado, porquanto seus tribunais ou outros órgãos não são os intérpretes finais de suas obrigações internacionais em matéria de direitos humanos. Os órgãos de supervisão internacionais não são obrigados a conhecer o direito interno dos diversos Estados, mas sim a tomar conhecimento dele como elemento de prova, no processo de verificação da conformidade dos atos internos (judiciais, legislativos, administrativos) dos Estados com as obrigações convencionais que a estes se impõem. Este exame da aplicação do direito interno é de certo modo *incidenter tantum*, como parte essencial ou integral da função de supervisão internacional, e elemento probatório para o exame do comportamento estatal interno de relevância internacional. Nessa ótica, é o próprio direito interno que assume importância no processo legal internacional.

Pode-se citar aqui o momento em que o Brasil recebeu a condenação do Brasil no caso Gomes Lund, conhecido caso da Guerrilha do Araguaia, o qual contrastou-se com a decisão do Supremo Tribunal Federal que entendeu pela impossibilidade de

rever a Lei de anistia brasileira. Esta foi votada no bojo de um processo constituinte e abriu espaço para o debate acerca do tema da proteção de direitos humanos que são simultaneamente direitos fundamentais.

Adentra-s, assim, a discussão sobre o conflito entre a jurisdição da CIDH com o STF e qual decisão deve prevalecer.

O *Caso Gomes Lund* trata de crimes cometidos na Guerrilha do Araguaia frente a lei de anistia brasileira. Este foi um movimento político no Estado do Pará, integrado por militantes do Partido Comunista do Brasil. Este caso foi apresentado à Corte pela Comissão contra a lei de anistia do Brasil, onde alegou-se que, frente ao referido dispositivo legal, os crimes cometidos durante o regime da ditadura militar não foram investigados e julgados, o que causava uma restrição ao acesso à justiça e verdade. Sabe-se que para haver o acesso a Corte deve-se esgotar os recursos internos e isso ocorreu, porém não de forma positiva. Este momento ocorreu no ano de 2010, onde o Supremo Tribunal Federal brasileiro julgou improcedente a ADPF 153 contra a lei de anistia, que questionava a compatibilidade desta com a Constituição de 1988. Conforme Cristiano Sobral (2015):

A expressão preceito fundamental designa um conceito indeterminado, que a jurisprudência tem considerado que envolve, entre outros institutos, os princípios fundamentais da república, os direitos fundamentais e as cláusulas pétreas. Foi nessa ação do plano abstrato de constitucionalidade das leis que o STF não levou os direitos humanos a sério.

Já a Corte sentencia em 24 de novembro de 2010 pela nulidade da lei de anistia brasileira e afirma que o referido documento não pode ser impedimento para as investigações:

Dada sua manifesta incompatibilidade com a Convenção Americana, as disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos carecem de efeitos jurídicos. Em consequência, não podem continuar a representar um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, nem podem ter igual ou similar impacto sobre outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil (SENTENÇA, 2010, p.65).

É expressa a realização da tentativa do controle de convencionalidade pela Corte Interamericana que foi ignorado no plano interno do Estado Brasileiro como consta sentença proferida no dia 24 de novembro de 2010:

No presente caso, o Tribunal observa que não foi exercido o controle de convencionalidade pelas autoridades jurisdicionais do Estado e que, pelo contrário, a decisão do Supremo Tribunal Federal confirmou a validade da interpretação da Lei de Anistia, sem considerar as obrigações internacionais do Brasil derivadas do Direito Internacional, particularmente aquelas estabelecidas nos artigos 8 e 25 da Convenção Americana, em relação com os artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento. O Tribunal estima oportuno recordar que a obrigação de cumprir as obrigações internacionais voluntariamente contraídas corresponde a um princípio básico do direito sobre a responsabilidade internacional dos Estados, respaldado pela jurisprudência internacional e nacional, segundo o qual aqueles devem acatar suas obrigações convencionais internacionais de boa-fé (*pacta sunt servanda*). Como já salientou esta Corte e conforme dispõe o artigo 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, os Estados não podem, por razões de ordem interna, descumprir obrigações internacionais. As obrigações convencionais dos Estados-Partes vinculam todos seus poderes e órgãos, os quais devem garantir o cumprimento das disposições convencionais e seus efeitos próprios (*effet utile*) no plano de seu direito interno (SENTENÇA, 2010, p.65-66).

O caso envolvendo a Guerrilha do Araguaia e a Lei de Anistia brasileira é importante devido trazer a reflexão da necessidade de que para haver o efetivo controle de convencionalidade este deve ser realizado não apenas no âmbito das Cortes Internacionais de Direitos Humanos, e também pelos Tribunais nacionais, não se poderia ter ignorado a jurisprudência da Corte Interamericana, pois no momento em que se ratificou o tratado internacional realizou-se o controle de constitucionalidade, reconhecendo o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Ademais, frente a isto, o Estado Brasileiro reconheceu sua constitucionalidade e, portanto, deveria acatar a sua intenção de convencionalidade no momento em que a Corte estava exercendo sua Jurisdição.

7. Considerações finais

Diante desta pesquisa constata-se que questionar a constitucionalidade de direitos humanos é questionar o que está proposto e positivado na constituição. Porém, a existência do controle de constitucionalidade é necessária para que assim se mantenha a garantia da soberania. A ratificação dos tratados internacionais de direitos humanos, por si só, já deveria garantir a efetivação por parte do Estado, porém quando não ocorre desta maneira, não que dizer que o país está desobrigado a cumprir os acordos e sim que existem outros procedimentos meramente formais a serem seguidos. Se estes não forem seguidos tem-se ainda à disposição o Sistema Interamericano de Direitos humanos para que sejam peticionados o reconhecimento desses direitos.

Dessa maneira, o questionamento do que significa ser signatário do tratado, visa-se que estes estejam em conformidade com a Constituição Federal. Todavia, se não estiverem, deve-se aplicar o controle da constitucionalidade e buscar em cada caso o que levou a tal conclusão.

Ao longo deste trabalho percebeu-se que o caminho percorrido pelos tratados internacionais de direitos humanos é deveras extenso. Denota-se, assim, que ao questionar os tratados internacionais de direitos humanos basicamente torna-se em questionar o que está proposto e positivado pela Constituição Federal, indagando-se se os direitos fundamentais são realmente fundamentais. Todavia, constatou-se que o controle da constitucionalidade é sim de extrema importância e visa assegurar a soberania do Estado Democrático de Direito, o que, porém não dá o direito do Estado se eximir das suas responsabilidades quando o assunto é o controle de convencionalidade. Por meio deste estudo, buscou-se salientar a necessidade de que as relações internacionais com o direito interno sejam minuciosamente estudadas para que haja uma melhor compreensão desses dispositivos.

8. Referências bibliográficas

BONAVIDES, Paulo. **Direito Constitucional**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 1ª ed. São Paulo: Edipro, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm>. Acesso em: 09.Set.2018.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Sentença 2009**. Demanda ante la Corte Interamericana de Derechos Humanos en el caso de Julia Gomes Lund y Otros (Guerrilha do Araguaia) (Caso 11.552) contra la República Federativa de Brasil. Sentencia 26 de marzo de 2009. Disponível em: <<http://www.cidh.org/demandas/11.552%20Guerrilha%20de%20Araguaia%20Brasil%2026mar09%20ESP.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2018.

LAFER, Celso. **A Internacionalização dos Direitos Humanos** : Constituição, Racismo e Relações Internacionais. Baurueri:Manole,2005.

FIGUEIREDO, Patricia Cobianchi. Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos. LTr; Edição: 1ª, 2011.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **O controle Jurisdicional da Convencionalidade das Leis**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.



PIOVESAN, Flavia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RAZEK, Fransisco. **Direito Internacional Público Curso Elementar**. 10. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SARLET, Ingo Wolfgang. A Constituição Federal de 1988, os tratados internacionais de direitos humanos e o assim chamado controle de convencionalidade dos atos normativos internos analisada à luz do caso dos direitos sociais, econômicos e culturais. In BOGDANDY, Armin Von; PIOVESAN, Flávia; ANTONIAZZI, Mariela Morales. **Estudos Avançados de Direitos Humanos**. Democracia e Integração Jurídica: Emergência de um novo Direito Público. Rio de Janeiro, Elsevier, 2013.

SOBRAL, Cristiano. **Controle de Convencionalidade na Proteção dos Direitos Humanos**. Disponível em:< http://genjuridico.com.br/2015/04/13/control-de-convencionalidade-na-protecao-dos-direitos-humanos/#_ftnref41/. > Acesso em: 06 out. 2018.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **A interação entre o direito internacional e o direito interno na proteção dos direitos humanos**. Disponível em:<<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/introd.htm>>. Acesso em: 05 out. 2018.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos Direitos Humanos**. Porto Alegre, 2003. v. II.

EMPODERAMENTO EM REDE: A INSURGÊNCIA FEMININA ATRAVÉS DO MOVIMENTO #ELENÃO E A AFIRMAÇÃO DOS SEUS DIREITOS

Larissa Nunes Cavalheiro⁶⁷

Regina Tairini Bassani⁶⁸



Este artigo foi premiado no grupo de trabalho, sendo publicado na Revista Interdisciplinar Contabilidade, Administração e Direito – RICADI – ISSN 2526-1851, publicada em dezembro de 2018.

⁶⁷ Mestra em Direito e Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE/RS). Professora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania URI/SLG. E-mail larissa-nunes-cavalheiro@ufsm.br

⁶⁸ Acadêmica do 4º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania URI/SLG. Estagiária da Promotoria de Justiça Criminal de São Luiz Gonzaga/RS. E-mail: regina_bassani@hotmail.com

PORNOGRAFIA DA VINGANÇA: ÉTICA, MORAL E JUSTIÇA NA CONCEPÇÃO DE EMMANUEL LÉVINAS

PORNOGRAPHY'S REVENGE: ETHICS, MORALITY AND JUSTICE IN THE CONCEPTION OF EMMANUEL LÉVINAS

Thaís Maciel de Oliveira⁶⁹

Noli Bernardo Hahn⁷⁰

Resumo: Diante da complexidade das relações interpessoais da contemporaneidade o presente trabalho problematiza a pornografia da vingança como resultado de um sistema de opressão e coisificação. Com efeito, através da abordagem analítico-hermenêutica o verbo divulgar é analisado a luz da filosofia de Lévinas. O modo de raciocínio dedutivo e a pesquisa bibliográfica corroboram frente a consciência ética de uma relação altera. Desse modo, a hermenêutica *Autrement* propõe a alteridade radical como grito de justiça e indignação frente ao sistema de opressão e do egoísmo extremo.

Palavras-chave: Alteridade; Ética; Justiça; Lévinas; Moral.

Abstract: Faced with the complexity of the interpersonal relationships of contemporary times the present work discusses the pornography of revenge as a result of a system of oppression and commodification. Indeed, through the analytical approach-hermeneutics the verb disclose is analyzed the light of the philosophy of Emmanuel Lévinas. Clever thinking and deductive mode the bibliographical research support front of ethical conscience of a relationship changes. Thus hermeneutics *Autrement* proposes radical alterity as cry for Justice and indignation in the face of the system of oppression and extreme selfishness.

Keywords: Otherness; Ethics; Justice; Lévinas; Morale.

1 Introdução

⁶⁹ Mestranda bolsista CAPES/TAXA do Programa de Pós-graduação em Direito Stricto Sensu - Mestrado em Direitos Especiais da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Brasil. Pós-graduanda em Filosofia na Contemporaneidade pela URI-SA. Membro do grupo de pesquisa: "Direito, Cultura e Religião: conexões e interfaces" (Linha I – Direito e Multiculturalismo), cadastrado no CNPQ e vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Mestrado e Doutorado da URI, campus Santo Ângelo. Bacharela em Direito pela Instituição de Ensino Superior de Santo Ângelo – CNEC/IESA. E-mail: adv.thaismaciel@gmail.com.

⁷⁰ Doutor em Ciências da Religião, Ciências Sociais e Religião, pela UMEP. Pós- Doutorando na Faculdade EST, em São Leopoldo. Professor Tempo Integral da URI, Campus de Santo Ângelo. Graduado em Filosofia e Teologia. Possui formação em Direito. Integra o Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado e Doutorado em Direito. Lidera, junto com o professor Dr. André Leonardo Copetti Santos, o Grupo de Pesquisa *Novos Direitos na Sociedade Complexa*. Pesquisa temas relacionando Direito, Cultura e Religião. orcid.org/0000-0003-2637-5321. E-mail: nolihahn@santoangelo.uri.br

Viver em sociedade necessariamente pressupõe um conviver com as diferenças e ipseidades. Com efeito, para possibilitar essa convivência social, a moral é normalizada frente um processo de socialização que estabelece valores e costumes. Desse modo, para ser no mundo contemporâneo é preciso pertencer.

Nesse aspecto, a palavra chave de diversos significados e sentidos da sociedade contemporânea é a palavra consumo. Consumir para pertencer é a chave dos processos de reconhecimento. A dimensão moral da rede de consumo condiciona todos seus membros a consumidores totalizados e objetificados. Ou seja, o Eu e o Tu são objetos, a palavra pertencer está intrinsecamente ligada a palavra consumir.

Destarte, através da abordagem analítico-hermenêutica objetiva-se olhar o contexto em que o verbo divulgar se encontra. Pelo exposto, o modo de raciocínio dedutivo e a pesquisa bibliográfica corroboram frente a consciência ética de uma relação altera. O giro linguístico que o estudo instiga, da redução e do rompimento do Mesmo e do Outro, é primordial frente a razão totalitária que o capitalismo impõe. Lévinas pensa a categoria de compreensão alteridade para além do indivíduo, como um desejo metafísico para o absolutamente outro. Com efeito, a vida é compreendida na relação com o outrem, a partir de uma óptica de relações face a face em busca da infinitude. Logo, objeto do estudo a pornografia da vingança é analisada a luz de uma hermenêutica *Autrement*.

2 Ética e moral na contemporaneidade

A sociedade contemporânea do século XXI representa o tipo de sociedade reconhecida por seu consumismo desenfreado. Consumir para pertencer foi levado à premissa suprema, interpelando seus membros para uma cultura mercadológica (BAUMAN; DONSKIS, 2014). Essa liquidez do capitalismo dissolve as estruturas e as relações sociais. O sólido passa a ser fluído e temporário.

“Na hierarquia herdada de valores reconhecidos, a síndrome consumista degradou a duração e elevou a enfermidade. Ela ergue o valor da novidade acima do valor da permanência” (BAUMAN, 2008, p. 111). Nesse sentido, a cultura consumista condiciona seus membros a uma sub-vida para o consumo, em que o consumir é elevado a status social (HAN, 2017).

Com efeito, os valores sociais reconhecidos e reiterados por essa lógica mercadocêntrica representa a moral da contemporaneidade, em que os indivíduos são

reduzidos a consumidores existenciais e totalizados em si mesmos. A ética, nesse exposto, como reflexão teórica questiona essa moral e analisa seus fundamentos.

Nesse segmento, a ética tem importante ligação com as palavras ser e dever-ser. Ela diferencia o ser da moral, com o dever-ser do questionamento ético, enquanto sujeito pensante. A partir da visão crítica enquanto sujeitos, o questionamento ético revela a essência por trás dos valores e normas morais que regulam a experiência humana:

Somos seres morais e as comunidades humanas sempre criaram sistemas de valores e normas morais para possibilitar a consciência social, porque somos seres não determinados pela natureza ou pelo destino/Deus. E no processo de conquista da liberdade e do nosso ser descobrimos a diferença entre o ser e o dever-ser e a vontade de construir um futuro diferente e melhor do que o presente. Para esta construção não bastam boas intenções, mas também um controle sobre os efeitos não intencionais das nossas ações e o conhecimento de que o questionamento moral pressupõe um conflito entre interesse imediato e a longo prazo e entre interesse particular e o da coletividade (SUNG; SILVA, 2011, p. 22).

A consciência ética como pensar criticamente a moral surge dessa desconfiança com os valores morais da sociedade e difere “de uma simples assimilação de valores e normas vigentes na sociedade” (SUNG; SILVA, 2011, p. 22).

A filosofia de Lévinas, nessa toada, utiliza a ética como ponto de partida de um discurso altero e humano. Conforme Lévinas:

A dimensão ética do ser humano conforma-se pelo questionamento: o questionamento do mesmo, o que seria impossível no âmbito da espontaneidade do mesmo, mas a espontaneidade através do outro. Este questionamento acontece através do presente do outro e é denominado ética (SIDEKUM, 2015, p. 68).

Lévinas propõe para edificação de um humanismo altero a ética como filosofia primeira. Ou seja, é questionado a racionalidade e a visão racional como coisificadora dos seres e responsáveis pela infelicidade e incompletude dos indivíduos. A mudança axiológica da ética como filosofia primeira delimita-se na investigação do Outro, na relação do Eu com o Outrem, de modo que a alteridade propõe uma mudança do caminhar das relações ao privilegiar a posição do Outro. Salientando sua importância como pressuposto para edificação e uma infinitude.

Em conformidade, o individualismo e o consumo além de causarem uma cegueira moral nos membros dessa coletividade são responsáveis pela incompletude da população. O ter frente ao ser nunca é alcançado, gerando uma sociedade do

cansaço e da fragmentação. Esse efeito colateral da economia global nada se assemelha ao desejo metafísico de Lévinas ou ao sentido de ser enquanto humano. A expectativa em ser, nesse aspecto está “ao mesmo tempo situado na ponta receptiva da insensibilidade moral dos objetos de sua insensibilidade moral” (BAUMAN, DONSKIS, 2014, p. 22).

Nesse processo de atomização não há uma relação com o absolutamente outrem, ou seja, a relação ética como pressuposto para uma infinitude é totalizada frente a essa lógica do mercado. Com efeito, a compreensão do outro, precisa sair das amarras ontológicas para acolher o modo de subjetividade de evasão do ser.

3 A pornografia da vingança e a violação da exterioridade

Partindo da compreensão que a ética leva a percepção de uma consciência crítica quanto a moral, a ética de Lévinas apresenta um horizonte de possibilidades frente ao limitado pensamento tradicional da racionalidade totalizadora ocidental e capitalista.

Nessa toada, ser membro dessa sociedade racional capitalista necessariamente significa estar inserido na lógica e na moral do consumo. Como critério de humanidade dessa sociedade, é reconhecido como ser humano apenas quem tem “dinheiro para entrar no mercado. Aqueles que não tem estão fora do mercado. As mercadorias não são destinadas à satisfação das necessidades e desejos da população, mas sim dos consumidores” (SUNG, 2011, p.58).

Com efeito, prisioneiros do consumo “agressor e vítima” reiteram uma autoexploração. Essa lógica paradoxal do mercado ocasiona “adoecimentos psíquicos da sociedade” em que o sujeito se encontra em guerra consigo mesmo. “A depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade. Reflete aquela humanidade que está em guerra consigo mesma” (HAN, 2017, P. 29-30).

Nesse aspecto, a lógica contemporânea da racionalidade capitalista impede a epifania do rosto defendida por Lévinas. A responsabilidade do ser para com o outro no ato de divulgar fotos, imagens ou vídeos é eliminada com base no pensamento totalizante da moral social. Nesse aspecto, a perspectiva humana é atomizada diante da cegueira moral. A intimidade, a subjetividade, a dignidade da pessoa humana no ato da divulgação é violado. Inquestionavelmente, o ato divulgar representa a objetivação do ser, seu não reconhecimento como sujeito digno de humanidade, sua inumanidade.

A pornografia da vingança antecede uma quebra de confiança que rompe com a subjetividade dos sujeitos. Com efeito, a pornografia da vingança pressupõe o ver o eu em si mesmo. Ou seja, há um reconhecimento de identidade individual, um jogo do mesmo, um ato da indiferença, um ato da insensibilidade, um ato de não ver o Outro.

Essa leitura crítica do ato divulgar representa o pensamento mercadológico que viola a exterioridade de outrem ao negar sua alteridade. Nesse exposto, falar em alteridade é:

Uma tentativa de chegar à justiça a partir do que se pode chamar de caridade, que se mostra para mim como obrigação ilimitada diante do outro e, nesse sentido, acesso à sua unicidade de pessoa, e, desse modo, amor: amor desinteressado, sem concupiscência. Já disse que essa obrigação inicial, diante da multiplicidade dos seres humanos, se torna justiça. Todavia, é muito importante para mim que a justiça possa fluir, derivar da preeminência do outro (LEVINAS, 2014, p. 34-35).

A filosofia Levinasiana introduz a relação ética com o absolutamente outrem e a evasão do ser como pressuposto para edificação de uma infinitude. Assim, Lévinas se preocupa com a plenitude humana, já que na possibilidade do infinito no rosto do outro, o Eu reconhece e respeita o Outro na sua subjetividade:

A alteridade, a heterogeneidade radical do Outro, só é possível se o Outro é realmente outro em relação a um termo cuja essência é permanecer no ponto de partida, servir de partida de entrada na relação, ser o Mesmo não relativa, mas absolutamente (LEVINAS, 1980, p. 24).

No rosto a relação ética se apresenta como prima facie tornando real o humanismo do homem. Com efeito, é a partir desse movimento de interpelação, convocação pelo Eu que o Outro se reverbera e manifesta a epifania em direção ao infinito. Nesses termos, a viabilização da alteridade está na eleidade, e assim, o Eu, naturalmente "finito, por meio da condução e do discurso ético do Rosto, deixa de ser um sujeito egoísta, materialista e individualista ao perceber e acolher o Outro, essencialmente infinito, numa rara expressão da humanidade do homem" (CAMILLO, 2016, p. 47).

Seguindo o lastro do pensamento filosófico da relação com o Outro e sua imanente responsabilidade, inexistente nesse aspecto a relação do Eu consigo mesmo, já que as relações se desenvolvem de maneira plural. "Para Lévinas, a totalidade é o que leva a violência à injustiça, uma vez que, não se reconhece o outro como diferente" (MASLOWSKI, 2017, p. 61).

Com efeito, a relação com o outro na consciência ética de Lévinas não é reduzida a um mesmo. Essa perspectiva possibilita o "Eu ao acolher o Outro" tornar-se plural, "abandonando, no plano de sua totalidade, o manto do egoísmo e do egocentrismo"(CAMILLO, 2016, p. 49).

No questionamento levinasiano é problematizado a prisão do ser frente a totalização do mesmo:

Lévinas coloca em questionamento a totalidade, a forma representativa em que se compreende o Outro, dado pela tematização, não permitindo que centelhas de conhecimento se deem na própria relação. Destarte, a relação não objetivada permite que os fenômenos possam se manifestar. Para o autor, existe no conhecimento, a limitação da finitude (MASLOWSKI, 2017, p. 46).

Com efeito, Lévinas propõe um retorno do humanismo ao humano, assim a "dimensão ética do homem exige que o oprimido possa libertar-se do sistema frio e calculista e das ideologias opressoras através da irrupção e quebra da totalidade pelo transcender" (SIDEKUM, 2015, p. 73).

Essa voz da alteridade coloca em questionamento a moral individualista interpelando, manifestando o ver o outro enquanto ser. Nesse ato de ver o outro enquanto ser, enquanto sujeito de direitos, enquanto humano, a subjetividade dele não é violada e a totalidade é rompida. Esse rompimento do outro ao mesmo traduz a ideia de infinitude defendida por Lévinas. Com efeito, a pornografia da vingança simboliza uma cultura dos mesmos, da coisificação e da objetivação. Simboliza um não diálogo, uma moral racionalista, mercadológica, consumista e totalitária.

4 Justiça social assimétrica

Lévinas parte da alteridade radical como forma de reconhecimento e justiça social. Para Lévinas a presença do Outro é determinante para edificação de uma consciência ética. A compreensão de Lévinas insere-se na "compreensão do reconhecimento dos direitos humanos fundamentais ditados pela alteridade do outro que é o fundamento e a dimensão teleológica da justiça" (SIDEKUM, 2009, p. 527).

Na filosofia Levinasiana é introduzido a alteridade como forma de pensar Autrement. Essa expressão hermenêutica traduz o conceito de responsabilidade para com o Outro, a noção e alteridade para além do ser:

O sujeito levinasiano é invertido, necessita de outrem para se entender como sujeito. O eu não é uma totalidade em si mesmo, ele é um ser sem mundo, um existente sem tempo e sem repouso no conceito. A relação ética é o ponto de

partida e de chegada da reflexão levinasiana. Pensar autrement é uma tarefa exigente e complicada. Exige o abandono do Mesmo da condição de condutor da racionalidade; exige que o Eu abandone o ser lugar privilegiado e se torne responsável. Servidor, incapaz de matar ou de reduzir o outro num conceito. Toda complicação do pensar autrement está na condição de pensar outro modo de ser sujeito (MELO, 2003, p. 18).

A proposta que move o pensamento Levinasiano se apresenta na máxima assimétrica que o "reconhecimento não acontece dentro do Eu ou de Nós, mas somente a partir do Outro, a partir de um perfeito despojamento de si próprio aos apelos do Rosto" (CAMILLO, 2016, p. 50). Esse "relacionamento baseado na comunicação emocional, em que as recompensas derivadas de tal cominação são a principal base para a continuação do relacionamento" (GIDDENS, 2000, p. 70), é a chave para a abertura da sensibilidade e da compreensão de justiça. Com efeito, a ideia do infinito não está no mesmo, mas no absolutamente outro, não em âmbito metafísico, mas na presença do outro que interpela o mesmo a uma relação de infinitude.

A justiça para Lévinas:

Acontece concretamente quando a lei que responsabiliza o meu Eu ultrapassando todas as formalidades jurídicas essenciais e colocando a minha subjetividade além do questionamento dos direitos humanos adquiridos, porém, no evento histórico, o tempo do outro, que se conta diante da absoluta responsabilidade que me cabe nessa relação assimétrica para com o Outro (SIDEKUM, 2009, p. 528).

A situação ética é instaurada a partir que o Eu se responsabiliza pelo Outro, com efeito o pensamento ético Levinasiano "põe a interpelação ética como princípio de justiça" (SIDEKUM, 2009, p. 528). Lévinas coloca o Outro como a fonte de direito do Eu:

Ser par Outrem não é uma negação do Eu, mas a perspectiva de principiar uma relação de acolhimento, fundada na responsabilidade para com o Outro, uma vez apresentado pelo Rosto. É impossível recusar-se ao Rosto; a deposição do Eu se movimenta pela transcendência, o que para Lévinas se revela como a bondade que conserva o Ser, o despoja de seu egoísmo e o humaniza junto ao Outro. A responsabilidade com o Outro desaguará necessariamente na busca da paz e da justiça (CAMILLO, 2016, p. 57).

A obra de Lévinas aponta para uma nova consciência, da experiência ética como filosofia primeira. Ou seja, abordar o ser a partir da filosofia levinasiana significa ver o Outro como paradigma primeiro. Essa experiência assimétrica possibilita o rompimento da totalidade do Mesmo e do Outro, assim como da consciência teórica

racional. A alteridade de Outrem contrapõe a ontologia e a racionalidade, significando um caminhar ao infinito pela acolhida e pela hospitalidade.

O modelo epistemológico ontológica impede essa acolhida do ser. Nessa toada, a acolhida é:

A porta que se abre para a exterioridade, ao infinito convidado a entrar na casa da alteridade, lugar de todos, espaço da partilha e da solidariedade. Encontro e desencontro do finito e do infinito: o Rosto como o único capaz de promover o encontro da finitude e infinitude compreendida na epifania do Face-a-Face. É transcender e acolher numa atitude ética o existente que grita e sofre pela exclusão (FONTANIVE; OLIVEIRA; KOCH, 2008, p. 115).

Com efeito, a dignidade do Outro só é reconhecida quando sua subjetividade é respeitada. A palavra alteridade mais que um movimento de encontro e reencontro com o Outro conduz ao esvaziamento do ser representado, à tese tóxica da racionalidade, livra o ser da aporia racional do sobreviver na prisão do mesmo e refaz o tecido social em torno de uma consciência ética de confronto com a moral egoística.

Esse relacionamento puro, da abertura do si mesmo para o Outro representa a essência da absoluta alteridade. Lugar em que as relações sociais incluem a ética do pensar no outro, pensar em justiça, pensar na moral hegemônica e conflitiva. Viver em sociedade necessariamente pressupõe o viver com o Outro, logo, a interpelação ética de Lévinas fornece novas lentes de reconhecimento e respeito primordiais para um viver em conjunto democraticamente.

5 Considerações Finais

Diante da complexidade que significa o viver e conviver com as diferenças e em virtude da aporia racional da contemporaneidade a premissa de Lévinas parte de um resgate ao humanismo do homem. Essa crítica da razão totalitária como causadora e reiteradora de infelicidades e discriminações, é o cerne da filosofia levinasiana. De fato, a lógica mercadológica apregoa a totalidade como razão de ser do indivíduo contemporâneo. Entretanto, a prisão do ser frente a totalização do mesmo causa uma profunda patologia social ocasionando diversas depressões face a incompletude do ser enquanto outrem.

A desconstrução da totalidade do mesmo proporciona um horizonte frente a visão racional do individualismo e do capitalismo. A ética como filosofia primeira possibilita o reconhecimento do ser enquanto ser, possibilita o respeito com o Outro e a

edificação da infinitude. Desse modo, a ética da alteridade rompe com a totalidade dos seres, abrindo caminho para a hermenêutica *Autrement*.

A hermenêutica *Autrement* do discurso ético levinasiano coloca o Outro como direção e sentido das relações. O Outro assume posição de destaque na edificação de uma compreensão de justiça social. Conseqüentemente, é através do Outro que o Eu é interpelado a uma dimensão ética de infinitude.

Portanto, é o Outro que manifesta, que interpela, que convida o Eu para relação Face a Face, com vistas à manifestar a alteridade nas relações sociais. Ou seja, a ruptura da totalidade acontece quando o Outro é visto como ser e esse Outro reconhece no Eu uma consciência ética de transcendência. Essa relação de transcendência exige para ser altera uma relação de não assimilação, o desejo metafísico exige o rompimento com a representação do egoísmo do Eu.

Nessa toada, no contexto da pornografia da vingança o ato de divulgar imagens, fotos, vídeos representa a extrema totalização dos indivíduos. Representa a coisificação do seres em objetos da racionalidade capitalista. Esse sistema da opressão, pela filosofia de Lévinas é libertada pela práxis do retorno ao humanismo. Ou seja, o verbo divulgar contextualiza a raiz da violência contemporânea. Conseqüentemente, a dimensão do eu precisa alcançar uma dimensão infinita para efetivamente reconhecer o outro da sua alteridade e justiça.

A proposta de Lévinas surge como uma luz frente à desumanização do ter do sistema capitalista. A consciência ética da alteridade fundamenta a indignação ética, primordial para questionar as morais discriminatórias do mundo contemporâneo. Mais que uma totalização, a pornografia da vingança representa um ato de extrema individualidade. Ver o Outro apenas como objeto é uma violação de sua exterioridade, de suas individualidades e subjetividades. Aniquila o desejo pela transcendência e a visão da humanidade. Desse modo, a filosofia levinasiana promove a alteridade radical como grito de justiça e indignação frente ao sistema de opressão e do egoísmo do eu.

REFERENCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.

BAUMANN, Zigmunt; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira Moral**. A perda da sensibilidade na modernidade líquida. 1º ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

FONTANIVE; Dolores Henn. OLIVEIRA; Lilian Blanck. KOCH; Simone Risle. **Linguagem, diferença e dignidade:** espaços e encontros na diversidade. In: Ensino Religioso: Diversidade e Identidade. Org. Remí Klein, Laude Erandi Brandenburg e Manfredo Carlos Wachs. – São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** 2^o edição ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito:** ensaio sobre a exterioridade. Lisboa: Edições 70, 1980.

MELO; Nelio Vieira. **A ética da alteridade em Emmanuel Levinas.** – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SIDEKUN; Antonio. Levinas, **Emmanuel, a ética da interpretação.** In: BARRETTO, Vicente de Paulo (Coord.) Dicionário de Filosofia do Direito. 2. reimp. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

SIDEKUN; Antonio. **Levinas e a Filosofia da libertação.** – Nova Petrópolis: Nova Harmonia / São Leopoldo: Karywa, 2015.

SUNG, Jung Mo. SILVA; Josué Cândido. **Conversando sobre ética e sociedade.** 18 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

IMPACTOS DO ABUSO E SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Sarah Sides⁷¹

Tatiane Munareto⁷²

Lizandra Andrade Nascimento⁷³

Resumo: O presente artigo resultada de inquietações surgidas a partir das aulas dos componentes curriculares de Desenvolvimento e Aprendizagem Motora e Neuroanatomia A, em que estudamos os diversos aspectos do desenvolvimento humano, refletindo a respeito das principais teorias que embasam esta área. O objetivo deste texto é investigar os impactos do abuso e demais formas de violência na vida dos indivíduos, analisando as marcas e traumas que permeiam a constituição psíquica dos sujeitos. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, buscando artigos que tratam da temática para embasar nossas reflexões. Os resultados encontrados são provisórios e indicam a necessidade de maior aprofundamento. Todavia, podemos compreender que a violência sempre implica em marcas no próprio indivíduo e em seu contexto, posto que há uma tendência à reprodução e/ou à retroalimentação do ciclo da violência. Cumpre destacar que é possível ressignificar a história pessoal, procurando superar as dores e as sequelas do sofrimento. No entanto, é possível oferecer suporte aos indivíduos que sofrem abuso ou outras violações, a fim de que possam seguir o curso de suas vidas de forma equilibrada e saudável.

Palavras-chave: Abuso. Violência. Sequelas. Desenvolvimento infantil.

Abstract: The present article is the result of concerns arising from the curricular components of Motor Development and Learning and Neuroanatomy A, in which we study the various aspects of human development, reflecting on the main theories that support this area. The objective of this text is to investigate the impacts of abuse and other forms of violence on the life of individuals, analyzing the marks and traumas that permeate the psychic constitution of the subjects. The methodology used was the literature review, searching for articles that deal with the theme to support our reflections. The results are provisional and indicate the need for further study. However, we can understand that violence always implies marking in the individual himself and his context, since there is a tendency to reproduce and / or to feed back the cycle of violence. It is important to emphasize that it is possible to re-characterize personal history, seeking to overcome the pains and consequences of suffering. However, it is possible to support individuals who suffer abuse or other violations so that they can follow the course of their lives in a balanced and healthy way.

Keywords: Abuse. Violence. Sequelas. Child development

1 Introdução

⁷¹ Acadêmica de Fisioterapia na URI – São Luiz Gonzaga. E-mail - sarahsides2000@gmail.com.

⁷² Acadêmica de Fisioterapia na URI – São Luiz Gonzaga. E-mail - tati10munareto@gmail.com.

⁷³ Professora orientadora. Doutora em Educação. Docente na URI-SLG. E-mail – Lizandra-anascimento@yahoo.com.br.

Este artigo em o propósito de refletir sobre as consequências do abuso e demais formas de violência no desenvolvimento infantil. Almejamos propor a discussão das sequelas dos maus-tratos na constituição psíquica das crianças e adolescentes.

Nesse processo, vale discutir os traumas e as repercussões na infância e na adolescência das situações violentas sofridas em diferentes contextos. Tais situações podem relacionar-se com as condições favoráveis nutricionais, ambientais e contextuais, impactando diretamente na qualidade de vida das pessoas. Sendo assim-destacamos a necessidade de garantia de condições favoráveis para realizar a transição saudável da infância e da adolescência para a vida adulta, procurando a plena integração social.

Nos tópicos a seguir, apresentamos as principais concepções apreendidas a partir das leituras dos artigos selecionados e dos debates ensejados no percurso da formação acadêmica. Dessa maneira, não se configuram como conclusões, mas, como pontos para reflexão e debate, sendo que a principal meta é ampliar o diálogo sobre o tema, sensibilizando a comunidade para a percepção de que precisamos proteger as crianças e os adolescentes, a fim de que possam desenvolver-se de forma saudável e feliz.

2 Marcas da Violência no Desenvolvimento Humano

Conforme Santana e Santana (2015), crianças e adolescentes, diante da violência, são mais vulneráveis às consequências deletérias para o seu desenvolvimento físico, neurológico, intelectual e emocional, causadas pela vitimização. Especialistas nas áreas da saúde, educação e ciências humanas consideram que sempre há consequências dos atos violentos ou das omissões, mesmo quando não são fatais, gerando danos à saúde, pois causam traumas, sequelas e incapacidades temporárias ou permanentes, provocam sofrimentos físico e emocional frequentemente associados e levam à necessidade de atendimento médico, aumentando os gastos com a saúde.

A violência contra crianças e adolescentes são diversas, exercendo destaque a violência física, que repercute visivelmente em diversas áreas de suas vidas, como na educação, integração social, modificações na saúde física e mental, bem como a alta probabilidade de desenvolverem distúrbios comportamentais.

Contudo, em conformidade com a Organização das Nações Unidas (ONU), a violência contra a criança e o adolescente é pouco divulgada, o silêncio dos pais

potencializa-se quando a violência está relacionada ao âmbito familiar. Os traumas gerados por abusos infantis são frequentemente encontrados em famílias que prezam mais pela honra do que a segurança e a saúde física e mental das crianças.

As vítimas são encaminhadas ao sistema de saúde apenas quando há ferimentos ou riscos procedentes da violência.

A ampliação do número de episódios de violência e de casos de abuso infantil, as equipes de saúde precisam capacitar-se cada vez mais para atender diversos casos decorridos da violência. Isso porque, é preciso prestar assistência qualificada para as vítimas, com o propósito de minimizar os impactos destes acontecimentos na vida dos sujeitos.

As múltiplas sequelas do abuso levam crianças e jovens à unidades de saúde por desnutrição, obesidade e problemas de escolaridade, exigindo da equipe de saúde um olhar mais delicado visando encontrar evidências menores de marcas da violência. Os profissionais que atendem crianças e adolescentes nos hospitais concordam que a violência sempre deixa marcas, sejam físicas, psicológicas, ou distúrbios comportamentais e sociais que afetam o indivíduo, mas que também vão além dele, repercutindo em toda sociedade, gerando reprodução da violência e retroalimentação do ciclo que ela constrói.

Segundo Silva e Silva (2003) os efeitos da violência na saúde biopsicossocial da criança e do adolescente podem ser em curto e longo prazo. Entre aqueles que aparecem em curto prazo: atitudes de choque e incredulidade; sentimentos de vergonha, culpa, ansiedade, medo, raiva, isolamento, desamparo, comportamentos confusos e de extrema agitação, pesadelos, terror noturno e alterações do hábito alimentar. Os efeitos em médio e longo prazo podem ser observados nos comportamentos autodestrutivos, ansiedade, sentimentos de isolamento e estigmatização, baixa autoestima, dificuldade em acreditar em outras pessoas, tendência à futura revitimização, comportamento sexual desajustado e uso de álcool e outras drogas.

Na concepção de Algeri (2005), as experiências traumáticas impactam de forma decisiva nas conexões neuronais do cérebro infantil, bem como no equilíbrio dos neurotransmissores, causando mudanças capazes de aumentar, de modo significativo, a vulnerabilidade a transtornos psíquicos em fases posteriores da vida.

O Ministério da Saúde também aponta que a violência na infância e na adolescência promove consequências relacionadas a problemas de saúde mental e problemas sociais como: a ansiedade, os transtornos depressivos, baixo desempenho na escola, nas tarefas de casa, alterações de memória e comportamento agressivo.

Para Ivanci e Pires (2009), uma criança que já apresenta características emocionais instáveis, como é o caso da depressão, permanecer em um ambiente violento pode ser ainda mais prejudicial, pois o ambiente pode submetê-la a mais vitimizações. Neste contexto, as experiências de violência ter sequelas mais graves, gerando culpa, vergonha, tristeza e retraimento, com consequências prejudiciais no percurso de vida dos indivíduos.

Como sabemos, as crianças estão organizando e consolidando as emoções e sentimentos. Sofrer violência nessa etapa implica em sérios danos ao processo de estruturação emocional. A sobrecarga de ter de lidar com experiências marcadas por intensa carga emocional, ameaça a sua integridade física ou as de quem ela ama. Além da depressão, a violência pode incitar o desenvolvimento de outros problemas de comportamentos muito danosos, a exemplo da ansiedade e do comportamento destrutivo.

Lamentavelmente, mesmo cientes de que há consequências danosas, grande parte dos relacionamentos familiares são permeados pela agressão verbal, através de xingamentos, insultos, negação ao apoio familiar, levando a baixa autoestima das crianças e adolescente, a qual é muito prejudicial nesta fase da vida, pois faz com que as vítimas não acreditem em si e, muitas vezes, sintam-se merecedores da violência sofrida. As campanhas pelo fim da palmada e dos xingamentos, em geral, não atingem plenamente os objetivos de erradicação da violência cometidas no interior dos lares.

Segundo Algeri S (2006) muitas crianças não encontram motivos no seu próprio ambiente familiar para crer que são importantes, pelo contrário, sentem-se ameaçadas, negligenciadas e abandonadas. As mesmas que vivem nesses ambientes violentos tendem a acreditar que essa é a única forma de socialização, contribuindo para a manutenção da multigeracionalidade da violência, pois reproduzem no seu comportamento social o aprendizado inadequado de que apenas com violência há resolução de conflitos.

O abuso sexual fornece à criança e ao adolescente informações errôneas sobre relacionamentos entre adultos e crianças, ao crescer e interpretar o ocorrido, percebem que seu amor e sua confiança foram traídos e as consequências podem ser difíceis, pois raramente conseguem voltar a confiar em alguém e isso pode gerar problemas graves em seus relacionamentos sociais e sexuais na vida adulta. O abuso sexual prejudica seriamente as vítimas, desencadeando sentimentos de culpa e de vergonha; fazendo com que as crianças sintam-se más, sujas e com pouco valor. Além disso, sentem intenso medo de sofrer novo abuso.

Para Aded e Dalcin (2006) é bastante comum à criança ou ao adolescente que sofre a violência, acreditar ser o responsável, ser o causador de seu próprio sofrimento por ter sido desobediente, mau ou sedutor. Essa crença da criança de que é a culpada, costuma ser reforçada pelo próprio agressor, que justifica o ato violento através da culpabilização da vítima. Em crianças entre três e dez anos de idade, a dificuldade em fixar memórias relativas ao abuso pode estar presente.

De acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, a mortalidade da população jovem brasileira é marcada pelas causas externas, como as agressões, homicídios, suicídios, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho, afogamentos, envenenamentos e outras. As agressões (52,9%), seguidas pelos acidentes de transporte (25,9%) e afogamentos (9,0%), são as principais causas de óbito na faixa etária de 10 a 19 anos. Esse perfil se repete nos adolescentes de 15 a 19 anos, no qual 58,7% dos óbitos foram por agressões.

3 Efeitos Duradouros dos Maus-Tratos

Para Teicher (2002), os maus tratos na infância não provocam apenas traumas psicológicos reversíveis, mas também danos permanentes no desenvolvimento e funções cerebrais. Os hemisférios esquerdos de pessoas vitimadas pela violência desenvolvem-se significativamente menos do que deveriam.

Segundo J. Giménez-Pando; E. Pérez-Arjona; M. Dujovny y F.G. Díaz, 2007. Estima-se que mais de 10% das crianças com retardo mental e paralisia cerebral são devidos a abuso, 30% possuem algum tipo de déficit cognitivo ou de linguagem, 22% portam distúrbios de aprendizagem, 50% dificuldade na escola, incluindo déficit de atenção e transtornos comportamentais, 50% das crianças abusadas possuem problemas emocionais e cerca de 14% apresentam comportamentos autodestrutivos.

A cada ano, as agências de bem-estar do menor dos EUA recebem mais de três milhões de denúncias de abuso e negligência no trato de crianças.

Como o abuso infantil ocorre durante o período formativo crítico em que o cérebro está sendo fisicamente esculpido pela experiência, o impacto do extremo estresse pode deixar uma marca indelével em sua estrutura e função. Tais abusos induzem a uma cascata de efeitos moleculares e neurobiológicos, que alteram de modo irreversível o desenvolvimento neuronal.

Doenças como depressão, ansiedade, pensamentos suicidas ou estresse pós-traumático são frequentes em crianças e adolescentes vítimas de abuso, resultando na maioria dos casos adultos impulsivos, delinquentes, hiperativos ou com vícios e abuso de substâncias (álcool, drogas ou comidas).

As vítimas submetidas a diversas formas de maus tratos, possuíam alterações no desenvolvimento de seus sistemas límbicos.

O sistema límbico é uma série de núcleos cerebrais interconectados (centros neurais), que desempenham um papel central na regulação da emoção e da memória

O hipocampo e a amígdala são importantes áreas afetadas em pacientes com traumas. O Hipocampo é fundamental na formação e recuperação tanto da memória verbal quanto da emocional, assim como a amígdala está ligada a criação do conteúdo emocional da memória- por exemplo, sentimentos associados ao medo e a reações agressivas.

Segundo Teicher (2002), foram encontradas anormalidades significativas de ondas cerebrais em 54% dos pacientes com histórico precoce, assim como estudos mostram que maus tratos sofridos antes dos 18 anos em ambos os sexos possuem sequelas mais significativas do que em idade posteriores.

Os danos apareceram nas regiões frontal e temporal do cérebro, envolvendo especificamente o hemisfério esquerdo ao invés dos dois lados. Trabalhos resultantes de outros pesquisadores confirmaram a associação entre maus tratos precoces e redução no tamanho do hipocampo adulto, podendo a amígdala ser menor.

Em 1997, J. Douglas Bremner, na época da Escola de Medicina da Universidade de Yale, e seus colegas compararam escanerizações por ressonância magnética sendo dois grupos de 17 adultos, na qual um dos grupos eram compostos por indivíduos que sofreram abuso físico ou sexual na infância, todos eles portadores de distúrbios de estresse pós traumático, o outro grupo era composto por pessoas saudáveis, em sexo,

raça e outras características. Os hipocampos esquerdos das vítimas de abuso eram, em média, 12% menores que os do grupo de controle, contudo os hipocampos direitos tinham tamanho normal. Como já era esperado, sendo o hipocampo o principal responsável pela memória, a pontuação desses pacientes também foi menor em testes de memória verbal do que as do grupo que não sofreu abuso.

Stein (1997), da Universidade da Califórnia em San Diego, também encontrou desequilíbrios nos hipocampos esquerdos de 21 mulheres adultas que haviam sofrido abusos sexuais na infância e manifestavam distúrbio de personalidade múltipla, sendo uma condição frequentemente comum em mulheres vítimas de abusos, sendo o hipocampo esquerdo significativamente reduzido.

A pergunta mais frequente era “porque o hipocampo era menor em pacientes que sofreram abusos?”, tanto nos estudos de Bremner, Stein e Dreissen. E das múltiplas respostas viáveis a mais provável é que o estresse exerce uma grande interferência no hipocampo, de modo que seus efeitos não sejam distinguir em níveis anatômicos e sim conforme as pessoas fiquem mais velhas.

O hipocampo não se destaca apenas por seu lento desenvolvimento, mas também por ser uma das poucas regiões cerebral que continuam a produzir novos neurônios após o nascimento, além de possuir uma alta densidade de receptores de cortisol (hormônio do estresse), do que as outras áreas do cérebro. A exposição excessiva desse hormônio pode mudar consideravelmente o formato dos maiores neurônios do hipocampo e até mesmo mata-lo, além de suprimir a produção de novas células. O impacto sobre o sistema límbico foi apenas a consequência mais esperada do trauma infantil.

A vermis cerebelar também pode ser responsável pelos altos níveis de irritabilidade, sendo ela responsável pela liberação de hormônios como dopamina e noropinefrina. Com o descontrole desses hormônios sintomas como depressão, psicose e hiperatividade são frequentes nas vítimas, fazendo com que pacientes vítimas de abusos possuam maiores pontuações nas checagens pois seu vermis não poderia se ativar o suficiente para controlar níveis altos de irritabilidade límbica.

O cérebro humano foi evoluindo e sendo moldado conforme experiências e dificuldades sofridas precocemente, sendo diárias e frequente durante nosso desenvolvimento ancestral.

A alternativa coerente é que a exposição precoce ao estresse gera efeitos moleculares e neurobiológicos que provocam modificações no desenvolvimento

neuronal de uma forma adaptativa, preparando o cérebro adulto a sobreviver em um mundo perigoso. Sendo alguns desses efeitos a intensa reação de luta ou fuga.

Para Einstein (2006), condições favoráveis tanto nutricionais, ambiental e contextuais são fundamentais para a realização dessa transição de forma saudável até a vida adulta, estimulando-a cada vez mais à integração social. O isolamento e a falta de apoio e incentivo ameaçam a integridade emocional e corporal, influenciando em etapas do desenvolvimento necessárias, como aprendizado e desempenho em papéis sociais.

Apesar disso, a desigualdade social, o desemprego, os ciclos de pobreza e violência, o tráfico de drogas e a falta de amparo social nas escolas são alguns dos fatores que mais favorecem os episódios frequentes de maus tratos, abandono e de situações traumáticas no cenário onde se situa a miséria urbana.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que o transtorno do estresse pós-traumático e o transtorno depressivo representam percentuais significativos entre os transtornos mentais da infância e da adolescência em nosso país

A prevenção não se destaca apenas na interrupção dos maus tratos mas também com uma relação de confiança, saudável e que transmita proteção e segurança a vítima, tal como programas de prevenções com materiais educativos e informativos adequados, estimulando crianças e adolescentes a falarem caso sofrerem algum tipo de abuso.

4 Considerações Finais

É evidente que casos de abuso praticada contra crianças e adolescentes estão cada vez mais frequentes em nossa sociedade. Trata-se de uma situação lamentável e que precisa ser combatida, uma vez que provoca uma série de traumas e prejuízos ao desenvolvimento dos seres humanos, como procuramos demonstrar neste artigo.

Campanhas contra a violência e estimulação do diálogo com as vítimas são importantes e necessárias. Não obstante, a sociedade precisa lançar um olhar mais cauteloso sobre o assunto, enfatizando os compromissos dos diferentes segmentos sociais no cuidado e proteção das crianças e dos adolescentes.

Em especial, no que se refere aos profissionais da saúde, que deparam-se com múltiplos casos de violência durante seu cotidiano. Cabe a estes profissionais engajar-se na sensibilização da população, a fim de atuar na prevenção, buscando a

erradicação da violência, principalmente contra os indivíduos que vivenciam as etapas iniciais de sua constituição biopsíquica e sociocultural.

Dessa maneira, as famílias, os profissionais da educação, os cuidadores e os serviços de saúde precisam unir forças para promover relações de afeto e de cuidado com as novas gerações. Esta medida é fundamental para o desenvolvimento seguro e saudável.

E, diante dos casos de violência, prestar um atendimento qualificado, oferecendo suporte para as vítimas, de modo a minimizar os sérios impactos que tais episódios apresentam para a saúde física e psíquica dos indivíduos. Médicos, psicólogos, psiquiatras, fisioterapeutas e assistentes sociais necessitam constituir uma rede de apoio e tratamento, para evitar que os maus-tratos se repitam e para garantir que as crianças e os jovens possam ressignificar suas histórias de vida. Nesse caso, também os profissionais da segurança e da justiça possuem responsabilidades importantes na proteção das vítimas e no oferecimento de suporte para as famílias.

REFERÊNCIAS

ADED NLO, Dalcin BLGS, Moraes TM, Cavalcanti MT. Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. **Rev. Psiq. Clín** [Internet]. 2006 [cited 2014 Feb 19];33(4):204-13. Acesso em: <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol33/n4/204.html>.

ALGERI S. A violência infantil na perspectiva do enfermeiro: uma questão de saúde e educação. **Rev Gaúcha Enferm** [Internet]. 2005 [cited 2014 Feb 19];26(3):308-15. Acesso em: <http://www.seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/viewFile/4561/2488>.

ALGERI S, Souza LM. Violência contra crianças e adolescentes: um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem. **Rev Latino-am Enfermagem** [Internet]. 2006 [cited 2014 Feb 19];14(4):625-31. Acesso em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/65448>

AVANCI J, Assis S, Oliveira R, Pires T. Quando a convivência com a violência aproxima a criança do comportamento depressivo. **Ciênc. saúde coletiva** [Internet]. 2009 [cited 2014 Feb 19];14(2): 383-94. Acesso em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v14n2/a08v14n2.pdf>

BRASIL. **Ministério da Saúde (MS)**. Violência faz mal à saúde. Brasília: MS, 2006.

EISENSTIN, Evelyn. Traumas e suas repercussões na infância e na adolescência. **Adolescência e saúde**, [S.L.], v. 3, n. 2, p.26-28, abr./jun. 2006.

SANTANA, Rebeca Pinheiro De; , Judith Sena Da Silva Santana. Marcas e prejuízos da



violência contra crianças e adolescentes segundo profissionais de hospitais públicos. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, 9, p. 431-439, jan. 2012.

SILVA MCM; Silva LMP. Guia de assistência Integral à Saúde da Criança e do Adolescente em situação de violência: abordagem multidisciplinar. Recife: **Edupe**; 2003.

TEICHER, Martin H. Feridas que não cicatrizam: a neurobiologia do abuso infantil. **Scientific american brasil**, [S.L], v. 1, n. 1, jan. 2002.

**AS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS ENFRENTADAS PELAS MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
THE PSYCHOLOGICAL CONSEQUENCES FACED BY WOMEN VICTIMS OF
DOMESTIC VIOLENCE**

Larissa Siqueira de Oliveira⁷⁴

Sonia Bressan Vieira⁷⁵

Resumo: O trabalho aborda as consequências do sofrimento psíquico enfrentado pelas mulheres vítimas de violência doméstica, sob o enfoque psicológico. Tem como **objetivo**, identificar os tipos de violência apontando as consequências psicológicas sofridas pela mulher em situação de violência. A **metodologia** utilizada na construção deste estudo compreende uma pesquisa bibliográfica/descritiva, envolvendo **conceitos** como os de **Gênero, Violência, Violência Física e Violência Psicológica**. Inicialmente é realizado um estudo sobre violência e violência física e violência psicológica, diferenciando-as. Após, enfatiza as decorrências psicológicas que persistem no meio íntimo e social da mulher que passou por situação análoga a de violência doméstica, finalizando com a atuação estatal e a efetivação do direito à dignidade humana das mulheres em situação de violência. O trabalho constata **resultados** e permite **concluir** que o sofrimento psicológico é tão grave quanto o sofrimento da violência física, pois as consequências psíquicas resultam de qualquer modo de violência, atingindo não só a vítima e as atividades da sua vida civil, mas também, seus familiares sendo necessário o integral acompanhamento estatal, por meio de tratamento psicológico, para que as vítimas possam se reencontrar, combatendo a tristeza, angústia e depressão, presentes na maioria dos casos e, a partir daí, reintegrar-se no meio social.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Violência Física e Violência Psicológica

Abstract: The paper addresses the consequences of the psychological suffering faced by women victims of domestic violence, under a psychological approach. It aims to identify the types of violence that point to the psychological consequences suffered by women in situations of violence. The methodology used in the construction of this study includes bibliographical / descriptive research, involving concepts such as Gender, Violence, Physical Violence and Psychological Violence. Initially a study on violence and physical violence and psychological violence was carried out, differentiating them. Afterwards, it centralizes the psychological consequences that persist in the intimate and social environment of the woman who went through a situation similar to that of

⁷⁴ Acadêmica do 7º Semestre do Curso de Direito da URI – Extensão São Luiz Gonzaga. Bolsista do Projeto de Pesquisa: Gênero e Violência: Direitos Humanos também para as mulheres CnPq. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania e da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail-lari.siqueira.oliveira@gmail.com

⁷⁵ Doutora em História. PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Orientadora do Projeto de Pesquisa: Gênero e Violência: Direitos Humanos também para as mulheres. CnPq. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. Coordenadora da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail:soniabressanvieira@gmail.com.

domestic violence, ending with state action and the realization of the right to human dignity of women in situations of violence. The paper shows results and allows to conclude that psychological suffering is as serious as the suffering of physical violence, because the psychic consequences result from any form of violence, affecting not only the victim and the activities of his civil life, but also his relatives with the need for full state monitoring, through psychological treatment, so that the victims can meet again, fighting the sadness, anguish and depression, present in most cases and, from there, reintegrate into the social environment.

Keywords: Gender. Violence. Physical Violence and Psychological Violence

1 Introdução

A realidade do cotidiano brasileiro da violência doméstica, especialmente quando praticada contra as mulheres, não se restringe tão somente ao momento em que os atos violentos são praticados pelo agressor, muito se discute quanto aos direitos que lhe são violados, assim como a efetivação ou não das leis punitivas, e as medidas de segurança que devem ser adotadas, mas pouquíssimo se fala nas consequências psicológicas resultantes de tal sofrimento (FONSECA & LUCAS, 2006, p. 07).

O presente artigo aborda as consequências relacionadas ao sofrimento psíquico enfrentado pelo gênero feminino, vítima de violência doméstica sob o enfoque psicológico.

Diante da realidade posta, é que o presente trabalho, possui como principal **objetivo** analisar as consequências da violência doméstica, na forma psicológica, buscando alternativas, para que em conjunto, sociedade e Estado, possam atuar de forma eficaz na redução do número de agressões, bem como na integral recuperação e reintegração da mulher na vida em sociedade.

Visa assim, identificar os tipos de violência apontando as consequências psicológicas sofridas pela mulher em situação de risco.

A **metodologia** utilizada na construção deste estudo compreende uma pesquisa bibliográfica, e baseou-se em obras e artigos acadêmicos, envolvendo conceitos como os de Gênero. Violência. Violência Física e Violência Psicológica.

Inicialmente é realizado um estudo sobre gênero, violência, violência física e violência psicológica, diferenciando-as. Após, o trabalho centraliza as principais consequências psicológicas que persistem no meio íntimo e social de uma mulher que já passou por situação análoga ao de violência doméstica, finalizando com a atuação estatal e a efetivação do direito à dignidade humana das mulheres que já foram violentadas.

O trabalho constata **resultados** como os de que são frequentes os casos, e

cresce cada vez mais, o número de mulheres que são violentadas dentro de suas próprias residências. A situação é grave apesar de possuir uma legislação especial, denominada “Lei Maria da Penha” através da qual o STF reconheceu a persistência da desigualdade entre homens e mulheres, determinando que o agressor seja processado criminalmente independentemente da autorização da vítima, pois é corriqueira a retirada da queixa, pelo medo de serem violentadas novamente, caracterizando nitidamente as consequências psicológicas das agressões sofridas, a violência persiste de forma aterrorizante (MORENO, 2016, p. 02).

Conclui-se que o sofrimento psicológico é tão grave quanto o sofrimento de uma violência física, pois as consequências psíquicas resultam de qualquer modo de violência, atingindo não só a vítima, mas também, seus familiares e as demais atividades da vida civil, sendo necessário o integral acompanhamento estatal, por meio de tratamento psicológico, para que as vítimas possam encontrar a melhor saída, combatendo a tristeza, angústia e depressão, sintomas presentes na maioria dos casos e, a partir de então, encontrar maneiras que possibilitem a reintegração no meio social.

2 A palavra “gênero” na visão de Joan Scott

Antes de trabalhar sobre os tipos de violência sofridos pelas mulheres, é importante fazer uma breve análise de como a sociedade, por muito tempo posicionou as mulheres como inferiores aos homens, analisando principalmente os diversos conceitos atribuídos à palavra gênero, o qual muitas vezes estava associado à fraqueza feminina, principalmente pela diferença biológica entre os sexos na forma física/natural e de gêneros na forma social/cultural, de acordo com cada momento da história da sociedade. JOAN SCOTT, afirma que os movimentos feministas começaram a utilizar a palavra gênero para referir que era necessária a organização da relação entre os sexos, defendendo a igualdade entre homens e mulheres pela busca de direitos, porém o movimento só conseguiu resultados quando se deu em conta de que só seria possível a igualdade se fossem respeitadas as diferenças biológicas de cada sexo (1990, p. 72).

Sendo utilizada como sinônimo dos movimentos feministas, pois as mulheres começaram a sentirem-se incomodadas com tamanha desigualdade, então a palavra gênero também foi muito utilizada para designar a diferenciação biológica entre os sexos, com resquícios conceituais nas relações sociais, e em alguns momentos para

definir as diferentes classes da humanidade (mulheres, crianças, idosos), porém nunca foi possível se concretizar de maneira direta o real significado do termo. Contudo, JOAN SCOTT define que, a palavra gênero deve ser entendida como um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas construções culturais, que vai além da definição sexual de cada indivíduo, vejamos:

Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (1990, p. 75).

Ao analisar as mutações sociais, e as diferentes formas de cultura, principalmente quando se estuda as mudanças que ocasionaram a evolução da sociedade, ligadas ao poder de decisão, onde o exercício de governo, em massa, foi gerenciado pelo sexo masculino, JOAN SCOTT, afirma que a história da humanidade demonstra que o homem sempre esteve superior a mulher, e por consequência disso, o gênero feminino, assim denominado, uma vez se relaciona com questões patriarcais, sociais e culturais, enfrentou grandes batalhas para poder conquistar igualdade entre os sexos (1990, p. 86).

A partir desse estudo, conceitua-se gênero na visão construtivista, uma vez que se tem um determinismo biológico que se constrói pelas relações subjetivas das quais se encontra cada pessoa, podendo variar de acordo com a forma de criação de cada família, com a cultura, o meio social, demonstrando, dessa forma, que na verdade existe uma plasticidade humana, não existindo um modelo único para definir seu real significado, variando de acordo com a identidade de cada pessoa (LIMA, 2007, Cap. II, p. 14), abrindo espaço para revoltas e indignações, principalmente das pessoas mais tradicionalistas, acarretando no que hoje conhecemos como violência doméstica, podendo ser praticada contra qualquer membro familiar, mas trabalharemos especialmente, a violência doméstica sofrida pela mulher, a qual será abordada no tópico seguinte.

3 Violência física e violência psicológica

Neste trabalho, serão analisados os conceitos de violência, juntamente com as espécies de violência doméstica praticadas contra a mulher quais sejam, física e psicológica, com enfoque especial às consequências psicológicas prorrogadas pós

agressão, as quais conforme SANTOS & GOMINHO, podem ocorrer de forma lenta e silenciosa e com capacidade de acarretar danos irreparáveis à vida de uma mulher (2016, p. 02).

Sabe-se que muito já se trabalhou na tentativa de combater a violência praticada contra as mulheres, tanto é que a “Lei Maria da Penha” é o melhor exemplo utilizado por MORENO ao afirmar que “*A finalidade da Lei Maria da Penha é proporcionar instrumentos que “coibir, prevenir e erradicar” a violência doméstica e familiar contra a mulher...*”, porém, ainda é muito frequente o número de mulheres violentadas, não só fisicamente, mas também psicologicamente.

Entretanto, a violência pode ser conceituada de maneira complexa, pois são tantas as formas de praticá-la que a sociedade, de modo geral, sente-se vítima, pois é um ato próprio dos seres humanos, ou seja, se dá pelo emprego de força de uns sobre os outros, geralmente de forma excessiva (MODENA, 2016, p. 08).

MODENA afirma que, os resultados da violência são vistos por meio de ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas, dentre outros sofrimentos (2016, p. 08).

Focando o tema, quanto à violência doméstica sofrida pelas mulheres, FONSECA & LUCAS tem a visão de que existem diversos tipos de violências domésticas praticadas contra as mulheres, são elas: sexual, patrimonial, física e psicológica neste tópico, trataremos especialmente da violência física e psicológica, diferenciando-as (2006, p. 09).

A violência física possui características extremamente visíveis no corpo da ofendida, podendo ser classificada de forma leve, grave ou até mesmo gravíssima, a violência física, praticada contra a mulher, conforme os autores citados pode ser entendida claramente, conforme o artigo 7º da Lei Maria da Penha, “*como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal*”, ou seja, resultados imediatos, praticados por meio de lesões corporais como, por exemplo, queimaduras, tapas, espancamentos, mordidas e todas as situações que coloquem em risco a integridade física podendo deixar sequelas vitalícias à vítima (2006, p. 09).

Dessa forma, a violência psicológica pode afetar de maneira tão grave a saúde emocional, resultando em outras atividades corriqueiras, comprometendo todos os atos da vida civil de uma mulher, a violência psicológica pode ocorrer, segundo FONSECA & LUCAS:

A violência emocional ou psicológica é evidenciada pelo prejuízo à competência emocional da mulher, expresso através da tentativa de controlar suas ações, crenças e decisões, por meio de intimidação, manipulação, ameaças dirigidas a ela ou a seus filhos, humilhação, isolamento, rejeição, exploração e agressão verbal. Sendo assim, considerado violento todo ato que cause danos à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal, como por exemplo, negar carinho, impedi-la de trabalhar, ter amigas ou sair de casa. São atos de hostilidade e agressividade que podem influenciar na motivação, na auto-imagem e na auto-estima feminina (2006,p. 09).

Por outro lado, SANTOS & GOMINHO argumentam que com o isolamento demonstrado na forma mais violenta, ficando a mulher forçada a se isolar pelo medo, quando o próprio companheiro lhe agride psicologicamente, a mulher começa a apresentar sintomas de tristeza, negação, baixa – estima e depressão (2016, p.03), gerando as principais consequências que serão analisadas no tópico seguinte.

4 Resíduos emocionais de uma violência psicológica

Diante da situação de impotência e humilhação, SANTOS & GOMINHO afirmam que a mulher começa a apresentar sintomas de se auto culpar, ou seja, se sente a principal responsável pelos transtornos que convive dentro de seu próprio lar, isso se ocasiona principalmente pela forma seguida de como é violentada, gerando a alteração comportamental, transmitida por meio da tristeza, angustia, ansiedade, depressão, ideias suicidas, agressividade; alterações do sono, problemas sexuais; dependência e isolamento e até mesmo mudanças drásticas no estilo de vida, além de outros transtornos, esses problemas envolvem tanto à intimidade da vítima, que se sente pressionada pelo agressor, quanto à sociedade que conjuntamente é violentada não encontrando alternativas capaz de solucionar tal sofrimento (2016, p.05).

Quanto às consequências sociais, FONSECA & LUCAS, afirmam que surgem a partir do momento em que o homem concretiza seus atos violentos por meio do afastamento e enfraquecimento das saídas de apoio da mulheres, quais sejam sua família, amigos, demais pessoas que poderiam auxiliar, vejamos:

No que se refere à violência psicológica, o isolamento é uma de suas principais formas de manifestação. Nesta prática, o homem busca, através de ações que enfraqueçam sua rede de apoio, afastar a mulher de seu convívio social, proibindo-a de manter relacionamentos com familiares e amigos, trabalhar ou estudar.

Cabe mencionar que, FONSECA & LUCAS apontam que a OMS (Organização Mundial da Saúde), reconheceu que violência doméstica contra mulher

integra questões relacionadas à saúde pública, uma vez que é constante vítimas de violência física e psicológica, quando já estão no estágio avançado de sofrimento, buscarem no serviço saúde refúgio para os seus problemas, tanto físicos como pessoais (2006,p. 11).

Por se tratar de uma questão que não envolve somente um direito individual, mas também direito coletivo de saúde pública deve-se existir a preocupação estatal em amparar mulheres vítimas de qualquer tipo de violência sofrida, pois não basta somente existir leis que “garantem” proteção à mulher, se na maioria dos casos já estão desprotegidas e desamparadas, necessitando de auxílio à saúde física e principalmente a saúde mental, para que somente assim, consigam criar esperanças num novo recomeço.

5 Atuação estatal e a dignidade humana

O Estado, segundo SANTOS & GOMINHO, possui como principal função servir às necessidades da sociedade, e diante de uma situação grave, que já teve reconhecimento pelo STF, o poder legislativo está evoluindo por meio da legislação especial na busca pela proteção à mulher, baseando-se principalmente no princípio da dignidade humana, como sendo o essencial objetivo da “Lei Maria da Penha”, garantir a dignidade às mulheres violentadas (2016, p. 06).

Apesar de estar previsto no artigo 6º de que “a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos”, dignidade não se restringe somente ao momento da violência e a resposta com a prisão do agressor é preciso levar em consideração que a mulher violentada necessita de auxílio estatal, uma vez que não tem pra onde se socorrer, dessa forma, se for negado o seu direito à saúde é mais uma forma de violação à sua dignidade humana, por isso deve ser eficaz o que prevê o artigo 3º da Lei Maria da Penha:

Artigo 3º: Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (2006).

Dessa forma, SANTOS & GOMINHO, continuam que, é visto que o Estado precisa agir, não somente com a punição aos agressores, mas também por meio de políticas públicas que possam ser eficazes antes de acontecerem os atentados violentos à mulher, e assim realizarem o acolhimento destas, logo que percebem que

podem estar diante de uma situação de rico, dessa forma, fazendo valer o princípio da dignidade humana de forma antecipada e integral (2016, p. 07)

6 Considerações Finais

Com a pesquisa pode-se concluir que a violência doméstica é um grave problema social e ainda tem sido muito recorrente, apesar de existir legislação que proíba todo e qualquer tipo de violência praticada em desfavor da mulher, os casos ainda são frequentes, porém não basta só discutir a questão punitiva aos agressores, mas também é preciso dar muito atenção às consequências que resultam uma violência doméstica, as quais podem ser levadas até o final da vida de uma mulher, mediante sequelas de lesões corporais, ou por consequências psicológicas que as impediram de exercer plenamente seus direitos, impossibilitando de poderem seguir uma vida normalmente, como se estivessem sempre ameaçadas e impossibilitadas pelo medo.

O Estado, assim como a sociedade, podem ser fortes aliados quando o assunto tratar-se de acompanhamento das anterior e posterior as vítimas, na sua reintegração na vida em sociedade, fornecendo atendimento por profissionais da área social e psicológica, assim como demais tratamentos à saúde, como aos hematomas causados pelas agressões, além de um acompanhamento familiar, onde possam existir métodos de comunicação entre os membros e educação às crianças que também se encontrem diante de tal situação.

Somente dessa forma é que podemos criar expectativas de que o número de violentadas será reduzido, e que as demais que estão em situação de risco, possam criar coragem e encararem um acompanhamento familiar e, se caso necessário, um posterior tratamento psicológico, ao verem que pessoas que passaram por situações análogas, conseguem achar outras saídas a não ser o sofrimento, e dessa forma, mais mulheres serão oportunizadas de escolherem o que é melhor para si, e, assim, terem um novo recomeço, porém desta vez, sem violência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI MARIA DA PENHA**. Lei Federal n.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm > Acesso em: 10 out. 2018

FONSECA, Paula Martinez Da. LUCAS, Taiane Nascimento Souza. **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS.** 2006.

LIMA, Renata Stellmann de Sousa Lima. **A MASCULINIDADE NA CLÍNICA.** Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/acessoConteudo.php?nrseqoco=30741>> Acesso em: 10 out. 2018.

MODENA, Maura Regina. **CONCEITOS E FORMAS DA VIOLÊNCIA.** Disponível em: <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf> Acesso em: 10 out. 2018.

MORENO, Renan De Marchi. **EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA.** Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/3851/eficacia-lei-maria-penha>> Acesso em: 10 out. 2018.

SANTOS, Leide Jane de Souza. GOMINHO, Leonardo Barreto Ferraz. **DANOS DECORRENTES DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA SOFRIDOS PELA MULHER.** Disponível em: <<https://ferrazbar.jusbrasil.com.br/artigos/373315014/danos-decorrentes-da-violencia-psicologica-sofridos-pela-mulher>> Acesso em: 10 out. 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** 1990.

O AMPARO CONSTITUCIONAL DO DIREITO À SAÚDE E DA JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS

THE CONSTITUTIONAL AMPARO OF THE RIGHT TO HEALTH AND THE JUDICIALIZATION OF MEDICINES

Vladson dos Santos Ajala⁷⁶

Maria Cristina Schneider Lucion⁷⁷

Resumo: O direito à saúde está elencando na Constituição Federal como um direito universal e envolve, dentre outras medidas que devem ser adotadas pelo Estado, o fornecimento de medicamentos. Quando o Estado falha e não consegue administrativamente atender a essa demanda, judicializa-se o interesse e a necessidade de acessar medicamentos, e de maneira forçada o Poder Judiciário pode atuar para garantir que essas medidas se efetuem. A partir desse contexto, o objetivo da presente pesquisa é demonstrar aspectos que caracterizem o amparo constitucional à judicialização da saúde e, conseqüentemente, de medicamentos no país. A pesquisa tem como métodos exploratório, bibliográfico e documental, com busca em livros, artigos e leis, buscando também dar uma explicação geral sobre o tema tratado. A partir do trabalho desenvolvido, é possível concluir que o principal aspecto do amparo constitucional é a força normativa da Constituição Federal, que tem suas normas usadas como principal fundamento da busca pelo direito à saúde por via judicial.

Palavras-chave: Direito à saúde; medicamentos; judicialização; Constituição Federal; força normativa da Constituição.

Abstract: The right to health is universal and involves, among other measures which should be adopted by the State, the supply of medicines. When the state fails and can not administratively respond to this demand, the interest and need of access medicines becomes judicial, and the Judiciary is obliged to ensure that such measures are effective. From this context, the objective of this article is to demonstrate aspects that characterize the constitutional amparo to the judicialization of health and, consequently, of medicines in the country. The research has as exploratory, bibliographic and documental methods, with search in books, articles and laws, also seeking to give a general explanation on the subject treated. From the work developed, it is possible to conclude that the main aspect of the constitutional amparo is the force of law of the Federal Constitution, which has its norms used as the main basis of the search for the right to health by judicial process.

⁷⁶ Acadêmico do Curso de Direito 4º Sem. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga/RS. Estudante pesquisador da linha de pesquisa “Constitucionalismo e Direitos Fundamentais nas Relações Privadas”, que integra o grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania”, da URI São Luiz Gonzaga. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). E-mail: vladson_vsa@hotmail.com.

⁷⁷ Mestre em Direito Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Especialista em Direito Empresarial e Advocacia Empresarial pela Universidade Anhanguera-Uniderp. Professora do Curso de graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga/RS. Coordenadora do grupo de pesquisa “Constitucionalismo e Direitos Fundamentais nas Relações Privadas”. Email: mariacris.lucion@hotmail.com.

Keywords: Right to health; medicines; judicialization; Federal Constitution; force of law of the Constitution.

1 - Introdução

O direito à saúde é tido como um direito humano, positivado expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos – DUDH de 1948, em seu artigo XXV, como um princípio a ser alcançado por todas as nações, de maneira universal. Assim, os Estados devem garantir o direito à saúde através da criação de leis, decretos e normas que visem regulamentar tal acesso de acordo com as necessidades da população.

No Brasil, podemos observar ao longo da história que houve avanços no âmbito da saúde pública até chegar à situação atual. Inicialmente, não existiam políticas de acesso à saúde promovidas pelo Estado, tampouco se tinha autonomia ou base legal para sua criação. O cenário da saúde pública foi mudando e ganhando cada vez mais espaço. Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, trouxe pela primeira vez no ordenamento jurídico brasileiro a saúde como um dever e garantia estatal, com a criação do Sistema Único de Saúde – SUS, posteriormente regulamentado pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Entre as medidas que devem ser adotadas pelo Estado está o fornecimento de medicamentos. No entanto, quando o Estado falha e não consegue administrativamente atender a essa demanda, judicializa-se o interesse e a necessidade de acessar medicamentos e, de maneira forçada, o Poder Judiciário atua para garantir que essas medidas efetuem-se, em um processo que podemos chamar de judicialização de medicamentos.

Neste contexto, o problema de pesquisa do presente artigo é encontrar qual o amparo constitucional para a busca pela via judicial do acesso a medicamentos no Brasil. A partir desta premissa, o objetivo geral é demonstrar aspectos que caracterizem este amparo constitucional à judicialização da saúde e, conseqüentemente, de medicamentos no país.

O artigo tem como métodos a pesquisa exploratória, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Segundo Oliveira (2013), a pesquisa exploratória objetiva dar uma explicação geral sobre determinado fato, através do levantamento bibliográfico, entre outras possibilidades, e pode levantar um novo problema a ser resolvido em pesquisa mais consistente. A pesquisa bibliográfica, para Oliveira (2013), estuda e

analisa documentos de domínio científico, entre os quais livros, ensaios críticos e artigos científicos. Já a pesquisa documental caracteriza-se, conforme Oliveira (2013) pela busca em documentos que não receberam tratamento científico.

2 - O direito à saúde na Constituição e a necessidade da judicialização

O acesso a medicamentos e tratamentos curativos é um dos braços do Sistema Único de Saúde, constituindo-se em direito universal de todas as pessoas e em dever do Estado em fornecê-lo, de acordo com o art. 196 da Constituição Federal de 1988. No entanto, quando o Estado falha em sua atribuição, por vezes a população procura o Poder Judiciário para acessar de forma forçada os medicamentos, em pleno exercício de seu direito.

Toda a evolução na legislação infraconstitucional brasileira sobre o direito à saúde é de suma importância para a regulamentação e aplicação prática deste direito, porém, o instrumento de maior efeito e importância no direito sanitário é a constitucionalização da saúde.

Segundo Sarlet (2007), a CF de 1988 atendeu a tendência internacional de constitucionalização dos direitos humanos e consagrou a saúde como direito fundamental da pessoa humana. Foi a primeira das constituições brasileiras a reconhecê-la expressamente desta forma, outorgando-lhe uma proteção jurídica diferenciada no âmbito do ordenamento jurídico-constitucional pátrio. Antes, segundo Figueiredo (2007), não havia obrigação do Estado em prestar assistência para toda população de maneira universal, já que somente os trabalhadores com carteira assinada e seus dependentes tinham acesso ao sistema público.

Neste sentido, Escorel (2005) afirma que o amplo reconhecimento do direito à saúde que a CF de 1988 trouxe forçou uma quebra de paradigma, tirando a saúde de uma ótica individualista e restritiva para uma atuação decisiva na busca pelo atendimento participativo e integral, quebrando o paradigma dos excluídos e incluídos economicamente. Dessa forma, a Constituição tornou-se um instrumento de afirmação e defesa do direito à saúde ao determinar a criação de um sistema de saúde pública participativo, universal e democrático, em uma forte contestação ao sistema de saúde até então vigente.

A Constituição Federal prevê o direito à saúde no art. 6º, ao lado dos demais direitos sociais, e nos arts. 196, 197, 198, 199 e 200, nos quais traz uma série de

normas a respeito do tema. Além disso, trata da competência solidária da União, dos Estados e dos Municípios em promover a saúde, de forma especial nos arts. 24, 30, 34 e 35, conforme relata Sarlet (2007). O avanço aqui descrito é inédito na história brasileira, uma vez que a CF de 1988 elenca de forma clara e objetiva como direitos sociais os presentes no art. 6º da Carta Magna, dentre os quais a saúde. Segundo explica Martins (2008), a proteção aos direitos sociais está na denominada segunda geração de direitos fundamentais, chamada por Sarlet (2007) de segunda dimensão de direitos fundamentais, que também protege os direitos econômicos e culturais. Inspirada na Constituição Mexicana de 1917, na Constituição de Weimar, de 1919, e na Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, de 1918, esta segunda geração de direitos fundamentais impõe, conforme Martins (2008), uma intervenção do Estado, não uma abstenção como nos direitos de primeira geração.

Para Júnior (2013), a expressão do art. 196 tem em seu bojo uma pretensão universalizante da saúde e, portanto, entrega ao Estado a responsabilidade por esse direito. O autor cita palavras do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), para dizer que a Suprema Corte admite que “[...] o direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196)” (Júnior, 2013, p. 82), pelo que é responsabilidade do Poder Público a formulação e a implementação de políticas públicas com o objetivo de garantir o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. Ainda pelas palavras do referido ministro, Júnior (2013) complementa que o direito à saúde representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e que, portanto, o Estado não pode se mostrar indiferente aos problemas de saúde da população sob pena de estar indo contra a própria Constituição Federal. Ao Estado cabe ser eficiente em matéria de saúde para evitar agravos e promover a saúde, uma vez que

atualmente a humanidade não hesita em afirmar – ainda que o matizando – que a saúde é um direito humano e que, como os demais direitos humanos, exige o envolvimento do Estado, ora para preservar as liberdades fundamentais, principalmente por meio da eficiente atuação do Poder Judiciário, ora para eliminar progressivamente as desigualdades, especialmente planejando e implementando políticas públicas. Trata-se, então, da reivindicação do direito à saúde (DALLARI, 2010, p. 09).

No entanto, o Estado nem sempre consegue atender administrativamente as demandas que lhe cabem do direito à saúde, entre as quais o fornecimento de medicamentos.

Nem sempre a assistência farmacêutica implementada pelo Poder Público atende às necessidades do paciente, ora porque as peculiaridades da moléstia exigem medicamentos especiais e/ou tornaram ineficazes os medicamentos constantes da listagem, ora porque houve falha na atualização da Rename. Não raro, a assistência farmacêutica também falha por questões administrativas, tal como entraves no procedimento de aquisição ou distribuição do medicamento (GANDINI, 2008, p. 31).

Nesta situação, quando o Estado falha, surge a judicialização de medicamentos como forma de buscar a garantia do direito à saúde previsto na Constituição Federal. Gandini (2008) destaca que o inciso XXXV do art. 5º da CF dispõe que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” e, para ele, a falta ou deficiência dos serviços de saúde prestados pelo Estado ameaça o direito à vida e, em muitos casos, é capaz de produzir lesão irreparável a esse direito. Por isso, Gandini (2008) entende como legítima a intervenção jurisdicional que visa a afastar lesão ou ameaça a esse direito.

3 – A judicialização amparada pela força normativa da Constituição

Segundo Gouvêa (2004), a propositura de ações judiciais foi-se tornando cada vez mais frequente ao longo dos anos 90, principalmente para remédios necessários à terapia da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) e de outras doenças que ameaçam à vida. Inicialmente, estas ações tratavam, quase que exclusivamente, do fornecimento de medicamentos para o combate à AIDS e tinham por fundamento normativo o art. 196 da Constituição Federal, segundo o qual “a saúde é direito de todos e dever do Estado”. No entanto, Gouvêa (2004, p. 106) relata que tais ações “eram sumariamente rejeitadas pelos tribunais que enxergavam, neste dispositivo constitucional, uma norma meramente programática, insuscetível de produzir efeitos jurídico-positivos”. Na busca desta regulamentação, chegou ser criada a Lei nº 9.313/96, para dispor sobre “a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS”. Porém, como o texto trazia a previsão de duas regulamentações ulteriores, quais sejam, para definir os medicamentos disponíveis e para atribuir a responsabilidade financeira pela aquisição destes, Gouvêa (2004) explica que os entes públicos réus escusavam-se de cumprir a prestação jurisdicional, invocando a falta de precisão no texto da norma e sustentando a necessidade de que os regulamentos previstos fossem baixados.

Mas o entendimento sobre a falta de efeitos jurídicos-positivos da norma constitucional mudou:

Circunstâncias as mais variadas, porém, fizeram com que o argumento da insuficiência do texto legal, outrora fatalmente admitido, não obtivesse mais a acolhida dos tribunais que, invertendo a tendência anterior, passaram a condenar o Estado não apenas à entrega de medicamentos, mas também à prestação dos serviços médicos necessários ao tratamento da síndrome. Impulsionadas por esta mudança no padrão decisório, ações versando o fornecimento de medicamentos para outras doenças foram se tornando cada vez mais freqüentes e com maior porcentagem de êxito. O sucesso dos soropositivos impulsionou o reconhecimento do direito aos medicamentos por parte de outras classes de doentes, a despeito da inexistência de estatuto legal que amparasse esta extensão. Deve se frisar a existência, em certas unidades da federação, de diplomas que consagravam o fornecimento de medicamentos mesmo antes da Lei Federal nº 9.313/96. Nesta trilha, sobressai o exemplo do Rio Grande do Sul, onde a Lei Estadual nº 9.908/93, determinando o fornecimento gratuito de medicamentos excepcionais a pessoas carentes de recursos, já impulsionava a propositura e o acolhimento de ações do gênero (GOUVÊA, 2004, p. 108).

Sobre esta mudança de entendimento do efeito da norma constitucional, importante destacar os ensinamentos do autor alemão Konrad Hesse (1998), que traz a força normativa da Constituição como uma forma de proteção da própria lei maior. Ele explica que quanto mais a ordem constitucional se aproxima da realidade, quanto mais obrigatório é seu conteúdo, maior é a garantia da existência da Constituição, sua segurança contra ameaças ou até uma eliminação. Vejamos:

A existência da Constituição é, em primeiro lugar, uma questão de sua *força normativa*. Quanto mais a ordem constitucional corresponde às realidades da situação histórica, quanto maior é a disposição de reconhecer os conteúdos da Constituição como obrigatórios e quanto mais firme é a determinação de atualizar esses conteúdos, também contra resistências, tanto mais e mais seguro aquelas ameaças poderão ser evitadas ou rechaçadas. Onde o consenso fundamental, no qual se assenta, ao fim e ao cabo, a força normativa da Constituição, falta ou deixa de existir, perde a Constituição a base de sua força de vida e eficácia e asseguramentos institucionais somente não mais são capazes de auxiliar (HESSE, 1998, p. 503-504).

Destacada a importância de norma constitucional ter força normativa e obrigatória, podemos compreender que a partir desta mudança de entendimento dos tribunais, as normas constitucionais passam a ter aplicabilidade direta.

As normas constitucionais deixaram de ser percebidas como integrantes de um documento estritamente político, mera convocação à atuação do Legislativo e do Executivo, e passaram a desfrutar de aplicabilidade direta e imediata por juízes e tribunais. Nesse ambiente, os direitos constitucionais em geral, e os direitos sociais em particular, converteram-se em direitos subjetivos em sentido pleno, comportando tutela judicial específica. A intervenção do Poder Judiciário,

mediante determinações à Administração Pública para que forneça gratuitamente medicamentos numa variedade de hipóteses, procura realizar a promessa constitucional de prestação universalizada do serviço de saúde (BARROSO, 2009, p. 35).

O reconhecimento de força normativa às normas constitucionais é considerado por Barroso (2009) como uma importante conquista do constitucionalismo contemporâneo, que se desenvolveu, no Brasil, no âmbito de um movimento jurídico-acadêmico conhecido como doutrina brasileira da efetividade.

Tal movimento procurou não apenas elaborar as categorias dogmáticas da normatividade constitucional, como também superar algumas crônicas disfunções da formação nacional, que se materializavam na insinceridade normativa, no uso da Constituição como uma mistificação ideológica e na falta de determinação política em dar-lhe cumprimento. A essência da doutrina da efetividade é tornar as normas constitucionais aplicáveis direta e imediatamente, na extensão máxima de sua densidade normativa (BARROSO, 2009, p. 36).

Barroso (2009) explica que, assim, as normas constitucionais, como as normas jurídicas em geral, são dotadas do atributo da imperatividade. Ou seja, elas não sugerem ou recomendam, mas contêm comandos. Tal imperatividade pode ser descumprida por ação ou omissão e, ocorrida a violação, os sistemas constitucional e infraconstitucional devem prover meios para a tutela do direito ou bem jurídico afetados e restauração da ordem jurídica.

Esses meios são a ação e a jurisdição: ocorrendo uma lesão, o titular do direito ou alguém com legitimação ativa para protegê-lo pode ir a juízo postular reparação. Existem mecanismos de tutela individual e de tutela coletiva de direitos.

Na prática, em todas as hipóteses em que a Constituição tenha criado direitos subjetivos – políticos, individuais, sociais ou difusos – são eles, como regra, direta e imediatamente exigíveis, do Poder Público ou do particular, por via das ações constitucionais e infraconstitucionais contempladas no ordenamento jurídico. O Poder Judiciário, como consequência, passa a ter papel ativo e decisivo na concretização da Constituição (BARROSO, 2009, p. 36).

Dessa forma, a Constituição Federal pode ser aplicada como amparo à judicialização da saúde e, conseqüentemente, de medicamentos, diante da força normativa dos seus dispositivos. Gandini (2008) destaca que, além dos artigos já citados alhures arts. 6º, 24, 30, 34, 35, 196, 197, 198, 199 e 200, o direito à saúde aparece em diversos outros momentos no texto constitucional, tais como: art. 7º, IV e XXII; art. 23, II; art. 167, IV; art. 208, VII; art. 220, §3º, II; art. 227, *caput* e § 1º, I, além de alguns artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Assim,

podemos observar que são muitas as normas constitucionais que tratam do direito à saúde, o que demonstram, para Gandini (2008, p. 10), “a preocupação do poder constituinte, inclusive o derivado, em dar plena efetividade às ações e programas nessa área.”.

Todas essas normas possuem, em maior ou menor grau, eficácia jurídica e podem ser utilizadas para fundamentar pedidos ou decisões em que esteja em jogo a realização do direito à saúde. São amplas as possibilidades de concretização judicial desse direito, sobretudo se tiver sempre em mente o princípio da máxima efetividade das normas constitucionais. Há, porém, limites, pois em uma democracia não há direitos absolutos (GANDINI, 2008, p. 10-11).

É importante destacar desta citação que, embora todas essas normas constitucionais possuam eficácia jurídica para fundamentar a judicialização de medicamentos, há limites a estes efeitos provenientes da Constituição Federal, os quais merecem ser aprofundados em outro momento.

4 – Considerações Finais

O alcance forçado a medicamentos através do Poder Judiciário é um tema complexo, que parte da premissa de que o Estado falhou em sua prestação jurisdicional, pois negou o acesso administrativamente.

A partir desta negativa administrativa por parte do Estado, o direito à saúde pode ser buscado via judicial com amparo na Constituição Federal, visto que as normas constitucionais ganharam eficácia jurídica a partir do movimento jurídico-acadêmico da doutrina brasileira da efetividade e, com força normativa, o texto constitucional se tornou o principal fundamento da judicialização de medicamentos como forma de acesso ao direito à saúde – um direito de todos e um dever do Estado. Ainda assim, o tema possui complexidade e controvérsia jurídica e acadêmica que merecem ser estudadas em outro trabalho.

Portanto, conclui-se que este artigo alcançou seu objetivo principal de demonstrar os aspectos do amparo constitucional à judicialização de medicamentos, tendo como principal resultado a identificação da eficácia jurídica da norma constitucional como fundamento maior da busca do direito à saúde pela via judicial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** *Diário Oficial* [da] *República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 05 out 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 mai. 2018.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da Saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 10 mai. 2018.

BARROSO, Luís Roberto. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva:** Direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. *Jurisprudência Mineira*, Belo Horizonte, v.60, n.188, p. 29-60, jan./mar. 2009.
DALLARI, Sueli Gandolfi; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Direito sanitário.** São Paulo: Editora Verbatim, 2010.

DECLARAÇÃO Universal de Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

SCOREL, Sarah; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; EDLER, Flavio Coelho. As origens da reforma sanitária e do SUS. In: LIMA, Nisia Trindade; GERCHMAN, Silvia; EDLER, Flavio Coelho. **Saúde e democracia:** história e perspectiva do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. P. 59-81.

FIGUEIREDO, Mariana Filchtner. **Direito fundamental à saúde:** parâmetros para sua eficácia e efetividade. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

GANDINI, João Agnaldo Donizeti; BARIONE, Samantha Ferreira; SOUZA, André Evangelista de. **A judicialização do direito à saúde:** a obtenção de atendimento médico, medicamentos e insumos terapêuticos por via judicial: critérios e experiências. Brasília: BDJur, 2008.

GOUVÊA, Marcos Maselli. O direito ao fornecimento estatal de medicamentos. **Revista forense**, v. 370, p. 103-134, 2004.

HESSE, Konrad; HECK, Luís Afonso. **Elementos de direito constitucional da República Federal da Alemanha.** SA Fabris Editor, 1998.

JUNIOR, Irineu Francisco Barreto; PAVANI, Miriam. O direito à saúde na Ordem Constitucional Brasileira. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 14, n. 2, p. 71-100, 2013.

MARTINS, Flavia Bahia. **O Direito Fundamental à Saúde no Brasil sob a Perspectiva do Pensamento Constitucional Contemporâneo.** 2008. Tese de Doutorado. PUC-Rio

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. In: **Como fazer pesquisa qualitativa.** 2013.



SARLET, Ingo Wolfgang. Algumas considerações em torno do conteúdo, eficácia e efetividade do direito à saúde na Constituição. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)**, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº. 11, setembro/outubro/novembro, 2007. Disponível na Internet: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>> Acesso em: 15 abr. 2018.

1.7 Saúde

1.8 Saúde e movimento humano

Avaliadores:

**Bruno Costa Teixeira, Ana Helena Braga Pires e Rodrigo Casales
Vieira**

EFEITOS DO TREINAMENTO DE FORÇA NO FLUXO SANGUÍNEO E PRODUÇÃO DE ÓXIDO NÍTRICO EM MULHERES PÓS- MENOPÁUSICAS.

EFFECTOS DEL ENTRENAMIENTO DE FUERZA EN EL FLUJO SANGUÍNEO Y PRODUCCIÓN DE ÓXIDO NÍTRICO EN MUJERES POST- MENOPÁUSICAS.

Gabriel Santos⁷⁸

Francesco Boeno⁷⁹

Jerri Luiz Ribeiro⁸⁰

Bruno Costa Teixeira⁸¹

Resumo: Com o decorrer dos anos a capacidade cardiovascular diminui conforme os tecidos cardíacos envelhecem estes entre outras problemáticas acentuam-se em mulheres pós-menopáusicas, entretanto, o treinamento de força pode amenizar estes efeitos do envelhecimento. Os objetivos do estudo foram comparar alterações no fluxo sanguíneo (FSA), produção de óxido Nítrico (NO) em repouso e pós-exercícios num período de 16 semanas em treinamento de força em mulheres pós-menopáusicas. Participaram do estudo mulheres que tiveram sua última menstruação a mais de um ano com idade entre 51 a 69 anos, responderam ao questionário PAR-Q, as voluntárias foram divididas em dois grupos aleatórios, grupo treinamento (GT) e grupo controle (GC). Foram avaliadas 17 mulheres, 11 no GT e 6 no GC, o GT apresentou um aumento significativo na massa muscular, assim como, o desempenho nos exercícios propostos. O treinamento de força foi eficiente no aumento de massa muscular e de força no GT, diferentemente do GC, a alterações no fluxo sanguíneo aumentou somente após o exercício no GT, sugere-se que em estudos posteriores seja analisados outras substâncias vasodilatadoras e vasoconstritoras que possam influenciar na diminuição da produção de NO.

Palavras-chave: treinamento de força, mulheres pós-menopáusicas, fluxo sanguíneo.

Resumen: Con el transcurso de los años la capacidad cardiovascular disminuye conforme los tejidos cardíacos envejecen estos entre otras problemáticas acentuándose en mujeres posmenopáusicas, sin embargo, el entrenamiento de fuerza puede amenizar estos efectos del envejecimiento. Los objetivos del estudio fueron comparar alteraciones en el flujo sanguíneo (FSA), producción de óxido nítrico (NO) en reposo y post-ejercicios en un período de 16 semanas en entrenamiento de fuerza en mujeres postmenopáusicas. Participaron del estudio mujeres que tuvieron su última la menstruación a más de un año de entre 51 y 69 años, respondieron al cuestionario PAR-Q, las voluntarias se dividieron en dos grupos aleatorios, grupo entrenamiento (GT) y grupo control (GC). Se evaluaron 17 mujeres, 11 en el GT y 6 en el GC, el GT presentó un aumento significativo en la masa muscular, así como el desempeño en los ejercicios propuestos. El entrenamiento de fuerza fue eficiente en el aumento de masa muscular y de fuerza en el GT, a diferencia del GC, a cambios en el flujo sanguíneo aumentó solamente después del ejercicio en el GT, se sugiere que en estudios posteriores se analizan otras sustancias vasodilatadoras y vasoconstritoras que puedan influir en la disminución de la producción de NO

⁷⁸ Graduando. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: gabrielsantos-8@hotmail.com

⁷⁹ Mestre. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: fboeno@hotmail.com

⁸⁰ Doutor. IPA Porto Alegre. E-mail: jerriribeiro@yahoo.com.br

⁸¹ Doutor. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: bruno@saoluiz.uri.edu.br

Palabras-clave: treinamento de força, mulheres postmenopáusicas, fluxo sanguíneo.

. 1 Introdução

O endotélio é composto por células que formam uma camada que cobre a superfície luminal dos vasos sanguíneos e protege a musculatura lisa dos mesmos. A função endotelial depende dos mecanismos responsáveis pela transmissão e transdução das informações hemodinâmicas para a parede dos vasos. [4]. As células endoteliais são capazes de alterar a sua estrutura e suas propriedades mecânicas se alinhando a mesma direção da força resultante do fluxo e estas alterações resultam na geração de um estresse intracelular. De acordo com este estresse, o endotélio vascular produz respostas, participando de forma ativa da regulação do tônus arterial e do fluxo sanguíneo. [5]

A atividade regulatória do endotélio vascular é bastante complexa, já que ele é responsável pela secreção de diversas substâncias com diferentes funções no controle da função vascular. Além de agir sobre as células musculares lisas (modulando o tônus vascular) e sobre os leucócitos (no início e na progressão de processos inflamatórios), o endotélio secreta importantes fatores hemostáticos. A regulação do tônus vascular dependente do endotélio é feita, principalmente, através da liberação de óxido nítrico (NO).

O treinamento de força de alta intensidade melhora o perfil lipídico, reduz a concentração de insulina plasmática induzida por glicose, e reduz a pressão arterial diastólica em indivíduos de meia idade o que resulta em melhorias na função endotelial e diminuição nos riscos de eventos cardiovasculares. [9].

Tendo em vista a necessidade de se estudar os efeitos do treinamento de força sobre o sistema cardiovascular em mulheres pós-menopáusicas este estudo tem como objetivo comparar alterações no fluxo sanguíneo (FSA), produção de NO, em repouso e pós-exercício, composição corporal e força máxima antes e depois de um período de 16 semanas treinamento de força em mulheres pós-menopáusicas.

3 Métodos

Sujeitos

Mulheres pós-menopáusicas sedentárias e com idades entre 51 a 69 anos foram convidadas a participar do estudo por meio de mídia impressa. As voluntárias

interessadas em participar do estudo assistiram a uma palestra explicativa sobre o projeto, e responderam a uma anamnese e ao questionário PAR-Q. Todas as participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido e o trabalho foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) sob o número 34581314.0.000.5347.

Procedimentos

As voluntárias foram divididas aleatoriamente em dois grupos contendo 10 em cada grupo. O primeiro grupo denominado grupo treinado (GT), realizou treinamento de força três vezes por semana durante 16 semanas; e o segundo, chamado grupo controle (GC), não realizou atividade física sistematizada.

Treinamento de força

As voluntárias do grupo GT realizaram 16 semanas de treinamento de força com uma frequência de 3 sessões semanais e duração de aproximadamente 1 hora. O treinamento envolveu grandes massas musculares, através dos exercícios supino (adução horizontal), puxada pela frente (abdução horizontal), bíceps (flexão de cotovelo), tríceps (extensão de cotovelo), adução e abdução de pernas, extensão e flexão de pernas, sempre trabalhando as musculaturas agonista e antagonista de forma equilibrada.

Na 1ª semana de treinamento foi realizada uma familiarização aos exercícios e os testes de 1 RM para verificação da força máxima. Na 1ª, 2ª e 3ª semanas realizou-se um treino de adaptação com cargas de 30%, 40% e 50% de 1 RM, respectivamente. A partir da 4ª semana iniciaram o treinamento de hipertrofia muscular com cargas de 60 a 75% de 1 RM que se estendeu até a 15ª semana, consistindo na fase mais longa e intensa, uma vez que configura o treinamento alvo. Na 4ª, 8ª, 12ª e 16ª semanas foram realizadas reavaliações das cargas através da repetição dos testes de 1 RM.

Pletismografia de Oclusão venosa

Para realização do exame, as voluntárias foram instruídas a não consumir cafeína 24h antes dos testes. Os testes foram realizados no Hospital de Clínicas do Porto Alegre, sempre no período da manhã e com as voluntárias em jejum de 8h. A temperatura da sala foi mantida em torno de 24° e 27° C.

Os testes iniciavam com a voluntária em decúbito dorsal por 20 minutos em repouso absoluto. A voluntária tinha seu braço não dominante estendido e erguido a uma altura acima do tórax com auxílio de equipamento para apoio do membro.

Para realização da pletismografia de repouso, o manguito pneumático automático foi posicionado no braço (manguito de medida), o manguito manual foi posicionado no pulso (manguito de exclusão) e o *strain gauge* de mercúrio, no ponto de maior circunferência do antebraço. O manguito de exclusão foi insuflado a 200 mmHg a fim de impedir o fluxo sanguíneo e o retorno venoso da mão e o manguito de medida foi insuflado a 60 mmHg impedindo apenas o retorno venoso do antebraço para o braço. À medida que o influxo arterial continuava para o antebraço, o membro se dilatava distendendo o *strain gauge*, diminuindo seu diâmetro e aumentando a resistência à corrente elétrica que passa pelo filete de mercúrio, descrevendo uma curva no sistema de aquisição de dados. Este procedimento foi repetido três vezes, durante dez segundos cada, obtendo três curvas.

Para a realização da pletismografia imediatamente pós-exercício, primeiramente foi medida a força máxima de preensão manual do braço não dominante, através do dinamômetro de preensão manual. A partir da obtenção da força máxima, foi realizado um exercício dinâmico durante 2 minutos, consistindo em contrações isométricas de 5 segundos de duração com 5 segundos de intervalo a 30% da força máxima. Após, foi adotado o mesmo procedimento da pletismografia em repouso para a obtenção das três curvas de fluxo pós-exercício. Para os testes após o treinamento de força foi realizado um novo teste de força máxima de preensão manual do braço não dominante e um novo cálculo de 30% para a realização do exercício [10].

Avaliação Antropométrica

Foram realizadas avaliações antropométricas antes e depois do período de treinamento de força com a finalidade de verificar alterações na composição corporal em resposta ao treinamento de força. Para tal foram realizadas medidas de estatura (estadiômetro), massa corporal total (balança Filizola aferida), perimetria (Fita métrica antropométrica), diâmetros ósseos (paquímetro) e dobras cutâneas (compasso de dobras cutâneas Lange). Todas as avaliações foram realizadas pelo mesmo avaliador cego em relação aos grupos.

A partir dos dados coletados nas avaliações antropométrica, o percentual de gordura (% G) corporal foi calculado através da equação de JACKSON, POLLOCK E WARD, (1980) para mulheres [11].

Produção de NO (NO₂⁻ e NO₃⁻)

A coleta de sangue foi realizada por uma técnica em enfermagem experiente. Foram coletadas amostras sanguíneas (8 ml) antes da pletismografia de repouso e imediatamente após a pletismografia pós-exercício, antes e depois do treinamento de força.

As amostras sanguíneas foram analisadas pelo método ELISA (*enzyme-linked immunosorbent assay*) [12]. As amostras do plasma foram analisadas em duplicata após a redução de NO₃⁻ para NO₂⁻ usando nitrato redutase (*aspergillus species*) através de um método colorimétrico baseado na reação de Griess. A partir disto foi medido o NO₂⁻ pela observação do pigmento de AZO magenta formado quando o NO₂⁻ reagiu com os reagentes de Griess (0.1% N-[1-Naftil] etilenodiamina dihidroclorato, (NED) e 1% sulfanilamida em 5% de ácido fosfórico). Foi registrada a absorbância a 543 nm em comparação com o branco que conterá somente o reagente de Griess. A concentração de NO₂⁻ foi determinada utilizando uma curva padrão gerada com concentrações conhecidas de Nitrato de Sódio (NaNO₂). As análises bioquímicas também foram realizadas por um avaliador cego, ou seja, que não teve conhecimento a qual grupo pertencia às voluntárias.

Estatística

Para verificação da normalidade dos dados foi realizado um teste de normalidade de Shapiro-Wilk. Para o efeito do treinamento na composição corporal e na força foi utilizado o teste *t* de Student pareado, para comparar os grupos teste *t* de Student independente e para a comparação das alterações no FSA e na produção de NO (através dos níveis plasmáticos de NO₂⁻ e NO₃⁻) intragrupos foi utilizado o teste não paramétrico de Wilcoxon. Para avaliar as diferenças entre os grupos utilizou-se o teste não paramétrico Kruskal-Wallis seguido do procedimento de Dunn. Os valores foram apresentados como média ± desvio padrão (DP) e foram considerados estatisticamente significativos os valores de $p < 0,05$. dados foram organizados e analisados utilizando o pacote estatístico SPSS versão 10.0 para Windows.

Resultados

Quanto à composição corporal houve diferença significativa somente em relação à massa muscular em ambos os grupos (tabela 1). O GT apresentou um aumento significativo na massa muscular enquanto o GC apresentou uma diminuição significativa na massa muscular. Não houve, porém, diferenças significativas entre os grupos.

Tabela 1 – Composição corporal dos grupos, antes e depois do período de treinamento.

	GC Pré	GC Pós	GT Pré	GT Pós
Idade (anos)	55,8 ± 3,97		56 ± 4,54	
Estatura (cm)	159 ± 0,09	159 ± 0,09	157 ± 0,07	157 ± 0,07
Massa corporal (kg)	72,5 ± 8,56	71,92 ± 8,81	66,27 ± 8,25	67,3 ± 9,72
Massa muscular (kg)	21,24 ± 1,68	20,6 ± 1,83 *	20,48 ± 2,52	21 ± 2,66 *
% G (%)	35,11 ± 4,43	36,36 ± 5,3	32,77 ± 4,3	32,52 ± 5,8

* diferença significativa, intragrupo, nos períodos pré- e pós-treinamento, $p < 0,05$.

Quanto aos testes de carga máxima (1RM), o GT obteve aumento significativo em todos os exercícios, enquanto o GC não apresentou diferença significativa em nenhum dos exercícios realizados. Houve diferença significativa entre os grupos em todos os exercícios testados após o período de 16 semanas. Os resultados estão apresentados na tabela 2.

Tabela 2 – Resultados dos testes de carga máxima dos grupos, antes e depois do período de treinamento.

	GC Pré	GC Pós	GT Pré	GT Pós
Supino (kg)	18,00 ± 2,19	19,00 ± 3,29	19,27 ± 5,41	33,82 ± 6,23* #
Puxada (kg)	27,08 ± 2,46	27,08 ± 3,32	29,55 ± 6,21	36,32 ± 5,62* #
Bíceps (kg)	5,50 ± 1,22	5,17 ± 1,33	5,64 ± 1,21	10,00 ± 2,57* #
Tríceps (kg)	21,67 ± 2,58	20,00 ± 2,24	19,55 ± 4,30	24,82 ± 4,23* #

Adução (kg)	23,33 ± 5,16	22,50 ± 5,24	25,91 ± 5,84	32,68 ± 6,31* #
Abdução (kg)	33,75 ± 8,91	30,42 ± 8,13	35,00 ± 6,98	41,18 ± 7,93* #
Extensão (kg)	20,00 ± 7,07	19,17 ± 6,26	23,18 ± 6,43	34,27 ± 9,30* #
Flexão (kg)	11,25 ± 2,09	8,75 ± 2,62	11,05 ± 2,40	15,73 ± 2,78* #

- diferença significativa, intragrupo, nos períodos pré- e pós-treino, $p < 0,05$.
diferença significativa, intergrupo, após 16 semanas de treinamento, $p < 0,01$.

No GT, houve aumento significativo no FSA após o exercício no período pós-treino quando comparado com valores pré-treino em repouso e pós-exercício.

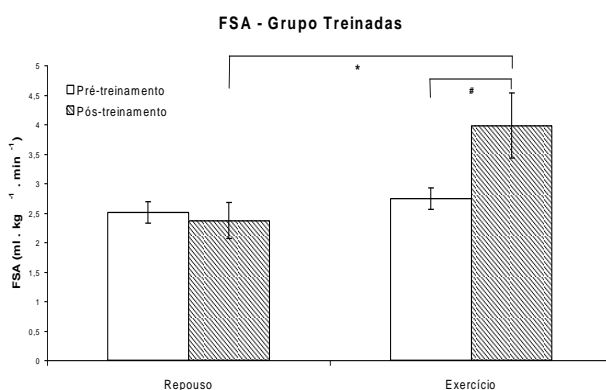


Figura 4. FSA - Grupo Treinadas: antes e após o exercício nos períodos pré- e pós-treino de força. * $p < 0,05$ pós-treino, antes e após o exercício ($2,37 \pm 1,03$ vs. $3,98 \pm 1,81$ ml . 100ml^{-1} . min⁻¹). # $p < 0,01$ pré- e pós-treino, pós exercício ($2,74 \pm 0,61$ vs. $3,98 \pm 1,81$ ml . 100ml^{-1} . min⁻¹).

No grupo controle houve um aumento significativo do FSA em repouso após 16 semanas.

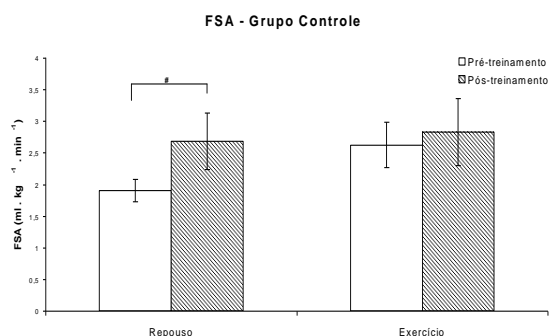


Figura 5. FSA – Grupo Controle: antes e após o exercício, pré- e pós- o período 16 semanas. # $p < 0,01$ pré- e pós-treinamento nos valores de repouso ($1,90 \pm 0,44$ vs. $2,68 \pm 1,10$ ml · 100ml⁻¹ · min⁻¹).

Quanto à força máxima de preensão manual (medida no braço não-dominante, que realizou o protocolo de exercício) não foi encontrada diferença significativa nos períodos pré e pós-treinamento em nenhum dos grupos.

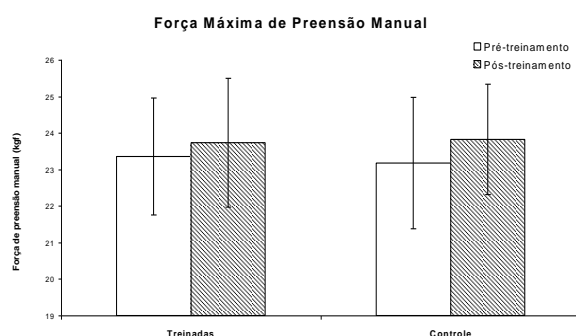


Figura 6. Força Máxima de Preensão Manual: antes e após o período de treinamento para ambos os grupos.

Calculando o efeito do exercício no FSA, ou seja, FSA de exercício menos o FSA repouso, obtivemos diferença significativa após o treinamento no grupo treinado.

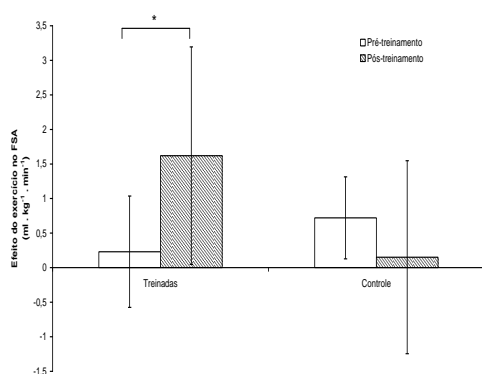


Figura 7. Efeito do Exercício no FSA: antes e após o treinamento em ambos os grupos. * $p < 0,05$ efeito do exercício pré- e pós-treinamento no grupo treinadas ($0,23 \pm 0,81$ vs $1,62 \pm 1,57$ ml · 100ml⁻¹ · min⁻¹).

Calculando o efeito do treinamento no FSA, ou seja, FSA de repouso após o treinamento menos o FSA em repouso antes do treinamento, e FSA em exercício depois do treinamento menos FSA em exercício antes do treinamento, obtivemos um aumento significativo no FSA em exercício no grupo treinadas.

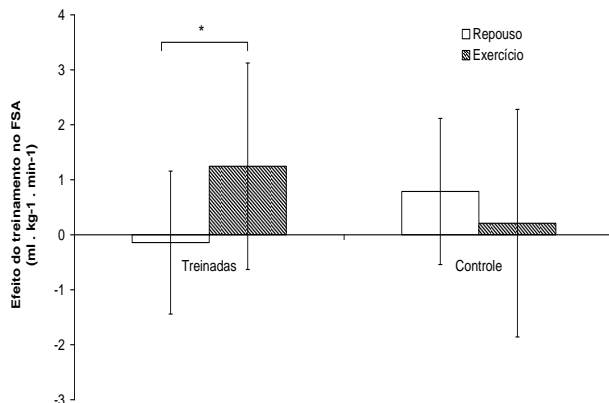


Figura 8. Efeito do Treinamento no FSA: em repouso e em exercício, em ambos os grupos. * $p < 0,05$. efeito do treinamento repouso vs exercício no grupo treinadas (-0,14 + 1,30 vs 1,25 + 1,88 ml · 100ml⁻¹ · min⁻¹).

No período pré-treinamento houve um acréscimo significativo nos níveis plasmáticos de nitritos e nitratos após o exercício. Após o período de 16 semanas de treinamento, houve uma diminuição significativa na concentração plasmática de NO₂⁻ + NO₃⁻ em repouso e após o exercício em comparação aos valores pré-treinamento.

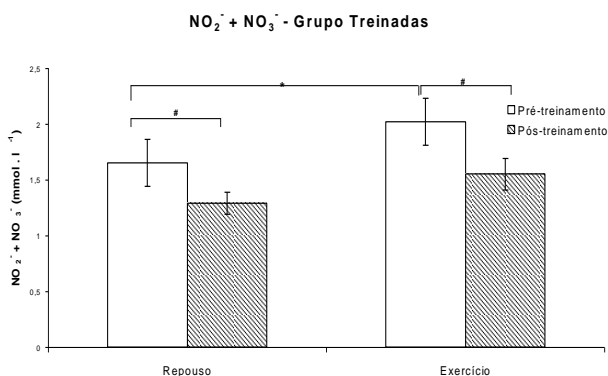


Figura 9. Concentração Plasmática de Nitritos e Nitratos - Grupo Treinadas: antes e após o exercício nos períodos pré- e pós-treinamento. * $p < 0,05$ repouso vs pós-exercício pré-treinamento (1,65 ± 0,21 vs 2,02 ± 0,21), # $p < 0,01$ pós-treinamento comparado com valores pré-treinamento em repouso (1,65 ± 0,21 vs 1,29 ± 0,1) e pós-exercício (2,02 ± 0,21 vs 1,55 ± 0,14).

No grupo controle, no período pré-treinamento houve um acréscimo significativo nos níveis de nitritos e nitratos plasmáticos após o exercício assim como no grupo treinado, mas não houve diferenças significativas após o treinamento.

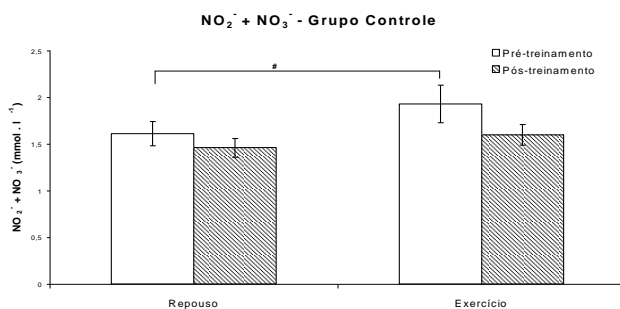


Figura 10. Concentração Plasmática de Nitritos e Nitratos - Grupo Controle: # $p < 0,01$ ($1,61 \pm 0,13$ vs $1,46 \pm 0,1$) antes e após o exercício no período pré-treinamento.

Discussão

O GT obteve aumento significativo na massa muscular e força em todos os exercícios enquanto o GC apresentou redução de massa muscular e não mostrou ganho de força. Vários autores acreditam que esse ganho de força está relacionado com adaptações neuromusculares, aumento da ativação neural voluntária dos músculos agonistas e redução da mesma nos músculos antagonistas [13, 14].

O presente estudo mostrou que com o envelhecimento apresentamos uma perda na massa muscular e, conseqüentemente, da força. Mas que o treinamento de força é capaz de cessar tais perdas e promover ganhos significativos mesmo quando trabalhando em intensidades moderadas.

O GT mostrou um aumento no FSA após o treinamento, concordando com outros autores que também encontraram resultados semelhantes. É possível que esse aumento no FSA ocorra devido a alterações fisiológicas apontadas pelos demais estudos. Tanto a redução na resposta simpática reflexa local, quanto o aumento do estresse de cisalhamento devido ao incremento do fluxo sanguíneo, pode ter ocasionado uma melhora na vasoreatividade pelos estímulos dados à musculatura vascular [17, 18].

Estudos que utilizam intensidades maiores, acima de 90% de 1 RM não encontram aumento na FSA discordando dos resultados do presente estudo, somente se encontra aumento na FSA em estudos que utilizam intensidade moderada 75% de 1 RM, mostrando que as alterações são dependentes da intensidade do exercício aplicado [17, 19].

Como esperado, obtivemos aumentos na concentração plasmática de nitritos e nitratos ($\text{NO}_2^- + \text{NO}_3^-$) em ambos os grupos após o protocolo de exercício antes do treinamento. Porém, surpreendentemente, após o treinamento observamos uma

redução na concentração destes produtos finais do NO, comparando pré e pós-treinamento, tanto no repouso quanto no exercício somente no grupo treinado.

Alguns autores entendem que no início do exercício ocorre um bloqueio da vasoconstrição simpática permitindo que o déficit de fluxo sanguíneo nesse momento seja compensado através da liberação local de substâncias no músculo em contração. Apesar de não estar claro, este bloqueio provavelmente ocorre através de fatores locais liberados no músculo em atividade [20].

Como sugerem nossos dados existem estudos que mostram que o NO não é obrigatório para a vasodilatação muscular normal envolvendo pequenos grupos musculares, indicando a existência de outros mecanismos neste sistema [23, 24]. Alguns fatores que poderiam facilitar a vasodilatação em face da inibição da Oxido Nítrico Sintase (NOS) incluem adenosina, potássio, prostaglandinas (PG) e fatores hiperpolarizantes derivados do endotélio (EDHF), embora seja conhecido que a integração de alguns destes fatores determina o fluxo [23, 24].

Estudos *in vitro* têm demonstrado que produtos da enzima citocromo P450 (CYP 2C8 e 2C9) regulam as respostas mediadas pelo EDHF em artérias no músculo esquelético de Hamsters. Assim, os produtos do citocromo P450 são candidatos potenciais da regulação da hiperemia em exercício em humanos [26].

Conclusão

O treinamento de força foi eficiente no aumento da massa muscular e de força no GT, enquanto o GC apresentou uma redução de massa e não mostrou aumento de força. O FSA aumentou somente após o exercício no GT, apesar de a força no antebraço (força de preensão manual) não ter sido alterada. Além disso houve uma redução na produção de NO após o treinamento.

REFERÊNCIAS

1. Leon, A.S., et al., *Leisure-time physical activity levels and risk of coronary heart disease and death. The Multiple Risk Factor Intervention Trial*. JAMA, 1987. **258**(17): p. 2388-95.
2. Lakka, T., et al., *Relation of leisure-time physical activity and cardiorespiratory fitness to the risk of acute myocardial infarction in men*. N Engl J Med, 1994. **330**: p. 1549-54.

3. Mehta, J.L., *Endothelium, coronary vasodilation, and organic nitrates*. Am Heart J, 1995. **129**(2): p. 382-91.
4. Pohl, U., et al., *Crucial role of endothelium in the vasodilator response to increased flow in vivo*. Hypertension, 1986. **8**(1): p. 37-44.
5. Davies, P.F., *Mechanisms involved in endothelial responses to hemodynamic forces*. Atherosclerosis, 1997. **131 Suppl**: p. S15-7.
6. Furlong, B., et al., *Endothelium-derived relaxing factor inhibits in vitro platelet aggregation*. Br J Pharmacol, 1987. **90**(4): p. 687-92.
7. Hilton, S.M., *A peripheral arterial conduction mechanism underlying dilation of the femoral artery and concerned in functional vasodilation in the skeletal muscle*. J Physiol 1959. **149**: p. 93-111.
8. Radomski, M.W., R.M. Palmer, and S. Moncada, *Endogenous nitric oxide inhibits human platelet adhesion to vascular endothelium*. Lancet, 1987. **2**(8567): p. 1057-8.
9. Hurley, B.F., et al., *Resistive training can reduce coronary risk factors without altering VO₂max or percent body fat*. Med Sci Sports Exerc, 1988. **20**(2): p. 150-4.
10. Hakkinen, K., et al., *Selective muscle hypertrophy, changes in EMG and force, and serum hormones during strength training in older women*. J Appl Physiol, 2001. **91**(2): p. 569-80.
11. Gabriel, D.A., G. Kamen, and G. Frost, *Neural adaptations to resistive exercise: mechanisms and recommendations for training practices*. Sports Med, 2006. **36**(2): p. 133-49.
11. Seynnes, O.R., M. de Boer, and M.V. Narici, *Early skeletal muscle hypertrophy and architectural changes in response to high-intensity resistance training*. J Appl Physiol, 2007. **102**(1): p. 368-73.

**ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO EXTRACELULAR DOS NUCLEOTÍDEOS DA
ADENINA DE INDIVÍDUOS SUBMETIDOS AO EXERCÍCIO DE FORÇA
ANALYSIS OF THE EXTRACELLULAR CONCENTRATION OF THE ADENINE
NUCLEOTIDE OF INDIVIDUALS SUBMITTED TO THE EXERCISE OF FORCE**

Gabriel Mollmann Martins⁸²

Samuel Vargas Munhoz¹

Bruno da Costa Teixeira¹

Francesco Boeno¹

Cezar Moritz¹

Ana Maria Oliveira Battastine¹

Alvaro Reischak de Oliveira¹

Resumo: Introdução: O sistema purinérgico é um sistema de sinalização extracelular que influencia processos fisiológicos e patológicos. O exercício de força promove adaptações sendo sugerido como recurso terapêutico em algumas patologias crônicas. **Objetivos:** Verificar o efeito de uma sessão de exercício de força sobre a hidrólise extracelular dos nucleotídeos da adenina no plasma sanguíneo de indivíduos jovens sedentários. **Métodos:** Indivíduos sem patologia prévia foram selecionados, avaliados, responderam ao questionário e submetidos ao teste de 1RM. Sete dias após a avaliação, realizaram o protocolo consistindo em 7 exercícios de força a 85% de seu 1RM. Amostras sanguíneas foram coletadas pré e pós-exercício. O plasma sanguíneo foi separado e a atividade enzimática foi avaliada pela liberação de fosfato inorgânico (Pi). **Resultados:** Onze indivíduos com idade: $22,27 \pm 2,49$ anos; estatura: $1,75 \pm 0,05$ m; IMC: $24,5 \pm 3,97$ kg/m² e somatório de dobras: $135,63 \pm 47,24$ mm. A hidrólise da adenosina 5'-difosfato (ADP), adenosina 5'-monofosfato (AMP) e p-nitrofenil 5'-timinidina monofosfato (p-Nph-5'-TMP), mostraram-se diminuídas significativamente pós protocolo de exercício e adenosina 5'-trifosfato (ATP) diminuiu pós exercício. **Conclusão:** Resultados demonstram de forma inédita uma modificação do exercício de força sobre a hidrólise de ATP, ADP, AMP e atividade enzimática de p-Nph-5'-TMP após exercício de força, indagando o papel do exercício como modulador do sistema purinérgico.

Palavras-chave: Sinalização Purinérgica. Nucleotidases. Exercício Físico. Sedentarismo.

Abstract: Introduction: The purinergic system is an extracellular signaling system that influences physiological and pathological processes. The strength exercise promotes adaptations and is suggested as a therapeutic resource in some chronic pathologies. Objectives: To verify the effect of a strength exercise session on the extracellular hydrolysis of adenine nucleotides in the blood plasma of young sedentary individuals. Methods: Individuals without previous pathology were selected, evaluated, answered the questionnaire and submitted to the 1RM test. Seven days after the evaluation, they performed the protocol consisting of 7 strength exercises at 85% of their 1RM. Blood

samples were collected pre- and post-exercise. Blood plasma was separated and enzymatic activity was assessed by the release of inorganic phosphate (Pi). Results: Eleven individuals with age: 22.27 ± 2.49 years; stature: 1.75 ± 0.05 m; BMI: 24.5 ± 3.97 kg / m² and sum of folds: 135.63 ± 47.24 mm. The hydrolysis of adenosine 5'-diphosphate (ADP), adenosine 5'-monophosphate (AMP) and p-nitrophenyl 5'-timidine monophosphate (p-Nph-5'-TMP), were shown to be significantly decreased post-exercise protocol and adenosine 5'-triphosphate (ATP) decreased post-exercise. Conclusion: Results demonstrate unmodified a modification of the strength exercise on the hydrolysis of ATP, ADP, AMP and enzymatic activity of p-Nph-5'-TMP after exercise, investigating the role of exercise as a modulator of the purinergic system.

Keywords: Purinergic Signaling. Nucleotidase. Physical exercise. Sedentary lifestyle.

O presente trabalho foi aprovado pelo comitê de ética da UFRGS sob o parecer 2.50.259. CAEE: 71545017.6.0000.5353

Introdução

Em 1929, foi publicado o primeiro trabalho demonstrando uma possível modulação do ATP e da adenosina ADO na atividade cardíaca e vascular (DRURY & SZENT-GYÖRGYIS, 1929) e em 1972, Geoffrey Burnstock, observou a ação do ATP como um neurotransmissor em nervos adrenérgicos e não colinérgicos (BURNSTOCK, 2009), desmistificando o papel de nucleotídeos e nucleosídeos exclusivamente como um combustível intracelular.

Atualmente o conceito de nucleotídeos e nucleosídeos como sinalizadores no meio extracelular e influenciando processos fisiológicos e patológicos é amplamente aceito, definindo um sistema específico de sinalização celular (BURNSTOCK, 2009). Denominado de sinalização purinérgica, o mesmo pode atuar modulando a agregação plaquetária, inflamação, atividade cardíaca, tônus vasomotor, morte e proliferação celular, entre outros efeitos já descritos na literatura (BURNSTOCK, 2002).

O comportamento sedentário, a exposição diária ao estresse e os maus hábitos alimentares caracterizam o estilo de vida moderno que está intimamente ligado ao desenvolvimento de doenças crônicas como hipertensão arterial, diabetes tipo 2, síndrome metabólica, obesidade, cardiopatias, osteoporose, determinados tipos de cânceres, podendo até levar o indivíduo a morte prematura (MARTIN et al., 2015). O Sedentarismo é um grave problema de saúde pública mundial, sendo o quarto principal fator de risco para taxa de mortalidade, superado apenas pela obesidade e sobrepeso, hiperglicemia, fumo e hipertensão (KRUK, 2014).

As doenças supracitadas, são descritas na literatura ocasionando diversas reações no nosso organismo, sendo prejudiciais à saúde, como aumento da resistência

à insulina, aumento da resistência vascular, atenuação de células cancerígenas, aumento de percentual de gordura e também são capazes de modificar concentrações dos componentes extracelulares e atividades enzimáticas de hidrólise do sistema purinérgico, as quais influenciam nos processos fisiopatológicos (CARDOSO, et al. 2015; MORITZ, et al. 2012).

As recomendações atuais de saúde pública reconhecem o exercício físico como fundamental na prevenção, gerenciamento e tratamento de inúmeras condições patológicas crônicas, incluindo hipertensão, doenças cardiovasculares, obesidade, diabetes mellitus tipo 2 (DM2), depressão, fibromialgia e perda muscular relacionado à idade (sarcopenia) (HASKELL et al., 2007; COLBERG et al., 2010) caracterizando o exercício físico como uma alternativa não farmacológica (PEDERSEN & BRANDT C, 2010; , AMBROSE & GOLIGHTLY YM, 2015).

Posto isso, é recomendado para indivíduos com idade entre 18 a 64 anos, no mínimo 150 minutos mensais de exercício com intensidade moderada ou a prática regular de exercício de força, entre 3 a 5 vezes por semana com no mínimo uma série de 8 a 12 repetições que condicionem grandes grupos musculares, objetivando o desenvolvimento e manutenção da condição cardiorrespiratória, composição corporal e força muscular em adultos saudáveis (AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE, 1998; WHO, 2010). O exercício de força tradicional, com intensidade de 60 a 85% de 1 RM, com 8 a 12 repetições e 3 séries com intervalos de 2 a 3 minutos, promovem um significativo dispêndio metabólico, favorecendo uma maior cascata de sinalização (PINTO, et al 2011).

As repetidas contrações musculares realizadas durante uma sessão de exercício induzem alterações na contratilidade e tensão muscular, produção de ATP, maior influxo de cálcio para dentro da célula, aumento da produção de espécies reativas de oxigênio (ROS), assim ativando cascatas de sinalização celular que regulam adaptações sistêmicas geradas pelo exercício (EGAN & ZIERATH, 2013). Os benefícios do exercício de força são justificados pelas adaptações fisiológicas e bioquímicas em nível metabólico, neuromusculares, cardiopulmonares, endoteliais e gastrointestinais (TIPTON, 1991).

No entanto, a relação entre a prática de exercício de força e a sinalização purinérgica configura um recente campo de pesquisa, necessitando ser melhor compreendido. Já é evidenciada a função da adenosina e ATP na regulação do fluxo sanguíneo em resposta ao exercício. Em modelo experimental, o exercício já é descrito

como um possível modulador da atividade ectonucleotidásica alterando as concentrações de ATP, ADP, AMP relatado na literatura por trabalhos preconizando o exercício aeróbico, o que faz deste trabalho inédito na área. É necessário identificarmos possíveis estratégias terapêuticas não farmacológicas para a modulação dos compostos do sistema purinérgico visto que os mesmos influenciam em processos fisiológicos e patológicos. (YEGUTKIN, et al. 2007; SIQUEIRA et al. 2010; MORITZ, et al. 2012).

Assim, o presente estudo visa compreender o funcionamento das enzimas que controlam a concentração plasmática dos componentes do sistema purinérgico de indivíduos adultos jovens sedentários, buscando um possível papel modulador do exercício de força na atividade enzimática e nos níveis dos compostos purinérgicos, admitindo a interação do exercício de força com o sistema purinérgico.

OBJETIVOS

Verificar o efeito de uma sessão de exercício de força sobre a concentração extracelular dos nucleotídeos da adenina no plasma sanguíneo de indivíduos adultos jovens sedentários.

Analisar a concentração plasmática extracelular de:

ATP;

ADP;

AMP;

Analisar a atividade da enzimática *p*-Nph-5'-TMP pré e pós uma sessão de exercício de força.

MATERIAIS E MÉTODOS

Caracteriza-se como um estudo do tipo Ensaio clínico randomizado não controlado. Este trabalho incluiu onze jovens adultos do sexo masculino entre 18 a 30 anos com IMC entre 20 a 30 kg/m², não envolvidos em nenhum programa de exercícios, durante pelo menos 6 meses anteriores ao estudo, sem doenças prévias e que não realizassem nenhum tratamento farmacológico pelo menos 60 dias e não fumantes. Os indivíduos com história de abuso de álcool (2 ≥ doses por dia) foram excluídos.

Os voluntários foram instruídos a abster-se da cafeína por ≥ 12h antes dos testes. O termo de consentimento livre e esclarecido foi assinado por todos os

participantes incluídos no estudo. O estudo foi realizado após a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santiago (71545017.6.0000.5353/ 2017).

Foi realizado o teste de 1RM para os exercícios de Supino, *LegPress*, Puxada a frente, extensão e flexão de joelhos, rosca bíceps, extensão tríceps na máquina descritas na tabela 1. Após aquecimento geral de 5 minutos na esteira em uma velocidade de 5km/h, os participantes foram posicionados nos equipamentos supracitados. E, cada sujeito realizou um aquecimento específico consistindo de duas séries de oito repetições com cargas em torno de 50% e 70% da carga estimada para 1-RM. Durante o aquecimento os sujeitos realizaram a amplitude de movimento completa dos exercícios. Após o aquecimento específico foram 3 minutos de intervalo aos sujeitos antes de iniciar o teste máximo. O teste máximo constitui-se na obtenção da maior quantidade de peso que pode ser levantada em um ciclo completo.

Quando o sujeito era capaz de executar mais de uma repetição, o valor da carga era ajustado baseado nos coeficientes de correção de LOMBARDI (1989), e quando não eram capazes de executar nenhuma repetição a carga era reduzida em 5 kg. Entre cada tentativa os sujeitos tiveram 5 minutos de intervalo. A velocidade de execução de cada repetição era controlada utilizando um metrônomo (com tempos de 2 segundos para fase concêntrica, e 2 segundos para fase excêntrica). Quando houve uma variação na carga $\leq 5\%$ entre sessões de familiarização o sujeito era considerado familiarizado com o teste PHILLIPS et al., (2004) WALLERSTEIN et al., (2012).

Para as avaliações, no segundo dia do protocolo experimental, os sujeitos chegaram ao laboratório alimentados com a refeição padrão repassada anteriormente, sem ingerir café por 12 horas anteriores ao protocolo. A refeição padrão constitui-se de pão de centeio com uma fatia de queijo mussarela, uma fatia de presunto e manteiga com um copo de 250ml de iogurte sabor morango.

Foram coletadas amostras de 10 ml de sangue no início e no término do exercício para a determinação da atividade enzimática no plasma sanguíneo. O sangue foi imediatamente centrifugado a 5.000 g durante 15 minutos e armazenado em freezer a -80°C . Após a centrifugação, o coágulo foi descartado e as amostras de plasma foram utilizadas para o ensaio enzimático.

A atividade de fosfodiesterase foi avaliada utilizando p-Nph-5'-TMP (um substrato marcador artificial que é utilizado para o ensaio in vitro desta atividade) (SAKURA, 1998). A reação de atividade de NPP foi realizada num meio contendo Tris-

HCl na concentração final de 112 mM, pH 8,9. Aproximadamente 1 mg de proteína sérica foi pré-incubada durante 10 minutos a 37°C. A reação enzimática foi iniciada pela adição de 0,5 mM (concentração final) de p-Nph-5'-TMP. Após 60 minutos de incubação, adicionou-se 200 uL de NaOH a 0,2 N ao meio para interromper a reação. A quantidade de p-Nph-5'-TMP liberada a partir do substrato foi medida a 410 nm utilizando um coeficiente de extinção molar de $18,8 \times 10^{-3} \text{ M/cm}$. Os controles para corrigir a hidrólise do substrato não enzimático foram realizados pela adição de soro sanguíneo após a reação ter sido interrompida com NaOH. Todas as amostras foram realizadas em quintuplicado. As atividades enzimáticas foram expressas como nmol de p-nitrofenol liberado por minuto por miligrama de proteína.

Os resultados são expressos como média \pm média de erro padrão. A comparação dos valores pré e pós agudos do exercício foi feita pelo teste *t student* para amostras pareadas usando GraphPad Prism, versão 5.01, San Diego, CA, EUA. As diferenças foram consideradas significativas para $p < 0,05$.

Após o repouso, as amostras de sangue (10ml) pré-exercício foram coletadas. Os indivíduos imediatamente após a primeira coleta foram submetidos a 8 exercícios de força: Supino, *LegPress*, Puxada a frente, extensão e flexão de joelhos, rosca bíceps, extensão tríceps a 85% do seu 1RM por 3 repetições entre 10 a 12 repetições com tempo de descanso de 3 minutos por repetição. Foi coletado amostra sanguínea (10ml) imediatamente após o final da sessão, consistindo em um estudo de ensaio clínico.

RESULTADOS

O estudo foi realizado com 11 indivíduos com idade de $22,27 \pm 2,49$ anos; Massa Corporal de $75,40 \pm 10,33$ kg; Estatura: $1,75 \pm 0,05$ e IMC: $24,5 \pm 3,97$ Kg/m². Os valores obtidos através do teste de 1RM foram no Supino, Legg Puxada, Flexor, Extensor, Rosca e Tríceps na máquina ($50,72 \pm 9,22$; $198,81 \pm 28,02$; $48,27 \pm 9,68$; $54,90 \pm 5,76$; $61,09 \pm 7,10$; $31,09 \pm 9,75$; $35,45 \pm 9,34$ respectivamente) e o Somatório de dobras identificou $135,63 \pm 47,24$ mm (Tabela 1).

O exercício de força há 85% do 1RM foi capaz de modificar a atividade de NPP mensurada pela hidrólise de seu substrato específico artificial p-Nph-5'-TMP, encontrando-se diminuída pós-exercício ($5,40 \pm 0,27$ nmol p-nitrofenol/min/mg proteína) quando relacionada ao nível basal do pré-exercício ($6,65 \pm 0,38$) (Fig 1A). Em relação ao pré-exercício ($0,116 \pm 0,02$ nmol Pi/min/mg proteína) a hidrólise de ATP diminuiu pós-

exercício ($0,08 \pm 0,009$ nmol Pi/min/mg proteína) (Fig 1B). A Hidrólise extracelular de ADP e AMP foram significativamente diminuídas pós-exercício ($0,09 \pm 0,01$ nmol Pi/min/mg protein; $0,08 \pm 0,007$ nmol Pi/min/mg proteína) (Fig. 1C; D) quando comparadas aos níveis basais pré-exercício ($0,14 \pm 0,02$ nmol Pi/min/mg proteína; $0,12 \pm 0,01$ nmol Pi/min/mg proteína, respectivamente).

Tabela 1: Caracterização dos 11 sujeitos da amostra. Valores apresentados em média \pm desvio padrão.

Caracterização da Amostra	
Variáveis	n:11
Idade (anos)	22,27 \pm 2,49
Massa Corporal (Kg)	75,40 \pm 10,33
Altura(m)	1,75 \pm 0,05
IMC (Kg/m ²)	24,5 \pm 3,97
Somatório de Dobras (mm)	135,63 \pm 47,24
1RM	Kg
Supino	50,72 \pm 9,22
Legg	198,81 \pm 28,02
Puxada	48,27 \pm 9,68
Flexor	54,90 \pm 5,76
Extensor	61,09 \pm 7,10
Rosca	31,09 \pm 9,75
Tríceps	35,45 \pm 9,34

N: número de indivíduos; Kg: Quilogramas; m: metros; m²: metro quadrado; 1RM: 1 repetição máxima; mm: Milímetros.

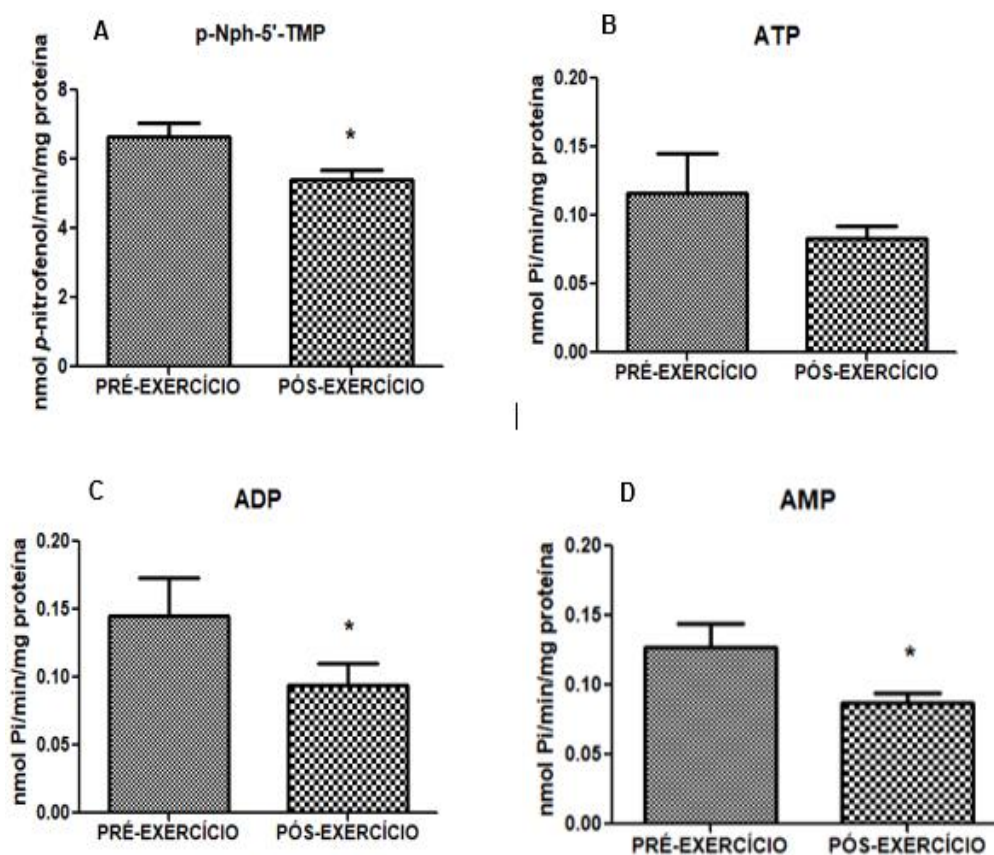


Figura 1: Atividade enzimática de (A) p-Nph-5'-TMP e a Hidrólise dos nucleotídeos da adenina (B) ATP; (C) ADP E (D) AMP em adultos jovens sedentários do sexo masculino comparando pré e pós exercício de força. Os dados são apresentados em média \pm erro padrão médio. * Indica a diferença significativa em relação ao pré-exercício ($p < 0,05$).

DISCUSSÃO

O comportamento sedentário é relacionado com saúde precária fazendo com que o indivíduo fique suscetível para doenças crônicas, taxas de mortalidade e custa pelo menos 90 bilhões de dólares em cuidados médicos nos Estados Unidos. A modificação do estilo de vida, incluindo o exercício regular e a dieta saudável, está relacionada à redução dos custos com a saúde, prevenção e tratamento de doenças cardiovasculares, hipertensão, obesidade, diabetes tipo 2 e outros (MORITZ, 2016).

O exercício anaeróbico foi definido pelo ACSM como uma atividade física intensa de curta duração, alimentado pelas fontes de energia dentro dos músculos contráteis e independente do uso de oxigênio inalado como principal fonte de energia. Sem o uso de oxigênio, as células reverterem para a formação de ATP via glicólise, este processo

produz significativamente menos ATP do que a sua contraparte aeróbia e leva à acumulação de ácido láctico (VITORINO et al. 2007).

Em nosso estudo, identificamos que o protocolo de exercício de força a 85% de 1RM possibilitou a modificação da hidrólise dos nucleotídeos da adenina, apresentando diminuição significativa pós-exercício na hidrólise de ADP e AMP e na atividade enzimática NPP, e uma redução não significativa em ATP. Na literatura até o momento, encontra-se obscura a relação do exercício de força com uma possível modificação dos componentes do sistema purinérgico, sendo este trabalho o precursor na temática. Não foram avaliados os mecanismos que geram tais alterações, mas foi indagado à problemática que diferentes protocolos, intensidades e tipos de exercício causam diferentes adaptações na hidrólise extracelular (SIQUEIRA, 2010; CARDOSO, 2015; MORITZ, 2016).

Em um estudo de Moritz et al. (2016), foi analisado a hidrólise extracelular de ATP, ADP, AMP e ADO no soro do sangue de jovens adultos, foi identificado que há aumento na hidrólise extracelular dos nucleotídeos da adenina, quando submetidos a uma sessão de exercício aeróbico de moderada intensidade, possivelmente criando um ambiente citoprotetor. Enquanto que Langfort (1996), descreveu que a ecto-5 nucleotidase apresentou diminuição de atividade após a prática de exercício anaeróbico agudo e, após semanas de exercício foi identificado o aumento dessa atividade enzimática. Os autores questionam a ideia de que os exercícios agudos e crônicos produzem diferentes adaptações na atividade enzimática, bem como a via catabólica.

Quando analisadas 10 semanas de treinamento de resistência sobre a hidrólise dos componentes do sistema purinérgico, Roque et al. (2011), evidenciaram aumentos significativos após o protocolo. Ainda no mesmo estudo, identificaram que o exercício por resistência levou a hipertrofia ventricular fisiológica, e adaptações vasculares que podem melhorar o fornecimento de O² no miocárdio. Diferentemente do estudo de Siqueira et al. (2010), que após 2 semanas de exercício aeróbico moderado nas sinaptossomas dos ratos, houve a diminuição da hidrólise de ADP e tendência de diminuição de ATP. Relatando a possível influência do papel neuroprotetivo com a atividade das nucleotidases (SIQUEIRA, 2010).

Há na literatura evidências que relatam diferentes protocolos, intensidades e tempos de exercício, gerando diferentes adaptações enzimáticas. Corroborando com o nosso estudo, Cardoso, et al. (2015), analisaram o comportamento das enzimas do

sistema purinérgico durante o exercício em ratos sedentários e submetidos a uma sessão de exercício de natação, onde acarretou na diminuição da hidrólise e dos níveis de ATP e ADP e da expressão E-NTPdase 1. Bem como, após seis semanas de treinamento, a natação foi capaz de reverter altos níveis de hidrólise nos linfócitos de ratos hipertensos, indicando que o exercício agudo é eficiente na prevenção do aumento da hidrólise extracelular.

No entanto, sugere-se que diferentes adaptações sejam advindas de diferentes protocolos utilizados, ocorrendo a aceleração da degradação dos nucleotídeos até a adenosina, este que é considerado um clássico vasodilatador. Porém, não é explícito na literatura quais os mecanismos desta enzima que geram modulação dos componentes do sistema purinérgico sobre o exercício, pois identificamos a interação da sinalização extracelular com o exercício de força.

Em nosso estudo, a atividade enzimática pós exercício encontrou-se diminuída, indaga-se então que a atividade enzimática estudada tenha sido inibida devido ao fator do exercício de força com intensidade elevada (85% 1RM) gerando acidose metabólica e conseqüentemente fadiga (MASCENA, et al 1981), pois as 3 formas de NPP que influenciam na sinalização extracelular possuem uma atividade ótima em pH alcalino (SHIRLEY, et al 2009).

Identificamos diferentes adaptações e esse trabalho se justifica por ser o primeiro há evidenciar a atividade enzimática neste método de exercício. E ao avaliarmos uma sessão de exercício de força de intensidade máxima identificamos diferenças significativas em nossos achados sobre a atividade enzimática dos nucleotídeos da adenina.

O ATP e seus produtos de degradação (ADP e AMP) aumentam em ratos submetidos ao exercício físico aeróbico moderado crônico (10 semanas), esse aumento ocorre no soro e no sarcolema de células cardíacas, associado ao aumento na hidrólise dos nucleotídeos da adenina foi observado o aumento na expressão da E-NTPdase1/CD39 e da ecto-5'-nucleotidase/cd73 no tecido cardíaco (ROQUE, 2011).

Em soro de ratos diabéticos, a hidrólise dos nucleotídeos da adenina apresenta-se aumentada, juntamente com o aumento da atividade da E-NPP por meio da hidrólise de seu substrato específico p-nph-5'-tmp, e quando submetidos ao exercício aeróbico moderado por 4 semanas, a hidrólise de ATP, ADP e AMP retornam aos níveis basais, no entanto, não foi observado efeitos sobre a E-NPP. Sugere-se que o aumento na atividade ectonucleotidásica no soro de ratos diabéticos é compensatório, levando a

uma maior produção de ADO circulante, gerando efeitos citoprotetores (RUCKER, 2010; MORITZ, 2010).

Em um estudo de Coppola, et al. (2015), após submeter ratos ao exercício físico agudo, houve aumento na hidrólise de ATP, ADP e AMP, esse aumento pode ser relacionado a um efeito compensatório para impedir a formação de ADP e uma maior formação de ADO, inibindo a agregação plaquetária. Siqueira, et al (2012) sugeriu que deveriam ser analisados diferentes protocolos de treinamento físico pois possivelmente produzem diferentes efeitos na hidrólise extracelular de ATP, ADP e AMP. No hipocampo de ratos o treinamento aeróbico com intensidade moderada, realizado diariamente durante 2 semanas diminuiu a hidrólise de ATP e ADP, sem efeito algum no AMP, enquanto um protocolo de treinamento aeróbico na mesma intensidade realizado 3 vezes por semana, durante 12 semanas não produziu efeito na hidrólise extracelular desses nucleotídeos em sinaptossomas hipocampais.

No mesmo trabalho, Siqueira, et al. (2012) relata uma grande presença de NTPdase 1, 2 e 3 no cérebro, possivelmente o treinamento físico exercendo efeitos sobre essas enzimas. No soro existe a possibilidade de o exercício físico atuar sobre as formas solúveis das NTPdase (SIQUEIRA, 2012).

Naturalmente, os níveis basais de ADO são mais altos em pacientes com insuficiência cardíaca, foi demonstrado por Kinugawa, et al. (2006) que quanto maior o nível de insuficiência cardíaca, maiores são os níveis ADO no sangue. quando esses indivíduos são submetidos ao exercício aeróbico agudo ocorre um aumento na produção ADO até 30 minutos após o fim do exercício, e da mesma forma pacientes com maior grau de insuficiência cardíaca apresentam uma maior produção de adenosina pós-exercício. Além do papel cardioprotetor da ADO, existe a possibilidade desse nucleosídeo aumentar a tolerância ao exercício físico em pacientes cardiopatas (KINUGAWA, 2006). A expressão da E-NTPdase1/CD39 pode ser alterada após o exercício aeróbico agudo em indivíduos sedentários e ativos.

Acredita-se que a uma sessão de exercício dependa de várias variáveis como tipo de exercício, intensidade, frequência, duração, no entanto, podemos relatar que em diferentes variáveis há diferentes modificações na hidrólise do Sistema Purinérgico em indivíduos adultos jovens sedentários pós-exercício de força.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de força é capaz de modificar a hidrólise extracelular dos nucleotídeos da adenina resultando em diminuição significativa na hidrólise de ADP, AMP e *p*-nitrofenil 5'-timinidina monofosfato (*p*-Nph-5'-TMP), e diminuição de ATP pós exercício em indivíduos adultos jovens sedentários.

Através de nosso estudo, é relatada a interação entre uma sessão de exercício de força e o sistema purinérgico em adultos jovens sedentários. São necessários mais estudos acerca da temática, visto que não analisamos até o momento os mecanismos que realizam tais modificações sobre o sistema purinérgico.

REFERÊNCIAS

AMBROSE KR, GOLIGHTLY YM. Physical exercise as non-pharmacological treatment of chronic pain: Why and when. **Best Pract Res Clin Rheumatol** [Internet]. Elsevier Ltd; 29(1):120–30. 2015

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. A quantidade e o tipo recomendados de exercícios para o desenvolvimento e a manutenção da aptidão cardiorrespiratória e muscular em adultos saudáveis. **Rev Bras Med Esporte**, vol.4, n.3 [acesso em: 2017-10-16], pp.96-106, 1998

BURNSTOCK G. Purinergic signalling: past, present and future. **Brazilian J Med Biol Res**. 42:3–8. 2009

BURNSTOCK G. Potential Therapeutic Targets in The Rapidly Expanding Field of Purinergic Signalling. **Clin Med (Northfield Il)**.;2(1):45–53. 2002.

CARDOSO AM, SCHETINGER MRC, CORREIA-DE-SÁ P, Sévigny J. Impact of ectonucleotidases in autonomic nervous functions. **Auton Neurosci**. Elsevier B.V.; 191:25–38. 2015.

COLBERG, SR et al.; American College of Sports Medicine; American Diabetes Association. Exercise and type 2 diabetes: the American College of Sports Medicine and the American Diabetes Association: **joint position statement. Diabetes Care**; 33:e147–e167. 2010.

COPPOLA A, COPPOLA L, DALLA MORA L, et al. Vigorous exercise acutely changes platelet and B-lymphocyte CD39 expression. **J Appl Physiol**. 98(4):1414–9, 2015.

DRURY A N, SZENT-GYÖRGYI A. The physiological activity of adenine compounds with especial reference to their action upon the mammalian heart. **J Physiol**. 68(3):213–37. 1929.

EGAN B; ZIERATH, J Exercise Metabolism and the Molecular Regulation of Skeletal Muscle Adaptation, **In Cell Metabolism**, Vol 17, 2, 162-184, 2013.

HASKELL, L. et al. Physical activity and public health: updated recommendation for adults from the American College of Sports Medicine and the American Heart Association. **Med and Science in Sports and Exercise, Hagerstown**, v. 39, n. 8, p. 1423-1434. 2007.

KINUGAWA T, FUJITA M, OGINO K, et al. Catabolism of Adenine Nucleotides Favors Adenosine Production Following Exercise in Patients with Chronic Heart Failure. **J Card Fail.** 12(9):720–5, 2006.

KRUK J. Health and Economic Costs of Physical Inactivity. **Asian Pac J Canc Prev.**;15(18):7499–503. 2014.

LANGFORT J, CZARNOWSKI D, PILIS W, et al Effect of various types of exercise training on 5'-nucleotidase and adenosine deaminase activities in rat heart: influence of a single bout of endurance exercise. **Biochem Mol Med.**;59(1):28–32, 1996.

MARTIN A., FITZSIMONS C., JEPSON R., et al Interventions with potential to reduce sedentary time in adults: systematic review and meta-analysis **Br. J. Sports Med.**, pp. 1056–1063, 2015.

MORITZ, C. E. J. et al. Physical training normalizes nucleotide hydrolysis and biochemical parameters in blood serum from streptozotocin-diabetic rats, **Arch. Physiol. Biochem.**, no. January, pp. 1–7, 2012.

MORITZ CEJ, ABREU-VIEIRA G, PIROLI C, et al. Physical training normalizes nucleotide hydrolysis and biochemical parameters in blood serum from streptozotocin-diabetic rats. **Arch Physiol Biochem.** (January):1–7, 2016.

PEDERSEN BK, BRANDT C. The role of exercise-induced myokines in muscle homeostasis and the defense against chronic diseases. **J Biomed Biotechnol.** 2010;2010.

PINTO, R. S., LUPI, R., BRENTANO, M. A. Respostas metabólicas ao treinamento de força: uma ênfase no dispêndio energético. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano, Florianópolis, SC.** Vol. 13, n. 2, p. 150-157. 2011.

ROQUE FR, SOCI UPR, ANGELIS K DE, et al. Moderate exercise training promotes adaptations in coronary blood flow and adenosine production in normotensive rats. **Clinics.** 66(12):2105–11, 2011.

RÜCKER B, et., al. The nucleotide hydrolysis is altered in blood serum of streptozotocin-induced diabetic rats. **Arch Physiol Biochem.** 116(2):79–87, 2010.

SIQUEIRA IR, et al. A neuroprotective exercise protocol reduces the adenine nucleotide hydrolysis in hippocampal synaptosomes and serum of rats. **Brain Res.** Elsevier B.V.; 1316:173–80. 2010.

SIQUEIRA IR, ELSNER VR, RILHO LS, et al. A neuroprotective exercise protocol reduces the adenine nucleotide hydrolysis in hippocampal synaptosomes and serum of rats. **Brain Res.** Elsevier B.V.; 1316:173– 80, 2010.



TIPTON CM. Exercise, Training and Hypertension: An Update. **Exerc Sport Sci Rev.** 1991;19(1):447–506.

VITORINO, D., BUZZACHERA, C., ELSANGEDY, H. O óxido nítrico (NO) e o papel vasodilatador durante o exercício físico. **Revista Digital** - Buenos Aires - Año 12 - N° 113 - Octubre de 2007.

WHO, WHO. GLOBAL RECOMMENDATIONS ON PHYSICAL ACTIVITY FOR HEALTH. Geneva World Heal Organ [Internet]; 60. Disponível em: <http://medcontent.metapress.com/index>. Acesso em: 19/10/17. 2010.

YEGUTKIN GG, SAMBURSKI SS, MORTENSEN SP, et al. Intravascular ADP and soluble nucleotidases contribute to acute prothrombotic state during vigorous exercise in humans. **J Physiol.** 579(Pt 2):553–64, 2007.

SAÚDE DA MULHER: A PRESENÇA DAS MULHERES EM PRAÇAS PÚBLICAS PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS

Taffarel de Oliveira Fontela¹

Jean Lucas Poppe²



Resumo: A busca pelo corpo ideal e a boa saúde, tem estimulado cada vez mais as mulheres a frequentarem praças e parques públicos para a prática de atividades físicas. A presente pesquisa objetiva apresentar os níveis de frequência da população feminina em praças públicas de São Luiz Gonzaga, revelar quais atividades físicas são praticadas e o que estimula e/ou inibe esta parcela da população a frequentar estes espaços. O público de interesse foi entrevistado por meio de questionários, os métodos de trabalho aplicados no presente estudo foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob número do CAAE: 65760417.4.0000.5353. Os dados obtidos foram analisados estatisticamente. Foram entrevistadas 54 mulheres com idades em 18 e 80 anos, a atividade mais praticada foi a caminhada e mais da metade mencionou usar a academia ao ar livre. Havia mulheres se exercitando em todos os horários em que a praça foi visitada. Por motivos de segurança a população limita suas atividades a períodos de luz solar, quando há maior movimento de pessoas, o que, de certa maneira, limita o potencial deste espaço público para a promoção da saúde.

Palavras Chave: Atividade ao ar Livre. Segurança. Caminhada. Fisioterapia

Abstract: Seek by the ideal body and good health conditions has encouraged more and more women to go to public parks to practice physical activities. The present research aims to indicate the frequency levels of women population in public parks in São Luiz Gonzaga, reveal the main physical activities performed by them, as well as the motivator and inhibitory elements for that population frequent the public spaces. The focus population was interviewed; the answers obtained by the questionnaires were statistically analyzed, the working methods applied in the present study were approved by the Research Ethics Committee under number of the CAAE: 65760417.4.0000.5353. Fifty-four women were interviewed, ages between 18 and 80 years old. The main physical activity performed was walking and most of them mentioned to use the public academy. There were women exercising always the park was visited. By the security reasons the population limited their daily exercising periods during the sun time, when

there are more people in the park, thus, in parts, this public space has its potential to improve the population health limited.

Key-words: outdoor activities. Security. Walking. Physiotherapy

1 Introdução

Nos últimos anos, o foco na saúde da mulher tem crescido, abrangendo várias áreas e todas as faixas etárias (Nolen-Hoeksema et al, 1999). Grande parte do público feminino está descontente com seu corpo, desse modo, as mulheres sempre estão em busca de alternativas que possam ajudá-las a alcançar o padrão estético desejado (Bärebring et al, 2018). O controle do peso corporal é um fator que está muito presente nos ideias de saúde para o público feminino, no entanto é necessário controlar o peso corporal de maneira adequada, principalmente, por meio de atividade física (Higa *et al*, 2008). Além disso, a saúde mental também tem recebido atenção de especialistas (Da Silva *et al*, 2016; Lagdon *et al*, 2014), pois, considerando o aumento da faixa etária média da população, a prática de atividades físicas regulares durante a juventude ajuda a evitar problemas nutricionais, comumente diagnosticados na população idosa (Munhoz *et al*, 2018).

A melhoria na infraestrutura de parques e praças representam investimentos em saúde pública (Oliveira 2014). A oferta de espaços para a prática de atividades físicas torna a população menos sedentária e, também, contribui para melhorar o aspecto físico e promover a autoestima (**Kunzler et al**, 2014). Diversos estudos indicam que o bom condicionamento físico está relacionado com baixos índices de doenças cardíacas e neurológicas (Da Costa *et al* 2017; Da Silva *et al*, 2016; Harvey *et al*, 2017; Pasha *et al*, 2018; Salas *et al* 2016).

Porém, fatores como localização e segurança contribuem para que as praças e parques cumpram com os objetivos de proporcionar benefícios à saúde pública (De la peña-de león *et al*, 2017; Morais *et al*, 2010; Silva *et al*, 2009;). Com relação ao público feminino, frente ao crescente cenário de relatos de violência, segurança tornou-se fator determinante para que as mulheres possam frequentar estes espaços em diferentes horários (Ford-Gilboe *et al*, 2017) e, conseqüentemente, para que os benefícios à saúde coletiva sejam percebidos (Harvey *et al*, 2017; Pasha *et al*, 2018; Silva *et al*, 2009).

Desse modo, considerando o aumento dos relatos de violência contra as mulheres, o presente estudo objetiva apresentar os níveis de frequência da população feminina em praças públicas, revelar quais atividades físicas são praticadas e o que

estimula e/ou inibe esta parcela da população a frequentar estes espaços no município de São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul.

2 Metodologia

O estudo foi realizado na Praça Cícero Cavalheiro, no município de São Luiz Gonzaga, noroeste do Rio Grande do Sul (28°24'30"S, 54°57'39"W), o local foi visitado vários dias, principalmente finais de semana, no período de agosto de 2017 a maio de 2018, a escolha deste período deve-se ao clima quente, o qual proporciona maior frequência das pessoas nas praças e parques. O município possui, aproximadamente, 35 mil habitantes e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,741 (IBGE, 2010).

A praça foco deste estudo está localizada na área central do município. Com relação à infraestrutura, a praça possui uma academia ao ar livre, uma quadra de vôlei e de futebol de areia, um campo de futebol, uma quadra de futsal e basquete, uma pista de 400 metros de extensão para a prática de caminhada, corrida e ciclismo e uma pista de skate, além de espaços verdes e com brinquedos para convívio e lazer de adultos e crianças. Com relação ao entorno, as ruas são asfaltadas e movimentadas, em razão da proximidade com a área central e de comércio do município, havendo estabelecimentos para a compra de bebidas e lanches e espaços para estacionamento de veículos, ainda, a segurança é realizada pela circulação de guardas municipais.

Mulheres a partir dos 18 anos de idade e que estivessem de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram convidadas a participar da pesquisa. Os dados foram obtidos, individualmente, por meio de um questionário, composto com perguntas objetivas relacionadas entre si, buscando obter dados variados sobre a população amostrada, podendo assim, descrever melhor suas características e hábitos esportivos.

Os métodos de trabalho aplicados no presente estudo foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus de Santiago/RS, em conformidade com a Resolução N°466/2012, sob número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 65760417.4.0000.5353.

3 Resultados e discussão

Foram entrevistadas 54 mulheres (Tabela 1) com idades entre 18 e 80 anos. A maior parcela de frequentadoras são mulheres adultas com idade média de

49,07±18,49, esta faixa etária está relacionada ao maior índice de problemas de saúde no público feminino (Bonfim *et al*, 2014; Da Silva *et al*, 2017), os relatos mais comuns são problemas psicológicos, enfraquecimento da região do períneo, além do período chamado menopausa que trás uma grande quantidade de problemas fisiológicos à mulheres que não sejam ativas fisicamente (Da Silva *et al*, 2017; Henriques *et al*, 2017; Martins *et al*, 2017). A OMS (2015) recomenda para a manutenção da saúde a prática de atividade física três vezes por semana, por no mínimo 30min. Assim, 92% das entrevistadas cumprem com o que é proposto para a manutenção de uma boa saúde.

A atividade física mais pratica é a caminhada, independente da idade das entrevistadas (Tabela 1). A caminhada é uma das atividades mais fáceis e de maior acesso para ser praticada, além de obter um grande potencial para tornar as pessoas fisicamente ativas (Adamoli *et al*, 2011). Além da caminhada, 22,22% das entrevistadas mencionaram praticar corrida e ciclismo. Esportes coletivos foram os exercícios menos praticados entre as entrevistadas, mesmo com a boa infraestrutura da praça para a prática destes. A cultura regional influencia muito nas práticas esportivas, desse modo, as barreiras que inibem/favorecem a prática de atividade em parques públicos não são as mesmas em todos os lugares, por exemplo, problemas de saúde como incontinência urinária, os quais se tornam comuns com o avanço da idade em mulheres, são barreiras que inibem a prática esportiva do público feminino (Martins *et al*, 2017; Silva *et al*, 2009).

A média dos valores de IMC (Índice de Massa Corporal) da população é de 24,49, e mostrou-se dentro dos valores considerados saudáveis pela OMS (2015) que são de 18,6 a 24,9. Isto se explica basicamente pelo fato de 3/4 das entrevistadas mencionarem ter uma alimentação saudável, e 64% ingerir dois, ou mais, litros de água por dia, seguindo as recomendações das diretrizes nutricionais divulgadas pelo Ministério da Saúde (2006) e por outros estudos (Sebastião *et al* 2014).

A utilização da academia pública foi mencionada por 33 mulheres (61,11%) os exercícios físicos e funcionais são de grande ajuda para garantir uma boa qualidade de vida na juventude e prevenir problemas na velhice (Civinski *et al*, 2011). Além disso, a prática de exercício físico é um fator protetor contra o sedentarismo e o sobrepeso, os quais estão interligados com o surgimento de diversas doenças (Patrizzi *et al*, 2014). Porém, apenas 37% das entrevistadas mencionou ter conhecimento sobre a finalidade de cada equipamento disponível na academia. Segundo Oliveira (2014) a falta de profissionais para instruir e sanar dúvidas faz com que grande parcela de possíveis

usuários não utilize estes espaços públicos, o que afeta a relação entre os resultados esperados e os resultados obtidos a partir de investimentos em parques e praças.

A maioria das mulheres mencionaram melhorias à forma física e à saúde como os principais motivos de frequentarem a praça. A prática de exercícios físicos regulares minimiza os índices de estresse, elemento comumente indicado no dia-dia das pessoas, dando maior regularidade e qualidade ao sono, o que, também, contribui positivamente para a manutenção da saúde do organismo (Seixas et al, 2018) Porém, a frequência das mulheres na praça investigada é limitada aos períodos do dia com sol (clareza), por motivos de segurança. A maioria dos crimes cometidos acontece com indivíduos que transitam em lugares públicos a noite, com características ambientais que favorecem essas oportunidades (Beato *et al*, 2004). Por outro lado, pelo fato da praça ser localizada na área central da cidade, favorece a frequência de uma grande parcela da população.

Tabela 1: Caracterização da população feminina que frequenta as praças de São Luiz Gonzaga para a prática de atividades físicas. IMC: Índice de Massa Corporal; DP: Desvio Padrão.

	MULHERES
Entrevistados	54
Idade média (anos) ± DP	49,07 ± 18,49
IMC médio ± DP	24,49 ± 3,63
Atividade física mais praticada (%)	Caminhada (92.59%)
Relato de utilização da academia pública	33
Conhecimento acerca dos objetivos dos aparelhos da academia pública	20
Possuem alimentação saudável (%)	74,07%
Ingere dois ou mais litros de água por dia (%)	64,81%
Principal motivo da prática de atividades físicas (%)	Saúde (88.88%)

4 Conclusão

As mulheres foram encontradas praticando atividades físicas em todos os horários em que a praça foi visitada, evidenciando a participação desta parcela da população nos espaços esportivos públicos e, conseqüentemente, contribuindo para a manutenção e promoção de bons índices de saúde pública. Com relação a segurança

feminina, foco de muitos debates atualmente, apenas foi percebido que a população concentra suas atividades em horários diários de maior claridade, o que, provavelmente, limita o potencial de uso da praça esportiva e, também, as possibilidades de incentivo à saúde da mulher.

5 Agradecimentos

Agradecemos à Fundação Regional Integrada (FuRI) pelo auxílio às atividades de iniciação científica – Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC/URI).

6 Referências Bibliográficas

ADAMOLI, Angélica; SILVA, Marcelo; AZEVEDO, Mario. Prática da caminhada no lazer na população adulta de Pelotas, RS. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, v. 16, p. 113-119, 2011.

BÄREBRING, Linnea; WINKVIST, Anna; AUGUSTIN, Hanna O. Sociodemographic factors associated with reported attempts at weight loss and specific dietary regimens in Sweden. *PLoS ONE*, v. 13, p. 1-11, 2018.

BEATO F, Cláudio; PEIXOTO, Betânia Totino; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime, oportunidade e vitimização. *Rev. bras. Ci. Soc*, v. 19, p. 73-89, 2004

BONFIM, Izabelle Quintiliano Montenegro; SOUTINHO, Renata Sampaio Rodrigues; DE ARAÚJO, Evilma Nunes. Comparação da qualidade de vida das mulheres com incontinência urinária atendidas no sistema de saúde público e privado. *UNOPAR Cient Ciênc Biol Saúde*, v. 16, p. 19-24, 2014.

CIVINSKI, Cristian; MONTIBELLER, André; BRAZ André Luiz. De Oliveira. A importância do exercício físico no envelhecimento. *Revista da Unifebe*, v. 9, p. 163-175, 2011.

DA COSTA, Ivelise Fhrideraid Alves Furtado et al. Adolescentes: comportamento e risco cardiovascular. *Jornal Vascular Brasileiro*, v. 6, p. 205-213, 2017.

DA SILVA, Emília Amélia Pinto Costa et al. Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer. *Revista Brasileira de Ciência no Esporte*, v. 38, p. 251-258, 2016.

DA SILVA, Juliana Cristina Pereira; SOLER, Zaida Aurora Sperli Gerales; WYSOCKI, Annelise Domingues. Fatores associados à incontinência urinária em mulheres submetidas ao exame urodinâmico. *Revista escola de enfermagem USP*, v. 51, 2017.

DE LA PEÑA-DE LEÓN, Alicia; AMEZCUA NÚÑEZ, Juan Benardo; HERNÁNDEZ-BONILLA, Alicia. La promoción de estilos de vida saludable aprovechando los espacios públicos. **Horizonte Sanitario**, v. 16, 2017.

FORD-GILBOE, Marilyn. et al. A tailored online safety and health intervention for women experiencing intimate partner violence: the iCAN Plan 4 Safety randomized controlled trial protocol. *BMC Public Health*, v. 17, 2017.

HARVEY, Samuel. et al. Exercise and the Prevention of Depression: Results of the HUNT Cohort Study, *American Journal of Psychiatry*, vol. 175, 2018.

HENRIQUES, Isadora Ferreira. et al. Relation of common mental disorder, physical activity and body mass index in women, population-based study. *Journal of Physical Education*, v. 28, 2017.

HIGA, Rosângela; LOPES, Maria Helena Baena de Moraes; REIS, Maria José dos. Fatores de risco para incontinência urinária na mulher. *Rev. esc. enferm. USP*, v. 42, p. 187-192, 2008 .

KUNZLER, Marcos Roberto et al . Saúde no parque: características de praticantes de caminhada em espaços públicos de lazer. *Saúde debate*, v. 38, p. 646-653, 2014.

LAGDON, Susan; ARMOUR, Cherie; STRINGER, Maurice. Adult experience of mental health outcomes as a result of intimate partner violence victimisation: a systematic review. *European Journal of Psychotraumatology*, v. 5, 2014.

MARTINS, Lethycya Adriane et al . A PERDA DE URINA É INFLUENCIADA PELA MODALIDADE ESPORTIVA OU PELA CARGA DE TREINO? UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. *Rev Bras Med Esporte*, v. 23, p. 73-77, 2017.

MORAES, Paulo Fernandes et al. Projeto Saúde na Praça: uma experiência de promoção da saúde em Araraquara-SP. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, v. 15, p. 255-259, 2010.

MUNHOZ, Samuel Vargas et al. Avaliação da mobilidade funcional e equilíbrio em idosas institucionalizadas e fisicamente ativas. *Revista Saúde e Ciência em Movimento*, v. 01, 2018.

NOLEN-HOEKSEMA, Susan; LARSON, Judith; GRAYSON, Carla. Explicando a diferença de gênero nos sintomas depressivos. *Jornal de Personalidade e Psicologia Social*, v. 77, p. 1061-1072, 1999.

OLIVEIRA, Diego Marafiga. Política de esporte e lazer: estudo sobre práticas corporais em participantes da Academia ao Ar Livre do Complexo Esportivo Guarani Atlântico em Santa Maria – RS. In: 29ª Reunião Brasileira de antropologia, 2014, Natal. Rio Grande do Norte, 2014.

PASHA, Evan et al. Physical activity mitigates adverse effect of metabolic syndrome on vessels and brain. *Brain Imaging and Behavior*, 2018.

PATRIZZI, Lislei Jorge et al. Incontinência urinária em mulheres jovens praticantes de exercício físico. *Revista Brasileira Ciência e Movimento*, v. 22, p. 105-110, 2014.

SALAS, Carlos et al . Ser físicamente activo modifica los efectos nocivos del sedentarismo sobre marcadores de obesidad y cardiometabólicos en adultos. Rev. méd. Chile, v. 144, p. 1400-1409, 2016.

SEBASTIAO, Emerson; SCHWINGEL, Andiará; CHODZKO-ZAJKO, Wojtek. Brazilian physical activity guidelines as a strategy for health promotion. Rev. Saúde Pública, v. 48, p. 709-712, 2014 .

SEIXAS, Azizi et al. Mediating effects of body mass index, physical activity, and emotional distress on the relationship between short sleep and cardiovascular disease. Medicine, v. 97, 2018.

SILVA, Diego Augusto Santos; REIS, Rodrigo Siqueira.; PETROSKI, Edio Luiz. Barreiras e facilitadores de atividades físicas em frequentadores de parques públicos. Motriz, Rio Claro, v. 15, p. 219-227, 2009.

TREINAMENTO FUNCIONAL: PERCEPÇÃO E CAPACIDADE FUNCIONAL NA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSAS

GRUTKA, Carla Juliane

RODRIGUES, Judite Filgueiras

Resumo: O prolongamento da vida é uma aspiração de qualquer indivíduo, entretanto, só pode ser considerado, uma conquista na medida em que se agregue qualidade aos anos vividos. O envelhecimento representa o conjunto de consequências da passagem do tempo. **Objetivo:** Verificar a eficácia do Treinamento Funcional na qualidade de vida de idosas integrantes do Grupo Girassol de Santo Antônio das Missões e de São Luiz Gonzaga. **Metodologia:** A amostra foi composta por dois grupos: um com 13 idosas de 65 a 80 anos de idade que participam de algum programa de treinamento funcional e outro de 10 idosas, escolhida aleatoriamente, que não praticam nenhuma atividade física. Foi aplicado um questionário de Qualidade de Vida SF36 para conhecer as características dos grupos integrantes da pesquisa. Para a coleta de dados, foi realizada avaliação antropométrica e índice de GDLAM (Grupo de Desenvolvimento Latino Americano). Foram utilizados os testes do protocolo GDLAM. **Resultados:** A média obtida entre as participantes de São Luiz Gonzaga no protocolo de GDLAM foi: C10m= 9,45", LPS=10,45", LPDV= 8,08" e LCLC= 34,39 e a média das participantes de Santo Antônio das Missões foi C10m= 5,84", LPS= 5,82", LPDV= 5,04" e LCLC= 25,03". **Conclusão:** Foi possível concluir que a prática de atividades físicas, de maneira contínua e regular, pode propiciar ao idoso uma maior autonomia para o desempenho das atividades diárias e uma melhor qualidade de vida. E que, durante o processo de envelhecimento, a inatividade pode causar grandes prejuízos ao idoso, acelerando o decréscimo da sua capacidade funcional e tornando-o mais dependente, incapacitando-o para as tarefas do dia a dia.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento; Treinamento Funcional; Saúde

ABSTRACT:

Introduction:The extension of life is an aspiration of any individual, however, can only be considered, in fact, the conquest, as far as this added quality to the additional years lived. Aging represents the set of consequences or effects of the passage of time. **Objective:**To verify the effectiveness of Functional Training in the quality of life of elderly women, members of the Grupo Girassol of Santo Antônio das Missões and São Luiz Gonzaga **Methodology:**The sample consisted of two groups:one formed by 13 elderly women between 65 and 80 years old who participate in some functional training programand another group of 10 elderly women, randomly selected, who did not practice any physical activity.An SF36 Quality of Life questionnaire was applied to know the characteristics of the groups that will integrate the research.For data collection, anthropometric and IG evaluation was performed.The GDLAM protocol tests were used,consisting of walking 10m (C10m),get up from the sitting position (LPS),rise from the ventral position (LPDV)and get up from the chair and move around the house (LCLC).**Results:**The average obtained among the participants

of São Luiz Gonzaga in the GDLAM protocol was: C10m = 9.45", LPS = 10.45", LPDV = 8.08" and LCLC = 34.39" and the average of the participants of Santo Antonio das Missões was C10m = 5.84", LPS = 5.82", LPDV = 5.04 " and LCLC = 25.03". **Conclusion:** It was possible to conclude that the practice of physical activities, in a continuous and regular way, can provide to the elderly greater autonomy for the performance of daily activities and a better quality of life. And, during the aging process, inactivity can cause great harm to the elderly, accelerating the decrease of their functional capacity and making it more dependent, disabling it for day to day tasks.

Keywords: Aging; Functional training; Health.

1 Introdução

O prolongamento da vida é uma aspiração de qualquer indivíduo. Entretanto, só pode ser considerado, de fato uma conquista na medida em que se agregue qualidade aos anos adicionais vividos (VERAS, 2009). O envelhecimento representa o conjunto de consequências ou efeitos da passagem do tempo (Moraes 2010).

O processo de envelhecimento realiza-se com todos os seres vivos, mas é com o ser humano que este processo acarreta desconforto, desalento, pois o tema velhice vem acumulado de preconceitos de caráter negativo. Esses atributos negativos vêm determinados pela sociedade que prioriza as características biológicas e físicas, onde ser um "velho" tem um grande significado subjacente, muito negativo, ideia errônea de que obrigatoriamente o envelhecimento causa "incompetência comportamental" (FERNANDES e ANDRADE, 2016).

O estudo sobre a velhice torna-se relevante à medida que aumenta o envelhecimento demográfico no mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2014), no ano de 1950 os idosos representaram 8% da população mundial, subindo para 9% em 1994, 10% no ano 2000, 13% em 2014, ultrapassando o número de crianças menores de 5 anos e devendo atingir, segundo projeções, 21% do total da população global até o ano de 2050.

O aumento da expectativa de vida provoca um crescimento do número de pessoas com idade acima de 65 anos (MASSUDO, 2006; CARVALHO, 2016). Esse fato não se restringe aos países desenvolvidos, já que países em desenvolvimento, como o Brasil, também estão vivenciando esse fenômeno (VERAS; LIMA; ARAUJO, et al. 2001). Atualmente, segundo dados do IBGE (2014), 13% da população Brasileira é composta por pessoas idosas. Com o

aumento significativo dessa população, surge a necessidade de procurar alternativas que visem proporcionar mais qualidade de vida aos idosos, possibilitando viver mais e melhor.

Para o Grupo de Desenvolvimento Latino-Americano para a Maturidade GDLAM (2004), a autonomia é definida em três aspectos: autonomia de ação - referindo-se à noção de independência física; autonomia de vontade - referindo-se à possibilidade de autodeterminação; e autonomia de pensamentos - que permite ao indivíduo julgar qualquer situação (DANTAS e VALE, 2004). O mesmo grupo define independência como a capacitação de realizar tarefas sem auxílio, quer seja de pessoas, de aparelhos ou de sistemas (GDLAM, 2004). Portanto, autonomia está associada ao declínio na habilidade para desempenhar as atividades da vida diária (AVD), e a gradual redução das funções musculares. Uma das atividades requisitadas por essa população é o Treinamento Funcional, importante no desenvolvimento e na manutenção do conjunto de capacidades funcionais, gerando conseqüentemente uma maior autonomia funcional dos idosos, sendo também um fator de proteção, otimizando as ações de resposta do indivíduo aos estímulos recebidos no cotidiano e aumenta a mobilidade, diminuindo o risco de quedas, melhorando assim a qualidade de vida dos idosos (MONTEIRO; EVANGELISTA, 2010).

O Treino Funcional para idosos tem sido uma excelente proposta porque é voltada para movimentos de vida diária (GAEDTKE, 2015). Buscam adicionar ao estímulo neuromuscular e aeróbico outras características, como estímulo proprioceptivo, agilidade e coordenação. Neste método, realiza-se exercícios visando à melhoria do controle, da estabilidade e da coordenação motora Neves, (2014), essenciais aos idosos que sofre alterações provenientes do processo de envelhecimento natural e conseqüentemente perdas funcionais, levando a condições favoráveis a dependência.

De acordo com Campos e Coraucci (2008), a essência do treinamento funcional está baseada na melhoria dos aspectos neurológicos, através de exercícios que desafiam os diversos componentes do sistema nervoso, o que estimula a adaptação deste, resultando em melhorias nas tarefas do dia-a-dia e nos gestos esportivos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ENVELHECIMENTO

O conceito de envelhecimento pode ser definido como universal e heterogêneo: “A primeira verdade sobre o envelhecimento é que todos envelhecem. A segunda verdade é que todos envelhecem de formas diferentes”. Ainda assim, podemos identificar várias semelhanças na forma como esse processo atinge os humanos (SPIRDUSO, 2005).

A autora esclarece que a idade cronológica é de fácil contagem, porém, [...] estudiosos e cientistas querem mais; desejam compreender as causas e os processos fundamentais do envelhecimento para a quantidade de vida dos seres humanos possa ser maximizada.

O envelhecimento pode conter os aspectos segundo a idade: biológica, psicológica e sociológica. Pode-se dizer que a idade biológica está ligada ao envelhecimento orgânico. “Cada órgão sofre modificações que diminuem o seu funcionamento durante a vida” (CANCELA, 2008).

A idade psicológica relaciona-se com as consequências comportamentais em resposta às mudanças do ambiente em que vive. Já idade social é determinada pela cultura e pela história de um país. O envelhecimento deve ser entendido como uma fase de redução das capacidades de sobrevivência, constituindo-se em um processo dinâmico e progressivo, no qual ocorrem modificações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas segundo Papaléo Neto (2006), na qual trazem consigo diminuição das capacidades funcionais, alterando a força, a resistência e flexibilidade, ocasionando uma progressiva redução da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente.

Apesar do processo de envelhecimento não estar, necessariamente, relacionado a doenças e incapacidades, as doenças crônico-degenerativas são frequentemente encontradas entre os idosos (ALVES et. al., 2007).

A redução da força e da massa musculoesquelética (sarcopenia) são os principais fatores responsáveis pela diminuição da mobilidade e funcionalidade do indivíduo que está envelhecendo (MATSUDO 2006).

Segundo Campos e Coraucci (2008), o equilíbrio é o processo de manter o centro de gravidade dentro da base de suporte do corpo. A posição do corpo em relação à gravidade e ao ambiente ao redor é determinada por combinação

de impulsos visuais, vestibulares e somatossensoriais, sendo explicados assim:

- a) Visuais: orientam os olhos e a cabeça em relação aos objetos ao redor;
- b) Somatossensoriais: fornecem informações em relação a orientação entre as partes do corpo e entre o corpo e a superfície suporte;
- c) Impulsos vestibulares: suprem informações que medem acelerações gravitacionais, lineares e angulares da cabeça no espaço, sendo este o que menos participa na manutenção do equilíbrio em relação aos impulsos visuais e somatossensoriais.

2.2 TREINAMENTO FUNCIONAL

O treinamento físico funcional, para Campos e Neto (2004) está embasado na melhoria dos aspectos neurológicos que afetam a capacidade funcional do corpo humano, utilizando exercícios que desafiem os diferentes componentes do sistema nervoso e que assim, estimulam sua adaptação. Isto resulta em uma melhoria das principais qualidades físicas tanto no dia-a-dia quanto nos gestos esportivos.

Segundo Gaedtke (2015), demonstra em alguns estudos que a realização do treinamento funcional para idosos tem sido uma excelente proposta porque é voltada para movimentos de vida diária. Buscam adicionar ao estímulo neuromuscular e aeróbico outras características, como estímulo proprioceptivo, agilidade e coordenação.

O treinamento é baseado em uma prescrição coerente e segura de exercícios que permitam a estimulação do corpo humano de um modo capaz de melhorar todas as qualidades do sistema musculoesquelético, como força, velocidade, equilíbrio, coordenação, flexibilidade, lateralidade, resistência cardio e neuromuscular e também motivação através da manutenção do centro de gravidade do corpo. (CAMPOS; CORAUCCI, 2008).

3 RELAÇÃO ENTRE ENVELHECIMENTO, ATIVIDADE FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA

Envelhecer pressupõe alterações físicas, psicológicas e sociais no indivíduo. Tais alterações são naturais e gradativas e estão registrados em estudos demográficos que mostram como é rápido e expressivo o crescimento da população de idosos no mundo, resultado da diminuição progressiva das

taxas de fecundidade e mortalidade, e do aumento da expectativa de vida das pessoas. A teoria que mais se destaca é a de que parte do princípio da deterioração dos mecanismos de síntese proteica realizada pelas células do corpo é um processo fundamental para a manutenção da vitalidade orgânica (ZIMERMAN, 2000). O comportamento é parte crucial do envelhecimento no que se condiz ao aspecto psicológico. A pessoa que está em constante envelhecimento procura se inserir em um cotidiano em que seu corpo e mente não suportam mais, e devido a isso, começam a se sentir sem utilidade para a sociedade, o que é o reflexo do mal cuidado com a vida social em que há uma necessidade de reinventar a forma de viver o envelhecimento (TORRES, 2008 E CACHIONE, 2003).

Guiselini (2006) conceitua exercício físico como uma prática sistemática de um ou mais movimentos básicos para atingir um objetivo pré-estabelecido. Estes exercícios físicos são importantes para que atinja um padrão desejado em certos aspectos da qualidade de vida e da capacidade funcional dos idosos (MATSUDO, 2001).

Como descrito por Silva (2010), o exercício físico é uma forma de lazer e de restaurar a saúde dos efeitos nocivos que a rotina estressante do trabalho e do estudo traz. Após superado o período inicial, é uma atividade usualmente agradável e que traz inúmeros benefícios ao praticante, que vão desde a melhora do perfil lipídico até a melhora da autoestima.

Para o autor, a qualidade de vida em saúde coloca sua centralidade na capacidade de viver sem doenças ou de superar as dificuldades dos estados ou condições de morbidade. Existem fatores físicos e psicológicos intervenientes na qualidade de vida das pessoas quando em situação de trabalho e que, dependendo do seu competente gerenciamento, proporcionarão condições favoráveis imprescindíveis ao melhor desempenho e produtividade. A inatividade conforme Silva (2010), física é um estilo de vida sedentário estão relacionados a fatores de risco para o desenvolvimento ou agravamento de certas condições médicas, tais como doenças coronarianas ou outras alterações cardiovasculares e metabólicas.

Néri (1993) menciona que, do ponto de vista médico, a qualidade de vida na velhice esta ligada à longevidade, à funcionalidade e à boa saúde mental. Acreditamos que a qualidade de vida esta voltada para a forma de vivencia do

idoso durante seu tempo percorrido. Assim a qualidade de vida inicia desde o nascimento.

4 METODOLOGIA

Foram organizados dois grupos: o grupo formado por idosas que participavam de algum programa de treinamento funcional e outro grupo formado por idosas da mesma faixa etária que não praticavam de nenhuma atividade física. As idosas que aceitaram participar da pesquisa, assinaram o TCLE e também foi aplicado o Questionário de Qualidade de Vida – SF - 36, para conhecer as características dos grupos que integrarão a pesquisa.

A pesquisa de campo foi realizada no Setor de Assistência Social da Prefeitura da cidade de Santo Antônio das Missões, RS. Esta instituição foi selecionada para a pesquisa devido a sua função que é a de atender a população mais idosa e proporcioná-la atividades que gerem lazer e bem-estar.

Inicialmente, foi realizada uma visita ao Setor de Assistência Social, na Prefeitura de Santo Antônio das Missões, para convidar as integrantes do Grupo Girassol a participar de uma pesquisa sobre Treinamento Funcional e Qualidade de Vida, onde teriam que responder um questionário e em outra oportunidade realizar o Protocolo de GDLAM. Em uma data posterior foi aplicado o questionário de Qualidade de Vida SF36, todas responderam este questionário, sendo posteriormente aplicada a exclusão das participantes, foram consideradas idosas com qualquer tipo de enfermidade aguda ou crônica que pudesse comprometer ou se tornar um fator de impedimento para os testes realizados, as que faziam uso de medicamentos que causassem distúrbios de atenção ou que não estivessem participando de algum treinamento funcional e mulheres com menos de 65 anos, formando assim um grupo de 13 idosas denominado grupo experimental (E). Em outra data foi realizado o Protocolo de GDLAM em Santo Antônio das Missões.

Posteriormente, o mesmo questionário foi aplicado a 10 mulheres não praticantes de nenhuma atividade física formando o grupo controle (C) que residem na cidade de São Luiz Gonzaga. A esse grupo foi aplicado o mesmo Questionário de Qualidade de Vida FS-36 e em uma data conseqüente o Protocolo de GDLAM. Após todos os questionários respondidos e o protocolo realizado, iniciou - se as análises e interpretações. A etapa final da pesquisa, foi

a redação, na qual o estudo foi redigido dentro das normas exigidas pela comissão de graduação do curso de Educação Física – Bacharelado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

5 ASPÉCTOS ÉTICOS

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa desta instituição campus Santiago sob o Parecer Número 2.258.572. Todas as participantes do estudo assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido TCLE. Os procedimentos obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para comparação dos dados, os resultados serão apresentados conforme as tabelas a seguir:

Variáveis entre os grupos de São Luiz Gonzaga e Santo Antônio das Missões

	SLG		SAM	
	Média	DP	Média	DP
Idade	73,10	3,73	71,30	6,29
LPDV	8,06	7,67	5,04	2,02
IG	28,73	11,07	22,72	7,09
CC	92,40	11,48	89,76	5,84
CQ	105,40	48,68	102,38	5,07
Estatura	139,62	10,57	156,23	6,44
Peso	70,02	4,67	63,11	6,68
IMC	28,88	0,01	25,90	2,75
IRCQ	0,88	0,07	0,88	0,05

DP= desvio padrão; LPDV= levantar da posição decúbito ventral; IG= índice de GDLAM; CC= circunferência cintura; CQ= circunferência quadril; IMC= índice de massa corporal; IRCQ= índice relação cintura/ quadril

Análise descritiva da qualidade de vida por meio do SF-36 em idosas de

<i>Domínio do SF36</i>	<i>Média</i>	<i>Mínima</i>	<i>Máxima</i>	<i>Desvio Padrão</i>
Capacidade Funcional	64,23	25	100	27,82
Limitações por Aspectos Físicos	82,69	0	100	32,88
Dor	81,61	50	100	19,86
Estado Geral de Saúde	73,23	27	100	19,11
Vitalidade	83,46	40	100	16,50
Aspectos Sociais	90,38	50	100	17,10
Aspectos Emocionais	77,07	0	100	28,43
Saúde Mental	91,07	72	100	8,50

Santo Antônio das Missões

Análise descritiva da qualidade de vida por meio do SF-36 em idosas de São Luiz Gonzaga

<i>Domínio do SF 36</i>	<i>Média</i>	<i>Mínima</i>	<i>Máxima</i>	<i>Desvio Padrão</i>
Capacidade funcional	47,5	15	85	23,00
Limitação por aspectos físicos	45	00	100	43,77
Dor	69,9	50	100	17,03
Estado geral de saúde	67,3	32	92	17,66
Vitalidade	67	35	95	22,50
Aspectos sociais	76,3	25	100	25,44
Aspectos emocionais	53,3	00	100	50,19
Saúde mental	75,2	52	96	16,08

Na tabela foi transformado o valor das questões anteriores em notas de 8 domínios que variam de 0 (zero) a 100 (cem), onde 0 = pior e 100 = melhor para cada domínio. É chamado de raw scale porque o valor final não apresenta nenhuma unidade de medida.

DISCUSSÃO

Foram avaliados através do Protocolo de GDLAM e do Questionário de Qualidade de Vida FS - 36, dois grupos, sendo um de Santo Antônio das Missões e outro de São Luiz Gonzaga. O grupo de Santo Antônio das Missões foi formado por mulheres idosas que praticam atividade física três vezes na semana e o de São Luiz Gonzaga por mulheres idosas que não praticam nenhuma atividade física. Em ambos os grupos foram encontrados valores significativos nos testes

C10m, LPS e LCLC, e valores não significativos no teste LPDV, sendo classificados padrão “Fraco” da tabela de referência do GDLAM. De acordo com o estudo de Amorim, (2002) que avaliou 114 mulheres idosas em relação a sua autonomia funcional, no desempenho de ADV encontrou valor médio para “LPDV” de 4,5” sendo considerado como padrão “FRACO”.

No grupo avaliado em São Luiz Gonzaga, foi encontrado valor médio para “C10m” de 9,45” sendo classificado como “Fraco”, corroborando com o estudo de Pernambuco et al., 2003, que encontraram média para a mesma variável de 8,37” que também é classificada como “Fraco”. Já o grupo avaliado em Santo Antônio das Missões, que participa de atividades físicas há mais de um ano, apresentou valor médio de 5,84” que é considerado “Bom”.

O teste “LCLC” dos dois grupos apresentou resultado classificado como “Muito Bom”, esse teste avalia agilidade e equilíbrio. Destaca-se que uma das principais formas de evitar, minimizar e/ou reverter a maioria dos

declínios físicos, sociais e psicológicos que, frequentemente, acompanham o idoso, é a atividade física, demonstrando que ela está constantemente associada a melhoras significativas nas condições de saúde, como o controle do estresse, da obesidade, do diabetes, das doenças coronarianas e, principalmente, a melhora da aptidão funcional do idoso. Dessa forma, a participação em programas de atividade física, em que os idosos realizam trabalho de força, de flexibilidade, de agilidade, de resistência aeróbia e de coordenação é fundamental para realizar as suas tarefas diárias, minimizando o risco de desenvolver doenças que podem levar à dependência (CIPRIANI, 2010).

O questionário SF-36 foi respondido por 23 idosas, sendo 13 do grupo Girassol de Santo Antônio das Missões e 10 de São Luiz Gonzaga. Foram encontradas 8 notas para cada domínio envolvido na análise proposta pelo questionário, conforme demonstrado na Tabela 4 e 5.

A média dos melhores resultados, do grupo de Santo Antônio das Missões está relacionada à saúde mental (91,07), aspectos sociais (90,38), vitalidade (83,46) e limitações por aspectos físicos (82,69) enquanto que os piores resultados foram dor (81,61), aspectos emocionais (77,07) e estado geral de saúde (73,23) onde 0 é o pior estado e 100 é o melhor.

Já no grupo de São Luiz Gonzaga a média dos melhores resultados esta relacionada aos aspectos sociais (76,30) saúde mental (75,20), dor (69,90) enquanto que os piores resultados foram limitações por aspectos físicos (45,00), capacidade funcional (47,50) e aspectos emocionais (53,30).

O aspecto dor está relacionado ao nível de dor e seu impacto no desempenho das atividades diárias e/ou profissionais. A vitalidade é a percepção subjetiva do estado de saúde, assim como o domínio estado geral de saúde (PREBIANCHI, 2003).

CONCLUSÃO

Em decorrência da realização da presente pesquisa, foi possível concluir que o treinamento funcional é capaz de melhorar a qualidade de vida e a capacidade funcional das idosas praticantes se comparados aos que não praticam nenhuma atividade física, e que a prática de atividades físicas, de

maneira contínua e regular, pode propiciar ao idoso uma maior autonomia para o desempenho das atividades diárias e uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

AMORIM, F.S. **Efeitos do treinamento da capacidade aeróbica sobre a qualidade de vida e autonomia de idosos.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade Humana. Universidade Castelo Branco – USB. Rio de Janeiro. 2002.

CACHIONE, Meire. **Quem educa os idosos: um estudo sobre professores de universidade da terceira idade.** São Paulo: Editora Alínea, 2003.

CAMPOS, M. A.; CORAUCCI NETO, B. **Treinamento Funcional Resistido: Para Melhoria da Capacidade Funcional e Reabilitação de Lesões Musculoesqueléticas.** Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2008.

CANCELA, D. M. G. **O processo de Envelhecimento.** In: **Psicologia.com.pt – O portal dos psicólogos.** Lusíada do Porto, 2008.

CARDOSO, V. **Constipação intestinal no paciente idoso e sua qualidade de vida.** Dissertação (Mestrado Ciências Médicas) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

CARVALHO, E; ARANTES, R. C; CINTRA, A. S. R. **A inserção de idosos do Instituto Henrique da Silva Semente (IHSS) no município de Indaiatuba/SP na era digital: contribuições fisiogerontológicas.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 19, n. 4, p. 567-575, 2016.

CIPRIANI, N. et al. **Aptidão funcional de idosas praticantes de atividades físicas.** Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos, Núcleo de Pesquisa em Cineantropometria e Desempenho Humano. Florianópolis, SC. Brasil – 2010.

DANTAS, E. H. M.; VALE, R. G. S. **Protocolo GDLAM de avaliação da autonomia funcional.** *Fitnes e Performance*, Rio de Janeiro, 2004.

FERNANDES, J. S.G; ANDRADE, M. S. **Representações Sociais de Idosos Sobre Velhice.** *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 68, n. 2, 2016

GAEDTKE A, MORAT T. **TRX Suspension Training: A New Functional Training Approach for Older Adults – Development, Training Control and Feasibility.** *International Journal of Exercise Science*. 2015: p. 224-233.

MONTEIRO, A.G.; EVANGELISTA, A.L. **Treinamento Funcional: uma abordagem prática.** 1ª edição. São Paulo/SP: Phorte editora, p.208. 2010.

MONTEIRO, A; CARNEIRO. T; **O que é Treinamento Funcional?**
www.arthurmonteiro.com.br. [s.l.] 20 de abril de 2010. Disponível em
<http://www.arturmonteiro.com.br/2010/04/o-que-e-treinamento-funcional/>; Acesso em 19 de novembro de 2017.

MORAES FLD, Lima SdPP. **Características biológicas e psicológicas do envelhecimento.** Revista Médica de Minas Gerais. 2010 fevereiro: p. 67-73.

NÉRI, A. L. **Qualidade de vida na idade madura.** 2 ed. Campinas: Papyrus, 1993

SILVA, R. S. et al. **Atividade física e qualidade de vida.** Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, Jan. 2010.

SPIRIDUSO, W.W. **Dimensões físicas do envelhecimento** [tradução Paula Bernardi, revisão científica Cássio Mascarenhas Robert Pires]. Barueri, SP. Manole, 2005.

TÔRRES, M. M.; SANTOS, M. A. A. dos. **Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer.** Rev. Ciências Humanas, UNITAU. v. 1, n 2, 2008.

VERAS, R. **Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações** - Ver. Saúde Pública;43(3):548-54.2009.

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice: Aspectos Biopsicossociais.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

**FATORES FISIOLÓGICOS RELACIONADOS À OCORRÊNCIA DE LESÕES NA
PRÁTICA DO KARATE**

**PHYSIOLOGICAL FACTORS RELATED TO THE OCCURRENCE OF INJURIES IN
THE PRACTICE OF KARATE**

Ana Paula Silva Moura⁸³

Bruno Costa Teixeira⁸⁴

Resumo: Este artigo busca listar as principais ocorrências, locais e tipos de lesões na prática do Karate, seja em sua forma competitiva ou durante os treinamentos. Em seguida, a partir de uma discussão dos resultados selecionados, elenca quais fatores fisiológicos estão diretamente relacionados a este cenário, e as possíveis formas de se atenuar estes índices. Conduziu-se uma revisão bibliográfica pertinente ao tema, realizando a exposição de dados quantitativos, análise qualitativa destes resultados, destacando e discutindo os principais fatores fisiológicos relacionados. Em competições ou durante os treinamentos, o índice total de lesões na prática do Karate é baixo, sendo majoritariamente decorrentes do contato entre os atletas, com raras ocasiões de danos graves, como fraturas e concussões. A partir dos dados analisados pode-se inferir que o controle motor e o equilíbrio muscular são fatores centrais no que se refere à prevenção de acidentes na modalidade.

Palavras-chave: Karate. Lesões. Controle Motor. Equilíbrio Muscular.

Abstract: This article aims to list the main occurrences, locations and types of injuries in Karate practice, whether in its competitive form or during training. Then, through discussion of the selected results, list which physiological factors are directly related to this scenario, and the possible ways to attenuate these indices. The bibliographic review was carried out pertinent to the subject, carrying out the quantitative data, qualitative analysis of these results, highlighting and discussing the main physiological factors. In competitions or during training, the total number of injuries in Karate practice is low and mostly due to contact between athletes, with rare occasions of serious injuries such as fractures and concussions. From the data analyzed it can be inferred that the motor control and the muscular balance are central factors with regard to the prevention of accidents in the modality.

Keywords: Karate. Injuries. Motor Control. Muscle Balance.

1 Introdução

O *Karate-Dō* é uma arte marcial de origem japonesa, que trabalha aspectos

⁸³ Discente do 4º Semestre do Curso de Bacharelado em Educação Física da URI São Luiz Gonzaga/RS, Brasil. E-mail: moura.anasmoura@gmail.com

⁸⁴ Professor Titular do Curso de Bacharelado em Educação Física da URI São Luiz Gonzaga/RS, Brasil. E-mail: Bruno@saoluiz.uri.edu.br

motores, cognitivos e psicológicos de seus participantes. Como atividade física, requer domínio dos movimentos corporais para que exista o controle adequado, necessários para a execução das técnicas de forma segura para o praticante e seus colegas de treino (NAKAYAMA, 2014). Recentemente foi promovido o esporte de exibição nas Olimpíadas de Tóquio em 2020 (COB, 2016), o que atribui maior destaque à modalidade como atividade física e objeto de estudos acadêmicos nos próximos anos.

A metodologia clássica da arte divide seu treinamento técnico em três etapas, *kihon* (fundamentos básicos e individuais, como socos, defesas e chutes), *kata* (padrões de golpes e movimentação em sequência, simulando uma luta com vários oponentes) e *kumite* (o embate, que evolui de movimentos combinados até a aplicação das técnicas de forma livre e controlada) (NAKAYAMA, 2014; FROSI, 2015). Já no treinamento físico, Nakayama (2014) lista como imprescindíveis os seguintes princípios: a forma dos movimentos (princípios físicos e fisiológicos), produção de força e velocidade, potência e relaxamento, fortalecimento e resistência muscular, ritmo e regulação de tempo, ênfase no uso de quadris e controle de respiração.

Dessa forma, assim como em qualquer atividade física, a negligência a esses fatores físicos pode acarretar em diferentes formas de lesões. Este artigo busca listar as principais ocorrências, locais e tipos de lesões na prática do Karate, seja em sua forma competitiva ou durante os treinamentos. Em seguida, a partir de uma discussão dos resultados selecionados, elencar quais fatores fisiológicos estão diretamente relacionados a este cenário.

2 Metodologia

Este artigo conduziu uma revisão bibliográfica pertinente à temática de lesões na prática do Karate, buscando assim os principais fatores fisiológicos relacionados. A partir de uma pesquisa avançada na plataforma NCBI (Pubmed), com as palavras chaves *injuries* e *karate* em seus títulos e/ou resumos, encontrou 21 artigos relacionados, sendo um deles uma revisão sistemática recente (THOMAS; ORNSTEIN, 2018). Essa revisão, que analisou 78 publicações internacionais, desde a década de 70, foi estabelecida como base do referencial teórico deste estudo, tendo seus dados quantitativos expostos e analisados de forma qualitativa,

buscando assim perceber de forma evidente, quais fatores fisiológicos favorecem a ocorrência de acidentes.

3 Definição de Lesões

Atualmente, nas competições regidas pela *World Karate Federation (WKF)*, é obrigatório o uso de protetores, bem com é proibido o uso excessivo de força, respeitando o conceito japonês de *Sun Dome*, “controlar o golpe a um *Sun*, medida japonesa que equivale a cerca de dois ou três centímetros” (FROSI, 2015, p. 40). A própria organização apresenta uma classificação detalhada dos níveis de lesões, (Tabela 1).

Tabela 1 – Escala de Lesões

Grau 1	Lesão muito leve sem redução da capacidade do atleta de vencer a partida ou disputa
Grau 2	Lesão leve a moderada com pequena redução na capacidade do atleta de vencer a partida ou disputa
Grau 3	Ferimentos moderados a graves, embora seja possível continuar, há uma redução significativa na capacidade do atleta de vencer a partida ou disputa
Grau 4	Lesão tão grave que o atleta é retirado da partida ou luta ou competição médica

Fonte: WKF, 2017 (tradução livre)

Arriaza et al. (2017) definem que lesões podem ser qualquer desconforto físico, ou motivo pelo qual o atleta venha a buscar assistência do corpo médico do campeonato. Thomas e Ornstein (2018) complementam que, em nove estudos analisados, as lesões foram definidas como qualquer evento que requisite exame clínico.

4 Resultados

Thomas e Ornstein (2018) concluíram que a taxa de lesões no Karate é de 111,4 a cada 1000 atletas expostos (AE) do sexo masculino, enquanto para as

mulheres é de 105,8/1000AE. Em relação ao tempo de exposição, perceberam que a cada 1000 minutos havia 75,4 lesões para homens e 72,8 para mulheres (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Ocorrência de Lesões

Figura 2 – Lesões por tempo

Nesses estudos, os índices de lesões foram majoritariamente divididos em quatro áreas: cabeça e pescoço, membros inferiores, torso e membros superiores. Nos homens, a cada 1000AE, as taxas foram: 44,0 para cabeça e pescoço; 11,9 para membros inferiores, 8,1 para torso e 5,4 para membros superiores. De forma similar, para mulheres os índices foram 41,9 (cabeça e pescoço), 12,4 (membros inferiores), 9,1 (torso) e 6,3 (membros superiores) a cada 1000 atletas expostas. Mesmo que semelhantes os próprios autores ressaltam uma grande variedade destes índices dentro dos estudos, consequência das diferentes populações estudadas e metodologias utilizadas.

Figura 3 – Locais das lesões

Ao avaliar os tipos de lesão, os índices mais expressivos foram para contusões, abrasões, lacerações, machucados e avulsão/subluxação dentária para homens (68,1/1000AE) e mulheres (30,4/1000AE). Em seguida, hematomas, sangramentos ou hemorragias nasais, com 11,4 para homens e 12,1 para mulheres. Outros tipos de lesões menos comuns incluíram entorses, com 3,5 para homens e 0,1 para mulheres, e luxações 2,9 para mulheres e 0,9 para homens. Lesões graves como fraturas e concussões são raras, para concussões 2,5 (homens) e 3,9 (mulheres) e fraturas 1,6/1000AE e 1,3/1000AE, respectivamente.

Figura 4 –Tipos de Lesões

A maioria dos estudos sobre lesões no Karate foram relacionados a competições, porém quatro pesquisas avaliaram durante os treinamentos, percebendo uma taxa superior a 50% de incidência, dependendo da duração e intensidade do treinamento semanal. Em um acampamento de treino da equipe nacional do iran, 82,5% dos atletas relataram lesões durante o ano anterior, 26,9% relacionadas às altas intensidades do treinamento, 22,4% a aquecimentos inadequados, e 19,4% relacionados aos colegas de treino (PEERI et al. 2011).

5 Discussões

Com base nesses dados, percebe-se que grande parte das lesões são relacionadas ao contato direto e acidental (contusões e hematomas) e há também números significativos de acidentes que envolvem entorses, rompimentos e estiramentos. Fatores técnicos como *kime* (golpes decisivos, máximo de força com o mínimo de esforço) e *zanshin* (estado de alerta, capacidade de reação) são determinantes para a prática (FROSI, 2015), e diretamente relacionados aos acidentes que possam ocorrer dentro da modalidade. Porém, tratando-se de aspectos fisiológicos, percebe-se que a coordenação das técnicas (controle motor) e a constituição física dos atletas (em especial o equilíbrio muscular), podem ser os fatores centrais no desempenho dos praticantes.

O controle motor está relacionado diretamente à adaptação neural dos praticantes aos gestos técnicos do Karate. A repetição dos golpes e correção dos detalhes pelos instrutores leva a um processo de retroalimentação das informações ao sistema nervoso central, que ao longo do tempo de prática refina a movimentação dos atletas (POWERS; HOWLEY, 2014). Corroborando com esta afirmação e relacionado-a ao Karate, Stricevic et. al, em 1983 percebeu uma pequena diferença entre atletas menos e mais graduados, onde os mais experientes tinham menores índices de lesões.

É importante salientar que, com a implementação do Karate nos Jogos Olímpicos em 2016, há uma preocupação constante da WKF em instituir normas relacionadas a uso de protetores, que atualmente lista como obrigatórios: luvas, protetor bucal, colete e protetor de seios, caneleiras e protetores para os pés, e coquilhas (opcionais), amenizando mais ainda estes índices de lesão em consequência de excessos de contato (WKF, 2018). O contato também é restrito às modalidades de luta (*kumite*), ou apresentações em equipe de *kata* (*bunkai*).

Em relação à compleição física dos atletas, percebe-se uma maior exigência na execução de movimentos explosivos (metabolismo anaeróbio alático), bem como resistência aeróbia aos treinos repetitivos e competições extensivas (DORIA et al., 2009; BUSSWEILER; HARTMANN, 2012). Após os índices de lesões na face e pescoço estão os membros inferiores como local de maior incidência de acidentes.

O equilíbrio muscular de membros inferiores em resposta aos esforços exigidos (seja em alto nível ou em praticantes amadores) torna-se crucial. Tratando-

se de lesões musculares em atletas, os músculos mais afetados são isquiotibiais, quadríceps e gastrocnêmios, e a assimetria de força muscular é responsável por estes danos (BARROSO; THIELE, 2011). A prevenção e a reabilitação de acidentes musculares está ligada diretamente ao trabalho de equilíbrio muscular durante a preparação física dos atletas (CROISIER et. al, 2002). Para isso, é recomendado uma frequente avaliação dos atletas, em especial aqueles que competem ou treinam com regularidade. Um dos testes mais acessíveis para mensurar o equilíbrio muscular é o teste de uma repetição máxima (1RM), onde avalia-se a capacidade máxima do grupo muscular escolhido de gerar tensão (PEREIRA, GOMES, 2003).

O treinamento do Karate, seja por seu viés esportivo, ou somente como atividade física visando melhor qualidade de vida, deve ser ensinado e realizado com consciência de que cada praticante tem seu ritmo e suas limitações. Gichin Funakoshi, principal precursor do Karate moderno afirma “qualquer homem tem condições de realizar feitos de força notáveis, mas pode ir até esse ponto apenas e não mais. Há um limite para a força física humana que ninguém pode ultrapassar” (2008, p. 25).

5 Considerações Finais

Em competições ou durante o treinamento, o índice total de lesões na prática do Karate é baixo, sendo a maioria das lesões decorrentes do contato entre os atletas, com raras ocasiões de danos graves, como fraturas e concussões. A partir dos dados analisados pode-se inferir que o controle de movimento e o equilíbrio muscular são fatores centrais no que se refere à prevenção de acidentes na modalidade.

As lesões resultantes de impactos entre os praticantes podem ser prevenidas e atenuadas com atenção à execução e repetição dos gestos motores, bem como uso de protetores e respeito às regras dos campeonatos e conduta dentro dos ambientes de treino. Fatores psicológicos como excesso de confiança e ansiedade também podem acarretar em maior exposição dos praticantes em combates, mesmo os mais experientes, e também não devem ser ignorados, podendo ser objetos de futuros estudos.

O maior índice de lesões musculares está relacionado ao desequilíbrio muscular, em especial de membros inferiores, situação que pode ser atenuada

através do treinamento de força, e da amplitude de metabolismo aeróbios e anaeróbio aláticos dos atletas. Pode-se usar como referência o teste de 1RM, que é o mais acessível dentre os testes de mensuração de força física, seus resultados podem ser utilizados para treinamentos preventivos e de recuperação dos praticantes da modalidade.

REFERÊNCIAS

ARRIAZA et al. Low Risk of Injuries in Young Adolescents Participating in Top-Level Karate Competition. **Am J Sports Med**, v. 44, n.2, p. 305-8, 2017.

BARROSO, Guilherme Campos; THIELE, Edilson Schwansee. Lesão muscular nos atletas. **Rev. bras. ortop**, v. 46, n. 4, p. 354-358, 2011.

BUSSWEILER, J.; HARTMANN, U. Energetics of basic Karate Kata. **European Journal of Applied Physiology**, v. 112, n. 12, p. 3991–3996, 2012.

CROISIER, Jean-Louis et al. Hamstring muscle strain recurrence and strength performance disorders. **The American journal of sports medicine**, v. 30, n. 2, p. 199-203, 2002.

DORIA, C. et al. Energetics of karate (kata and kumite techniques) in top-level athletes. **European Journal of Applied Physiology**, v. 107, n. 5, p. 603–610, 2009.

FROSI, T. O. **Introdução ao Karate Shotokan**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS/Gênese Editora, 2015.

FUNAKOSHI, G. **Karate-Dô: Meu modo de vida**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. IOC approves five new sports for olympic games tokyo 2020. Disponível em: <<https://www.olympic.org/news/ioc-approves-five-new-sports-for-olympic-games-tokyo-2020>> Acesso em: 5 out. 2018.

NAKAYAMA, M. **O melhor do Karatê - 1: Visão abrangente – Práticas**. São Paulo: Cultrix, 2014.

PEERI et al. The Rate of Prevalence and Causes of Sport Injuries in Males Karate Kumite Players. **World Applied Sci J**. v. 15, n. 5, p.660-666, 2011.

PEREIRA M., GOMES P.. Testes de força e resistência muscular: confiabilidade e predição de uma repetição máxima – Revisão e novas evidências. **Rev Bras Med Esporte**. v. 9, n. 5, 2003.

POWERS, Scott K., HOWLEY, Edward T. **Fisiologia do Exercício: Teoria e Aplicação ao Condicionamento e ao Desempenho**. 8. ed. Manole, 2014.

STRICEVIC et al. Karate: historical perspective and injuries sustained in national and international tournament competitions. **Am J Sports Med**, v.11, n.5, p. 320-4, 1983.

THOMAS, Roger E.; ORNSTEIN, Jodie. Injuries in karate: systematic review. **The Physician and sportsmedicine**, p. 1-25, 2018.

WORLD KARATE FEDERATION. MEDICAL RULES. Disponível em:
<<https://www.wkf.net/pdf/rules/wkf-medical-rules-january-2017-pdf-en-306.pdf>>
Acesso em: 5 out. 2018.

_____. KATA AND KUMITE COMPETITION RULES. Disponível em:
<<https://wkf.net/pdf/rules/wkfcompetitionrules2018-pdf-en-176.pdf>> Acesso em: 5
out. 2018.

RESPOSTA HIPOTENSORA PÓS-EXERCÍCIO AERÓBICO CONTÍNUO E INTERVALADO DE ALTA INTENSIDADE DE MESMO VOLUME EM INDIVÍDUOS SEDENTÁRIOS

WILSON MARQUES MACEDO¹

VAGNER SANTOS²

FRANCESCO PINTO BOENO³

BRUNO COSTA TEIXEIRA⁴

Resumo: **Fundamentos:** A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é um dos principais fatores de riscos para doenças cardíacas. Dentre os benefícios atrelados as diferentes modalidades de exercício físico, a hipotensão pós-exercício (HPE) é um ponto chave para a prescrição do exercício nessa condição. **Objetivo:** Investigar e comparar a HPE em resposta ao exercício aeróbico contínuo (CONT) e ao exercício intervalado de alta intensidade (HIIE), pareados por volume, em indivíduos sedentários. **Método:** Estudo randomizado cruzado, composto por jovens sedentários, saudáveis, do sexo masculino, submetidos a dois protocolos de exercício físico agudo pareados por volume, HIIE e CONT, em esteira rolante. **Resultados:** Ambos os protocolos de exercícios foram capazes de promover significativa HPE, com redução da pressão arterial sistólica (PAS) e pressão arterial média (PAM). O HIIE promoveu redução da PAS e PAM a partir do 15^o minuto, no entanto o CONT gerou semelhante redução iniciando no 30^o minuto. **Conclusão:** Ambos protocolos de exercício, HIIE e CONT, quando pareados por volume produzem HPE de maneira similar. No entanto o HIIE promove a HPE precocemente, demonstrando melhor relação tempo/efetividade, sendo um aditivo benéfico em relação a esta modalidade.

Palavras chaves: Pressão arterial; Exercício; Hipotensão pós-exercício; Exercício intervalado de alta intensidade.

Introdução

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma doença crônica multifatorial atrelada a disfunções metabólicas, hormonais, hipertrofia do miocárdio e ao estilo de vida¹. Nesse sentido, há um aumento exponencial no risco de evento cardiovascular quando níveis pressóricos são encontrados acima de 115 e 75 mmHg de pressão arterial sistólica (PAS) e diastólica (PAD), respectivamente. Desta forma, incrementos de 20 mmHg na PAS ou de 10 mmHg na PAD induzem 100% de aumento no risco de evento cardiovascular².

Estratégias não farmacológicas e de baixo custo para prevenção e tratamento da HAS incluem a prática regular de exercícios físicos, intervenção suportada pelas diretrizes nacionais e internacionais como medida primária para o tratamento da HAS^{3,4}. Dentre as adaptações fisiológicas provocadas pelo exercício físico, a hipotensão pós-exercício (HPE) representa um mecanismo efetivo na atenuação da sobrecarga imposta ao miocárdio na HAS⁵.

Tem sido demonstrado que a HPE ocorre em resposta ao exercício aeróbico contínuo (CONT)⁵, ao exercício de força⁶, e mais recentemente, ao exercício intervalado de alta intensidade (HIIE – do inglês, high-intensity interval exercise)⁷. De fato, tanto exercícios aeróbicos quanto os de força, promovem efeitos similares na HPE, com efeitos ligeiramente superiores quando o exercício aeróbico contínuo de alto volume é realizado⁸. Paralelamente, protocolos de exercícios intervalados têm despertado o interesse da comunidade científica, visto que acarretam aumento do consumo de oxigênio de pico, da sensibilidade insulínica e da atividade de enzimas mitocondriais na mesma proporção que exercícios contínuos tradicionais em indivíduos sedentários, embora a prática destes últimos demande o quádruplo do volume de treinamento do que o HIIE⁹.

Independentemente do tipo de exercício, o volume parece ser determinante para a magnitude das respostas cardiovasculares, repercutindo assim sobre a HPE. Nesse contexto, os efeitos de sessões de CONT e HIIE equiparadas por volume sobre variáveis hemodinâmicas são desconhecidos.

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo investigar e comparar a HPE em resposta ao HIIE e ao exercício aeróbico contínuo, pareados por volume, em indivíduos jovens sedentários.

Métodos

Amostra

Treze indivíduos foram recrutados por conveniência, através de mídia impressa e redes sociais, com idade entre 20 e 30 anos do sexo masculino, sedentários há pelo menos seis meses¹⁰ e sem histórico de doenças. Foram aplicados os seguintes critérios de exclusão: (1) indivíduos com alguma restrição física ou psicológica que incapacitasse a realização do exercício e, (2) indivíduos que usassem recursos ergogênicos ou tabaco. Este trabalho foi aprovado pelo

Comitê de Ética local sob o número de registro 2.202.349, estando de acordo com a Declaração de Helsinque.

Desenho Experimental

Este estudo randomizado cruzado foi composto por três dias de avaliações separados por 72 horas entre si. Inicialmente (dia 1), os voluntários foram submetidos a avaliações para caracterização da amostra, seguidas de duas condições (dias 2 e 3) experimentais de exercício: exercício intervalado de alta intensidade (HIIE) e exercício aeróbico contínuo (CON). Todas as avaliações foram realizadas no período da manhã. Na primeira visita, foram realizadas as medidas de pressão arterial (PA) e frequência cardíaca (FC) de repouso, teste ergométrico para determinação da frequência cardíaca máxima (FCmax) e avaliação do índice de massa corporal (IMC) com uso de balança e estadiômetro. Para aleatorização das condições experimentais foi utilizado randomização eletrônica através do site randomizer.org.

Medidas Hemodinâmicas

Todas as medidas da PA foram realizadas com o uso de um esfigmomanômetro digital (Omron, HEM-907, Japão) previamente validado¹¹, sendo que ao longo de todas as mensurações, os indivíduos permaneceram na posição sentada em repouso. A PA de repouso foi mensurada no primeiro dia de avaliações de acordo a VII diretriz da Sociedade Brasileira de Cardiologia⁴. As medidas da PA nas sessões experimentais de exercício foram realizadas antes, imediatamente após o término das sessões e sucessivamente a cada cinco minutos, compreendendo um período total de recuperação de uma hora. Para mensuração da FC foi utilizado um cardiofrequencímetro (Polar Electro Oy, V800, Finlândia), paralelamente a mensuração da PA em todas os momentos. A obtenção do duplo produto (DP) foi realizada a partir da fórmula $DP = PAS \times FC$ nos momentos previamente descritos.

Teste Ergométrico e Consumo de Oxigênio de pico (VO₂pico)

O teste ergométrico de esforço máximo foi realizado em uma esteira rolante (Imbramed, ATL 10200, Brasil), seguindo-se o protocolo proposto por Conconi¹². A velocidade inicial foi estabelecida em 5 km/h e os incrementos progressivos foram

de 1 km/h a cada minuto. Os testes foram interrompidos quando dois dos seguintes critérios eram alcançados: FC superior à predita pela idade ($220 - \text{idade}$), percepção subjetiva de esforço igual ou superior a 20 na Escala de Borg¹³ ou exaustão voluntária. Para predição do consumo de oxigênio de pico, foi utilizada uma fórmula validada para brasileiros¹⁴. Ressalta-se que os voluntários foram estimulados verbalmente a atingirem o esforço máximo durante os testes.

Protocolos de Exercício

Os protocolos de exercício foram realizados em esteira rolante (Imbramed, ATL 10200, Brasil), equalizados em volume pela distância total percorrida, ou seja, ambos os protocolos foram compostos por cinco quilômetros (5 km) de distância¹⁵.

Exercício Aeróbico Contínuo (CONT)

Após 5 minutos de aquecimento, a velocidade da esteira era ajustada para corresponder a 70% da FCmax alcançada no teste ergométrico. Tal velocidade era mantida até que os voluntários percorressem os 5 km de distância total¹⁵.

Exercício Intervalado de Alta intensidade (HIIE). Após 5 minutos de aquecimento, os voluntários completavam os 5 km de forma intervalada, ou seja, corriam por períodos de um minuto na velocidade correspondente à 90% da FCmax, intercalados com períodos de um minuto de recuperação na velocidade correspondente à 60% da FCmax¹⁵.

Análise estatística

A distribuição dos dados foi avaliada através do teste de Shapiro-Wilk. Foi utilizada a análise de variância (ANOVA) de duas vias (condições vs. momentos) com medidas repetidas para comparações intra e entre grupos com post hoc de Bonferroni quando necessário. O valor de $p < 0,05$ foi considerado como significativo. Todos os dados foram analisados pelo programa estatístico Statistical Package for Social Sciences (SPSS)²⁰. Os dados estão apresentados como média \pm desvio padrão da média.

Resultados

A tabela 1 apresenta variáveis de caracterização da amostra. Não foram encontradas diferenças significativas nas variáveis PAS, PAD, pressão arterial média (PAM) e FC entre as diferentes condições no momento pré-exercício. Imediatamente após o exercício, foi encontrada uma maior FC na condição HIIE, quando em comparação com CONT ($p=0,02$). A duração da sessão de exercício foi menor na condição HIIE em relação a condição CONT ($p=0,04$). As demais variáveis descritivas em cada condição estão presentes na tabela 1.

Ambas as condições promoveram hipotensão significativa após as sessões de exercício. Foi observada uma redução significativa da PAS ($p=0,01$) e da PAM ($p<0,01$) a partir do 15º minuto após o fim do HIIE, persistindo ao longo de uma hora. Por outro lado, a condição CONT apresentou redução significativa da PAS ($p=0,04$) e PAM ($p=0,01$) somente a partir do 35º e 30º minuto, respectivamente, ou seja, o efeito benéfico da HPE foi postergado quando em comparação com o HIIE. Não houve modulações significativas na PAD ao longo das condições. Também não foram encontradas diferenças na PAS, PAM e PAD entre as situações. As modificações da PA frente às diferentes condições de exercício estão demonstradas na figura 1.

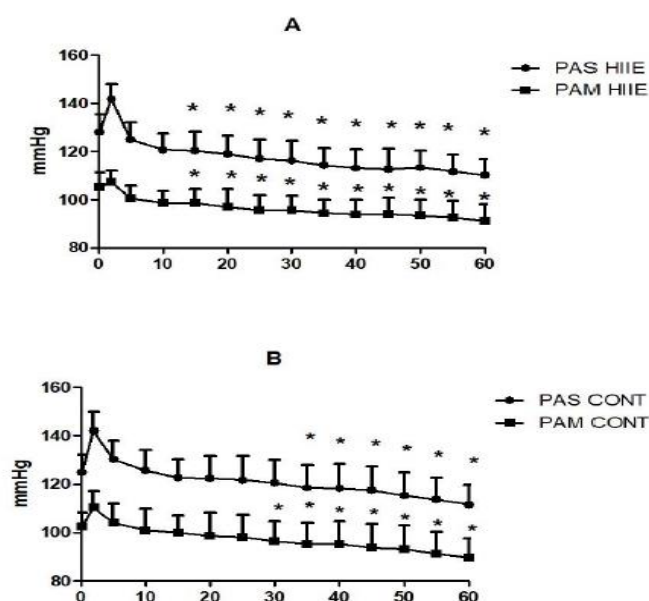


Figura 1. Comportamento da pressão arterial sistólica (PAS) e da pressão arterial média (PAM) ao longo de uma hora após exercício intervalado de alta intensidade (HIIE) ilustrado em A, e exercício aeróbico contínuo (CONT) ilustrado em

B. *: diferença significativa intra-grupo em relação ao momento pré-exercício ($p < 0,05$).

Não foram encontradas diferenças sobre o DP longo do período avaliado, exceto, imediatamente após o exercício, no qual o DP foi maior na condição HIIE em relação à condição CONT ($p = 0,03$) (Figura 2).

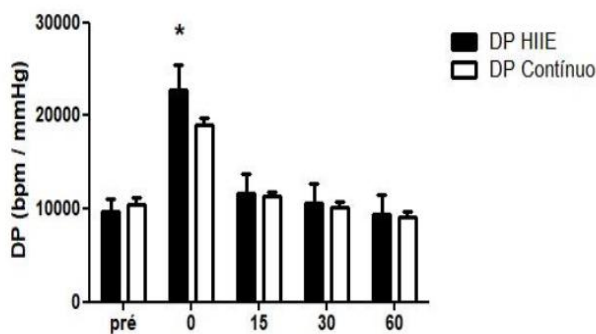


Figura 2. Duplo produto cardíaco em resposta ao exercício intervalado de alta intensidade (HIIE) e aeróbico contínuo (CONT) antes e ao longo de uma hora após as sessões. * diferença significativa intergrupo ($p < 0,05$).

DISCUSSÃO

O presente estudo analisou o comportamento da pressão arterial após duas condições de exercício pareadas pelo volume: exercício aeróbico contínuo (CONT) e exercício intervalado de alta intensidade (HIIE). Os principais achados foram: 1) ambas as condições de exercício foram capazes de promover hipotensão pós-exercício; 2) A condição HIIE promoveu HPE no 15º minuto em diante, enquanto a condição CONT apresentou HPE somente após o 30º minuto.

A HPE vem sendo sistematicamente investigada, demonstrando efeitos importantes que auxiliam na prevenção e tratamento da HAS^{5,7,8,16}. O somatório do efeito hipotensor agudo em resposta a cada sessão de exercício confere, em longo prazo, efeito protetor sobre o sistema cardiovascular, atenuando os riscos de desfechos negativos^{17,18}. Desta forma, a manipulação das variáveis volume e intensidade e o manejo de diferentes tipos de exercício são importantes para a seleção de estratégias eficientes e aplicáveis no cenário clínico.

Estudos prévios sugerem efeitos ligeiramente superiores na HPE em resposta ao HIIE em comparação com o CONT. Angadi et al., (2015) demonstraram que a HPE ocorre em ambas as condições de exercício (HIIE e CONT não pareados por volume) durante a primeira hora após a sessão em indivíduos normotensos, entretanto, a HPE persistiu ao longo de três horas apenas na condição HIIE⁷. Já no estudo de Dantas et al., (2017), através do uso da monitorização ambulatorial da pressão arterial (MAPA) em indivíduos normotensos, o HIIE foi capaz de promover redução significativa da PAS ao longo de cinco horas após a sessão, não persistindo esse efeito no período de sono¹⁹. Contudo, tal estudo não inclui uma condição com exercício aeróbico para eventuais comparações¹⁹. Carvalho et al., (2014) encontraram uma HPE significativa após HIIE e CONT em indivíduos idosos hipertensos ao longo 24 horas, sendo que os níveis pressóricos foram significativamente menores na condição HIIE. Os autores ressaltam que tais achados podem ser atribuídos aos níveis pressóricos basais elevados da amostra, e a massa muscular envolvida no exercício, uma vez que protocolos realizados em esteira parecem promover maior efeito sobre a HPE^{20,21}. É importante ressaltar que os protocolos utilizados nos estudos supracitados não foram pareados por volume.

Utilizando uma amostra de indivíduos pré-hipertensos, Lacombe et al., (2011) compararam a HPE frente a protocolos isoenergéticos de HIIE e CONT, embora não pareados pelo volume²². Os autores encontraram redução da PA ao longo de uma hora após as sessões, sem diferenças entre elas²². Esses resultados corroboram os achados do presente estudo, já que ao equalizar-se as sessões por volume (distância total percorrida) ou gasto calórico, a HPE ocorre em magnitude similar. Além disso, ambas condições do estudo supracitado dispenderam duração semelhante (~20 vs. ~21 min)²², enquanto os resultados deste trabalho, levando em consideração as diferenças de volume entre os exercícios, demonstram uma relação tempo-eficiência superior no protocolo HIIE em comparação ao CONT, demandando uma menor duração de prática (~35 vs. ~44 min).

A partir dos níveis iniciais de PA, os resultados do presente trabalho apresentam uma redução absoluta na PAS de 17,9 mmHg após a realização do HIIE e de 13,4 mmHg após o CONT, sendo que reduções desta magnitude possuem elevada relevância clínica e repercutem diretamente na redução do risco cardiovascular². Efeito semelhante é encontrado quando a amostra é composta por

hipertensos^{20,23,24}, estando associado a elevados níveis de PA de repouso. Nesse sentido, HPE é resultado da diminuição da resistência vascular periférica, através da diminuição da atividade simpática¹⁷ e da sobreposição de fatores vasodilatadores sobre os vasoconstritores^{18,25}. Em normotensos, a magnitude da HPE tem se demonstrado menor do que em hipertensos^{7,19}. Contudo, os protocolos de exercício comumente utilizados possuem duração de 20 minutos, compreendendo um baixo volume e curta duração frente ao utilizado neste estudo. Desta forma, o elevado volume presente em ambas as condições pode estar associado a uma maior retirada simpática e vasodilatação pós exercício.

Adicionalmente, não foram encontradas modulações significativas na PAD em relação ao tempo ou entre as diferentes condições de exercício. Estes achados vão ao encontro da literatura²², uma vez que a resposta fisiológica da PAD ao exercício dinâmico é a manutenção dos níveis iniciais, tendo em vista a normalidade da PAD inicial da amostra, tais resultados eram esperados.

Como esperado, o índice de trabalho do miocárdio, estimado através do duplo produto (DP), mostrou-se significativamente maior imediatamente após o HIIE em relação ao CONT. Tal achado está atrelado à elevação característica da FC em situações de exercício de alta intensidade, não possuindo maiores repercussões clínicas nesta população. Nesse sentido, tem sido demonstrado que estratégias de exercício de alta intensidade, os quais utilizam FC elevada, apresentam reduções importantes na pressão arterial, inclusive em indivíduos hipertensos^{1, 16}.

Paralelamente, a HPE encontrada a partir do 15^o minuto no HIIE e a partir do 30^o no CONT, pode estar relacionada à elevação do DP neste primeiro, levando ao aumento no débito cardíaco, conseqüentemente aumentando o shear stress e a vasodilatação através da liberação do óxido nítrico²⁶. Uma vez que, em resposta ao exercício aeróbico, a vasodilatação parece apresentar uma relação intensidade dependente²⁷, neste cenário, a alta intensidade do protocolo HIIE poderia ser responsável pela HPE ocorrer mais cedo na condição HIIE.

Entre as limitações do estudo, podemos citar o pequeno tamanho amostral ausência de uma condição controle.

Conclusão

Conclui-se que, tanto o HIIE, quando o CONT pareados por volume da sessão, são capazes de promover HPE com magnitude similar, embora na condição HIIE, a HPE manifesta-se mais cedo, indicando um benefício aditivo desta modalidade sobre o sistema cardiovascular, além de demandar um menor tempo para sua execução.

Estudos futuros utilizando a MAPA são necessários para compreender o comportamento da PA de forma mais longa e precisa em resposta ao HIIE e ao CONT equalizados por volume. Adicionalmente, é de iminente importância, a investigação e diferenciação dos mecanismos bioquímicos e fisiológicos pelos quais o HIIE e CONT promovem a HPE.

Referências

1. Boutcher YN, Boutcher SH. Exercise intensity and hypertension: what's new? *J Hum Hypertens.* março de 2017;31(3):157–64.
2. Lewington S, Clarke R, Qizilbash N, Peto R, Collins R, Prospective Studies Collaboration. Age-specific relevance of usual blood pressure to vascular mortality: a meta-analysis of individual data for one million adults in 61 prospective studies. *Lancet Lond Engl.* 14 de dezembro de 2002;360(9349):1903–13.
3. Whelton PK, Carey RM, Aronow WS, Casey DE, Collins KJ, Dennison Himmelfarb C, et al. 2017 ACC/AHA/AAPA/ABC/ACPM/AGS/APhA/ASH/ASPC/NMA/PCNA Guideline for the Prevention, Detection, Evaluation, and Management of High Blood Pressure in Adults: A Report of the American College of Cardiology/American Heart Association Task Force on Clinical Practice Guidelines. *J Am Coll Cardiol.* 7 de novembro de 2017;
4. Malachias MVB, Póvoa RMS, Nogueira AR, Souza D, Costa LS, Magalhães ME, et al. 7th Brazilian Guideline of Arterial Hypertension: Chapter 3 - Clinical and Complementary Assessment. *Arq Bras Cardiol.* setembro de 2016;107(3):14–7.
5. Cornelissen VA, Buys R, Smart NA. Endurance exercise beneficially affects ambulatory blood pressure: a systematic review and meta-analysis. *J Hypertens.* abril de 2013;31(4):639–48.
6. Cornelissen VA, Fagard RH, Coeckelberghs E, Vanhees L. Impact of resistance training on blood pressure and other cardiovascular risk factors: a meta-analysis of randomized, controlled trials. *Hypertens Dallas Tex* 1979. novembro de 2011;58(5):950–8.

PAS pré (mmHg)	127,9 ± 7,5	124,9 ± 7,2
PAS pós (mmHg)	141,8 ± 6,1	142 ± 8,1
PAD pré (mmHg)	81,3 ± 7,4	82,7 ± 8,7
PAD pós (mmHg)	72,9 ± 6,8	78,8 ± 10,1
PAS mínima (mmHg)	110 ± 6,7	111,5 ± 8
PAD mínima (mmHg)	72,1 ± 10	73,5 ± 9,6
FC pré (BPM)	84 ± 9,7	88,7 ± 12,3
FC pós (BPM)	160,2 ± 17,7*	139,2 ± 13,7
Duração da sessão (min)	35,4 ± 4,2*	44,2 ± 2,1

IMC: índice de massa corporal; VO₂pico: consumo de oxigênio de pico; PAS; pressão arterial sistólica; PAD pressão arterial diastólica; FC: frequência cardíaca; CONT: exercício aeróbico contínuo; HIIE: exercício intervalado de alta intensidade; *: diferença significativa inter-grupo (p<0,05).

JOGO DA VIDA: CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO ESPORTE GAME OF LIFE: CITIZENSHIP AND SOCIAL INCLUSION THROUGH SPORT

Christon Dornelles Souza dos Santos⁸⁵

Bruno Costa Teixeira⁸⁶

Resumo: A inclusão social visa, entre outros fatores, ofertar a sociedade a prática de atividade física. O esporte pode ser utilizado como ferramenta de integração e inclusão na vida das crianças, adolescentes e jovens. Este projeto busca a utilização do esporte como meio de incluir as crianças “carentes” em atividades, afastando as de riscos associados à ociosidade e também trazendo benefícios físicos, motores e culturais. Auxiliando no crescimento e desenvolvimento das mesmas visando formar cidadãos ativos. O projeto Jogo da Vida atende 145 crianças e adolescentes do Lar Escola Nossa Senhora Conquistadora e do Núcleo, na faixa etária de 7 a 15 anos de idade, os testes do PROESP-BR vêm sendo aplicados no decorrer do projeto. Resultados para a massa corporal: $27,7 \pm 5,3$, envergadura $125,1 \pm 9,0$, sentar e alcançar $36,5 \pm 4,5$, salto horizontal $110 \pm 18,9$, arremesso de medicine Ball $130,3 \pm 23,8$, quadrado $7,0 \pm 0,6$ e corrida de 20m $122,6 \pm 18,8$. Os benefícios já citados justificam a importância deste projeto tanto para as crianças e adolescentes quanto para a sociedade e também para os acadêmicos envolvidos. Este ano com a inclusão da atividade de natação, a participação em todas as modalidades esportivas foi ainda maior.

Palavras-chave: Inclusão social, esporte, saúde, crianças

Abstract: Social Inclusion aims, among other factors, to offer society the practice of physical Activity. The sport can be used as a tool for integration and inclusion in the lives of children, adolescents and young People. This project seeks to use the sport as a means of including the "needy" children in activities, away from risks associated with idleness and also bringing physical, motor and cultural Benefits. assisting in the growth and development of them aiming to form active citizens. The game project of Life meets 145 children and teenagers of the home school Our Lady Conqueror and the nucleus, in the age range of 7 to 15 years of age, the tests of PROESP-BR have been applied in the course of the Project. Results for body mass: 27.7 ± 5.3 , wingspan 125.1 ± 9.0 , sit and reach 36.5 ± 4.5 , horizontal jump 110 ± 18.9 , pitch of medicine Ball 130.3 ± 23.8 , Square 7.0 ± 0.6 and race of 20m 122.6 ± 18.8 . The benefits already cited justify the importance of this project for both children and adolescents as well as for society and for the scholars Involved. This year with the inclusion of swimming activity, participation in all sports modalities was even greater.

Keywords: Social inclusion, sport, health, children

1. Introdução

⁸⁵ Graduando. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: christon-souza@bol.com.br

⁸⁶ Doutor. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: bruno@saoluiz.uri.edu.br

A inclusão social visa integrar e oferecer a sociedade tudo que lhe é de direito, incluindo a atividade física. O esporte pode ser utilizado como ferramenta de integração e inclusão na vida das crianças, adolescentes e jovens. (AZEVEDO & FILHO, 2011)

A adolescência é um período da vida em que o indivíduo passa por profundas mudanças biopsicossociais. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a fase da adolescência compreende a faixa etária entre 10 e 19 anos (1995). O componente “bio” da adolescência é reconhecido como puberdade e envolve, entre outras alterações fisiológicas próprias da idade, o desenvolvimento dos sinais sexuais secundários, o ganho acelerado de estatura e peso e as alterações da composição corporal. A adolescência é um período fundamental para o ganho de massa óssea. Em adolescentes atletas, o pico de massa óssea pode apresentar maior incremento, em virtude do estresse mecânico imposto aos ossos pelo exercício físico praticado. (SILVA, 2003)

Em uma sociedade que cada vez mais é tomada pelo avanço tecnológico a prática de esportes se torna indispensável, pois a inatividade física aliada a outros fatores resulta no aparecimento de doenças como obesidade.

A prática de esportes na adolescência é de grande importância, não somente por aspectos específicos da prescrição para essa faixa de idade, como para todo o contexto biopsicossocial que envolve esse período da vida.

Além de proporcionar uma melhora na saúde o esporte também ajuda a afastar crianças e adolescentes da vulnerabilidade das ruas e de convívios perigosos e desempenha um papel educativo ensinando valores como ética, moral e disciplina, noções de respeito, convívio coletivo, resoluções de conflitos e responsabilidade.

Segundo Bittencourt et. al (2015), pessoas vulneráveis são as quais devem ser protegidas em razão de sua condição agravada por circunstâncias e situações específicas. Muitas crianças e adolescentes tornam-se vulneráveis dependendo do meio em que vivem e as condições a que são submetidos. O direito a educação, à saúde a moradia e ao esporte muitas vezes lhes é negado, o que os leva a inatividade física.

Malvasi e Adorno (2014), também relacionam a vulnerabilidade social em crianças e adolescentes a aspectos negativos, principalmente os associados ao envolvimento com drogas, perda de garantia dos direitos e oportunidades nas áreas supracitadas de educação, saúde e proteção social, com situações de violência, seja ela doméstica ou comunitária, e trabalho infantil.

Bezerra et.al (2005) aponta que alguns estudos sugerem que a inatividade física na adolescência parece aumentar a probabilidade de hábitos sedentários na vida adulta. Podendo comprometer algumas funções fisiológicas e aumentar o risco de adquirir doenças. Vieira (2002) sugere que a atividade física é um importante auxiliar para o aprimoramento e desenvolvimento do adolescente, nos seus aspectos morfofisiopsicológicos, podendo aperfeiçoar o potencial físico determinado pela herança e adestrar o indivíduo para um aproveitamento melhor de suas possibilidades. Aliada à boa nutrição, a atividade física deve ser reconhecida como elemento de grande importância para o crescimento e desenvolvimento normal durante a adolescência, bem como para diminuição dos riscos de futuras doenças.

Os princípios gerais que dirigem as respostas do organismo ao exercício e ao treinamento físico são os mesmos para crianças, adolescentes e adultos. Por outro lado, existem particularidades da fisiologia do esforço em crianças que decorrem tanto do aumento da massa corporal (crescimento) quanto da maturação, que se acelera durante a puberdade, ou seja, desenvolvimento. (VIEIRA, 2002).

O presente projeto busca a utilização do esporte como meio de incluir as crianças “carentes” em atividades esportivas, afastando as de riscos associados a ociosidade e também trazendo benefícios físicos, motores e culturais. Auxiliando no crescimento e desenvolvimento das mesmas visando formar cidadãos futuramente ativos.

O período da adolescência é marcado pela curiosidade e pelo comportamento exploratório do jovem nessa fase, aliado à influência do meio social através do grupo, da família e da mídia, são fatores que segundo Paulino & Lopes (2010) tornam o sujeito vulnerável a comportamentos de risco com significativas consequências para o seu desenvolvimento individual, familiar e social.

Hutz e Koller (1997) definem comportamento de risco como o conjunto de ações ou atividades humanas que podem aumentar a probabilidade de consequências adversas para o desenvolvimento psicossocial bem como desencadear ou agravar danos e doenças para quem as realizou.

O objetivo principal da prescrição de atividade física na criança e no adolescente é criar o hábito e o interesse pela prática, e não o treinamento buscando desempenho. Dessa forma, deve-se priorizar a atividade física no cotidiano e valorizar a educação física escolar que estimule a prática para toda a vida, de forma agradável e prazerosa, integrando as crianças e não discriminando e excluindo os menos aptos. (VIEIRA, 2002).

O esporte para adolescentes: estimula a socialização, serve como um "antídoto" natural de vícios, ocasiona maior empenho na busca de objetivos, reforça a autoestima, ajuda a equilibrar a ingestão e o gasto de calorias e leva à uma menor predisposição a doenças. (VIEIRA, 2002).

Desta forma pode-se criar um ambiente saudável e educativo longe de quaisquer perigos das ruas utilizando-se de pouco material e infraestrutura. Vale ressaltar que o esporte, quando aliado à educação, é uma poderosa ferramenta da proteção social e resgate de crianças e jovens em situação de risco.

No entanto, é preciso que se compreenda o esporte, como uma ferramenta de inclusão capaz de agregar valor à educação, a formação pessoal, trabalhando diretamente para construção da cidadania e com fins para prática social. Já a educação propriamente dita, através da escrita, da leitura, da sala de aula, tem a capacidade de formar o indivíduo para participar da vida política, econômica e social das cidades, estados e do país. Precisamos entender que o papel decisivo do esporte, junto à educação, é a busca por princípios e valores sociais, morais e éticos.

Ainda vários estudos com crianças e adolescentes têm demonstrado o benefício da atividade física no estímulo ao crescimento e desenvolvimento, prevenção da obesidade, incremento da massa óssea, aumento da sensibilidade à insulina, melhora do perfil lipídico, diminuição da pressão arterial, desenvolvimento da socialização e da capacidade de trabalhar em equipe. Também é conhecido o fato de que a atividade física realizada de forma imprópria, em desacordo com a idade, com o desenvolvimento motor e com o

estado de saúde, apresenta riscos de lesões como: trauma, osteocondrose fratura e disfunção menstrual. (LIMA, 2008) O que enfatiza a importância do acompanhamento na prática das atividades.

Para o organismo de crianças e adolescentes que se encontra em processo de crescimento e desenvolvimento, é importante que a realização de atividades físicas se dê de forma sistemática e metodologicamente organizada, dirigida a cada grupo etário. (VIEIRA, 2002).

Os efeitos benéficos da atividade física são evidenciados nos mais variados órgãos e sistemas: cardiovascular (aumento do consumo de oxigênio, manutenção de boa frequência cardíaca e volume de ejeção), respiratório (aumento dos parâmetros ventilatórios funcionais), muscular (aumento de massa, força e resistência), esquelético (aumento do conteúdo de cálcio e mineralização óssea), cartilaginosa (aumento da espessura da cartilagem, com maior proteção articular) e endócrino (aumento da sensibilidade insulínica, melhora do perfil lipídico). (LIMA, 2008)

2. Resultados e Discussões

O projeto “Jogo da Vida: Cidadania e inclusão social através do esporte” é desenvolvido no Lar Escola Nossa Senhora Conquistadora de São Luiz Gonzaga. São realizados encontros duas vezes por semana, em turno inverso ao escolar, tendo a duração de 4 horas por dia.

Nestes encontros, os acadêmicos de Educação Física desenvolvem atividades de iniciação esportiva, nas áreas dos principais esportes coletivos (Voleibol, Futebol, Handebol e basquetebol), além de recreação.

A avaliação das ações desenvolvidas é realizada de forma contínua quinzenalmente em reuniões com os acadêmicos, bolsista e coordenador do projeto. Para que se discuta o andamento das ações propostas, os índices de aproveitamento, desenvolvimento motor, participação entre outros aspectos que surgem ao longo da aplicação das ações.

Estão sendo realizadas avaliações físicas por meio dos testes validados pelo programa PROESP - BR (Projeto Esporte Brasil) que consiste em um instrumento de apoio ao professor de educação física para a avaliação dos padrões de crescimento corporal, estado nutricional, aptidão física para a saúde e para o

desempenho esportivo em crianças e adolescentes. Considerando a carência em estrutura física, precariedade de materiais para as aulas de educação física e esporte educacional o PROESP desenvolveu uma bateria de testes para avaliação de parâmetros de saúde e desempenho motor para o uso dos professores de educação física, independentemente de suas condições de trabalho. Para tanto, foi necessário selecionar instrumentos de medida e avaliação de muito baixo custo, com o mínimo de materiais sofisticados, de fácil acesso e aplicação, cumprindo rigorosamente as exigências de validade, fidedignidade e objetividade.

Cabe destacar que o projeto conta com o apoio do Rotary Clube de São Luiz Gonzaga, que já contribuiu na aquisição de materiais utilizados para o desenvolvimento das atividades esportivas.

O projeto Jogo da Vida atende 45 crianças e adolescentes do Lar Escola Nossa Senhora Conquistadora na faixa etária de 7 a 15 anos de idade e 100 crianças do Núcleo para crianças carentes da prefeitura de São Luiz Gonzaga. Os testes do PROESP-BR vêm sendo aplicados no decorrer do projeto e conforme mostra a Tabela 1, já foram realizados os testes de sentar e alcançar para verificar flexibilidade das crianças, salto horizontal, arremesso de medicine ball para mensurar força explosiva de membros superiores, corrida de 20m e teste de agilidade quadrado que consiste em um quadrado com 4 metros de lado, quatro garrafas de refrigerante 2 litros do tipo PET cheias de areia. O aluno parte da posição de pé, com um pé avançado à frente imediatamente atrás da linha de partida (num dos vértices do quadrado). Ao sinal do avaliador, deverá deslocar-se em velocidade máxima e tocar com uma das mãos na garrafa situada no canto em diagonal do quadrado (atravessa o quadrado). Na sequência, corre para tocar à garrafa à sua esquerda e depois se desloca para tocar a garrafa em diagonal (atravessa o quadrado em diagonal). Finalmente, corre em direção à última garrafa, que corresponde ao ponto de partida).

Tabela 1 – Valores dos testes do PROESP-BR executados até o momento apresentados como Média e Desvio Padrão (DP)

	Massa corporal (Kg)	Envergadura (cm)	Sentar e Alcançar (cm)	Salto horizontal (cm)	Arremesso de Medicine Ball (cm)	Quadrado (seg)	Corrida de 20m (seg)
Média	27,73	125,16	36,5	110	130,33	7,06	122,66
DP	5,34	9,08	4,5	18,93	23,84	0,6	18,83

Kg= quilogramas cm= centímetros seg= segundos

3. Perspectivas de Futuras ou Desdobramentos do Projeto

O projeto conta com o auxílio voluntário de alunos do curso de Educação Física da URI que juntamente com o bolsista e coordenador organizam e executam as atividades. Também conta com a parceria do Rotary Club que realizou a doação de materiais. Sendo, bolas das diversas modalidades, traves, colchonetes, entre outros necessários para o desenvolvimento das atividades. São promovidas atividades esportivas, articulando ações de cunho socioeducativo promovendo o desenvolvimento físico e biopsicossocial das crianças e adolescentes que frequentam o Lar Escola Nossa Senhora Conquistadora e crianças do Núcleo para crianças carentes da prefeitura municipal. São feitos momentos de integração entre as crianças e os adolescentes através de atividades esportivas e de recreação, realização de jogos estimulando o desenvolvimento motor e físico e oportunizando a inclusão social por meio de atividades esportivas;

O acompanhamento físico é feito por meio de avaliações do PROESP que vem sendo realizadas e no decorrer do projeto deverão ser reaplicadas para comparação de dados.

Pretende-se seguir com a execução do projeto buscando ampliar o número de crianças beneficiadas e após independentemente de recursos, agregar mais alunos que possam desenvolver o trabalho voluntariamente contando com parcerias para que se adquiram os materiais que forem necessários.

4. Considerações Finais

É de extrema relevância social para o município e região que se tenha projetos que busquem promover o esporte como meio de inclusão social e cidadania, sendo que, são poucos os projetos que buscam esse fim na cidade.

O projeto Jogo da Vida abrange uma quantidade significativa de crianças e adolescentes que neste momento estão sendo incluídas e oportunizadas à prática de uma vida ativa e saudável, aprendendo a socialização através do esporte, o respeito ao próximo, sem ênfase em competitividade e preocupações de desempenho.

Além disso, as atividades buscam uma melhoria nas relações interpessoais e também no desempenho físico destas crianças e adolescentes. Afastando-os dos quadros de sedentarismo e inatividade física que atinge cada vez mais essa população, colaborando para que cresçam com o hábito de vida saudável e que futuramente venham a ser adultos que também praticam atividades físicas.

Os benefícios já citados justificam a importância deste projeto tanto para as crianças e adolescentes quanto para a sociedade e também para os acadêmicos envolvidos. Este ano com a inclusão da atividade de natação, a gama de participação em todas as modalidades esportivas foi ainda maior.

5. Referências

AZEVEDO, M.A.O; FILHO, A.G. **Competitividade e Inclusão Social Por Meio Do Esporte**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. v. 33, n. 3, p. 589-603, jul./set, 2011.

BARBOSA et. al. **Sintomas depressivos em adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. Caderno Saúde Coletiva. vol.24. n.2. Rio de Janeiro Abr/Jun, 2016.

BEZERRA, J. G, et.al. **Prática de esportes durante a adolescência e atividade física de lazer na vida adulta**. Revista Brasileira de Medicina do Esporte. Vol. 11, Nº 5 – Set/Out, 2005.

BITTENCOURT et. al. **Adolescência vulnerável: fatores biopsicossociais relacionados ao uso de drogas**. Revista Bioética. vol.23, n.2, Brasília maio/ago, 2015.

HUTZ, C., & KOLLER, S. **Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua**. Estudos de Psicologia. 1997.

LAZZOLI et. al. **Atividade física e saúde na infância e adolescência.** Revista Brasileira de Medicina do Esporte. vol. 4, n.4, Jul/Ago, 1998.

MALVASI P.A; ADORNO R.C.F. **A vulnerabilidade e a mente: conflitos simbólicos entre o diagnóstico institucional e a perspectiva de jovens em cumprimento de medida socioeducativa.** Saúde e Sociedade. 2014.

PAULINO & LOPES. **Relação entre Percepção e Comportamento de Risco e Níveis de Habilidades Cognitivas em um Grupo de Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social.** Psicologia Ciência e Profissão, 2010.

SILVA, C.C, et.al. **O esporte e suas implicações na saúde óssea de atletas adolescentes.** Revista Brasileira de Medicina do Esporte. Vol. 9, Nº 6 – Nov/Dez, 2003.

VIEIRA, C.R, et.al. **A atividade física na adolescência.** Revista Adolescência Latinoamericana. v.3 n.1 Porto Alegre ago.2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Physical status: the use and interpretation of anthropometry.** Geneve, 1995.

1.9 Engenharia Elétrica

1.10 Soluções energéticas e inovação tecnológica

Avaliadores:

**Alison Marchioro, José Severiano Borges da Rosa, Diego Roberto
Morais**

**DISTORÇÕES HARMÔNICAS EM UM SISTEMA ELÉTRICO: UMA ANÁLISE
BASEADA EM CARGAS NÃO LINEARES
HARMONIC DISTORTIONS IN AN ELECTRICAL SYSTEM: AN ANALYSIS BASED
ON NON-LINEAR CHARGES**

Rosiel Camargo Souza⁸⁷

Matheus Almeida dos Santos¹

Diego dos Santos Amaral¹

Willian Cantini Scheeren¹

Charles Schardong¹

Alison Fernando Marchioro⁸⁸

Resumo: O advento aos equipamentos eletrônicos, feito de maneira expressiva, trouxe inúmeras facilidades ao nosso cotidiano. Em contrapartida, a composição eletrônica destes equipamentos causa à rede a qual estes são conectados, inúmeras perturbações, principalmente no que diz respeito à distorção da forma de onda da corrente em relação à tensão, com o conseqüente surgimento de componentes harmônicas. O presente estudo tem como objetivo apresentar como estes distúrbios são gerados, assim como as principais formas de amenizá-los, ou tentar deixá-los menos nocivos ao sistema. Além do mais, será feita uma revisão bibliográfica, a fim de rever os conceitos em questão, e na sequência será realizada simulações com diferentes configurações de cargas e circuitos. Na metodologia foi utilizado o *software* PSIM. Os resultados mostraram que, para toda presença de cargas não lineares no sistema, haverá uma determinada distorção na forma de onda da corrente, podendo variar de acordo com o nível de perturbação injetada na rede. Dessa forma, o trabalho conclui que é necessário, além de planejar o uso de equipamentos eletrônicos, seguir no momento da compra destes, padrões técnicos que venham a afetar de maneira mais insignificante possível a qualidade da energia elétrica no consumidor final.

Palavras-chave: Cargas não lineares. Componentes harmônicas. Distorção. Perturbação.

Abstract: The advent of electronic equipment, made in an expressive way, has brought innumerable facilities to our everyday life. On the other hand, the electronic composition of these equipments causes the network to which they are connected, numerous perturbations, mainly with respect to the distortion of the waveform of the

⁸⁷ Acadêmicos de Engenharia Elétrica. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), São Luiz Gonzaga, CEP: 97800-000, São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: camargosouzarosiel@gmail.com

⁸⁸ Especialista em eficiência energética aplicada aos processos produtivos e Mestre em Engenharia Elétrica. Departamento de Engenharias e Ciência da Computação, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), São Luiz Gonzaga, CEP: 97800-000, São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: alison.marchioro@hotmail.com

current in relation to the tension, with the consequent appearance of harmonic components. The present study aims to present how these disorders are generated, as well as the main ways to alleviate them, or try to make them less harmful to the system. Furthermore, a bibliographical review will be carried out in order to review the concepts in question, and in the sequence will be carried out simulations with different configurations of loads and circuits. The methodology was used the software PSIM. The results showed that for any presence of nonlinear loads in the system, there will be a certain distortion in the waveform of the current and may vary according to the level of disturbance injected into the network. In this way, the work concludes that it is necessary, in addition to planning the use of electronic equipment, to follow when buying these, technical standards that will affect in a most insignificant way the quality of electric energy in the final consumer.

Key words: Nonlinear loads. Harmonic components. Distortion. Disturbance.

1 Introdução

Um sistema elétrico de potência (SEP) é uma complexa infraestrutura empregada no fornecimento de energia elétrica, devendo atender padrões de qualidade e em todas as suas etapas (CGEE, 2012), isto é, a tensão da rede elétrica deve atingir o nível de estabilidade, com a forma de onda livre de distorção e distúrbios (PETRY, 2005). Sendo assim, a Qualidade de Energia Elétrica (QEE) é afetada pelos distúrbios resultantes na forma de onda da tensão, corrente e frequência, originando a interrupção de energia ou até mesmo, falhas na operação dos equipamentos (BRANCHE, 2005).

Os impactos provenientes dos distúrbios estão relacionados aos diversos estágios de automação em cada etapa do sistema elétrico (CGEE, 2012) surgindo assim, harmônicas através da ressonância entre carga e gerador, originando uma distorção na forma de onda no sistema de distribuição devido à circulação de correntes com procedência em cargas não lineares (PETRY, 2005) sendo uma fonte de distúrbios no fornecimento de energia elétrica, causando distorção da onda senoidal da tensão (BRANCHE, 2005).

As cargas não lineares podem ser encontradas em sistemas interruptivos de energia, máquinas de controle numérico, computadores, aparelhos de som, DVDs e lâmpadas com reatores eletrônicos, e toda carga que for alimentada por corrente não senoidal (NDIAYE, 2006), incluindo transformadores saturados, fornos a arco, lâmpadas de descarga, retificadores, motores de indução e demais equipamentos eletrônicos (BRANCHE, 2005; BALTAZAR, 2007). Segundo os mesmos autores, as harmônicas originárias das cargas não lineares percorrem o sistema de distribuição

acarretando problemas de aquecimento anormais em motores, transformadores, erros de frequência e funcionamento inadequado dos equipamentos eletrônicos.

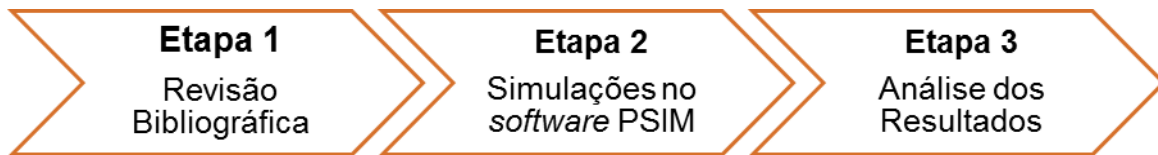
Por outro lado, o surgimento de harmônicas no sistema também é caracterizado pelos consumidores que possuem equipamentos de acionamento e controle mais modernos, embora esses equipamentos sejam mais suscetíveis à ocorrência de falhas e distúrbios, acaba prejudicando a QEE (NDIAYE, 2006; GALHARDO; PINHO, 2008). Os problemas que dão maior ênfase ao fator QEE residencial é a presença de harmônicas produzidas através da utilização em grande volume das fontes chaveadas (*power supplies*), como os conversores estáticos de potência para acionamento de velocidade variável (NDIAYE, 2006), que segundo a concepção de (GALHARDO; PINHO, 2008), esses aparelhos auxiliam na ocorrência de distúrbios, cujas correntes drenadas ou absorvidas não apresentam comportamento senoidal, resultando em distorções harmônicas de tensão, além de provocar danificações aos componentes da rede elétrica e aos equipamentos instalados. Na visão dos autores (QUADROS, 1999; BRANCHE, 2005; PETRY, 2005), as distorções também podem ocorrer por meio da interferência magnética dos capacitores, inserção de correntes harmônicas, afundamento de tensão e comutação de interruptores em alta frequência.

Nesse ponto, este artigo busca investigar a qualidade de energia na presença de perturbações e transitórios na rede de distribuição. Além de propor soluções para problemas desta ordem, esta pesquisa analisa os impactos que essas cargas causam no sistema, considerando diferentes tipos de carregamentos no sistema elétrico de potência, estabelecendo uma relação de causa-efeito a partir da projeção de filtros ativos ou até mesmo traçando novos perfis de consumo e utilização de determinados equipamentos.

2 Metodologia

Esta é uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa do problema. No que se refere aos objetivos, à pesquisa caracteriza-se como exploratória. Os procedimentos metodológicos para a produção textual serão detalhados a seguir, sendo que as etapas que foram operacionalizadas neste trabalho consistem em:

Figura 2 – Esquema da metodologia



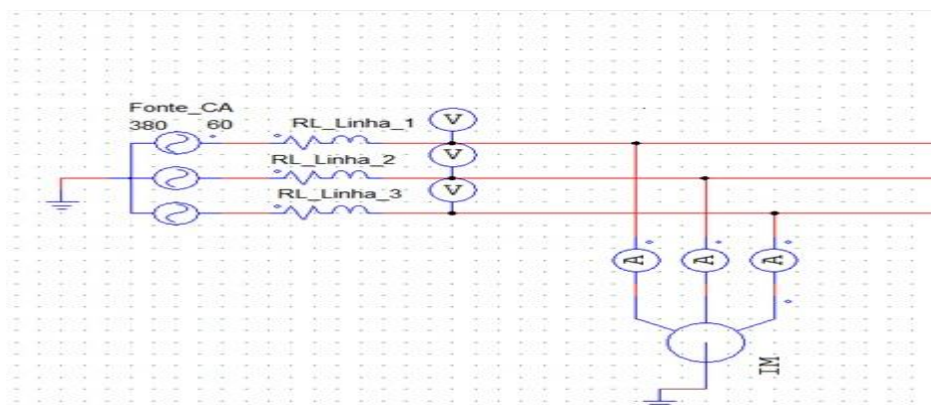
A primeira etapa consiste em uma pesquisa bibliográfica, afim de que os dados teóricos sirvam como suporte aos conhecimentos científicos sobre as cargas não lineares. Em sequência, foi desenvolvida uma simulação computacional com o emprego do *software* PSIM. Por fim, a terceira etapa busca analisar o surgimento do conteúdo harmônico na inserção da carga não linear no sistema e realizando discussões pertinentes aos resultados obtidos.

3 Resultados e Discussão

3.1 Sistema trifásico com carga linear

O primeiro cenário proposto trata-se de um sistema trifásico com carga linear totalmente balanceado entre as fases. A tensão e a corrente será medida quando a carga principal estará ligada ao circuito trifásico, não apresentando desta forma, distorções. O circuito é mostrado na figura 2, tendo como carga principal um motor trifásico de indução.

Figura 3 - Circuito trifásico balanceado



Para os gráficos apresentados durante a simulação, os valores de tensão serão tomados logo após a impedância de entrada da linha e os valores de corrente,

serão medidos na entrada da carga principal. Para esses critérios, as formas de onda serão lineares, conforme evidencia as figuras 3 e 4.

Figura 4 - Forma de onda da tensão puramente senoidal

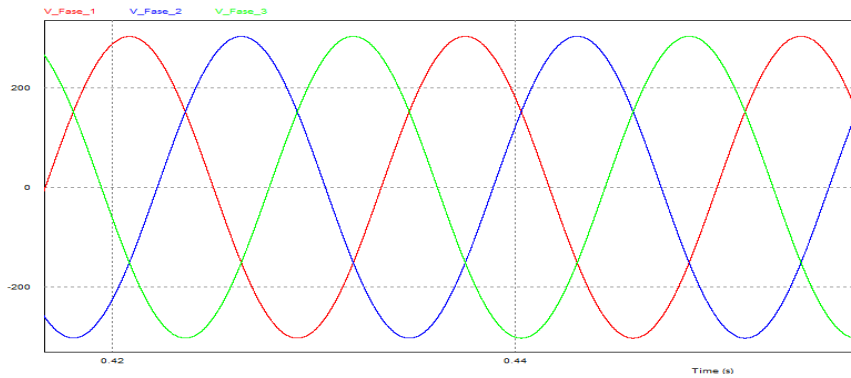
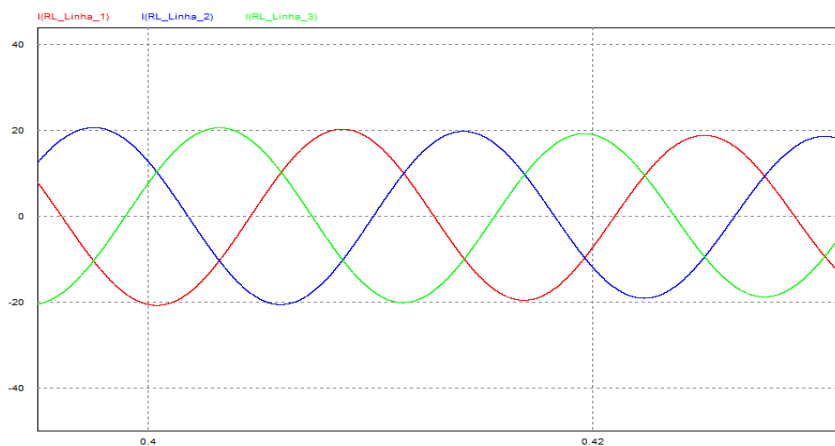


Figura 5 - Forma de onda da corrente puramente senoidal



Para o comportamento harmônico da tensão e corrente, quando somente a carga principal está acoplada ao circuito, é possível observar que somente a fundamental está presente no sistema, como demonstra as figuras 5 e 6.

Figura 6 - Harmônicas da tensão do Circuito Balanceado

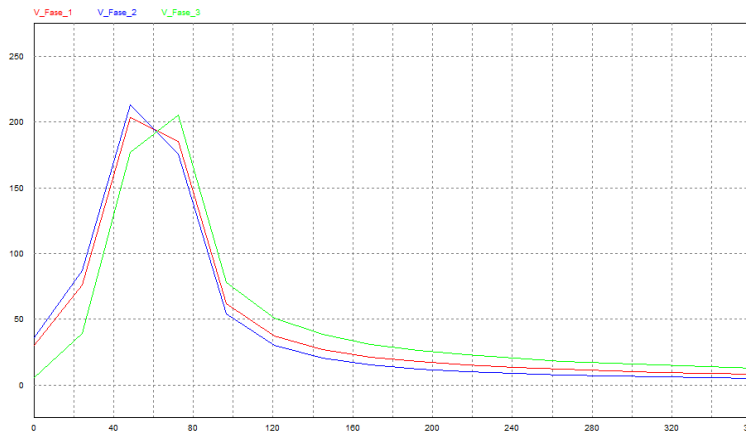
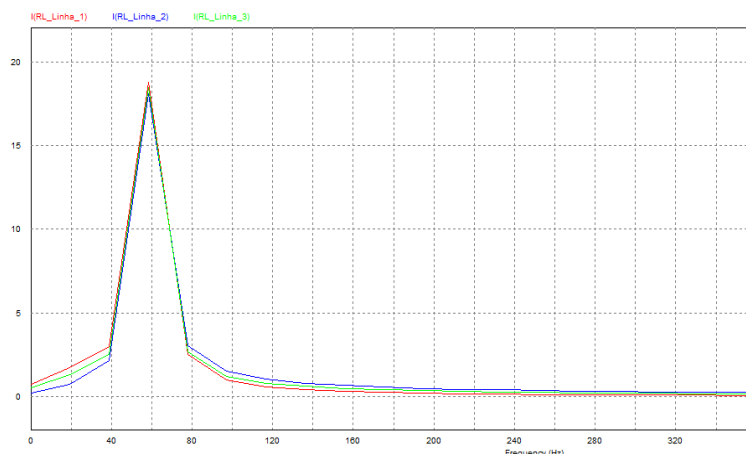


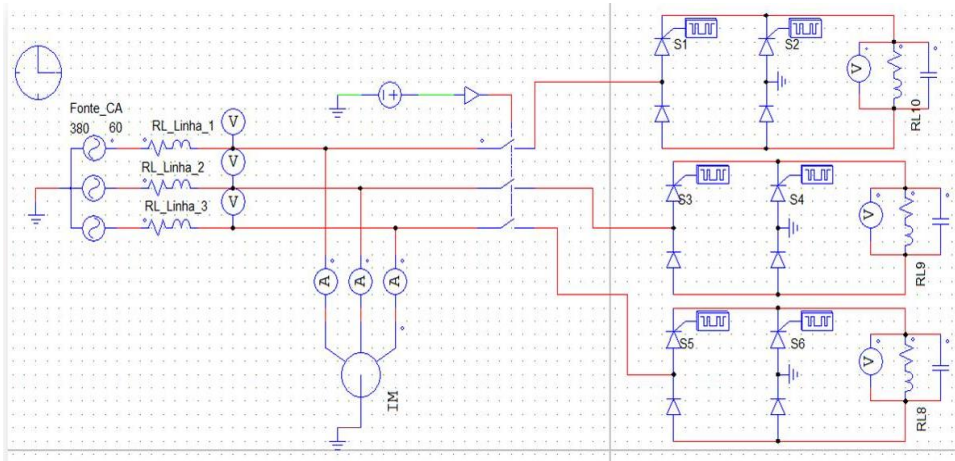
Figura 7 - Harmônicas da corrente do Circuito Balanceado



3.2 Sistema monofásico semi-controlado

Nesse caso, três cargas monofásicas semi-controladas de pesos diferentes são acopladas ao circuito trifásico anterior, verificado na figura 7. As chaves acionam no tempo 0.5 s após o início da simulação. Para o controle de cada carga monofásica optou-se pelo uso de tiristores, pois a sua utilização proporciona o controle da carga em relação à senoide, apresentando assim a não linearidade do sistema, provocado pelo alto desbalanço entre as fases.

Figura 8 - Circuito monofásico semi-controlado



As formas de ondas da tensão e da corrente resultaram em perturbações, devido à inserção das cargas não lineares aplicadas a carga principal, como analisado nas figuras 8 e 9.

Figura 9 - Forma de onda da tensão na carga monofásica

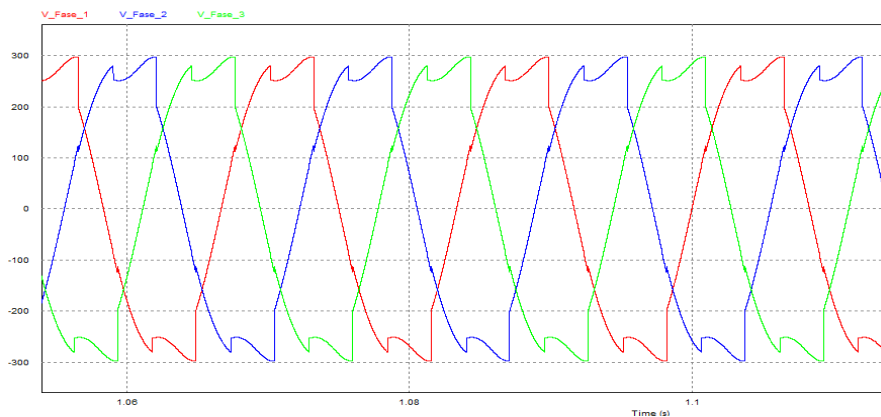
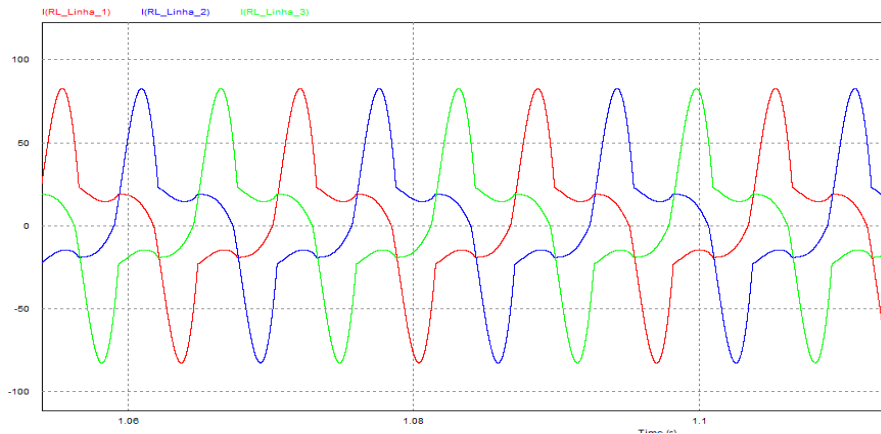


Figura 10 - Forma de onda da corrente na carga monofásica



Os espectros harmônicos referentes às ondas de tensão e de corrente foram ainda mais afetados (figuras 10 e 11) quando comparado ao exemplo 3.1, apresentando à harmônica fundamental em 60 Hz, harmônica de 3º ordem em 180 Hz e a harmônica de 5º ordem em 300 Hz, resultando em um circuito bastante desbalanceado. A harmônica mais prejudicial ao sistema é a de ordem 3º, devido a maior proximidade da frequência fundamental.

Figura 11 - Comportamento harmônico da tensão utilizando cargas monofásicas

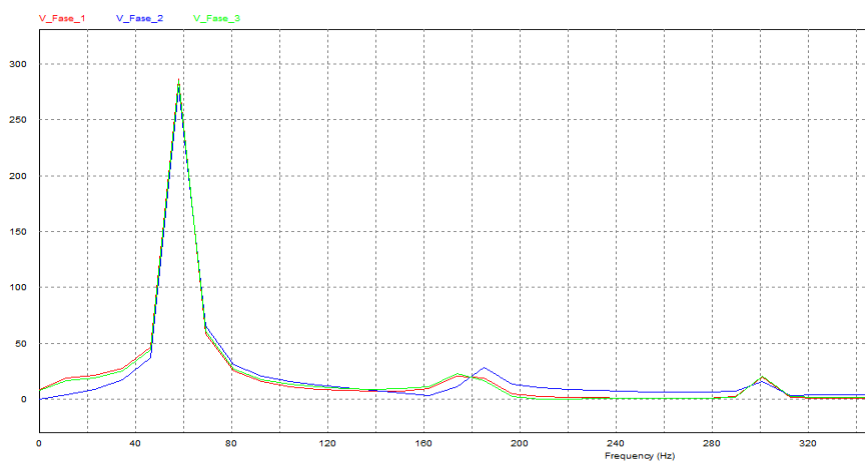
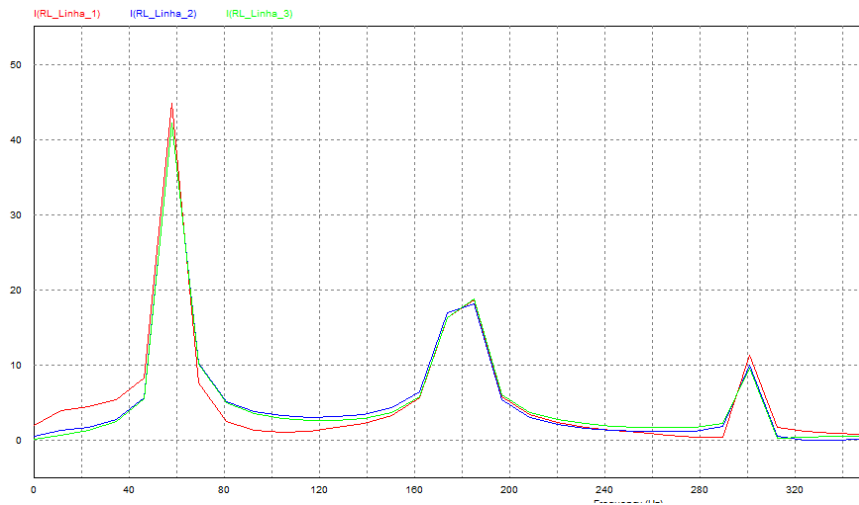


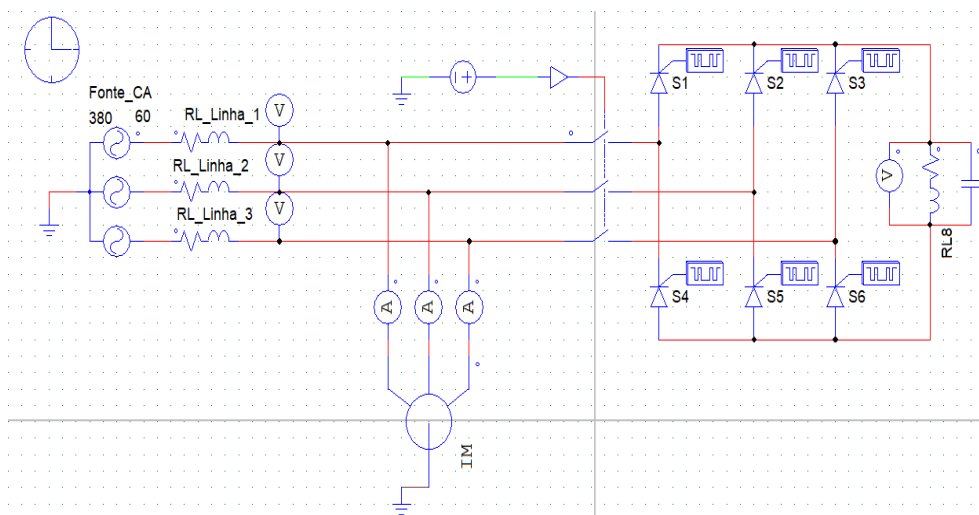
Figura 12 - Comportamento harmônico da corrente utilizando cargas monofásicas



3.3 Sistema trifásico com ponte de Graetz

Nesse item, será adicionada ao sistema uma ponte retificadora de seis pulsos (figura 12), também conhecida como ponte de Graetz. Para o controle da carga optou-se pelo uso de tiristores, com ângulos forçando a distorção que por sinal, acaba piorando o funcionamento da carga principal.

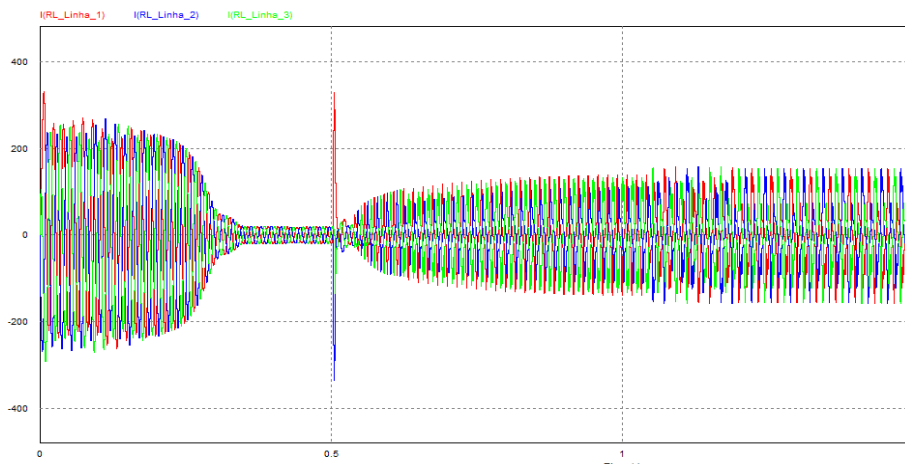
Figura 13 - Circuito seis pulsos controlado



A simulação foi programada para que o motor partisse logo no instante 0 s e em 0,5 s ocorresse a introdução da carga não linear ao sistema advindo do acionamento do retificador trifásico. O motor partiu normalmente onde se pode verificar uma alta corrente durante a partida (figura 13), que após romper a inércia

do motor foi reduzindo até atingir os valores nominais definidos pelo fabricante, e conseqüentemente, entrar em regime permanente. Quando a carga não linear é ligada, de imediato ocorre o aumento de consumo de corrente na carga principal, motivo da grande perturbação no sistema, o que acaba ocasionando aquecimento no motor.

Figura 14 - Corrente de partida na carga principal



Após o instante de 0,5 s, constatou-se que as formas de onda de tensão e corrente resultaram em um sistema totalmente desequilibrado (figuras 14 e 15), sendo possível identificar a presença da 5^ª e 7^ª harmônica, fazendo com que o motor também fosse afetado, pois a tensão de alimentação foi afetada devido à carga não linear da rede, distorcendo a forma de onda da tensão, e conseqüentemente afetando a QEE absorvida pelo motor.

Figura 15 - Forma de onda da tensão com carga de seis pulsos

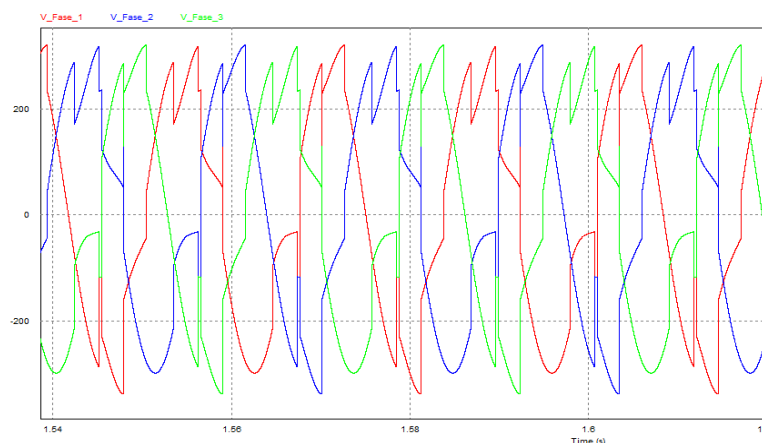
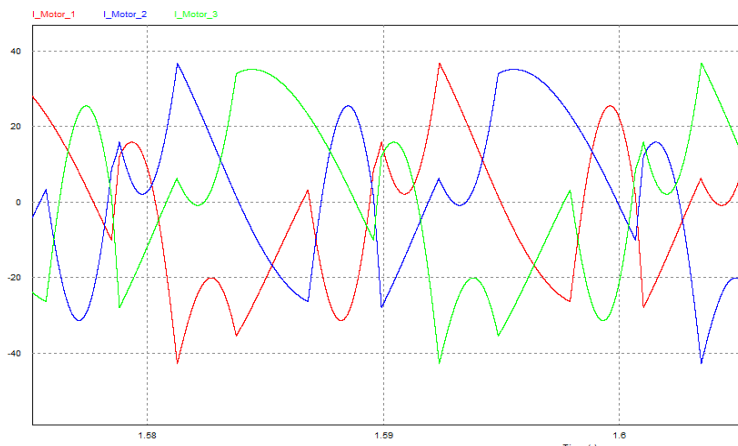


Figura 16 - Forma de onda da corrente com carga de seis pulsos



A partir da observação dos espectros harmônicos referentes às ondas de tensão e de corrente (figuras 16 e 17), é possível verificar que o conteúdo harmônico possui maior importância na corrente do circuito, causando assim uma grande perturbação no sistema de alimentação das cargas. Outro fato importante e que merece ser destacado, é que no comportamento harmônico da tensão e da corrente não é visualizada a presença da harmônica de 3º ordem, pois o retificador é composto por tiristores totalmente controlado, e nesse caso “irá apresentar a geração da quinta e sétima harmônicas respectivamente” (PROCOBRE, 2001). Nesse sentido, a harmônica mais prejudicial ao sistema fica restrita a de 5º ordem que ocorre em 300 Hz.

Figura 17 - Comportamento harmônico na tensão com carga de seis pulsos

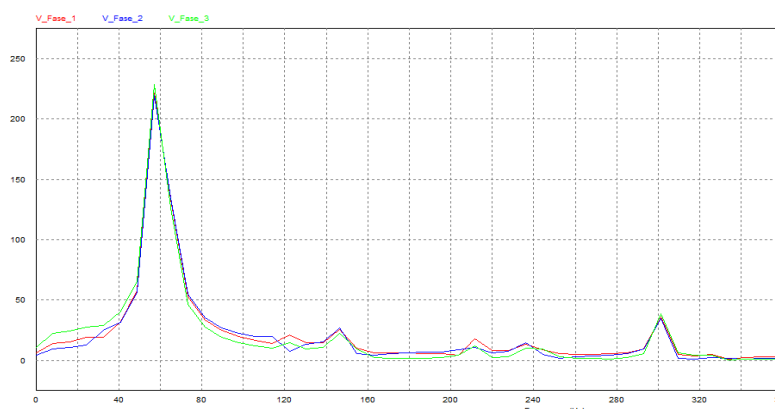
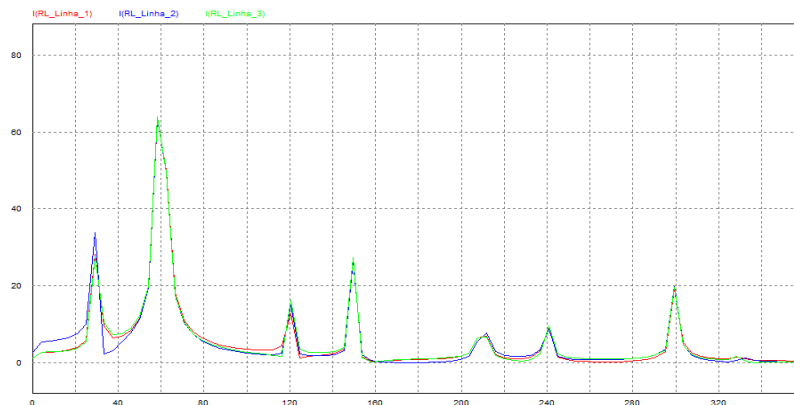


Figura 18 - Comportamento harmônico na corrente com carga de seis pulsos



4 Considerações Finais

Esta pesquisa permitiu produzir dados sobre a utilização de cargas não lineares, bem como os distúrbios que são causados na rede pelas mesmas a partir do conteúdo harmônico por ela gerado. As harmônicas são causadas por cargas ligadas aos componentes eletrônicos que são instaladas no lado dos consumidores finais. A QEE está relacionada aos parâmetros de distorção da forma de onda da tensão, na presença das cargas não lineares, trazendo consequências ao funcionamento do mesmo. Como consequência, podemos citar, as perdas pelo surgimento do efeito joule, tanto em motores como na rede, interferências nos sistemas de comunicação, redução na vida útil dos transformadores, dentre outros problemas.

REFERÊNCIAS

BALTAZAR, A. C. S. **Qualidade da energia no contexto da reestruturação do setor elétrico brasileiro**. 2007. 139f. Dissertação (Mestrado em Energia), Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

BRANCHE, M. N. **Análise da qualidade de energia em sistemas de distribuição através de medição e fluxo de carga harmônico trifásico**. 2005. 113f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica, área de Sistemas de Energia Elétrica), Universidade Federal do Pará: Belém, 2005.

CCGE. **Redes Elétricas Inteligentes: contexto nacional**. Brasília, DF. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2012.

GALHARDO, M. A. B; PINHO, J. T. Mutual influence between harmonics and nonlinear loads. *IEEE Latin America Transactions*, v.6, n.7, pp.608-617, 2008.

NDIAYE, M. S. **Modelagem de Cargas Não-Lineares por Fontes de Corrente Sincronizadas**. 2006. 130f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/COPPE): Rio de Janeiro, 2006.

PETRY, C. A. **Estabilizadores de tensão alternada para alimentação de cargas não lineares: estudo de variações topológicas e métodos de controle**. 2005. 259f. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica), Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2005.

PROCOBRE – Instituto Brasileiro do Cobre. **Harmônicas nas instalações elétricas: causas, efeitos e soluções**. São Paulo, 2001.

QUADROS, M. A. **Filtragem Passiva de Harmônicas em Instalações Elétricas**. 1999. 122f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica), Universidade Federal Santa Catarina: Florianópolis, 1999.

QUADROS, M. A. **Filtragem Passiva de Harmônicas em Instalações Elétricas**. 1999. 122f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica), Universidade Federal Santa Catarina: Florianópolis, 1999.

**ANÁLISE DA OPERAÇÃO DE SISTEMAS HVDC *BACK-TO-BACK* NO
CONTEXTO DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL
ANALYSIS OF THE OPERATION OF *BACK-TO-BACK* HVDC SYSTEMS IN
THE CONTEXT OF THE NATIONAL INTERACTIVE SYSTEM**

Diego Dos Santos Amaral⁸⁹

Carlos Renato Silva⁹⁰

Resumo: O presente artigo visa analisar a importância que a utilização dos sistemas HVDC (*High Voltage Direct Current*) *back-to-back* representam para o Sistema Interligado Nacional, tomando como exemplo as interligações de Garabi e do Rio Madeira. Nesse sentido, a utilização de elos de corrente contínua, que vem sendo feita desde a segunda metade do século passado, é uma alternativa tecnicamente eficiente para se superar a grande maioria dos desafios do setor elétrico, como a transmissão em longas distâncias e a sobrecarga dos sistemas, que futuramente poderá causar sérios danos à estabilidade dos mesmos. Através desta análise, pode-se observar que ambos os sistemas, embora possuam funções distintas, representam maneiras estratégicas para o fortalecimento dos sistemas regionais, especialmente em situações de contingência.

Palavras-chave: Transmissão. Sistemas HVDC. Operação. Estabilidade.

Abstract: This article aims to analyze the use of HVDC (Direct High Voltage) systems for the National Interconnected System, taking as an example the Garabi and Madeira River interconnections. In this sense, the use of direct current links, which has been made since the second half of the last century, is a technically efficient alternative to obtain a great majority of the challenges of the electric sector, such as the transmission over long distances and the overhead of damage to their stability. Through this analysis, it can be observed that both systems, although they have different functions, can be related to strengthen the regional systems, especially in situations of contingency.

Keywords: Tradução das palavras-chave para espanhol ou inglês. De três a cinco palavras separadas por ponto.

1 Introdução

A utilização de sistemas de transmissão em Corrente Contínua em Alta Tensão (*High Voltage Direct Current* – HVDC) e em Corrente Alternada (*Flexible AC Transmission Systems* – FACTS), de acordo com Oliveira (2009), proporciona

⁸⁹ Acadêmico do 10º Semestre do Curso de Engenharia Elétrica da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de São Luiz Gonzaga. E-mail: ds.amaral@outlook.com

⁹⁰ Mestre em Engenharia Elétrica. Especialista de Manutenção na Enel CIEN. E-mail: carlosrenato.silva@enel.com

diversos benefícios técnicos e econômicos para o setor elétrico nacional. Outro fator favorável à implantação destes sistemas é o fato destes contribuírem para um aumento na capacidade e estabilidade da transmissão, evitando que se tenha perdas de potência em sistemas altamente carregados.

A transmissão em HVDC, introduzida em território nacional através da execução do projeto Itaipu Binacional, tem se mostrado como uma solução bastante atrativa, tanto tecnicamente como economicamente. Em conformidade com Guarini (2011), o avanço em pesquisas relacionadas à sua utilização, assim como uma variedade de arranjos que podem ser feitos de acordo com a necessidade do projeto, fez com que novos empreendimentos venham utilizando a referida tecnologia em números cada vez maiores.

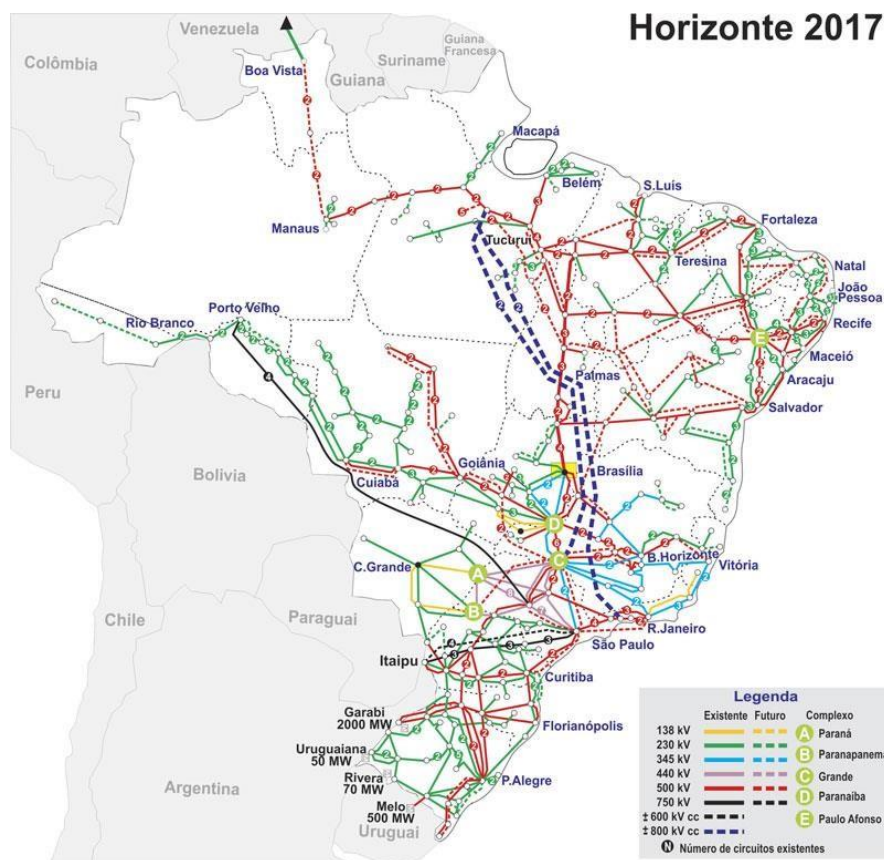
De acordo com o balanço energético nacional divulgado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética), é previsto até 2020 o aumento de 60 GW na capacidade instalada de geração no país. Este aumento se dará tanto devido à construção de novas plantas geradoras e instalação de sistemas renováveis, quanto à ampliação da capacidade dos empreendimentos já existentes. Diante deste cenário, a utilização de sistemas de transmissão que empreguem a tecnologia HVDC, além das vantagens ambientais, podem trazer inúmeros benefícios para a operação do SIN, tais como significativas melhoras no que tange à estabilidade e confiabilidade. Estabilidade, no sentido de apresentar uma condição de operação aceitável após a ocorrência de uma perturbação. Confiabilidade, no que se refere ao fornecimento ininterrupto de energia, mesmo após a perda de um elemento do sistema, sem que haja o sobrecarga de equipamentos e instalações.

A relevância do presente tema pode ser notada ao passo em que os sistemas de transmissão, em nível global, tendem a apresentar níveis de carregamento ainda maiores, necessitando da implantação de tecnologias que garantam a operação segura e alternativas eficazes quando da ocorrência de falhas. Ainda, a interligação de sistemas de transmissão é uma tendência cada vez mais suscetível de ocorrer, principalmente diante de possibilidades como o melhor aproveitamento de recursos energéticos e o planejamento da geração, que pode ser feito através da utilização de fontes que venham a resultar em menores impactos ambientais. Dessa forma, a utilização de sistemas versáteis que facilitem esses tipos de interligações, como é o caso do HVDC BtB, deve se dar em escalas ainda maiores.

2 O Sistema Interligado Nacional

Por apresentar um sistema elétrico marcado pela locação de grande parte das unidades geradoras distantes dos centros de consumo, o Brasil precisou desenvolver ao longo dos anos um sistema que, além de garantir o abastecimento energético nacional, opere de maneira estável e segura. Devido ao crescimento e expansão dos sistemas elétricos regionais, adotou-se como padrão o SIN (Sistema Interligado Nacional).

Fig. 1. Sistema Interligado Nacional



Fonte: Vasconcelos (2014)

O SIN, representado na Fig. 1, tornou-se um dos mais complexos sistemas de transmissão de energia elétrica do mundo, sendo composto, segundo o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) por cerca de 106,4 mil km de linhas de transmissão instaladas, garantindo, dessa forma, o atendimento de mais de 98% do mercado nacional. De acordo com Oliveira (2015), o SIN pode ser dividido em quatro subsistemas: O Sul, composto pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; Sudeste/Centro-oeste, formado pelos estados de Espírito Santo, Rio de

Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Distrito federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Norte, pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Tocantins, Pará e Maranhão; e o Nordeste, pelos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

De acordo com Oliveira (2015), a principal vantagem em se estabelecer um sistema interligado está na possibilidade do aproveitamento da diversidade hidrológica existente entre as regiões, podendo assim ser realizada a permuta dos excedentes de energia elétrica durante o período de chuvas em cada região. Para minimizar as perdas na transmissão, devido a fatores como as longas distâncias percorridas pelas linhas, foi implantada a transmissão em HVDC. No próximo item serão abordados os sistemas HVDC back-to-back, utilizados principalmente em conexões internacionais de sistemas elétricos.

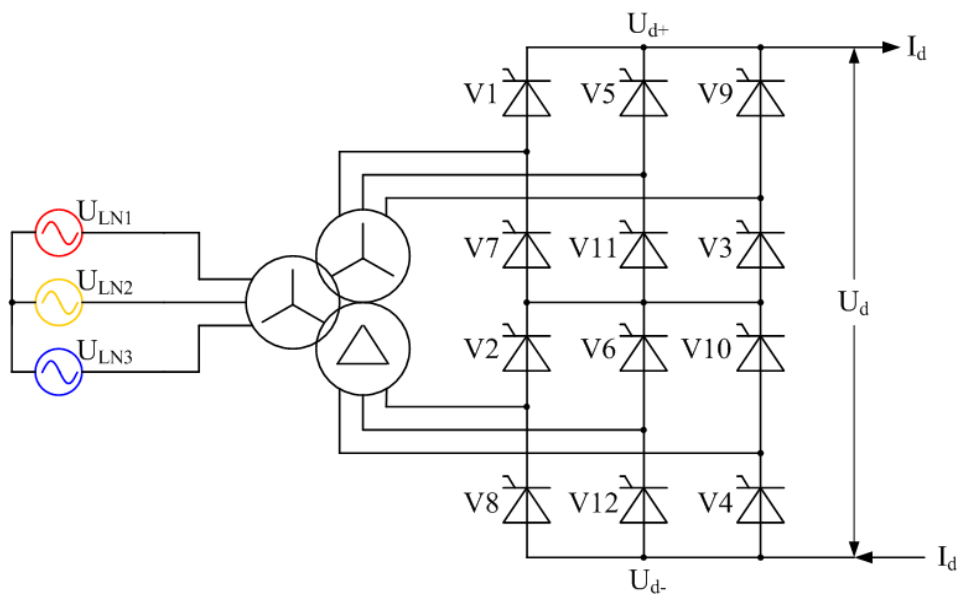
4 Sistemas HVDC *back-to-back*

Projetos desenvolvidos em território nacional, como a interligação dos sistemas elétricos brasileiro e argentino feita através do complexo Garabi e a conexão do complexo Rio Madeira à subestação coletora de Porto Velho através de dois blocos BtB, são provas de como esses sistemas vem ganhando espaço em terras nacionais.

Conversores HVDC *back-to-back* (BtB) estão sendo utilizados, desde a década de 1960, para conectar sistemas assíncronos. O mais antigo conversor de frequência, conforme Graham, Jonsson e Moni (2002), é Sakuma, no Japão, de 300 MW que foi construído com válvulas de arco de mercúrio e, posteriormente reconstruído com tiristores. A configuração BtB é caracterizada, segundo Ferreira (2017), pelo retificador que opera próximo do inversor, fazendo com que seja desnecessária a presença de uma linha CC entre estes. Conforme descrito por Sousa (2017), as estações conversoras que utilizam esta topologia empregam conversores de 12 pulsos que são obtidos a partir da associação de dois conversores de 6 pulsos arranjados em um modelo de ponte chamado Ponte de Graetz. Esta configuração pode ser observada na Fig. 4.

Fig. 4. Ponte retificadora de 12 pulsos.

Fonte: Adaptado de Matias (2015)



Conforme descrito por Kundur, Balu e Lauby (1994), “a utilização de sistemas BtB apresenta melhores resultados na medida que permite melhor utilização do transformador de conversão e aplica uma tensão reduzida sobre as válvulas quando estas não estão em processo de condução”. Em nível de projeto, este fato representa que, devido ao menor nível na tensão CC, pode ser adotada uma isolação mais básica, resultando em menor espaço físico das instalações e em estações mais compactas e com custos menores, levando a utilização de estações BtB modulares. Entre os principais benefícios deste tipo de configuração, segundo Ferreira (2017), estão a redução dos custos de construção, assim como os de operação e manutenção, além das vantagens ambientais, que acabam causando impactos menores, devido à compacidade do projeto.

Uma questão bastante discutida durante a fase de projeto de um sistema de transmissão que utiliza elos HVDC em geral, refere-se à compensação reativa. A operação dos conversores demanda um consumo bastante elevado de potência reativa, isso se deve ao fato de que a corrente injetada no retificador estar defasada em relação à tensão CA (corrente alternada) e a corrente CA no inversor estar, também, defasada em relação à tensão CA deste terminal.

Uma alternativa bastante eficaz frente a questões como a compensação reativa e falhas de comutação, em conformidade com Oliveira (2012), é a utilização dos conversores CCC (*Capacitor Commutated Converter* ou Conversor com Capacitor de Comutação). Esse sistema é caracterizado pela implantação de um banco de capacitores em série entre os transformadores conversores e as válvulas

tiristoras, de modo que os capacitores contribuam com uma adição de tensão nas válvulas, flexibilizando o ângulo de operação destas.

Conforme Oliveira (2012), “os conversores CCC apresentam duas grandes vantagens sobre os conversores HVDC convencionais: seu menor consumo de potência reativa da rede e sua maior imunidade a falhas de comutação”. Neste arranjo, pelo fato dos capacitores de comutação estarem dispostos em série, a potência reativa gerada por eles aumenta continuamente na medida em que aumenta a potência transmitida, fazendo com que a necessidade de instalação de compensação reativa em paralelo seja minimizada. Ainda de acordo com Oliveira (2015), esta ficará restrita aos filtros CA, que deverão ser instalados de acordo com o desempenho desejado na filtragem de harmônicos. Esse aspecto torna o projeto mais atrativo economicamente.

Atualmente encontram-se em operação os sistemas HVDC BtB CCC de *Rapid City* (EUA), Garabi (Brasil) e Rio Madeira (Brasil), este último com potência de 2x400 MW e tensão DC de 50 kV. Estes projetos foram motivados, segundo Matias (2015), pela melhoria na estabilidade do inversor, tornando o HVDC mais robusto em condições de sistemas AC fracos. Ainda de acordo com este, alguns fatores ainda limitam a disseminação desta tecnologia, apesar de suas vantagens técnicas, como o competitivo e otimizado mercado de sistemas HVDC clássicos, assim como a existência de um único fabricante da tecnologia CCC, além do rápido desenvolvimento dos conversores fonte de tensão. Nos próximos itens, veremos os casos de duas interligações que utilizam sistemas HVDC BtB e empregam o CCC.

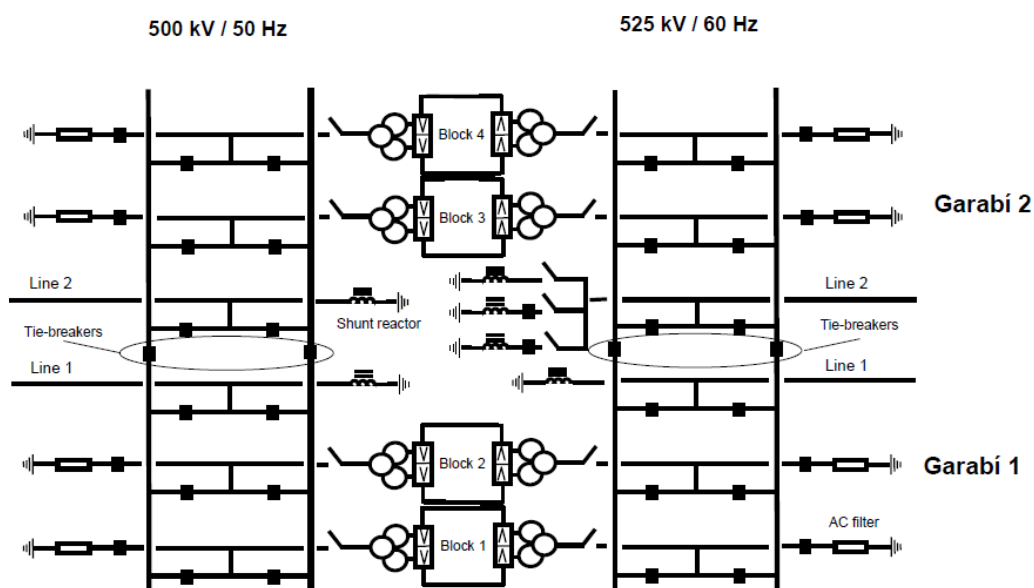
4.1 A Interligação Brasil-Argentina

Segundo Azevedo et al. (2008), a fim de facilitar o comércio de energia entre os dois países, os governos brasileiro e argentino assinaram em 1997 um acordo visando a importação de 1000 MW do mercado argentino, potência esta ampliada para 2200 MW dois anos mais tarde. Este acordo marcou o início das atividades da Endesa CIEN, grupo que mais tarde foi adquirido pela italiana ENEL, empresa que atualmente detém a concessão de operação do complexo Garabi.

O complexo Garabi, em conformidade com Feyh e Souza (2013), é formado pelas Conversoras Garabi I e II, e está localizado no município brasileiro de Garruchos, estado do Rio Grande do Sul, cerca de 5 Km distantes da fronteira do

Brasil com a Argentina, e ocupa uma área de cerca de 600 mil m². Deste, além de duas linhas de transmissão que percorrem cerca de 500 km cada, ainda fazem parte as subestações Itá (YTA - terminal das LTs de 60 Hz), Santo Ângelo (STA - seccionamento de ambas as linhas de 60 Hz) e Rincón de Santa Maria, na Argentina (RSM - terminal das LTs de 50 Hz). Na Fig. 5, tem-se representado o diagrama unifilar de Garabi.

Fig. 5. Diagrama unifilar de Garabi.



Fonte: Graham, Jonsson e Moni (2002).

Em Garabi, o sistema HVDC back-to-back é usado para conexão assíncrona entre dois sistemas CA, tanto para fins de comercialização de energia elétrica bem como garantir a estabilidade destes. A Estação Conversora é composta por 4 polos de 550 MW de potência cada, podendo atender uma faixa de potência de transmissão que varia de 55 MW a 2.200 MW.

Os transformadores possuem um enrolamento primário do tipo Y e dois enrolamentos secundários, um do tipo Y e outro do tipo Δ , gerando assim a defasagem de 30° necessária para conversores de 12 pulsos. Nos transformadores conversores a tensão é rebaixada ao nível de 52,6 kV, sendo que ao passar pelo CCC esse nível é elevado a faixa de 70 kV para dar entrada nas válvulas tiristoras. O disparo das válvulas é feito pelo TCU (*Thyristor Control Unit*) o qual é responsável por transferir um pulso óptico do sistema de controle para um pulso elétrico no gatilho do tiristor. Feita a retificação a corrente passa ainda por um filtro de

alisamento, para eliminar o *ripple*, assim está pronta para entrar no inversor, sendo que agora acontece o mesmo processo, porém no sentido inverso.

Os sistemas elétricos brasileiro e argentino são bastante grandes e, no entanto, estão conectados em pontos relativamente fracos de suas redes. De acordo com Graham, Jonsson e Moni (2002), o Sistema Integrado (SADI) da Argentina tem uma capacidade instalada de aproximadamente 23000 MW. Entretanto, a subestação Rincón de Santa Maria fica no extremo nordeste e, embora junte-se à estação geradora *Yaciretá*, ela pode ter uma capacidade de curto-circuito relativamente baixa. Isto pode variar entre 9000 e 3000 MVA, dependendo do número de geradores conectados em *Yaciretá*. Esta situação tem sido mantida inalterada entre as duas fases da interligação.

O complexo de Garabi, além de reunir uma série de tecnologias construtivas e operativas que o fazem ser referência mundial, representa a garantia do suprimento energético nacional mesmo em condições adversas, figurando como um ponto essencial para confiabilidade e estabilidade do SIN brasileiro.

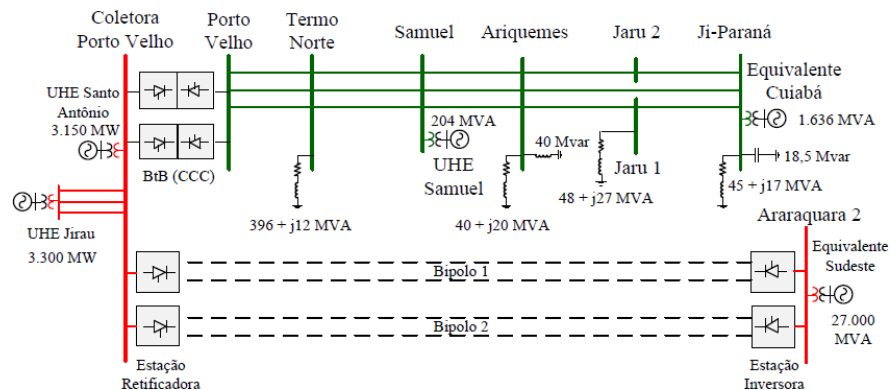
4.20 HVDC BtB do Rio Madeira

A integração dos empreendimentos hidrelétricos situados no norte brasileiro ao Sistema Interligado Nacional, de acordo com Guarini (2015), além de atrativa, mostrou-se como uma oportunidade ímpar frente à necessidade de se atender ao mercado energético nacional e perante as dificuldades encontradas, no que tange à exploração de outras fontes de energia. A demanda de energia elétrica na região norte, mostra-se muito inferior ao potencial hidráulico gerado, mesmo que se considere longos prazos e taxas elevadas de crescimento, sendo necessária a transmissão do excedente de geração, em especial para a região Sudeste do Brasil, onde se encontra o maior centro de carga nacional.

Com uma capacidade total de conversão de 7.100 MW, o Complexo Rio Madeira transporta a energia gerada nas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, situadas próximas a Porto Velho, para centros de carga locais e para o sudeste do Brasil, chegando à subestação Araraquara, no estado de São Paulo, através de duas linhas em corrente contínua de 2.350 km de extensão. Este sistema, segundo Oliveira (2015), é composto por dois elos bipolares de 3.150 MW cada, constituídos de conversores fonte de corrente de 12 pulsos com comutação

natural de linha, para transmissão de energia para o sudeste do país, além de dois blocos BtB de 400 MW cada, com estações conversoras comutadas por capacitores, para atender as cargas dos estados de Rondônia e Acre. O sistema de interligação do Rio Madeira é representado na Fig. 6.

Fig. 6. Sistema de Interligação do Rio Madeira



Fonte: Oliveira (2015)

Dessa forma, para evitar tais consequências, a solução planejada, em conformidade com Oliveira (2015), foi conectar o sistema coletor em 500 kV ao sistema local em 230 kV de suprimento aos estados do Acre e Rondônia, isolando-os através de uma ligação assíncrona constituída por uma estação conversora back-to-back, com 2 blocos de 400 MW, conforme se observa na saída do barramento em 500 kV da SE Coletora Porto Velho.

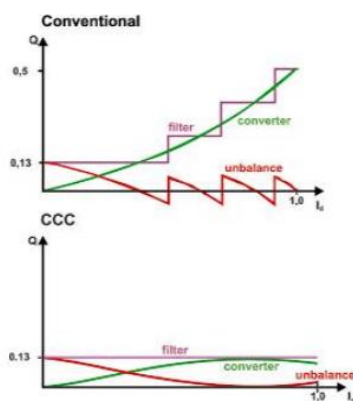
Baseado em Araújo et al. (2009), a definição de subestações coletoras, de sistemas receptores e do atendimento regional é primordial para aproveitamentos que se localizam em regiões remotas e que não possuem carga suficiente para absorver toda geração disponível. A subestação coletora está situada num ponto estratégico, onde os custos de investimentos e perdas das conexões foram minimizados (mínimo custo global) e, onde há infraestrutura e acesso a estradas, manchas urbanas, etc.

Sendo assim, o sistema BtB instalado no complexo do Rio Madeira, representa para o sistema local e para o SIN um importante ponto de conexão, garantindo boas condições de operação e fornecimento para o subsistema Norte.

A instalação do sistema BtB, de acordo com Oliveira (2015), se dá em um contexto em que, durante o planejamento da alternativa CC (corrente contínua), foi verificado que devido ao sistema de suprimento aos estados do Acre e Rondônia em

230 kV ser muito fraco (baixa relação de curto-circuito), este ficaria exposto a severas variações de tensão e de frequência em caso de variações bruscas nos dois bipolos decorrentes de falhas de comutação no lado do inversor (Araraquara) ou de curto-circuito nos sistemas CA e CC. A necessidade de compensação reativa em sistemas BtB que utilizam capacitores de comutação é bastante reduzida, como pode ser observado na Fig.7, fazendo com que não seja necessário o uso de outras formas de compensação.

Fig. 7. Condições de potência reativa para um conversor convencional típico e para um BtB com CCC



Fonte: Graham, Jonsson e Moni (2002)

4 Considerações Finais

De acordo com o exposto ao longo do presente artigo, pode-se afirmar que existe uma tendência ainda maior da utilização de conversores BtB, devido suas inúmeras vantagens operativas, tanto para interligações síncronas de sistemas elétricos, quanto para interligações assíncronas. Estas vantagens podem ser de ordem econômica, ambiental ou técnica. No atual contexto do Sistema Interligado Nacional, é de extrema importância que seja feito o controle de fluxo de energia, de forma a impedir a propagação de distúrbios graves, restringindo assim a extensão de apagões, quando da ocorrência destes. Esta capacidade de manter-se independente das redes interligadas pode ser de suma importância quando os dois sistemas têm procedimentos regulamentares diferentes, como é o caso da interligação Brasil-Argentina, além de questões técnicas, se tratando de sistemas em que os regimes de controle de frequência de carga não forem compatíveis.

Referências

ARAÚJO, E. M. A., ESMERALDO, P. C. Carvalho JR, D. S. Junior, S. V. F., Carijo, L. M. A. et al. **A Experiência do Projeto Madeira e Possíveis Aplicações nos Estudos de Integração de Grandes Usinas da Amazônia**. XX SNPTEE. Recife, 2009.

FERREIRA, M. J. R. **Estudo do Conversor Comutado a Capacitor de Doze Pulsos Aplicado a um Sistema HVDC**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Itajubá. Itajubá, Brasil, 2017.

FEYH, A. R., Souza, R. M. **SIPI - Centralização do Processo de Gestão de Intervenções na Operação da Estação Conversora Garabi**. Anais do Décimo Quinto Encontro Regional Ibero-americano do CIGRÉ. Foz do Iguaçu, 2013.

GUARINI, P. C. **Alternativas de planejamento para inserção do complexo Teles Pires no Sistema Interligado Nacional**, Dissertação de Mestrado. Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Rio de Janeiro, 2011.

GRAHAM, J., Jonsson, B., Moni, R. S. **The Garabi 2000 MW Interconnection back-to-back HVDC to connect weak AC Systems**. ABB Utilities, Suécia, 2002.

KUNDUR, P. N., LAUBY, J. M. G. **Power System Stability and Control**. McGraw-hill. Power System Engineering Series. EUA, 1994.

OLIVEIRA, A. P. L., LEMES, C. E. TIBÚRCIO, RETZMANN, D. **Transmissão de energia em extra alta tensão em corrente contínua: um caminho para o transporte de grandes quantidades de energia**. XX Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica. Grupo de Estudo de Planejamento de Sistemas Elétricos, Recife, 2009.

OLIVEIRA, J. D. A. **Avaliação da Operação do Sistema HVDC de Interligação do Complexo do Rio Madeira à Região Sul do Sistema Elétrico Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

MATIAS, E. Y. **Avaliação do desempenho dinâmico e imunidade a falhas de comutação para faltas remotas em sistemas HVDC híbridos, retificador LCC e inversor CCC, em linhas de transmissão longas**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Engenharia Elétrica e Computação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Brasil, 2015.

R. M. AZEVEDO, R.M., CAMPOS BARROS, J. G., CARVALHO, A. R., BRANDT, D., ESPÍRITO SANTO, S., et al. **Capacitor Commutated Converters (CCC) HVDC Interconnections** – Digital modeling and benchmark circuit. CIGRÉ - Grupo de Trabalho WG B4.34. Brasil, 2008.

SOUSA, P. C. S. **Uma Análise dos Esquemas de Proteção em Sistemas Elétricos de Transmissão em Corrente Contínua**. Trabalho de conclusão de

curso. Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Salvador, Brasil, 2017.

VASCONCELOS, L. A. **Metodologia para representação de sistemas de transmissão em corrente contínua *multiterminais* no problema de fluxo de potência.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

ESTUDO TÉCNICO E ECONÔMICO, DE VIABILIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DE MICRO GERADORES HIDRÁULICOS INSTALADOS NAS TUBULAÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.
TECHNICAL AND ECONOMIC STUDY, OF VIABILITY OF GENERATION OF ELECTRICAL ENERGY THROUGH MICRO HYDRAULIC GENERATORS INSTALLED IN WATER SUPPLY PIPES.

Cristiano Löbell⁹¹

Alison Fernando Marchioro⁹²

Resumo: O uso de energia renovável conquista cada dia mais espaço no cenário mundial, gerando economia e não causando impactos ambientais, no sistema de abastecimento de água, há um grande potencial hidráulico, porém toda essa potencialização gerada é dissipada através de válvulas redutoras de pressão, ocorrendo há perda de tal energia disponível, sem aproveitamento algum, possuindo componentes básicos de uma central hidrelétrica, tais como válvulas e conduto forçado, isto facilita a implantação de uma micro central. Mas para que esta energia seja aproveitada de forma apropriada, é necessário conhecer o funcionamento do sistema, não prejudicando o fornecimento de água. Sendo realizados diversos estudos neste trabalho, buscando logo um estudo de caso para indicar uma forma de melhor aproveitar o potencial energético em sistemas de abastecimento de água empregando uma BFT (bombas funcionando como turbina).

Palavras-chave: Energia renovável. Economia. Bomba funcionando como turbina.

Abstract: The use of renewable energy conquers more and more space in the world scenario, generating savings and not causing environmental impacts, in the water supply system, there is a great hydraulic potential, but all this generated potentiation is dissipated through pressure reducing valves, occurring there is loss of such available energy, without any use, having basic components of a hydroelectric power station, such as valves and forced conduit, this facilitates the implantation of a central micro. But for this energy to be harnessed properly, it is necessary to know the operation of the system, not harming the water supply. Several studies were carried out in this work, and a case study was then made to indicate a way to better exploit the energy potential in water supply systems using a BFT (turbine pumps).

Keywords: Renewable Energy. Economy. Pump running as a turbine.

1 Introdução

⁹¹ Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI extensão de São Luiz Gonzaga. E-mail: cristianolobell@hotmail.com

⁹² Docente do curso de Engenharia Elétrica na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI extensão de São Luiz Gonzaga. E-mail: alison.marchioro@hotmail.com

Diferente de outras fontes renováveis, a energia hidráulica já tem uma representação relevante na matriz energética mundial possuindo tecnologias respeitáveis, além de não poluir o meio ambiente com a emissão de gases poluentes, porém causam grandes impactos ambientais, devido ao alagamento em áreas próximo as barragens por causa de sua represa, causando perdas de terras usadas para cultivo agrícola, florestas, fauna e a retirada da população ribeirinha. (JUNIOR, 2013).

Tendo em vista os fatores econômicos e ambientais o setor energético passou a buscar novas formas para gerar energia elétrica, a geração em baixa escala foi uma das alternativas encontradas, sendo a geração próximo ao local de consumo, mais conhecido como geração distribuída ou micro geração, podendo resultar em grandes benefícios, no sistema de abastecimento de água, sendo que o desperdício desta energia está no controle de pressão nas tubulações, através de válvulas redutoras de pressão. (LIMA, 2013).

A grande vantagem da utilização de bombas funcionando como turbina é seu custo reduzido, tendo em vista o uso de uma BFT, com o objetivo de beneficiar a viabilidade econômica no implante de um micro central, no sistema de distribuição de água. (DIAS JR; LIMA; BARTONI; VIANA, 2013).

Como já possuem diversos componentes fundamentais no local, tais como tubulações e válvulas, os gastos na implantação do sistema de geração de energia nestes casos seriam amenizados, mas como normalmente é encontrado baixas potências nestes locais, o custo dos equipamentos para este tipo de geração, podem impossibilitar o projeto (MARTINAZZO, 2014).

2 Referencial teórico

2.1 Gerações distribuída

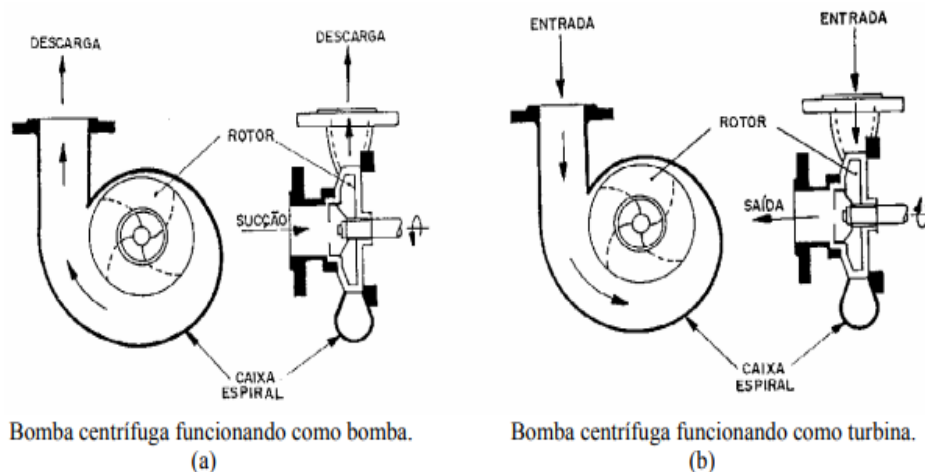
O consumidor brasileiro pode gerar sua própria energia elétrica a partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada e inclusive fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade. (Resolução normativa ANEEL nº 482/2012).

Este sistema vem sendo discutido devido às questões técnicas e ambientais, pois com o crescimento da população e o desenvolvimento econômico tendo um aumento contínuo, necessita se de uma oferta de energia cada vez maior, ou seja, a implantação de novas usinas. (LIMA, 2013).

2.2 BFT- (Bombas funcionando como turbina)

Mesmo realizando procedimentos opostos, quando comparadas nas características construtivas e hidráulicas, as bombas e turbinas assemelham-se, a figura 1 irá esboçar o trabalho de uma bomba centrífuga, apresentando uma comparação, onde será fornecido energia mecânica, para ser convertida em energia de pressão (máquina geratriz), já na turbina, ela recebera energia de pressão, convertendo assim em energia mecânica (Viana; Nogueira, 1990)

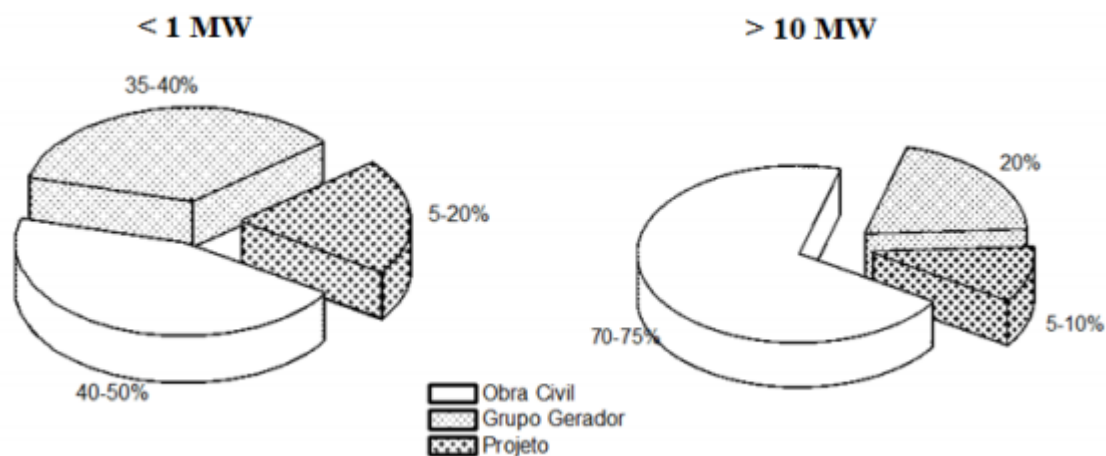
Figura1: Trabalho de uma bomba como bomba e turbina



Fonte: VIANA, NOGUEIRA, 1990.

Levando em consideração a aplicação de bombas e motores para geração em pequenos aproveitamentos, o investimento com o grupo gerador é muito mais relevante para a viabilidade do projeto, podendo chegar a 40 % do investimento total, como mostra a figura 2. (CHAPALLAZ, 1992).

Figura 2: Distribuição dos custos de investimento para centrais de pequeno e grande porte.



Fonte: (CHAPALLAZ, 1992).

A grande vantagem da utilização de bombas funcionando como turbina é seu custo reduzido, que é de 2 a 3 vezes inferior aos custos de uma turbina convencional, (RICARDO, 2007), mas este sistema possui outras vantagens além do custo reduzido:

- Maior disponibilidade de peças de reposição;
 - São simples e robustas;
 - Possuem uma ampla faixa de operação, podendo ser aplicada a diferentes tipos de aproveitamentos;
 - Rapidez no fornecimento do equipamento;
 - Instalação mais simples;
 - A bomba e o motor podem ser adquiridos em conjunto, com acoplamento direto, reduzindo as perdas na transmissão de potência através de correias, por exemplo.
- (DIAS JR; LIMA; BARTONI; VIANA, 2013).

2.3 Turbinas Francis ou de reação

Esta turbina hidráulica tem um princípio de funcionamento, onde a água vinda de um reservatório onde o nível é elevado, passa por um duto que conduzira ela até um conjunto de palhetas, transformando a energia cinética do fluxo em energia mecânica, a água que sai da turbina é conduzida por um duto até um canal inferior, e o eixo do rotor da turbina é suportado por mancais de escora e contra escora. (JUNIOR, 2013).

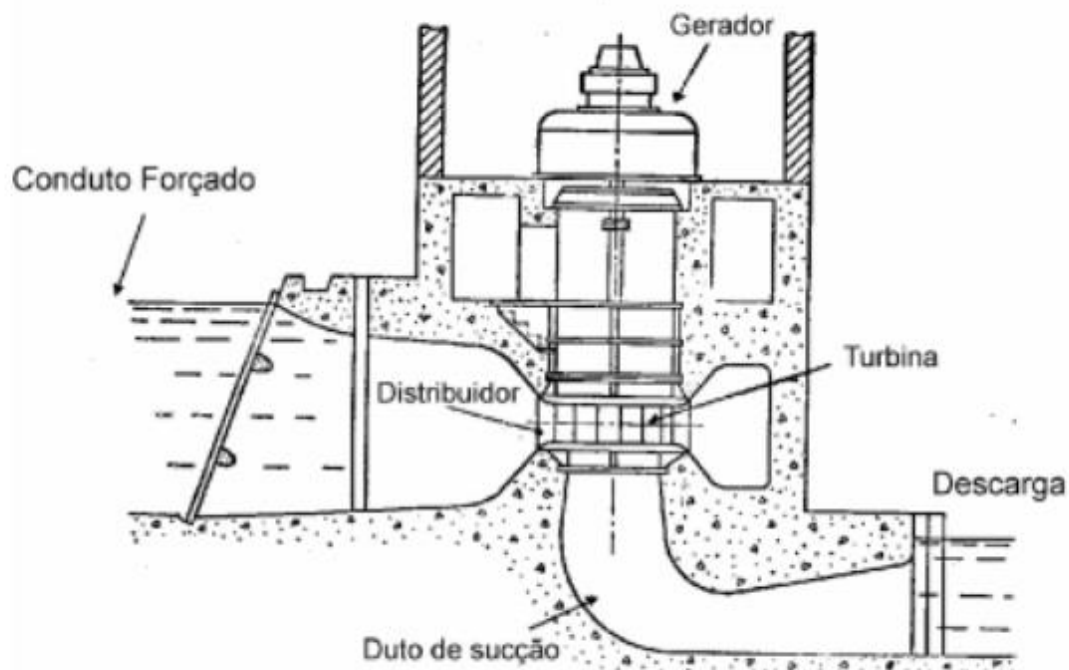
As turbinas Francis são essencialmente centrípetas e utilizam o tubo de sucção, proposto inicialmente por Jonval em 1843, para conduzir a água da saída do rotor até o poço. O tubo de sucção permite que a água escoe de

forma contínua ao invés de se descarregada livremente na atmosfera. Isso implica em um ganho na energia cinética na saída do rotor e também, num ganho do desnível topográfico entre saída do rotor e o nível da água no poço. A distribuição da água sobre as pás do rotor é feita por meio de pás diretrizes, que são controladas externamente as quais distribui simétrica e simultaneamente a água sobre as pás do rotor. (JUNIOR, 2013).

Na turbina de reação, uma parcela da queda de pressão sucede no injetor e o resto na própria turbina, portanto, a água abrange totalmente a cavidade atuante pelo rotor, ao fluir por ela, concedendo tanto a energia de pressão quanto energia cinética as pás do rotor, sendo que todas as pás da turbina estão envolvidas neste processo de transferência de energia, uma turbina de reação é mais compacta do que uma turbina de impulso com eficácia equivalente, conhecidas como turbina Francis, (COSTA, 2003).

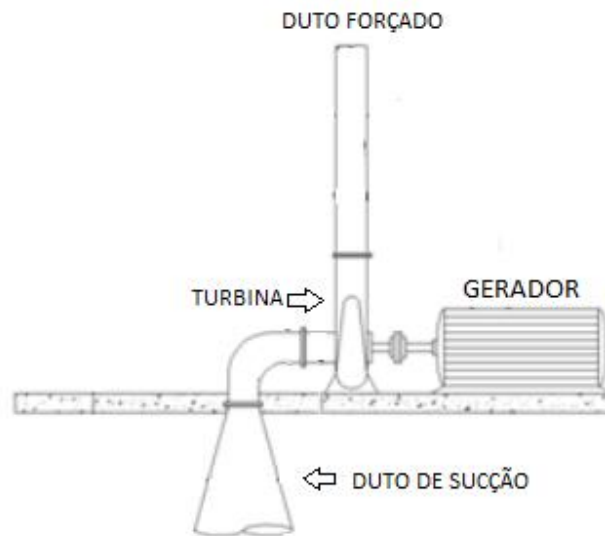
O uso da turbina Francis é bastante versátil, pois são encontradas tanto com eixo horizontal, quanto com eixo vertical, conforme mostrado nas figuras 3 e 4, os arranjos típicos deste modelo de turbina.

Figura 3: Arranjo típico de turbina Francis com eixo vertical.



Fonte: (COSTA, 2003).

Figura 4: Arranjo típico de turbina Francis com eixo horizontal.



Fonte: Adaptado de (LIMA, 2013).

2.4 Geradores de indução

As máquinas de indução, normalmente são constituídas por duas partes distintas, que estas são, o estator e o rotor.

O estator (parte fixa da máquina) é constituído por uma carcaça que suporta um núcleo, em geral de chapas magnéticas empilhadas e isoladas umas das outras, munido de cavas onde é montado um conjunto de enrolamentos.

O rotor (parte móvel da máquina) é colocado no interior do estator, tendo para o efeito, a forma de um cilindro. Tal como o estator, o rotor é constituído por um núcleo magnético. (FERREIRA, 2009).

O campo magnético girante é a base do princípio de desempenho das máquinas de corrente alternada, o campo do estator vem deslocando-se pelo rotor, e dessa forma os condutores deste sentem um campo variável no tempo, seguindo a lei da indução, acaba induzindo forças eletromotrizes nos condutores do rotor, onde estando curto-circuitados, concede a circulação de correntes rotóricas, geradas por indução, desta forma surgiu o nome de máquina de indução. (JUNIOR, 2013).

Este tipo de gerador, não precisara de recursos de sincronismo ou de controladores para operar em paralelo, pois a própria rede irá complementar o reativo necessário para o funcionamento da máquina de indução para funcionar

como gerador, assim como impor a rotação de trabalho. (LOPES; DUARTE; HOLDER; SILVA; MARTINEZ, 2008).

3 Cálculos

Para determinarmos a potência bruta e a potência líquida disponível adotamos:

$$P_{bruta} = P_{H2O} * g * Q * H$$

(1)

Onde:

P = Potência bruta em watts (W);

P_{H2O} = Massa específica água em kg/m³;

g = Aceleração da gravidade em m/s²;

Q = Vazão em volume em m³/s.

Nas usinas hidroelétricas o rendimento do conjunto (n_t), tubulação, turbina e gerador, varia de 0,76 a 0,87% (REIS, 2015, p. 81). Adotando a média destes dois valores, temos um rendimento de 0,815%.

$$P_{liq} = P_{bruta} * n_t$$

(2)

5 Considerações Finais

Este trabalho teve por objetivo caracterizar o potencial energético do sistema hídrico, desconsiderando características construtivas necessárias para a implementação prática do mesmo.

Observando o atual crescimento no qual a sociedade se encontra, a necessidade pela busca por novos meios de gerar energia elétrica para aliviar perdas ambientais e descentralizar o mercado energético está permanentemente ligada ao desenvolvimento humano.

O aproveitamento do fluxo contínuo da tubulação utilizando a energia mecânica presente para transformar em energia elétrica parece bem atraente, além disso é uma forma de gerar energia limpa sem grandes danos ambientais. Este estudo aponta que o potencial fornecido é variável, pois quanto maior for o fluxo de água melhor será o rendimento, conseqüentemente a atratividade econômica.

REFERÊNCIAS

JUNIOR, R.L.S.; **Projeto conceitual de uma turbina hidráulica a ser utilizada na usina hidrelétrica externa de henry bordem**; universidade federal do rio de janeiro, 2013.

DIAS JR, R.S.C; LIMA, G.M; BORTONI, E.C; VIANA, A.N.C; **Integração de Micro centrais Hidrelétricas Utilizando Bombas Funcionando como Turbina e Gerador de Indução**. 2013

LIMA, G.M. **Micro geração em Sistemas de Abastecimento de Água**. Universidade federal de Itajubá, Itajubá,2013.

MARTINAZZO, M; **Análise econômica da implantação e utilização de sistemas de aproveitamento de energia solar e de águas pluviais em uma residência unifamiliar**. Universidade tecnológica federal do paraná. 2014.

VIANA, A.N.C.; Nogueira, F. J. H.; **Bombas Centrífugas Funcionando como Turbinas**. EFEI. Itajubá/MG.1990.

CHAPALLAZ, J. M.; EICHENBERGER, P.; FISCHER, G.; **Manual on Pumps Used as Turbines**; MHPG Series; Vol. 11; Fired. Vieweg & Sohn Verlagsgesellschaft mbH; Germany, 1992

Resolução normativa ANEEL nº 482/2012. Acesso em 10/10/2018.

RICARDO, M. **Estudo de Grupos Moto-Bomba operando como grupos geradores, em micro centrais hidrelétricas**. 240 p., Universidade Federal de Itajubá, 2007.

COSTA, A.S.; **Turbinas hidráulicas e condutos forçados**; Laboratório de Sistemas de Potência. Universidade federal de Santa Catarina. 2003.

FERREIRA, J. F. S. B.; **Controle de Geradores de Indução Duplamente Alimentados em Turbinas Eólicas**; Universidade nova de Lisboa Faculdade de Ciências e Tecnologia; Lisboa, 2009.

LOPES, R.E.; DUARTE, F.M.; HOLDER, R.P.; SILVA, S.R.; MARTINEZ, C.B.; **O uso de BFT's acionando geradores de indução como solução de baixo custo e eficiência no que se refere a micro e mine centrais hidrelétricas**; Universidade Federal de Minas Gerais. 2008.

REIS, L.B.D; **Geração de energia elétrica**, segunda edição, editora Manole, Ltda. Barueri- são Paulo, edição digital- 2015.

**A GERAÇÃO DE TERMELÉTRICAS FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
DESAFIOS TECNOLÓGICOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL –
UM EXEMPLO *MADE IN CHINA***

**THE GENERATION OF THERMOELECTRICS AGAINST CLIMATE CHANGE:
TECHNOLOGICAL CHALLENGES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT - AN
EXAMPLE MADE IN CHINE**

Rosiel Camargo Souza⁹³

Jean Lucas Poppe⁹⁴

Resumo: O despertar do desenvolvimento econômico provoca muitas alterações sociais, como maior demanda pela energia elétrica. Essas alterações sociais estão associadas à exploração desenfreada dos recursos naturais como forma de apoio às economias emergentes. No século XXI, a energia elétrica é um produto indispensável para o desenvolvimento da humanidade. Mas, como gerar energia elétrica se os recursos hídricos são limitados? Como os países realizarão a demanda energética sem causar grandes impactos? Assim, o presente estudo tem como objetivo discutir a geração de energia a partir de termoeletricas, seus impactos no ambiente natural, exemplificando a partir de situações ocorridas na República Popular da China. São apresentadas formas alternativas para o desenvolvimento energeticamente sustentável, bem como recursos que garantam o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento local. O presente estudo permite concluir que as fontes renováveis devem ser exploradas nas áreas chinesas de maior vulnerabilidade, enquanto os líderes políticos representam peças fundamentais para a revisão do plano energético.

Palavras-chave: Conflito. Energia. Meio Ambiente. Termoeletrica.

Abstract: Arouse the economic development causes many social alterations, such as higher demand for the electricity. These social alterations are associated to the unbridled exploration of natural resources as supporting manner to rising economies. In the 21st century, the electrical power is a product indispensable to the development of the mankind. But, how generate electrical power if hydric resources are limited? How will countries perform the energetically demand without cause huge impacts. Thus, the present study aims to discuss the energy generation from thermoelectrics, its impacts on the natural environment, exemplifying from situations occurred in Popular Republic of China. Alternative ways for the development energetically sustainable are presented, as well as resources that ensure environmental

⁹³ Acadêmico de Engenharia Elétrica. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), São Luiz Gonzaga, CEP: 97800-000, São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: camargosouzarosiel@gmail.com

⁹⁴ Doutor em Biologia. Departamento de Ciências Biológicas, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), São Luiz Gonzaga, CEP: 97800-000, São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jlucaspoppe@gmail.com

equilibrium and local development. The present study allows concluding that renewable sources must be more explored in Chinese areas of higher vulnerability, while the political leaders represent fundamental pieces to the review of energetic plan.

Key words: Conflict. Energy. Environment. Thermoelectric.

1 Introdução

Os recursos hídricos são importantes para a existência de vida na Terra. É um recurso que está disponível para o desenvolvimento das mais diversas áreas econômicas, entre elas: produção de alimentos, geração de energia, consumo humano, bens de consumo e a manutenção da vida dos ecossistemas terrestres (LIMA, 2001).

A disponibilidade hídrica no mundo gira em torno de 40.000 km³/ano, porém deste montante, 10% estão contidos em rios para diversas utilizações, porém, apenas à metade desse volume está disponível para o consumo humano (SHIKLOMANOV, 1998). Em determinados lugares esse cenário ainda pode ficar mais crítico, pois, aproximadamente 3/4 da precipitação anual ocorre em menos de seis meses, gerando assim, um desequilíbrio da disponibilidade hídrica durante o restante do ano, dado este que afeta o setor energético (HOFWEGEN; SVENDSEN, 1999). Após a utilização da água, ocorre o retorno desta aos reservatórios, apresentando qualidade inferior à captação (LIMA, 2001).

Inconvenientemente, diversos países já sofrem com essa situação, devido à alta dependência dos derivados do petróleo. A China, por exemplo, com o crescimento desenfreado da população e do consumismo, necessitou que realizasse investimentos emergentes na geração de energia elétrica a partir de termelétricas, que utilizam como matéria prima o carvão e o petróleo (EPOCHTIMES, 2014). Consequentemente, a falta de planejamento humano e a exploração desenfreada resultaram na escassez de água, agravamento das mudanças climáticas e meio ambiente tornou-se profundamente acometido pelo desenvolvimento urbano e industrial, atingindo níveis alarmantes.

Desse modo, pesquisas indicam que na região norte da China, as fontes hídricas estão reduzindo, devido à intensa atividade de usinas termelétricas e indústrias farmacêuticas. À escassez de água ocorrida no ano de 2011, verificou que o norte da China foi diagnosticado como uma área vulnerável, o que é

consistente afirmar que a geração de termoelétricas nessas áreas é ameaçada pela disponibilidade limitada de água (ZHENG *et al.* 2016). A referida pesquisa analisou ainda que, mais da metade dos maiores lagos e reservatórios da China, foram contaminados para o uso humano, dado este que inclui a poluição em águas subterrâneas, correspondente a 1/3 dos recursos hídricos chineses.

Assim, a água e a produção de eletricidade estão estreitamente ligadas, ou seja, em falta de um volume de água necessário para o resfriamento de turbinas a vapor, a geração será interrompida, problema este que pode vir acompanhado da redução na produção de indústrias, as manufaturas terão seus horários de produção reduzidos, trazendo consequências econômicas. Nesse ponto, o artigo busca apresentar algumas indicações do conflito existente entre geração de energia termoelétrica e o uso múltiplo das águas, por meio de um exemplo chinês.

2 Metodologia

Foi realizada uma revisão bibliográfica em bibliotecas virtuais como *Elsevier*, *Google Acadêmico* e *Scielo*, a partir da busca pelos seguintes termos de pesquisa: “*vulnerability of thermoelectric*”, “*challenges in China*” e “poluição na China”. Fontes de imprensa nacional e internacional também foram consultadas com a finalidade em retratar a situação atual da poluição no país asiático. Sendo assim, foram considerados como critérios de análise, os artigos científicos condizentes aos impactos de usinas termoelétricas, disponibilidade de água para geração, estresse local no abastecimento de água, e as influências provocadas no clima e no meio ambiente. Além disso, são discutidas algumas tendências futuras que buscam minimizar os impactos causados por esta tradicional forma de geração de energia elétrica.

3 Resultados e Discussão

3.1 Impactos das usinas termelétricas chinesas

Pensando em ações que visam o baixo impacto ao meio ambiente, a geração termoelétrica a partir do gás natural tem sido apresentada em conjunto com as fontes renováveis em projetos de expansão, justamente para ser acionada em períodos de indisponibilidade da geração eólica e solar (TOLMASQUIM, 2016). Os

impactos deste tipo de usina termelétrica são negativos, entretanto, com a identificação das influências é possível adotar medidas de gestão ambiental voltado à minimização dos resultados negativos (SOUTO; ARAUJO, 2012).

A geração termelétrica possui efeitos negativos consideráveis, como as apresentadas pelas termelétricas movidas a carvão, principais produtoras de CO₂, e que somente na China, as usinas deste porte consomem metade do carvão do mundo (NAIME, 2014). Porém, existem indicativos positivos que tendem a diminuir os impactos, como é o caso da geração termelétrica a partir da biomassa, com explorações de uso do etanol, carvão vegetal, bagaço da cana, óleo vegetal, lenha e até mesmo a reutilização dos resíduos sólidos urbanos (PRETO *et al.* 2010). A biomassa quando manejada adequadamente apresenta nível zero de emissões, porque não emite óxidos de nitrogênio e de enxofre, enquanto que o CO₂ que é emitido na queima é absorvido no processo de fotossíntese, nesse caso apresentando vantagens ambientais inexistentes na produção termelétrica de combustíveis fósseis.

Outro impacto que merece ser destacado são as projeções de disponibilidade de água durante dez a vinte anos, em que é estudada a concorrência atual e futura (proveniente da instalação de casas e indústrias próxima à planta geradora quando esta estiver em operação). O país asiático convive com o dilema de estresse hídrico, devido à alta disputa dela utilização da água. Tal situação está relacionada com a síntese de que, uma quantidade significativa de alocação de água aumenta consideravelmente o estresse da oferta da água e acelera a concorrência entre todos os usuários da mesma (Stillwell *et al.* 2011), resultando no assoreamento de rios, principalmente na região de Guangxi, localizada no sul da China.

3.2 Conflitos envolvendo meio ambiente e energia

A demanda da água no mundo aumenta de forma acelerada, inclusive mais do que a população, devido à extravagância de uso nos hábitos de higiene, da indispensabilidade de produzir alimentos cada vez mais e também, pela industrialização (REBOUÇAS, 2001). A crise da água no século XXI, segundo pesquisas, é muito mais gerencial do que uma crise real de escassez e estresse hídrico (ZHANG *et al.* 2014). Causa impacto na sociedade, pois, os problemas ambientais agravados com outros, origina dificuldades na economia e no

desenvolvimento social (ROGERS, 2006).

O planejamento adequado para ser seguro deve ser pautado em aspectos sociais, ambientais e econômicos (BARBIERI; SILVA, 2011). Pode ser acompanhado por uma simples e eficaz metodologia: locais com qualidade inferior e escassez de água, os futuros projetos de geração de energia elétrica devem ser priorizados com investimentos em fontes alternativas que não dependem de recursos hídricos para sua produção, enquanto que nos demais casos, priorizar geração hidráulica e térmica. Mesmo assim, com essas medidas de manejo, ainda é possível ocorrer o conflito entre disponibilidade de água *versus* geração, pois existem fontes alternativas para produzir energia, entretanto, não existem alternativas a água (WORLDWATCH, 2005).

3.3 Gases tóxicos e materiais particularizados no ar

Os materiais particularizados afetam o meio ambiente, pelos efeitos decorrentes de sua disposição nas estruturas imobiliárias, no sistema respiratório de pessoas e animais, em plantas e vegetais e na ação sobre a visibilidade atmosférica. Com relação à última consequência, diariamente os aeroportos chineses acabam cancelando voos devido à intensa névoa de cinzas, fazendo com que as pessoas procurem áreas rurais em busca de um ar de melhor qualidade, conforme consta no (GLOBO, 2015). Segundo a mesma fonte, as consequências ainda assumem um papel de drama, pois os chineses estão vendo a sua expectativa de vida reduzir em 5,5 anos, e mesmo assim continuam a explorar e projetar máquinas e tecnologias que utilizam carvão, pois somente no ano de 2015, foram aprovados 155 novos empreendimentos de usinas de carvão.

A poluição do ar também está relacionada com os gases liberados na atmosfera, sendo este o maior impacto ambiental que uma usina termoelétrica pode apresentar. Os gases emitidos a natureza (nitrogênio, dióxido de enxofre, monóxido e dióxido de carbono, hidrocarbonetos e gases particulados), prejudicam a saúde, apresentando problemas respiratórios, infecções e doenças pulmonares (TUNDISE, 2008). O cenário é de preocupação ambiental, porém, em contrapartida, a tecnologia pode ser empregada com a finalidade em proporcionar soluções aos problemas existentes (Basso *et al.* 2015), enfrentados pela população no país da China.

3.4 Recursos disponíveis no enfrentamento aos problemas ambientais

A proteção de rios pode estar relacionada ao levantamento de dados detalhado das bacias hidrográficas, e classificar as mesmas em vulneráveis e não vulneráveis (ZHENG *et al.* 2016). Essas informações podem estar disponíveis em banco de dados, ou em *softwares*, com capacitação avançada no gerenciamento integrado das bacias hidrográficas, com finalidade em proporcionar um desenvolvimento sustentável para todos os setores da economia (GLEICK, 2000).

Mesmo com todas as mudanças climáticas em trânsito, os recursos tecnológicos sempre tentam dar uma resposta ao ambiente, haja vista que eco tecnologias está sendo desenvolvidas com soluções que incluem os usos de sistemas naturais intensivamente na conservação e recuperação, propiciando a redução dos custos e de poluentes (GIANNETTI *et al.* 2003). Esse princípio é norteado pela união entre Engenharia e Ecologia, pois com a execução dos recursos inovadores, a geração elétrica não será prejudicada.

3.5 Necessidade de revisão dos planos energéticos

Alguns elementos de característica técnica, econômica, cultural e principalmente política, estão diretamente relacionados na baixa popularidade das fontes de energia alternativa, necessitando assim, uma redefinição das políticas energéticas de modo a favorecer a propiciar as tecnologias limpas (KÖPP, 2017). O incentivo ao uso de combustíveis menos poluentes, nesse caso, o gás natural, pode ser uma alternativa por apresentar menos emissões e impactos positivos quando comparada ao petróleo e o carvão, além de utilizar menor espaço de instalação e maior rentabilidade (PRETO *et al.* 2010).

Ao mesmo tempo, é difícil expandir a inclusão de fontes renováveis com uso eficiente da tecnologia em prol do meio ambiente se as lideranças governamentais mantem os subsídios às fontes não renováveis ou ambientalmente perigosas. Contudo, sem a reconstrução de um sistema moral, o meio ambiente da China e, possivelmente de outros países, continuaram a sofrer o agravamento das causas ambientais.

Sendo assim, a ocorrência de grandes efeitos climáticos está em regime de alerta por diversos cientistas, políticos e instituições envolvidas no assunto. Pois, diversos desastres ecológicos e humanos nas últimas décadas, teve relação íntima

com o suprimento de energia, como é o acontecimento do rompimento das barragens na cidade de Mariana/MG (G1, 2015). Devido o aquecimento global (efeito estufa) e escassez dos recursos hídricos, a questão energética tem tomado atenção central. Atualmente, cerca de 60% da matriz energética mundial correspondem aos derivados de petróleo e carvão, embora desde a década de 80, o gás natural apresentou forte crescimento tingindo a 3ª colocação no *ranking* mundial (TOLMASQUIM, 2016). Dessa forma, a questão energética oferece motivação e alteração dos métodos tradicionais de geração de energia, e argumentos na busca incessante pelo desenvolvimento sustentável.

4 Considerações Finais

Mesmo que o ecossistema esteja bastante modificado e com manifestações contrárias da população, o governo chinês mantém a inclusão de usinas termelétricas no plano de expansão energética. A vulnerabilidade não está ligada, restritamente, a alta dependência da água no setor de geração de energia, mas, também, aos graves conflitos associados à disponibilidade limitada de água aos seres humanos, para os mais variados usos. Assim, defende-se a gestão dos recursos hídricos de forma abrangente e não, apenas, em pontos fronteiriços. A segurança energética deve prever que na presença de vulnerabilidade, fontes renováveis são as mais propícias ao desenvolvimento sustentável, visto que seus custos e tecnologias causam menos impactos que fontes não renováveis, as quais, comumente, são altamente poluidoras.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C; SILVA, D. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM, Ver. Adm. Mackenzie**. São Paulo, v.12, nº3, pp. 51-82, 2011.

BASSO, C. M; BORBA, G. S; FREIRE, K; FRANZATO, C. Organizações colaborativas como sistemas abertos: contribuições do metaprojeto para fomentar ações de inovação social. In: **5º Simpósio Brasileiro de Design Sustentável**. v.2, n.5, p.11-18, 2015.

EPOCHTIMES. **A catástrofe na China**. 2011. Disponível em: <<https://www.epochtimes.com.br/catastrofe-ambiental-china/#.WTSPc-vyIU>>. Acesso dia: 30 set. 2018.

EPOCHTIMES. **A catástrofe ambiental na China.** 2014. Disponível em: <<https://www.epochtimes.com.br/catastrofe-ambiental-china/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

GIANNETTI, B. F; ALMEIDA, C. M. V. B; BONILLA, S. H. Implementação de ecotecnologias rumo à ecologia industrial. **RAE-eletrônica.** São Paulo, v.2, nº1, pp.01-19, 2003.

G1. **Rompimento de barragem em Mariana: perguntas e respostas.** 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2015/11/rompimento-de-barragens-em-mariana-perguntas-e-respostas.html>>. Acesso em: 28 de set. 2018.

GLEICK, P. H. **The world's water. 2000-2001.** 315p. Report on Freshwater Resources. Island. Press, 2000.

GLOBO. **Poluição do ar na China atinge novos recordes e cem milhões são afetados.** 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/poluicao-do-ar-na-china-atinge-novos-recordes-cem-milhoes-sao-afetados-18368123>>. Acesso em: 30 set. 2018.

HOFWEGEN, P. V; SVENDSEN, M. **A vision of water for food and rural development.** 77p. [S.I.]. CEMAGREF; DVWK; FAO; HR Wallingford UK; ICID; ILRI; IPTRID; McGill University Canada; Wageningen Agricultural University; World Bank, 1999.

KOPP, B. C. **Fontes alternativas de energias renováveis.** 2017. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia mecânica) – Anhanguera educacional, Jaraguá do Sul, 2017.

LIMA, J. E. F. W. **Recursos hídricos no Brasil e no mundo.** 1 ed. Planaltina (DF): Embrapa Cerrados, 2001.

NAIME, R. **Sobre os impactos de usinas termelétricas.** Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2014/11/13/sobre-os-impactos-de-usinas-termelétricas-artigo-de-roberto-naime/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

REBOUÇAS, A. C. Água e desenvolvimento rural. **Estudos Avançados.** São Paulo. V.15, n.43, pp. 327-344, 2001.

ROGERS, P. P. **Water governance, water security and water sustainability.** In: ROGERS, P. P. et al. (Ed.) Water crisis: myth or reality? London: Fundación Marcelino Botín, Taylor & Francis, p.3-36, 2006.

SHIKLOMANOV, I. A. **World water resources: a new appraisal assessment for the 21^a century.** 76 p. Paris: UNESCO, 1998.

SOUTO, E. V; ARAUJO, M. E. **Mitigação dos impactos ambientais negativos gerados pela implantação da usina termelétrica de Queimados.** 2012. 58 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Ambiental) – Universidade Candido Mendes, AVM Faculdade Integrada, Rio de Janeiro, 2012.

STILLWELL, AS; CLAYTON, ME; WEBBER, ME. Technical analysis of a river basin-based model of advanced power plant cooling technologies for mitigating water management challenges. **Environ ResLett**, v.6, n.3, 2011.

TOLMASQUIM, M. T. **Energia Termelétrica: Gás Natural, Biomassa, Carvão, Nuclear.** / Maurício Tiommo Tolmasquim (coord). EPE: Rio de Janeiro, 2016.

TUNDISE, J. G. Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. **Estudos avançados.** São Paulo, v.22, n.63, pp. 7-16, 2018.

WORLDWATCH, I. **O desafio da água: a gestão da água é por definição a gestão de conflitos.** 2005. Disponível em: <<https://www.ideiasustentavel.com.br/o-desafio-da-agua/>>. Acesso em: 29 de set. 2018.

ZHANG C; ANADON LD; MO H; ZHAO Z; LIU Z. Water-carbon trade-off in China's coal power industry. **Environ Sci Technol**, v.48, n.19, pp.11082-11089, 2014.

ZHENG, X; WANG, C; CAI, W; KUMMU, M; VARIS, O. The vulnerability of thermoelectric power generation to water scarcity in China: Current status and future scenarios for power planning and climate change. **Applied Energy**, n.171, pp.444-455, 2016.

**INFLUÊNCIA ECONÔMICA DA REDUÇÃO DO CUSTO DOS HELIÓSTATOS NA
IMPLANTAÇÃO DE UMA USINA HELIOTÉRMICA NA CIDADE DE PRATA - MG
ECONOMIC INFLUENCE OF THE HELIOSTAT COST REDUCTION ON THE
DEPLOYMENT OF A HELIOTHERMIC POWER PLANT IN THE CITY OF PRATA -
MG**

Vinícius Deonei Christ⁹⁵



Resumo: A forma de geração de energia heliotérmica demonstra potencial em países com boa incidência solar direta, onde são necessários estudos e projetos para seu maior desenvolvimento. Um grande empecilho desta modalidade são os altos custos dos materiais, em virtude da sua baixa produção em escala global, tornando o processo de produção predominantemente manual. Com base em outros estudos e por meio do uso de *Softwares*, este artigo propõe uma abordagem da economia gerada, em caso de produção em grande volume dos heliostatos de uma CSP de receptor central, no montante final para a implantação de uma usina heliotérmica em um município brasileiro com índices de radiação solar favoráveis, bem como caracterizar os principais componentes desta usina.

Palavras-chave: Potência Solar Concentrada. Redução de custos. Produção de heliostatos. Renovável.

Abstract: The heliothermic generation mode shows potential in countries with good direct normal radiance, where projects and studies are necessary for further development. A huge hindrance of this modality is the material's high cost, due to its low global scale production, turning the production process mainly manual. Based in others studies and by means of *Softwares* use, the presente article proposes an approach in the economy generated, in case of high volume production of heliostats for a central receiver CSP, in the final amount for the deployment of an heliothermic power plant in a brazilian city with favorable solar radiation indication, along with the feature of the main components of this power plant.

Keywords: Concentrated Solar Power. Cost reduction. Heliostat production. Renewable

⁹⁵ Acadêmico do Curso de Engenharia Elétrica da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga/RS. Brasil. E-mail: chrvinicius@gmail.com.

1 Introdução

A matriz energética brasileira, historicamente, caracteriza-se pela imperatividade de usinas hidrelétricas, com a possibilidade de controle de geração de energia superior a um ano. Com o exaurimento dos potenciais hidráulicos mais vantajosos economicamente, e o enfoque na preocupação ambiental atualmente, a matriz energética está a sofrer uma diversificação em seu arcabouço, onde a busca por outras fontes de energia é uma realidade (CASTRO, 2015).

Uma forma de geração alternativa e sustentável, e fruto de estudo deste trabalho é a heliotérmica, conhecida mundialmente como *Concentrated Solar Power* (CSP), cuja utilização data de 1980, na calefação industrial, e a partir daí seu desenvolvimento possibilitou suprir energia para a rede elétrica (BIJARNIYA, 2016). Ela converte energia solar em energia térmica, e somente posterior a isso é convertida em energia elétrica, empregando tecnologias maduras e conhecidas, já utilizadas em usinas termelétricas. Sua singularidade está na forma e eficiência da conversão de energia solar em térmica, por meio de coletores onde são concentrados feixes solares, e após isso a transferência dessa energia concentrada a um meio de propagação e acúmulo (FILHO, 2014).

Esta modalidade energética é incipiente no mundo, com poucas plantas em operação e pesquisas recentes na área, tornando o custo dos componentes mais elevado que a modalidade fotovoltaica, por exemplo (SHAH, 2015). O custo de implantação é menos alto que outras modalidades e verifica-se isso pois o valor necessário para a compra dos helióstatos representa, em alguns casos, quase 50% do custo total de uma Planta CSP (IREA, 2013)

O presente artigo trata da diferença causada no custo de implantação de uma usina heliotérmica na cidade de Prata, Minas Gerais, quando o valor do helióstato é reduzido, mantendo-se a eficiência, com base em pesquisas recentes nesse aspecto. Será feito uso de *Softwares* específicos para fontes de energia renováveis, como o *System Advisor Model* e o *Geospatial Toolkit* para a determinação dos componentes da planta CSP.

2. Metodologia

Para o levantamento de informações acerca de usinas heliotérmicas, foram utilizadas publicações em literatura, artigos científicos e estudos já realizados no meio acadêmico. Foram priorizadas informações de caráter nacional, contudo a tecnologia utilizada é primordialmente importada, por conta da falta de investimentos nessa modalidade energética no Brasil, o que inviabiliza a produção dos materiais em solo nacional.

Na determinação do custo de geração, é importante encontrar uma região plana e com valor de terreno baixo, em meio rural, além de índices ambientais favoráveis, que tornam esse custo de geração mais barato. Subsequentemente será analisada a disponibilidade de recurso solar na região, com base em dados históricos e auxílio de *software*. Há também ferramentas de cunho econômico para a determinação do preço final do projeto, como a Taxa Interna de Retorno (TIR), que determina o tempo de retorno do investimento.

Para a comparação entre os valores da tarifa de energia elétrica (fotovoltaica e eólica), é necessária uma análise do comportamento histórico desses indicadores. É necessária pesquisa em literatura, em virtude de sua geração ser diminuta, comparada aos métodos convencionais de geração de energia elétrica.

3 Heliotérmica Torre Solar

Também conhecida como “Receptor Central”, esta é uma das formas de CSP mais recentes no mercado, com os padrões de eficiência mais avançados em relação às outras heliotérmicas, e mesmo sendo recente, já apresenta várias plantas em operação. Ela permite que temperaturas mais elevadas sejam atingidas, tornando o armazenamento mais barato, se comparado com a modalidade heliotérmica cilindro parabólica, por exemplo (TELSNIG, 2013).

Os refletores utilizados são chamados de helióstatos, e eles refletem a radiação solar, direcionando a mesma para um receptor em uma torre, onde há fluido térmico. São necessários milhares de helióstatos para produção de energia em larga escala em uma CSP, e cada um precisa estar sob controle de programação para ser redirecionado ao longo do dia, conforme a variação do ângulo de radiação solar (SHAH, 2015).

Há dois tipos de HTF (*Heat Transfer Fluid*) que podem ser utilizados, vapor ou sal fundido, e cada uma possui características únicas de operação, influenciando

no projeto de uma CSP. A escolha por torre de resfriamento para vapor, sal fundido ou híbrido influencia na eficiência do ciclo, na quantidade de água utilizada na planta e no custo da energia final (NREL, 2018).

Em CSP de torre solar que utilizam vapor de água, o receptor da torre é similar a uma caldeira. A água proveniente do “*Power Block*” passa por evaporação e superaquecimento nesta caldeira, e o vapor gira uma turbina acoplada a um gerador, verifica-se aí o ciclo de Rankine, semelhante a usinas termelétricas e nucleares. Sua eficiência termodinâmica é atrativa e não precisa consumir muita eletricidade gerada (perdas) no bombeamento de fluido e redirecionamento dos helióstatos (NREL, 2017). Quando, no uso de HTF opta-se por sal fundido (mescla entre nitrato de sódio e de potássio), este se encontra a cerca de 300 °C e é bombeado de um tanque “frio” para o receptor, onde a radiação solar aquece o fluido para mais de 550 °C. Após isso vai para um local de armazenamento quente e então é bombeado para um gerador de vapor onde é submetido a pressões maiores que 100 bar e então retorna para o tanque frio, completando o ciclo. Com os valores da densidade e calor específico do sal, e a diferença de temperatura entre os reservatórios é possível obter um armazenamento de energia de até 15 horas, sem que a CSP esteja em operação (NREL, 2012).

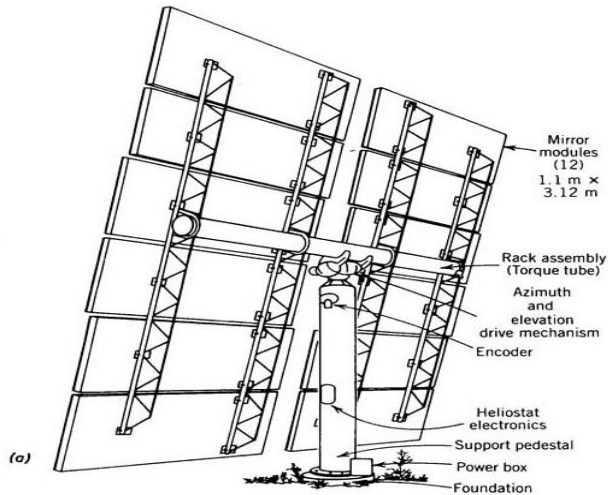
Como as CSP com receptor central operam em temperaturas mais elevadas, é possível trabalhar com armazenamento de energia, o que permite uma manobra operacional vantajosa, devido ao despacho de energia em horários ociosos (período noturno) (IRENA, 2013). A tecnologia de Torre Solar cresce rapidamente no mundo, o que ocasiona desenvolvimento de seus componentes, tornando-a mais atrativa em eficiência e no aspecto econômico (ATKEARNEY, 2010).

4 Campo de Helióstatos

O campo de helióstatos é o principal elemento responsável pelo acréscimo de custo de uma central heliotérmica, representa quase metade do valor total de implantação, de acordo com o *System Advisor Model*. Os helióstatos consistem em uma superfície plana especular, suporte dessa superfície, sistemas de rotação, e monitoramento/controlado computacional de incidência solar (BARANSI, 2012). Sua função é captar a incidência de radiação solar e refletir a mesma em direção ao

receptor na torre (IRENA, 2013). O formato básico de um heliostato pode ser verificado na Figura 1.

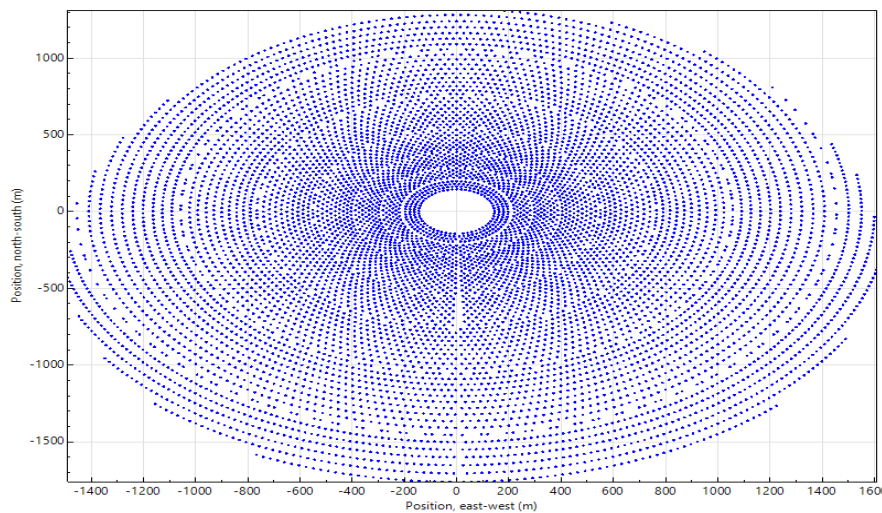
Figura 1 - Componentes de um Heliostato



FONTE: WAGNER, 2008

É importante lembrar que o heliostato está sujeito a certas perdas ópticas, como perdas por efeito cosseno e atenuação atmosférica, por exemplo, resultando em uma “imagem refletida” menor no receptor do que o total de energia solar incidente na superfície especular. O conjunto de perdas afeta o desempenho do campo de heliostatos e buscam-se maneiras de contornar tais perdas com a alteração do *design* dos mesmos (WAGNER, 2008). Para a usina em questão, verifica-se o design do campo na Figura 2 Conforme simulado no SAM.

Figura 2 - Campo de Helióstatos



FONTE: Autor

5 Torre e Receptor

A torre oferece sustentação para o receptor, e deve possuir uma altura que minimize as perdas por bloqueio e sombreamento sobre os heliostatos. O receptor se localiza no alto da torre, onde recebe a radiação refletida pelos heliostatos (IRENA, 2013).

Há dois tipos de receptores que são usados, os de cavidade e externos. O externo consiste numa superfície circular em forma de cilindro no topo da torre. O de cavidade é formado por um conjunto de painéis dispostos em uma “cavidade” no topo da torre. No estudo optou-se pelo receptor externo, pois mesmo que esteja mais exposto às intempéries naturais, é possível que haja maior eficiência térmica em virtude de sua captação em 360°, onde o receptor de cavidade permite no máximo uma captação de 120°, diminuindo sua eficácia e restringindo as opções de *layout* para o campo de heliostatos (WAGNER, 2008). A Figura 3 mostra os dois tipos de receptores.

Figura 3 - Receptor de cavidade (esquerda) e externo (direita)



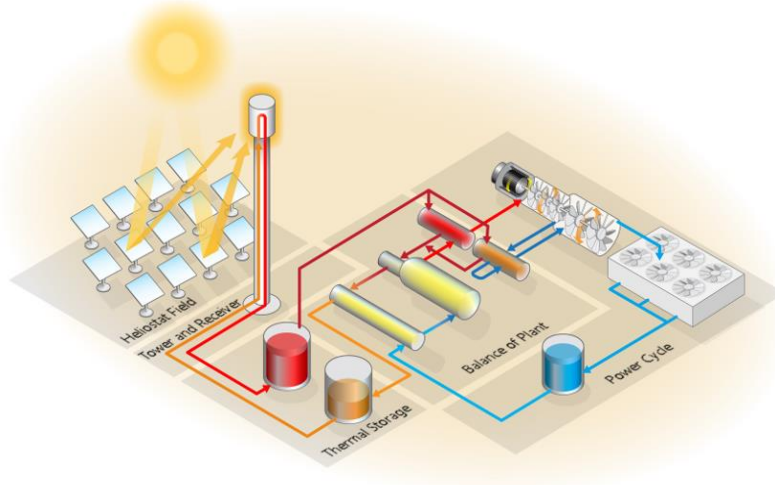
FONTE: Torresol Energy

6 Armazenamento Energético

A energia coletada pode ser armazenada para aproveitamento em momentos onde não há incidência de radiação, como em dias chuvosos ou durante a noite. Isso reduz os problemas relacionados à regulação de eletricidade e garante uma maior estabilidade para a rede elétrica, inclusive em momentos de grande demanda, como durante às 20:30 horas, onde o uso de chuveiros elétricos exige bastante energia elétrica (BERRHAZI, 2018).

O presente projeto optará por um sistema de armazenamento indireto para 10 horas, onde há reservatórios quente e frio, conforme observa-se na seção 3, e o HTF será sal fundido. Na Figura 4 está ilustrado o esquema de funcionamento da heliotérmica de torre solar em questão, conforme disposto no *software* da NREL.

Figura 4 - Funcionamento da CSP de receptor central com armazenamento energético para HTF de sal fundido proposta



FONTE: *System Advisor Model*

8 Redução de Custo dos Helióstatos

Como os helióstatos representam cerca de 50% do custo das instalações, é importante que haja maneiras de viabilizar a implantação de uma usina com redução dos valores relacionados aos equipamentos, de forma que se mantenha a qualidade da operação. Como a produção desses elementos ocorre em pequena escala, foi realizada uma previsão para a produção em massa e o quanto seria possível reduzir o custo desse modo, com base em uma produção de 100 mil helióstatos por ano.

Muito dinheiro é usado na fabricação por conta do processo manual envolvido, onde há uma relevante redução de custos no caso de emprego de robótica no corte a laser e colocação/encaixe de elementos, além da importação em larga escala de alumínio de fornecedores chineses. Com grande redução de trabalhadores envolvidos no processo de fabricação e montagem, a empresa *L'Garde Inc* estabeleceu valores aproximados para a produção de helióstatos com 100 m² de área, baseado nos custos para a fabricação de um protótipo de 6 m², resultando num valor final de \$ 111,01, quase metade dos \$ 200,00 iniciais (BUCHROITHNER, 2016)

Como o estudo é de 2016, e atualmente o valor médio é de 145,00 \$/m², há uma fórmula no mesmo artigo, que propõe um valor menor ainda, e mais provável,

que pode ser determinado (valores de custo específico e fator de correção estipulados pelo *Jet Propulsion Laboratory* da NASA) por:

$$\begin{aligned} & (\text{custo específico de } 6 \text{ m}^2) / (\text{fator de correção de } 100 \text{ m}^2) & (1) \\ & (179 \text{ \$/m}^2) / 1,85 = \mathbf{96,80 \text{ \$/m}^2} \end{aligned}$$

Com base nesse valor final é possível realizar a simulação utilizando o *System Advisor Model* e o *Geospatial Toolkit* e verificar as diferenças ocasionadas na implantação de uma CSP de Receptor Central em Prata – MG.

9 Simulação

Foram realizadas duas simulações envolvendo a implantação da usina heliotérmica, uma com o custo padrão dos helióstatos (145 \$/m²) e outra com o custo reduzido estipulado pelo estudo de (BUCHROITHNER, 2016) (96,80 \$/m²), onde os parâmetros de desempenho e componentes principais constam na TABELA 1, bem como dados geoclimáticos do município escolhido para a simulação.

Tabela 2 - Dados Gerais para a implantação

Parâmetros de desempenho para o município de Prata - MG		
Dados climáticos atuais	Radiação Direta Normal	5.45 kWh/m ² /dia
	Radiação Global Horizontal	5.65 kWh/m ² /dia
	Temperatura de Bulbo Seco	24.5 °C
Campo de helióstatos	Velocidade do Vento	1.7 m/s
	Número de helióstatos	8814
Torre e Receptor	Área do helióstato	144.375 m ²
	Altura da Torre	193.45 m
	Tipo de Receptor	Externo
	Altura do Receptor	21.60 m
	Diâmetro do Receptor	17.65 m
	Fluido de Transferência de Material	Sal (60% NaNO ₃ 40% Aço inoxidável (AISI316))
Bloco de Potência	Fator de Capacidade	44,3%
	Potência Nominal da Planta	115 MWe
	Eficiência do Ciclo	41,2%
	Pressão de Operação da	100 bar
	Modo de Despacho	Complementar
	Sistema de Resfriamento	Úmido
Armazenamento	Potência Anual Gerada	401.294.496 kWh
	TES	10 horas

	Tipo	2 reservatórios
--	------	-----------------

FONTE: Autor

Com esses dados disponíveis, e o histórico climático da cidade de Prata, utiliza-se o *System Advisor Model* para as especificações gerais, como número de helióstatos, quantidade de reservatórios, tempo de armazenamento, etc. Subsequentemente ao especificar os parâmetros de desempenho e componentes desejados, realiza-se o orçamento necessário para a implantação de tais parâmetros. Na TABELA 2 estão dispostos os valores para a construção de uma CSP com valor médio de 145 \$/m² (coluna do meio) e 96,80 \$/m² (coluna da direita) para os helióstatos.

Tabela 3 - Orçamento para implantação da CSP

MATERIAL	VALOR* (US\$)	VALOR* (US\$)
Terreno	2.096,54	2.096,54
Adequação do Terreno	3.241,08	3.241,08
Campo de Helióstatos	184.012.896,00	123.179.888,00
Torre	25.319.024,00	25.319.024,00
Receptor	85.192.128,00	85.192.128,00
Sistema de	50.242.716,00	50.242.716,00
Ciclo energético	165.600.000,00	165.600.000,00
Total + 7% de margem de	564.018.055,05	498.926.736,49
Diferença	US\$ 65.091.318,56	

FONTE: Autor

* Pesquisa realizada em 7 junho 2018, com o dólar valorizado em R\$ 3,702 de acordo com dados BVSP BOVESPA IND

Um parâmetro importante a ser considerado é o *Levelized Cost of Energy* – LCoE, que relaciona os custos de instalação, financiamento, taxas, custos operacionais, geração de energia, depreciação, entre outros fatores, para definir um valor final do custo da energia elétrica ao consumidor. Isso permite uma comparação entre as modalidades de geração, onde atualmente os meios convencionais possuem um LCoE menor que os renováveis (DA SILVA, 2017).

Na simulação realizada, há o LCoE nominal, representado pelos valores monetários atuais, sendo mais recomendado para análises a curto prazo, e há também o LCoE real, utilizado para análises a longo prazo no valor da energia. O LCoE nominal teve o valor de 21.35 ¢/kWh e o LCoE real valendo 16.80 ¢/kWh, um

valor próximo ao da modalidade eólica, que é de 17.40 ¢/kWh ou 7.1 ¢/kWh da fotovoltaica (DA SILVA, 2017). Na simulação com custo reduzido, o LCoE nominal teve o valor de 19.47 ¢/kWh e o LCoE real valendo 15.31 ¢/kWh.

Na TABELA 3 estão dispostos os parâmetros financeiros simulados para a planta CSP com armazenamento térmico, onde valores como a Taxa Interna de Retorno são definidos com base nas especificações do investidor, foi escolhido o valor padrão no SAM, com base em estatísticas coletadas pela NREL.

Tabela 4 - Parametrização do modelo financeiro

Parâmetros financeiros e de custo		Simul. 1	Simul. 2
Custo dos componentes	Campo de	145 US\$/m ²	96,80 US\$/m ²
	Bloco de Potência	1.100,00 US\$/kWe	1.100,00
	Armazenamento	24,00 US\$/kWh	24,00 US\$/kWh
	Contingência	7%	7%
	Custo Instalado Total	6.601,63 US\$/kW	6.068,31 US\$/kW
Parâmetros financeiros	TIR mínima	11%	11%
	Prazo de	18 anos	17 anos
	Taxa de Juros	7%	7%
	Período de Análise	25 anos	25 anos
	Tributos	35%	35%
	Seguro	0.5%	0.5%
	Valor Residual	0%	0%
	Inflação	2.5% a.a.	2.5% a.a.
	Taxa Real de Depreciação	5.5% a.a.	5.5% a.a.
	Linear 20 anos	Linear 20 anos	

FONTE: Autor

10 Considerações Finais

Com base nos estudos de (BUCHROITHNER, 2016) é evidente uma redução significativa de custo na implantação de uma CSP de Receptor Central na cidade de Prata – MG, apenas com métodos para reduzir o custo na produção dos helióstatos, com foco para a linha de montagem. É válido considerar que na época em que foi realizado o estudo para tal redução de preço (2016), o valor por área dos helióstatos era de 200 US\$/m², e atualmente é 145 US\$/m², levando a crer que o valor de 96,80 US\$/m² pode ser diminuído ainda mais.

Os custos na simulação não envolveram tributação alfandegária, pois muito material teria que ser importado caso uma empresa detentora da tecnologia necessária se instalasse no município em questão ou próximo. A real intenção é

verificar o que as alterações de preço dos helióstatos ocasionam nos valores finais, em uma região de características ambientais favoráveis, se comparada às que já possuem CSPs instaladas. Com valores de energia “desvantajosos” em comparação aos de fontes de energia já instalados no Brasil, é necessária experimentação dos métodos renováveis de geração de energia e não apenas considerar a viabilidade econômica de tais empreendimentos, mas principalmente levar em conta as vantagens ambientais adquiridas.

Estudos posteriores podem explorar o impacto de sanções ambientais nos custos de implantação e operação de modalidades de geração de energia e compará-los aos da heliotérmica. A redução nos custos de armazenamento também pode ser considerada, uma vez que ocupam uma grande parte da área de uma usina.

REFERÊNCIAS

ATKEARNEY; ESTELA. 2010. “Solar Thermal Electricity 2025”. Duesseldorf, Germany. Disponível em: <www.atkearney.de/documents/856314/1214532/BIP_Solar_Thermal_Electricity_2025.pdf>. Acesso em: maio 2018.

BARANSI, Katie; et al. “Synergic effect between photocatalytic degradation and adsorption processes on the removal of phenolic compounds from olive mill wastewater”. 2012. Water Research Journal. Ed 46, pg 789-798.

BERRHAZI, Samir; et al. “Optimisation and optimal geometry design for thermal energy storages in high temperature concentrating solar power”. 2018. IET Renewable Power Generation, vol 12, issue 1, pg. 125-130.

BEZERRA, Pedro Henrique; et al. “Análise estrutural de helióstatos composto por tiras de espelhos curvados e utilizando o método dos elementos finitos (FEM)”. 2015. 10º Congresso sobre Geração Distribuída e Energia no Meio Rural. Universidade de São Paulo. São Paulo.

BIJARNIYA, Jay Prakash. “Concentrated Solar Power in India: A review”. 2016. Renewable and Sustainable Energy Reviews Journal. Ed 63, pg 593-603.

BUCHROITHNER, Armin; GANAPATHI, Gani B. “Estimating Costs of Heliostat Production at High Volumes Based on a Small-Scale Prototype”. 2016. IEEE Green Energy and Systems Conference, 2016. Long Beach, CA, USA.

CASTRO, Gabriel Malta. “Avaliação do valor da energia proveniente da usinas heliotérmicas com armazenamento no âmbito do sistema interligado nacional”. 2015. 101p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, mar 2015.

DA SILVA, Leonardo Ribeiro Madeira. “Comparação dos custos de geração de energia elétrica entre tecnologias despacháveis e intermitentes no Brasil”. 2017. 47f. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial). Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.

FILHO, Cassio Mauri de Oliveira. “Metodologia para estudo de implantação de uma usina heliotérmica de receptor central no Brasil”. 2014. 100f. Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão de Curso de Engenheiro Eletricista. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ago 2014.

International Renewable Energy Agency. “Concentrating Solar Power: Technology Brief”. IEA-ETSAP and IRENA. 2013. Disponível em: <[www.irena.org/DocumentDownloads/Publications/IRENA-ETSAP Tech Brief E10 Concentrating Solar Power.pdf](http://www.irena.org/DocumentDownloads/Publications/IRENA-ETSAP_Tech_Brief_E10_Concentrating_Solar_Power.pdf)>. Acesso em: maio 2018.

Office of Energy Efficiency & Renewable Energy. “SunShot Vision Study”. SunShot. United States Department of Energy. 292p. fev 2012.

SHAH, Rakibuzzaman; et al. “Chronological risk assessment approach of distribution system with concentrated solar power plant”. 2015. IET Renewable Power Generation Journal, vol. 9, issue 6, pg. 629-637.

TELSNIG, Thomas. Et al. “Efficiency and costs of different concentrated solar power plant configurations for sites in Gauteng and the Northern Cape, South Africa”. 2013. Journal of Energy in Southern Africa. Vol. 24, n. 1. Cape Town, 2013.

TORRESOL. Torresol Energy, 2010. Disponível em: <torresolenergy.com/en/technologies/central-tower/>. Acesso em: maio 2018.

WAGNER, Michael J. “Simulation and Predictive Performance Modeling of Utility-Scale Central Receiver System Power Plants”. 2008. 259f. Tese (Mestrado em Ciências, Engenharia Mecânica). University of Wisconsin-Madison, 2008.

1.11 Meio ambiente e educação

**1.12 Ciências ambientais e estratégias de inovação para a
educação**

Avaliadores:

Jean Lucas Poppe, Daniela Bortoli Tomasi, Cinara Dal Santo Pes

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COMO PROJETO DE VIDA**Indagações sobre as expectativas de futuro****PROFESSIONAL ORIENTATION AS A LIFE PROJECT****Inquiries about expectations for the future****Sabrina Burin⁹⁶****Thiago Pinheiro Maciel⁹⁷****Lizandra Andrade Nascimento⁹⁸**

RESUMO: Ao longo das sucessivas campanhas de Vestibular da URI – São Luiz Gonzaga, as comissões de divulgação e as coordenações dos cursos técnicos e de graduação entram em contato com as direções das escolas, com professores conselheiros e orientadores educacionais, os quais demonstram preocupação com a insegurança e a indecisão revelada pelos estudantes do Ensino Médio, solicitando respaldo da Universidade para subsidiar as escolhas dos jovens no que tange ao ingresso no Ensino Superior. Assim, o Projeto Orientação Profissional – Projetos de Vida tem como objetivo promover ações diversificadas voltadas à escuta dos anseios dos estudantes, à ampliação dos conhecimentos dos mesmos a respeito dos diferentes cursos e profissões disponíveis na contemporaneidade e à orientação profissional. A metodologia adotada contempla: 1 – Contato com as Escolas e inscrição das turmas de terceiros anos do Ensino Médio no Projeto. 2 – Visita às turmas para contato inicial e coleta de dúvidas, interesses e sugestões. 3 – Ciclo de palestras com os Coordenadores dos Cursos Técnicos e de Graduação da URI – São Luiz Gonzaga. 4 – Sessões de bate-papo com bolsistas e acadêmicos dos diferentes cursos da URI-SLG. 5 – Aplicação de testes de orientação profissional. Devolução individualizada. 6 – Oficinas de orientação profissional (temas diversificados). 7 – Culminância com a exposição de trabalhos produzidos ao longo do processo. Pretendemos compreender os anseios apresentados pelos adolescentes, em um dos momentos mais significativos de suas vidas, a escolha da futura profissão. Além disso, almejamos possibilitar aos jovens ingressantes do Ensino Superior momentos de reflexão frente à vida acadêmica, e minimizar o sentimento de insegurança em relação à esta nova etapa da vida. O projeto está em andamento não apresentando resultados conclusivos até o momento. Todavia, é possível avaliar satisfatoriamente as ações realizadas até este período, tendo ótima aceitação por parte das escolas e dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Orientação Profissional. Jovens. Escolhas. Futuro.

⁹⁶ Acadêmica de Educação Física. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Bolsista de Iniciação Científica. sabrinabeburin@hotmail.com.

⁹⁷ Acadêmico de Ciências Contábeis. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Bolsista de Iniciação Científica. pinheirococa@gmail.com.

⁹⁸ Doutora em Educação. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Grupo de Pesquisa Política, Educação e Cidadania. lizandra-a-nascimento@yahoo.com.br.

ABSTRACT: Throughout the successive campaigns of Vestibular of the URI - São Luiz Gonzaga, the commissions of divulgation and the coordination of the technical and graduation courses make contact with the schools directions, with teacher counselors and educational guides. They demonstrate preoccupation with the insecurity and the indecision revealed by the students of the High School, requesting support from the University to subsidize the choices of the young people regarding the entrance in the Higher Education. Thus, the *Project Professional Orientation: Life Projects* aims to promote diversified actions aimed at listening to students' wishes, expanding their knowledge about the different courses and professions available in contemporary and professional orientation. The methodology adopted includes: 1 - Contact with the Schools and enrollment of the classes of third years of High School in the Project. 2 - Visit to the groups for initial contact and collection of doubts, interests and suggestions. 3 - Lectures cycle with the Coordinators of the Technical and Graduation Courses of the URI - São Luiz Gonzaga. 4 - Chat sessions between scholars and university students of different courses from URI-SLG. 5 - Application of professional guidance tests. Individualized return. 6 - Professional orientation workshops (diversified themes). 7 - Culmination with the exhibition of works produced throughout the process. We intend to understand the anxieties presented by adolescents, in one of the most significant moments of their lives, the choice of the future profession. In addition, we aim to make it possible for young students of Higher Education to reflect on their academic lives, and to minimize the feeling of insecurity regarding this new stage of life. In progress, the project and has not presented conclusive results so far. However, it is possible to evaluate satisfactorily the actions carried out up to this period, with great acceptance by the schools and the students.

KEYWORDS: Professional Orientation. Young. Choices. Future.

Introdução

Ao longo da operacionalização do Projeto **Orientação Profissional – Projetos de Vida** temos percebido a relevância da temática central desta proposta – a abertura de espaço de diálogo com os estudantes. O propósito de promover ações diversificadas voltadas à escuta dos anseios, à ampliação dos conhecimentos a respeito dos diferentes cursos e profissões disponíveis na contemporaneidade e à orientação profissional, tem sido atingido satisfatoriamente. A adesão das Escolas de Ensino Médio, a parceria com as direções e serviços de orientação educacional, bem como a articulação dos diferentes setores da Universidade, são fatores decisivos para o êxito das atividades executadas.

A proposta não se restringe à discussão sobre profissões e tendências de mercado. Procura-se abordar o mundo do trabalho e suas especificidades no contexto atual, o sentido da vida e a necessidade de desenvolvimento das múltiplas lateralidades humanas. Mais do que auxiliar os jovens na escolha de uma profissão, almejamos subsidiá-los em um processo de reflexão sobre sua pertença ao mundo e

sua inserção na comunidade como cidadãos, a oportunidade de *ser mais*, de superar as limitações e situações opressoras. No presente artigo, apresentamos dados referentes às ações desenvolvidas a partir das visitas às escolas, do mapeamento dos principais anseios e das percepções dos jovens a respeito da Universidade e de seus projetos para o futuro.

Metodologia

O Projeto está sendo desenvolvido nas seguintes etapas:

- 1 – Contato com as Escolas e inscrição das turmas de 3^{os} Anos do Ensino Médio no Projeto.
- 2 – Visita às turmas para contato inicial e coleta de dúvidas, interesses e sugestões.
- 3 – Ciclo de palestras com os Coordenadores dos Cursos de Graduação da URI – SLG.
- 4 – Sessões de bate-papo com bolsistas e acadêmicos dos diferentes cursos da URI-SLG.
- 5 – Aplicação de testes de orientação profissional. Devolução individualizada.
- 6 – Oficinas de orientação profissional (temas diversificados).
- 7 – Culminância com a exposição de trabalhos produzidos ao longo do processo.

Resultados

O Projeto pauta-se no objetivo primordial de oportunizar momentos de reflexão e diálogo sobre o mundo do trabalho, as exigências em termos de habilidades e competências, bem como as possibilidades de realização pessoal e profissional no cenário contemporâneo. Por isso, adotamos uma perspectiva ampla. Como referem Melo-Silva, Lassance e Soares (2004), no contexto brasileiro, a Orientação Profissional é compreendida como a ajuda para a tomada de decisão em momentos específicos, tais como: a passagem de um ciclo educativo a outro; a transição dos estudos ao mundo do trabalho; mudança de ocupação ou emprego ou preparação e adaptação para a aposentadoria.

Dentre as ações executadas, destacam-se: a busca de aprofundamento teórico sobre orientação profissional e, portanto, à medida em que desenvolvemos as ações, corroboramos a percepção de que trata-se de um tema desafiador e complexo. A grande participação das escolas demonstra que os estudantes anseiam

pela discussão desta temática. Nos diálogos com estudantes e as equipes diretivas, surgem alguns subtemas como: - o entendimento da adolescência e suas especificidades e a questão da opção por uma profissão; - a análise da realidade do mundo de trabalho contemporâneo; - a influência familiar nas escolhas dos jovens; - o papel da escola; - os desafios do mundo do trabalho.

Para Krawulski (1991), a Orientação Profissional diz respeito ao acesso a informações profissionais sobre cursos, mercado de trabalho, oportunidades, especializações, como também ao papel de auxiliar aos jovens a fazerem uma reflexão sobre a relevância do trabalho. Desse modo, a orientação profissional propicia mais do que a escolha de uma ocupação ou emprego, permite a reflexão sobre a adequação das próprias potencialidades às exigências do mercado de trabalho, bem como aos significados do exercício profissional e o espaço que este ocupa na vida dos indivíduos.

Um dos compromissos de um processo de orientação é propiciar o contato com o mercado de trabalho e com o maior número possível de profissionais, podendo conhecer, amplamente, as dificuldades, as conquistas e os desafios enfrentados no cotidiano e por consequência poderão fazer escolhas mais sensatas, baseando-se na reflexão sobre si mesmos (conhecendo suas potencialidades e limitações) e sobre as profissões (averiguando como são os cursos de formação e a realidade do mercado em cada ramo).

Mandelli, Soares e Lisboa (2011, p. 6) afirmam que:

O orientador profissional tem o compromisso social de sensibilizar os jovens para uma escolha profissional/ocupacional coerente com suas possibilidades. E, ainda, para a construção de uma identidade profissional pautada no autoconhecimento, na informação sobre o mercado de trabalho e no desenvolvimento de um posicionamento crítico e consciente a respeito de suas escolhas e de suas limitações. É necessário compreendermos a OP para além da escolha do curso universitário, posicionando-a como facilitadora de escolhas.

Orientar os estudantes envolve a responsabilidade pela escuta dos anseios dos mesmos, em primeira instância, para que se sintam acolhidos e compreendidos. A seguir, é preciso promover o autoconhecimento, de modo que os jovens reflitam sobre si mesmos e busquem a superação de possíveis limitações, percebendo-se capazes de avançar em termos de conhecimentos e de habilidades. O passo

seguinte refere-se à leitura de mundo, tal como a concebe Paulo Freire (1996), a partir da qual os indivíduos podem entender de forma crítica o contexto em que se inserem, verificando a profissão não apenas como forma de assegurar o sustento próprio e da família, mas como meio de desenvolver-se e de exercer a cidadania, contribuindo para a edificação de um mundo melhor para o coletivo.

Concordamos com a concepção de orientação profissional enquanto projeto de vida, como defendem Mandelli, Soares e Lisboa (2011, p. 8), o projeto de vida está associado a uma possibilidade de futuro, implicando um movimento através da temporalidade. Segundo as autoras, quando se trata de projeto refere-se a possibilidades de vir a ser, de "[...] identidades futuras possíveis. Todas poderiam estar expressando a inesgotável plasticidade do humano contida naquela tenra vida" (CIAMPA, 1987, p. 35).

Assim sendo, o projeto de vida constitui-se como possibilidade de mudança. Portanto, como argumenta Soares (2002, p. 76):

[...] o projeto é, ao mesmo tempo, o momento que integra em seu interior a subjetividade e a objetividade e é, também, o momento que funde, num mesmo todo, o futuro previsto e o passado recordado. Pelo projeto, se constrói para si um futuro desejado, esperado.

Conceber a orientação profissional como constituição de projeto de vida vincula-se com a integração das múltiplas dimensões humanas e com a canalização das potencialidades individuais para a realização pessoal e profissional. Nessa perspectiva, a noção de planejamento torna-se fundamental, para que os estudantes possam elaborar seus planejamentos, organizando sua trajetória e estabelecendo as principais atividades e comportamentos necessários para o alcance de objetivos e metas.

De acordo com a 32ª CRE, a área de abrangência desta Coordenadoria contempla onze municípios (Bossoroca, Caibaté, Dezesesseis de Novembro, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga e São Nicolau. Na idade esperada para o Ensino Médio, entre 15 e 17 anos, 87,38% dos jovens frequentam escolas e 55,14% estão no nível desejado. As taxas de reprovação e abandono são de 17,5% e 12,7%, respectivamente. A Rede Estadual responsabiliza-se por 97,5% das matrículas.

A preocupação com o ingresso desses estudantes no Ensino Superior é significativa e necessária. Isso porque, como comprovam os dados do relatório *Education at a Glance* (Um olhar sobre a educação), divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que analisou a situação de 35 países membros da entidade e de outras dez economias, como Brasil e Argentina, nos anos de 2014 e 2015. Segundo o referido relatório, mesmo com o custo elevado, o índice de brasileiros que chegam à universidade ainda é baixo.

A realização do projeto configura-se, também, como uma forma de incentivar os alunos a continuarem seus estudos, principalmente no que se refere à inserção no mundo do trabalho e alcance de melhores condições de vida. Conseqüentemente, ganha sentido especial a promoção da escolarização e do acesso à educação formal, buscando atender às especificidades destes alunos, valorizando sua cultura e suas experiências, articulando-as ao mundo do trabalho.

Para Freire (1987, p. 120) o importante

[...] de uma educação libertadora e não 'bancária', é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão de mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros.

O trabalho de Orientação Profissional na escola pode auxiliar no resgate da autoestima do aluno. Para Ferretti (1988, p. 15), o principal objetivo da orientação profissional seria "auxiliar o indivíduo no processo de escolha de modo que este realize opções ocupacionais adequadas". Quando se entra no mundo de como se trabalha com orientação profissional, é preciso considerar o sentido que os alunos dão às suas trajetórias pessoais, o sentido que os sujeitos constituem a respeito de cada profissão e o sentido que dão às escolhas profissionais.

Capella (2016) caracteriza o empreendedor como um ator que persegue seus interesses de maneira intencional, promovendo alterações nos arranjos institucionais. Em decorrência da ação dos empreendedores, as organizações transformam-se, aproveitando as oportunidades que surgem e adaptando-se às exigências do mundo do trabalho.

Nas visitas às escolas, dialogamos com os alunos e obtivemos dados referentes aos seus anseios, preferências e dúvidas com relação aos projetos de futuro. Nos quatro estabelecimentos visitados, entrevistamos oitenta e cinco

estudantes. Destes, 54% são do gênero feminino e 46% do gênero masculino. A faixa etária predominante é de 17 e 18 anos, havendo poucos casos de distorção idade/série, posto que verificamos apenas 8% de indivíduos na faixa dos 18 aos 27 anos e 2% na faixa acima de 27 anos. Existe a busca pelo conhecimento apesar da idade avançada, procurando a melhoria de trabalho, outros para o primeiro emprego, outros estão fazendo para aumentar o processo que trará o diploma escolar.

Segundo Freire (1989, p.72):

Alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escreve o que se entende. Implica uma auto formação da qual se pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto. Para isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, apenas ajustado pelo educador. Isto faz com que o papel do educador seja fundamentalmente diálogos com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhes os meios com que os quais possa se alfabetizar.

Em qualquer fase da vida, o ingresso à educação é um direito de todos e a certeza de que os cidadãos se tornem participativos de uma sociedade que é sua por direito, só basta adquirir o conhecimento para que agregue os direitos da população.

Sobre a relação familiar, o diálogo com os estudantes permitiu compreender o papel da mãe na formação dos indivíduos, pois ao indagarmos sobre com quem residem e com quem passam a maior parte do tempo, os respondentes indicaram a mãe na maior parte das vezes, sendo que obtivemos os seguintes escores: mãe = 45%, pai = 28%, irmãos = 16%, avós = 4%, amigos⁹⁹ = 4% e outros = 2%. Estes percentuais ampliam-se quando indagamos a quem os jovens recorrem quando vivenciam alguma dificuldade, pois 60% afirma recorrer a suas mães, 17% aos pais, 11% aos professores, 4% aos avós, 4% aos irmãos e 4% aos amigos.

⁹⁹ Alguns estudantes que residem em locais distantes da escola, dividem apartamentos com amigos ou residem em pensionatos.

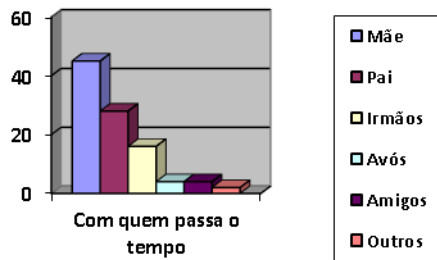


Gráfico 1: Companhias

Fonte: Equipe da pesquisa

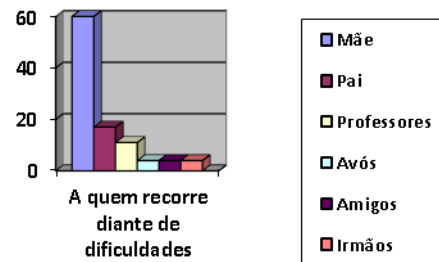


Gráfico 2: Apoio

Fonte: Equipe da pesquisa

Do mesmo modo, as mães são as primeiras indicadas quando questionamos sobre quem costumam procurar para contar novidades (48%), pedir explicações (34%), contar um problema (50%), solicitar ajuda (44%) e pedir sugestões (35%). Em segundo lugar, constam os pais, em terceiro aparecem empatados os professores e os avós, seguidos dos irmãos e, por último, os amigos. Os jovens apontam ainda os professores como principais orientadores, sendo indicados em 63% das situações.

Freire (1987, p.34) comenta que:

O educador é o que educa; os educandos, os que são educados; o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; o educador é o que pensa; os educandos, os pensados; o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados; o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos os que seguem a prescrição; o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam; o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos se acomodam a ele; o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos.

O professor possui a capacidade e o compromisso de formar sujeitos ativos e críticos e não domesticados, neste contexto é possível perceber a importância que o professor tem na vida dos seus alunos. O professor é responsável por enriquecer a vida do aluno, ele precisa observar e proporcionar aos alunos a leitura de diversos textos com assuntos diferentes e então descobrir quais são os temas que mais atraem esses leitores.

Em se tratando das atividades preferidas dos jovens, os entrevistados apontaram as seguintes: assistir TV (14%), ouvir histórias (10%), ir ao cinema ou teatro (2%), prestar pequenos serviços em casa (13%), ouvir música (25%), utilizar redes sociais ou pesquisar na Internet (15%), praticar esportes (15%) e ler (6%). O gráfico abaixo demonstra esses escores.

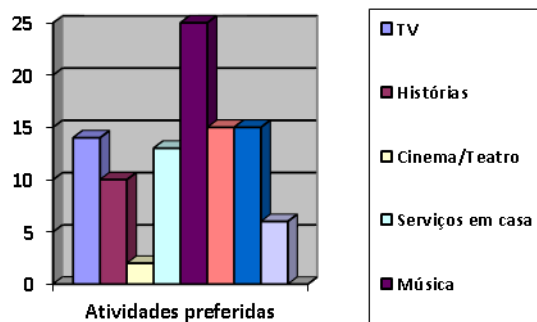


Gráfico 3: Atividades preferidas

Fonte: Equipe da pesquisa

Após conhecermos estas peculiaridades do perfil dos entrevistados, indagamos a respeito de suas preferências profissionais. Diante desta questão, obtivemos respostas bastante diversificadas, envolvendo profissões tradicionais e inovadoras, indo desde administração e agronomia até youtuber e pizzaiolo.

Quando perguntamos aos alunos sobre o apoio familiar para a escolha profissional, 90% dos respondentes afirma obter apoio em família. Ao investigarmos sobre as pessoas em que espelham-se aparece, pela primeira vez, uma inversão nas posições, sendo que pais e professores aparecem em primeiro lugar com 24%, respectivamente, seguido pela mãe com 16%, os demais influenciadores são amigos, avós e exemplos da mídia.

Sobre os principais aspectos a serem considerados na escolha da profissão, os estudantes apontam a vocação/talento (52%), mercado de trabalho/existência de vagas (16%), remuneração/melhores salários (10%), tendências atuais (6%), histórico familiar/influências de familiares (10%) e relação com hobbies ou atividades de lazer (6%).

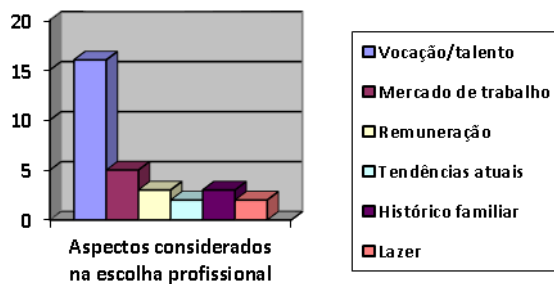


Gráfico 4: Aspectos que influenciam a escolha profissional

Fonte: Equipe da pesquisa

No que tange aos objetivos pretendidos por meio da profissão escolhida, a maioria afirma buscar realização pessoal e profissionalmente. Em segundo lugar, esperam obter sucesso financeiro. Em seguida, referem esperar relacionar lazer e profissão. Outra razão apontada é o desenvolvimento de talentos e, finalmente, atender aos conselhos e orientações de pais e demais familiares. Em se tratando das preocupações diante da escolha profissional, 50% dos estudantes considera que o principal problema é a necessidade de conciliar faculdade e trabalho, para pagar os estudos. Para 23% dos alunos o problema é o medo de não conseguir realizar-se e para 13% a dificuldade de passar no vestibular.

Ao interrogarmos o grupo sobre a pretensão de cursar Universidade, 72% dos alunos afirma que deseja formar-se em um Curso Superior, por razões como: - para formar-me e ter um bom emprego; - para se especializar; - para realizar sonhos; - para obter profissionalização; - para ter um futuro melhor; - porque o estudo é a base de melhores atitudes; - para fortalecer meu conhecimento; - para buscar capacitação; - para obter conhecimento e uma formação que levará ao trabalho.

Tais considerações demonstram que a conclusão de Ensino Médio e o ingresso na Universidade significa para os estudantes, em especial para os jovens da classe popular, a possibilidade de sonhar, de romper com as amarras da opressão e da exclusão social. Nessa perspectiva, percebemos que o suporte aos participantes do projeto relaciona-se com a vocação ao ser mais, descrita por Freire como processo de vir a ser.

Na *Pedagogia da Esperança – Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* (2011, p. 137), Paulo Freire relaciona ‘ser mais’ e ‘humanização’, salientando que o sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo. O *sonho* é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e refaz. A educação voltada ao ‘ser mais’ é aquela que oportuniza a humanização e permite aos indivíduos a superação das condições que limitam seus avanços em direção às suas possibilidades de realização.

[...] Daí que corresponda à condição dos homens como seres históricos e à sua historicidade. Daí que se identifique com eles como seres mais além de si mesmos – como “projetos” -, como seres que caminham para a frente, que olham para a frente; como seres a quem o imobilismo ameaça de morte; para quem o olhar para trás não deve ser uma forma nostálgica de querer voltar, mas um modo de melhor conhecer o que está sendo, para melhor construir o futuro. Daí que se identifique com o movimento permanente em que se acham inscritos os homens, como seres que se sabem inconclusos; movimento que é histórico e que tem o seu ponto de partida, o seu sujeito, o seu objetivo (*Ibidem*, 1987, p. 73).

Ao exercer a docência, cabe ao professor perceber-se como projeto, como vir a ser, enquanto ser humano e profissional. Desse modo, o educador movimenta-se em busca do *ser mais*, qualificando progressivamente sua participação cidadã no mundo, responsabilizando-se pelos seus destinos, paralelamente à busca do aperfeiçoamento profissional, pela formação permanente, assegurando o domínio de conteúdos, de metodologias e projetos pedagógicos, constantemente repensados a partir da reflexão sobre a prática.

A educação significa a articulação entre as dimensões do passado e do futuro, no presente. O passado vincula-se à tradição, demandando a aquisição dos elementos culturais das gerações precedentes para ‘melhor conhecer o que está sendo’. A dimensão de futuro relaciona-se com a capacidade de transformar o mundo. O educador não apresenta os conteúdos como verdades prontas e acabadas a serem simplesmente memorizadas e/ou repetidas, mas como subsídios a serem entendidos e transformados.

Ao partilhar significados comuns, pela linguagem, os indivíduos ampliam as possibilidades de entendimento, comunicação e interação. Abre-se, dessa maneira, a possibilidade da ação (intervenção no mundo, comparação, decisão, escolha,

exercício do juízo), que, por ser imprevisível, pode expressar ou contrariar o bom senso, pode contribuir para o bem ou para o mal, para promover a boniteza ou a feiura do mundo. Exatamente pela existência dessas duas possibilidades contrastantes, é que a educação necessita constituir um espaço em favor do *ser mais* e do compromisso com o mundo.

Considerações Finais

A indagação: *O que você vai ser quando crescer?* - acompanha os indivíduos ao longo da vida. E, na transição entre a adolescência e a vida adulta, a intensidade da dúvida amplia-se, envolvendo inquietações como passar no ENEM, tirar uma boa nota na redação, conseguir custear o curso de graduação, que curso / faculdade / cidade escolher, dentre outros dilemas.

Sendo assim, a orientação profissional torna-se indispensável para contribuir com os estudantes, especialmente no sentido de reduzir a ansiedade ocasionada pela complexidade das escolhas e oportunizar a compreensão da realidade atual, em que novas profissões surgem diariamente e outras tornam-se obsoletas.

No decorrer do projeto, observamos que a reflexão sobre alguns fatores são fundamentais. Dentre eles, a adequação da carreira escolhida às aptidões pessoais, ao prazer pelo ofício e à necessidade de mercado. É necessário que o indivíduo reflita sobre o que sabe fazer bem, o que gosta de fazer e o que o mundo precisa. Nesse processo, o desafio é buscar o autoconhecimento e a pesquisa de mercado. Tornou-se possível conhecer os cursos de graduação e as possibilidades de aprofundamento disponíveis e que permitem acompanhar as transformações do mundo do trabalho. Permitem, ainda, a ressignificação de saberes e competências.

Merece destaque o fato de que as escolhas não são definitivas, reduzindo a insegurança e a ansiedade. E também a dimensão do sonho, pois é necessário recuperar a capacidade de sonhar e de investir nesses propósitos de vida. Por fim, é preciso reforçar o trabalho em conjunto com as equipes diretivas, em especial, com as orientadoras educacionais das escolas, ampliando os espaços de reflexão sobre o tema, no contexto das instituições. Além disso, observamos a necessidade de envolver as famílias nas reflexões. Isso porque, em geral, os jovens sentem-se pressionados por seus progenitores diante da escolha profissional.

Desse modo, salientamos que é primordial promover o autoconhecimento, de forma que os estudantes analisem suas próprias competências, fragilidades e tendências, aprendendo a buscar o aperfeiçoamento constante, bem como, ampliar as informações sobre o mundo do trabalho, a fim de que os participantes conheçam as especificidades e as exigências atuais, articulando a adequação ao mercado com seus sonhos e anseios, o que é decisivo para a realização e para o *ser mais*.

Referências

CAPELLA, Ana C. N. (2016). *Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas*. Cad. EBAPE.BR, v. 14, Edição Especial, Artigo 5, Rio de Janeiro, Jul. 2016.

CIAMPA, A. **A estória do Severino e a História da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERRETTI, C. **Uma nova proposta de orientação profissional**. São Paulo: Cortez, 1988.

FREIRE, Paulo. (1987). **Pedagogia do Oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____, **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____, **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LISBOA, M. D. (1995). **Orientação Vocacional/Ocupacional: projeto profissional e compromisso com o eixo social**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

LISBOA, M. D. & WELTER, G. M. R. (2009). Perspectivas da educação e do trabalho no Brasil. Política Democrática - **Revista de Política e Cultura**, (23), 131-138.

MELO-SILVA, Lucy. LASSANCE, Maria Célia Pacheco. SOARES, Dulce Helena. (2004). **A Orientação Profissional no Contexto da Educação e Trabalho**. Rev. bras. orientac. prof v.5 n.2 São Paulo.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE LÍDERES:**Contribuições de Paulo Freire para Pensar a Liderança****EDUCACIÓN Y FORMACIÓN DE LÍDERES:****Contribuciones de Paulo Freire para Pensar el Liderazgo**Yasmim Burin¹⁰⁰Sabrina Burin¹⁰¹Lizandra Andrade Nascimento¹⁰²

RESUMO: O presente artigo aborda o papel da educação na formação de líderes, com base nas concepções freirianas. O objetivo principal do estudo é destacar a relevância do processo educacional, enquanto possibilidade de superação das condições de opressão e vivência da vocação do *ser mais*. Sendo assim, a noção de liderança que nos interessa é aquela que pensa o líder como alguém capaz de agir com decisão, consciência crítica e pró atividade, em benefício do coletivo. Tal noção contrapõe-se aos ideais neoliberais que pressupõem a liderança como exercício de dominação dos demais ou como competitividade e individualismo. A fundamentação no ideário de Paulo Freire justifica-se pelas importantes contribuições do autor, para pensarmos uma formação libertadora e emancipatória. Almejamos corroborar a ideia de que a liderança não é inata, podendo ser exercida por todos, a partir do desenvolvimento de habilidades e competências, bem como da formação ética, cidadã e crítica, tendo em vista a capacitação para o trabalho em equipe e para o comprometimento com a coletividade. Para dar conta desses desafios, a educação precisa transformar-se, ressignificando-se as práticas pedagógicas, de modo que os indivíduos sejam protagonistas de seus próprios processos de aprendizagem. Sendo assim, objetivamos compreender as possibilidades de desenvolver a liderança a partir de processos formativos transformadores, em que a construção conhecimento ocorra em paralelo ao desenvolvimento do protagonismo e do comprometimento com o coletivo.

Palavras-chave: Formação Acadêmica. Paulo Freire. Liderança. Transformação.

RESUMEN: El presente artículo aborda el papel de la educación en la formación de líderes, sobre la base de las concepciones freirianas. El objetivo principal del estudio es destacar la relevancia del proceso educativo, en cuanto posibilidad de superación de las condiciones de opresión y vivencia de la vocación del ser más. Siendo así, la noción de liderazgo que nos interesa es aquel que piensa al líder como alguien capaz de actuar con decisión, conciencia crítica y pro actividad, en beneficio del

¹⁰⁰ Bacharela em Administração. Acadêmica de Ciências Contábeis. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Bolsista de Iniciação Científica. yasmimburin@outlook.com.

¹⁰¹ Acadêmica do Curso de Educação Física da URI – São Luiz Gonzaga. Bolsista de Iniciação Científica, do projeto Acessibilidade na URI-SLG. E-mail: nandagrings@hotmail.com.

¹⁰² Doutora em Educação. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Grupo de Pesquisa Política, Educação e Cidadania. lizandra_a_nascimento@yahoo.com.br.

colectivo. Tal noción se contrapone a los ideales neoliberales que presuponen el liderazgo como ejercicio de dominación de los demás o como competitividad e individualismo. La fundamenta en el ideario de Paulo Freire se justifica por las importantes contribuciones del autor, para pensar una formación liberadora y emancipadora. Al igual que la formación ética, ciudadana y crítica, con el fin de corroborar la idea de que el liderazgo no es innata, puede ser ejercido por todos, a partir del desarrollo de capacidades y competencias, así como de la formación ética, ciudadana y crítica, con miras a la capacitación para el trabajo en el equipo y el compromiso con la colectividad. Para dar cuenta de estos desafíos, la educación necesita transformarse, resinificándose las prácticas pedagógicas, de modo que los individuos sean protagonistas de sus propios procesos de aprendizaje. Siendo así, objetivamos comprender las posibilidades de desarrollar el liderazgo a partir de procesos formativos transformadores, en que la construcción conocimiento se produzca en para el lelo al desarrollo del protagonismo y del compromiso con el colectivo.

Palabras clave: Formación Académica. Paulo Freire. Liderazgo. Transformación.

1. Introdução

Neste texto, destacamos o papel da formação acadêmica no desenvolvimento da liderança, apoiando-se nos escritos freirianos para compreender a capacidade de liderar como superação das condições de opressão. Enfatizamos, portanto, que a liderança não pode ser restrita a poucos indivíduos, mas precisa ser incentivada entre todos os estudantes, de modo que desenvolvam habilidades e competências que lhes propicie assumir o protagonismo social e comprometer-se com a sociedade.

A escassez de líderes e as dificuldades vivenciadas pela população regional instigam a pensar sobre os desafios da transformação social, cultural e educacional no cenário contemporâneo. Tal problemática pode estar relacionada com o processo de formação, uma vez que, em geral, o percurso da graduação restringe-se à capacitação técnica, negligenciando as dimensões ético-política, científica e estética do processo formativo. Diante do exposto, o problema que embasa a presente pesquisa é o seguinte: A formação acadêmica oportuniza o desenvolvimento da liderança? Como a Universidade pode aprimorar o processo formativo, capacitando os indivíduos para o exercício da liderança?

Vale ressaltar que a concepção de liderança que utilizamos, nesse interim, não se refere ao sentido neoliberal de competitividade, mas de pro-atividade voltada ao desenvolvimento social e humanizado. Por isso, os escritos de Paulo Freire contribuem para iluminar as reflexões a este respeito, posto que defendem uma

formação humanizada e emancipatória, capaz de propiciar a superação das condições de opressão, por meio da construção do conhecimento.

Conceituação de Liderança

Segundo Chiavenato (1999), liderança supõe influenciar pessoas, sendo que a influência é como uma “transação interpessoal, em que uma pessoa age no sentido de modificar ou provocar o comportamento de outra, de maneira intencional. Assim, sempre se encontram um líder, aquele que influencia e os liderados, aqueles que são influenciados”. O conceito de influência está diretamente ligado ao conceito de poder e de autoridade. Os líderes precisam ser capazes de obter e usar o poder para influenciar pessoas a se comportar de modo a conseguir a realização de objetivos organizacionais.

[...] o poder em uma organização é a capacidade de afetar e controlar as ações e decisões das outras pessoas, mesmo quando elas podem resistir”. Define-se autoridade como poder legítimo, formal; é o poder que tem uma pessoa em decorrência do papel, cargo ou posição que ocupa na organização. Esse tipo de poder segue a posição hierárquica. Outra base do poder é o da pessoa, o poder do líder, ou seja, é o poder não necessariamente formal, que o líder é capaz de influenciar, persuadir e motivar os liderados. A partir disso, o autor cita cinco diferentes tipos de poder (CHIAVENATO, 1999, p. 555).

Para Chiavenato (2008, p.04) “as organizações são verdadeiros seres vivos. Quando elas são bem sucedidas tendem a crescer ou, no mínimo a sobreviver”. O crescimento das organizações gera um aumento dos recursos que são necessários às suas operações, aumentando assim, o capital da empresa, incremento de tecnologia, atividade de apoio e etc. gerando um aumento do número de pessoas, e a necessidade de intensificar a aplicação dos conhecimentos, habilidades e destrezas que são indispensáveis a manutenção e competitividade do negócio. Tudo isso contribui para assegurar que os recursos materiais, financeiros e tecnológicos sejam utilizados com eficiência e eficácia. As pessoas passam a significar o diferencial competitivo que mantém e promove o sucesso organizacional: elas passam a constituir a competência básica da organização, a sua principal vantagem competitiva em um mundo globalizado, instável e fortemente concorrente.

Com o intuito de despertar e mobilizar plenamente as pessoas, as organizações estão mudando a maneira de gerenciar, ao invés de investirem

diretamente nos produtos e serviços estão investindo nas pessoas que possui o conhecimento e que sabem criar, desenvolver e produzir o produto e melhorá-lo cada vez mais, com isso as organizações ganham tempo na produção, pois estarão investindo nas pessoas que realmente trarão retorno a organização dando a elas a oportunidade de mostrar serviço, é o que se chamam de empoderamento.

As organizações na visão de Chiavenato (2008, p.117) “constituem o meio através do qual as pessoas podem alcançar vários objetivos pessoais, com um custo mínimo de tempo, de esforço e de conflito”. Por terem um papel importante dentro das organizações, as pessoas o exercido em suas atividades corriqueiras, uma forma de se auto realizarem profissionalmente. Percebe-se que a satisfação pessoal movimenta a organização, seja para o sucesso ou para o fracasso, isso dependerá do meio em que estas são inseridas, por meio do reconhecimento e seu desempenho.

As pessoas buscam crescer juntamente com a empresa em que trabalham, mas isso dependerá da real satisfação de suas atividades e o ambiente na qual trabalham, ocasionando o reconhecimento e a motivação. Sendo assim a organização ganhará mais lucratividade com o desempenho dos colaboradores, ambas serão beneficiadas, as organizações aumentarão o nível de lucratividade.

Líderes são influenciadores e cabe a eles levarem sua equipe ao sucesso, juntamente com a organização ou simplesmente desmotivá-la e levar a organização ao fracasso, fazendo uso dos três tipos de poder cada um com sua particularidade, o líder terá a autonomia em fazer sua decisão de comandar a organização segundo o que ele realmente acredita, o melhor para seus objetivos, utilizando-se dos tipos de poder estabelecido pela organização em que se enquadram. As organizações devem estar voltadas para o desempenho do colaborador, motivando-os ao sucesso profissional e da própria instituição.

Nos últimos anos, notam-se severas mudanças ocorrendo em todos os níveis dentro das empresas; aqueles que executam pura e simplesmente tarefas a eles atribuídas, podendo indagar que estas ações não mais se comportam desta maneira; os gerentes de RH não mais se limitam a funções de serviços como recrutamento e seleção de funcionários, pois devem assumir um papel ativo no planejamento estratégico das empresas, fazendo dos funcionários seu principal instrumento. Aos vendedores já não bastam mais terem um bom papo, uma

persuasão notável, pois é necessário ter conhecimento do produto/serviço e promovê-lo da forma mais adequada.

Os traços da personalidade do líder definem sua forma de liderar um grupo de pessoas, funcionários, colaboradores e como esta forma se relaciona com a motivação das pessoas no ambiente de trabalho. Uma organização só alcança bons resultados e se torna coesa quando considera as pessoas que estão por detrás de tudo isso.

As pessoas trabalham com e para a organização, muito mais felizes e motivadas quando têm consciência de seu papel na empresa e na sociedade, quando gostam do que realizam e quando acreditam nos valores da organização. Eis aí a grande responsabilidade do líder: buscar o desenvolvimento integral de sua equipe a fim de que todos possam dar o melhor de si para a empresa, levando energia e talento para o trabalho, tornando melhor o desempenho da organização e atingindo os resultados esperados.

Pessoas são, portanto, fundamentais para o desenvolvimento das organizações sendo elas as responsáveis pelo sucesso, mas tudo depende do grau de importância que as organizações estão dando as pessoas que prestam serviços. Para o colaborador 'vestir a camisa' da empresa, precisa entender o sentido de missão que a própria empresa está proporcionando.

No que concerne às habilidades do líder, vale salientar que o administrador, em sua função de líder enfrenta diversos desafios ao longo da sua permanência na organização e diante desses desafios o líder, para ser bem sucedido profissionalmente, de acordo com Minicucci (1992, p. 53), precisa desenvolver três competências que são: o conhecimento; a perspectiva e a atitude:

- O conhecimento - significa todo acervo de informações, conceitos, ideias, experiências, aprendizagens que o líder possui a respeito de sua especialidade. Como o conhecimento muda a cada instante em função da mudança e da inovação que ocorrem com intensidade cada vez maior, o líder precisa atualizar-se constantemente e renová-lo continuamente, isso significa aprender a aprender, a ler, a ter contato com outras pessoas e profissionais e, sobretudo reciclar-se continuamente para não tornar-se obsoleto e ultrapassado em seus conhecimentos.

- A perspectiva - significa a capacidade de colocar o conhecimento em ação; em saber transformar a teoria em prática; em aplicar o conhecimento na análise das

situações e na solução dos problemas e na condução do negócio. Não basta apenas possuir o conhecimento, ele pode ficar apenas em estado potencial, torna-se necessário saber como utilizá-lo e aplicá-lo nas diversas situações e na solução dos diferentes problemas. A perspectiva representa a habilidade de colocar em ação os conceitos e ideias abstratas que estão na mente do líder.

- Atitude - significa o comportamento pessoal do líder frente às situações com que se defronta no seu trabalho. A atitude representa o estilo pessoal de fazer as coisas acontecerem, a maneira de liderar, de motivar, de comunicar e de levar as ideias a se concretizarem.

Exercer a liderança requer conhecimento para embasar decisões e acompanhar o processo de transformação social. Por isso, o trabalho do líder envolve mais do que determinação. É preciso ter visão, comprometimento, comunicação, integridade, realidade e intuição. O líder é antes de tudo um visionário, pois se permite prospectar o futuro e se compromete a realizá-lo. O comprometimento gera responsabilidade, poder e confiança, fazendo com que as metas estabelecidas possam ser atingidas.

Outro fator importante na liderança é a comunicação, que significa manter as pessoas informadas, dando e recebendo *feedback* adequados, explicando decisões e políticas com franqueza e transparência. O líder tem um papel preponderante em relação a comunicação, devendo expressar de forma clara as crenças e os valores do ambiente em que atua. É preciso que transmita uma direção firme, envolvendo a todos numa causa única e criando um clima de confiança que permita a troca de *feedback*, promovendo um clima de cooperação em que a crítica é encarada como uma forma de crescimento interpessoal. A boa comunicação transmite mensagens claras, que concorrem para que as pessoas trabalhem produtivamente e de forma harmoniosa, sem incompreensões e interpretações equivocadas. Por isso, é preciso que o líder saiba lidar com situações em que é necessário o levantamento de informações adequadas e merecedoras de crédito para que possa tomar decisões acertadas.

A comunicação interpessoal depende da atuação direta das pessoas com as pessoas. Por isso os líderes precisam promover o desenvolvimento dos colaboradores para que estejam satisfeitos, inspirando aos subordinados

confiança, respeito e espírito de equipe, sendo receptivos e levando adiante as melhores ideias, promovendo maior comprometimento e alcance dos objetivos.

Para ser um líder uma inteligência privilegiada não basta, é necessário a combinação com outras qualidades pessoais, como espírito democrático, entusiasmo pelo trabalho em equipe, habilidade em inspirar confiança, competência técnica, habilidade de delegação, controle emocional, autenticidade, compreensão da natureza humana, respeito pelo ser humano, habilidade em propor e estimular ideias, habilidade em ensinar e despertar melhores talentos.

No cenário atual, a liderança volta-se para a formação de equipes de trabalho unidas, em que os indivíduos estabelecem relações de respeito e reciprocidade. Para se tornar um líder eficaz, é preciso ouvir e procurar entender seus colaboradores, avaliando o que aconteceu e quais são os melhores passos a serem dados, comunicando aos principais integrantes da equipe o que observou e agir com base em sua descoberta.

Para Chiavenato (1994, p. 148-149), “o líder surge com o um meio para o alcance dos objetivos desejados pelo grupo. O comportamento de liderança deve ajustar o grupo atingir seus objetivos ou a satisfazer suas necessidades”. Nesse contexto o líder deve ser capaz de rumar ao desconhecido; ter visão; saber convencer as pessoas; cativar subordinados; importar-se com eles; possuir energia e foco de atuação para saber motivá-los e levá-los ao lugar desejado e certo, atingindo com sucesso os objetivos e metas organizacionais. Na realidade os líderes não funcionam isoladamente, necessitam da equipe, articulando-se aos colegas para atingir os propósitos. Portanto, a noção de coletivo precisa prevalecer.

Sendo assim, observamos que a liderança relaciona-se com a capacidade de trabalhar em grupo e de priorizar os objetivos da coletividade. Para tanto, os valores que perpassam o exercício da liderança vinculam-se com a formação humanizada, em que a construção do conhecimento e o desenvolvimento de competências visam o comprometimento com o coletivo, com um modelo de desenvolvimento socialmente referendado, em que os frutos dos avanços tecnológicos e científicos sejam partilhados por todos.

A Importância da Educação da Formação para a Liderança

Relacionar o processo formativo no Ensino Superior com o desenvolvimento

da liderança, supõe acreditar no poder transformador da educação. Essa aposta fundamenta-se na afirmativa de Paulo Freire: *“Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”* (FREIRE, 2000, p.67).

Nesta perspectiva, o Ensino Superior não pode resumir-se a uma diplomação, ao desenvolvimento de técnicas para o exercício profissional. A partir de sua dimensão ético-política, a educação necessita cooperar com a sociedade, formando indivíduos capazes de agir e interagir, garantindo não somente a sobrevivência da humanidade e do planeta, como também a resolução de problemas inadiáveis do contexto contemporâneo. Esse é o tipo de líder que interessa formar.

Conseqüentemente, cabe ao professor mais do que a socialização do conhecimento e a organização de espaços-tempos de aprendizagem. Na concepção de Paulo Freire, o educador comprometido *“ensina os conteúdos de sua disciplina com rigor e com rigor cobra a produção dos educandos, mas não esconde a sua opção política na neutralidade impossível de seu que-fazer”* (2000, p. 44). Portanto, a dimensão ético-política da educação, especialmente na Universidade, em que a relação ocorre entre adultos, torna-se central, a fim de que a formação técnico-científica conduza ao desenvolvimento de competências, e, paralelamente, à assunção de posturas críticas diante do mundo, a partir das quais os indivíduos comprometam-se com uma projeto humanizado de sociedade.

De acordo com Freire, *“se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa”* (2007, p. 22). De fato, não se trata de negar a relevância do desenvolvimento científico e tecnológico, mas de priorizar a qualidade das relações humanas, a partilha dos resultados dos avanços, a igualdade de oportunidades e o respeito a si, aos outros e ao ambiente.

Nesse sentido, a formação de líderes supõe, na verdade, a capacitação de indivíduos para exercer o protagonismo social, defendendo a cidadania e os direitos humanos. Tal protagonismo materializa-se no *“compromisso com os destinos do país. Compromisso com seu povo. Com o homem concreto. Compromisso com o ser mais deste homem”* (FREIRE, 2007, p. 25).

Sobre o papel do educador nesse contexto, Freire considera que:

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos (1991, p. 126).

No meio acadêmico, o educador pode ser o potencializador da capacidade de sonhar dos seus alunos, mobilizando suas potencialidades para a construção do conhecimento, e, conseqüentemente, para a superação das condições de opressão. Para tanto, as práticas pedagógicas necessitam ser significativas, desafiando os universitários a engajarem-se socialmente.

A liderança, nesse interim, é ação voltada ao bem do coletivo. A própria atividade visa o progresso da sociedade como um todo. “Vê-se necessidade de despertar a consciência de que todo ser humano é sempre agente transformador do mundo e que essa ação deve ser dirigida no sentido de uma busca pela melhoria do ambiente e das pessoas” (ANTUNES, 2004, p. 47).

A ação educativa acontece na relação educador e educando, mas é permeada pelo desejo incessante que aguça a curiosidade, que traz a dinâmica de aprender com significado, em que o educador saiba o que vai ensinar e, portanto, incentiva o aluno a perguntar, a conhecer, pois de acordo com Paulo Freire:

Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de métodos para uma aula dinâmica assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache “repousado” no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, re-conhecer. (2007, p. 86).

Em sala de aula, professor e alunos aprendem e crescem juntos, caminhando em direção ao ser mais, concebido por Freire como projeto de vir a ser dos homens, como possibilidades de ressignificação de seus próprios destinos e dos destinos do mundo. Esse perfil de liderança não é inato. Portanto, pode ser desenvolvido por todos os indivíduos.

Formar líderes demanda, assim, a ação decisiva de educadores comprometidos. Por isso, no entendimento freiriano, “o educador ou educadora como um intelectual tem que intervir. Não pode ser um mero facilitador”, seu papel é “ajudar o aluno e a aluna a descobrirem que dentro das dificuldades há um momento de prazer, de alegria” (FREIRE, 2003, p. 52-117). A aprendizagem torna-se uma

experiência significativa, na qual o prazer da descoberta e da partilha dão sentido aos conceitos aprendidos.

Diante dessa situação, Masetto (2001, p.144) propõe que:

[...] seja explicitado como pode ser entendida a mediação pedagógica em um ambiente de aprendizagem. Por mediação pedagógica entendemos a atitude, o comportamento, do professor que se coloca como facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem, que se apresenta com a disposição de ser uma ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem não uma ponte estática, mas uma ponte 'rolante', que ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos.

Confirma-se a tarefa do professor é também a de um incentivador da mudança, de um profissional engajado na preparação de um profissional para atuar em benefício da sociedade. Sua função não é a de dono do saber, e sim de mediador, que propicia momentos de interação e troca em sala de aula. Como argumenta Gadotti (2000, p. 9):

[...] o educador é um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da sua própria formação. Ele precisa construir conhecimento a partir do que faz e, para isso, também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos.

Especialmente por tratar-se de jovens e adultos, no Ensino Superior não se admite que a aprendizagem ocorra de forma passiva e acrítica. Enquanto sujeitos do conhecimento, os estudantes dialogam entre si, mediados pelo professor, debatendo, argumentando, aprendendo a ouvir opiniões diferentes, desenvolvendo o pensamento crítico e ampliando o entendimento sobre a realidade vivida.

Como alerta Freire (1975, p.66), [...] só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Nesta concepção, a educação e a formação de líderes cooperam para o crescimento do acadêmico, para que ele esteja preparado, nas condições reais, para seguir a sua profissão, liderar e contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que se inserem.

Considerações Finais

Com base nas reflexões esboçadas neste texto, procuramos ressignificar as aprendizagens construídas ao longo da formação em Administração. Estando na

etapa final do curso, observamos que a liderança é um tema amplamente debatido no contexto universitário.

No entanto, a abordagem predominante é a de viés neoliberal, em que estimula-se a competitividade e o individualismo. Não é esta a concepção que consideramos a ideal para um projeto humanizado de sociedade. A liderança de que necessitamos é aquele em que as pessoas colocam os seus talentos e potencialidades a serviço do coletivo, em busca de uma sociedade mais justa, igualitária e próspera para todos.

Outro fator a ser destacado é a prática pedagógica operacionalizada pela maioria dos docentes, sendo esta ainda marcada pela concepção tradicional de ensino. Em geral, a atenção recai sobre a dimensão técnico-científica, em detrimento das dimensões estética e ético-política. Assim, muitas vezes, as aulas voltam-se apenas ao desenvolvimento de competências técnicas estritamente voltadas ao futuro exercício profissional. Essa prática negligencia os compromissos com a cidadania e com a vivência dos valores humanos, como solidariedade, ética e respeito mútuo.

Consequentemente, as propostas pedagógicas nem sempre privilegiam o diálogo e a criticidade. Isso demonstra a necessidade de transformação do fazer pedagógico docente, tornando os acadêmicos sujeitos ativos em seu processo de aprendizagem. Somente assim será possível atingir o propósito de formação de líderes, de indivíduos capazes de empregar seus saberes, técnicas e potencialidades em benefício da coletividade.

Frente ao exposto, defendemos uma educação humanizadora e emancipatória, por meio da qual o Ensino Superior passe a significar mais do que o acesso a um diploma. É necessário que a formação acadêmica propicie a ampliação de horizontes culturais, a interação, o debate, a criticidade, a formação para a liderança e o empreendedorismo, tornando os indivíduos protagonistas de suas próprias histórias e da construção de um outro mundo possível. Nessa lógica, convém retomar os ensinamentos de Paulo Freire, para inspirar uma proposta educativa, de fato, libertadora, dialógica e crítica.

Referências

ANTUNES, Celso. **Educação Infantil: Prioridade Imprescindível**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.

BASS, B. M. **The Bass Handbook of Leadership: Theory, Research & Managerial Applications**. 4. ed. New York: Free Press, 2008.

BURIN, Y. NASCIMENTO, L.A. **Liderança no Contexto Organizacional: Desafios para a formação de Novos Líderes**. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, São Luiz Gonzaga, 3/2016.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 3. ed, 2008

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoal: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 13. ed, 1999.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa**. São Paulo: Makrar Books, 3. ed. 1994.

DOWBOR, L. **A reprodução Social**. São Paulo: Vozes, 1998.

DRUCKER. Peter F. **Administrando para o futuro: os anos 90 e a virada do século**. São Paulo: Pioneira, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo - Paz e Terra, 1989.

_____, **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

_____, **Educação e mudança**. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____, **Pedagogia da Autonomia**. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura)

_____, **Pedagogia da indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____, **Cartas a Cristina**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2003.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

KENSKI, V.M. **O papel do Professor na Sociedade Digital**. In: CASTRO, A. D. de CARVALHO, A.M.P. de (Org.). **Ensinar a Ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média**. São Paulo; Ed. Pioneira Thompson Learning, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990. (Coleção Magistério 2º grau série, formação de professores).

LÜCK, Heloisa. (Org.). **Gestão escolar e formação de gestores**. Em Aberto, v. 17, n.72, p. 1-195, fev./jun. 2011.

MARCONI, MA; LAKATOS, EM. **Fundamentos da metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2005, p. 203.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário.** São Paulo: Summus, 2001.

MAXWELL, John C. **Bíblia da liderança cristã.** Barueri, São Paulo. Sociedade Bíblica do Brasil, p.1344, 2007.

MINICUCCI, Agostinho. **Psicologia aplicada à administração.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MOURA. M. **A atividade de ensino como ação formadora.** In: CASTRO, A. & CARVALHO, A (orgs). Ensinar a ensinar. São Paulo: Editora Pioneira, 2001.

SEGNINI, L.R.P. **Educação e Trabalho.** São Paulo. Em perspectiva, 14(2) 2000.

**EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA COM GAMIFICAÇÃO BASEADO NO TRABALHO
DE MULTIPLAYER CLASSROOM, DO AUTOR LEE SHELDON
PEDAGOGICAL EXPERIENCE WITH GAMIFICATION BASED ON MULTIPLAYER
CLASSROOM WORK, BY LEE SHELDON**

Maiara Lenine Bakalarczyk Corrêa¹⁰³



Resumo: A educação encontra inúmeros desafios, sendo importante na sociedade contemporânea o desenvolvimento de habilidades como a autonomia e o engajamento individual e coletivo. Nessa perspectiva, o trabalho com gamificação mostra-se como uma valiosa possibilidade de trabalhar conteúdos utilizando elementos presentes em jogos, como a resolução de problemas, a interatividade e o trabalho em equipe. Baseado na experiência desenvolvida por Lee Sheldon, foi elaborada uma abordagem pedagógica trimestral alicerçada nos princípios da gamificação, com turmas de 7º e 8º anos do ensino fundamental com objetivo de promover maior participação dos alunos na construção de sua aprendizagem e introduzir os elementos da gamificação nas aulas de Ciências. Assim, cada turma foi dividida em equipes (baseado nas “guildas” citadas por Sheldon), que manteriam sua formação ao decorrer do segundo trimestre letivo do ano de 2018. Cada equipe foi representada por um avatar em um painel de desenvolvimento e a cada aula se propôs uma atividade-desafio, onde sua execução pelas equipes lhes permitia escalar um ‘degrau’ rumo ao topo. Essa abordagem colocou o aluno como centro desse processo e precisaram elaborar caminhos ou soluções para concluir um desafio proposto, estimulando os alunos a (re)construir conhecimentos em interação.
Palavras-chave: Gamificação. Engajamento. Aprendizagem.

Abstract: Education encounters numerous challenges, and it is important in contemporary society to develop skills such as autonomy and individual and collective engagement. In this perspective, the work with gamification is shown as a valuable possibility of working contents using elements present in games, such as problem solving, interactivity and teamwork. Based on the experience developed by Lee Sheldon, a quarterly pedagogical approach was elaborated based on the principles of gamification, with classes of 7th and 8th years of elementary school with the objective of promoting bigger participation of students in the construction of their

¹⁰³ Graduação em Ciências Biológicas. Professora da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Sul.

learning and introducing the elements of gamification in the science classes. Thus, each class was divided in teams (based on the "guilds" quoted by Sheldon), that would maintain its formation during the second academic quarter of the year of 2018. Each team was represented by an avatar in a development panel and each class proposed a challenge activity, where their execution by the teams allowed them to climb a 'step' towards the top. This approach has put the student at the center of this process and has needed to develop ways or solutions to complete a challenge that has been proposed, stimulating students to (re)build knowledge in interaction.

Keywords: Gamefication. Engagement. Learning.

1. Introdução

A prática pedagógica sempre está exposto a uma grande variedade de desafios, muitos deles permanecem ou ressurgem a cada ano, juntamente com novas possibilidades que vão se apresentando gradativamente na ação da prática educativa. Atualmente, um desses desafios encontra-se em acompanhar uma sociedade de conhecimento baseada nas competências pessoais, sociais e cognitivas, que nos mostra a importância de estabelecermos um compromisso com uma aprendizagem significativa por meio da inter-relação e problematização de novos conteúdos em conjunto com os conhecimentos próprios dos alunos.

Losso e Borges (2015) indicam que os professores são estimulados (por meio de formações iniciais e continuadas) a articularem, em suas práticas docentes, processos de ensino que motivem e provoquem o engajamento dos alunos a partir do domínio e da progressão de atividades e tarefas com base na ludicidade. Uma análise articulada com esse pensamento é apresentada por Fardo (2013) que expressa a relação entre esse engajamento e ludicidade com o uso de técnicas de gamificação,

A gamificação encontra na educação formal uma área bastante fértil para a sua aplicação, pois lá ela encontra os indivíduos que carregam consigo muitas aprendizagens advindas das interações com os games. Encontra também uma área que necessita de novas estratégias para dar conta de indivíduos que cada vez estão mais inseridos no contexto das mídias e das tecnologias digitais e se mostram desinteressados pelos métodos passivos de ensino e aprendizagem utilizados na maioria das escolas (FARDO,2003, p.3).

Nas primeiras leituras sobre a utilização de Gamification em educação podemos erroneamente imaginar que para sua aplicação dependemos de computadores e/ou acesso à internet. Vale lembrar, contudo, que a utilização de

Gamification não se restringe a esfera 'online', sendo possível aplicá-lo em escolas com maior ou menor investimento financeiro nesse aspecto. Portanto, os professores podem criar jogos e desafios que utilizem computadores ou que sejam feitos em sala de aula, com cartas, fichas, tabuleiros, enigmas, gincanas, entre outros.

Além disso, a tecnologia é uma linguagem familiar para essa geração, constantemente conectada. Da mesma forma, a lógica dos games é facilmente compreendida: hoje, uma pesquisa da empresa Spil Games mostra que 1.2 bilhões de pessoas pelo mundo jogam algum tipo de game; dessas, cerca de 700 milhões jogam online. Isso representa 44% da população online. Se seus alunos já estão nesse universo, por que não aproveitá-lo para fins pedagógicos? (InfoGeekie, 2018)



Figura 1: Pequeno guia de gamificação do site Info Geekie.

Nesse contexto, a abordagem e a utilização de Gamification no ensino de Ciências, e mesmo de outras disciplinas e áreas do conhecimento, pode se constituir como uma ferramenta para articular saberes e conteúdos cotidianos ao aluno, para alcançar a problematização nas situações de ensino-aprendizagem e para estimular a resolução de situações-problemas que tendem a se apresentar ao longo dos jogos. Dessa forma, os games criados e/ou adaptados para a abordagem de conhecimentos inerentes ao ensino de Ciências podem ser utilizados nos mais

variados momentos do ensino de um ou de vários conteúdos em articulação, seja para introduzir um novo conhecimento e expondo os alunos a novos questionamentos, seja para a fixação de conhecimentos já explorados em sala de aula levando os alunos a revisitarem questionamentos e fortalecerem ou criarem novas respostas para os mesmos problemas.

1.1 A experiência de Lee Sheldon em Multiplayer Classroom

A partir do livro *Multiplayer Classroom: Designing Coursework as a Game*, do professor norte-americano Lee Sheldon (2012) podemos ter acesso a aplicação dos princípios envolvidos em gamefication no âmbito pedagógico. Ele buscou aplicar seus conhecimentos do mundo dos games na projeção de suas aulas sobre game design. Para isso, houve uma potencialização dos aspectos interacionistas e na valorização dos caminhos percorridos para a construção do conhecimento, incluindo não apenas os acertos, mas o enfrentamento dos erros para a construção de novos caminhos.

Para isso o autor supracitado, adotou algumas mudanças em seus encaminhamentos pedagógicos, dentre os quais, cita-se a avaliação realmente constante, onde cada atividade proposta deveria ser encarada como um desafio ou uma missão que levaria o grupo a uma nova “fase” ou a derrota de um “inimigo”, bem como, a construção da nota final a partir desses pequenos desafios propostos em cada aula. Isso proporcionou um maior número de oportunidades de sucesso para os estudantes, através de um contato maior com os conhecimentos a serem construídos. Além disso, houve a criação de personagens para interagir com as atividades e representar agrupamentos de alunos, a fim de usar uma linguagem mais próxima aos jogos RPGs online.

Dessa forma, as notas finais eram resultado da quantidade de pontos obtidos pelos personagens criados pelos alunos/jogadores. Assim, o foco não ficava restrito na nota final, mas incorporava também a evolução dos personagens, através do acúmulo desses pontos, o que era conseguido através do cumprimento das missões propostas, sejam atividades de aula, tarefas, trabalhos, apresentações, pesquisas, entre outros (FARDO, 2013).

O espaço físico da sala de aula foi modificado para acomodar grupos de alunos e esses espaços possuíam uma denominação advinda de algum elemento dos

games, o que determinava o tipo de atividade que seria executada naquele espaço. Durante o semestre, os grupos iam revezando esses espaços, o que fazia com que todos interagissem com as propostas neles desenvolvidas (FARDO, 2013).

Outra mudança, consistiu na forma de perceber o erro, os jogos permitem ao competidor uma nova chance, fazendo com que o autor pensasse e avaliasse um número maior de atividades e desempenhos dos alunos. Isso evidencia a valorização dos processos envolvidos na construção dos conhecimentos, não reduzindo-se meramente a um resultado final que pode ser obtido em uma prova teórica.

Conforme o exposto por Fardo (2013),

o autor Lee Sheldon “descreve que essa experiência aumentou os níveis de interesse, participação e motivação dos seus estudantes e promoveu uma maior interação entre eles, o que contribuiu para que o conhecimento fosse construído de uma forma diferente do que observamos tradicionalmente” (SHELDON apud FARDO, 2013)

Inspirada pelo trabalho desenvolvido pelo autor e professor Lee Sheldon, realizou-se uma adaptação de seu trabalho com gamificação para ser utilizado nas aulas de Ciências de duas turmas de 7º ano e duas turmas de 8º ano do ensino fundamental do Colégio Estadual Tolentina Barcelos Gonçalves, localizado no município de Santo Antônio das Missões – RS.

2. Metodologia

Para a realização desse trabalho (baseado nas “guildas” citadas por Sheldon), cada turma foi dividida em cinco equipes que manteriam sua formação ao decorrer todo o segundo trimestre letivo do ano de 2018. Cada equipe foi representada por um avatar em um painel de desenvolvimento e escalada, sendo o avatar um super-herói para cada equipe do 8º ano e um animal para cada equipe do 7º ano. Nesse painel de escalada, cada atividade proposta (ou “missão” conforme Sheldon) executada pelas equipes lhes permitia escalar um ‘degrau’ rumo ao topo.



Imagem 5: Painéis de desenvolvimento/escalada – 7º e 8º anos.

Em quase todas as aulas, houve uma atividade-desafio a ser proposta para possibilitar as escalas das equipes, buscando diferenciá-las para que se abrangesse as múltiplas formas de aprender. Cita-se abaixo algumas das atividades-desafio propostas ao decorrer do trimestre:

- Resolução de uma situação-problema para cada equipe propor soluções (7º e 8º anos);
- Realização de pequenas pesquisas de temas selecionado e relacionados ao conteúdo programático daquele ano (7º e 8º anos);
- A leitura, compreensão e apresentação das equipes aos colegas de textos selecionados que se interligam ao conteúdo programático (7º e 8º anos);
- A argumentação desenvolvida pelas equipes em conversas, levantamentos e debates sobre algum tema ou texto trabalhado em aula (7º e 8º anos);
- A realização de exercícios mais teóricos dentro de cada conteúdo trabalhado no segundo trimestre letivo (7º e 8º anos);
- A construção de sistemas corporais e sua apresentação com explicações aos colegas da turma (8º ano);
- Rodadas de questionamentos orais sobre os cadernos conforme esses iam sendo trabalhados (7º e 8º anos);
- A construção/representação por meio de protótipo das relações estabelecidas entre os sistemas respiratório, cardiovascular e excretor (8º ano);
- Criação de vídeos falando sobre nutrientes (8º ano);
- Análise e interpretação de rótulos de alimentos industrializados, cálculos de porcentagem da presença de determinados nutrientes (8º anos);
- Modelagem de animais de acordo com o filo que representam destacando suas principais características (7º ano);
- Desempenho das equipes em um quiz desenvolvido no sistema Kahoot! (7º e 8º anos);

- Elaboração de charges ou histórias em quadrinhos que abordem um determinado conteúdo (7º e 8º anos);
- Manutenção de reportagens e imagens em um mural informativo, sob responsabilidade de uma das equipes a cada semana. Alguns temas abordados: plástico nos oceanos, relação produtores-consumidores-decompositores, corredores ecológicos, Parque estadual do Turvo, relação abelhas-agrotóxicos, lixo eletrônico, espécies típicas do RS, entre outros (7º ano);
- Aulas práticas para análise e comparação entre caracol e minhoca, posteriormente com a aranha, abordando um roteiro de observação, acompanhamento dos levantamentos feitos pelos alunos e a explicação de suas observações para a coordenadora do colégio (7º ano);

Cada atividade-desafio concluída pelo grupo permite que a equipe suba um degrau no painel de desenvolvimento e escalada. Ao final do trimestre, esses degraus se transformam em pontos. Para que a equipe possa escalar é necessário que todos os membros participem daquilo que foi proposto. Em alguns casos a conclusão das atividades dentro do prazo estabelecido foi avaliada e em outros momentos os caminhos de construção tiveram o maior foco para determinar a escalada de uma equipe.

3. Resultados e discussões

O termo "gamificação" é utilizado para expressar o uso de elementos de jogos, tais como, enredo, situações-problema, desafios, pontuação e ranking em contextos que não são de jogos, como o ambiente de aprendizagem, para motivar ou influenciar as pessoas a realizarem uma determinada atividade (KAPP apud GARCIA, 2015). Dessa forma, a utilização desses elementos visa a transformação de momentos, como os de exercício ou análise de textos, em desafios a serem concluídos como na esfera dos games.

A utilização e adaptação dessa proposta pedagógica durante as aulas de Ciências se baseia nos princípios das metodologias ativas e da gamificação, onde se buscou descentralização o ensino da figura do professor e estimular a participação dos alunos enquanto sujeitos de construção do próprio aprendizado.

Essa abordagem utilizada nas aulas de Ciências exigiu uma participação ativa dos sujeitos, que foram colocados como centro desse processo e precisaram

elaborar caminhos ou soluções para concluir um desafio que lhes tenha sido proposto. Nesse sentido, com a aplicação de atividades com abordagem dos princípios embutidos nos jogos durante as aulas é possível variar a metodologia, mesclando os conteúdos curriculares com atividades desafiadoras que estimulam os alunos a (re)construir conhecimentos em interação com seus pares.

No decorrer do trimestre foi possível observar o engajamento de grande parte dos alunos de cada uma das quatro turmas onde essa abordagem foi utilizada. Notou-se o espírito de competição entre as equipes, mas também atitudes de partilha em inúmeros momentos durante as atividades propostas durante as aulas. Essa troca ocorreu tanto pelos indivíduos dentro de uma equipe quanto pela relação entre diferentes equipes.

Em todos os desafios propostos ao longo do trimestre os indivíduos de um grupo trabalharam enquanto equipe, desde a forma de sentarem na sala de aula até a execução das atividades propostas. Com isso, abordou-se o que foi proposto por Freire (2015) ao referir-se à educação como um processo que não é realizado por outrem, ou pelo próprio sujeito, mas que se realiza na interação entre sujeitos históricos por meio de suas palavras, ações e reflexões (DIESEL at. al, 2017).

Cada tipo de desafio proposto conseguiu trabalhar diferentes habilidades nos alunos por meio da interação. Alguns desafios conseguiram explorar a criatividade, a ludicidade, a proposição de ideias seguida da discussão em grupo para definir a melhor forma de realizar uma atividade. Além de, estimular a motricidade fina e a compreensão de conceitos através de atividades mais práticas.

Dentre elas, tem-se a construção de protótipos que abordassem as relações estabelecidas entre sistemas respiratório, cardiovascular e excretor ou a representação de sistemas em cartaz desenvolvida pelos oitavos anos, bem como, as atividades de modelagem desenvolvidas nos sétimos anos, conforme se observa abaixo.



Imagem 2: Construção de protótipos que representem as relações estabelecidas entre os sistemas respiratório, cardiovascular e excretor – 8º ano.



Imagem 3: Modelagens de animais dos filos dos invertebrados – 7º ano.

Em outros desafios propostos foi possível trabalhar com a pesquisa, com a seleção de reportagens, com a síntese das informações coletadas, a interpretações de informações, o compromisso com prazos, o cuidado com a parte estética de um trabalho. Essas habilidades puderam ser observadas em desafios como a criação de charges ou a manutenção de um mural informativo trimestral, sob responsabilidade de uma equipe a cada semana, com temas definidos, realizado pelos sétimos anos do ensino fundamental, cuja pesquisa ficava disponível no corredor da escola para a leitura de todos que tivessem interesse.



Imagem 4: Murais informativos – 7º ano.

Também houveram momentos com foco na interpretação de textos e de gráficos seguidos por roda de conversa entre a turma, onde os grupos puderam

expressar suas opiniões. A proposição de situações-problemas, por sua vez, estimulou o debate dentro do grupo, a possibilidade de revisar conceitos para se chegar a uma solução e a criatividade, mais uma vez, para chegar a uma resposta.

Desafios como a comunicação em vídeo permitiram explorar nos alunos a capacidade de organização e o trabalho com as mídias que já se encontram tão presentes em suas vidas, mas que, muitas vezes, os alunos ainda não apresentam domínio sobre seu uso. Enquanto, as aulas práticas estimulam a concentração nas explicações mais científicas, no levantamento de hipóteses durante as falas do(a) professor(a), na sistematização do entendimento de um conteúdo por parte do aluno em um produção textual ou por meio de questionamentos. Além disso, nas aulas práticas com animais, já se manifesta um bom momento para introduzir e reforçar os ensinamentos quanto ao respeito às várias formas de vida e a importância de fazer com esses animais retornem ao seu ambiente natural.



Imagem 5: Aulas práticas dos filis de animais invertebrados – 7º ano.

4. Considerações finais

Foi possível perceber que a escolha pela aplicação dessa abordagem de gamificação baseada no trabalho de Lee Sheldon provocou pequenas e valiosas mudanças no cotidiano escolar. Para mim, enquanto educadora, provocou o desafio em criar diferentes desafios e fortalecer os mecanismos de avaliação constante das construções de aprendizados feitos pelos alunos a cada momento durante as aulas. Quanto aos alunos, notou-se maior envolvimento com as atividades-desafio, sendo possível constatar maior participação em busca de um objetivo comum a equipe, sendo que suas conquistas podiam ser mensuradas semanalmente pelo acompanhamento do painel de desenvolvimento.

Com essa prática, foi possível observar que utilizar as estratégias percebidas em jogos de modo a aproveitá-las em ambientes de aprendizagem, com o intuito de potencializar o ensino e a aprendizagem, pode ser uma alternativa viável para conseguir ampliar a participação e o envolvimento dos adolescentes com o conhecimento da sala de aula.

Sendo assim, ao observarmos a sociedade contemporânea, com todas as suas transformações e novas exigências geradas pelos avanços e inovações no desenvolvimento tecnológico em suas diversas áreas do conhecimento, torna-se importante e necessário refletir sobre uma formação inicial e continuada dos professores, de forma que seja possível contemplar na prática pedagógica as inovações dos recursos tecnológicos, seus princípios e suas exigências.

Referências

DIESEL, A; BALDEZ, A. L. S; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, vol. 14, nº 1, pág. 268 a 288, 2017.

FARDO, M. L. A gamificação aplicada em ambientes de aprendizagem. **Anais Novas Tecnologias na Educação**. V. 11 Nº 1, julho, 2013.

FARDO, M. L. (2013) **A Gamificação como método: Estudo de elementos dos games aplicados em processos de ensino e aprendizagem**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em <<https://repositorio.ucs.br/jspui/bitstream/11338/457/1/Dissertacao%20Marcelo%20Luis%20Fardo.pdf>> Acesso em mai. de 2018.

GAMIFICAÇÃO: O QUE É E COMO PODE TRANSFORMAR A APRENDIZAGEM. **InfoGeekie**. Disponível em: <http://info.geekie.com.br/gamificacao/>. Acesso em: 02 de out. 2018.

KAPP, K. The Gamification of Learning and Instruction: Game-Based Methods and Strategies for Training and Education. San Francisco: Pfeiffer, 2012. In: GARCIA, A. **Gamificação como prática pedagógica docente no processo ensino e aprendizagem na temática da inclusão social**. Dissertação (Mestrado em Ensino, Ciências e Novas Tecnologias) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Londrina: 2015.

LOSSO, M. R. C; BORGES, M. K. Gamificação em pesquisas em educação: uma revisão da produção acadêmica. **Anais eletrônicos do Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação**, UFP. V. 6, 2015.

SHELDON, L. The Multiplayer Classroom: Designing Coursework as a Game. Boston, MA: Cengage Learning, 2012. In: FARDO, M. L. (2013) **A Gamificação como método: Estudo de elementos dos games aplicados em processos de ensino e aprendizagem.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em <<https://repositorio.ucs.br/jspui/bitstream/11338/457/1/Dissertacao%20Marcelo%20Luis%20Fardo.pdf>> Acesso em mai. de 2018.

OS BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE DE MONITORIA NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE ALUNOS DE FISIOTERAPIA

FELICIO, Jennifer Cristine¹

HETTWER, Maria Izabel²

POPPE, Jean Lucas³

Resumo: A atividade de monitoria é compreendida como um instrumento para melhoria da qualidade de aprendizagem, aumentando a relação entre teoria e prática. O aluno-monitor visa sanar as dúvidas do aluno-monitorado, conforme seu ritmo de estudo, auxiliando na melhora da aprendizagem. Nos cursos da área da saúde, atividades de monitoria na disciplina de Anatomia Humana mostram-se fundamentais, principalmente, por tratar-se de uma matéria importante na formação profissional. O objetivo do trabalho é relatar a contribuição das atividades de monitoria para a formação dos alunos-monitorados e alunos-monitores durante o período de formação dos mesmos no curso de Fisioterapia. A metodologia utilizada compreende atividades de revisão de conceitos anatômicos no laboratório de Anatomia Humana da URI-SLG. Os resultados obtidos representam a importância das atividades monitoria para o aprendizado e melhor performance dos estudantes envolvidos. Desta forma, por meio das práticas de monitoria o aprendizado e as técnicas de estudo foram aprimorados, melhorando o rendimento em outras disciplinas que compõem a matriz curricular para a formação do Fisioterapeuta. Conclui-se, portanto, que o ensino-aprendizagem vivenciado nas monitorias assegura benefícios aos estudantes de Fisioterapia.

Palavras-chave: Rede colaborativa. Anatomia Humana. Fisioterapia.

Abstract: The monitory activity represents an instrument for improving the learning quality and the students' comprehension about theoretical concepts and practical activities. The monitor-student seeks to solve the doubts and improve the learning of monitored-students according their own study rhythmus. In the university courses of health area, monitory activities in Human Anatomy have been shown central importance, mainly by being an important subject to the professional qualification. The aim in this study is presents the contribution of monitory activities to the professional qualification of monitory and monitored-students during their graduation period in the Physiotherapy course. Review of anatomical concepts in the laboratory of Human Anatomy from URI-São Luiz Gonzaga was the methodological approach employed during the monitory time. The monitory activities in Human Anatomy provide important moments of learning to the students' academic life-time. Thus, by the activities employed the students performance in other subjects were improved, which represents good results to their professional qualification as physiotherapists. It allows concluding that the teaching and learning processes of monitory activities ensure benefits to the university students.

Key-words: Collaborative network. Human Anatomy. Physiotherapy.

1 Introdução

As atividades de monitoria são compreendidas como sendo um instrumento da melhoria da qualidade de aprendizagem no ensino superior, que visa aumentar a relação entre teoria e prática. Segundo Matoso (2014), a monitoria tem a função de contribuir com o ensino-aprendizagem a fim de resgatar o potencial de cada aluno, sanando suas dúvidas e fazendo com que participe ativamente deste processo.

O aluno-monitor é responsável por sanar as dúvidas auxiliando na melhora da aprendizagem dos outros alunos, no entanto, é importante ressaltar que os alunos-monitores não ministram aulas, somente organizam estratégias de aprendizagem com os conteúdos já ensinados em sala de aula pelo professor, sendo, desta maneira, segundo Bastos (1999, p. 97) uma forma de ensino dos alunos por eles mesmos.

Nas monitorias, os alunos conseguem estudar conforme seu ritmo, pois, o número de horários disponíveis para estudo, não é limitado. Desta forma, estas atividades proporcionam momentos de acolhimento e troca de experiências entre os acadêmicos, constituindo uma rede colaborativa de ensino-aprendizado (HAAG et al., 2008).

Nos cursos de Fisioterapia e Educação Física, atividades de monitoria na disciplina de Anatomia Humana mostram-se fundamentais, por se tratar de uma matéria importante na formação profissional. Além disso, o conhecimento dos conteúdos da disciplina de Anatomia Humana permite conhecer todas as estruturas corporais, que são de extrema importância para demais disciplinas da grade curricular, como, Cinesiologia, Biomecânica, Eletrotermofototerapia, Fisiologia Humana e Fisiologia do Exercício. Nesse contexto, o presente estudo objetiva relatar a contribuição das atividades de monitoria para a formação dos alunos-monitorados e alunos-monitores durante o período de formação dos mesmos no curso de Fisioterapia.

2 Metodologia

Foram desenvolvidas atividades de revisão de conceitos anatômicos no laboratório de Anatomia Humana da URI-São Luiz Gonzaga, com os alunos dos cursos da área da saúde no período de abril a outubro de 2018.

As atividades de monitoria são realizadas em grupos de no máximo cinco alunos, com duração aproximada de duas horas, conforme a disponibilidade das alunas-monitoras. As revisões dos conteúdos são feitas por meio de estudos prévios sobre os conteúdos solicitados pelos alunos para minimizar as dúvidas referentes aos conteúdos trabalhados em sala aula, durante os períodos regulares da disciplina.

A principal atividade pedagógica desenvolvida é a revisão dos conteúdos por meio de observação dos modelos anatômicos presentes no Laboratório de Anatomia da Universidade. Em alguns casos, listas de exercícios são resolvidas, em conjunto, entre acadêmicos e alunas-monitoras.

3 Resultados

As atividades de monitoria em Anatomia Humana proporcionaram momentos de troca de experiências e de aprendizado importantes para a vida acadêmica das alunas-monitoras, conseqüentemente, houve um complemento do conhecimento, aperfeiçoamento das habilidades de estudo, maior interação social e vivência na universidade (Figura 1). Em outras palavras, por meio das práticas de monitoria o aprendizado é aprimorado, melhorando o rendimento em outras disciplinas que compõem a matriz curricular para a formação do Fisioterapeuta.

As técnicas de revisão e assimilação de conceitos anatômicos, por meio da visualização de modelos de estruturas do organismo humano, proporcionaram às alunas-monitoras melhorar as notas em outras disciplinas do curso de Fisioterapia, o qual, na maior parte, apoia-se sobre conhecimentos em Anatomia Humana. Com relação aos alunos-monitorados, estes mencionam seu melhor rendimento nas aulas, minimizando os sentimentos de insegurança e potencializando o aprendizado e a participação no cotidiano universitário, o que, conseqüentemente, reflete em boas notas na disciplina foco das atividades de monitoria e, também, em outras.

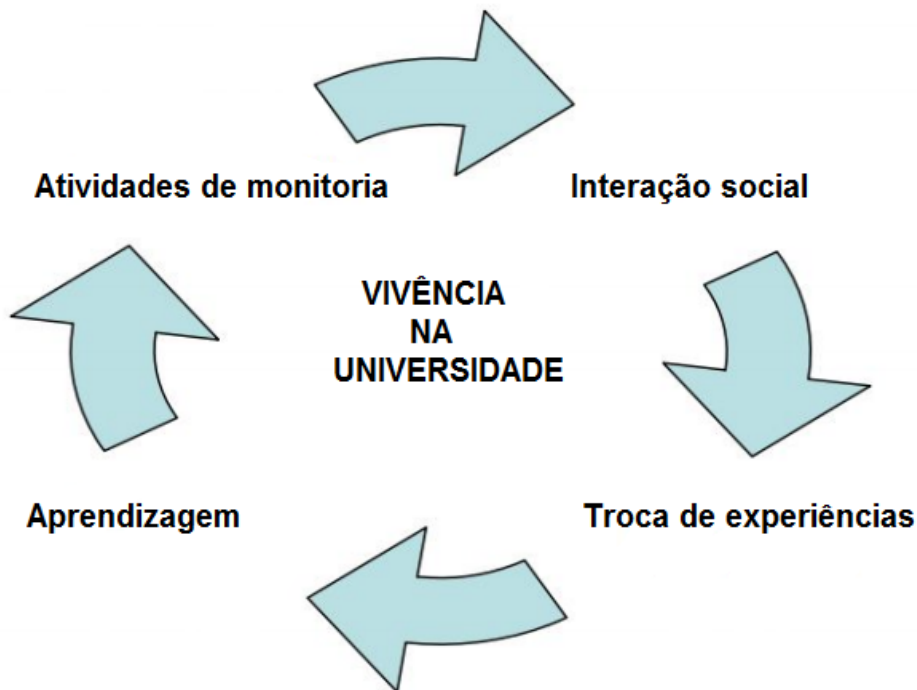


Figura 1: Sistemática das atividades de Monitoria em Anatomia Humana.

4 Discussão

Segundo Heward (1982), o ensino decorrente da monitoria é considerado como o mais intenso e personalizado dentre todos os processos de ensino-aprendizagem. Desta forma, as atividades de monitoria representam um sistema eficaz de aprendizagem, por meio de revisão e explicação de conceitos. O que reflete em um método de ensino-aprendizagem positivo para alunos-monitores e para alunos-monitorados (HAANG et al., 2008).

Segundo Lopes Silva et al. (2016) e Monereo (2007), as monitorias são complementares ao que o professor ensina em sala de aula. Ou seja, as atividades de monitoria não podem substituir as aulas ministradas pelo professor e nem o estudo individual. Em vista disso, a monitoria é um instrumento de ajuda à aprendizagem, individual e complementar às aulas (MONEREO, 2017). Nas atividades de monitoria, as alunas-monitoras conseguem dar uma atenção mais individualizada aos alunos, pois o grupo é reduzido, em relação a turma da sala de aula, e, desta maneira, o foco e a atenção são mais facilmente controlados, facilitando o entendimento dos assuntos abordados nas atividades.

Este atendimento individualizado para sanar dúvidas, também, é destacado por Onrubia (2001) que afirma que quando os estudantes recebem ajuda, mostram-

se progressivamente mais competentes e autônomos na resolução de atividades e utilização de conceitos, como percebido, pelo professor, com relação aos alunos-monitorados em Anatomia Humana. Outros autores também relatam os benefícios de atividades extraclases, Frison (2016) destaca que a proposta pedagógica extraclasse pode trazer avanços na aprendizagem dos estudantes, uma vez que os períodos de monitoria podem ser entendidos como um espaço para a reflexão de informações na construção do conhecimento. Com isso, é evidente que o aprendizado não ocorre somente com relação aos alunos-monitorados, mas, no presente estudo, também, com relação às alunas-monitoras, que por meio de constantes revisões e explicações, apresentaram melhores performances em outras disciplinas do curso de Fisioterapia.

5 Conclusão

Mediante o que foi exposto, podemos concluir que o ensino-aprendizagem vivenciado nas atividades de monitoria em Anatomia Humana trouxe diversos benefícios, não apenas para os alunos-monitorados, mas, também, para as alunas-monitoras. Proporcionando melhora dos processos de comunicação e oratória e desenvolvimento intelectual, por meio de métodos alternativos e intensificados de estudo dos conceitos da disciplina foco desta monitoria, sendo estes resultados úteis para as demais disciplinas do componente curricular do curso de Fisioterapia, contribuindo para a formação profissional.

6 Referências

BASTOS, Maria Helena Camara; DE FARIA FILHO, Luciano Mendes. **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Universidade de Passo Fundo, EDIUPF, 1999.

CARRILLO, Rubiela et al. **Dashboard for monitoring student engagement in mind mapping activities**. In: Advanced Learning Technologies (ICALT), 2017 IEEE 17th International Conference on. IEEE, 2017. p. 433-437.

DA CUNHA JÚNIOR, Fernando Rezende. **Atividades de monitoria: uma possibilidade para o desenvolvimento da sala de aula**. Educação e Pesquisa, v. 43, n. 3, p. 681-694, 2017.

DANTAS, Otilia Maria. **Monitoria: fonte de saberes à docência superior.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 95, n. 241, 2016.

DA SILVA, Adelina Lopes; SIMÃO, Ana Margarida Veiga; SÁ, Isabel. **A AUTO-REGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM: ESTUDOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS.** InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS, v. 10, n. 19, 2016.

DA SILVA, Mayara Gobetti Fernandes; LOPES, Aline Chitto; DOS SANTOS, Larissa Macedo. **Monitoria Como Processo De Ensino-Aprendizagem E Formação De Futuros Professores De Química.** 2012.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. **Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada.** Pro-Posições, v. 27, n. 1, p. 133-153, 2016.

HEWARD, William L.; HERON, Timothy E.; COOKE, Nancy L. **Tutor huddle: Key element in a classwide peer tutoring system.** The Elementary School Journal, v. 83, n. 2, p. 115-123, 1982.

MATOSO, Leonardo Magela Lopes. **A importância da monitoria na formação acadêmica do monitor: um relato de experiência.** CATUSSABA-ISSN 2237-3608, v. 3, n. 2, p. 77-83, 2014.

MONEREO, C. **Aprender entre iguais e com iguais.** Tutoria: aprendizagem entre iguais. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MOURTHÉ FILHO, Antônio et al. **Refletindo o ensino da Anatomia Humana.** Enfermagem Revista, v. 19, n. 2, p. 169-175, 2016.

ONRUBIA, Javier. **Ensinar: criar zonas de desenvolvimento proximal e nelas intervir.** O construtivismo na sala de aula, v. 6, 1996.

SCARPARO HAAG, Guadalupe et al. **Contribuições da monitoria no processo ensino-aprendizagem em enfermagem.** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 61, n. 2, 2008.

**A ACESSIBILIDADE NA URI – SÃO LUIZ GONZAGA PERCURSOS,
CONQUISTAS E DESAFIOS**

**THE ACCESSIBILITY IN THE URI - SÃO LUIZ GONZAGA PATHWAYS,
CONQUESTS AND CHALLENGES**

Fernanda Marques Grings¹⁰⁴

Sabrina Burin¹⁰⁵

José Konzen¹⁰⁶

Lizandra Andrade Nascimento¹⁰⁷

Resumo: O texto relata as ações do projeto de Iniciação Científica intitulado “A Acessibilidade na URI - São Luiz Gonzaga – A Construção de uma universidade acessível a todos”, cujo objetivo primordial é diagnosticar a realidade atual da IES, mapear as estratégias a serem operacionalizadas com vistas à construção de uma Universidade acessível a todos. As discussões a respeito da acessibilidade perpassam os debates sobre a educação contemporânea, sobretudo a partir da publicação de documentos significativos. Além disso, enfrentar os desafios da inclusão torna-se imperativo em um momento em que presenciamos o aumento do número de matrículas de pessoas com deficiência no Ensino Superior, que entre 2000 a 2010, atingiu 933,6%, totalizando 13.403 estudantes na rede particular. Por meio deste projeto, foram implementadas melhorias na infraestrutura da Universidade e averiguadas as percepções da comunidade acadêmica acerca da inclusão, a partir da aplicação dos questionários. Os dados obtidos apontam a necessidade de ampliar as discussões a respeito da acessibilidade, especialmente no que trata da questão atitudinal, posto que a efetivação da acessibilidade demanda, sobretudo, mudanças a nível de concepções e posturas. Também é digno de nota o fato de que os docentes indicam o aspecto pedagógico como mais desafiador no momento atual da URI-SLG, demandando formação continuada/permanente para que os professores consigam adequar as suas propostas pedagógicas aos distintos sujeitos com os quais trabalham. Diante do exposto, averiguamos que a pesquisa propiciou constatações importantes, as quais podem embasar a elaboração conjunta de estratégias para a materialização da acessibilidade e dos princípios da inclusão educacional. Em parceria com o Núcleo de Acessibilidade da instituição, busca-se garantir o acesso e a permanência das

¹⁰⁴ Acadêmica do Curso de Fisioterapia da URI – São Luiz Gonzaga. Bolsista de Iniciação Científica, do projeto Acessibilidade na URI-SLG. E-mail: nandagrings@hotmail.com.

¹⁰⁵ Acadêmica do Curso de Educação Física da URI – São Luiz Gonzaga. Bolsista de Iniciação Científica, do projeto Acessibilidade na URI-SLG. E-mail: nandagrings@hotmail.com.

¹⁰⁶ Bacharel em Administração. Acadêmico de Ciências Contábeis. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Bolsista de Iniciação Científica. Josekonzen41@gmail.com.

¹⁰⁷ Doutora em Educação. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Grupo de Pesquisa Política, Educação e Cidadania. lizandra_a_nascimento@yahoo.com.br.

peças com deficiência no ensino superior e a concretização de políticas de acessibilidade.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Ensino Superior. URI-SLG.

ABSTRACT: The text reports the actions of the Scientific Initiation project entitled "Accessibility in the URI - São Luiz Gonzaga - The Construction of a University accessible to all", whose main objective is to diagnose the current reality of the institution, to map the strategies to be operationalized with views the construction of a accessible university to all. The discussions on accessibility go through the debates on contemporary education, especially since the publication of significant documents. In addition, meeting the challenges of inclusion becomes imperative at a time when we are witnessing an increase in the number of enrollments of people with disabilities in Higher Education, which between 2000 and 2010 reached 933.6%, totaling 13,403 students in the private education. Through this project, were made improvements in the University's infrastructure and the perceptions of the academic community about the inclusion were verified, from the application of the questionnaires. The information obtained points out the need to broaden the discussions about accessibility, especially in what concerns the attitudinal issue, since the effectiveness of accessibility demands, above all, changes in conceptions and attitudes. It is also noteworthy that teachers indicate the pedagogical aspect as more challenging in the present moment of the URI-SLG, demanding continuous / ongoing training so that teachers can adapt their pedagogical proposals to the different subjects with whom they work. Given the above, we found that the research provided important findings, which may support the joint elaboration of strategies for the materialization of accessibility and the principles of educational inclusion. In partnership with the Center for Accessibility of the institution, it seeks to guarantee access and permanence of people with disabilities in higher education and the implementation of accessibility policies.

KEY WORDS: Accessibility. Inclusion. Higher education. URI-SLG.

1 Introdução

O Projeto de Iniciação Científica Acessibilidade na URI – São Luiz Gonzaga, contribui para a consolidação do Programa e para tornar a URI-SLG um espaço plenamente acessível a todos.

Neste estudo, relatamos os resultados obtidos na etapa de aplicação de questionários junto aos distintos segmentos da comunidade acadêmica – docentes, funcionários técnico administrativos e acadêmicos dos Cursos de Graduação da URI-SLG.

Nesse processo, analisamos a percepção dos mesmos sobre acessibilidade e inclusão, possibilitando identificar os avanços e as fragilidades no contexto da

pesquisa e elaborar estratégias para possíveis transformações, para de fato, garantir acessibilidade e tornar a instituição inclusiva e acessível a todos.

Fundamentos Teóricos

Para Arendt (1972, p. 247), a educação revela o quanto amamos nosso mundo e desejamos evitar que ele seja destruído pela chegada dos novos e a conseqüente introdução da novidade. E, ao mesmo tempo, expressa nosso amor pelas crianças, de maneira que possamos acolhê-las em um mundo compartilhado. Obviamente, a educação não é responsável sozinha pela transformação da sociedade nem pela resolução de problemas sociais e políticos frente aos quais não temos sido competentes. É necessário que a sociedade como um todo se articule na busca de soluções viáveis para tais problemas.

Para dar conta da inclusão, as instituições educativas, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior necessitam de uma série de medidas que incluem os aparatos tecnológicos e a infraestrutura, bem como a formação e a capacitação dos profissionais, destacando-se nesse íterim, a almejada constituição de equipes interdisciplinares.

Para Mantoan (2007), incluir significa:

[...] a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

Atuar na educação inclusiva constitui-se como um desafio considerável, envolvendo a mudança de paradigmas e a busca de conhecimentos que propiciem uma atuação competente, tendo como aspecto norteador a educação como direito de todos. Posto que, a partir disso, todos os esforços devem convergir para um processo educativo que propicie, a todos, oportunidades de desenvolvimento de habilidades e competências e à construção de conhecimentos, respeitadas as peculiaridades de cada indivíduo. Trata-se de oportunizar a todos experiências de ensino e aprendizagem que tragam aos sujeitos possibilidades de compreender o

mundo, aos outros e a si mesmos, realizando-se como seres humanos, inseridos em uma comunidade efetivamente acolhedora.

Assim sendo, o processo de inclusão supõe muito mais do que a adequação física e arquitetônica, implicando na ressignificação das posturas e atitudes frente às diferenças e na transformação das práticas educacionais, possibilitando o exercício pleno da cidadania, o combate à exclusão e ao estabelecimento de relações equitativas.

Para Ferreira (2007), inclusão não significa inserir a pessoa com limitações ou dificuldades dentro do sistema de ensino, mas sim preparar esse ambiente para recebê-la. Nessa perspectiva, [...] incluir significa organizar e implementar respostas educativas que facultem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva; envolve a remoção de barreiras arquitetônicas sim, mas sobretudo das barreiras atitudinais - aquelas referentes ao “olhar” das pessoas normais e desinformadas – para que se promova a adequação do espaço psicológico que será compartilhado por pessoas muito diferentes entre si. (CARVALHO, 1999 apud FERREIRA, 2007, p. 44).

Sassaki (1997) considera que a efetivação da inclusão social e educacional vincula-se a princípios como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência com diferentes grupos sociais e a aprendizagem através da cooperação. Trata-se, pois, da construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físico (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte), nos procedimentos técnicos e principalmente na mentalidade de todas as pessoas, como também das pessoas com necessidades especiais. Inclusão e exclusão são facetas de uma mesma realidade: discutir mecanismos para viabilizar a inclusão social, econômica, digital, cultural ou escolar significa admitir a lógica intrinsecamente excludente presente nos atuais modos de organização e produção social que se quer modificar (MATISKEI, 2004).

Em se tratando especificamente do Ensino Superior, os Referenciais de Acessibilidade no Ensino Superior e Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Nacional (SINAES – 2013, p. 12) ressaltam que, no encadeamento das recomendações legais da educação inclusiva, é possível perceber o aprofundamento da discussão sobre o direito de todos à educação, o que

favorece a problematização acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos. Segundo estes Referenciais, tendo em vista a educação inclusiva e os pressupostos legais e conceituais, uma instituição de educação superior socialmente responsável é aquela que:

1. identifica as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena;
2. estabelece metas e organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas;
3. pratica a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial;
4. reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica; e
5. promove acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços.

Dessa maneira, além de viabilizar o atendimento aos requisitos legais e normativos da acessibilidade, almejamos contribuir para o fortalecimento da Universidade como espaço democrático, igualitário e acessível, primando pelo desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, com respeito às suas especificidades e limitações.

Metodologia

Tendo em vista o propósito de analisar as condições de acesso das pessoas com deficiência à Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – São Luiz Gonzaga, compreendendo a realidade e os desafios para a implementação e a otimização de políticas públicas de acessibilidade e educação inclusiva, o projeto contempla as seguintes etapas:

- Elaboração de um diagnóstico situacional da URI – São Luiz Gonzaga.
- Levantamento do histórico da acessibilidade na URI-SLG.
- Entrevista com os distintos segmentos da comunidade acadêmica, para conhecer as concepções sobre acessibilidade, bem como avaliar os avanços, as fragilidades e os desafios para a efetivação das políticas de inclusão.
- Mapeamento de estratégias para o enfrentamento da exclusão e a construção da cidadania das pessoas com deficiência.

– Elaboração de relatório final com análise qualitativa com base em bibliografia atual, sobre a temática da diversidade e da acessibilidade, e na documentação e legislação atual sobre a temática da pesquisa.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa, em conformidade com o Parecer - CAAE: 48083615.1.0000.5354.

Resultados

Contemplando o Plano de Trabalho, foram aplicados os questionários junto aos distintos segmentos da comunidade acadêmica da URI-SLG, averiguando as percepções dos mesmos sobre a inclusão no Ensino Superior. Assim sendo, conhecemos as concepções dos integrantes dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Educação Física, Engenharia Elétrica, Direito e Fisioterapia a respeito da acessibilidade.

Obtivemos o retorno de vinte e nove questionários de professores e trinta e quatro de funcionários técnico-administrativos. Traçando-se o perfil dos participantes, verificamos que entre os docentes há o predomínio de pessoas do gênero masculino (51,7%) e, entre os funcionários predominam as pessoas do gênero feminino (53%). No segmento professores, a faixa etária estende-se dos vinte e cinco a mais de sessenta anos, sendo que 3,45% situa-se na faixa etária de até vinte e cinco anos; 58,62% possuem de 26 a 40 anos; 27,58% possuem de 41 a 60 anos; e 10,35% possuem mais de sessenta anos.

No tange aos funcionários técnico-administrativos, observamos que 59% dos funcionários estão entre 1 a 5 anos na universidade, 26% estão a menos de 1 ano, 15% estão a mais de 10 anos na instituição e entre 6 a 10 anos não há funcionários. Em relação a faixa etária existe o predomínio de funcionários entre 26 a 40 anos e os funcionários que responderam ao nosso questionário, encontram-se 5 dos 16 aos 25, 10 entre os 41 e 60 e nenhum acima de 60 anos. No segmento acadêmicos, obtivemos o retorno de sessenta e quatro questionários, sendo 12 do curso de Ciências Contábeis, 11 de Direito e de Administração, respectivamente; 10 dos cursos de Educação Física, Fisioterapia e Engenharia Elétrica, respectivamente. E a faixa etária dos acadêmicos estende-se dos vinte e cinco a mais de sessenta anos, sendo que 53,1% situa-se na faixa etária de até vinte e cinco anos; 37,5% possuem

de 26 a 40 anos; 7,81% possuem de 41 a 60 anos; e apenas 1,56% possuem mais de sessenta anos.

Discussão dos Resultados

Ao indagarmos o segmento docentes sobre a legislação referente à acessibilidade, observamos um nível relativo de conhecimento destas leis, posto que, os professores afirmaram conhecer em parte a legislação; - 20,7% dos professores afirmam conhecer as leis; - 6,9% referem desconhecer as leis; e 72,4% consideram que as conhecem em parte.

Quanto à importância da temática da acessibilidade, os docentes foram unânimes ao afirmar que esta é relevante e necessária. Sobre a presença da temática nas aulas ministradas, 51,7% dos professores consideram que a acessibilidade perpassa suas práticas pedagógicas. Os demais 48,3%, explicitaram que o tema não é contemplado nas aulas que ministram no Ensino Superior, nos distintos cursos de graduação da URI – São Luiz Gonzaga.

Quanto à própria prática pedagógica, perguntamos sobre a adaptação das metodologias, 62% dos professores que responderam ao questionário, relatam que não realizam adaptações em suas propostas para atender ao público incluído. No que concerne aos desafios para a inclusão, os docentes descreveram como mais complexo o âmbito atitudinal, seguindo pelo arquitetônico e o pedagógico. Especificamente, em se tratando da URI-SLG, indicam que a Universidade precisa avançar nos aspectos pedagógicos, principalmente, seguido dos fatores atitudinais e arquitetônicos, como demonstra o gráfico seguinte.

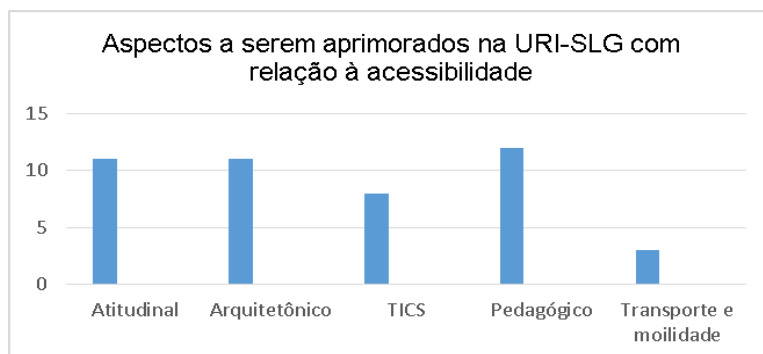


Gráfico 1 – Aspectos a serem aprimorados na URI-SLG com relação à acessibilidade

Fonte: Elaborado pela equipe do projeto

Quanto ao envolvimento dos docentes no processo inclusivo, 51,7% dos professores participantes relatam que contribuem com a inclusão na Universidade, 10,3% referem que não cooperam com este processo e 38% afirmam contribuir parcialmente para a efetivação da acessibilidade na URI-SLG. Estes escores estão detalhados no gráfico a seguir.

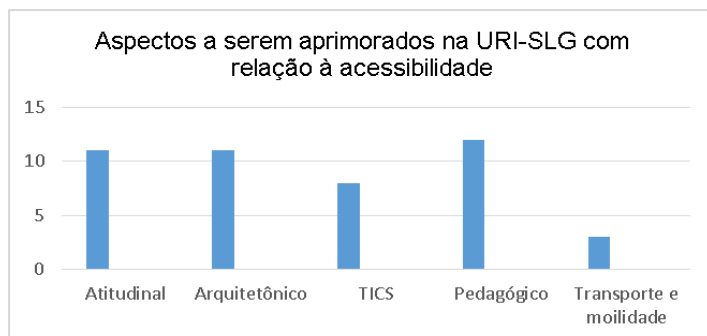


Gráfico 2 – Contribuições dos docentes para o processo de inclusão na URI-SLG

Fonte: Elaborado pela equipe do projeto

Em linhas gerais, estas são as percepções dos professores apuradas a partir da aplicação do questionário. Tais posicionamentos propiciam a compreensão das circunstâncias atuais e dos desafios a serem enfrentados para a implementação da acessibilidade plena na IES. Estes dados podem ser comparados às concepções dos funcionários técnico-administrativos, complementando a análise do perfil dos profissionais que atuam na URI-SLG, especialmente no tocante às suas compreensões e posturas frente à questão da acessibilidade.

Analisando-se os posicionamentos dos funcionários da instituição, constatamos que, com relação ao reconhecimento da deficiência, apenas 3 dos 34 técnicos-administrativos alegaram algum tipo de deficiência, condizendo com a política da URI que respeita e inclui pessoas com algum tipo de deficiência no seu quadro de funcionários. Quando questionados sobre seu nível de conhecimento referente à acessibilidade, 18% responderam que não têm conhecimento da legislação, 27% responderam que conhecem a legislação e 56% dos funcionários responderam que seu conhecimento é limitado mas já tem um entendimento básico sobre o assunto e alguns dos funcionários responderam que conhecem algumas

normas e leis por causa das palestras e atividades propostas pelo Núcleo de Acessibilidade da Universidade.

Em sua totalidade, os funcionários consideram o tema inclusão e acessibilidade de extrema relevância e relataram a importância do processo de mudança para uma universidade acessível a todos. Quando questionados sobre sua participação em eventos/cursos/palestras sobre acessibilidade, identificamos um dado curioso, 29% dos sujeitos da pesquisa relataram que participam de eventos sobre a temática, mas 71% dos funcionários responderam que não participam de eventos.

Quando indagamos sobre a existência de funcionários e professores trabalhando na universidade com algum tipo de deficiência 89% dos funcionários responderam que sim e apenas 11% responderam que não sabem que há professores e funcionários com algum tipo de deficiência trabalhando nas dependências da universidade. Ao serem questionados sobre os desafios frente à acessibilidade, 50% indicaram o quesito atitudinal como principal fator a ser enfrentado.

Com relação às fragilidades da Universidade, 58% dos funcionários apontaram a questão de acessibilidade arquitetônica, relatando a falta de pisos táteis, sinalização e placas em braile. A partir disso, contatamos o Núcleo de Acessibilidade, elaboramos um projeto com rota acessível, necessidade de placas em braile, piso tátil e entregamos para a direção da universidade que realizou a compra dos materiais para em consonância com a missão e visão da URI tornarmos a nossa universidade plenamente acessível e inclusiva.

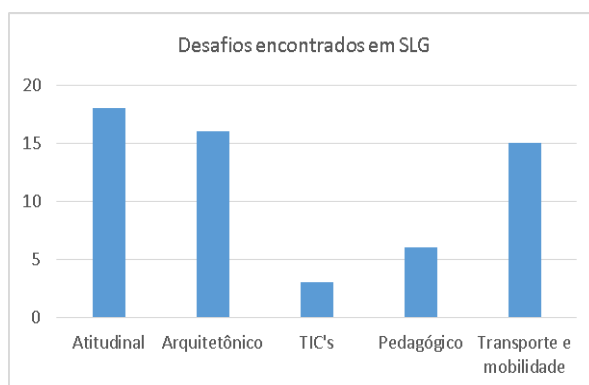


Gráfico 3 – Desafios encontrados em São Luiz Gonzaga (SLG)

Fonte: Elaborado pela equipe do projeto

Entre os acadêmicos, observamos que o conhecimento dos termos e legislações vigentes sobre acessibilidade e inclusão torna-se fundamental para promover transformações e melhorias no convívio social e acadêmico. Ao indagarmos sobre a compreensão dessa temática, observamos que apenas 6,25% dos respondentes afirma conhecer as legislações, 39,06% desconhecem e 54,6% sabem em partes.

No geral, averiguamos que 90,6% dos acadêmicos consideram significativa a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Comparando-se as opiniões dos distintos cursos, observamos que 25% dos acadêmicos de Ciências Contábeis, 10% de Educação Física e 20% de Engenharia Elétrica não consideram importante a inclusão de pessoas com deficiência na Universidade, onde nas colunas em cor azul são afirmações positivas sobre a importância da inclusão e as de cor laranja correspondem ao aluno que não acha essencial a inclusão no ensino superior.

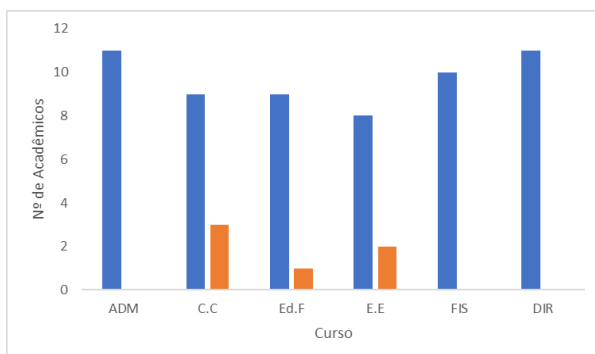


Gráfico 4 - Importância da inclusão de pessoas com deficiência no ES

Fonte: Elaborado pela equipe do projeto

Na ótica dos acadêmicos respondentes, os desafios para a acessibilidade plena relacionam-se, principalmente a questões arquitetônicas. Isso porque, avaliaram o grau de dificuldade para a consolidação da inclusão, do seguinte modo: aspectos arquitetônicos (56,25%); meios de transporte (39,06%); questões atitudinais (35,93%); fatores pedagógicos (28,12%) e TIC's (9,3%).

Quando questionarmos sobre os aspectos em que a URI-SLG precisa avançar em termos de acessibilidade, 55,07% dos acadêmicos relatam questões arquitetônicas, 36,23% meios de transporte, 28,95% mudanças pedagógicas,

20,28% questões atitudinais e 15,94% TIC's. Sobre as contribuições de cada um para o processo inclusivo, 92,18% dos acadêmicos afirma contribuir positivamente para a concretização da acessibilidade. Dentre as formas de cooperar com a inclusão, os respondentes apontam, principalmente, o respeito pelos outros e a defesa dos ideais da acessibilidade na URI-SLG e na sociedade como um todo.

As principais considerações dos acadêmicos foram as seguintes: - Ampliar o acesso a tecnologias, que permitam a inclusão de deficientes; - aumentar o número de rampas de acesso; - facilitar o acesso à URI São Luiz Gonzaga; - disponibilizar material ampliado; - facilitar o acesso para cadeirantes; - oferecer acompanhamento acadêmico para os alunos que solicitarem; - desenvolver mais pesquisas sobre o tema; - instalar um banheiro em cada andar, com acesso facilitando com rampas.

Os dados obtidos permitem compreender as percepções dos professores, dos funcionários e dos acadêmicos da URI – São Luiz Gonzaga a respeito da acessibilidade. As opiniões e posicionamentos expressam o entendimento de que a inclusão, além de um direito, é uma questão de enriquecimento das relações interpessoais, acolhendo as diferenças e aprendendo com as mesmas. No entanto, é preciso avançar, percebendo que a acessibilidade não se restringe à questão arquitetônica. Incluir implica aprimorar a infraestrutura, mas também requer mudanças em termos de atitudes, propostas pedagógicas, tecnologias e mobilidade.

Considerações Finais

O projeto “Acessibilidade na URI-SLG”, juntamente com o Núcleo de Acessibilidade, oportuniza o espaço para o aprofundamento de debates e para a compreensão das percepções do Conselho Gestor da URI-SLG: Direção Geral e Coordenadores de Cursos, dos docentes do Ensino Superior, dos funcionários técnico-administrativos, dos acadêmicos e de representantes da comunidade, averiguando dados sobre as condições de acesso no meio universitário. Conhecer a realidade é indispensável para nela atuar com a eficácia e a eficiência almejadas, entendendo as demandas e os desafios a serem enfrentados.

O mapeamento do contexto atual propicia a elaboração de estratégias para o enfrentamento da exclusão e a construção da cidadania das pessoas com deficiência. Dessa maneira, espera-se cooperar para dar visibilidade ao tema e para a melhoria progressiva da inclusão das pessoas com deficiência no contexto

universitário, bem como contribuir para aprimorar as políticas e as ações de inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior.

Dessa forma, além de discutir sobre os aspectos atitudinais, físicos, arquitetônicos, digitais, pedagógicos e de mobilidade relacionados à inclusão, é salutar que sejam ampliados os espaços de reflexão sobre a temática, buscando a superação das barreiras que ainda entravam a mobilidade urbana em São Luiz Gonzaga e o acesso ao Ensino Superior na URI-SLG. Por fim, a exemplo da Universidade, as demais instituições podem aprofundar e consolidar o processo de inclusão, a fim de que possamos, em breve, viver em uma sociedade humanizada, solidária e que respeita as diferenças.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Avaliação de Cursos de Graduação**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001. p. 69.

BELISÁRIO, J. **Ensaio Pedagógico. Construindo Escolas Inclusivas**. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CARVALHO, R. C. Representações sociais: dos modelos de deficiência à leitura de paradigmas educacionais. 219p, 2005. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação, Santa Maria.

CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, n.27, p. 85-92, 2006.

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília v.13, n.1, p. 43-60, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento**. Cad. CEDES, Set. 1998, vol.19, no.46.

MATISKEI, A. C. R. M. **Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas**. In: Educar em revista, Curitiba, n.23, p. 185-202, 2004.

MENDES. In: PALHARES, M. S; MARINS, S. S. (Org). **Escola Inclusiva**. São Carlos: EduFSCAR, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

TESSARO. N. S. **Inclusão Escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 45.

SASSAKI, Romeu. Revista Integração. MEC. Brasília, v.8, n.20, p.09-17, 1998. p.12.

**CERTIFICAÇÃO AGROFLORESTAL E DE EXTRATIVISMO NO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL**

**AGROFORESTRY AND EXTRACTIVISM CERTIFICATE IN THE STATE OF RIO
GRANDE DO SUL**

HÜLLER, Alexandre¹⁰⁸

LINAUER, Elenir Dhamer²

POPPE, Jean Lucas⁴

HERRMANN, Geancarlo³

URRUTH, Leonardo⁵



RESUMO: Estratégias de reposição florestal associadas à lavoura e pecuária intensificam o uso da terra e integram os componentes do sistema produtivo de forma sinérgica, aumentando a ciclagem de nutrientes e garantindo competitividade e a qualidade por meio da produção de alimentos mais saudáveis, com redução dos volumes (ou ausência) de agrotóxicos. O presente estudo objetiva apresentar o procedimento e as possibilidades de emissão do Certificado Florestal para sistemas agroflorestais e de extrativismo no estado do Rio Grande do Sul, com ênfase no trabalho desenvolvido no noroeste do Estado. Verificou-se que a Certificação Florestal está prevista no Sistema *Online* de Licenciamento Ambiental (SOL) do Estado do Rio Grande do Sul, sendo um procedimento menos burocrático e mais informativo para os produtores rurais. Este processo de certificação proporciona a geração de renda para os agricultores e, concomitantemente, contribui para a manutenção da biodiversidade gaúcha. Na região noroeste do RS destaca-se o

¹⁰⁸ Biólogo Me. Analista Ambiental da Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do RS. Santa Rosa - RS; e-mail: alexandre-huller@sema.rs.gov.br

² Bióloga Coordenadora do Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado SEMA/FEPAM de Santa Rosa.

³ Acadêmico de Ciências Biológicas (b) – Universidade de Passo Fundo (UPF) – Estagiário.

⁴ Doutor em Biologia. Departamento de Ciências Biológicas, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), São Luiz Gonzaga, CEP: 97800-000, São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jlucaspoppe@gmail.com.

⁵ Biólogo Dr. Analista Ambiental da Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do RS. Porto Alegre - RS

elevado número de certificações florestais e o extrativismo florestal referente à coleta de frutos e folhas de espécimes de butiá (*Butia yatay*).

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Licenciamento Ambiental. Sustentabilidade.

ABSTRACT: Forest replenishment strategies associated with farming and livestock intensify land use and integrate the components of the production system in a synergistic way, increasing nutrient cycling and ensuring competitiveness and quality with healthier food production and reduction (or absence) of agrochemicals. The objective of the present work is to present the procedure and the possibility of issuing the Forest Certificate for agroforestry and extractivism systems in the state of Rio Grande do Sul, with emphasis on the work developed in the northwest of the State. It was verified that the Forest Certification is foreseen in the Online System of Environmental Licensing (SOL) of the State of Rio Grande do Sul, being a less bureaucratic procedure and more informative for the rural producers, who is able to generate income for the farmer and, concomitantly to this, contribute to the maintenance of biodiversity. Through this, it is concluded that sustainable extractivism and SAFs are modalities that, in addition to preserving the native species of the region, can increase the income of the farmers, contributing also to the maintenance of the environmental biodiversity. In the northwest region of the State of Rio Grande do Sul, forest extractivism refers to the collection of fruits and leaves of the butiá species (*Butia yatay*).

Keywords: Family Farming. Environmental Licensing. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Diversas legislações brasileiras mencionam a importância da implantação de sistemas agrários sustentáveis para a proteção e conservação ambiental e valorização cultural. Nesse sentido, sistemas que associam o desenvolvimento agropastoril com ações de reposição florestal, tais como Sistemas Agroflorestais (SAFs), são alternativas sustentáveis capazes de intensificar a produtividade e o rendimento econômico da propriedade rural (HÜLLER et al., 2018).

Estratégias de reposição florestal associadas à lavoura e pecuária intensificam o uso da terra e integram os componentes do sistema produtivo de forma sinérgica, aumentando a ciclagem de nutrientes e garantindo competitividade e qualidade com a produção de alimentos mais saudáveis e redução (ou ausência) de agrotóxicos. Além disso, há a manutenção da biodiversidade e conservação do solo e da água (Manual Agroflorestal da Mata Atlântica, 2007; Auler et al., 2014), possibilitando, também, a exploração florestal certificada. Segundo a Lei Federal nº 11.428/2006 e a Lei Federal nº 12.651/2012, as atividades de manejo agroflorestal sustentável para agricultores familiares são de interesse social, permitindo o manejo

em áreas de APP e Reserva Legal.

No entanto, deve-se salientar que a certificação florestal ocorre para o trabalho com espécies de plantas nativas não cultivadas, ou seja, aquelas que ocorrem na natureza. Por ser um sistema de menor escala, não é viável para uma aplicação de uso comercial industrial em grande escala.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo apresentar o procedimento e a possibilidade de emissão do Certificado Florestal para sistemas de extrativismo e SAF's – Sistemas Agroflorestais no Rio Grande do Sul, com ênfase no trabalho desenvolvido no noroeste do Estado para a adesão dos pequenos proprietários rurais a este instrumento de regularidade ambiental de suas atividades.

2. METODOLOGIA

O presente estudo se trata de um trabalho descritivo, referente à atividade de extrativismo sustentável e SAFs realizadas no Rio Grande do Sul, com ênfase ao extrativismo sustentável, que ocorre mais na região noroeste do Estado (abrangência do Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado de Santa Rosa). O sistema predominante nestes casos, na região é o extrativismo do cultivo de butiá, onde ocorre a coleta dos frutos e a extração da polpa pelos produtores rurais familiares.

Os dados regionais referentes aos produtores que a solicitaram a certificação florestal para sistemas agroflorestais e de extrativismo foram compilados para a elaboração de quadros e gráficos comparativos. Um esquema demonstrativo e instrutivo referente ao processo de requerimento de Certificação Florestal no Sistema Online de Licenciamento Ambiental (SOL) foi elaborado a partir de informações divulgadas por Hüller et al. (2018).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

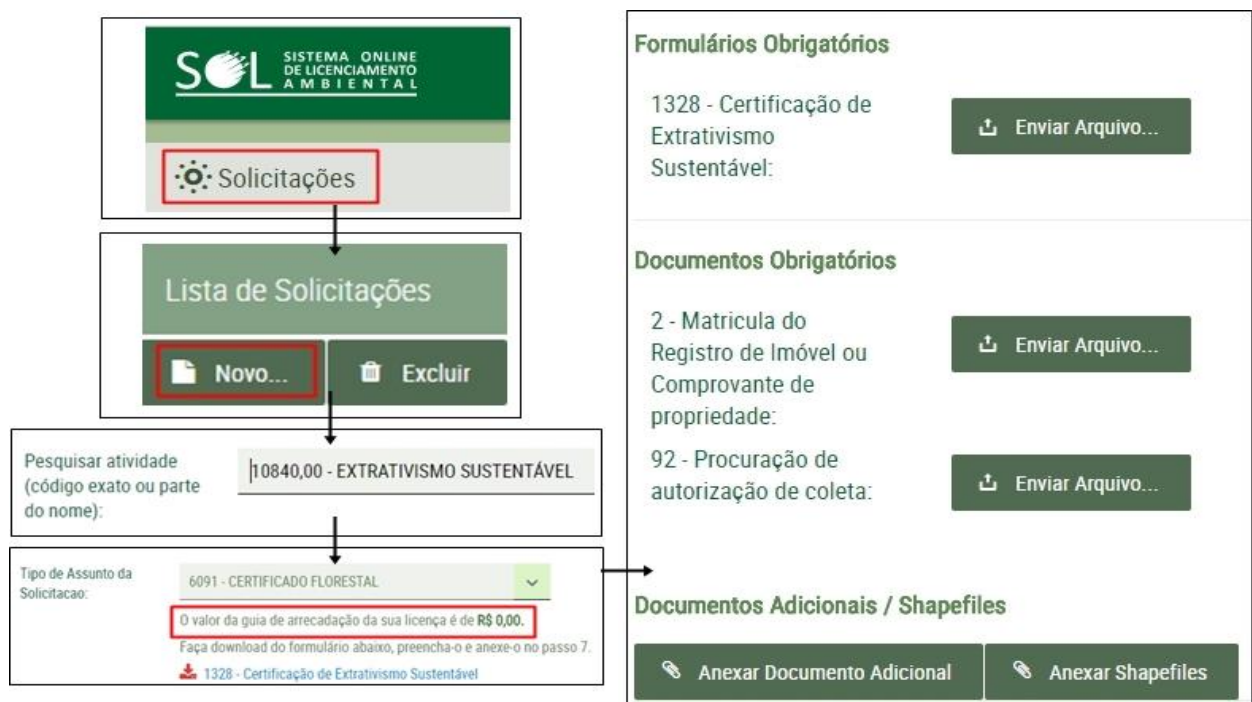
3.1 SISTEMA ONLINE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (SOL)

Para realizar o comércio com produtos oriundos de plantas nativas, existe exigência de autorização ambiental, prevista na Lei federal nº 11.428/2006, Arts. 23, 24, 25, 28, no Decreto Federal nº 6.660/2008, Art. 2º parágrafo 4º, e na Lei estadual nº 9.519/1992, Art. 6º, entre outros. Assim, uma das principais vantagens da

obtenção de Certificação Florestal é a segurança jurídica, obtida pelo produtor rural, para realizar suas atividades extrativistas sustentáveis. Atendimento prioritário é fornecido aos agricultores familiares (com área de até 4 módulos fiscais, sendo que todos os produtores constantes no Quadro 1 enquadram-se neste critério), populações tradicionais, quilombolas e indígenas, conforme Lei Federal nº 11.326/2006.

O Sistema SOL é de fácil acesso e permite que os próprios agricultores se cadastrem no *Login Cidadão* e se informem sobre os procedimentos e documentos necessários para solicitar a certificação (Figura 1), gratuitamente. Para acessar o SOL basta entrar no site da FEPAM ou da SEMA e procurar pelo banner do sistema. Os documentos que devem ser anexados junto à solicitação são poucos: matrícula do imóvel, procuração de autorização de coleta e formulário disponibilizado durante a solicitação.

Figura 1: Passo a passo para solicitação de certificado no SOL



Fonte: Adaptado de Hüller et al., (2018).

Portanto, através do SOL os agricultores que necessitam regularizar suas atividades de extrativismo e SAF's podem ingressar com seus respectivos documentos junto ao órgão ambiental estadual.

3.2 PROCEDIMENTOS DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

A Certificação Florestal é uma estratégia criada pela Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) com o objetivo de possibilitar, de forma legal, o manejo e aproveitamento de espécies da flora nativa. Este procedimento de certificação é pouco burocrático e rápido, o que pode resultar em maiores taxas de adesão dos agricultores, que podem incrementar sua renda, contribuindo ainda para a manutenção da biodiversidade e o enriquecimento florestal (SEMA, 2018).

Este procedimento abrange diferentes tipos de atividades que podem ser realizadas dentro de uma propriedade, sendo elas de Extrativismo Sustentável, ou seja, coleta de material não-madeirável, e SAF's, onde está autorizado o manejo e o corte controlado de espécies da flora nativa, podendo ser cultivada em consórcio com culturas agrícolas ou pastoris, e ainda o plantio para posterior aproveitamento com fins econômicos de qualquer espécie da flora nativa.

3.2.1 Certificação para extrativismo sustentável

A certificação para extrativismo é uma modalidade de regularização da atividade de extração e utilização de produtos da flora nativa não madeiráveis, que inclui a coleta de frutos, cascas, folhas, sementes, entre outros (SEMA, 2018).

Esta modalidade despertou interesse recente de agricultores da região de Giruá e Três de Maio, no noroeste do estado do RS, onde ocorre uma elevada incidência da espécie nativa de butiá (*Butia yatay*), que se encontra em perigo de extinção no território gaúcho (Fundação Zoobotânica RS, 2014). Nesta região, os agricultores usam a polpa do fruto na culinária, para o preparo de sucos, licores e doces e as folhas da árvore para a confecção de artesanato.

Com a exploração regularizada de produtos nativos, essa atividade pode representar alternativas de incrementar a renda das famílias que adotam este sistema, o que, conseqüentemente, acarreta no aumento do interesse por outros proprietários rurais e, também, na conservação de espécies nativas da flora regional, selecionadas para cultivo.

3.2.2 Certificação para sistemas agroflorestais (SAF's)

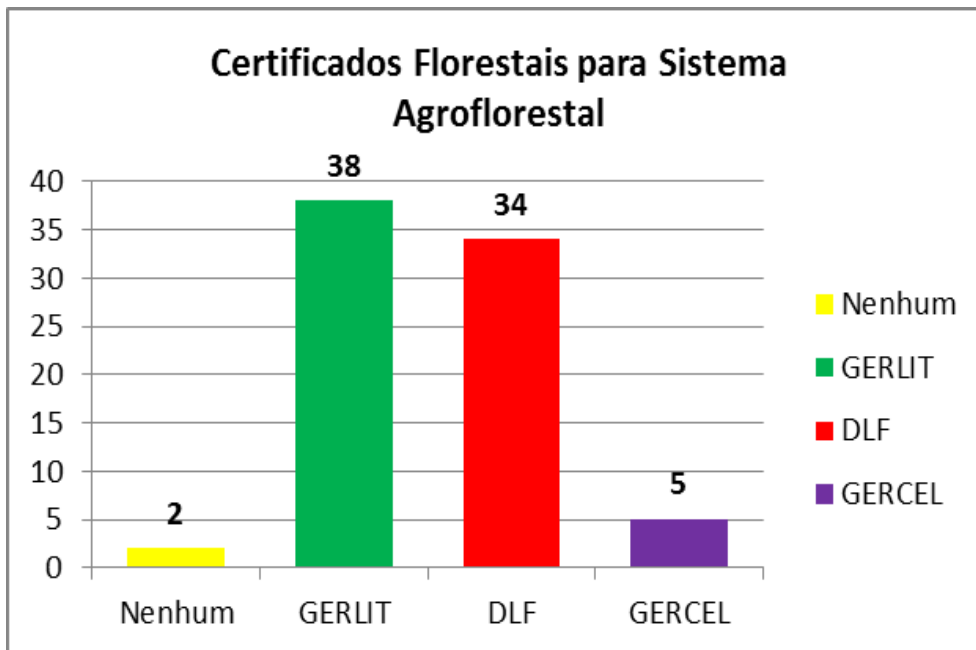
O sistema agroflorestal é uma atividade que envolve o consórcio de até três produções em uma mesma área na propriedade, envolvendo a agricultura, a pecuária e a silvicultura. Exploram-se os recursos de cada modalidade em conjunto, porém, em escala reduzida e com baixo impacto ambiental. Esse sistema é uma oportunidade de transformar a conservação do ambiente em uma renda extra para o pequeno agricultor rural.

Para receber a certificação de sistema agroflorestal, o agricultor, preferencialmente familiar, deve dar prioridade para a implantação de projeto em áreas degradadas ou com vegetação de capoeira (secundária em estado inicial de regeneração). É possível desenvolver o sistema em formações florestais mais maduras, porém possui maiores restrições legais.

3.3 RESULTADOS ALCANÇADOS NO RIO GRANDE DO SUL

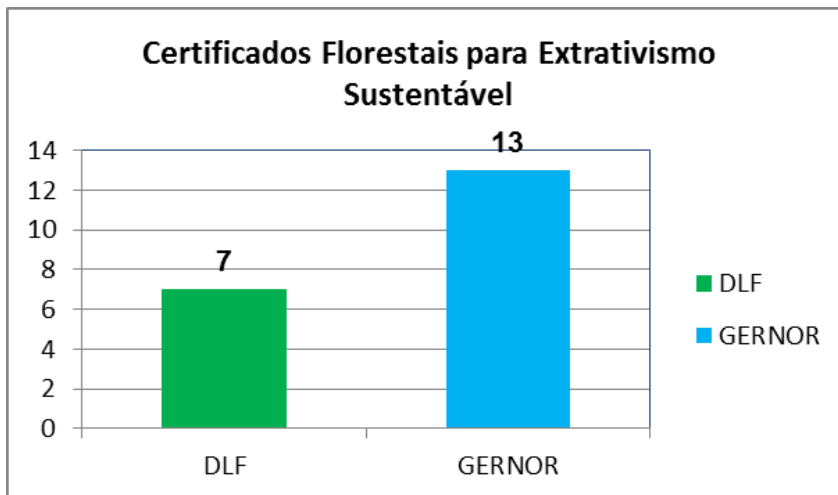
No Rio Grande do Sul totalizam 79 certificações no sistema SOL, com a maioria já emitida e em vigor. Verifica-se que a região com maior demanda de certificados é a da Gerência Regional Litoral (GERLIT). Dentro desta, destacam-se as cidades de Mampituba, Maquine, Três Cachoeiras e Morrinhos do Sul, com 10, 8, 7 e 4 certificados licenciados, respectivamente (Figura 2).

Figura 2. Número de Certificados Florestais para Sistemas Agroflorestais por Regional da SEMA/FEPAM. GERLIT: Gerência Regional Litoral; DLF: Divisão de Licenciamento Florestal da SEMA; GERCEL: Gerência Regional Centro/Leste.



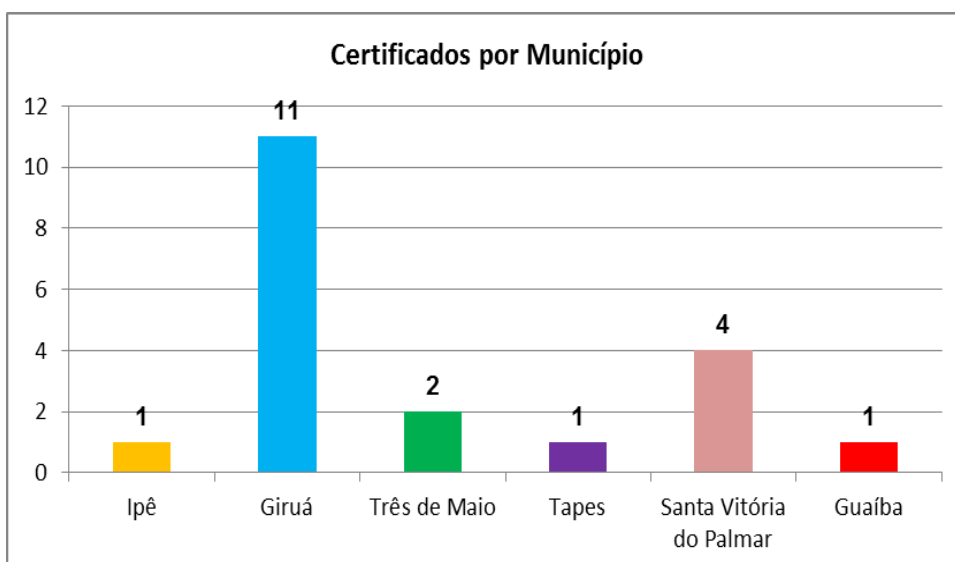
A maioria dos Certificados Florestais para Extrativismo Sustentável foi emitido pela GERNOR (regional da FEPAM/SEMA do Noroeste do estado do RS), com 11 certificados, enquanto a DLF (Divisão de Licenciamento Florestal da SEMA), localizada em Porto Alegre, emitiu sete certificados (Figura 3). A outra regional GERCEL (Regional Centro/Leste) apresentou cinco certificados e por fim, dois processos ingressaram no SOL, mas foram recusados, que estão contabilizados neste trabalho como “nenhum”.

Figura 3. Número de Certificados Florestais para Extrativismo Sustentável por Regional da SEMA/FEPAM. DLF: Divisão de Licenciamento Florestal da SEMA; GERNOR: Regional da FEPAM/SEMA do Noroeste do RS.



O município de Giruá, por ter maior ocorrência de butiá (*Butia yatay*), com utilização desta espécie por agricultores extrativistas, possui uma maior demanda por certificações (Figura 4). Pode-se verificar que o processo de certificação florestal ainda é pouco difundido no Rio Grande do Sul, porém, a região noroeste se destaca no cenário de exploração ambiental sustentável, pelo maior número de certificações.

Figura 4. Número de Certificados Florestais para Extrativismo Sustentável por Município.



3.3.1 Resultados na Região Noroeste do Rio Grande do Sul

Com relação à Certificação Florestal para extrativismo sustentável de produtos não madeiráveis de plantas nativas, recentemente, 19 agricultores

familiares ingressaram com pedido para regularização de suas atividades (Quadro 1), as quais incluem a coleta dos frutos das plantas para posterior venda e fabricação de sucos, sobremesas e licores, além da possibilidade de utilização das folhas e outros materiais em trabalhos artesanais (Büttow et al., 2009).

Quadro 1. Agricultores familiares do Rio Grande do Sul que buscaram a regularização de suas atividades de extrativismo e sistemas agroflorestais sustentáveis na SEMA.

Nº	Município	Tipo de Certificação	Objetivo	Cultivo predominante
1	Giruá	Extrativista	Extração de polpa da fruta de butiá	<i>Butia yatay</i>
2	Giruá	Extrativista	Extração de polpa da fruta de butiá	<i>Butia yatay</i>
3	Giruá	Extrativista	Extração de polpa da fruta de butiá	<i>Butia yatay</i>
4	Giruá	Extrativista	Extração de polpa da fruta de butiá	<i>Butia yatay</i>
5	Giruá	Extrativista	Extração de polpa da fruta de butiá	<i>Butia yatay</i>
6	Giruá	Extrativista	Extração de polpa da fruta de butiá	<i>Butia yatay</i>
7	Giruá	Extrativista	Extração de polpa da fruta de butiá	<i>Butia yatay</i>
8	Giruá	Extrativista	Extração de polpa da fruta de butiá	<i>Butia yatay</i>
9	Giruá	Extrativista	Extração de polpa da fruta de butiá	<i>Butia yatay</i>
10	Giruá	Extrativista	Extração de polpa da fruta de butiá	<i>Butia yatay</i>
11	Giruá	Extrativista	Extração de polpa da fruta de butiá	<i>Butia yatay</i>

12	Três de Maio	Extrativista	Extração de polpa da fruta de butiá	<i>Butia yatay</i>
13	Três de Maio	Extrativista	Extração de polpa da fruta de butiá	<i>Butia yatay</i>
14	Santa Vitória do Palmar	Extrativista	Extração de produtos oriundos do butiá	<i>Butia odorata</i>
15	Santa Vitória do Palmar	Extrativista	Extração de produtos oriundos do butiá	<i>Butia odorata</i>
16	Santa Vitória do Palmar	Extrativista	Extração de produtos oriundos do butiá	<i>Butia odorata</i>
17	Santa Vitória do Palmar	Extrativista	Extração de produtos oriundos do butiá	<i>Butia odorata</i>
18	Canoas	Extrativista	Extração de produtos oriundos de plantas nativas (principalmente jabuticaba)	<i>Plinia peruviana</i>
19	Ipê	Extrativista	Coleta de materiais lenhosos sobre o solo para artesanato	

Nota-se que todos os produtores são extrativistas, e a maioria faz uso do butiá, sendo que alguns possuem interesse em realizar, concomitante, um plantio de mudas de essências nativas em forma de SAF. Isso demonstra uma particularidade da região, especialmente do município de Giruá, que tem incentivado e fomentado o uso desta espécie na culinária e artesanato, promovendo, inclusive, uma feira anual do butiá (HÜLLER et al., 2018).

Estas constatações, ao mesmo tempo em que despertam a curiosidade e o interesse da sociedade, geram a preocupação de preservação das espécies nativas da flora. Nesse sentido, a SEMA tem buscado mapear as demandas e, através da Certificação Florestal, regularizar e regar o uso sustentável de produtos florestais nativos, de forma a manter a atividade viável em termos econômicos, sociais e ambientais.

3.4 PERSPECTIVAS FUTURAS

Na região noroeste do Rio Grande do Sul, A SEMA/FEPAM tem desenvolvido um trabalho muito expressivo na divulgação e orientação aos pequenos agricultores e às entidades que os representam, no sentido de incentivá-los a regularizarem suas atividades de extrativismo e SAF's. Com o processo de certificação, espera-se quebrar o paradigma que recai sobre os órgãos ambientais fiscalizadores, que são vistos com certa insegurança e receio por parte dos agricultores, incentivando o uso racional e sustentável de espécies nativos da flora gaúcha, aproximando os órgãos ambientais executores e os pequenos produtores rurais.

No momento, estão em andamento dois grandes projetos nas regiões noroeste e missões do Estado, financiados pela SEMA, que objetivam a instalação de SAF's em pequenas propriedade rurais, visando o cumprimento de Reposição Florestal Obrigatória (RFO) de empresas que obtiveram licenciamento florestal no órgão estadual. A perspectiva dos dois projetos é de cumprir esta RFO dentro de pequenas propriedades rurais com instalação de SAF's que viabilizem algum retorno econômico aos produtores, e o cumprimento da função social e ambiental da propriedade (HÜLLER et al., 2018).

Nesta perspectiva, foi lançado recentemente na URI – São Luiz Gonzaga o projeto intitulado “Sistemas Agrosilvipastoris na região das Missões: estratégias de produção sustentável, preservação e educação ambiental para a agricultura familiar”, o qual tem como objetivos implantar sistemas agroflorestais e silvipastoris na região das Missões, para o aumento da produção sustentável associada a estratégias de educação ambiental e pesquisas científicas de valorização da conservação do meio ambiente, principalmente da flora nativa regional. A proposta de trabalho será desenvolvida na região de abrangência dos municípios de São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, São Nicolau, Dezesesseis de Novembro, Garruchos e Bossoroca (URI – São Luiz Gonzaga, 2018).

Desta forma, este projeto, assim como os demais em andamento e que estarão por vir, certamente possibilitará um grande avanço para a sustentabilidade ambiental da região das missões e conseqüentemente do estado do Rio Grande do Sul.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser um procedimento novo no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, o procedimento de certificação agroflorestal e de extrativismo já apresenta bons resultados, havendo uma tendência de melhoria nos processos de desenvolvimento regional sustentável, uma vez que o extrativismo sustentável e os SAF's são modalidades que, além de preservar as espécies nativas da região, pode incrementar a renda dos agricultores, contribuindo ainda para a manutenção da biodiversidade ambiental.

5. REFERÊNCIAS

AULER, A.C. et al. Propriedades físico-hídricas do solo decorrentes do manejo em Sistemas Integrados de Produção. **Revista Ciência Agronômica**, 45:976-989, 2014.

BRASIL. Lei 11.326 – **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 2006.

BRASIL. Lei 11.428 – **Proteção do Bioma Pampa**. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto 6.660 – **Proteção do Bioma Pampa**. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 2008.

BRASIL. Lei 12.651 – **Código Florestal Brasileiro**. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 2012.

BRASIL. Lei 12.805 – **Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta**. Casa Civil, Brasília, 2013.

BÜTTOW, M. V. Conhecimento tradicional associado ao uso de butiás (*Butia spp.*, Arecaceae) no sul do Brasil. **Ver. Bras. Frutic**, Jaboticabal, SP, 31:1069-1075, 2009.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA RS. **Homologada a nova lista da flora gaúcha ameaçada de extinção**, 2014. Disponível em <<http://www.fzb.rs.gov.br/conteudo/4809/>>. Acesso em 09 out. 2018.

HÜLLER, A; KUYVEN, T. C.; MARTINELLI, T.; URRUTH, L.; LINAUER, E. D.; ANTUNES, H. R. F. **Certificação agroflorestal e de extrativismo no noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. In: XI Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais. Aracajú, Sergipe. 2018.

MANUAL AROFLORESTAL DA MATA ATLÂNTICA, 2007. Disponível em: <https://permacoletivo.files.wordpress.com/2008/05/apostila-1_manual-agroflorestal-junho-2007.doc>. Acesso em 09 out. 2018.

SEMA. **Sistemas Agroflorestais**, 2018. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/sistemas-agroflorestais>>. Acesso em 09 out. 2018.

URI. São Luiz Gonzaga. **URI-SLG realiza lançamento de projeto sobre Sistemas Agrossilvipastoris na região das Missões**. Disponível em: <<http://urisaoluiz.com.br/site/uri-slg-realiza-lancamento-de-projeto-sobre-sistemas-agrossilvipastoris-na-regiao-das-missoes/>>. Acesso em 09 out. 2018.

**DA CASA À ESCOLA: O QUE AS CRIANÇAS FALAM SOBRE
O MUNDO ROSA E AZUL
FROM HOUSE TO SCHOOL: WHAT CHILDREN SPEAK ABOUT THE PINK AND
BLUE WORLD**

Caroline das Chagas Oliveira¹⁰⁹

Sonia Bressan Vieira¹¹⁰

Resumo: O presente trabalho analisa dimensões que abrangem a relação das crianças com a questão de gênero e o comportamento das mesmas quando se questiona sobre o assunto. Tem como **objetivo** explorar a concepção de gênero e seus significados culturais na primeira infância, verificando o impacto que essas concepções, criadas desde a sociedade patriarcal e que permanecem na sociedade contemporânea, podem causar. Preocupa-se em reforçar a importância de trabalhar a igualdade de gênero, com o propósito de enfrentar e evitar a lógica adultocêntrica, visibilizando os direitos humanos. A **metodologia** usada foi a pesquisa bibliográfica, com embasamento teórico na visão de Scott, Butler, Louro, Foucault, Ariès e outros como a reportagem de Ana Luiza Basílio, na qual crianças de diferentes partes do mundo falam sobre como questões de gênero afetam sua vida. Evidenciaram-se **resultados e conclusões** como:- a verificação da relevância de passar valores humanizados e livres de distinção de gênero, enfatizando a extinção do mundo rosa/azul, onde cores, brinquedos, profissões e atitudes são separadas, e as meninas são preparadas para manter uma vida submissa, e os meninos, assumem posição superior. É perceptível que esses elementos integram um processo cultural que, ao lado da mídia, aliena as pessoas e os tornam reféns.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Corpo; Infância

Abstract: The present study analyzes the relation of children to the question of gender and their behavior when questioning about the subject. It aims to explore the conception of gender and its cultural meanings in early childhood, verifying the impact that these conceptions, created since the patriarchal society and that remain in the contemporary society, can cause. It is concerned with reinforcing the importance of working on gender equality, with the aim of confronting and avoiding the adult-centric logic, making human rights visible. The methodology used was the bibliographical research, with theoretical foundation in the vision of Scott, Butler, Louro and Foucault, Ariès and an article by Ana Luiza Basílio, in which children from

¹⁰⁹Acadêmica do 2º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Bolsista do Projeto de Pesquisa: Gênero e Violência: Direitos Humanos também para as mulheres URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania e da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail: carol.tcho@gmail.com

¹¹⁰Doutora em História. PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. Coordenadora da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail:soniabressanvieira@gmail.com.

different parts of the world talk about how gender issues affect their lives. The results have been demonstrated as: - verification of the relevance of passing humanized values and without distinction of gender, emphasizing the extinction of the pink / blue world, where colors, toys, professions and attitudes are separate, and girls are prepared to keep life submissive, and the boys, assume the superior position, it is perceptible that these elements integrate the cultural process that, along with the media, alienates the people and makes them hostages.

Keywords: Gender; Sexuality; Body; Childhood

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa questões que abrangem a relação das crianças com a questão de gênero e o comportamento das mesmas quando se questiona sobre o assunto. A inspiração deste estudo provém da reportagem realizada pela autora Ana Luiza Basílio, na qual crianças de diferentes partes do mundo falam sobre como questões de gênero afetam sua vida, matéria publicada originalmente na *National Geographic*.

Tem como objetivo explorar a real concepção de gênero e seus significados culturais na primeira infância, enfatizando sobre qual impacto que essas concepções, criadas desde a sociedade antiga e que permanecem na sociedade contemporânea, podem causar.

Preocupa-se em reforçar a importância de trabalhar a igualdade de gênero, com o propósito de enfrentar e evitar a lógica adultocêntrica, visibilizando sempre as práticas do humanismo e preservando os direitos humanos.

A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica, descritiva apresentando embasamento teórico de Joan Scott, Judith Butler, Michel Foucault, Philippe Ariès, entre outros. Foi possível obter resultados em relação aos elementos que são integrados no processo cultural.

O estudo está estruturado com os seguintes itens: Elucidando Conceitos: Gênero, Sexualidade, Corpo e Infância. Da casa à Escola e Considerações finais.

1- ELUCIDANDO CONCEITOS

Na elucidação deste estudo, quatro conceitos nos foram muito caros e importantes: **Gênero, Sexualidade, Corpo e Infância** sobre os quais passamos a analisar suas dimensões em relação aos demais assuntos abordados no presente trabalho.

1.1 GÊNERO & RÓTULOS

O gênero é constituído por características que são histórica, social e culturalmente construídas, e são assumidas individualmente através de papéis, gostos, costumes e comportamentos relacionadas a ‘ser homem’ e ‘ser mulher’.

Os comportamentos e costumes ditos “femininos” ou “masculinos”, interferem diretamente no direito de escolha de muitas meninas, em função de que existe um padrão rotulado na sociedade, qual limita suas decisões futuras.

Moreno (1999) menciona os símbolos e códigos impregnados na sociedade, tornando-se “etiquetas”, as quais definem sua conduta na sociedade por ser mulher ou homem:

[...] as meninas têm liberdade para serem cozinheiras, cabeleireiras, fadas madrinhas, mães que limpam seus filhos, enfermeiras etc., e os meninos são livres para serem índios, ladrões de gado, bandidos, policiais, “super-homens”, tigres ferozes ou qualquer outro elemento da fauna agressiva (MORENO, 1999, p. 32).

Desse modo, é perceptível analisar que todos esses aspectos fazem parte de uma cultura machista, repassada de geração em geração, e que permanece até os dias atuais. É relevante ressaltar que esse pensamento, torna-se uma afronta para o futuro das meninas, em função de que conduz a uma impressão de insuficiência no âmbito: “o que a mulher pretende ser”. O fato não é o que a mulher “pode”, e sim o que a mulher “quer”, afinal, todas possuem o direito de se tornar e ser aquilo que desejam.

Joan Scott não deixa de ressaltar sua concepção de gênero na esfera social, afirmando que: “o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens” (1989, p.7). Desta forma, confirma-se a existência das “etiquetas” atribuídas para mulheres e homens, definindo seus papéis e comportamentos na sociedade.

1.2 SEXUALIDADE

Existe um mundo totalmente distinto entre gênero e sexualidade. Deve-se criar um compartimento de separação entre essas dimensões, para que não se

perca em conceitos que possuem uma interpretação ampla. Judith Butler analisa essa conexão entre gênero e sexualidade, voltando-se novamente para esfera social e seus estereótipos, os quais definem seu gênero e estabelecem sua sexualidade,

é crucial manter uma conexão não-causal e não reductiva entre gênero e sexualidade. Exatamente devido ao fato de a homofobia operar muitas vezes através da atribuição aos homossexuais de um gênero defeituoso, de um gênero falho ou mesmo abjeto, é que se chama os homens gay de "femininos" ou se chama as mulheres lésbicas de "masculinas" (BUTLER apud Louro, 1996, p. 198)

Essa visão engloba uma realidade da vida de muitas pessoas, que possuem seu corpo, seu psicológico, seu comportamento, relações sociais, vestimentas, postura e outros diversos aspectos dotados de uma concepção, determinada por indivíduos da sociedade que muitas vezes nem fazem parte do seu círculo de vivência, mas que se sentem no direito de julgar e etiquetar pessoas.

Observa-se que é comum deparar-se com as expressões "gênero" e "sexo" empregadas como sinônimos. Porém, esses termos possuem significados distintos (FOUCAULT, 1988, p. 34).

Acerca dessa afirmação, Braga (2010) conceitua esses termos em relação com a construção social:

a diferença biológica é apenas o ponto de partida para a construção social do que é ser homem ou ser mulher, ou melhor, as diferenças anatômicas de se nascer macho ou fêmea. Sexo é atributo biológico, enquanto gênero é uma construção social e histórica. A noção de gênero, portanto, aponta para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino (BRAGA, 2007 apud BRAGA 2010, p.206).

Diante disso, é perceptível analisar que sexo difere homem de mulher através de uma análise corporal do indivíduo, vinculando-se aos aspectos naturais e biológicos, enquanto o gênero distingue homem de mulher por meio das características que os indivíduos adquirem ao longo de seu desenvolvimento, vinculando-se aos aspectos sociais, políticos e culturais.

Por outro lado, Gênero vai além de uma identidade adquirida oriunda da sociedade, ele também é a base dos organismos sociais. Segundo Scott (1990, p.16) o gênero é então um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana.

1.3 CORPO DE MENINOS E MENINAS NO CONTEXTO DA SALA DE AULA

Quando falamos em questões que abrangem a relação das crianças com a dimensão gênero e o comportamento das mesmas quando se questiona sobre o tema é interessante analisar o pensamento de Guacira Louro, em seu escrito - *Corpo, Escola e Identidade* (2000, p. 60) quando argumenta contra a ideia dicotômica da tradição dualista, de que “natureza e cultura estão separadas, e o corpo, localizado no âmbito da natureza, é negado na instância da cultura”. Assim, para Louro,

Na concepção de muitos, o corpo é ‘dado’ ao nascer; ele é um legado que carrega ‘naturalmente’ certas características, que traz uma determinada forma, que possui algumas ‘marcas’ distintivas. Para outros, no entanto, é impossível separar as duas dimensões. Nessa perspectiva, o corpo não é ‘dado’, mas sim produzido - cultural e discursivamente - e, nesse processo, ele adquire as ‘marcas’ da cultura, tornando-se distinto (2000, p.60).

A teórica inicia seu estudo afirmando que “o corpo parece ter ficado fora da escola” sendo essa, conforme ela, uma impressão errônea sobre as teorias educacionais e até mesmo de cursos de formação de professores. A autora, portanto, rebate essa posição ressaltando que “a preocupação com o corpo sempre foi central no engendramento dos processos, das estratégias e das práticas pedagógicas.” Reforça ainda que “o disciplinamento dos corpos acompanhou, historicamente, o disciplinamento das mentes.”(2000, p.60).

O que se observa é que o processo escolar, ainda neste início de século XXI, está preocupado em “vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, de jovens homens e mulheres.” E, é nesse sentido que, a estudiosa recorre ao teórico Michel Foucault afirmando que:

É possível perceber as inúmeras estratégias e técnicas inventadas para esquadrihar os corpos, para conhecê-los e escolarizá-los; para produzir gestos, posturas e movimentos educados, cristãos, civilizados, urbanizados, dóceis; para construir hábitos saudáveis, higiênicos, adequados, dignos. Na verdade, nos textos antigos é possível perceber, explicitamente, o quanto o corpo “fala” sobre a alma, o quanto ele está implicado e envolvido na sua construção (e também na construção da inteligência, da razão, enfim, na construção do sujeito) (LOURO, 2000, p. 60).

Louro discorre sobre o que ela chama de “marcas dos corpos”; marcas as quais temos que ler e interpretar e que instauram diferenças, de raça, de gênero, falam de sujeitos e de ‘identidades’. Portanto, na visão da autora: “observar os corpos de meninos e meninas; avaliá-los, medi-los, classificá-los. Dar-lhes, a seguir, uma ordem; corrigi-los sempre que necessário, moldá-los às convenções sociais”, são marcas que podem gerar indivíduos “aptos, produtivos e ajustados - cada qual ao seu destino [...] e, a um processo que, ao supor "marcas" corporais, as faz existir, inscrevendo e instaurando diferenças”. (LOURO, 2000, p. 61)

Mas que marcas são essas? O que, supostamente, elas mostram? As marcas devem nos "falar" dos sujeitos. Esperamos que elas nos indiquem - sem ambiguidade - suas identidades. Gênero? Sexualidade? Raça? Aparentemente seriam evidentes, "deduzidos" das marcas dos corpos (LOURO, 2000, p. 61).

Guacira Louro aborda o fato de que uma grande parte da sociedade pensa que cada um deve se enquadrar no protótipo “masculino” e “feminino”, qual possuiu todos os aspectos definidos, e que conseqüentemente, limita diversas pessoas de assumirem aquilo que realmente são, visto que corpo e gênero são diferentes:

Então, ficamos desconfortáveis se, por algum motivo, nossa leitura não é imediatamente clara e reveladora; se, por algum motivo, não conseguimos enquadrar alguém (ou a nós próprios) numa identidade a partir da aparência de seu corpo. Afinal, o sujeito é masculino ou feminino? É branco ou negro? O corpo deveria fornecer as garantias para tais identificações (LOURO, 2000, p.61-62).

Assim, se formos adeptos de uma concepção determinista, e, conforme ela, se admitirmos que as marcas caracterizam uma identidade,

Esquecemos de indagar a respeito das razões por que certas características (um pênis ou uma vagina, a cor da pele, o formato dos olhos ou do nariz) são tão especiais; deixamos de perguntar por que esses e não outros elementos (as orelhas, o tamanho das mãos ou dos braços, por exemplo) foram escolhidos como definidores de uma identidade sexual, de raça, étnica ou de gênero. Esquecemos que a identidade é uma atribuição cultural; que ela sempre é dita e nomeada no contexto de uma cultura. Esquecemos que os corpos são significados, representados e interpretados culturalmente, que diferentes sociedades e grupos atribuem significados também diferentes às características físicas: que determinados traços ou características podem ter importância, serem considerados notáveis e, então, se constituírem em "marcas" definidoras, ou, ao contrário, permanecerem banais, irrelevantes (LOURO, 2000, p. 62).

Mas, essas marcas são significados que se modificam, se alteram nas diferentes culturas e no decorrer dos tempos, "portanto, nem mesmo o corpo (tido, por muitos, como estável, universal e trans-histórico) pode servir como indicador definitivo e conclusivo das identidades. O corpo também escapa: ele é maleável; ele pode falar mil línguas, ter muitos significados ... ele engana e ilude". (LOURO, 2000,p. 63). Assim sendo, cabe aos professores, em sala de aula levar em conta essas considerações.

1.4 INFÂNCIA

É relevante enfatizar o conceito de infância e seus contextos interpretativos, os quais demonstram um aspecto social e cultural em relação à criança e seus aprendizados durante a vida. Visto que gerações se desenvolvem e mudam seu cenário social, é válido pesquisar conceitos de infância em diferentes épocas, com o propósito de destacar suas evoluções.

Stearns (2006) esclarece a relação de tempo com as variações desenvolvidas na infância, suas fases e o contínuo crescimento da criança, ressaltando que: "a infância pode apresentar variações impressionantes, de uma sociedade ou de um tempo a outro" (p.12), criando-se a interpretação de que a infância é uma etapa da vida, e ela é relativamente modificada com a oscilação do tempo e do espaço.

Num outro ponto de vista, Kuhlmann (2010) analisa a infância como um legado de experiências, e não apenas uma relação com o tempo e o espaço, afirmando que:

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las como produtoras da história (2010, p.30).

Assim sendo, é de suma importância evidenciar que em apenas quatro anos de diferença entre os conceitos citados acima em relação a esse tópico, foram criadas concepções e visões distintas, envolvendo tempo, espaço e representações, deixando em salvo que o futuro e a passagem da criança por essa etapa, depende

das suas experiências no tempo em que a sociedade se modifica, ou seja, crianças não são adultos em miniatura, serão adultos quando sua próxima etapa chegar, porém enquanto vivenciam a infância, devem ser apenas crianças.

Por outro lado, Philippe Ariès, analisa as fases da infância em relação aos brinquedos:

(...) primeiro, a idade dos brinquedos: as crianças brincam com um cavalo de pau, uma boneca, um pequeno moinho ou pássaros amarrados. Depois, a idade da escola: os meninos aprendem a ler ou seguram um livro e um estojo; as meninas aprendem a fiar. Em seguida, as idades do amor ou dos esportes da corte e da cavalaria: festas, passeios de rapazes e moças, corte de amor, as bodas ou a caçada do mês de maio dos calendários. Em seguida, as idades da guerra e da cavalaria: um homem armado (ARIÈS, 1981, p.9).

Essa afirmação constata as diversas experiências vivenciadas pelas crianças em épocas distintas, a cada ano, uma nova fase, e novamente essas brincadeiras e essas fases já são padronizadas, com papéis definidos para meninas e meninos.

2. DA CASA À ESCOLA: O QUE AS CRIANÇAS FALAM SOBRE O MUNDO ROSA E AZUL

Realizadas reflexões sobre os conceitos que alicerçam este ensaio, neste item aborda-se a análise da reportagem “Crianças falam sobre como questões de gênero afetam suas vidas” – tema inspirador deste trabalho. Tem como suporte básico a reportagem realizada pela autora Ana Luiza Basílio, na qual crianças de diferentes partes do mundo falam sobre como questões de gênero afetam sua vida. Cabe ressaltar que a reportagem identificou que: “se você quer respostas francas sobre como o gênero molda o destino, pergunte às crianças de 9 anos de idade”.

A abertura da matéria publicada originalmente na revista *National Geographic* desenvolve o resultado da prática realizada por um de seus fotógrafos, Robin Hammond, o qual viajou pelos quatro continentes com o propósito de perguntar a diversas crianças o que significa: “*ser menina ou menino nos dias atuais*”, e quais são as suas perspectivas e pensamentos para o futuro.

Ademais, a autora Ana Luiza Basílio destacou que “a reportagem aponta que os pequenos conseguem perceber facilmente os limites e regras que suas condições

de gênero”, demonstrando que apesar da idade, eles possuem um “posicionamento” formado sobre o assunto.

2. 1 HORA DA ESCUTA

As perguntas feitas pelo fotógrafo às crianças são respondidas com muita convicção por partes das crianças, sendo realizada, portanto, a “Hora da Escuta”, momento em que se pode analisar o pensamento que cada criança possui

Em uma primeira pergunta, as crianças falam sobre suas expectativas para o futuro e sobre questões como:

1- O que significa “ser uma garota ou um garoto”, nos dias de hoje?

As respostas foram:

Os garotos brincam na rua todos os dias, mas as meninas não podem. Eu acho que as meninas não podem ficar na rua por causa da violência e das balas perdidas (Luandra Montovani, Rio de Janeiro, Brasil, 2017).

Em relação à resposta acima, é possível comentar o quanto as meninas possuem suas atitudes limitadas e são estereotipadas como “frágeis” ou “inseguras” dentro de uma sociedade, onde a mulher é caracterizada como insuficiente e sem capacidade de permanecer em um ambiente, que segundo algumas pessoas, não é “lugar para elas”.

Outra criança responde:

Se eu fosse uma garota, eu teria que brincar com Barbies. Eu não seria capaz de brincar com jogos de garotos. Se eu fosse garota, minha cor favorita seria roxa. Então, haveria apenas rosa por toda a parte (Jesse James Williams, Dakota do Sul, EUA, 2017).

Através dessa afirmação, é perceptível o quanto os brinquedos e as cores são definidas em relação ao gênero de cada um. Se você for menina, usa rosa e brinca de Barbie, se você for menino, usa preto e brinca de jogos de garotos. Esse fato só confirma a desigualdade existente em uma sociedade padronizada.

Uma terceira criança opina:

Se eu pudesse mudar algumas coisas, eu mudaria minha personalidade, porque minhas habilidades sociais não são muito boas. Eu gostaria de ser um pouco mais extrovertida, não tão tímida (JiayiFan, Beijing, China, 2017).

A resposta demonstra o fato de a mulher ser criada desde sempre em um “casulo”, qual possui regras que as limitam de uma forma que define até sua personalidade e seu comportamento na sociedade.

Em relação à 2ª questão:

2. Qual é a melhor e a pior parte de ser um menino ou uma menina?

As respostas foram:

Alguns garotos odeiam as garotas, mas se elas não existissem, as casas seriam um depósito de lixo. Meninas são um presente de Deus, elas ajudam suas mães e limpam a casa (Mohamad Abu Shamalah, 2017).

A resposta confirma que essa é uma das principais características da sociedade machista: mulheres são responsáveis por organizar a casa, são elas que realizam a tarefa doméstica. Um fato que pode ser caracterizado como lamentável, em função de que a mulher possui uma capacidade social que vai muito além do que apenas “realizar tarefas domésticas”.

Outra resposta enfatiza:

Você é seduzida onde quer que vá. Você é perseguida pelos homens. Se você vai buscar água, é perseguida, coletar lenha, é perseguida (NawarKagete, Kaputir, Quênia, 2017).

Como se constata, a sexualidade faz parte do ciclo social, e está por toda parte, em função disso, deve ser trabalhada com todas as crianças, para que saibam como lidar com a situação. Porém, apenas educar as meninas quando se trata de sexualidade, é um grande erro, os meninos também precisam ser educados em relação a isso, pois eles fazem parte desse processo de aprendizagem.

No tocante à terceira pergunta:

3. Como sua infância poderia ser diferente se você fosse um menino ou uma menina?

As respostas foram:

Sendo garoto, você é forte e pode levantar coisas como geladeiras... Como garota, você tem que pentear o cabelo, vestir roupas e ter certeza de que você é modesto e tudo (DvirBerman, GivatZeet, assentamento de Israel, 2017).

A opinião aponta que padrões físicos e pessoais determinados em relação as mulheres é uma característica muito forte na cultura machista, demonstrando mais uma vez, a limitação da mulher no espaço social.

Em relação à questão 3, outra criança evidencia:

Às vezes, secretamente, eu ajudo meu irmão mais velho na fazenda. Minha mãe me bate quando ela descobre. Ela diz que garotas que fazem essas coisas terão calos em suas mãos; então, elas serão feias (Fang Wang, Yaqueshui, China, 2017).

Fica evidente que o machismo também está presente quando se refere ao corpo das meninas, pois no padrão criado, as meninas devem ser belas, recatadas, do lar e verdadeiras princesas, porém, nem todas as meninas querem se tornar princesas, algumas querem mostrar o que realmente são, elas precisam ter essa liberdade.

Mais uma resposta, em relação à terceira pergunta feita pelo fotógrafo, surpreende:

Nós não podemos ser educadas na escola, mas os garotos podem. Além disso, eles podem viajar para qualquer lugar, e as garotas não podem (AlfiaAnsari, Mumbai, Índia, 2017).

A fala das crianças deixa claro e evidente o quanto o mundo rosa e azul é marcante nas suas relações. A solução para amenizar os efeitos dessa sociedade machista seria, sem dúvidas, um processo educacional que enfatize a igualdade de gênero. E, é exatamente por esse motivo, que muitas meninas não podem ser educadas, na lógica machista, as mulheres não podem ter a noção do poder que possuem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca, evidenciaram-se **resultados** como a verificação da relevância de passar os valores humanizados e livres de distinção de gênero para crianças trabalhando a divisão das tarefas domésticas.

É mister dar ênfase para a extinção do mundo rosa/azul, onde cores, brinquedos, profissões e atitudes são separadas, e as meninas são preparadas para manter uma vida submissa, e os meninos, sentem-se em posição superior, pois o machismo, em casa e no ambiente escolar, engloba todas as relações que possuem conceitos contrários aos direitos humanos causando medo e opressão no direito de escolha das meninas. Ademais, prejudicam o desenvolvimento das crianças e comprometem seu futuro.

Além disso, é perceptível que todos esses elementos integram um processo cultural que, integrado à mídia, aliena as pessoas e os tornamos reféns. Uma possível solução para melhorar e garantir um mundo livre de pressões machistas é a interação igualitária nas brincadeiras entre as crianças, em função de que elas são o futuro da nossa humanidade e podem ser preparadas para viver num clima de igualdade, equidade e não discriminatório.

REFERÊNCIAS

a) Obras citadas

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981)

BRAGA, Eliane Rose Maio. **Sexualidade Infantil: uma investigação acerca da concepção das educadoras de uma creche universitária sobre educação sexual.** 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – UNESP, Assis.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

KUHLMANN, Jr. Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

LOURO, GuaciraLopes. Artigo-**Corpo, Escola e Identidade.** Revista Educação & Realidade, Porto Alegre: UFRGS / FAGED, 2000: p. 60.)

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**. São Paulo: Moderna; Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabate Maria Betânia Ávila. 1989.

STEARNS. Peter N. **A infância**. Tradução: Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2006.

b) Artigos em revistas e periódicas:

LOURO, Guacira Lopes. Artigo-**Corpo, Escola e Identidade**. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre: UFRGS / FAGED, 2000: p. 60.)

c) OnLine

BASÍLIO, Ana Luísa. **Crianças falam sobre como questões de gênero afetam suas vidas**. Centro em Referencias em Educação Integral. 2017. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/reportagens/criancas-falam-sobre-como-questoes-de-genero-afetam-suas-vidas/>>. Acesso em: 7 out. 2018.

**COMO OS RECURSOS TECNOLÓGICOS PODEM INTERFERIR NAS
ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL?
HOW CAN TECHNOLOGICAL RESOURCES COULD INTERFERE WITH
ENVIRONMENTAL EDUCATION STRATEGIES?**

Rosiel Camargo Souza¹¹¹

Renata Barth Machado¹¹²

Jean Lucas Poppe¹¹³

Resumo: A degradação ambiental e as transformações econômicas das últimas décadas ocasionaram impactos ao meio ambiente, e têm ganhado destaque no cenário atual, principalmente pela importância que organizações têm manifestado, visando garantir a continuidade do desenvolvimento econômico através da adoção de práticas sustentáveis. Ações de Educação Ambiental (EA) são importantes para a formação de cidadãos engajados em ações socioambientais sustentáveis. O presente estudo tem como objetivo apresentar o cenário qualitativo da EA na rede pública de ensino no município de São Luiz Gonzaga, investigando a participação da tecnologia no processo educacional e a abordagem de problemas reais da região na formação de “cidadãos verdes”. Informações relativas às ações de EA desenvolvidas na rede municipal de ensino foram obtidas por meio de análise documental. Todas as instituições de ensino abordam a temática ambiental, no entanto, carecem de elementos tecnológicos e de uma abordagem adequada da problemática ambiental local, associando estes elementos com o desenvolvimento econômico da região. Dessa forma, o cenário investigado demonstra-se positivo, mas carece primeiramente de uma iniciativa de implementação tecnológica e o fortalecimento de redes colaborativas, para tornar-se cultural e socialmente eficaz, vindo a suprir as necessidades locais de maior preservação ambiental.

Palavras-chave: Análise. Planejamento. Processo educacional. Tecnologia.

Abstract: Environmental degradation and the economic transformations of the last decades have caused impacts to the environment, and have gained prominence in the current scenario, mainly due to the importance that organizations have shown, in order to guarantee the continuity of economic development through the adoption of sustainable practices. Environmental Education strategies (EE) are important to develop people interested in sustainability issues. This study aims to present the

¹¹¹ Acadêmico de Engenharia Elétrica. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), São Luiz Gonzaga, CEP: 97800-000, São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: camargosouzarosiel@gmail.com

¹¹² Mestre em Ensino Científico e Tecnológico. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), São Luiz Gonzaga, CEP: 97800-000, São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: profrebarth@gmail.com

¹¹³ Doutor em Biologia. Departamento de Ciências Biológicas, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), São Luiz Gonzaga, CEP: 97800-000, São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jlucaspoppe@gmail.com

qualitative set of EE in the educational public system in the municipality of São Luiz Gonzaga, searching for the role of technology and the local environmental problems in the educational processes to the development of “green people”. Data related to the developed EE actions in the public education system were obtained through documental analysis. All education institutions work environmental issues, but they lack about technological elements and local environmental problems, as well as, the relation among these elements and the regional economic development. Thus, the scenario investigated proves to be positive, but it requires first of an initiative of technological implementation and the strengthening of collaborative networks, to become culturally and socially efficient, supplying the local needs of greater environmental preservation.

Key words: Analyze. Planning. Educational process. Technology.

1 Introdução

A preocupação com a degradação ambiental e com os avanços de economias que promovem a insustentabilidade do meio ambiente têm ganhado destaque no cenário internacional, principalmente, por meio de acordos entre países interessados na continuidade do desenvolvimento econômico sem comprometer as condições de saúde do planeta. Estratégias de Educação Ambiental (EA) são implementadas na tentativa de conservar, e manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as futuras gerações (GRZEBIELUKA *et al.* 2014). O enfoque interdisciplinar da EA é proporcionado por esforços de profissionais de várias áreas do conhecimento que, ao socializarem suas ideias, incentivam modelos de desenvolvimento sustentável em prol do bem estar ambiental e social (SCHMIDT; DEL-MASSO, 2014).

Nessa perspectiva, técnicas de gestão ambiental, em conjunto com a EA e princípios da sustentabilidade, buscam minimizar os impactos ambientais e garantir o desenvolvimento socioeconômico (FREITAS; GIATTI, 2009) e, também, promover a formação de uma consciência social crítica sobre a problemática ambiental (CARVALHO, 2012; ROOS; BECKER, 2012).

Para tanto, a sustentabilidade exige a aplicação de tecnologias, mas que somente se tornam eficazes se for aplicadas, em larga escala, nas áreas de educação, saúde e meio ambiente (PALMA, 2005; BARBIERI; SILVA, 2011; SCHMIDT; DEL-MASSO, 2014; FREITAS; GIATTI, 2009). O domínio da tecnologia é um elemento potencializador para o desenvolvimento da sociedade atual, por exemplo, facilitando a formação de redes educacionais e trabalhistas colaborativas (BEDIN; BARWALDT, 2014). Assim, a utilização de plataformas digitais para

qualificar o aprendizado sobre a temática ambiental é tida como uma ação inovadora e adequada, pois, são eficazes nos processos de conhecimento e, interação das dificuldades e soluções impostas ao cenário socioambiental (BEDIN; BARWALDT, 2014).

Assim, é importante que a sociedade adquira sensibilidade e consciência em relação ao meio ambiente, por meio de ações educacionais, compreendendo os problemas existentes e sugerindo soluções (LAYRARGUES, 2000; JACOBI, 2003; BARBIERI; SILVA, 2011), para que resultados satisfatórios em prol do desenvolvimento sustentável sejam alcançados. Nesse contexto, o presente estudo propõe apresentar o cenário qualitativo da EA na rede pública de ensino no município de São Luiz Gonzaga, noroeste do Rio Grande do Sul, e verificar a aplicabilidade de elementos tecnológicos nas ações desenvolvidas.

2 Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida no município de São Luiz Gonzaga, localizado na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, com população estimada de 35.057 habitantes (IBGE, 2017), tendo economia alicerçada na produção agrícola.

Informações relativas às ações de EA desenvolvidas na rede municipal de ensino foram obtidas por meio de análise documental, que incluem projetos e relatórios de 19 instituições de ensino, nos níveis infantil e médio, a fim de verificar as principais ações educacionais desenvolvidas e a aplicabilidade de elementos tecnológicos nas mesmas.

3 Resultados e Discussão

3.1 O cenário municipal da Educação Ambiental

Dentre as principais ações de EA desenvolvidas nas instituições públicas de ensino no município de São Luiz Gonzaga, destacam-se positivamente a presença de planejamento de metas ambientais, embasamento teórico associado à prática, reutilização de materiais e cooperação entre comunidade escolar e sociedade. No entanto, alguns objetivos não são alcançados em razão da frequente substituição de propostas, ou seja, pela inadequação temporal das propostas, associado, algumas

vezes, a um caráter multifocal. Alguns elementos sociais, como o vandalismo e a falta de segurança, causam retrocesso às ações propostas.

Segundo Gadotti (2008), a sustentabilidade ambiental, cultural, social e política estão diretamente relacionadas com a qualidade de vida das pessoas e com o processo de construção da cidadania. Por esse motivo, temas característicos de cada localidade devem ser abordados em estratégias educacionais. Porém, na pesquisa realizada, a problemática ambiental local não é integralmente contemplada, ou seja, a questão da poluição ambiental por agentes químicos não é abordada nas instituições de ensino, sendo este um problema socioambiental evidente na região de São Luiz Gonzaga (WENTZ; NISHIJIMA, 2011), influenciando no equilíbrio ecológico, nas estratégias de conservação ambiental e sobre os índices de saúde pública (JOBIM *et al.* 2010). Igualmente, a problemática referente ao vandalismo não é abordada na tentativa de encontrar soluções.

3.2 Tecnologias na Educação Ambiental

Elementos tecnológicos não são empregados nas ações de EA das escolas municipais. Nesse cenário, para diminuir as lacunas existentes entre as ações de EA desenvolvidas em São Luiz Gonzaga, as escolas poderiam compartilhar suas experiências em plataformas digitais, conforme já realizado em outras cidades brasileiras (PORTAL, 2017). A utilização de elementos tecnológicos nestes cenários pode contribuir para o aprimoramento dos projetos escolares, motivando os discentes e docentes e, possivelmente, contribuindo para a aquisição de melhores resultados (BEDIN, BARWALDT, 2015).

Elementos tecnológicos populares, como *internet*, computador e *smartphones*, podem favorecer o desenvolvimento de projetos multidisciplinares para o estudo de elementos socioambientais, como, por exemplo, a identificação de elementos da paisagem incluindo flora, fauna, hidrografia, georreferenciamento e curvas de nível, além de *softwares* para o tratamento de imagens de satélite para a elaboração de mapas socioambientais locais e regionais, entre outras possibilidades. Tornando os alunos agentes autônomos e críticos neste processo educativo com foco ambiental (TYBUSCH; TYBUSCH, 2013).

Conforme a ideia de Basso *et al.* (2015), a tecnologia está, comumente, associada com resolução de problemas, como, por exemplo, os problemas

ambientais. As redes sociais podem atuar como elementos tecnológicos para o desenvolvimento socioambiental colaborativo, por meio de debates/fóruns entre pessoas residentes em diferentes regiões, mas que compartilham problemas e soluções (BEDIN, BARWALDT, 2015).

3.3 Redes colaborativas entre escolas e sociedade

No contexto pesquisado, poderia ocorrer a formação de redes colaborativas entre empresas do ramo agrícola na cidade de São Luiz Gonzaga e as instituições de ensino, uma vez que a iniciativa pode beneficiar muitas pessoas, inclusive as que não estão nesse elo. Como na região das Missões é intensa a atividade de suinocultura, a união pode vir suprir as deficiências do cenário agropecuário atual, além de proporcionar a criação de soluções interconectadas, indispensáveis no estabelecimento do desenvolvimento sustentável (MASERA *et al.* 2000; ROLLIN; VICENT, 2007; OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Assim, as empresas poderiam desenvolver projetos em propriedades rurais condizentes aos processos de digestão anaeróbia, biodigestores para a produção de biogás, energia e nutrientes, e estes projetos servirem de modelo educacional para as escolas, impulsionando inovações futuras, uma vez que os benefícios, a partir da implementação destes modelos de projetos, estão relacionados ao aquecimento, iluminação, produção de insumos agrícolas e o fortalecimento da fertilidade dos solos (VIJAYARAGHAVAN *et al.* 2005). Como verificado, todos os benefícios estão relacionados ao desenvolvimento social, ambiental e econômico. Além disso, estas iniciativas podem ser complementadas pelas instituições de ensino, com a oferta de processos capacitadores à comunidade, como cursos de utilização de biogás por biodigestores ou manejo da suinocultura.

Um exemplo motivador de rede colaborativa, exemplificando a funcionalidade, pode ser observado no “Portoalegre.cc”, a primeira *wikicidade* brasileira (TYBUSCH; TYBUSCH, 2013). O Portoalegre.cc, é uma plataforma digital de finalidade colaborativa, vinculada as redes sociais de grande alcance (Facebook e Twitter), em que os usuários discutem a realidade, criam soluções na intenção de preservar o ambiente da cidade, sobre os aspectos de cidadania, urbanismo e tecnologia (CULTURADIGITAL, 2018).

4 Considerações Finais

A percepção da necessidade de conservação do meio ambiente deve ser estimulada na escola, por meio de ações de EA, empregando estratégias e ferramentas que instiguem a capacidade intelectual dos estudantes, como, por exemplo, os elementos tecnológicos. As estratégias de EA desenvolvidas na rede municipal de ensino de São Luiz Gonzaga demonstram-se satisfatórias, mas carecem de uma primeira iniciativa de desenvolvimento tecnológico associada aos problemas socioambientais locais.

5 AGRADECIMENTOS

Este artigo contou com o suporte financeiro do Programa de Iniciação Científica (PIIC) da Fundação Regional Integrada (FuRI), para o qual, os autores registram o agradecimento.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C; SILVA, D. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios.** RAM, Ver. Adm. Mackenzie. São Paulo, v.12, nº3, p.51-82, 2011.

BASSO, C. M; BORBA, G. S; FREIRE, K; FRANZATO, C. Organizações colaborativas como sistemas abertos: contribuições do metaprojeto para fomentar ações de inovação social. In: **5º Simpósio Brasileiro de Design Sustentável.** v.2, n.5, p.11-18, 2015.

BEDIN, E; BARWALDT, R. Tecnologia da informação e comunicação no contexto escolar: interações à luz da sustentabilidade ambiental no viés das redes sociais. **Novas Tecnologias na Educação – CINTED – UFRGS,** v.12, n.1 p.01-10, 2014.

CARVALHO, I. C. M; **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 6º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CULTURADIGITAL. **PortoAlegre.CC.** 2018. Disponível em: <<http://culturadigital.br/cartografiacolaborativa/portoalegre-cc/>>. Acesso em 11 de setembro de 2018.

FREITAS, C. M. GIATTI, L. L. Indicadores de sustentabilidade ambiental e de saúde na Amazônia Legal, Brasil. Revista Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.25, n.6, p.1251-1266, 2009.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas.** 8º ed. São Paulo: Ática, 2008.

GRZEBIELUKA, D; KUBIAK, I; SCHILLER, A. M. **Educação Ambiental: A importância deste debate na Educação Infantil.** Revista Monografias Ambientais – REMOA. Santa Maria, v.13, n.5, p.3881-3906, 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017. **São Luiz Gonzaga Panorama.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-luiz-gonzaga/panorama>>. Acesso em 24 de outubro de 2017.

JACOBI, P. R. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa. Campinas, n.118, p.189-205, 2003.

JOBIM, P. F. C; NUNES, L. N; GIUGLIANI, R; CRUZ, I. B. M. **Is there an association between cancer mortality and agrotoxics use? A contribution to the debate.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.277-288, 2010.

LAYRARGUES, P. P. **Sistemas de Gerenciamento Ambiental, Tecnologia Limpa e Consumidor Verde: a delicada relação empresa–meio ambiente no ecocapitalismo.** RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.40, n.2, p.80-88, 2000.

MASERA, O; ASTIER, M; LÓPEZRIDAURA, S. **Sustentabilidade y manejo de recursos naturales. El marco de evaluación MESMIS.** México, 2000.

OLIVEIRA, N. D. A; SILVA, T. N. **Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório no Creditag-RO.** Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 5, n. 2, 2012.

PALMA, I. R. **Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental.** 2005. 83 f. Dissertação Mestrado em Engenharia, área de concentração Metalurgia e Tecnologia Mineral. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PORTAL, Tratamento de Água. **Projeto utiliza tecnologia própria para identificar nascentes em Cuiabá.** Disponível em: <<https://www.tratamentodeagua.com.br/projeto-tecnologia-propria-identificar-nascentes-cuiaba/>>. Acesso em 03 de setembro de 2018.

ROLLIN, J; VINCENT, V. **Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec.** Québec: Université du Québec, 2007.

ROOS, A; BECKER, E. L. S; Educação Ambiental e Sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGET/UFSM.** Santa Maria, v.5, n.5, p. 857 - 866, 2012.

SCHMIDT, M. L. G; DEL-MASSO, M. C. S; Ciências da funcionalidade humana e sustentabilidade ambiental: a junção das partes constitui o todo? **Revista Laborativa.** São Paulo, v.3, n.1, 2014.

TYBUSCH, J. S; TYBUSCH AGNE, F. B. **Sustentabilidade informacional ambiental: tecnologias em rede para construção da cidadania ecológica.** In: Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches; Carlos André Birnfeld; Luiz Ernani Bonesso de Araujo. (Org.). Direito e Sustentabilidade. 1ed. v.1, p.452-475 Florianópolis: Editora FUNJAB, 2013.

VIJAYARAGHAVAN, K; SHARIFF, A. R. M; SOOM, M. A. M. **Conversão do lixo urbano em energia por meio da digestão anaeróbia.** Revista de Agricultura Urbana, n.10, 2003.

WENTZ, F. M. A; NISHIJIMA, T. A educação ambiental como meio de ação nas atividades agrícolas para preservação dos solos e da água nas comunidades rurais do município de Santo Ângelo – RS. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGET/UFSM**, v.4, n.4, p.558-571, 2011.

2. Resumos

2.1 Administração

2.2 Gestão Administrativa, empreendedorismo e inovação

**A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ENQUANTO IMPORTANTE INSTRUMENTO
DE GESTÃO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:
UMA ANÁLISE DA URI SÃO LUIZ GONZAGA**

Débora Morais Garay¹¹⁴

Cinara Dal Santo Pes¹¹⁵

Leonardo Silveira Farias da Silva¹¹⁶

Resumo: A Avaliação Institucional é um elemento essencial à gestão das Instituições de Ensino Superior, pois através dela é possível que o Conselho Gestor da Universidade conheça as demandas da comunidade acadêmica. Neste sentido, a Avaliação Institucional é percebida enquanto um processo que compreende aspectos culturais, econômicos, ideológicos, políticos, entre outros. Por esse motivo, é considerada uma importante ferramenta de gestão das universidades que buscam qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão. Por se tratar de um procedimento significativo, se fundamenta nas diretrizes do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), as quais informam os aspectos a serem avaliados. Nesse sentido, o projeto de pesquisa “A Dinamização do Processo de Avaliação Institucional na URI – São Luiz Gonzaga: Contribuições para a Gestão”, procurou associar os 5 eixos do SINAES ao processo de avaliação realizado pela URI – São Luiz Gonzaga, a fim de compreender a importância do procedimento avaliativo para a gestão universitária. O percurso investigativo contemplou a

¹¹⁴ Acadêmica do 6º semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Bolsista do projeto de Pesquisa “A Dinamização do Processo de Avaliação Institucional na URI São Luiz Gonzaga: contribuições para a gestão”. Grupo de Pesquisa em Avaliação Institucional na URI. PIIC/URI. E-mail: deboramoraigaray@gmail.com.

¹¹⁵ Mestre em Tecnologia Ambiental, pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciências e Matemática, no Centro Universitário Franciscano – UNIFRA Santa Maria. Docente na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Orientadora do Projeto de Pesquisa “A Dinamização do Processo de Avaliação Institucional na URI São Luiz Gonzaga: contribuições para a gestão”.

¹¹⁶ Assistente Social, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Mestrando no Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, pela Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim. Representante dos funcionários técnico-administrativos na Comissão Própria de Avaliação da URI-SLG.

constante revisão de bibliografias pertinentes à avaliação, a fim de compreender os Eixos do SINAES e suas dimensões, bem como foi realizada uma comparação entre os resultados das avaliações respondidas por docentes, discentes, coordenadores de curso e funcionários técnico-administrativos. O período delimitado para análise contemplou os anos de 2009 a 2015, sendo utilizados os resultados obtidos nas avaliações realizadas nos segundos semestres letivos, como critério, optou-se por analisar apenas as questões referentes à infraestrutura e ao processo de gestão. A partir do desenvolvimento deste projeto objetivou-se identificar as melhorias realizadas na Universidade, bem como averiguar os pontos a serem aprimorados futuramente, tendo ainda, a intenção de mostrar o grau de satisfação e participação da comunidade neste importante processo. Percebeu-se ao longo do percurso investigativo, que à medida que as mudanças sugeridas eram colocadas em prática, o grau de satisfação dos discentes e docentes aumentou, bem como o número de questionários respondidos por avaliação, revelando que os grupos envolvidos perceberam que são protagonistas no processo de gestão da Universidade. Assim sendo, concluiu-se que a avaliação institucional se insurge como um instrumento essencial à gestão da URI – São Luiz Gonzaga, bem como de toda Universidade que preze pela excelência no ensino, pesquisa e extensão, tríplice missão das Instituições de Ensino Superior. Entende-se, dessa forma, que o papel da Avaliação Institucional é facilitar os meios para as Universidades atuarem da melhor forma possível, atendendo as demandas da comunidade em que estão inseridas.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Ensino Superior. Instrumento de Gestão. Planejamento.

EMPREENDEDORISMO: DIVERSIDADE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES

Julia Gracieli Ourique dos Santos¹¹⁷

José Konzen ¹¹⁸

Resumo: Diversidade social nas organizações – As rápidas transformações que vêm ocorrendo nas sociedades indicam a formação de uma nova configuração social onde a diversidade é um elemento presente. No ambiente atual das empresas, a diversidade não é apenas uma realidade diária para as organizações, é uma necessidade fundamental do negócio. Para que as mudanças sejam efetivas, a organização precisa ter a diversidade inserida em seus valores. As diferenças no processo de contratação devem ser adaptadas e precisa ser trabalhado por todos os gestores, deixando de lado os requisitos como a idade, gênero, padrão estético ou físico. Pode ser incluída aos poucos no dia a dia, permitindo e aceitando opiniões e sugestões de melhoria. Aceitar a diversidade não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua. Apesar de toda essa liberdade de expressão, o preconceito ainda toma proporções gigantescas e mesmo que grande parte das pessoas reprova este comportamento, algumas infelizmente se identificam com ele. **Objetivo geral;** O objetivo deste trabalho é o de estudar as diferentes configurações de empreendedores relacionadas à diversidade sócio-demográfica em segmentos da sociedade contemporânea. **Objetivos específicos:** O trabalho pretende identificar, para cada grupo, os valores comuns relativos ao perfil dos empreendedores, os motivos para empreender e as principais características ligadas a sua especificidade, pretende-se verificar também os impactos da diversidade social nas organizações. **Metodologia:** Serão realizadas palestras educacionais e

¹¹⁷ Bacharel em Administração de Empresas. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. ouriquejulia@gmail.com

¹¹⁸ Bacharel em Administração. Acadêmico de Ciências Contábeis. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Bolsista de Iniciação Científica. Josekonzen41@gmail.com.

pesquisas em forma de questionários, em diversas empresas que tem mais de 10 colaboradores, escolas da rede pública municipal e estadual e rede privada, envolvendo estudantes dos anos finais, no município de São Luiz Gonzaga.

Resultados: Entendemos que a comunicação, melhora consideravelmente, quando conseguimos conviver com pessoas diferentes. Além da relevância, do respeito e da ética para as empresas, ao investir na diversidade, os resultados e os lucros também são influenciados e melhoram constantemente. **Conclusões:** Fundado em fontes confiáveis e inúmeras pesquisas, será constatado que quando trabalhamos em um ambiente que aceita as diferenças, a existência de conflitos chega a ser 50% menor que nas outras organizações. Portanto, a diversidade nas organizações, significa ter um ambiente favorável para os colaboradores, que promova a boa convivência entre todos e uma maior troca de experiências. O que precisamos fazer é ter como base a gestão de diversidade, de empresas bem sucedidas e assim como eles, crescer financeira e culturalmente.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Diversidade. Organizações.

- 2.3 Ciências Contábeis**
- 2.4 Gestão contábil das finanças**

ÁLCOOL E DIREÇÃO ENTRE UNIVERSITÁRIOS

Karine da Silva Nunes¹¹⁹

Karine Portela Barcelos¹²⁰

Thaís Ivana Colombo¹²¹

Renata Barth Machado¹²²

Lizandra Andrade Nascimento⁵

Resumo: O objetivo desta pesquisa é realizar uma análise de como o problema da associação entre álcool e direção vêm sendo vivenciado entre os jovens estudantes da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG, nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Engenharia Elétrica. Considerando aspectos relativos aos limites de tolerância do álcool no sangue, observa-se que a chamada Lei Seca mostrou ser eficaz no sentido de diminuir os números relativos à mortalidade, às internações hospitalares e ao resgate de vítimas de acidentes de trânsito. O caminho metodológico envolveu uma revisão bibliográfica e a aplicação de um questionário como coleta de dados para a pesquisa. Buscamos compreender como o problema da combinação do consumo de álcool e a direção automobilística interfere na conduta dos universitários. O trabalho possui natureza descritiva visando observar, registrar e analisar o conceito de álcool e direção. A pesquisa bibliográfica será feita com base em sites e livros. A pesquisa estatística foi desenvolvida na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG, sendo 84 acadêmicos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Engenharia Elétrica, tendo como média 20 anos de idade. Os estudantes foram convidados a responder o questionário da pesquisa que

¹¹⁹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail – karine_snunes@hotmail.com.

¹²⁰ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail – karinebarcelos1@hotmail.com.

¹²¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail – thais-ivana05@hotmail.com.

¹²² Professora orientadora. Mestra em Ensino Científico e Tecnológico. Diretora Acadêmica da URI – São Luiz Gonzaga. – renataacademica@saoluiz.uri.edu.br

⁵ Professora coorientadora. Doutora em Educação. Docente da URI – São Luiz Gonzaga. - lizandra_a_nascimento@yahoo.com.br

apresentava perguntas estruturadas e buscava respostas que demonstrassem o seu ponto de vista. A partir dos estudos realizados, podemos afirmar que, entre todos os estimulantes disponíveis no mercado o álcool é a droga que tem um acesso mais fácil, independente da região, pois possui um baixo custo. Em vista ao aumento significativo do seu consumo ao longo do tempo, em 2004 Organização Mundial de Saúde avaliou que aproximadamente 2 bilhões de pessoas em todo o mundo ingerem bebidas alcoólicas. O Código de Trânsito Brasileiro regulamenta as normas de trânsito e dispõe da Lei 11.705/08, a Lei Seca, que já demonstrou sua efetividade desde o início da sua implantação. Nota-se que a lei vem cumprindo seu papel, além de ajudar a proteger vidas. No decorrer da pesquisa, analisamos as distinções ente homens e mulheres no que se refere ao hábito e dirigir após ingerir bebida alcoólica, indagando aos entrevistados sobre os efeitos no que tange a alterações nos seus reflexos e em sua coordenação motora. Também interrogamos sobre os motivos pelos quais os indivíduos não temem dirigir mesmo alcoolizados. Por fim, procuramos refletir sobre as mudanças nas normas relacionadas ao crime de embriaguez ao volante foram no sentido de torná-las mais rigorosas. As novas regras trazidas pela Lei 13.546/17, diante da alteração da pena mínima em relação ao crime de Lesão Corporal Culposa, atualmente, é de 6 meses, e passará a ser de 2 anos. No que se refere aos crimes de homicídio culposo (art. 302, CTB) e lesão corporal culposa (art. 303, CTB), a lei passou a prever a incidência de penas mais rígidas, sendo no crime de homicídio culposo a pena de 5 a 8 anos, e, em caso de lesão corporal culposa, a pena de 2 a 5 anos, quando o motorista estiver com a sua capacidade psicomotora prejudicada em razão do uso de álcool ou de outra substância psicoativa, que lhe cause dependência. Nestes dois casos, não será possível o arbitramento de fiança pelo delegado de Polícia. Essas reflexões tornam-se fundamentais num contexto em que verifica-se mais mortes no trânsito por embriaguez do que por algumas enfermidades. A sensibilização e a assunção de responsabilidades é, portanto, imprescindível para que possamos modificar tal panorama.

Palavras-Chave – Álcool. Direção. Universitários. Responsabilidades. Legislação.

Referência Bibliográfica:

DENATRAN- RS <<http://www.detran.rs.gov.br/>>

WHO – World Health Organization. Global Status Report on Alcohol, 2004. Geneva, Department of Mental Health and Substance Abuse, 2004.

Masur, J. (1988). O que é alcoolismo? São Paulo: Brasiliense.

Malta, D. C. et al. “Análise da Mortalidade por Acidentes de Transporte Terrestre Antes e Após a Lei Seca, Brasil, 2007-2009”, in *Epidem. Serv. Saúde*, 19 (4), Brasília, 2010, pp. 317-28.

A IMPORTÂNCIA DA LEI DO PORTAL DA TRANSPARENCIA

Bianca de Brum Neto¹²³

Patrícia Daniela Arbo¹²⁴

Luciane de Oliveira¹²⁵

Sonia Bressan Vieira¹²⁶

Resumo: O estudo trata sobre a temática da Contabilidade Pública abordando Gestão Pública, seus Princípios Constitucionais, e especialmente a importância da Lei do Portal da Transparência. **Objetiva** identificar os meios de publicação das contas públicas bem como demonstrar os benefícios proporcionados pelo Portal da Transparência uma vez que o ato de coordenar os estados e demais órgãos, é a capacidade de melhorá-los, para que a administração ou gestão pública seja feita com sucesso, sendo feita de forma planejada e organizada para que a missão dos gestores seja cumprida de forma satisfatória. A **metodologia** do trabalho envolveu pesquisa bibliográfica e descritiva levantando informações através de livros e artigos científicos, para a obtenção da compreensão teórica do assunto. Procura-se, neste trabalho, refletir sobre os conceitos de Gestão Pública, Legislação, Servidores Públicos e Princípios que norteiam a Gestão Pública segundo a Constituição Federal de 1988, sendo eles a Legalidade: atos previstos em lei; a Impessoalidade: agir em favor do bem comum; a Moralidade: atuar conforme os princípios morais e éticos; a Publicidade: a transparência aos atos praticados; e a Eficiência a qual impõe a administração pública o dever de prestar serviços de qualidade além da prestação de serviço de qualidade. Abrange ainda o estudo do Portal da Transparência e sua importância, bem como um comentário das Leis: Constituição Federal de 1988 art.

¹²³ Acadêmica do 2º Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. E-mail: biancadebrumneto.slg@gmail.com

¹²⁴ Acadêmica do 2º Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. E-mail: patriciaarbo923@gmail.com

¹²⁵ Mestra em Administração. UFSM/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI/SLG. E-mail: luciane@viacom.com.br

¹²⁶ Doutorado em História. PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI/SLG. E-mail: soniabressanvieira@hotmail.com

5º e 37º, Lei de Responsabilidade fiscal nº 101 e Lei nº 12.527 que dispõe sobre os procedimentos a serem observados, a fim de garantir o acesso a informações, e artigos que asseguram à população, esse direito. O estudo está alicerçado na visão teórica de Paulo Daniel Barreto Lima, Sergio Pinto Martins, Edson Ronaldo Nascimento e Roberto Bocaccio Piscitelli. Os **resultados** e **conclusões** apontam que o mesmo proporcionou um aprofundamento no modo de conhecer e de informar-se sobre as contas públicas, e também, demonstrou os benefícios da nova lei e do portal do governo, criado especialmente para dar publicidade e transparência- fato da maior importância no atual contexto de governabilidade no país. Acredita-se que se a população estiver esclarecida sobre os gastos e ações públicas, ela irá conseqüentemente estar mais atenta e vigilante, assumindo sua função como cidadã. Ainda, contribuiu para despertar o interesse dos servidores públicos- servidores estatutários, empregados públicos, servidores temporários para a compreensão, por parte do cidadão, das formas de acesso ao mesmo, para o esclarecimento de dúvidas a respeito da contabilidade pública e principalmente para o entendimento e conscientização da população sobre a utilização e investimento do dinheiro público, diminuindo a falta de interesse do servidor em conhecer.

Palavras-chave: Gestão pública. Portal da Transparência. Princípios. Legislação. Servidor Público.

UM ESTUDO SOBRE A CORRUPÇÃO REFLEXÕES SOBRE O HISTÓRICO DAS PRÁTICAS ILÍCITAS

Bianca Ferreira Nascimento¹²⁷

Carolina Ferreira Cortes¹²⁸

Daiana Alves¹²⁹

Renata Barth Machado¹³⁰

Lizandra Andrade Nascimento¹³¹

Resumo: O presente trabalho aborda a questão da corrupção, temática que está entrelaçada na sociedade brasileira muito antes de se tornar colônia de Portugal, um exemplo disso é a carta feita por Pero Vaz de Caminha que anunciava a descoberta do Brasil, e também um pedido para o Rei Dom Manuel I, que se referia a um pedido de soltura para o seu genro. A corrupção está tão interligada ao costume brasileiro que chegou a ser apelidada de “jeitinho brasileiro”. Este estudo tem como propósitos identificar a participação das pessoas na corrupção no dia a dia; caracterizar os tipos de corrupção; bem como conhecer como surgiu a corrupção no Brasil. A metodologia utilizada para a elaboração do mesmo é de natureza quali-quantitativa, buscando analisar a corrupção no percurso histórico da sociedade. A pesquisa bibliográfica embasou-se na leitura de artigos e pesquisas anteriores sobre o tema. Também foi desenvolvida a pesquisa estatística, entrevistando-se vinte e nove acadêmicos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Engenharia Elétrica, da URI – São Luiz Gonzaga. Nesse processo, obtivemos como resultados satisfatórios quanto ao índice de retorno dos questionários. Sobre a origem da corrupção, os respondentes indicaram que o problema da corrupção iniciou nas

¹²⁷ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail – biancaferreira973@gmail.com.

¹²⁸ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail – carolferreira1912@gmail.com.

¹²⁹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da URI – São Luiz Gonzaga. E-mail – Alves.daiana@outlook.com.br.

¹³⁰ Professora orientadora. Mestra em Ensino Científico e Tecnológico. Diretora Acadêmica da URI – São Luiz Gonzaga.

¹³¹ Professora co-orientadora. Doutora em Educação. E-mail - lizandra_a_nascimento@yahoo.com.br

sociedades por meio das pessoas tentando tirar proveito uma das outras, nos três próximos tópicos foram parciais, pois quanto ao número de respostas a origem da corrupção se iniciou com a política favorecendo a ganância em relação ao poder e a falta de ética. Na questão abordada sobre definição de corrupção foi observado que a maioria dos alunos acreditam que corrupção são ações que podem ocorrer no dia a dia, como por exemplo furar filas, sonegar impostos, colar nas provas, furtar algo de pequeno valor. Nas análises feitas sobre o total de alunos, chegamos a dois índices diferentes entre ser (corromper) ou não por um grande valor? 21% dos alunos argumentaram que sim e 79% não. A maioria da população de alunos 59% não age corretamente sempre sobre a situação da corrupção, sendo que apenas 41% tem certeza de seus atos sobre agir corretamente dos assuntos relacionados a corrupção. Segundo a pesquisa relacionado na hora do pagamento do seu dentista as pessoas escolheram o serviço sem nota fiscal mas lançamento o custo em seu imposto de renda e pequena parte das pessoas optam por exigir a nota fiscal. Grande parte dos entrevistados responderam que preferiam confessar na empresa caso tenha que faltar por motivos pessoais do que apresentar um atestado falso. Em se tratando de atos corruptos a maioria dos alunos da URI, os participantes acreditam ser a melhor escolha, do que tentar alertar e convencer a mudar de ideia, tendo assim pessoas que admiram a falta de caráter. A partir destas análises, concluímos que chegamos à conclusão de que a sociedade em geral é a parte mais afetada pela corrupção. Constatamos, também, que as pessoas se corrompem facilmente por pequenas vantagens ou simplesmente por omissão. Na concepção dos entrevistados, a corrupção está ligada diretamente com os políticos, pois eles que são os responsáveis por administrar o dinheiro público que deve ser usado para a melhoria da sociedade, no caso em investimentos na educação, saúde, transporte, entre outros. Há ainda a afirmação de que a mídia de certa forma dá ênfase a corrupção na política, o que resulta na ampliação dessa ideia da corrupção com a política.

Palavras-chave: Corrupção. Concepções dos acadêmicos. Percurso histórico.

PERCEPÇÕES SOBRE O PORTE DE ARMAS

Milena Gomes dos Santos¹³²

Jean Castro Moraes¹³³

Elivelton dos Santos Engroff¹³⁴

Renata Barth Machado¹³⁵

RESUMO: Este trabalho aborda o tema do desarmamento, que se constitui como um tema sensível, pois atualmente uma vez que um grupo de deputados e senadores quer voltar para os velhos tempos, quando era possível comprar armas com facilidade. O tema ganha eco também em alguns setores da sociedade que enxergam no direito de se armar – e a reagir à violência — uma possibilidade de “salvar vidas”. Diante deste contexto, o estudo tem como **objetivo geral** analisar os dados de pesquisa, com opiniões relevantes a situação da população brasileira, diante de índices de mortalidade. A **metodologia** utilizada compreende um trabalho de natureza empírica descritiva, buscando registrar e analisar conceitos sobre o estatuto do desarmamento vigente pela lei nº10826. A pesquisa bibliográfica será feita com base na lei do desarmamento e artigos. A pesquisa estatística foi desenvolvida na URI/SLG-Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, tendo 75 acadêmicos dos cursos de Direito, Engenharia Elétrica e Ciências Contábeis, com uma média de idade de 27 anos, sendo 40 homens e 35 mulheres. Os acadêmicos responderam um questionário com abordagem quantitativa, com perguntas objetivas e descritivas buscando obter respostas à partir de suas opiniões. Como **resultados**, indicamos a percepção de que 71% dos universitários respondente não acreditam que o cidadão armado é a primeira linha de defesa do País. Isso demonstra que cidadão armado não contribui a segurança pública e pessoal. Dentre os participantes, 85% afirmam não possuir armas. Entretanto, 53%

¹³² Acadêmica de Ciências Contábeis na URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: mienagomesmilena@gmail.com

¹³³ Acadêmico de Ciências Contábeis na URI – São Luiz Gonzaga.

¹³⁴ Acadêmico de Ciências Contábeis na URI – São Luiz Gonzaga.

¹³⁵ Professora Orientadora. Mestra em Ensino Científico e Tecnológico. Diretora Acadêmica da URI-SLG. E-mail - profrebarth@gmail.com

comprariam uma arma para defesa pessoal. O estudo revelou, ainda, que as pessoas de menos idade entre 17 a 20 anos opina que a Lei não beneficiou os brasileiros, no entanto não sabem dos dados e índices de mortalidade. Já as pessoas consideradas mais de conhecimento pela idade entre 20 até 73 pela amostra coletada, considera que beneficiou sim, pois tem caráter de conhecimento sobre a Lei e casos de homicídios com Arma de Fogo antes e depois do Estatuto. Verificou-se também que, muitas pessoas consideradas jovens hoje em dia não tem pleno conhecimento sobre como era antigamente no Brasil, com a venda e posse de armas “liberal” e de tal forma reflete em situações de segurança. A maioria das pessoas não se sente protegido, por haver cada vez mais homicídios, por armas sempre estarem na mão de criminosos, por não haver investimento em educação para formar cidadãos do bem. O Porte de Armas haverá mais crimes do que já tem com o Estatuto do Desarmamento em vigor no Brasil. Constatou-se que após a lei houve um aumento de índice de mortalidade por armas de fogo. Frente ao exposto, concluímos que, de 1980 até 2014 morreram no Brasil 967.851 vítimas de disparo de arma de fogo. Desse total 830.420 (85,8%) foram homicídios. Observamos que a evolução da letalidade das armas de fogo (AF) não foi homogênea ao longo do tempo. Entre 1980 e 2003, o crescimento dos homicídios por armas de fogo (HAF) foi sistemático e constante, com um ritmo enormemente acelerado: 8,1% ao ano. Finalizando a pesquisa, resta indagar sobre a efetividade do Estatuto do Desarmamento, bem como sobre a necessidade de investirmos em educação e cultura, a fim de que os cidadãos tornem-se responsáveis e participativos, reduzindo a criminalidade e a violência.

PALAVRAS-CHAVE: Desarmamento, Porte de Armas, índice de mortalidade.

2.5 Direito

2.6 O direito e a cidadania como instrumentos de construção e de transformação da sociedade

MARCOS LEGAIS NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, APÓS A LEI MARIA DA PENHA

Regina Tayrini Bassani¹³⁶

Sonia Bressan Vieira¹³⁷

Resumo: O presente trabalho visa esclarecer o tema da violência doméstica contra a mulher por meio da análise das inovações legais ocorridas após a Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 2006 – a qual completou 12 anos no 7 de agosto do ano corrente, discorrendo sobre a origem de sua promulgação, as inovações na defesa dos direitos das mulheres, bem como expondo a atual situação da violência de gênero no país. Cabe destacar que a lei leva esta denominação em homenagem à cearense Maria da Penha Maia Fernandes, a qual mudou o rumo dos direitos das mulheres no país. Maria sobreviveu a duas tentativas de homicídio por parte do ex-marido, na primeira, com um tiro, ficando paraplégica; e na segunda, por eletrocussão, vindo a se engajar na luta pelos direitos da mulher e na busca pela punição dos culpados, sendo um símbolo de resistência e sobrevivência à todo tipo de violência que as mulheres sofrem todos os dias devido a uma sociedade machista e discriminadora. **Objetiva** explicitar o trajeto legal percorrido para se coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher pós Lei Maria da Penha evitando a banalização de um comportamento social amplamente reprovável, os benefícios que as leis estão trazendo para as ofendidas. A **metodologia** envolveu pesquisa bibliográfica envolvendo os conceitos de mulher, pena e violência doméstica na visão de teóricos como Joan Scott, Damásio de Jesus, Maria Rita D’Angelo Seixas e Maria Luiza Dias. A análise dos **resultados** do estudo demonstram que a legislação

¹³⁶ Acadêmica do 4º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Bolsista do Projeto de Pesquisa: Gênero e Violência: Direitos Humanos também para as mulheres URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania e da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. Estagiária da Promotoria de Justiça Criminal de São Luiz Gonzaga/RS. E-mail: regina_bassani@hotmail.com.

¹³⁷ Doutora em História. PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. Coordenadora da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail: soniabressanvieira@gmail.com.

evoluiu, novas leis foram sancionadas, sendo algumas delas a **Lei nº 12.015 de 07 de agosto de 2009** que dispõe sobre os crimes contra a dignidade sexual, estendendo o rol de condutas previsto no Código Penal para além da conjunção carnal, considerando também como crime de estupro os atos libidinosos e atentados violentos ao pudor; uma das mais importantes leis promulgadas pós Lei Maria da Penha, a **Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015 – Feminicídio** alterou o Código Penal Brasileiro incluindo entre os tipos de homicídio qualificado o Feminicídio, definido como o assassinato de mulheres por razões da condição de sexo feminino, quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher; **Lei n.º 13.641 – de 3 de Abril de 2018**, a qual modificou a Lei Maria da Penha, estabelecendo a tipificação do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência e prevendo a prisão preventiva para aquele que transgride tal norma, entre tantas outras leis que visam pôr fim à triste realidade em que as mulheres estão inseridas. Apesar de inúmeros avanços proporcionados pela lei ressalta-se que as mulheres continuam sendo as maiores vítimas de violência física, psicológica e sexual, decorrente de diversos delitos, tais como: a lesão corporal dolosa, ameaça, estupro. Assim, conclui-se que a violência doméstica no Brasil está longe de ser combatida, contudo, necessário se faz a atuação do poder estatal e da sociedade em reduzir esses números tão alarmantes.

Palavras-chave: Mulher. Violência Doméstica. Lei Maria da Penha.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA PATRICIA GALVÃO. Disponível em:

<<https://agenciapatriciagalvao.org.br/>>. Acesso em: 29 set. 2018.

EXTRAGLOBO. **Saiba o que é e como surgiu a Lei Maria da Penha**. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/saiba-que-e-como-surgiu-lei-maria-da-penha-476303.html>>. Acesso em: 30 set. 2018.

JESUS, Damásio de. **Direito Penal: Parte Geral**. 36ª edição. 2015.

LIMA, Juliana Domingues de. In: Jornal Virtual Nexo. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br>>. Acesso em: 29 set. 2018.

PINTO, Ronaldo Batista. **Lei Maria da Penha e seus Dez Anos de Vigência.**

Revista Brasileira de Direitos Humanos Nº 18, Jul – Set / 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** 1990.

SEIXAS, Maria Rita D'Angelo; DIAS, Maria Luiza. **A Violência Doméstica e a Cultura da Paz.** Editora Roca Ltda. 2013.

DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA: ANÁLISE DA ABORDAGEM DE QUESTÕES CULTURAIS NO ENSINO MÉDIO¹³⁸

Ricardo Ferreira Bernardo¹³⁹

Juliana Bedin Grando¹⁴⁰

Conhecer os Direitos Humanos é de extrema importância para o desenvolvimento da cidadania e a construção de uma sociedade justa e plural. Dentro desse contexto, a escola configura-se como um ambiente propício para fomentar reflexões acerca da temática, tendo em vista que a educação está elencada como um dos Direitos Humanos, assim como a cultura. Ambas se relacionam intimamente, pois no contexto atual o multiculturalismo encontra-se em evidência, sendo papel da educação desenvolver o senso crítico para que haja conhecimento e respeito às diversas manifestações culturais presentes na sociedade. Sendo assim, o presente estudo tem por objetivos analisar como as questões culturais estão inseridas no currículo do Ensino Médio no Instituto Estadual de Educação Professor Osmar Poppe e as possibilidades de abordagem das mesmas a partir dos referenciais teóricos utilizados pela escola. Para tanto, realizou-se um estudo empírico, através da utilização do método dedutivo, a partir da análise dos livros didáticos dos componentes curriculares da área das Ciências Humanas, com o intuito de conhecer os conceitos abordados em relação à cultura. Por meio da pesquisa, constatou-se que apenas a Sociologia propõe reflexões profundas acerca das questões culturais,

¹³⁸ Grupo de trabalho “O Direito e a Cidadania como Instrumentos de Construção e de Transformação da Sociedade”. Texto apresentado a partir da pesquisa em desenvolvimento no Projeto de Extensão do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga, intitulado “O ensino de Direitos Humanos: o debate da questão dos Direitos Humanos na escola”.

¹³⁹ Acadêmico do 7º semestre do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. Professor de História, Sociologia e Direitos Humanos no Instituto Estadual de Educação Professor Osmar Poppe. Membro do Grupo de Estudos “Direitos, Transformação Social e universo plural da cidadania”. Bolsista do Projeto de Extensão intitulado “O ensino de Direitos Humanos: o debate da questão dos Direitos Humanos na escola”. E-mail: ricardofb88@hotmail.com.

¹⁴⁰ Professora do Curso de Direito da URI São Luiz Gonzaga. Doutoranda em Ciências Sociais pela UNISINOS. Mestre em Direitos Humanos. Membro do Grupo de Estudos “Direitos, Transformação Social e universo plural da cidadania”. Professora orientadora do Projeto de Extensão intitulado “O ensino de Direitos Humanos: o debate da questão dos Direitos Humanos na escola”. E-mail: juliana.bedin@yahoo.com.br.

durante o 1º ano do Ensino Médio. De maneira geral, apresenta críticas aos padrões de evolução e civilização elaborados ao longo do tempo, que serviram para classificar os indivíduos como superiores ou inferiores. Combate ainda o etnocentrismo, destacando a necessidade de se analisar cada cultura sob seu próprio prisma e não através de aspectos externos. Aborda a existência de várias culturas inter-relacionadas de forma permanente, pois existem no mundo diversos povos com características totalmente diferentes, responsáveis pela formação de uma sociedade heterogênea. Essa pluralidade encontra-se em constante transformação, fazendo com que a cultura não seja um elemento estático, mas construído permanentemente. Sendo assim, é proposta uma reflexão baseada no relativismo cultural, onde cada cultura deve ser observada com base em seus próprios termos e não em aspectos externos. A partir desse raciocínio, a ideia de aculturação, defendida por alguns estudiosos ao longo do tempo, é representada como uma visão preconceituosa, tendo em vista que tal processo jamais ocorreu, pois as diversas culturas interagem, assimilam novos conceitos e formas de manifestação, mas jamais são dominadas por qualquer outra, não sendo correto qualquer tipo de classificação com base em suposta superioridade ou inferioridade. Por sua vez, a unidade finaliza suas observações trazendo ao debate questões de gênero, criticando as construções sócio-culturais desfavoráveis às mulheres, combatendo o machismo e a homofobia, e buscando soluções para a resolução dessas problemáticas sociais. Assim, conclui-se que o componente curricular de Sociologia é de suma importância para a discussão dos Direitos Humanos na escola, permitindo aos jovens uma formação cidadã através de profundas reflexões sobre o tema, ao propor um estudo das questões culturais sem qualquer tipo de preconceito, mostrando sua importância para a formação e organização da sociedade, além enaltecer o respeito entre as diferenças existentes na atualidade, rompendo com paradigmas e dogmas que durante muito tempo guiaram as relações sociais.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Escola. Cultura.

IGUALDADE: A BUSCA DE SUA MATERIALIZAÇÃO NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Daniela da Silva Colbeck¹⁴¹

Cristiane Menna Barreto Azambuja¹⁴²

RESUMO: A Constituição Federal brasileira de 1988, no *caput* de seu artigo 5º, apresenta a igualdade nos moldes em que ela tem sido reconhecida nas Constituições, em outras palavras, por meio de um conceito jurídico-formal, o da igualdade perante a lei. Sendo assim, esse conceito foi assimilado como um dever da forma de aplicação do direito, importante no sentido de admitir que todos são legalmente iguais e que a lei não pode criar diferenças entre os indivíduos. Entretanto, esse conceito torna-se insuficiente em relação à resolução de problemas, pois, tratando todos de forma igual, ocorre a uniformização dos desiguais. Em razão disso, é notório que essa igualdade deve ser observada não somente na aplicação, mas também na criação do direito – igualdade na lei. Desse modo, a exceção ao tratamento igualitário garantido pela norma jurídica formal é relacionada a necessidade de se estabelecer um amparo, que tem por finalidade amenizar uma situação de disparidade, haja vista que, procedendo em sentido contrário, aumentariam as desigualdades já existentes. Surge, portanto, a dimensão da igualdade jurídica material, baseada na fórmula apresentada há mais de dois mil anos por Aristóteles: tratar igualmente o igual e desigualmente o desigual. A presente pesquisa tem por objetivo visualizar, nesses trinta anos de Constituição Federal, como está a aplicação da igualdade dita material. A metodologia de pesquisa utilizada é, de início, a bibliográfica e, depois, a de estudo de casos. Portanto, o método será o dedutivo, a contar do momento em que se parte de uma perspectiva geral e se avança para a análise dos casos concretos. Nesse

¹⁴¹ Acadêmica do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. danielacolbeck@hotmail.com

¹⁴² Mestra em Direito pela UFRGS. Especialista em Direito Público pela PUCRS. Graduada em Direito pela UNIFRA. Coordenadora e Professora do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. Integrante do grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania”. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br

seguimento, as diferenciações de tratamento criadas por lei - igualdade na lei - possuem abrigo em realidades fáticas e, para que não promovam injustiças, devem ser interpretadas junto ao princípio da razoabilidade, verificando, dessa forma, se os meios justificam os fins. São criadas, assim, as ações afirmativas, para reduzir as desigualdades dos hipossuficientes através de algum tipo de compensação que possui caráter temporário, de maneira a ser extinta quando atingidos os objetivos esperados. A Constituição Federal de 1988, além das normas jurídicas formais, fundamentais para se garantir uma sociedade justa, consagra várias outras relacionadas à igualdade material, dentre elas: art. 3º, III e IV; 7º, XXX e XXXI; 170; 193; 196; 205; 203. De concluir, portanto, que evidente o reconhecimento das diferenças relacionadas ao gênero, etnia, faixa etária, economia para que, com isso, consiga-se reduzir as desigualdades, promovendo a justiça social, ou seja, oportunizando a cada um o mínimo para se viver com dignidade.

PALAVRAS-CHAVE: Igualdade. Direito Material. Constituição Federal.

A PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E A POPULAÇÃO IDOSA: UM OLHAR A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS

Juliana Bedin Grando¹⁴³

Renata Maciel¹⁴⁴

Resumo: O presente texto destina-se a debater a questão dos direitos humanos sob a perspectiva do direito ao trabalho. Ao longo do tempo, a sociedade acabou sendo modificada. Nesse aspecto, podem-se ressaltar dois tópicos que sofreram grande transformação. Em um primeiro, pode-se mencionar a formação societal, que com o processo de urbanização, novas descobertas médicas, acabou-se por prolongar a vida humana. Hoje, parte-se de uma expectativa de vida superior a setenta anos, como média geral da população brasileira. Estima-se, que em 2030, um terço da população brasileira será composta por pessoas acima dos sessenta anos. Como segundo tópico, pode-se destacar a temática laboral. No decorrer das últimas décadas, o labor passou por transformações essenciais, tais como o acréscimo de incrementos tecnológicos para a realização das atividades, entre outras. Juntando-se estes dois tópicos temos de um lado uma parcela populacional que está envelhecendo, que precisa permanecer no mercado de trabalho, e de outro as ofertas de trabalho que vinculam a utilização de novos mecanismos. Tem-se aqui um contraponto e uma disfunção social, visto que a necessidade de empregabilidade e a falta de colocação em trabalhos elevados, indicam o caminho do trabalho precarizado aos idosos. Consoante dados de institutos oficiais, como o IBGE, boa parcela da população idosa permanece no mercado de trabalho posteriormente a idade dos sessenta anos, sujeitando-se às piores condições de trabalho frente aos demais sujeitos. Frente a isto, a partir da metodologia hipotético-dedutiva, utilizando-se a pesquisa bibliográfica, com escrita monográfica, o presente texto apresenta

¹⁴³ Professora do Curso de Direito da Uri São Luiz Gonzaga. Doutoranda em Ciências Sociais pela UNISINOS. Mestre em Direitos Humanos. Membro do grupo de pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. E-mail: juliana.bedin@yahoo.com.br.

¹⁴⁴ Professora da FEMA. Doutoranda em Diversidade Cultural pela FEEVALE. E-mail: advogada.rmacyel@gmail.com.

como resultados que a precarização do mercado laboral é questão presente em toda a sociedade e tem especial enfoque quando analisado pelo olhar dos idosos. Portanto, conclui-se que há a infligência do mínimo dignificante dos idosos quanto à questão laboral.

Palavras-chave: Idosos; Mercado de trabalho; Precarização; Direitos Humanos.

LIMITES DOS RECURSOS: UMA ATUALIZAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Juliana Bedin Grando¹⁴⁵

Juliana Ferreira Schuquel¹⁴⁶

Resumo: O presente texto tem como ênfase o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105, de 16 de março de 2015), dando-se enfoque especial ao que se refere aos Recursos. Estes são criados por leis com o objetivo de anulação, reforma ou integração de uma decisão judicial. Caracterizam-se por serem uma manifestação de poder e de vontade da parte que retira da inércia a jurisdição. Com o Novo Código de Processo Civil ocorreram mudanças no âmbito dos recursos, principalmente, em relação ao pagamento de honorários nessa fase como expressa o artigo 85, § 11, que agora são necessários para interpor recurso. Outro aspecto relevante está relacionado aos prazos recursais, que no antigo CPC para cada recurso, havia um prazo estabelecido e atualmente pelo NCPC foram estabelecidos quinze dias, com exceção aos embargos de declaração que são cinco dias. Lembra-se também de outra mudança estabelecida se dá com relação aos prazos, que passaram a serem contados em dias úteis, e não mais corridos como no antigo CPC, com vistas a que somente haja a necessidade de cumprimento de prazos e exercício da advocacia em dias úteis. Outrossim, importante inovação refere-se ao juízo de admissibilidade dos recursos, que agora passa a ser exercido, em regra, pelo juízo ad quem. Sendo assim, a pesquisa pretende analisar aspectos relevantes relacionados às mudanças do sistema recursal no ordenamento jurídico, propiciando maiores informações. Acerca da metodologia, utiliza-se o método dedutivo, ou seja, parte-se de casos mais específicos aos casos concretos, analisando a maneira que esta sendo implantado, permitindo-se refletir sobre argumentos. Dessa maneira, conclui-se que não se trata apenas de uma mudança, mas sim uma necessidade de

¹⁴⁵ Professora do Curso de Direito da Uri São Luiz Gonzaga. Doutoranda em Ciências Sociais pela UNISINOS. Mestre em Direitos Humanos. Membro do grupo de pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. E-mail: juliana.bedin@yahoo.com.br.

¹⁴⁶ Acadêmica do Curso de Direito da Uri São Luiz Gonzaga. E-mail: julianaschuquel@outlook.com.

efetivação dos processos no meio jurídico, proporcionando possíveis avanços com o objetivo de uma proteção maior, aprimorando-se o sistema processual e garantindo-se conquistas diárias aos profissionais atuantes e a celeridade processual. Importantes e notórios são os avanços do CPC, extinguindo todo o formalismo em excesso trazido no de 1973, possibilitando um entendimento mais claro e objetivo acerca do sistema recursal. Em última análise, importa destacar, a maior simplicidade no que tange as atualizações do CPC relacionadas aos recursos, àqueles processos que levariam anos para ser solucionados podem ter êxito em um tempo de espera menor, tornando benéfico para ambas as partes.

Palavras-Chaves: Recurso. Limites. Atualizações. NCPC. Lei 13.105/2015.

A ORTOTANÁSIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E AS SUAS IMPLICAÇÕES PERANTE A BIOÉTICA

Ana Paula Corrêa Greff¹⁴⁷

Ritiele da Silva Duarte¹⁴⁸

M^a. Daniela Bortoli Tomasi¹⁴⁹

Resumo: A morte é uma das poucas, senão a única certeza da vida. Assim sendo, a bioética, na tentativa de abarcar o estudo sobre o comportamento humano frente às questões que alicerçam a vida, trabalha para envolver a temática da morte de forma natural, preservada e digna aos pacientes. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo estudar o que é a ortotanásia e as suas implicações sob a perspectiva da bioética e de seus princípios. Ainda, objetiva-se perceber as diferentes perspectivas doutrinárias acerca do tema, como também analisar o Código Penal Brasileiro, a Constituição Federal Brasileira, e a avaliação prática da ortotanásia, no Brasil, à luz dos princípios bioéticos. O transcorrer da presente pesquisa dar-se-á através do método hipotético-dedutivo, bibliográfico e documental. Dessa forma, utilizar-se-ão bibliografias de distintos doutrinadores do Direito no tocante à visão bioética e do biodireito quanto à realização prática no Brasil. A ortotanásia pode ser considerada como um procedimento que se dá através da opção do paciente não mais prosseguir com o seu tratamento. Tal indivíduo deve ser diagnosticado com por uma enfermidade incurável, e sem perspectiva de melhora. Nesse sentido, a morte é tratada como um processo natural, em que não há intervenção médica para prolongar a vida do doente. A previsão desse procedimento, no ordenamento jurídico brasileiro, e a sua análise perante os princípios bioéticos são aspectos que conduzem esse trabalho. A pesquisa encontra-se em período de elaboração. Para tanto, pode-se constatar que, a ortotanásia – estando observada pela bioética e pelos direitos humanos – resguarda, ao paciente, a possibilidade de possuir

¹⁴⁷ Acadêmica do Curso de Direito da URI - São Luiz Gonzaga. anapaulacorreagreff@gmail.com

¹⁴⁸ Acadêmica do Curso de Direito da URI - São Luiz Gonzaga. ritiele.duarte@hotmail.com

³ Professora orientadora. Mestre em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Advogada. danielabortolitomasi@gmail.com

tratamentos paliativos como opção para melhorar a qualidade de vida e evitar sofrimentos para si e para a sua família.

Palavras-chave: *Ortotanásia. Bioética. Biodireito*

AS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS ENFRENTADAS PELAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Larissa Siqueira de Oliveira¹⁵⁰

Sonia Bressan Vieira¹⁵¹

Resumo: O presente trabalho aborda as consequências relacionadas ao sofrimento psíquico enfrentado pelo gênero feminino, vítima de violência doméstica sob o enfoque psicológico. Tem como **objetivo** identificar a forma como se dá tal violência, apontando os resíduos emocionais sofridos pela mulher que se encontra diante de tal situação. A **metodologia** utilizada na construção deste estudo compreende uma pesquisa bibliográfica/descritiva baseada nos escritos de Lima, Moreno, Scott, Modena, Fonseca & Lucas, Santos & Gominho e envolvendo **conceitos** como os de **Gênero, Violência, Violência Física e Violência Psicológica**. Inicialmente é realizado um estudo sobre violência e violência física e violência psicológica, diferenciando-as. Após, enfatiza as consequências psicológicas que persistem no meio íntimo e social de uma mulher que já passou por situação análoga a de violência doméstica, finalizando com a atuação estatal e a efetivação do direito à dignidade humana das mulheres que já foram violentadas. O trabalho constata **resultados** como os de que a violência não se baseia pura e simplesmente por atos que deixam marcas visíveis no corpo de uma mulher violentada, mas também, por consequências psicológicas advindas, podendo afetar, de forma tão grave, a vida de uma mulher impossibilitando-a até mesmo de praticar os atos mais corriqueiros de sua vida, decorrentes de uma violência sofrida dentro de sua própria residência. Os casos ainda são frequentes, e cresce cada

¹⁵⁰Acadêmica do 7º Semestre do Curso de Direito da URI – Extensão São Luiz Gonzaga. Bolsista do Projeto de Pesquisa: Gênero e Violência: Direitos Humanos também para as mulheres CnPq. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania e da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail: lari.siqueira.oliveira@gmail.com

¹⁵¹Doutora em História. PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Orientadora do Projeto de Pesquisa: Gênero e Violência: Direitos Humanos também para as mulheres. CnPq. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. Coordenadora da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail: soniabressanvieira@gmail.com.

vez mais o número de mulheres em situação de violência, apesar de haver expressivas legislações como a Lei Maria da Penha, que possui como principal objetivo proteger a dignidade da mulher, garantindo-lhe a segurança, porém, ainda não é suficientemente eficaz de reduzir os casos de violência doméstica. O Estado juntamente com a sociedade, aliados, podem ser capazes de, por meio de políticas públicas, realizar atendimentos com as vítimas de violência doméstica, e por meio da educação, encontrar formas para que efetivamente esses números de violências sejam reduzidos. **Conclui-se** que o sofrimento psicológico é tão grave quanto o sofrimento de uma violência física, pois as consequências psíquicas resultam de qualquer modo de violência, atingindo não só a vítima, mas também, seus familiares e as demais atividades da vida civil. Faz-se necessário o integral acompanhamento estatal, por meio da educação de forma preventiva, e também com tratamentos psicológicos as necessitadas, para que assim, as vítimas possam encontrar a melhor solução, combatendo a tristeza, a angústia e a depressão - sintomas presentes na maioria dos casos e, a partir de então, encontrar maneiras que possibilitem a sua reintegração no meio social.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Violência Física e Violência Psicológica

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A TOMADA DE DECISÃO APOIADA

Ana Paula Brum Paz¹⁵²

Cristiane Menna Barreto Azambuja¹⁵³

RESUMO: O Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015 – acrescentou um Capítulo III ao Título IV do Livro IV da Parte Especial do Código Civil brasileiro, que trata da tomada de decisão apoiada. Segundo depreende-se do art. 1.783-A, *caput* do Código Civil, a tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência escolhe pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e as informações necessárias para que possa exercer sua capacidade. Cuida-se de instituto novo no ordenamento jurídico brasileiro e, também por isso, ainda desconhecido. Muitas são as questões acerca da pessoa com deficiência e a tomada de decisão apoiada. Uma delas, por exemplo, é se essa eleição dessas pessoas vincula ou não. Em outras palavras, se os apoiadores precisam ou não estar presentes quando da prática do ato da vida civil. Outra, é saber se o instituto é cabível para todos os tipos de deficiência ou somente para algumas delas. A presente pesquisa tem por objetivo estudar a tomada de decisão apoiada e, na sequência, fazer uma análise da jurisprudência, para fins de averiguar como os tribunais vem enfrentando esse novo instituto. A metodologia de pesquisa utilizada é, em um primeiro momento, proceder a leitura da legislação e da doutrina sobre a temática e, em um segundo momento, fazer um exame da jurisprudência acerca da mesma. Portanto, o método será o dedutivo, partindo-se de uma premissa geral para uma premissa singular. Diante do estudo efetuado, possível afirmar que o instituto da tomada de decisão apoiada ainda está em processo de construção na sistemática brasileira. A ideia parece ser

¹⁵² Acadêmica do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. anapaulabrum paz@hotmail.com

¹⁵³ Mestra em Direito pela UFRGS. Especialista em Direito Público pela PUCRS. Graduada em Direito pela UNIFRA. Coordenadora e Professora do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. Integrante do grupo de pesquisa "Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br

válida, mas, ao que parece, ainda não se alcançou êxito na busca de sua efetividade. A jurisprudência, da mesma forma, ainda é muito escassa. Dessa forma, necessário será que se aguarde o transcurso do tempo para se verificar, na prática, como irá ocorrer a aplicação do instituto da tomada de decisão apoiada.

PALAVRAS-CHAVE: Estatuto. Pessoa com deficiência. Tomada de decisão apoiada.

ALTERAÇÃO NO CÓDIGO PENAL MILITAR PELA LEI 13.491/2017 E SUA (IN)CONGRUÊNCIA NO CENÁRIO ATUAL

Kristie Moraes Pereira¹⁵⁴

Edemilson do Nascimento Manganelli¹⁵⁵

Larissa Nunes Cavalheiro¹⁵⁶

Resumo: A Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017, criou uma nova competência para a Justiça Militar da União. Com a nova redação dada ao artigo 9º do Código Penal Militar, crimes dolosos contra a vida poderão ser julgados pelo Tribunal Militar se forem cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, em um contexto de missão de garantia da lei e da ordem, por exemplo, as ocupações do Exército Brasileiro nas favelas cariocas. Após a alteração no Código, mesmo que não possua previsão tipificada como crime propriamente militar, será julgado como se este fosse. É importante salientar a incongruência com o cenário atual brasileiro, pois tal dispositivo foi posto em prática em momento oportuno do cenário político de intervenção federal de segurança nas favelas cariocas. Diante disto, o presente trabalho objetiva analisar as implicações sociojurídicas que esta alteração legal pode suscitar. Para o desenvolvimento da pesquisa optou-se pelos seguintes métodos: hipotético-dedutivo e histórico. O primeiro, enquanto abordagem visa uma reflexão crítica e estímulo ao debate para se chegar ao real significado em diferenciar o julgamento do militar federal no desempenho de função diversa da prevista constitucionalmente, visto que a polícia militar já atua há vários anos na pacificação das favelas cariocas para garantia da lei e da ordem. O segundo método, enquanto procedimento, é utilizado para realizar uma análise do histórico social com o intuito

¹⁵⁴ Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. E-mail kristie.moraes@gmail.com

¹⁵⁵ Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. E-mail edemilson130@hotmail.com

¹⁵⁶ Mestra em Direito e Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE/RS). Professora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania URI/SLG. E-mail larissa-nunes-cavalheiro@ufsm.br

de desvelar a “vontade da lei”, ou seja, quais as razões e finalidades para a alteração legal aqui evidenciada. Como técnicas de pesquisa, se opta pela análise da legislação em conjunto com a bibliografia pertinente acerca do tema aqui delimitado. A presente pesquisa encontra-se em andamento, mas já é possível apontar breve conclusão: Tornou-se evidente a distinção em relação aos militares estaduais, pois se estes cometerem crimes dolosos contra a vida de civil continuarão sendo julgados pelo Tribunal do Júri.

Palavras-chave: Código Penal Militar. Garantia. Lei nº 13.491/2017. Ordem.

PRAZER, REALIDADE E CONSUMO: SOBRE O MAL-ESTAR SOCIAL EM FREUD E BAUMAN

Rodrigo Miguel de Souza¹⁵⁷

Resumo: O presente texto tem como objetivo analisar os fundamentos da sociabilidade em diferentes períodos históricos, sob os olhares de Sigmund Freud e Zygmunt Bauman. A metodologia utilizada é a de revisão bibliográfica, focada principalmente nas obras destes autores. Ambos apresentam visões complementares acerca das idiosincrasias do convívio em sociedade, possibilitando compreender a concepção de sujeito moderno e pós-moderno. A obra de Freud lança um novo olhar sobre o humano, colocando a subjetividade à frente da racionalidade como fundadora das relações sociais, sendo um dos pilares da ruptura epistemológica do que viria a ser a pós-modernidade. O homem em Freud é complexo, subjetivo e guiado pelo desejo, e busca através da sociabilidade satisfazer suas necessidades de perpetuação de forma absoluta. A isto Freud chama de princípio do prazer, que só é limitado pelas necessidades do convívio social, que constitui o princípio da realidade. O paradoxo entre a satisfação pessoal e os limites sociais gerariam “o mal-estar da civilização”, característica intrínseca ao processo civilizatório. O conflito da modernidade é pelo estabelecimento de limites que possibilitem a efetivação das sociedades, o que pressupõe a sobreposição da realidade (comunitária/social) ao prazer (individual). Bauman desenvolve alguns conceitos próprios, como o de sociedade líquida, em contraposição às sociedades e relações sólidas, estáveis. Este novo momento caracterizaria as sociedades pós-modernas, onde as relações e laços sociais seriam efêmeros, de tal modo que os próprios sujeitos estariam presos a corrente sociais (costumes, grupos sociais, conceitos morais, etc.) menos coesas. Para Bauman a relação do homem com o mundo é mediada pelo trabalho, que visa o consumo, indispensável para suprir as necessidades fisiológicas. Porém na sociedade pós-moderna, caracterizada pela

¹⁵⁷ Sociólogo, Mestre em Educação nas Ciências. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI / Campus São Luiz Gonzaga. miguelcsp@gmail.com

economia liberal de mercado, o consumismo, exacerbação do consumo como forma de efetivação do prazer, aparece como característica preponderante, sobrepondo-se ao paradigma da realidade. Frente a este cenário, a própria sociedade entreposta entre o sujeito e o consumismo passa a ser encarada como um entrave, fazendo com que surja uma retomada do comunitarismo, do convívio entre pares semelhantes por padrões de consumo, à exemplo dos shopping centers e condomínios fechados. O texto conclui com os desdobramentos desta situação no campo da sociabilidade (desafios ao convívio humano), e também no plano epistemológico (desafios às ciências sociais). O primeiro aponta para a educação como vetor de elaboração e disseminação de um pacto social mais pautado na necessidade da diversidade e solidariedade social. O segundo impõe novas formas de elaboração dos aparatos teóricos e práticos das ciências sociais, exigindo uma maior inserção das mesmas na elaboração dos planos políticos e educacionais capazes de equilibrar prazer e realidade na busca de pensar um destino comum para as sociedades.

Palavras-chave: Sociologia; Sociabilidade; Pós-modernidade; Bauman; Freud.

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E SUAS ATRIBUIÇÕES DENTRO DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Milena Soares Mallmann¹⁵⁸

Celena Camargo da Cunha¹⁵⁹

Cristiane Menna Barreto Azambuja¹⁶⁰

Resumo: O Conselho Nacional de Justiça – CNJ - vem atuando como órgão fundamental de fiscalização, desde a sua criação. Suas ações buscam promover uma justiça mais próxima dos cidadãos e da realidade social. Isso porque, com planejamento e gestão voltados a uma justiça transparente, vem alcançando a grande massa através de uma interação virtual, onde dispõe de informações, espaços para consultas, reclamações e denúncias, além de também expor seus atos no desempenho de sua função dentro do Poder Judiciário brasileiro. A pesquisa tem por objetivo analisar a história e a importância do CNJ, enquanto órgão de controle do Poder Judiciário, bem como examinar o modo como ele tem atingido a população no desempenho de suas funções. Os tipos de pesquisa utilizados para alcançar tal finalidade serão as pesquisas exploratória e bibliográfica. Como resultado do estudo realizado tem-se que o CNJ foi criado no ano de 2004, pela Emenda Constitucional de nº 45 (mais conhecida como Reforma do Judiciário), vindo com o propósito de fiscalizar, coordenar e promover melhorias nas atividades jurisdicionais desempenhadas no território nacional. Trata-se de um dos órgãos do Poder Judiciário brasileiro, que zela pela unidade, controle e transparência do mesmo. Ainda, tem-se que desempenha seu papel de forma abrangente, atuando na gestão

¹⁵⁸ Acadêmica do Curso de Direito 4º Sem. da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga/RS. Integrante da linha de pesquisa “A literatura e o cinema como reflexão ao ensino jurídico” do grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania”. E-mail: mi.mallmann12@gmail.com

¹⁵⁹ Acadêmica do Curso de Direito 4º Sem. da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga/RS. Integrante da linha de pesquisa “Constitucionalismo e Direitos Fundamentais nas Relações Privadas” do grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania”. E-mail: celenaccunha-13@hotmail.com.

¹⁶⁰ Mestra em Direito pela UFRGS. Especialista em Direito Público pela PUCRS. Graduada em Direito pela UNIFRA. Coordenadora e Professora do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. Integrante do grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania”. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br

do Poder Judiciário, na prestação de serviços ao cidadão e na eficiência dos serviços judiciais. Desde a sua criação, vem elaborando e potencializando programas de gestão nacional em numerosas áreas sociais. Com sua sede em Brasília, no Distrito Federal, o CNJ tem sua composição regida pelo art.103-B, *caput* e incisos I a XIII da Constituição Federal. Quanto a sua competência, encontra-se arrolada no art. 103-B, §4º, *caput* e incisos I a VII da Constituição Federal. Pode-se, então, por meio das informações obtidas até o momento, considerar admirável o aprimoramento do CNJ como provedor de uma justiça mais eficaz, uniforme e cidadã, sendo de grande importancia para manter a unidade da justiça de modo geral.

Palavras-chave: Conselho Nacional de Justiça. Órgão Fiscalizador. Constituição Federal. Direito Constitucional.

AS MEDIDAS PROTETIVAS COMO INSTRUMENTO PARA ERRADICAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER

Bruna da Silva Resta¹⁶¹

Sônia Regina Bressan Vieira¹⁶²

Resumo: O trabalho trata sobre Violência Doméstica e Familiar com foco nas Medidas Protetivas, um dos pontos positivos da Lei 11.340/2006-Maria da Penha-LPM, realçada pela Lei 13.641/2018 a qual, tipifica o descumprimento pelo agressor configurando o crime do Art. 24.A. **Objetiva**, através do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Gênero- NIEAG URI/São Luiz Gonzaga, como espaço de orientação e assessoria que é, dar visibilidade à essas medidas protetivas, servindo como referência às mulheres em situação de violência. A **Metodologia** consiste em pesquisa bibliográfica descritiva sobre a evolução das medidas protetivas à mulher, previstas na LMP, no artigo 22 a serem repassadas através de orientação, assessoria e acompanhamento às mulheres em situação de violência que buscarem o Núcleo. Os **Resultados** alcançados com o estudo apontam para o fato de que, apesar são vários os benefícios alcançados pelas mulheres com a Lei Maria da Penha, considerada pela ONU como uma das três leis mais avançadas do mundo em relação à violência contra a mulher. Inclui-se entre os benefícios as medidas protetivas aperfeiçoadas em 2018, e garante o princípio da promoção da igualdade previsto no Estado Democrático de Direito. Inova com as referidas medidas as quais determinam: o afastamento do lar e proibição de aproximação por quaisquer meios de comunicação; suspensão da posse ou restrição do porte de armas; proibição da

¹⁶¹ Acadêmica do 7º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai

e das Missões – URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania e da Linha de Pesquisa - Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail: brunaresta@hotmail.com

¹⁶² Doutora em História. PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Integrante do Projeto de Extensão- Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. Coordenadora da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail: soniabressanvieira@gmail.com

aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas; de frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe multidisciplinar e prestação de alimentos provisionais. Desta forma conclui-se que as Medidas Protetivas constituem-se, na prática, uma ação eficaz. O Conselho Nacional de Justiça-CNJ através do estudo “O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha 2018” aponta o aumento de 21%, em 2017, a quantidade de medidas protetivas concedidas pela Justiça para prevenir agressões a mulheres. Foram 236.641 medidas concedidas em 2017, contra 194 mil, em 2016. Os estados que registraram maior crescimento, em número de medidas, foram Goiás, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. Porém, urge uma fiscalização contundente da aplicação das mesmas- fato amenizado pela promulgação da recente Lei 13.641/2018. As medidas vêm há mais de década, evoluindo através de um trabalho integrado nas esferas federal, estadual e municipal. O Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria, Delegacias de Atendimento à Mulher, Casas Abrigo, unidas à comunidade civil- como a Rede de Serviços de Atenção à mulher com serviços interinstitucionais, promovem a assistência social e psicológica, de saúde e inclusive educacional, através de diferentes órgãos e instituições como, entre tantos, os Núcleos interdisciplinares de Gênero, com aconselhamento, assessoria e acompanhamento nas Universidades brasileiras. Assim sendo, as medidas protetivas têm um papel relevante no combate à violência contra as mulheres e na consolidação da LMP alterando a lógica de uma supremacia machista e garantindo sua emancipação e cidadania, transformando o Direito em mecanismo que provoca mudanças nessa triste e histórica realidade.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Violência contra a mulher. Medidas Protetivas.

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DOS ÍNDIOS NO BRASIL

Carine Moraes Boelke¹⁶³

Bruna Oliveira Silva¹⁶⁴

Cristiane Menna Barreto Azambuja¹⁶⁵

Resumo: A história retrata-nos que os índios foram exilados de seu próprio território, tidos como indignos de suas terras e incapazes de responder por si. Assim, fica evidente o entendimento de ambição, egoísmo e preconceito demonstrado por meio destas ações de tentativa de extermínio de um grupo étnico, simplesmente porque foram reconhecidos como diferentes. O Direito, por sua vez, exerce papel fundamental na limitação de conflitos sociais, prezando pelo equilíbrio e pela harmonia social e positivando nas leis os direitos que todos temos e que devem ser respeitados. O presente trabalho tem como objetivo investigar a trajetória dos direitos dos índios no Brasil. De forma mais específica, pretende-se fazer a análise da historicidade dos direitos dos povos indígenas diante das cartas constitucionais brasileiras, existentes ao longo dos anos. Para alcançar tal objetivo, será utilizado o tipo de pesquisa bibliográfico, com enfoque na leitura das Constituições brasileiras e dos livros de doutrina sobre a temática. O método de procedimento será precipuamente o histórico. Dentre as questões que, ao final, busca-se responder, possível citar as que seguem: De que forma legitimar os índios, após tantos anos de exclusão e discriminação? Como efetivar os direitos dos índios dispostos na atual carta constitucional? Como resultado, entende-se que esse resgate histórico é imprescindível para que se possa conhecer como as Constituições mencionam, protegem e garantem direitos dos índios, a fim de reconhecê-los, como sempre

¹⁶³ Acadêmica do 4º Semestre Curso de Direito. URI – São Luiz Gonzaga. Estagiária do Setor Jurídico

da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga. E-mail. carine.boelke@hotmail.com

¹⁶⁴ Acadêmica do 4º Semestre Curso de Direito. E-mail. g.brunaoliveirasilva.a@gmail.com

¹⁶⁵ Mestra em Direito pela UFRGS. Especialista em Direito Público pela PUCRS. Graduada em Direito pela UNIFRA. Coordenadora e Professora do Curso de Direito da URI – São Luiz Gonzaga. Integrante do grupo de pesquisa "Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br

deveriam ter sido, sem compeli-los a deixar de viver conforme suas crenças, religião, cultura e tradição. No mesmo sentido, percebe-se que somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 a legislação brasileira demonstrou avanços significativos em tal seara, admitindo direitos e proteção aos índios, reconhecendo sua importância enquanto cidadãos para nossa nação e preocupando-se em reintegrá-los socialmente, conforme suas origens, resgatando sua história e preservando sua cultura. Desta forma, conclui-se que é possível, com o presente trabalho, colaborar para que a norma cumpra seu papel com efetividade, para evitarmos que a exclusão siga presente em nosso meio social.

Palavras-chave: Direitos dos índios. Constituições brasileiras. História.

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E ASSESSORIA SOBRE GÊNERO

Rafaela Schievelbein Kivel¹⁶⁶

Sonia Bressan Vieira¹⁶⁷

RESUMO: O artigo contém as atividades realizadas para a implantação/implementação do **Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero**, Projeto de Extensão que tem como **objetivo** tornar visível a questão de Gênero na Universidade e na Sociedade, como espaços de afirmação de cidadania envolvendo, em especial, mulheres de classes menos favorecidas. O arcabouço teórico de trabalho, fundamentado em Georges Duby, Michelle Perrot, Michel Foucault e Joan Scott, entre outros, tem possibilitado aprofundar os conceitos como: **Gênero, Mulher e Núcleo de Gênero**. Sem dúvidas está contribuindo para o avanço da **Linha de Extensão - Grupos Sociais Vulneráveis** integrada com a **Linha de Pesquisa- Gênero, Diversidades e Cidadania** e ao **Grupo de Pesquisa Direitos- Transformação Social e universo plural da cidadania**. O projeto vem consolidar, de forma prática e objetiva, a realização daquilo que se constitui nos pilares de uma Instituição de Ensino Superior que é a efetiva integração entre a Pesquisa, a Extensão e o Ensino, uma vez que três projetos se complementam no combate à violência contra a mulher como o **Projeto de Pesquisa - Violência de Gênero: direitos humanos também para as mulheres** (aponta o **Perfil da Mulher em situação de violência em São Luiz Gonzaga e Região**); e, os Projetos de Extensão: **Núcleo de Estudos Interdisciplinares e Assessoria sobre Gênero** (presta assessoria, orientações e acompanhamento às mulheres em situação de

¹⁶⁶ Acadêmica do 2º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Bolsista do Projeto de Extensão-Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero. URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania e da Linha de Pesquisa - Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail:rafaelakivel@gmail.com

¹⁶⁷ Doutora em História.PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Orientadora do Projeto de Extensão - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. Coordenadora da Linha de Pesquisa - Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail:soniabressanvieira@gmail.com.

violência) e o Projeto **Observatório de Estudos Culturais e Diversidades** que debate a temática. A implantação do referido projeto teve condições favoráveis às quais, inclusive alteraram a **metodologia** proposta original com ações como a parceria efetuada com a Defensoria Pública e Juizado do Fórum local com a proposição de funcionamento do Núcleo em sala especial do Fórum de São Luiz Gonzaga, pela importância da proposta de assessoria às mulheres em situação de violência. A **metodologia** constituiu-se em um processo sistêmico, com procedimentos técnicos como: reuniões com a Defensoria Pública/RS e elaboração de convênio entre as mesmas para planejamento de assessoria, encaminhamentos para atendimentos e aconselhamentos individualizados, realização de oficinas com mulheres em situação de violência (fase de Renovação), visando a intervenção na realidade constatada em ação conjunta com o **Projeto de Pesquisa/PIIC** e também com a **Rede de Proteção à Mulher**; -a colaboração na realização de eventos interdisciplinares sobre Gênero encontros e espaços plurais de discussões, de parcerias, democratizando a questão de gênero no município, na região, no estado, no país e fora dele como o **II Fórum Internacional Violência de Gênero** e a **II Semana da Consciência Negra** e outros. Os resultados do projeto, até o momento, apontam que o mesmo, apesar de estar em fase inicial, sem dúvidas já está contribuindo, de forma marcante e significativa, na busca dos objetivos traçados com parceria objetiva e real do Núcleo com a comunidade civil, em especial com a **Defensoria Pública** e a **Rede de Proteção à Mulher**, em São Luiz Gonzaga.

Palavras Chave: Gênero, Mulher, Núcleo de Gênero.

OS DIREITOS HUMANOS DA MULHER NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA AO LONGO DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

Rafaela Schievelbein Kivel¹⁶⁸

Sonia Bressan Vieira¹⁶⁹

O artigo aborda aspectos que norteiam a evolução da luta feminista para obter direitos e diminuir fatores que ainda estão presentes no século XXI, como a desigualdade de gênero e a violência contra a mulher. O estudo tem por **objetivo** refletir, através de legislações, fatos históricos e dados o contexto no qual a mulher está inserida e os avanços ocorridos ao longo do século XX e início do século XXI expondo alguns aspectos da trajetória legal dos direitos das mulheres. O estudo está alicerçado em teóricos como Mary Del Priore, Joan Scott, Angelita Maders, Gisela Bester, entre outros, na elucidação de conceitos como: **mulher na história, luta feminista, direitos das mulheres e legislações. A metodologia** utilizada embasou-se em pesquisas bibliográficas, como as Constituições que estiveram vigentes no Brasil, legislações que ampliaram os direitos das mulheres e obras científicas. Os **resultados** apontam para a importância do movimento feminista intensificado na década de 70 do século XX adentrando com conquistas consideráveis no século XXI nas estratégias previstas tais como: a) conquista do direito ao voto, em 1932, no governo Vargas; b) a Lei 4.121 de 1962 que instituiu o Estatuto da Mulher Casada dispendo sobre a situação jurídica da mulher casada; c) luta do movimento feminista que se intensificou nos anos de 1970 para acabar com a violência contra a mulher ocupando a sua agenda de forma marcante; d) a Lei do

¹⁶⁸ Acadêmica do 2º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Bolsista do Projeto de Extensão-Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero. URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania e da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail: rafaelaKivel@gmail.com.

¹⁶⁹ Doutora em História. PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Orientadora do Projeto de Extensão- Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. Coordenadora da Linha de Pesquisa - Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail: soniabressanvieira@gmail.com.

Divórcio sobre o número 6.515 de 1977 que regula a dissolução da sociedade conjugal; e) a Constituição Brasileira de 1988 que decretou que homens e mulheres são iguais perante a lei; f) no Código Civil de 2002, no qual, a mulher deixa de ser relativamente incapaz conquistando capacidade para exercer atos civis; g) na Lei Maria da Penha que penaliza o autor de violência contra a mulher considerada uma das mais eficientes do mundo; h) na Lei nº 12.034 de 2009 que determinou um mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de ambos os sexos, com a determinação de 30% de valores financeiros para aplicação nas candidaturas de mulheres; i) Lei 13.104 de 2015 que alterou o Código Penal incluindo entre os tipos de homicídio qualificado/hediondo o assassinato de mulheres por razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher; j) A Lei nº 13.718 de 2018 que cria o crime de importunação sexual criminalizando a divulgação de cenas de estupro e estabelecendo aumento de pena para crimes sexuais contra vulnerável e crimes contra a liberdade sexual. Sem dúvidas, além de outras, todas estas marcaram época no Movimento Feminista. Assim sendo, o estudo proporcionou visualizar que graças ao movimento feminista houve avanços em relação aos direitos das mulheres, deixando de lado o patriarcado e a submissão da mulher ao homem que havia perpetuado por longos anos. Entretanto, ainda é preciso que as políticas se efetivem com o comprometimento do Estado e da sociedade para mudar essa realidade desigual em relação à mulher.

Palavras-chave: Mulher na história. Luta feminista. Direitos das mulheres. Legislações.

TEMATIZANDO ASPECTOS HISTÓRICOS DOS DIREITOS HUMANOS DA MULHER DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XIX

Rafaela Schievelbein Kivel¹⁷⁰

Sonia Bressan Vieira¹⁷¹

O artigo aborda aspectos históricos da trajetória feminina para conquistar direitos civis, políticos e sociais. Desde os tempos primordiais as mulheres sempre estiveram submissas à figura masculina e encarregadas de exercerem as tarefas domésticas, desempenhando o papel de mãe e de esposa fazendo com que a sua participação na História fosse à sombra do masculino. Tem por **objetivo** investigar aspectos da luta feminista na conquista de direitos humanos suas transformações e seus significativos avanços em relação às mulheres dos tempos primordiais ao século XIX. Utiliza referenciais teóricos alicerçados no pensamento de Mary Del Priore, Jacques Le Goff, Rachel Soihet, Zuleika Alambet, Michelle Perrot, Georges Duby, entre outros, que fundamentaram os conceitos: **mulher, luta feminista, direitos humanos e legislações**. A **metodologia** utilizada neste ensaio envolveu uma pesquisa bibliográfica e descritiva cujo desenvolvimento consistiu na busca de dados, fatos históricos, relatos e legislações em obras científicas e virtuais expondo a situação que a mulher se encontrava de acordo com o período histórico relacionado. Os **resultados** apontam para o fato de que a mulher desde os primórdios da humanidade foi deixada a sombra da história observando-se casos específicos de atuação da mesma, como heroínas nacionais, rainhas, feiticeiras,

¹⁷⁰ Acadêmica do 2º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Bolsista do Projeto de Extensão-Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero. URI/SLG. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania e da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail: rafaelaKivel@gmail.com.

¹⁷¹ Doutora em História. PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Orientadora do Projeto de Extensão- Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Assessoria sobre Gênero. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. Coordenadora da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail: soniabressanvieira@gmail.com.

bruxas medievais e líderes de lutas feministas as quais não são de agora, mas remontam aos tempos passados de luta contra o patriarcado. Os direitos humanos das mulheres foram resultado de árduos séculos de luta que moldaram seus direitos. A história dessa trajetória deve ser de conhecimento de todos e de todas, pois possibilitou às mulheres ocupar o seu lugar como cidadãs do mundo e titular de direitos. Este estudo impulsionou a continuidade na pesquisa, “Os Direitos Humanos da Mulher na Legislação Brasileira ao longo do Século XX e Início do Século XXI”.

Palavras-chave: Mulher. Luta Feminista. Direitos humanos. Legislações.

2.7 Saúde

2.8 Saúde e e movimento humano

SENSIBILIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE PROMOÇÃO DE SAÚDE NO ENSINO MÉDIO BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA NA ADOLESCÊNCIA

Luandra Balbueno Botezini ¹⁷²

Ana Helena Braga Pires ¹⁷³

Resumo: Objetivo: o projeto objetiva intensificar a aproximação da comunidade acadêmica da URI-São Luiz Gonzaga com os alunos de instituições públicas da rede estadual junto à comunidade em geral, visando contribuir na percepção e sensibilização de novas idéias e perspectivas relacionadas à promoção de saúde.

Metodologia: O projeto será executado em alunos do ensino médio em quatro escolas da rede estadual localizadas no município de São Luiz Gonzaga - RS. Para tanto, serão realizadas visitas prévias para a apresentação e sensibilização sobre as diretrizes do projeto às respectivas direções e coordenações das escolas selecionadas: Instituto Estadual Rui Barbosa, Escola Estadual Leovegildo Paiva, Escola Estadual Gustavo Langsch e Escola Estadual São Luiz. As ações serão aplicadas durante um mês em cada escola, sendo que cada mês constará com quatro encontros, cujo cada encontro abordará uma temática diferente que será reaplicada após sete meses da primeira aplicação. **Resultados Esperados:** Espera-se no decorrer do trabalho que os alunos ampliem seus conhecimentos a respeito de promoção de saúde e consigam realizar de forma consciente ações de promoção a saúde, já que é de extrema importância formar adultos com perspectiva de educação na saúde com reflexão de práticas na escola visando a qualidade de vida e bem estar. Pretende-se também, que os resultados das ações tenham efeito multiplicador, ou seja, que se dissemine para o ambiente familiar.

Palavras - chave: Promoção de Saúde. Escola. Sensibilização. Saúde Coletiva.

¹⁷² Acadêmica e Bolsista de Iniciação Científica do Curso de Fisioterapia da URI-SLG, luandrabalbueno@gmail.com

¹⁷³ Professora Mestra do Curso de Fisioterapia da URI - SLG, anahelenafisioterapia@hotmail.com

AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MOTOR DE PRATICANTES DE EQUOTERAPIA DO CENTRO DE EQUOTERAPIA DRAGÕES DO RIO GRANDE DE SÃO LUIZ GONZAGA – RS

Larissa Girauda Da Silva¹⁷⁴

Ana Helena Braga Pires¹⁷⁵

Resumo Objetivo: Avaliar o desenvolvimento motor dos praticantes do Centro de Equoterapia Dragões do Rio Grande de São Luiz Gonzaga. **Metodologia:** Este estudo é de caráter transversal. A amostra será composta por praticantes de Equoterapia, e pelos pais ou responsáveis por estes indivíduos. A pesquisa será desenvolvida no Centro de Equoterapia Dragões do Rio Grande- SLG – RS. Serão incluídos no estudo, todos os praticantes portadores de deficiência neurológica, devidamente cadastrados no Centro de Equoterapia, com idade cronológica entre dois e 20 anos, que apresentem ortostatismo independente, sem alterações cognitivas graves, sem comprometimento visual ou auditivo, de ambos os sexos, que tenham frequentado no mínimo 12 sessões de Equoterapia. Serão excluídos do estudo, os participantes que ultrapassarem 11 anos na idade motora geral, pois a Escala de Desenvolvimento Motor preconiza como idade motora até 11 anos de idade. Será realizado o preenchimento da Ficha de Avaliação pelos pais ou responsáveis, constando os dados de identificação, e questões referentes à prática da Equoterapia. O instrumento utilizado para avaliar o desenvolvimento motor dos praticantes será o Protocolo de testes da Escala de Desenvolvimento Motor (EDM). Este projeto segue as normas do CNS Resolução 466/12, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa para apreciação ética e foi aprovado e apresenta o CAAE: 43194515.0.0000.5354. **Resultados Esperados:** Esperamos que os praticantes de equoterapia do Centro, tenham atraso neuropsicomotor, que eles sejam caracterizados quanto à idade, o sexo, o diagnóstico clínico e tempo de prática de equoterapia e se realizam outro tipo de tratamento.

¹⁷⁴ Acadêmica e Bolsista de Iniciação Científica do Curso de Fisioterapia da URI SLG, larissagirauda55@yahoo.com.br

¹⁷⁵ Professora Mestra do Curso de Fisioterapia da URI-SLG, anahelenafisioterapia@hotmail.com

Palavras-chaves: Equoterapia. Desenvolvimento motor. Fisioterapia.

A MASSOTERAPIA NO TRATAMENTO DA DOR FIBROMIÁLGICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Hugo da Veiga Kletke¹⁷⁶

Éder Henrique Alves Caurio¹⁷⁷

Lilian Oliveira de Oliveira¹⁷⁸

Aletheia Bajotto¹⁷⁹

Sandra Cristina da Veiga Morais¹⁸⁰

Introdução: A massagem é um dos métodos mais antigos de tratamento utilizados pelo fisioterapeuta. Tal técnica interrompe o ciclo de dor, melhora a circulação, tem efeito sobre as substâncias neuroendócrinas e ainda tem efeitos reflexos (que estimula o sistema nervoso) e efeitos mecânicos¹. Partindo do pressuposto de que a massoterapia é uma das terapias utilizadas pela fisioterapia para o tratamento das dores fibromiálgicas. **Objetivo:** esclarecer, por meio da literatura disponível, as evidências práticas no tratamento massoterapêutico para alívio das dores fibromiálgicas através da avaliação do mesmo, por meio da FIQ (Questionário do Impacto de Fibromialgia). **Metodologia:** O estudo envolveu a revisão de literatura, com vistas a localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia (revista científicas, livros, atas de congressos, resumos, etc.) relacionada com a sua área temática. Através da consulta aos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS) definiu-se os mesmos: Fibromyalgia, Pain, Massage Therapy e Fibromyalgia Impact Questionnaire (FIQ) para fazer referência, respectivamente, aos termos Fibromialgia, Dor, Massoterapia e Questionário de Impacto de Fibromialgia (FIQ). Foram incluídos artigos originais no período equivalente a janeiro de 2006 a dezembro de 2016, disponíveis nos idiomas português e inglês, encontrados nas bases de dados

¹⁷⁶ Acadêmico de Fisioterapia na URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: hgkletke2011@gmail.com

¹⁷⁷ Bacharel em Fisioterapia eder314@live.com

¹⁷⁸ Fisioterapeuta, Doutora em Educação em Ciência, professora do curso de fisioterapia UNIFRA licafisiot@hotmail.com

¹⁷⁹ Fisioterapeuta, Doutora em Medicina: Ciências Médicas, professora do curso de fisioterapia UNIFRA aletheia@bajotto.com.br

¹⁸⁰ Fisioterapeuta, Mestre em Educação Física sandravmorais@gmail.com

da SCIELO, MEDLINE, PUBMED, PEDro e um buscador acadêmico (Google acadêmico). Resultados. Foram encontrados 5167 artigos sobre o tema. A base de dados com maior número de publicações foi o google acadêmico, onde encontrou-se 5167 artigos, seguido diretamente pelo PEDro, encontrando-se 18 artigos e PUBMED encontrou-se 9 artigos. As bases de dados SCIELO e MEDLINE não apresentaram nenhum artigo referente ao tema. Dentre os artigos encontrados, somente 6 estudos respeitaram os critérios de inclusão impostos na metodologia, visto que 5161 artigos não possuíam em sua estrutura, a FIQ como parâmetro avaliativo. Deste total de trabalhos selecionados, 4 foram devidamente publicados na língua inglesa e 2 na portuguesa. **Resultados:** No estudo piloto de Yuan, Berssaneti e Marques², foram avaliados os efeitos potenciais da massagem Shiatsu em pacientes com fibromialgia primária, ao final do protocolo, a massagem mostrou-se eficaz no tratamento mostrou-se eficaz para a diminuição da dor e demais sintomas provenientes da síndrome. O estudo de Ekici e colaboradores³ encontraram melhores resultados na intensidade da dor quando aplicado massagem de tecido conectivo do que quando aplicada a drenagem linfática. Gordon, Emiliozzi e Zartarian⁴ utilizando um aparelho mecânico de massagem obtiveram considerável melhora no padrão de dor quando comparado aos sintomas do início do tratamento. **Conclusão:** Conclui-se que, após a busca resultar em 315 artigos referentes ao tema principal, os 6 artigos encontrados que foram incluídos de acordo com o parâmetro de avaliação neles contidos, ou seja, contendo a FIQ, apresentam, ainda que em formas diferentes de tratamento massoterapêutico, uma diminuição do quadro algico a curto prazo. Para futuros estudos, a fim de aprofundar o conhecimento referente tratamento massoterapêutico, seria de grande valor metodológico a comparação do tratamento a longo prazo com um número maior de pacientes.

Palavras-chave: Fibromialgia. Dor. Massagem. Questionário de Impacto de Fibromialgia (FIQ).

1. Meneguzzi P, Turkewicz NM, Bobatto TT, Trem CJ, Filho FAK. Massagem Ayurvédica Abhyanga na Melhora da Qualidade de Vida, Dor e Depressão em Portadores de Fibromialgia. Rev. Bras. Terap. e Saúde. 2011; 2(1):65-74.

2. Yuan SLK, Berssaneti AA, Marques AP. Effects of shiatsu in the management of fibromyalgia symptoms: a controlled pilot study. *Journal of Manipulative and Physiological Therapeutics*. 2013; 36(7):436-44.
3. Ekici G, Bakar Y, Akbayrak T, Yuksel I. Comparison of manual lymph drainage therapy and connective tissue massage in women with fibromyalgia: a randomized controlled trial. *Journal of Manipulative and Physiological Therapeutics*. 2008; 32(2):127-133.
4. Gordon C, Emiliozzi C, Zartarian M. Use of a mechanical massage technique in the treatment of fibromyalgia: a preliminary study. *Arch. Phys. Med. Rehabil*. 2006; 87(1):145-7.

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Marana Pivoto Scalção¹⁸¹

Vivian Depoi Rodrigues¹⁸²

Vera Maria Fontela do Amaral¹⁸³

Marzane Bolzan Moraes de Oliveira¹⁸⁴

Resumo: INTRODUÇÃO: No momento presente, têm-se observado um crescimento da população idosa em todo o mundo, aumentando a procura por instituição para idosos. Na institucionalização, o idoso passa por diferentes etapas, numa transformação rápida em que deixa um ambiente familiar, para conviver com pessoas desconhecidas, que pode ocasionar alterações cognitivas, psicológicas e funcionais, associados ao isolamento, desamparo e falta de atividade física. O que acarreta em maior dependência funcional para a realização das atividades cotidianas e diminuição da capacidade funcional. As alterações clínicas devido ao processo de envelhecimento associadas a comorbidades ocasionam diminuição da massa e força muscular, marcha e equilíbrio, podendo levar a um risco maior de situações adversas. Esse quadro pode ser revertido através de um tratamento fisioterapêutico, minimizando desta forma a fragilidade física e emocional, aumentando a funcionalidade do idoso, reduzindo o desgaste que pode ocasionar lesões irreparáveis, melhorando sua qualidade de vida. OBJETIVO: Relatar a experiência dos acadêmicos do curso de Fisioterapia, através dos atendimentos fisioterapêuticos supervisionados em idosos institucionalizados. METODOLOGIA: Trata-se de um relato de experiência acadêmica, realizado no Lar do Idoso São

¹⁸¹ Acadêmica do curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Uri Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: marana-os@hotmail.com

¹⁸² Acadêmica do curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Uri Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: vivian.rodrigues120@hotmail.com

¹⁸³ Acadêmica do curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Uri Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: verafontela78@gmail.com

¹⁸⁴ Docente do curso de Fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Uri Campus São Luiz Gonzaga. Mestra no Programa de Atenção Integral a Saúde. UNIJUI/UNICRUZ. E-mail: marzane.oliveira@yahoo.com

Vicente de Paula de São Luiz Gonzaga, entre os meses de maio a junho do ano de dois mil e dezoito. Foram realizados atendimentos fisioterapêuticos semanais com duração de cinquenta minutos, com avaliação prévia do idoso e reavaliação posterior. RESULTADOS: Os idosos institucionalizados apresentaram uma melhora significativa ao tratamento fisioterapêutico, observados através da reavaliação pós-tratamento. Pode-se observar uma maior funcionalidade nas atividades de vida diária, e também uma melhor auto-estima, devido aos atendimentos humanizados, com um olhar global para o indivíduo. CONCLUSÃO: A fisioterapia proporciona aos idosos institucionalizados um aumento da longevidade com qualidade de vida, retardando a dependência funcional.

Palavras-chave: Idosos. Institucionalização. Fisioterapia.

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA SÍNDROME DE WERDNIG-HOFFMANN

Vivian Depoi Rodrigues¹⁸⁵

Marana Pivoto Scalcão¹⁸⁶

Michelle Carpes Motta¹⁸⁷

Vera Maria Fontela do Amaral¹⁸⁸

Marzane Bolzan Oliveira¹⁸⁹

Resumo: INTRODUÇÃO: A Síndrome de Werdnig-Hoffmann, também conhecida como Atrofia Muscular Espinhal tipo I, é uma doença neurodegenerativa de causa genética, caracterizada por fraqueza muscular e atrofia devido a degeneração de motoneurônios da medula espinhal. Ocorre em 1 a cada 10000 nascimentos, com altas taxas de mortalidade na infância, sendo o tipo mais grave das atrofias musculares espinhais. É de importância fundamental a assistência terapêutica de suporte, especialmente a fisioterapia motora e respiratória para retardar os sinais e sintomas da doença, e melhorar a qualidade de vida dos pacientes. OBJETIVOS: Investigar a atuação e benefícios fisioterapêuticos no tratamento e prevenção de complicações na Síndrome de Werdnig-Hoffmann. METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão bibliográfica acerca do papel da fisioterapia na Síndrome de Werdnig-Hoffmann. A literatura disponível foi encontrada nas bases de dados do Scielo, Lilacs e NCBI, com publicações de artigos científicos no período de 2004 a 2017. RESULTADOS E DISCUSSÃO: As condutas fisioterapêuticas devem ser globais, com o objetivo principal de manter ou melhorar a força muscular, prevenir deformidades e manter a função respiratória. A fisioterapia motora atua na manutenção da função muscular residual, favorecendo uma melhor qualidade de movimentos e extensibilidade dos tecidos. Devendo atuar em conjunto com a fisioterapia respiratória que é de grande valia para a melhora das funções pulmonares,

¹⁸⁵ Acadêmica do curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Uri Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: vivian.rodrigues120@hotmail.com

¹⁸⁶ Acadêmica do curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Uri Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: marana-ps@hotmail.com

¹⁸⁷ Acadêmica do curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Uri Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: michelle.carpes@hotmail.com

¹⁸⁸ Acadêmica do curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Uri Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: verafontela78@gmail.com

¹⁸⁹ Titulação. Instituição. Grupo de pesquisa. Órgão de fomento (se houver). E-mail.

prevenindo complicações devido ao acúmulo de secreções pulmonares, e alterações da ventilação e perfusão. Atualmente a ventilação mecânica não invasiva, é utilizada como recurso de principal escolha para falência respiratória desses pacientes, pois extingue os sintomas da hipoventilação alveolar aumentando a sobrevida. **CONCLUSÃO:** Devido aos benefícios fisioterapêuticos e os cuidados da equipe multidisciplinar, têm-se observado um aumento da sobrevivência de crianças com Síndrome de Werdnig-Hofmann. A fisioterapia é um tratamento essencial e obrigatório para melhorar sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Síndrome de Werdnig Hoffman. Amiotrofia Muscular Espinhal tipo I. Fisioterapia.

INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO PACIENTE COM MAL DE PARKINSON: RELATO DE EXPERIÊNCIA

CAMARGO, Aderceline ¹⁹⁰

RAMOS, Ana¹

MORAES, Marzane ¹⁹¹

Resumo: A doença de Parkinson é uma patologia crônica degenerativa do sistema nervoso central, que é resultante da morte dos neurônios produtores de dopamina da substância negra. Caracteriza-se pelos sinais de rigidez, bradicinesia, cinesia, tremor, instabilidade postural e alterações na marcha, acarretando em dificuldades na fala e escrita. O tratamento fisioterapêutico visa à melhora das funções musculares e articulares dos indivíduos com doença de Parkinson, com o propósito de promover maior independência e autonomia ao paciente. **Objetivo:** O objetivo desse artigo é destacar a importância da intervenção fisioterapêutica no paciente com Mal de Parkinson. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência acadêmica durante a disciplina de fisioterapia em gerontologia do curso de fisioterapia URI Campus São Luiz Gonzaga. Os atendimentos ocorreram uma vez por semana, com duração de 50 minutos, nos meses de Abril a Junho de 2018 junto ao Lar do idoso São Vicente de Paula na cidade de São Luiz Gonzaga. Relato do caso: paciente 68 anos, gênero masculino, institucionalizado no Lar do Idoso São Vicente De Paula, é portador da doença Mal de Parkinson em estágio avançado e faz o uso de medicação para o controle dos sintomas da doença. **Resultado:** Durante a avaliação foram observados os seguintes problemas fisioterapêuticos: rigidez articular, rigidez torácica, déficit de marcha e capacidade funcional diminuída configurando o diagnóstico fisioterapêutico, a partir do qual planejamos os objetivos e condutas objetivando melhora do quadro já instalado bem como qualidade de vida ao paciente. **Conclusão:** Com este estudo concluímos que a fisioterapia em

¹⁹⁰ Acadêmica do 8º semestre de Fisioterapia. URI-SLG. Anapaularamos93@gmail.com.

¹ Acadêmica do 8º semestre de Fisioterapia. URI-SLG. celynecamargo@hotmail.com.

² Docente no Curso de Fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga, RS. Mestra no Programa de Atenção Integral a Saúde UNIJUI/UNICRUZ
Email: marzane.oliveira@yahoo.com.br.

pacientes em fase avançada da doença não contribui para a redução dos sinais e sintomas característicos da patologia. Porém a fisioterapia proporciona melhora na qualidade de vida, independência e autonomia. Além disso, destacamos a importância da experiência acadêmica que obtivemos durante os atendimentos, contribuindo para nosso crescimento profissional e pessoal.

Palavras-chave: Parkinson. Fisioterapia. Tratamento.

EFEITO SUBAGUDO DE DUAS SESSÕES DE EXERCÍCIO INTERVALADO SOBRE O PERFIL LIPÍDICO EM MULHERES PÓS MENOPAUSICAS

Camila Antunes Oliveira¹⁹²

Ricardo Chaves¹⁹³

Layane Ramos Ayres¹⁹⁴

Francesco Boano¹⁹⁵

Bruno Costa Teixeira¹⁹⁶

Resumo: **Introdução:** Citamos doenças como osteoporose e doenças cardiovasculares, como resultado da diminuição de estrogênio no período pós menopausa. O treinamento intervalado aparenta aumentar a utilização de glicose circulante através da acentuação dos receptores de GLUT 4 e diminuição do uso do glicogênio muscular armazenado. **Objetivos:** O objetivo do estudo foi analisar o efeito subagudo dos exercícios intervalados de alta e moderada intensidade sobre as concentrações plasmáticas pós-prandiais de triglicerídeos em mulheres pós menopausicas. **Métodos:** 4 voluntárias pós menopausicas foram submetidas a três protocolos, HIIT, MIIT e controle. No protocolo HIIT a voluntária realizou 10 tiros de 1 min a 90-95% da FC_{máx} seguido de 1 min de repouso ativo. No protocolo MIIT a voluntária realizou 10 tiros de 1 min a 65-75% da FC_{máx} seguido de 1 min de repouso ativo. No protocolo controle a voluntária permaneceu em repouso sem realizar exercícios. No dia posterior ao exercício a voluntária realizou a ingestão de uma refeição hiperlipídica e subsequente coleta sanguínea para análise da curva de triglicerídeos séricos. **Resultados:** Quando comparados os momentos dentro do mesmo protocolo foram encontradas diferenças no protocolo HIIT, no protocolo MIIT e no protocolo Controle. O principal resultado deste estudo foi que o HIIT reduziu o

¹⁹² Graduanda. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: camilla.deoliveira@hotmail.com

¹⁹³ Graduado. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: ricardochaves@hotmail.com

¹⁹⁴ Graduanda. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: Layane.ayres@hotmail.com

¹⁹⁵ Mestre. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: fpboeno@hotmail.com

¹⁹⁶ Doutor. URI São Luiz Gonzaga. E-mail: bruno@saoluiz.uri.edu.br

incremento da curva de TG em relação aos outros protocolos, mesmo que não significativamente, existiu uma tendência de redução da curva. **Conclusão:** A refeição hiperlipídica foi efetivo para o incremento da curva de triglicerídeos. O HIIT foi mais efetivo que os outros modelos de exercício para redução da lipemia pós-prandial.

Palavras-Chave: Treinamento Intervalado, Triglicerídeos, Pós-Menopausa.

TIPOS DE PARTOS E A INCIDÊNCIA DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM MULHERES

Andrews de Paula Araujo¹

Lavosie Lemos Saurim¹

Marzane Bolzan de Oliveira²

Jean Lucas Poppe³

RESUMO: A incontinência urinária (IU) acomete milhões de pessoas com diversas idades, e principalmente mulheres, trazendo agravo em sua qualidade de vida. No ano de 1998, passou ser considerada doença nas Classificações Internacionais de Doenças (CID/OMS). Atualmente, a perda involuntária de urina é um problema higiênico e social, conforme definição da *International Continence Society* (ICS). Entre os principais fatores para desenvolver a IU, encontra-se o tipo de parto, sendo considerado o transvaginal como o mais arriscado, devido aos traumas ocasionados durante o trabalho de parto na musculatura do assoalho pélvico. Já o parto cesárea é considerado uma forma de prevenir este agravo. Sendo assim, o presente estudo tem o objetivo de relacionar os tipos de partos com a incidência e prevalência de IU em mulheres. Os dados foram obtidos por meio de um questionário elabora na plataforma *Google Forms*, com perguntas sucintas e objetivas. O questionário abordou assuntos relacionados à incontinência urinária, número e tipos de partos e tratamentos realizados para tal patologia. Este questionário foi compartilhado nas redes sociais, convidando mulheres que passaram pela experiência da maternidade a responder as perguntas, de forma em que nenhuma pudesse ser identificada. Participaram desta pesquisa 45 mulheres, onde 35 das participantes realizaram partos cesárea e destas, 10 (28,5%) apresentam IU. Em contrapartida, 10 mulheres fizeram parto normal no qual duas (20%) manifestam IU. **CONCLUSÃO:** Após análise dos dados, é possível concluir que o tipo de parto parece influenciar no quadro de IU, no entanto, não é indicado como fator determinante. Novas pesquisas devem ser realizadas, abordando, também, a idade, paridade e o peso do maior recém-nascido como possíveis riscos para desenvolver IU.

Palavras-chave: Mulheres. Incontinência. Partos. Cesárea. Transvaginal.

INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA EM MULHERES NO PERÍODO DA MENOPAUSA.

Marana Pivoto Scalção¹⁹⁷

Vivian Depoi Rodrigues¹⁹⁸

Vera Maria Amaral¹⁹⁹

Michelle Carpes Motta²⁰⁰

Jean Lucas Poppe²⁰¹

Resumo: O climatério é a fase da vida que se prorroga dos 35 aos 65 anos, devido o esgotamento folicular ovariano que acontece em todas as mulheres que atingem a meia idade, levando a um estado evolutivo de hipoestrogenismo que complementa com a cessação dos ciclos menstruais (menopausa). Nesse período alguns sinais e sintomas podem surgir com maior ou menor intensidade, como, por exemplo, sudorese, problemas cardíacos, ânimo depressivo, irritabilidade, esgotamento físico e mental, problemas sexuais, disfunções da musculatura do assoalho pélvico e problemas musculares e nas articulações. Estudos demonstram que ocorre diminuição da sintomatologia em mulheres que praticam atividade física regular, melhorando dessa forma sua qualidade de vida. Desse modo, o presente estudo objetiva investigar os benefícios da prática de atividade física na redução da sintomatologia em mulheres no período da menopausa. Trata-se de uma revisão bibliográfica, que reúne conhecimentos sobre a influência da atividade física em mulheres climatéricas. A busca pela literatura foi realizada em bancos de dados

¹⁹⁷ Acadêmica do curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Uri Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: marana-ps@hotmail.com.

¹⁹⁸ Acadêmica do curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Uri Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: vivian.rodrigues120@hotmail.com.

¹⁹⁹ Acadêmica do curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Uri Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: verafontela78@gmail.com

²⁰⁰ Acadêmica do curso de Fisioterapia. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Uri Campus São Luiz Gonzaga. E-mail: michelle.carpes@hotmail.com.

²⁰¹ Doutor em Biologia. Departamento de Ciências Biológicas, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), São Luiz Gonzaga, CEP: 97800-000, São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jlucaspoppe@gmail.com.

online, tais como *Scielo* e *Lilacs*, com artigos publicados entre os anos de 2005 a 2017. A atividade física revela-se importante para o aumento da secreção de endorfinas hipotalâmicas, diminuindo os sintomas vasomotores e ondas de calor, atuam na capacidade respiratória e na melhora da densidade mineral óssea, auxiliam na conservação da massa muscular e flexibilidade articular, diminuindo os sintomas relacionados ao período da menopausa, além de proporcionar sensação de bem-estar com elevação da autoestima, melhorando a qualidade de vida. Portanto esse estágio da vida da mulher é um significativo tema de saúde pública, devido a um elevado número de mulheres que atingem essa fase. Além disso, presume-se que mulheres pós menopausa viverão mais trinta a quarenta anos, devido a isto, cuidados preventivos são benéficos para a vida dessa parcela da população.

Palavras-chave: Climatério. Saúde feminina. Atividade física.

GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS: A VISÃO DOS PROFESSORES

Caroline Corrêa Mathioni¹

Lizete Dieguez Piber²

Resumo: A presente pesquisa, cujo tema é gênero e sexualidade nas escolas, apresenta os dados de uma investigação que tem por objetivo geral analisar a percepção dos professores sobre a abordagem das temáticas gênero e sexualidade nas escolas de ensino fundamental e médio de uma cidade de pequeno porte do interior do Rio Grande do Sul, e objetivos específicos conhecer a opinião dos professores quanto a pertinência da abordagem das temáticas gênero e sexualidade na educação, compreender, na ótica dos professores, a preparação que recebem para abordar as temáticas gênero e sexualidade, investigar se ocorrem discussões sobre essas temáticas dentro do ambiente escolar, na visão do professor e avaliar as dificuldades relatadas pelos professores na abordagem das temáticas gênero e sexualidade. A pesquisa é quantitativa, descritiva e exploratória e foi realizada com 21 professores de duas escolas públicas de cidade de pequeno porte do interior do Rio Grande do Sul e os dados foram coletados através de um questionário com 11 perguntas abertas/fechadas, os mesmos foram analisados através da estatística descritiva com o auxílio do Excel. É evidente a dificuldade existente em se inserir no ambiente escolar temas transversais, no caso específico, gênero e sexualidade, em consequência da formação falha dos professores, da falta dessas reflexões na formação acadêmica desses profissionais, bem como, na falta de investimento da promoção de uma educação continuada para esses professores já no exercício da prática pedagógica para que continuem se atualizando e reestruturando seus conceitos, e também, para que possam resolver primeiramente suas próprias questões relacionadas a essas temáticas, para que depois possam trabalhar com os alunos. Foi possível chegar a essas conclusões com a porcentagem, de alguns professores, sendo essa 52% (11 professores) que responderam não se sentirem preparados para abordar as temáticas no ambiente escolar, bem como, dos somente 12 % (4 professores) que disseram ter recebido uma preparação na universidade.

Uma grande barreira para eles é também a resistência dos pais e, de certa forma, dos próprios professores, pelo fato de que temas como esses se chocam com crenças, valores e culturas que cada um carrega. Tais dificuldades foram relatadas pelos 9 (45%) professores que disseram sim, que há muitas barreiras ao se tratar dessas temáticas dentro da escola. As dificuldades são muitas, pois esses temas ainda são vistos como tabus. Mas, apesar dos obstáculos percebe-se uma conscientização da importância desses assuntos para vida dos alunos e de sua pertinência dentro do espaço escolar, quando vemos 20 (91%) desses profissionais responderem positivamente à inserção das temáticas no ambiente escolar, bem como, o comprometimento de 91% dos professores em promover para seus alunos saúde, tolerância, respeito e diversidade, dizendo que abordariam as temáticas com palestras, conversas, trabalhos interdisciplinares e aulas semanais.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Professores. Escola.

ESPORTE DE AVENTURA: ALTERAÇÕES E RESPOSTAS FISIOLÓGICAS NA PRÁTICA DO *RAFTING*

Ana Paula Silva Moura²⁰²

Bruno Costa Teixeira²⁰³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo descrever as alterações e respostas fisiológicas durante a prática do *rafting*, uma modalidade esportiva de aventura. O Ritmo acelerado da sociedade atual acarretou no distanciamento do homem em relação à natureza, seus desafios e situações de risco. Ao aliar as atividades de turismo, o resgate ao contato com o meio ambiente e as experiências fisiológicas diferenciadas que os esportes de aventura propiciam, essas práticas tornam-se cada vez mais populares. Um estudo das alterações do organismo e suas respostas relacionadas a uma de suas modalidades pode auxiliar na pesquisa de riscos e benefícios das atividades físicas de aventura na natureza. Uma revisão bibliográfica foi desenvolvida através de pesquisa em artigos vinculados ao tema, nas plataformas NCBI (*PubMed*) e Scielo. Buscou-se como palavra-chave: *rafting*, *canoeing* (canoagem), *kayaking* e *physiological responses*. Referências indicadas pelos artigos analisados também foram consultadas, totalizando oito artigos considerados pertinentes, bem como a literatura básica da área de fisiologia humana. Com base nos resultados, foram selecionadas algumas alterações fisiológicas, comuns na prática do *Rafting*, para uma análise mais profunda. Seguindo uma ordem de ocorrência antes, durante e após a atividade, as alterações encontradas foram o estresse, suas alterações endócrinas, cardíacas, respiratórias, e psicológicas; a exposição ao frio (regulação térmica e tiritação); e a fadiga (exaustão muscular). O estresse está relacionado diretamente ao sistema simpático, responsável pelas respostas em situações extremas, denominadas “luta ou fuga”. Esse sistema, ativado após estímulos psicológicos promove aumento de frequência

²⁰² Discente do 4º Semestre do Curso de Bacharelado em Educação Física da URI São Luiz Gonzaga/RS, Brasil. E-mail: moura.anasmoura@gmail.com

²⁰³ Professor Titular do Curso de Bacharelado em Educação Física da URI São Luiz Gonzaga/RS, Brasil. E-mail: Bruno@saoluiz.uri.edu.br

cardíaca, secreção de hormônios (adrenalina, noradrenalina, cortisol) e de metabólitos como o Lactato. Todas essas alterações têm como propósito a rápida produção de energia, para realizar a resposta necessária aos fatores externos. Além disso, há o impacto fisiológico de aspectos emocionais, principalmente o medo. As principais respostas em relação ao frio são a vasoconstrição e os tremores. A vasoconstrição é a primeira resposta, e atua nas camadas periféricas da pele, visando manter o calor corporal nas camadas mais profundas (vísceras). Os tremores são respostas involuntárias, onde contrações musculares buscam a produção de energia. Já a fadiga, é a condição de uso extremo da musculatura, onde ela torna-se incapaz de produzir ou sustentar potência. Os estudos envolvendo a fadiga ainda são muito complexos, mas na literatura relacionada ao *Rafting*, a fadiga pode ocorrer por ser uma atividade física de longa duração, ou também por causa dos tremores acentuados (fadiga termorreguladora). O *Rafting* é uma atividade segura, com baixo índice de lesões graves quando praticado com equipamentos de segurança e guiado por instrutores certificados. Seus principais benefícios são relacionados ao bem-estar que a atividade de aventura apresenta, bem como a sensação de autorrealização ao encarar situações de sobrevivência, resgatando a relação do homem com a natureza e trabalhando sua fisiologia da perspectiva mais primitiva.

Palavras-chave: Rafting. Esporte de Aventura. Fisiologia Humana. Saúde.

RECURSOS TERAPÊUTICOS COM USO DO ESPELHO COMO INSTRUMENTO DE REABILITAÇÃO NO AVE: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Hugo da Veiga Kletke²⁰⁴

Jaqueline de Fátima Biazus²⁰⁵

Piter Castro da Silva²⁰⁶

Lilian Oliveira de Oliveira²⁰⁷

João Rafael Sauzen Machado²⁰⁸

Introdução: O Acidente Vascular Encefálico (AVE) é uma doença crônica incapacitante, causadora de deficiências e desvantagens motoras. Partindo do pressuposto que a terapia com espelhos (TE) é uma terapia utilizada no tratamento destes indivíduos **Objetivo:** A proposta da presente pesquisa visa buscar evidências práticas do tratamento com TE através da literatura encontrada, assim foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do assunto. **Metodologia:** A revisão de literatura envolveu localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia (revistas científicas) relacionada com a área de estudo. As bases de dados utilizadas para coletas foram: PUBMED, BIREME e SCIELO, foram incluídos artigos originais no período equivalente a janeiro de 2009 e maio de 2017, disponíveis nos idiomas inglês e português. Através da consulta aos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS) definiu-se os mesmos: Therapy with Mirror, Hemiparesis, Physiotherapy, Stroke para fazer referência, respectivamente, aos termos Terapia com Espelho, Hemiparesia, Fisioterapia e Acidente Vascular Encefálico. **Resultado:** Dentre os artigos encontrados, somente 7 estudos respeitaram os critérios de inclusão impostos na metodologia. Dos selecionados estão, 1 estudo prospectivo comparativo, 1 intra-sujeito de medidas repetidas e 1 não descreveu o tipo de

²⁰⁴ Acadêmico de Fisioterapia na URI – São Luiz Gonzaga. E-mail: hgkletke2011@gmail.com

²⁰⁵ Bacharel em Fisioterapia eder314@live.com

²⁰⁶ Fisioterapeuta, Doutora em Educação em Ciência, professora do curso de fisioterapia UNIFRA licafisiot@hotmail.com

²⁰⁷ Fisioterapeuta, Doutora em Medicina: Ciências Médicas, professora do curso de fisioterapia UNIFRA aletheia@bajotto.com.br

²⁰⁸ Fisioterapeuta, Mestre em Educação Física sandrvmorais@gmail.com

estudo; 4 estudos incluíram outra técnica além da TE na intervenção, 1 sem descrição da idade dos participantes; apenas 1 descreveu as perdas e exclusões e 6 apresentaram melhora nos quesitos avaliados após o TE. Para Conceição, Souza e Cardoso¹ a estimulação de forma intensiva é capaz de aumentar a capacidade adaptativa do SNC e a TE demonstra benefícios capazes de gerar a recuperação das funções motoras, sensório-motoras e diminuição da dor, quando realizadas 5 vezes na semana. Garanhani e colaboradores² relatam que os mecanismos neurofisiológicos envolvidos no TE estão relacionados com o efeito causado pelo feedback visual em áreas corticais sensório-motoras, sendo a entrada visual capaz de estimular a percepção cinestésica em determinadas condições. Em sua pesquisa Pereira, Gil e Souza³ observaram melhora do reconhecimento do movimento dos dedos em flexão e extensão após 7 semanas de tratamento. O estudo de Freitas⁴ mostrou a redução do quadro algico instalado no ombro do paciente, aumento de força em alguns grupos musculares e uma marcha menos abduzida, associando a TE com cinesioterapia convencional e eletroterapia.

Conclusão: Através da análise dos resultados obtidos e conforme os objetivos propostos pelo estudo pode se concluir que o TE é um importante recurso na recuperação da mobilidade articular e alívio da dor, capaz de produzir alterações significativas em pessoas afetadas por AVE. No entanto se apresenta uma carência de estudos randomizados e controlados capazes de estabelecer evidências fidedignas.

Palavras-chave: Terapia com espelho. Hemiparesia. Acidente Vascular Encefálico. Fisioterapia.

1. Conceição LP, Souza P, Cardoso LA. A influência da terapia por exercício com espelho nas limitações funcionais dos pacientes hemiparéticos. *Acta Fisiatr.* 2012; 19(1): 37-41. 13. Ramachandran VS. Plasticity and functional recovery in neurology. *Clin Med.* 1996; 5(4): 368-73.
2. Garanhani, MR, Alves JF, Fugisawa DC, Garanhani ML. Adaptação da pessoa após acidente vascular encefálico e seu cuidador: ambiente domiciliar, cadeira de rodas e de banho. *Acta Fisiatr.* 17(4): 164-168, 2010.

3. Pereira LS, Gil LM, Souza WC. Técnica de mirror visual - feedback em paciente hemiparético no pós Acidente Vascular Encefálico. Revista Eletrônica Novo Enfoque, ano 2010, v. 10, n. 10, p. 113-8
4. Freitas, GD. Reabilitação neurofuncional em um paciente com hemiplegia espástica como sequela de AVC. Estudo de Caso. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, ano 16, n.155, Abril 2011.

ATIVISMO JUDICIAL E A TUTELA DO DIREITO À SAÚDE

Ana Paula Corrêa Greff²⁰⁹

Carine Moraes Boelke²¹⁰

Maria Cristina Schneider Lucion²¹¹

Resumo: O ativismo judicial é caracterizado como uma atuação intensa, abrangente e proativa de interferência do Poder Judiciário na sociedade, que amplia seu sentido de alcance ao utilizar-se da interpretação das normas para a concretização dos direitos constitucionalmente garantidos. O direito à saúde, por sua vez, é um direito humano e fundamental que pode ser objeto desse ativismo, e mesmo sendo uma temática fundamental, torna-se complexo, pois por vezes apresenta lacunas na sua efetividade, já que não raras vezes carece de uma intensa prestação jurisdicional. A partir dessas premissas, em um primeiro momento o objetivo da presente pesquisa é investigar a atuação do Poder Judiciário brasileiro na garantia do direito fundamental à saúde, tutelado de maneira universal e igualitária à todos os cidadãos na Constituição Federal de 1988. E esse objetivo se justifica, pois nem sempre o direito à saúde está ao alcance de todas as pessoas da maneira como dispõe a carta constitucional, seja pela falta de recursos, infraestrutura, planejamento, ou quaisquer outras situações. Muitos cidadãos que necessitam de determinados medicamentos ou tratamentos específicos recorrem à esfera jurisdicional para que seus direitos venham a ser atendidos por meio de ação judicial, torna-se esta a forma mais eficaz para que seu direito seja concedido. Desse modo, o ativismo é o poder de decisão

²⁰⁹ Acadêmica do 4º semestre do Curso de Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Email: anapaulacorreagreff@gmail.com.

²¹⁰ Acadêmica do 4º semestre do Curso de Direito, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga – Estagiária do Setor Jurídico da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga. Email: carine.boelke@hotmail.com.

²¹¹ Mestre em Direito Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Especialista em Direito Empresarial e Advocacia Empresarial pela Universidade Anhanguera-Uniderp. Professora do Curso de graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga/RS. Coordenadora da linha de pesquisa “Constitucionalismo e Direitos Fundamentais nas Relações Privadas”, que integra o grupo de pesquisa “Direitos, transformação social e universo plural da cidadania”, da URI São Luiz Gonzaga. E-mail: mariacris.lucion@hotmail.com.

que é conferido aos magistrados como uma liberdade de atuação através da hermenêutica jurídica, expandindo o alcance da norma Constitucional. A partir disso, em um segundo momento o estudo analisará como vem sendo a atuação dos magistrados brasileiros e posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da temática. Através de estudo bibliográfico e pesquisa exploratória, busca-se instigar reflexões acerca do ativismo judicial no campo do direito à saúde. Como conclusões iniciais, constatamos que apesar de, por um lado, haver certa autonomia do Judiciário nas decisões, é preciso evidenciarmos o ativismo como garantidor de direitos constitucionais.

Palavras-chave: Ativismo judicial. Hermenêutica jurídica. Direito à saúde.

INSERÇÃO DA FISIOTERAPIA NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ GONZAGA.

Lavosie Lemos Saurim¹

Rodrigo Casales da Silva Vieira²

RESUMO:INTRODUÇÃO: Escolher uma profissão é um fenômeno de aprendizagem constante que também pode ser adquirido no âmbito escolar. Preparar um indivíduo para a tomada desta decisão necessita de uma forma de ensino diversificada através de metas e diretrizes que auxiliam a preparação dos jovens para o mercado de trabalho. **OBJETIVO:** Promover a conscientização dos alunos do ensino médio sobre a importância da fisioterapia no mercado de trabalho no município de São Luiz Gonzaga. **METODOLOGIA:** Este projeto de extensão será aplicado em adolescentes do 3º ano do ensino médio de quatro escolas da rede estadual de ensino do município de São Luiz Gonzaga. As escolas em que desenvolveremos as ações serão: Instituto Estadual Rui Barbosa, Escola Estadual Leovegildo Paiva, Escola Estadual Gustavo Langsch e Escola Estadual São Luiz. Este projeto abordará quatro temáticas que serão desenvolvidas de acordo com três ações específicas (palestra, socialização com os alunos sobre a temática da palestra e uma prática com o auxílio de bolas, discos proprioceptivos e faixas elásticas). As temáticas escolhidas são fisioterapia musculoesquelética, neuromuscular e cardiorrespiratória e fisioterapia aplicada em jovens (adolescentes). Acontecerão quatro encontros consecutivos no mês, um encontro para cada temática escolhida e após sete meses, as temáticas com suas ações serão repetidas. **RESULTADOS ESPERADOS:** Espera-se que, com a realização deste projeto, os alunos do ensino médio do município de São Luiz Gonzaga tenham a conscientização sobre a importância da fisioterapia no mercado de trabalho, demonstrando conhecimento sobre as áreas específicas da fisioterapia que serão abordadas durante as ações a serem desenvolvidas neste projeto.

Palavras-chave: Fisioterapia. Adolescentes. Conscientização.

ATIVIDADES LÚDICAS PARA UM GRUPO DE IDOSOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rocheli da Silva Forsin²¹²

Marzane Bolzan Morais de Oliveira²¹³

Resumo: Introdução: O envelhecimento é um sistema evolutivo e complexo, no qual é imprescindível a realização de atividades que atendam às necessidades do processo de envelhecimento natural e que forneça benefícios físicos ao tratamento de qualquer patologia que esteja sendo enfrentada. As atividades lúdicas ganham destaque como uma importante forma de se trabalhar a saúde física e mental, com o intuito de promover um envelhecimento saudável. **Objetivo:** Descrever a importância das atividades lúdicas para a saúde psicomotora dos idosos institucionalizados, relatando a experiência acadêmica na disciplina de fisioterapia em gerontologia do curso de Fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de São Luiz Gonzaga. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência acadêmica, realizado no Lar do Idoso São Vicente de Paula de São Luiz Gonzaga, no mês de maio e junho do ano de dois mil e dezoito. Foram realizadas atividades lúdicas como: dominó modificado, quebra-cabeça e jogos de cartas de baralho, duas vezes na semana e com tempo de duração de 50 minutos. **Resultados:** Os idosos institucionalizados apresentaram uma aceitação positiva para todas as atividades propostas. Os jogos permitiram a interação entre os participantes, melhorando o convívio em grupo, estimulando a memória, lhes proporcionando alegria e confiança individual. **Conclusão:** As atividades lúdicas permitem aos idosos o estímulo da motricidade fina, coordenação e memória, além de lhes proporcionar momentos de descontração e bem-estar. Melhorando dessa forma a interação entre os idosos e sua qualidade de vida.

²¹² Acadêmica do Curso de Fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga, RS. Email: rocheli_forsin@hotmail.com.

²¹³ Docente no Curso de Fisioterapia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus São Luiz Gonzaga, RS. Mestre no Programa de Atenção Integral a Saúde UNIJUI/UNICRUZ. Email: marzane.oliveira@yahoo.com.br

Palavras-chave: Idosos. Institucionalização. Saúde Física. Mental

2.9 Meio ambiente e educação

**2.10 Ciências ambientais e estratégias de inovação para a
educação**

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL SENSIBILIZANDO EDUCANDOS POR MEIO DE CONTOS DE FADAS INCLUSIVOS

José Konzen²¹⁴

Fernanda Marques Grings²¹⁵

Sabrina Burin²¹⁶

Lizandra Andrade Nascimento²¹⁷

Resumo: O projeto *Acessibilidade Atitudinal – Sensibilizando Educandos por Meio de Contos de Fadas Inclusivos* enfatiza a questão da inclusão e da acessibilidade.

Objetivo geral: - Sensibilizar estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental sobre a importância da inclusão das pessoas com deficiência, contribuindo para a consolidação da acessibilidade e educação inclusiva. **Objetivos específicos:** -

Promover atividades de ‘hora do conto’, utilizando as obras da coleção *Contos de Fadas Inclusivos*, com vistas à sensibilização de crianças e adolescentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de São Luiz Gonzaga. - Constituir espaço para diálogo sobre a inclusão das pessoas com deficiência, desmistificando preconceitos e combatendo discriminações. - Utilizar o lúdico e a criatividade para sensibilizar os estudantes, visando o desenvolvimento de atitudes de respeito às diferenças e de acolhimento aos demais. **Metodologia:** Foram realizadas sessões de hora do conto em diversas escolas, da rede pública municipal e estadual e, da rede privada, envolvendo estudantes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos municípios de São Luiz Gonzaga e São Borja. **Resultados:** No decorrer da execução do Plano de Trabalho, foram realizados encontros em seis escolas, abrangendo cento e setenta e quatro estudantes. As histórias exploradas compõem a coleção *Era uma vez um Conto de Fadas Inclusivo*, de autoria de

²¹⁴ Bacharel em Administração. Acadêmico de Ciências Contábeis. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Bolsista de Iniciação Científica. Josekonzen41@gmail.com.

²¹⁵ Acadêmica do Curso de Fisioterapia da URI – São Luiz Gonzaga. Bolsista de Iniciação Científica, do projeto Acessibilidade na URI-SLG. E-mail: nandagrings@hotmail.com.

²¹⁶ Acadêmica do Curso de Educação Física da URI – São Luiz Gonzaga. Bolsista de Iniciação Científica, do projeto Acessibilidade na URI-SLG. E-mail: nandagrings@hotmail.com.

²¹⁷ Doutora em Educação. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI São Luiz Gonzaga. Grupo de Pesquisa Política, Educação e Cidadania. lizandra_a_nascimento@yahoo.com.br.

Cristiano Refosco. A partir desses contos, discutiu-se a importância do respeito às diferenças, enfatizando a deficiência física, a mobilidade reduzida, a Síndrome de Down e a deficiência visual. **Conclusões:** Consideramos que os contos inclusivos constituem-se como instrumentos significativos para o enfoque da educação inclusiva, uma vez que propiciam a abordagem criativa e lúdica das relações humanas e da acessibilidade. Portanto, o projeto configura-se como uma iniciativa relevante e que promove uma formação humanizada, buscando erradicar a exclusão.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Contos. Lúdico. Criatividade. Sensibilização.

DA CASA À ESCOLA: O QUE AS CRIANÇAS FALAM SOBRE O MUNDO ROSA E AZUL

Caroline das Chagas Oliveira²¹⁸

Sonia Bressan Vieira²¹⁹

Resumo: O presente estudo analisa dimensões que abrangem a relação das crianças com a questão de gênero e o comportamento das mesmas quando se questiona sobre o assunto. Tem como **objetivo** explorar a concepção de gênero e seus significados culturais na primeira infância, verificando o impacto que essas concepções, criadas desde a sociedade patriarcal e que permanecem na sociedade contemporânea, podem causar. Preocupa-se em reforçar a importância de trabalhar a igualdade de gênero, com o propósito de enfrentar e evitar a lógica adultocêntrica, visibilizando os conceitos de gênero, sexualidade, corpo e infância, com foco nos direitos humanos. A **metodologia** usada foi a pesquisa bibliográfica, com embasamento teórico na visão de Joan Scott, Judith Butler, Guacira Louro e Michel Foucault, Philippe Ariès e a reportagem de Ana Luiza Basílio, publicada originalmente na *National Geographic*, na qual crianças de diferentes partes do mundo falam sobre o como questões de gênero afetam sua vida, reportagem que inspirou a construção desse ensaio. A matéria está direcionada a quatro questões: 1- Qual a melhor e a pior coisa de ser uma garota? 2- Qual a melhor e a pior coisa de ser um garoto? 3- Como sua vida poderia ser diferente se ao invés de ser uma menina você fosse um menino? 4- Como sua vida poderia ser diferente se ao invés de ser um menino você fosse uma menina? Na busca, evidenciaram-se **resultados** como: a verificação, pela fala das crianças, de que os comportamentos e costumes ditos “femininos” ou “masculinos”, interferem diretamente no direito de escolha de muitas meninas, em função de que existe um padrão rotulado na sociedade, qual

²¹⁸Acadêmica do 2º Semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/SLG. Bolsista do Projeto de Extensão: Observatório de Cultura & Diversidades. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania e da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. E-mail: carol.tcho@gmail.com

²¹⁹Doutora em História. PUC/RS. Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Orientadora do Projeto de Extensão Observatório de Cultura & Diversidades. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos, transformação social e universo plural da cidadania. Coordenadora da Linha de Pesquisa- Gênero & Diversidades & Cidadania. URI/SLG. E-mail:soniabressanvieira@gmail.com.

limita suas decisões futuras; a constatação da relevância de passar os valores humanizados e livres de distinção de gênero, enfatizando a extinção do mundo rosa/azul, onde cores, brinquedos, profissões e atitudes são separadas, e as meninas são preparadas para manter uma vida submissa, e os meninos, assumem posição superior, pois o machismo, em casa e no ambiente escolar, engloba todas as relações que possuem conceitos contrários aos direitos humanos causando medo e opressão no direito de escolha das meninas. Além disso, **conclui-se** que é perceptível que esses elementos integram um processo cultural que, ao lado da mídia, aliena as pessoas e os tornam reféns. Uma possível solução para melhorar e garantir um mundo livre de pressões machistas é a interação igualitária nas brincadeiras entre as crianças, em função de que elas são o futuro da nossa humanidade e podem ser preparada para viver num clima de igualdade, equidade e não discriminatório.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Corpo; Infância.